



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História Contemporânea

Tese de Doutoramento

**Historiografia e Arquivos: Ruturas e Continuidades entre a
Ditadura e a Democracia (1945-1996)**

Jorge Miguel Lobo Janeiro

Orientador(es) | Maria de Fátima Nunes

Évora 2025



Universidade de Évora - Instituto de Investigação e Formação Avançada

Programa de Doutoramento em História Contemporânea

Tese de Doutoramento

**Historiografia e Arquivos: Ruturas e Continuidades entre a
Ditadura e a Democracia (1945-1996)**

Jorge Miguel Lobo Janeiro

Orientador(es) | Maria de Fátima Nunes

Évora 2025



A tese de doutoramento foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor do Instituto de Investigação e Formação Avançada:

Presidente | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora)

Vogais | Isabel Ferreira da Mota (Universidade de Coimbra)
João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra -
Faculdade de Letras)
Maria de Fátima Nunes (Universidade de Évora) (Orientador)
Quintino Lopes (Universidade de Évora)
Sérgio Campos de Matos (Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras)

Dedicatória

Aos meus pais, irmão e Avó Amélia, porque chegar aqui se deve, em especial, à ambição que me foi inculcada por eles. E aos meus filhos para que percebam, um dia, que é possível alcançar os sonhos mesmo quando se está atravessando um Oceano de tormentas.

*A história é émula do tempo, repositório dos factos, testemunha do passado, exemplo do presente,
advertência do futuro.*

Miguel de Cervantes

Agradecimentos

Uma tese é um projeto individual e, na maior parte do tempo, solitário. Mas não prescinde de numerosos e valiosos contributos. Acaba por ser, na realidade, uma iniciativa coletiva, pelo que são devidos vários agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço à minha família. Em segundo lugar, agradeço aos orientadores da Universidade de Évora: ao Professor Paulo Guimarães, com quem iniciei este projeto; e à Professora Fátima Nunes, que me acolheu de braços abertos, que me definiu um rumo e que me motivou até ao fim. Estou-lhe eternamente grato. Em terceiro lugar, agradeço aos vários professores que ministraram aulas ou participaram nos seminários deste Doutoramento. Em quarto lugar, agradeço aos meus colegas do Doutoramento em História Contemporânea: Avery Veríssimo, João Neto, Leonardo Palhares e Lucas de Bartoli. Nunca vos esquecerei. Estamos separados pelo Oceano Atlântico, mas unidos para sempre pela amizade. Por fim, agradeço a todas as pessoas que me facilitaram o acesso às teses e revistas, nomeadamente, aos dirigentes e técnicos da Biblioteca Geral da Universidade de Évora, da Biblioteca Pública de Évora, da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), da Biblioteca da Universidade dos Açores, da Biblioteca da Universidade da Madeira, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da Biblioteca da Universidade do Minho, da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e da Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Resumo

A presente tese, intitulada “Historiografia e Arquivos: Rupturas e Continuidades entre a Ditadura e a Democracia (1945-1996)”, procura identificar as mudanças e as permanências na produção historiográfica e nos arquivos ocorridas entre o Estado Novo e o regime democrático que lhe sucedeu. Este estudo tem por base uma análise a quase dois mil estudos históricos, mais concretamente, teses de doutoramento e artigos de revistas, produzidos ao longo de um período que abarca várias décadas de cada um dos regimes políticos. Determinou-se que o 25 de Abril de 1974 não foi um momento definidor nestes domínios. Por um lado, porque o processo de modernização progressiva da historiografia se despoletou ainda no Estado Novo, sobretudo de 1960 em diante, contribuindo para a explosão historiográfica ocorrida na Democracia. Por outro lado, porque a modernização acelerada dos arquivos só teve lugar a partir da década de 1980, em pleno período democrático.

Palavras-chaves: Historiografia; Arquivos; Estado Novo; Democracia; continuidades; rupturas.

Abstract

The present thesis, titled "Historiography and Archives: Ruptures and Continuities between the Dictatorship and Democracy (1945-1996)", seeks to identify the changes and continuities in historiographical production and archives that occurred between the Estado Novo and the democratic regime that succeeded it. This study is based on an analysis of nearly two thousand historical studies, specifically doctoral theses and journal articles, produced over a period spanning several decades of each political regime. It was determined that April 25, 1974, was not a defining moment in these domains. On the one hand, because the process of progressive modernization of historiography was already triggered during the Estado Novo, especially from 1960 onwards, contributing to the historiographical explosion that occurred in Democracy. On the other hand, accelerated modernization of the archives only took place from the 1980s onwards, fully within the democratic period.

Keywords: Historiography; Archives; New State; Democracy; continuities; ruptures.

Índice

Lista de abreviaturas	20
Introdução.....	22
Metodologia	26
“Estado da Arte” – Fazer História: Genealogia da grande cadeia de saberes.....	30
Capítulo I – Centros de produção historiográfica: As universidades e as revistas	40
I.1 As universidades	41
I.1.1 Universidade de Lisboa	42
I.1.2 Universidade de Coimbra	43
I.1.3 Universidade do Porto	44
I.1.4 Sob o signo de Veiga Simão: as novas universidades	46
I.2 As revistas.....	48
I.2.1 Revista Portuguesa de História	49
I.2.2 O Tempo e o Modo	52
I.2.3 Análise Social	55
I.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	57
I.2.5 Revista de História Económica e Social.....	58
I.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social	60
I.2.7 Ler História	61
I.2.8 Penélope	63
Capítulo II – Análise à produção historiográfica: temáticas, geografias e cronologias.....	66
II.1 As temáticas	66
II.1.1 As temáticas estudadas entre 1945 e 1996.....	66
II.1.1.1 As temáticas estudadas durante o Estado Novo (1945-1974)	68
II.1.1.2 As temáticas estudadas durante a Democracia (1975-1996).....	70
II.1.2 As temáticas estudadas nos doutoramentos.....	71
II.1.2.1 Perspetiva geral	71
II.1.2.1.1 As temáticas estudadas nas teses de doutoramento durante o Estado Novo (1945-1974)	72
II.1.2.1.2 As temáticas estudadas nas teses de doutoramento durante a Democracia (1975-1996).....	74
II.1.2.2 Universidades.....	76
II.1.2.2.1 Universidade de Lisboa.....	76
II.1.2.2.2 Universidade de Coimbra.....	78
II.1.2.2.3 Universidade do Porto.....	83
II.1.2.2.4 Universidade dos Açores	84

II.1.2.2.5 Universidade Nova de Lisboa	85
II.1.2.2.6 Universidade do Minho	85
II.1.2.2.7 Universidade Técnica de Lisboa	86
II.1.2.2.8 Universidade de Évora	87
II.1.2.2.9 Universidade de Aveiro	87
II.1.3 As temáticas estudadas nas revistas	88
II.1.3.1 Perspetiva geral	88
II.1.3.1.1 As temáticas estudadas nas revistas durante o Estado Novo (1945-1974).....	90
II.1.3.1.2 As temáticas estudadas nas revistas durante a Democracia (1975-1996).....	91
II.1.3.2 Revistas.....	93
II.1.3.2.1 Revista Portuguesa de História.....	93
II.1.3.2.2 O Tempo e o Modo	97
II.1.3.2.3 Análise Social.....	100
II.1.3.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	103
II.1.3.2.5 Revista de História Económica e Social	106
II.1.3.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social.....	108
II.1.3.2.7 Ler História.....	109
II.1.3.2.8 Penélope.....	110
II.1.4 Análise comparativa das temáticas estudadas nas revistas e nas teses de doutoramento	112
II.2 As geografias	114
II.2.1 A História nacional e internacional entre 1945 e 1996	115
II.2.1.1 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados durante o Estado Novo.....	116
II.2.1.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados durante a Democracia	117
II.2.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nos doutoramentos	118
II.2.2.1 Perspetiva geral	118
II.2.2.1.1 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas teses de doutoramento durante o Estado Novo	119
II.2.2.1.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas teses de doutoramento durante a Democracia	119
II.2.2.2 Universidades.....	120
II.2.2.2.1 Universidade de Lisboa.....	120
II.2.2.2.2 Universidade de Coimbra.....	122

II.2.2.2.3 Universidade do Porto.....	124
II.2.2.2.4 Universidade dos Açores	125
II.2.2.2.5 Universidade Nova de Lisboa	125
II.2.2.2.6 Universidade do Minho	126
II.2.2.2.7 Universidade Técnica de Lisboa	126
II.2.2.2.8 Universidade de Évora	127
II.2.2.2.9 Universidade de Aveiro	127
II.2.3 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas revistas	127
II.2.3.1 Perspetiva geral	127
II.2.3.1.1 Estudo dos territórios de âmbito nacional e internacional nas revistas durante o Estado Novo.....	128
II.2.3.1.2 Estudo dos territórios de âmbito nacional e internacional nas revistas durante a Democracia	129
II.2.3.2 Revistas.....	129
II.2.3.2.1 Revista Portuguesa de História.....	129
II.2.3.2.2 Análise Social.....	132
II.2.3.2.3 O Tempo e o Modo	133
II.2.3.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	135
II.2.3.2.5 Revista de História Económica e Social	136
II.2.3.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social.....	136
II.2.3.2.7 Ler História.....	137
II.2.3.2.8 Penélope.....	137
II.2.3.3 Análise comparativa entre teses de doutoramento e revistas	138
II.2.4 A História de âmbito regional e local entre 1945 e 1996	139
II.2.4.1 A História de âmbito regional.....	140
II.2.4.1.1 Perspetiva geral	140
II.2.4.1.1.1 Estudo dos territórios de âmbito regional durante o Estado Novo	141
II.2.4.1.1.2 Estudo dos territórios de âmbito regional durante a Democracia.....	142
II.2.4.2 A História de âmbito local	143
II.2.4.3 Síntese	144
II.3 As cronologias	145
II.3.1 As épocas históricas	146
II.3.1.1 Perspetiva geral	146
II.3.1.1.1 As épocas históricas estudadas durante o Estado Novo (1945-1974).....	147
II.3.1.1.2 As épocas históricas estudadas durante a Democracia (1975-1996)	148
II.3.1.2 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos	149

II.3.1.2.1 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos durante o Estado Novo	149
II.3.1.2.2 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos durante a Democracia.....	150
II.3.1.3 Universidades	150
II.3.1.3.1 Universidade de Lisboa.....	150
II.3.1.3.2 Universidade de Coimbra.....	152
II.3.1.3.3 Universidade do Porto.....	153
II.3.1.3.4 Universidade dos Açores	154
II.3.1.3.5 Universidade Nova de Lisboa	155
II.3.1.3.6 Universidade do Minho	156
II.3.1.3.7 Universidade Técnica de Lisboa	156
II.3.1.3.8 Universidade de Évora	157
II.3.1.3.9 Universidade de Aveiro	157
II.3.1.4 Épocas históricas estudadas nas revistas	157
II.3.1.4.1 Perspetiva geral	157
II.3.1.4.1.1 As épocas históricas estudadas nas revistas durante o Estado Novo (1945-1974)	158
II.3.1.4.1.2 As épocas históricas estudadas nas revistas durante a Democracia (1975-1996).....	159
II.3.1.5 Revistas.....	160
II.3.1.5.1 Revista Portuguesa de História.....	160
II.3.1.5.2 O Tempo e o Modo	162
II.3.1.5.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	164
II.3.1.5.5 Revista de História Económica e Social	166
II.3.1.5.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social.....	167
II.3.1.5.7 Ler História.....	167
II.3.1.5.8 Penélope.....	168
II.3.2 Os períodos e séculos	168
II.3.2.1 Perspetiva geral	168
II.3.2.1.1 Os períodos e séculos estudados durante o Estado Novo (1945-1974)	169
II.3.2.1.2 Os períodos e séculos estudados durante a Democracia (1975-1996)	170
II.3.2.2 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos.....	171
II.3.2.2.1 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos durante o Estado Novo	172

II.3.2.2.2 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos durante a Democracia.....	172
II.3.2.3 Revistas.....	173
II.3.2.3.1 Períodos e séculos estudados nas revistas durante o Estado Novo..	174
II.3.2.3.2 Períodos e séculos estudados nas revistas durante a Democracia ..	175
II.3.3 Os regimes políticos	175
II.3.3.1 Perspetiva geral	175
II.3.3.1.1 Os regimes políticos estudados durante o Estado Novo (1945-1974)	177
II.3.3.1.2 Os regimes políticos estudados durante a Democracia (1975-1996)	177
II.3.3.2 Regimes políticos estudados nos doutoramentos	178
II.3.3.2.1 Regimes políticos estudados nos doutoramentos durante o Estado Novo	179
II.3.3.2.2 Regimes políticos estudados nos doutoramentos durante a Democracia.....	179
II.3.3.3 Revistas.....	179
II.3.3.3.1 Regimes políticos estudados nas revistas durante o Estado Novo ...	180
II.3.3.3.2 Regimes políticos estudados nas revistas durante a Democracia	181
II.3.4 Síntese.....	181
Capítulo III - Historiadores e sua produção historiográfica nas revistas.....	184
III.1 Revista Portuguesa de História	185
III.1.1 Luís Ferrand de Almeida	186
III.1.2 Torquato de Sousa Soares	188
III.1.3 António de Oliveira	190
III.1.4 Avelino de Jesus da Costa.....	190
III.1.5 José Amado Mendes	191
III.1.6 Rui de Azevedo	193
III.1.7 Pierre David.....	195
III.1.8 Síntese.....	196
III.2 O Tempo e o Modo	198
III.2.1 Vasco Pulido Valente.....	198
III.2.2 A. H. Oliveira Marques	200
III.2.3 João Bénard da Costa	201
III.2.4 Joel Serrão	202
III.2.5 José Augusto França.....	202
III.2.6 José Lavradio.....	202
III.2.7 Luís Salgado de Matos	203
III.2.8 Júlio Castro Caldas.....	203

III.2.9 Luís Matoso.....	203
III.2.10 Mahmoud Hussein	204
III.2.11 Mário Soares	204
III.2.12 Moisés da Silva Ramos	204
III.2.13 Síntese.....	205
III.3 Análise Social	206
III.3.1 Maria Filomena Mónica.....	206
III.3.2 Manuel de Lucena	207
III.3.3 Fátima Bonifácio	208
III.3.4 Vasco Pulido Valente.....	209
III.3.5 Jaime Reis	210
III.3.6 José Barreto	210
III.3.7 Maria de Lourdes Lima dos Santos	211
III.3.8 Manuel Villaverde Cabral.....	211
III.3.9 Valentim Alexandre	212
III.3.10 José Machado Pais	213
III.3.11 Maria Eduarda Cruzeiro	214
III.3.12 João B. Serra	214
III.3.13 Síntese.....	215
III.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	216
III.4.1 Humberto Baquero Moreno	216
III.4.2 José Marques	218
III.4.3 Carlos Alberto Ferreira de Almeida.....	219
III.4.4 Vítor Oliveira Jorge.....	220
III.4.5 Luís A. de Oliveira Ramos.....	221
III.4.6 Luís Miguel Duarte.....	222
III.4.7 Eugénio dos Santos	223
III.4.8 Aurélio de Oliveira	224
III.4.9 Jorge Fernandes Alves	225
III.4.10 Victor de Sá.....	226
III.4.11 Fernando de Sousa.....	227
III.4.12 Francisco Ribeiro da Silva	228
III.4.13 Natália Ferreira Alves.....	228
III.4.14 Susana Oliveira Jorge.....	229
III.4.15 Joaquim Ferreira Alves.....	230
III.4.16 Armando Carvalho Homem.....	231

III.4.17 Mário Barroca.....	232
III.4.18 Síntese.....	233
III.5 Revista de História Económica e Social	233
III.5.1 Vitorino Magalhães Godinho	234
III.5.2 António Carreira	236
III.5.3 Maria José Pimenta Ferro Tavares	237
III.5.4 Nuno Valério	239
III.5.5 António Lopes Vieira.....	240
III.5.6 David Justino.....	241
III.5.7 Jorge Crespo	242
III.5.8 Síntese.....	242
III.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social	243
III.6.1 Jorge Arroiteia, José Guerreiro, Maria Beatriz Rocha Trindade e Alberto Martinho	244
III.6.2 Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães	245
III.6.3 Joaquim Manuel Nazareth, Fernando de Sousa e João Rocha Pinto	246
III.6.4 Nuno Valério	247
III.6.5 Joaquim Romero Magalhães, Marinho dos Santos, Maria Manuela Lucas, José Oliveira Barata, Fernando Rebelo, Maria José Pimenta Ferro Tavares Leonor Carvalhão Buescu, João Rocha Pinto e Leonor Freire Costa	247
III.6.6 Maria Eugénia Mata	248
III.6.7 Rita Costa Gomes	249
III.6.8 João Rocha Pinto	249
III.6.9 Síntese.....	250
III.7 Ler História.....	250
III.7.1 Miriam Halpern Pereira	251
III.7.2 Carlos Coelho Maurício	254
III.7.3 José Mattoso	256
III.7.4 Magda Pinheiro	258
III.7.5 Maria de Fátima Sá Melo Ferreira	259
III.7.6 Maria Beatriz Nizza da Silva.....	261
III.7.7 Maria Carlos Radich	263
III.7.8 Maria Norberta Amorim	264
III.7.9 Robert Rowland.....	266
III.7.10 Humberto Baquero Moreno	267
III.7.11 José Luís Cardoso.....	268
III.7.12 Luís de Albuquerque.....	269

III.7.13 Síntese	270
III.8 Penélope	270
III.8.1 António Manuel Hespanha	271
III.8.2 Valentim Alexandre	274
III.8.3 Carlos Fabião	277
III.8.4 Fernando Jesús Bouza Álvarez	279
III.8.5 José Mattoso	280
III.8.6 Síntese	281
Capítulo IV - Os arquivos na perspectiva dos historiadores	282
IV.1 O uso dos arquivos pelos historiadores no Estado Novo e na Democracia	286
IV.1.1 Quadro de conjunto (1945-1996)	287
IV.1.1.1 Análise geral	287
IV.1.1.2 Teses de doutoramento	288
IV.1.1.3 Revistas	290
IV.1.2 O uso dos arquivos pelos historiadores no Estado Novo (1945-1974)	292
IV.1.2.1 Análise geral	293
IV.1.2.2 Teses de doutoramento	294
IV.1.2.3 Revistas	295
IV.1.3 O uso dos arquivos pelos historiadores na Democracia (1975-1996)	297
IV.1.3.1 Análise geral	297
IV.1.3.2 Teses de doutoramento	299
IV.1.3.3 Revistas	301
IV.1.4 Análise e debate de dados	302
IV.2 Os historiadores e os arquivos: da crítica ao elogio.	305
IV.2.1 Críticas	307
IV.2.1.1 Falta ou dificuldades de acesso	308
IV.2.1.2 Insuficiências e/ou deficiências na descrição documental	311
IV.2.1.3 Política de incorporações	315
IV.2.1.4 Inexistência ou escassez de documentação	317
IV.2.1.5 Perda de documentação por causas naturais, humanas ou negligência	320
IV.2.1.6 Problemas de arrumação	323
IV.2.1.7 Dificuldades de conservação da documentação	324
IV.2.2 Elogios	326
IV.2.2.1 Facilidades de acesso	326
IV.2.2.2 Descrição documental	330
IV.2.2.3 Política de incorporações	332

IV.2.2.4 A riqueza e/ou extensão dos arquivos.....	334
IV.2.2.5 A publicação de fontes	336
IV.2.2.6 A transferência de suportes	338
IV.2.2.7 Estado de conservação dos arquivos	339
IV.2.2.8 Estado das instalações	340
IV.2.3 Síntese	341
Considerações Finais	344
Bibliografia.....	350
Fontes	358

Índice de figuras

Figura 1: Capa do n.º 1 da Revista de História Económica e Social, fundada e dirigida por Vitorino Magalhães Godinho.	67
Figura 2: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1945-1996).	67
Figura 3: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1945-1974).	69
Figura 4: Capa do n.º 1 da revista Análise Social, fundada em 1963 e dirigida por Adérito Sedas Nunes.	69
Figura 5: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1975-1996).	70
Figura 6: Temáticas Historiográficas em Teses (1945-1996).....	72
Figura 7: Temáticas Historiográficas em Teses (1945-1974).....	73
Figura 8: Capa da tese “Sesmarias Medievais Portuguesas”, de Virgínia Rau (1946), uma das primeiras professoras universitárias e historiadoras doutoradas em Portugal.	74
Figura 9: Temáticas Historiográficas em Teses (1975-1996).....	75
Figura 10: Capa da tese “As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)”, de Henrique David (1992). O estudo da Demografia Histórica ganhou relevância após 1974.	76
Figura 11: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1996).	77
Figura 12: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1974).	77
Figura 13: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1975-1996).	78
Figura 14: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1996).	79
Figura 15: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1974).	79
Figura 16: Capa do volume 1 da tese “Vida Económica e Social de Coimbra (1537- 1640)” António de Oliveira (1972), distinguida com o Prémio Nacional de História em 1973.	81
Figura 17: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1975-1996).....	82
Figura 18: Capa do volume 1 da tese “O Algarve Económico: 1600-1773” de Joaquim Romero Magalhães (1984).....	82
Figura 19: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1945-1996).	83
Figura 20: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1975-1996).	84
Figura 21: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade dos Açores (1975-1996).....	84
Figura 22: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).....	85
Figura 23: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Minho (1975-1996).....	86
Figura 24: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).	86

Figura 25: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Évora (1975-1996).....	87
Figura 26: Capa do volume 2 da tese Padre Arménio Alves da Costa Júnior (1996).	88
Figura 27: Temáticas Historiográficas em Revistas (1945-1996).....	90
Figura 28: Temáticas Historiográficas em Revistas (1945-1974).....	91
Figura 29: Temáticas Historiográficas em Revistas (1975-1996).....	92
Figura 30: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1945-1996).	94
Figura 31: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1945-1974).	95
Figura 32: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1975-1996).	97
Figura 33: Temáticas Historiográficas na revista O Tempo e o Modo (1945-1996).	98
Figura 34: Temáticas Historiográficas na revista O Tempo e o Modo (1945-1974).	99
Figura 35: Temáticas Historiográficas na revista O Tempo e o Modo (1975-1996).	100
Figura 36: Temáticas Historiográficas na revista Análise Social (1945-1996).	101
Figura 37: Temáticas Historiográficas na revista Análise Social (1945-1974).	101
Figura 38: Temáticas Historiográficas na revista Análise Social (1975-1996).	102
Figura 39: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).	103
Figura 40: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).	104
Figura 41: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).	106
Figura 42: Temáticas Historiográficas na Revista de História Económica e Social (1975-1996).....	108
Figura 43: Temáticas Historiográficas nos Cadernos da Revista de História Económica e Social (1975-1996).....	109
Figura 44: Temáticas Historiográficas na revista Ler História (1975-1996).	110
Figura 45: Temáticas Historiográficas na revista Penélope (1975-1996).	112
Figura 46: Capa do volume 1 da tese “O Cardeal Saraiva”, de Luís Oliveira Ramos (1972).	113
Figura 47: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1945-1996).	115
Figura 48: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1945-1974).	117
Figura 49: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1975-1996).	118
Figura 50: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1945-1996).....	118
Figura 51: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1945-1974).....	119
Figura 52: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1975-1996).....	120
Figura 53: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1996).....	120
Figura 54: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1974).....	121
Figura 55: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1975-1996).....	122
Figura 56: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses - Universidade de Coimbra (1945-1996).....	122
Figura 57: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1974).....	123
Figura 58: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1975-1996).....	124

Figura 59: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1945-1996).....	124
Figura 60: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1975-1996).....	125
Figura 61: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade dos Açores (1975-1996).	125
Figura 62: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).	126
Figura 63: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Minho (1975-1996).	126
Figura 64: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).	126
Figura 65: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Évora (1975-1996).	127
Figura 66: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Aveiro (1975-1996).	127
Figura 67: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1945-1996).....	128
Figura 68: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1945-1974).....	128
Figura 69: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1975-1996).....	129
Figura 70: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1945-1996).....	130
Figura 71: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1945-1974).....	131
Figura 72: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1975-1996).....	131
Figura 73: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Análise Social (1945-1996).....	132
Figura 74: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Análise Social (1945-1974).....	132
Figura 75: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Análise Social (1975-1996).....	133
Figura 76: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1945-1996).....	133
Figura 77: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1945-1974).....	134
Figura 78: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1975-1996).....	135
Figura 79: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).	135
Figura 80: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).	135
Figura 81: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).	136
Figura 82: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista de História Económica e Social (1975-1996).....	136
Figura 83: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Cadernos da Revista de História Económica e Social (1975-1996).	137

Figura 84: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Ler História (1975-1996).	137
Figura 85: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Penélope (1975-1996).	138
Figura 86: Âmbito Geográfico Regional (1945-1996).	141
Figura 87: Âmbito Geográfico Regional (1945-1974).	142
Figura 88: Âmbito Geográfico Regional (1975-1996).	143
Figura 89: Âmbito Cronológico - Épocas (1945-1996).	147
Figura 90: Âmbito Cronológico - Épocas (1945-1974).	148
Figura 91: Âmbito Cronológico - Épocas (1975-1996).	148
Figura 92: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1945-1996).	149
Figura 93: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1945-1974).	149
Figura 94: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1975-1996).	150
Figura 95: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1945-1996).	150
Figura 96: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1945-1974).	151
Figura 97: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1975-1996).	151
Figura 98: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1996).	152
Figura 99: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Coimbra (1945-1974).	152
Figura 100: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Coimbra (1975-1996).	153
Figura 101: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1945-1996).	153
Figura 102: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1945-1974).	154
Figura 103: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1975-1996).	154
Figura 104: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade dos Açores (1975-1996).	155
Figura 105: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).	155
Figura 106: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Minho (1975-1996).	156
Figura 107: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).	156
Figura 108: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Évora (1975-1996).	157
Figura 109: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Aveiro (1975-1996).	157
Figura 110: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1945-1996).	158
Figura 111: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1945-1974).	159
Figura 112: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1975-1996).	160
Figura 113: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1945-1996).	161
Figura 114: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1945-1974).	162
Figura 115: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1975-1996).	162
Figura 116: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1945-1996).	163
Figura 117: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1945-1974).	163
Figura 118: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1975-1996).	164

Figura 119: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).....	165
Figura 120: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).....	165
Figura 121: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).....	166
Figura 122: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista de História Económica e Social (1975-1996).....	167
Figura 123: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Cadernos da RHES (1975-1996).	167
Figura 124: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Ler História (1975-1996).....	168
Figura 125: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Penélope (1975-1996).....	168
Figura 126: Âmbito Cronológico - Períodos (1945-1996).	169
Figura 127: Âmbito Cronológico - Períodos (1945-1974).	170
Figura 128: Âmbito Cronológico - Períodos (1975-1996).	171
Figura 129: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1945-1996).....	172
Figura 130: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1945-1974).....	172
Figura 131: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1975-1996).....	173
Figura 132: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1945-1996).....	174
Figura 133: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1945-1974).....	174
Figura 134: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1975-1996).....	175
Figura 135: Âmbito Cronológico - Regimes (1945-1996).....	177
Figura 136: Âmbito Cronológico - Regimes (1945-1974).....	177
Figura 137: Âmbito Cronológico - Regimes (1975-1996).....	178
Figura 138: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1945-1996).	178
Figura 139: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1945-1974).	179
Figura 140: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1975-1996).	179
Figura 141: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1945-1996).	180
Figura 142: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1945-1974).	181
Figura 143: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1975-1996).	181
Figura 144: Fontes por País (1945-1996).	287
Figura 145: Instituições de Custódia (1945-1996).....	288
Figura 146: Tipos de Fontes Referenciadas (1945-1996).	288
Figura 147: Fontes por País - Teses (1945-1996).....	289
Figura 148: Instituições de Custódia - Teses (1945-1996).	290
Figura 149: Tipos de Fontes Referenciadas - Teses (1945-1996).....	290
Figura 150: Fontes por País - Revistas (1945-1996).....	291
Figura 151: Instituições de Custódia - Revistas (1945-1996).	292
Figura 152: Tipos de Fontes Referenciadas - Revistas (1945-1996).....	292
Figura 153: Tipos de Fontes por País (1945-1974).....	293
Figura 154: Instituições de Custódia (1945-1974).....	293
Figura 155: Tipos de Fontes Referenciadas (1945-1974).	294
Figura 156: Fontes por País - Teses (1945-1974).....	294
Figura 157: Instituições de Custódia - Teses (1945-1974).	295
Figura 158: Tipos de Fontes Referenciadas - Teses (1945-1974).....	295
Figura 159: Tipos de Fontes por País - Revistas (1945-1974).	296
Figura 160: Instituições de Custódia - Revistas (1945-1974).	296
Figura 161: Tipos de Fontes Referenciadas - Revistas (1945-1974).....	297
Figura 162: Tipos de Fontes por País (1975-1996).....	298

Figura 163: Instituições de Custódia (1975-1996).....	299
Figura 164: Fontes Referenciadas (1975-1996).....	299
Figura 165: Fontes por País - Teses (1975-1996).....	300
Figura 166: Instituições de Custódia - Teses (1975-1996).	300
Figura 167: Fontes Referenciadas - Teses (1975-1996).	301
Figura 168: Fontes por País - Revistas (1975-1996).....	301
Figura 169: Instituições de Custódia - Revistas (1975-1996).	302
Figura 170: Fontes Referenciadas - Revistas (1975-1996).	302
Figura 171: Processo de modernização da Historiografia Portuguesa entre 1945 e 1996.....	345
Figura 172: Processo de modernização do setor dos arquivos entre 1945 e 1996.....	348

Lista de abreviaturas

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AO – Obras Artísticas

BIBL – Bibliografia

CTG - Cartografia

EO – Estatísticas Oficiais

ETTA – Entrevistas

FAV – Fontes Audiovisuais

FIMP – Fontes Impressas

FF – Fontes Fotográficas

FM – Fontes Monumentais

IAN/TT – Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

IDD – Instrumentos de Descrição Documental

IMPA – Imprensa

INQ - Inquéritos

LEG – Legislação

OCL – Obras de Crítica Literária

OD – Observação Direta

OL – Obras Literárias

PARAM - Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais

RFLUP – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RPH – Revista Portuguesa da História

SPT – Sessões Parlamentares

Introdução

A presente tese foi despoletada pela necessidade de confirmar se a imagem da historiografia do Estado Novo, construída pelos historiadores durante a Democracia, corresponde ao que efetivamente ocorreu. O diapasão mais amplamente reproduzido e aceite foi o de que, *grosso modo*, a História produzida no Estado Novo constituiu um canal de difusão do discurso conservador, nacionalista, imperialista e antidemocrático característico deste regime autoritário, que rejeitava abordagens historiográficas inovadoras como a dos *Annales* ou a marxista (Pereira 1986:124; Mattoso 1983:642-661; Vilhena 1983:172-173; Nunes 1995:16; 268; Trindade 2016:206-207; Mendes 1996a:313-317). O seu carácter instrumental casava bem com a corrente historiográfica em voga, a neo-metódica – descritiva, factual e documentalista (Mendes 1994:8-9; 20-21; Nunes 1995:267; Torgal 1996a:39).

Uma historiografia centrada na apologia da gesta dos heróis, dos santos e missionários, das batalhas e de outros acontecimentos de relevo nacional, serviu de esteio à cartilha do Estado Novo, que privilegiava a Idade Média e a Época Moderna, associadas à afirmação e à consolidação da nacionalidade, bem como aos tempos áureos dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. A História Política, a História Militar, a História Religiosa e a História Colonial terão sido aquelas em que o regime mais investiu (Oliveira 2011:44). Em oposição, negligenciava-se, ou desincentivava-se mesmo, o estudo de outros períodos cronológicos e temáticas, como a Época Contemporânea e a História Económica e Social ou a História Cultural e das Mentalidades (Hespanha 1982:802-803; Pereira 1991a:6-13; 1991b:13; 94; 115; Mattoso 1983:642-661; Serra 1991:111-116; Dias 1991:128-129; Veloso 1991:26; Coelho 1991:47-55; Silva 1991:85; Marques 1992:442; Nunes 2016:145-148).

Em contraponto, a historiografia do período democrático assistiu a um processo de profunda transformação no sentido da modernização acelerada em direção às correntes mais inovadoras. Abraçou finalmente, sem preconceitos, a Época Contemporânea e espalhou-se por novas agendas. A História neo-metódica foi rapidamente destronada pelas novas correntes. A tónica dos historiadores, com uma ou outra exceção em que se chama à atenção para iniciativas isoladas de modernização anteriores a 1960 e a um movimento mais abrangente a partir desta data, parece assentar num quadro geral de rutura entre o Estado Novo e a Democracia, mesmo quando nesta se mantiveram antigas formas de fazer História ou se resgataram e renovaram temáticas como a História Colonial e a História Política (Hespanha 1982:805; 1986:66-67; Pereira 1991b:93-94; 115; Oliveira 1987:113-119; Godinho 1988:30-31; 41; Teixeira 1988:97-98; Pinto 1990:695; Dias 1991:129-136; Cardoso 1991;

França 1991:155-158; Castro 1991:136-137; Moreno et. al. 1991:35; Coelho 1991:47; Araújo e Carvalho 1991:62-65; Amorim 1995:5; Albuquerque 1911:81-83; Silva 1991:91; 1995:20; Marques 1992:452-456; Bonifácio 1993:628; Teixeira 1993:377; Falcon 1988:90-94; 1994:370-373; Mendes 1994:21; 1996a:313-394; 1996b:37-79; Homem 1994:37-38; Nunes 1995:268; 2013:3; 18; Xavier 2000:141-160; Roel 2002:629-634; Coelho 2006:20-29; Oliveira 2011:11; 19-20; 54-60; Torgal 2014:27; Martinho 2014:112; Trindade 2016:207; 212; Neto 2007:256; 2017:128-142; Fernandes 2021).

Esta visão quase generalizada de que a História historicizante e arcaica do Estado Novo foi a passos largos substituída pela História progressista da Democracia não parece ser completamente verossímil. Os historiadores não se convertem a novas correntes de um dia para o outro. A formação de uma geração apta de historiadores é um trabalho longo e árduo que pode levar décadas. Claro que houve alguns que se formaram no estrangeiro e que, após 25 de Abril de 1974, regressaram a Portugal, dando o seu contributo à historiografia portuguesa (Pinto 1990:695). Todavia, estes resumiram-se a uma minoria. Como explicar então o “Grande Salto em Frente”, que se deu após 1974, sem uma “Revolução Silenciosa” operada no Estado Novo? Julgamos que a renovação da historiografia portuguesa da Era democrática teria certamente sido mais demorada e menos efetiva sem a existência de condições prévias.

A imagem transmitida pelos historiadores sobre uma historiografia do Estado Novo atrasada, produto de um País isolado e alheado das tendências modernizantes externas, deve ser posta em causa. A evolução da historiografia e a forma como se lida com a memória historiográfica são indicadores da maturidade das sociedades. Nesse sentido, propomo-nos estudar a evolução da produção historiográfica em Portugal nas décadas anteriores e posteriores a 1974, colocando como perguntas de investigação as seguintes hipóteses: a Revolução de 25 de Abril de 1974 foi um momento definidor em termos da separação clara das águas entre os tipos de historiografia, provocando fortes ruturas? Ou acelerou e aprofundou tendências historiográficas que se vinham já afirmando, num ambiente de uma certa continuidade? Só assim se poderá obter uma visão desapaixionada e objetiva de um período distribuído por dois regimes em que, permanentemente, se faz questão de frisar as diferenças.

A História da Historiografia é crucial neste estudo. Mas, para além desta dimensão, decidiu-se acrescentar a componente dos arquivos por duas razões. A primeira é a de que os arquivos condicionam o trabalho dos historiadores, influenciando de forma decisiva na

historiografia produzida. As políticas de proteção, incorporação, conservação, tratamento arquivístico, avaliação e acesso à documentação são determinantes quando os historiadores querem enveredar por uma determinada investigação. Para além de que geram perspetivas ou representações das realidades que afetam o processo individual e coletivo de criação das narrativas ou das representações históricas. A existência de arquivos com boas condições para guardar, conservar e tratar a documentação, bem como a disponibilização de inventários, tecnologias e regras que permitem um acesso facilitado aos documentos favorecem os historiadores. E o contrário prejudica-os. Daí a necessidade premente de ouvir o que dizem relativamente aos arquivos. Nesta tese dá-se voz às dificuldades e aos elogios dos historiadores, como parceiros críticos dos arquivos, visando a melhoria dos serviços que estes prestam. Trata-se de conferir aos historiadores a função de promotores de, quase, uma História Pública. Neste caso, orientada para a aplicação do contributo dos historiadores à finalidade de aumentar a qualidade dos arquivos, o que extravasa claramente o âmbito da História.

A segunda razão pela qual se incide sobre os arquivos, prende-se com o percurso do autor deste estudo. Com formação pós-graduada e mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, é arquivista desde 2007 e desempenha funções dirigentes na área desde 2014 no Arquivo Distrital de Évora. Tem publicado vários estudos nesse domínio, concretamente, sobre os modelos de gestão de arquivos e sobre as políticas arquivísticas. Ao longo do seu trajeto tem observado os efeitos que estas produzem nos projetos de investigação dos historiadores. A influência dos arquivos na historiografia é discreta e subtil, mas determinante. Apesar das tendências mais modernas e pós-modernas retirarem alguma centralidade aos documentos, os arquivos, sob os mais diversos suportes e acessíveis através dos mais variados meios, continuam a ser os laboratórios dos historiadores (Zagorin 2001:148; Ankersmit 1990:287-290). É neles que reside a matéria-prima que serve de base aos estudos históricos. Desta feita, sem arquivos a funcionar de forma eficaz, os historiadores enfrentam dificuldades substanciais e, por vezes, inultrapassáveis no seu labor.

Os arquivos são aqui escrutinados como suporte à produção historiográfica. E esta é estudada como um elemento através do qual se pode perscrutar a modernização do País, dando a conhecer o grau de desenvolvimento que experienciou neste meio século.

Metodologia

Para dar resposta às nossas perguntas de investigação deixamos de seguida algumas notas sobre a metodologia a adotada. A reflexão sobre as metodologias a aplicar em estudos científicos, de base quantitativa ou qualitativa, tem suscitado o interesse de múltiplos autores, entre os quais se salientam alguns (Pickard, 2007; Flick, 2005; Bufrem, 2001; Aires, 2015; Chizzotti, 2003). Nesta tese em ciências sociais optou-se por temperar a abordagem quantitativa com a abordagem qualitativa. Assim, se por um lado se recorreu a uma extensa recolha de dados e a uma profunda análise dos mais pertinentes para as questões que foram colocadas, por outro lado, analisou-se a bibliografia e, em especial, o conteúdo dos estudos que serviram de fontes. Se se tivesse optado por um único método perder-se-ia o contributo do outro para a compreensão da realidade. Assim, para enriquecer a análise, tentou-se articular as duas metodologias.

Houve necessidade de balizar o estudo em vários aspetos. A primeira decisão foi a delimitação geográfica do estudo a Portugal Continental e às regiões dos Açores e da Madeira. Deve sublinhar-se que neste período, devido à descolonização, Portugal perdeu mais de 95% do seu território. Assim, ao se cingir o estudo a estas fronteiras, está-se a evitar eventuais distorções ou contaminações que resultariam da inclusão da produção historiográfica portuguesa fora destes limites. A segunda questão que sobreveio foi a definição do arco temporal a estudar. Escolheu-se o período que medeia entre 1945 e 1996. A escolha da primeira data justifica-se com as mudanças encetadas pela ditadura após o fim da Segunda Guerra Mundial, no sentido de uma maior aproximação aos países do Bloco Ocidental. Esta movimentação teria também impacto na historiografia produzida, inicialmente de forma pouco nítida, mas gradualmente cada vez mais evidente, apesar do controlo do regime. Quanto à segunda data, está associada ao fim das restrições de acesso aos arquivos das instituições repressivas da ditadura, nomeadamente, aos arquivos da PIDE/DGS e Salazar (Loff 2014).

Depois da delimitação espacial e temporal do estudo, decidiu-se prosseguir, do ponto de vista metodológico, por uma abordagem serial extensiva à produção historiográfica, que consistiu na recolha e tratamento de dados extraídos de revistas publicadas em Portugal e de teses de doutoramento aprovadas em universidades portuguesas. Esta perspetiva quantitativa foi complementada por uma análise qualitativa à bibliografia e aos conteúdos recolhidos nas teses de doutoramento e revistas. A escolha destes dois tipos de fontes foi intencional. As revistas e as teses são os principais veículos da produção historiográfica.

Embora de modos diferentes. As revistas espelham a atuação coletiva dos historiadores, podendo estar enquadradas institucionalmente em centros de investigação ou constituir iniciativas privadas. Em geral, preconizam perspectivas e metodologias interdisciplinares, aceitando tanto a participação de historiadores (profissionais ou não) como de elementos de outros quadrantes. Já as teses de doutoramento são o reflexo da vida académica, procedendo dos processos de avaliação estabelecidos nas universidades destinados à obtenção de graus académicos. Procurou-se analisar, preferencialmente, estudos de historiadores com formação na área ou até mesmo profissionalizados, pois é este o corpo especializado responsável pela construção de narrativas históricas de pendor científico. Apesar desse esforço, alguns dos autores dos estudos não correspondem a este perfil, mas, no conjunto, o grupo dos historiadores profissionais ou formados na área é bastante representativo do universo analisado.

A escolha das revistas e das teses sustentou-se, por um lado, na sua associação umbilical aos círculos universitários e, por outro, na sua inclusão na área científica da História, tarefa por vezes difícil discernir, em especial quando se mescla com domínios como a Demografia, a Antropologia, a Economia ou a Ciência Política. Desse cruzamento surgiram estudos híbridos que podem facilmente ser alocados a mais de uma área do conhecimento, tendo-se usualmente optado por inseri-los na nossa análise quando ofereciam uma visão retrospectiva, mesmo quando recente (tributária da História do presente).

No que respeita às teses, o intuito foi selecionar apenas as aprovadas nas universidades portuguesas, mesmo quando os seus autores são estrangeiros. Por isso, excluíram-se todas as produzidas fora de Portugal, incluindo as elaboradas por historiadores portugueses e as que incidiram sobre o nosso País. O objetivo foi delimitar a análise à historiografia produzida nas nossas fronteiras, uma vez que esteve sujeita a contextos políticos distintos de outros países. Mais especificamente, a um período alargado de autoritarismo ao qual sucederam uma Revolução e a consolidação democrática. Logo, para garantir coerência nas análises comparativas entre os regimes do Estado Novo e da Democracia restringiu-se o estudo às atuais fronteiras portuguesas.

Até à Reforma Veiga Simão existiam três universidades com cursos de História em Portugal: a Universidade de Coimbra (1911), a Universidade de Lisboa (1911) e a Universidade do Porto (1919 a 1931 e, depois, refundada a partir de 1962). Tendo em conta o estágio de desenvolvimento da área da História antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, foram apenas aprovadas 16 teses nestas universidades até essa data. Durante a Democracia o número de teses aumentou vertiginosamente, alcançando um total de 183. Este incremento

deveu-se não apenas ao reforço muito significativo da produtividade nestas universidades, mas também à produção das novas instituições universitárias: Universidade do Minho, Universidade de Évora, Universidade dos Açores e, sobretudo, Universidade Nova de Lisboa.

No total, foram analisadas 199 teses produzidas entre 1945 e 1996: 52 da Universidade de Coimbra; 51 da Universidade Nova de Lisboa; 36 da Universidade do Porto; 34 da Universidade de Lisboa; nove da Universidade do Minho; seis da Universidade de Évora; seis da Universidade dos Açores; quatro da Universidade Técnica de Lisboa; e, uma da Universidade de Aveiro.

Nas revistas a escolha recaiu nas mais representativas da produção universitária e intelectual, algumas das quais atravessaram os dois regimes políticos, havendo a preocupação de incluir também uma da Oposição ao Estado Novo. Há, naturalmente, consciência de que a escolha é arriscada, uma vez que existiram (e continuam a existir) muitos outros títulos. Porém, uma análise com este nível de profundidade não seria exequível numa investigação de doutoramento se não se limitasse o universo a apenas algumas revistas para servirem de amostra. Como mera informação, para além das que constituíram a matéria-prima deste estudo há muitas outras, tais como as elencadas a seguir, sem preocupações com a exaustividade: *Arquipélago* (1979-); *Biblos* (1925-); *Brotéria* (1902-); *Cadernos do Noroeste* (1986-); *Cadmo* (1991-); *Clio* (1979-2008); *Conimbriga* (1959-); *Euphrosyne* (1967-); *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia* (1966-); *História* (1978-?); *Humanitas* (1947-2011); *Lusitânia Sacra* (1956-); *Revista Crítica de Ciências Sociais* (1978-); *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* (1949-); *Revista de História das Ideias* (1977-); *Seara Nova* (1921-); *Vértice* (1942-).

Quanto às revistas eleitas, abaixo identificadas, correspondem a uma amostra quantitativa de estudos bastante expressiva. Independentemente de cada revista ter sido fundada antes de 1945 ou de ter continuado a sua produção para além de 1996, apenas se incluíram os estudos publicados nesse lapso de tempo. Para se ter uma noção da quantidade de estudos abrangidos faz-se a seguinte enumeração: 416 estudos da *Revista Portuguesa de História* (1947-1996); 240 estudos da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (1970-1996); 221 estudos da *Ler História* (1983-1996); 345 da *Análise Social* (1968-1996); 130 estudos da *Penélope* (1988-1995); 147 estudos da *Revista de História Económica e Social* (1978-1989); 153 estudos da *O Tempo e do Modo* (1963-1984); e, 18 estudos dos *Cadernos da Revista de História Económica e Social* (1981-1989). Em termos globais analisaram-se 1670 artigos, dos quais 379 produzidos durante a ditadura e 1291 na Democracia.

A investigação agora apresentada resulta e sustenta-se, portanto, na análise extensiva de dados referentes a uma amostra representativa da historiografia produzida em Portugal entre 1945 e 1996. Trata-se de um universo de 1869 trabalhos históricos repartidos entre 199 teses de doutoramento e 1670 artigos de revistas. Esta amostra servirá para perscrutar a produção historiográfica através de vários ângulos: as temáticas; o âmbito geográfico; o âmbito cronológico; e as fontes documentais usadas. A intenção foi analisar a historiografia portuguesa a partir de prismas em que a comparação dos dados possibilitasse a deteção de mudanças ou de permanências.

“Estado da Arte” – Fazer História: Genealogia da grande cadeia de saberes

O presente estudo tem como objetivo determinar quais as ruturas e continuidades na historiografia e nos arquivos entre 1945 e 1996, período que abrange boa parte do Estado Novo e da Democracia. O foco será a historiografia, recorrendo-se aos arquivos de forma instrumental. Pretende-se saber, com recurso a uma análise quantitativa e qualitativa: se a historiografia produzida após 1974 foi antecedida por um movimento de modernização que suportou a explosão historiográfica ocorrida nas décadas seguintes à Revolução; se a Democracia rejeitou por completo a herança historiográfica do Estado Novo, afastando-se dela e promovendo uma nova historiografia; ou se, numa visão intermédia, rejeitou alguns traços da historiografia estado novista e deu sequência a outros, ao mesmo tempo que se abriu e incentivou novas tendências.

Antes de se avançar para o enquadramento e análise da historiografia portuguesa no período em apreço, há que penetrar pelos debates em torno da História da Historiografia de modo a localizar o objeto e o âmbito do presente estudo. Começa-se por referir que a memória é um elemento estruturante das sociedades humanas (Halbwachs 1980). E que um dos veículos que contribui para a perpetuação da memória é a História. Embora na Antiguidade Clássica continuasse a partilhar alguns traços com o mito e a literatura, distanciou-se destes pelo compromisso que estabeleceu com a verdade através da aplicação do método histórico (Nadel 1964:300; White 1984:2; Zagorin 2001:148; Hechs 1994:1; Halpern 1961:143). Assim, a narração histórica tinha obrigatoriamente de se suportar em evidências (artefactos, documentos, testemunhos). O objetivo de evitar o esquecimento levou ao aparecimento dos primeiros historiadores na Grécia Antiga que, ao contrário dos bardos, devotados a imortalizar os deuses e os heróis, se deviam comportar com modéstia, tratando os feitos dos homens (Hartog 2000:394). Porém, nem sempre foi consensual a ligação entre a História e as sociedades humanas. Na Idade Média tudo se reduzia a uma efervescência da vontade divina. Só por volta de 1500 a História se voltaria a recentrar no Homem. Novamente substituído, a partir do século XVIII, pela defesa do inexorável avanço da liberdade e do progresso (McNeill 1995:9-12; Catroga et. al. 1996b:118).

Os vários matizes da História não impediram que se consolidasse enquanto saber nem que desempenhasse várias funções na sociedade. Em geral, foi considerada como mestra da vida (Nadel 1964:300). Os Romanos aprendiam-na para cultivarem a virtude pública e o serviço do Estado (Nadel 1964:294). No período moderno constituiu uma escola de exemplo e de virtude para os mais novos e, em especial, para os príncipes (Nadel 1964:306). Depois

de 1800 generalizou-se a aprendizagem da História pelas crianças devido à sua utilidade moral (Nadel 1964:314).

Ranke, que em grande medida fixou o método histórico, defendeu que a História servia para julgar o passado e para instruir os seus contemporâneos para benefício do futuro. Com esse fim, entronizou a historiografia não apenas como ciência, mas também como género literário, moldando o historicismo (Braw 2007:46-47; 51; 59). A historiografia do primeiro romantismo, com a intenção de corrigir “o universalismo abstracto do iluminismo” e de se afirmar “como um saber que aspirava à verdade e à objectividade, mediante uma metodologia que acreditava ser possível reconstituir o passado tal qual ele aconteceu (...) requeria um levantamento aprofundado, mas crítico, das fontes, e exigia o afastamento de preconceitos (religiosos, políticos, etc.) que pudessem obstar à apreensão da verdade” (Catroga 1996a:67-69).

Alexandre Herculano foi quem, em Portugal, representou este movimento modernizador da historiografia (Catroga 1996a): promoveu a recolha de fontes nos arquivos públicos e demarcou-se das interpretações religiosas ou patrióticas da História por carecerem de sustentação documental e pela falta de isenção. E, apesar de comungar do pensamento positivista, entendia que a História não se regia por leis gerais e abstratas, mas por uma lógica cumulativa e aperfeiçoativa em que a aceitação de novas perspectivas de cada historiador dependia da análise crítica dos seus pares (Catroga 1996a:71-84; 1996b:105; 108).

O aperfeiçoamento metodológico da História não a tornou impenetrável à instrumentalização por vários grupos e regimes. No Liberalismo português serviu para legitimar o regime liberal e para formar o cidadão liberal (Torgal 1996a:40-41; Catroga 1996a:46-47). Esta apropriação pela política foi também visível no outro lado do Atlântico. Os historiadores norte-americanos da Nova História Social pretendiam que a História social e cultural fosse tanto um antídoto contra o nacionalismo como um instrumento de reforma social (Cheng 2008:219; 224). Nas décadas mais recentes a história militante ganhou novamente relevo como mecanismo de extirpação dos males do passado ao servir de suporte a políticas de reparação (Bevernage 2015:341).

O uso da História para essas finalidades é legítimo, mas não desobriga o historiador de seguir o método histórico. Logo, mesmo sendo suficientemente ousado para dizer toda a verdade, não pode mentir, ser parcial ou malicioso. O que implica manter um certo distanciamento em relação ao objeto analisado (Nadel 1964:300; Phillips 2014; Hollander et. al. 2011:2). Desde a Grécia Antiga até hoje que esta contingência gerou uma relação dicotómica entre o sujeito e o objeto. Assim, atribui-se à História um duplo significado,

referindo-se tanto ao passado, ou seja, àquilo que aconteceu, quanto aos discursos produzidos pelos historiadores sobre o que defendem ter acontecido (Nadel 1964:301; White 1984:33).

Relativamente aos discursos, entendidos como narrativa histórica, independentemente da capacidade literária de cada historiador, o mais importante não é a forma, mas o conteúdo, assente em eventos que ocorreram efetivamente e não em acontecimentos inventados (White 1984:2; Zagorin 2001:148). O que faz com que o texto histórico seja, tendencialmente, menos rico em informação que o literário (White 1984:19). O apego à verdade histórica confirmada através de evidências tem mesmo levado os historiadores que simpatizam com o relativismo e com o pós-modernismo a não os adotarem (Cheng 2008:221-222). O extremismo destas teorias, ao pôr em causa as bases do método histórico, argumentando que a verdade histórica é uma completa ficção, representa um risco deontológico que mesmo os historiadores mais afoitos têm alguma relutância em correr (Zagorin 1999:10-11; Cheng 2008:221-222).

Não obstante a delimitação da História como área do saber, conferida pelo método científico, a sua dependência vital da erudição viria a provocar brechas significativas no caminho empreendido rumo ao seu reconhecimento como ciência, almejado por alguns setores historiográficos. Nesta caminhada, a História sujeitou-se a críticas de vários quadrantes. O método histórico era reconhecido e aceite pelo conjunto dos historiadores. Porém, o cimento que os unia não era suficientemente forte para impedir a rápida emergência de várias correntes. No século XIX os historiadores de matriz positivista, que preconizavam o estabelecimento de leis gerais para o curso do processo histórico, foram confrontados pelos historiadores liberais e cristãos, defensores da supremacia da vontade individual, da responsabilidade moral e da Divina Providência sobre a ciência (Parker 1983:145). Para estes, o papel do indivíduo era crucial na História, em harmonia com o tipo de sociedade ocidental demo-liberal que defendiam, rejeitando os sentidos apriorísticos do positivismo que tornavam o indivíduo irrelevante no processo histórico (King 2008).

No século XX a historiografia também viria a experimentar mudanças significativas, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Os historiadores impulsionaram e participaram nas sucessivas viragens linguística, narrativa e cultural, adotando em cada vaga novas temáticas e novos métodos de fazer História (Aurell 2015:246). Surgiram assim várias correntes historiográficas. Começa-se pela narrativista. A narrativa histórica gerou um amplo debate. Croce preconizava que “onde não há narrativa, não há história”. Do mesmo modo, autores anglo-americanos, como Danto e White, mostraram-se favoráveis ao método

narrativo como adequado à explanação histórica. Deixaram claro que cabia ao autor o enorme poder de escolher todo o percurso expositivo, o que permitia a quem explica controlar o que é explicado (Mandelbaum 1967:415). Ankersmit recomendou até aos historiadores “que eles não mais dev[iam] lidar com grandes problemas nem tentar reconstruir ou descobrir padrões do passado, tarefas a que aspirava a historiografia científica moderna” (Zagorin 2001:149). Pelo contrário, os historiadores filiados nos *Annales* rejeitavam a narrativa pelo seu carácter duplamente ideológico e não científico. Um terceiro grupo, o dos semiologistas, onde figuravam Derrida e Foucault, focou a discussão sobre o poder da linguagem na narrativa histórica, uma vez que o vocabulário aplicado é também ele fruto e espelho de um determinado contexto histórico (Meyerhoff 1960:96-97). Já Gadamer e Ricoeur, hermenêuticos, consideraram a narrativa como uma manifestação da consciência ou da estrutura do tempo, interligando e contextualizando cada facto num enredo que lhe conferia sentido e significado históricos. Por fim, surgiu um conjunto de historiadores pragmáticos que encarava simplesmente a narrativa como uma forma respeitável de fazer História (White 1984:3; 7-8; 29).

Os pensadores da História continuaram a calcorrear um percurso sinuoso e plural. Até à década de 1970 os narrativistas e os hermenêuticos atribuíram ao historiador a função de explicar o passado. A partir desse momento passaram a sustentar que cabia ao historiador a tarefa de interpretar o passado. Pouco depois, os pós-modernistas, como Ankersmit (1988:206-209), conferiram ao historiador o encargo cimeiro de representar o passado, como se estivesse a pintar uma tela. A filosofia pós-modernista não punha diretamente em causa o carácter científico da História. Sustentava antes que a utilização da linguagem na narrativa situava-se num plano prévio: era a-científica. Não obstante, determinava quase completamente a forma como o historiador representava o passado (Ankersmit 1990:287-290). Deste modo, o pós-modernismo acabou por representar a maior ameaça à historiografia de cariz positivista e, consequentemente, à razão e à própria verdade histórica. Como se não fosse suficiente, atacou ainda o narrativismo ao negar a existência da própria História como área do conhecimento ao reduzi-la a um género literário em que a narrativa é completamente manipulada pelo narrador-historiador.

Este duplo golpe merece uma explicação sobre a natureza intrínseca da história pós-moderna. Ela “reflecte em certo sentido as considerações de uma linha teórica (na qual se encontra Michel Foucault), que se recusou a entender a história propriamente como uma ciência, para aproximá-la mais da arte: arte, enquanto processo de investigação imaginativo, como concepção individual (embora rigorosa e nunca meramente opinativa) e como escrita

literária” (Torgal et. al. 1996:11). Porém, o historiador encontrava-se impedido de ultrapassar a linha da factualidade, tendo para o efeito de recorrer a provas, mesmo quando escassas ou pouco conclusivas. Apesar de tudo, a história pós-moderna conservava alguns limites.

O radicalismo pós-modernista não iria gerar um consenso alargado nem conquistar a generalidade dos historiadores. A negação da existência da História quando não existe discurso, a defesa da inaplicabilidade dos conceitos de verdade e falsidade às representações históricas do passado e a adoção de metodologias como a micro-história não convenceram a maioria dos historiadores, embora alguns deles se tivessem convertido ao pós-modernismo ou aproveitado algumas das suas ferramentas teórico-metodológicas (Zagorin 1999:13-16; Ankersmit 1988:227; 1990:295-296; Aurell 2015:247).

A História, enquanto saber, tem suscitado debates acerca da sua inclusão (ou não) no âmbito das ciências ou no das artes (Knapp 1984; Ankersmit 1988:213-214). A procura de teorias, de leis gerais e de nexos de causalidade tem esbarrado sucessivamente contra a noção da irrepetibilidade, singularidade e particularidade dos eventos e contra a teoria do caos (Reisch 1991:20; Jaeger 1985; Ankersmit 1988:214). O estudo da História enquanto objeto científico tem também gerado discussão. Todavia, mais relevante que o hipotético reconhecimento da História como ciência ou como arte, foi a sua consolidação como saber munido de valores e de métodos científicos comuns a todos os historiadores, como abaixo veremos.

Tucker (2001:53) sustenta que o surgimento e a manutenção de uma classe de historiadores se deveram ao facto de ancorarem o seu trabalho numa comunidade de valores cognitivos e metodologias comuns, servindo-se da historiografia académica para iniciarem os noviços aquando da sua entrada na profissão. Citando Putnam, Tucker (2001:53) refere que o conhecimento científico é assumido através de valores cognitivos partilhados e que a existência de uma comunidade historiográfica é baseada em valores que a distinguem da historiografia não crítica, de charlatães e de ideólogos. A primeira comunidade dos historiadores a alcançar prestígio e estatuto foi a inglesa, logo no século XVII (Nadel 1963:259).

Os valores dominantes, cuja centralidade foi assumida no século XIX pela classe historiadora para o exercício da profissão, consistiram na objetividade impessoal e no respeito pelas evidências, consubstanciado pelo uso e pelo cruzamento de fontes, como documentos ou testemunhos orais (Cheng 2008:212; Catroga 1996b:115). Esta conceção de índole corporativa assegurou a afirmação e consolidação da História enquanto área autónoma do saber, conferiu-lhe espaço para que ela própria viesse a ser objeto de estudo e

promoveu a profissionalização paulatina dos historiadores (Meyerhoff 1960:92; Cheng 2008:203; 206). A filosofia da História, nas suas vertentes especulativa e analítica, desenvolveu intensa investigação, tanto sobre questões metafísicas como sobre questões concretas, ou seja, sobre a historiografia (Meyerhoff 1960:93).

O presente estudo foca-se precisamente sobre a historiografia. Mais concretamente, sobre a historiografia produzida em Portugal entre 1945 e 1996, e tem como objetivo identificar e refletir sobre as ruturas e as continuidades entre a História estado-novista (1945-1974) e a História democrática (1975-1996). Desta feita, insere-se na abordagem longitudinal preconizada por Mandelbaum (1965:53) ao procurar-se identificar o que muda e o que perdura ao longo de um certo período. Tal como defendido pelos autores pós-modernistas, o estudo do contexto é fundamental para compreender a forma como se desenvolveu a investigação sobre o passado (Spiegel 2000:248-250). Logo, a História é sempre um produto do presente, ou seja, do momento em que foi redigida, procurando resolver um problema existente com ensinamentos obtidos através da recuperação, da exegese e do julgamento do passado, que constitui deste modo um recurso valioso para as comunidades enfrentarem os desafios que lhes vão surgindo (Roth 1981:43; Nadel 1964:315; Zagorin 1999:1; Cheng 2008:218; Catroga 1996a:95). Nas últimas décadas a História tem também vindo a assumir uma natureza justicialista, influenciando na forma como as sociedades tentam lidar com as injustiças do passado, nomeadamente, através da implementação de políticas de reparação com carácter retrospectivo (Bevernage 2015). Concomitantemente, a profissão do historiador evolui ao sabor das transformações económicas, sociais e culturais, tentando dar resposta às necessidades emergentes (Sewell 2010).

Ao estudar o tipo de historiografia produzida num dado período, está-se a escrutinar o modo como esta foi construída e a determinar qual o lugar social que ocupou. Assim, a evolução da historiografia é um indicador da própria evolução das sociedades. A este respeito, aponta-se o exemplo da China, que transitou de uma historiografia apologética, nacionalista e revolucionária para uma historiografia ocidentalizada, moderna e centrada no estudo de problemas específicos, designadamente, nos relativos ao desenvolvimento (Li 2010:338-343). Olhando para o período analisado nesta investigação (1945-1996) também se identificam claramente diferentes tonalidades na historiografia produzida antes e depois de 1974 em Portugal: no Estado Novo a História tinha um cariz apologético, nacionalista, imperial e conservador, estando incrustada no historicismo neo-metódico (Torgal et. al. 1996:16); com a Revolução dos Cravos as “novas histórias” disseminaram-se finalmente de forma livre pelo País, abraçando novas perspetivas e novas metodologias orientadas para o

estudo de problemáticas históricas, em linha com as tendências internacionais, especialmente no que concerne à História Económica e Social (Zagorin 1999:9; Torgal et. al. 1996:16; 18-19).

Esta visão muito sintética esconde significados mais profundos que devem ser captados por via de uma análise pormenorizada. Sendo uma impossibilidade prática analisar todos os estudos históricos do Estado Novo e da Democracia, decidiu-se restringir a investigação ao período delimitado entre o fim da Segunda Guerra Mundial, por ser um momento de viragem no Mundo e também em Portugal, embora aqui menos pronunciada, até ao ano de 1996, por ser a data a partir da qual os arquivos dos organismos repressivos da ditadura passaram a estar acessíveis ao público.

Neste longo período, a historiografia internacional, e também a portuguesa, vivenciaram várias mutações que influenciaram a forma de fazer História. Para compreender como foi a evolução da historiografia portuguesa, elegeram-se algumas dimensões de análise: as temáticas, as cronologias e as geografias estudadas. Complementarmente, selecionaram-se os meios através dos quais se produziram estudos históricos (teses de doutoramento e revistas) e procurou-se identificar os autores mais prolíficos em cada revista e analisar a sua produção historiográfica (Mendes 1996a:385). Por fim, tentou-se estabelecer um cruzamento entre a produção historiográfica e os arquivos, uma vez que estes influíram no trabalho dos historiadores.

A escrita da História tem sempre um significado e a História é um processo em permanente construção ao ser revisitada e reescrita por novos autores usando, por vezes, novas fontes e novas perspetivas, numa sucessão de tentativas com vista a alcançar a verdade histórica (Roth 2012:322-325; West 1966:351). A escolha das temáticas e do âmbito espaço-temporal obedece ou emana de construções conceptuais que resultam, frequentemente, na inclusão ou na exclusão deliberada de certos territórios e períodos e na priorização ou secundarização de temas políticos, militares ou sociais, dando enfoque a uns grupos em detrimento de outros (ex.: elites *vs* pessoas comuns) (Holscher 2014:579-580; Carbonell 2014:145; Cheng 2008:224). Assim, compreender a historiografia portuguesa produzida entre 1945 e 1996 é um exercício que requer alguns cuidados. Deve-se salientar que não é apenas a grelha de análise que comporta os critérios adotados pelo autor, em função do que é comumente aceite, mas também que o entendimento dos próprios historiadores acerca de cada um destes elementos pode ter tido nuances.

Uma das componentes sobre a qual os historiadores têm discorrido é a dimensão temporal. O primeiro fator a ter em conta é a noção de evolução do tempo. Durante a Idade

Média concebia-se de forma circular e repetitiva, respeitando as concepções bíblicas. Mas, a partir do século XVIII, tornou-se linear e os eventos passaram a ser singulares (Holscher 2014:578). O segundo fator em análise é acerca da forma como se procede à divisão do tempo, algo que obriga a uma reflexão séria sobre os critérios a adotar para marcar o princípio e o fim de cada período. Cada historiador tende a valorizar mais uns aspetos do que outros em função, nomeadamente, das suas prioridades, dos seus valores, da compreensão das forças de continuidade e mudança, da simultaneidade dos eventos, dos inter-relacionamentos entre realidades e, até, da sucessão de gerações (Green 1992:53; 1995:99; Kracauer 1966:67-69; Jaeger 1985; Dray 1971:170-171). E, mesmo após o estabelecimento de periodizações e da sua aceitação pela generalidade dos historiadores, corre-se o risco de estas refletirem apenas uma determinada perspetiva geográfica ou conceptual, excluindo outras que não se encaixam nesse modelo civilizacional (Lebovic 2010; Green 1995:100). Esta falta de empatia é contrária ao defendido após o Holocausto por alguns historiadores, que descobriram a importância da piedade e da compaixão como tópico e prática (Moyn 2006:397).

A este respeito, e a título meramente ilustrativo, recorremos a Spiegel quando se refere à Idade Média como sendo um tempo com o qual os europeus e americanos lidam de forma diferente. A Idade Média é uma cronologia eurocêntrica sem aplicação em várias regiões do planeta que permaneceram relativamente isoladas até à chegada dos europeus. Porém, não significa que a Idade Média não viesse, de algum modo, a influir na evolução dessas sociedades, pois sofreram processos de dominação europeia com traços cujas origens recuavam aos tempos medievais (Stein 2001:266).

No que respeita ao período moderno, assistiu-se também a um esforço de periodização dos historiadores ao elaborarem modelos explicativos gerais derivados, cada um deles, da perspetiva a que cada historiador atribuiu maior relevância (comercial, demográfica, marxista, cultural, sistema mundo, ambiental) (Ringer 1995:269-270; Green 1995). Sublinha-se, ainda, a posição dos historiadores ocidentais relativamente às civilizações não mercantis ou mesmo aos povos colonizados, ao transportarem-nos de um tempo a-histórico para a modernidade. Demonstra-se, desta forma, que o espírito de dominação e de superioridade europeu subsiste, desvalorizando as culturas consideradas menos desenvolvidas ou mesmo incivilizadas (Ranjan 2017; Humphreys 1969; Curto 2006:435).

Salienta-se, ainda, as escolhas que os historiadores têm de fazer quanto à forma como vão estudar determinada realidade, podendo fazê-lo num tempo curto, num tempo médio ou, então, na longa duração (Hall 1980:114-115). A teoria dos tempos históricos fixa o

enquadramento teórico-conceptual e as metodologias (inerentes a esta dimensão) de que os historiadores têm feito uso (Holscher 2014:590-591).

A dimensão espacial foi igualmente objeto de reflexão pelos historiadores, ganhando especial relevância a partir do século XVIII (Holscher 2014:578). A escala a que se estudam os problemas é extremamente variável, indo desde a história local à história global (Christian 1991). Num plano intermédio surgem a história regional, a história nacional, a história comparada e a história transnacional. Um dos debates alimentados em torno destas questões é o da fixação de fronteiras entre estas últimas duas correntes. Reconhece-se que a história comparada se distancia da história transnacional, sendo um artefacto criado pelo historiador para estudar questões específicas (Levine 2014:346). Já a história transnacional, assumida como mais adequada à história social e cultural, chegou mesmo a ser vista como útil no combate aos nacionalismos, focados na história política e militar, e na promoção da paz (Cheng 2008:225). Ao longo do tempo o apetite dos historiadores por cada escala espacial foi variável. Por exemplo, a História do Mundo foi bastante explorada no século XIX. Mais tarde foi praticamente abandonada, para ser revitalizada nas últimas décadas (Christian 2010).

A plasticidade a que obedece a historiografia pode empurrar a História da Historiografia para o campo do relativismo. Porém, em alternativa, deve-se salientar que, apesar da multiplicidade de abordagens metodológicas, resultantes da acumulação de perspetivas analíticas, os historiadores conservaram em termos gerais o apego ao método histórico. Assim, no presente estudo preserva-se a mesma metodologia, utilizando como fontes os estudos históricos publicados em algumas revistas e as teses de doutoramento. Pretende-se, essencialmente, compreender se a Revolução de 25 de Abril de 1974 operou um corte profundo na historiografia portuguesa ou se, pelo contrário, se constata uma continuidade nas práticas historiográficas entre o Estado Novo e a Democracia.

Capítulo I – Centros de produção historiográfica: As universidades e as revistas

A profissionalização dos historiadores, visível com cada vez maior acuidade a partir da segunda metade do século XIX, assentou principalmente na disponibilização de cursos de História nas universidades e na massificação do estudo da História nas escolas de ensino básico e secundário (Meyerhoff 1960:92; Cheng 2008:203; 206). Com a possibilidade do ingresso na carreira docente, fosse nas escolas ou nas universidades, fortaleceu-se a classe dos historiadores, engrossada por vagas sucessivas de investigadores. Consecutivamente, operou-se o respetivo municiamento epistemológico e metodológico da História e assinalou-se um crescendo na produção historiográfica (Tucker 2001:53). As universidades e as revistas exerceram um papel fundamental na difusão dessa historiografia.

As universidades transformaram-se num polo irradiador do conhecimento histórico ao ministrarem cursos de História. Mas, para além da dimensão educativa, fomentaram nos docentes universitários e nos alunos, bem como em interessados por estas matérias, a motivação para realizarem investigações históricas e para elaborarem estudos. Evidentemente, o sistema de ensino tem promovido a investigação como *modus operandi*, uma vez que a obtenção de graus académicos e a evolução na carreira docente dependem da apresentação de trabalhos inéditos cuja cientificidade tem de estar solidamente sustentada. E esses produtos, em especial as teses de doutoramento, servem de barómetro no que respeita às tendências de investigação, endossadas a certas correntes historiográficas.

Pelo seu fôlego e centralidade para a carreira de cada investigador e para as academias, as teses constituem manifestações de movimentos e posicionamentos historiográficos. É frequente a evanescência de estudos mais circunscritos, a partir ou nelas inspirados, por discípulos e partidários do autor ou do seu modo de fazer História. De algum modo, as teses mais marcantes tendem a deixar rastro atrás delas. Logo, para se compreender o grau de modernização da historiografia é pertinente analisar as teses de doutoramento produzidas nas universidades portuguesas entre 1945 e 1996 na área da História (ou com forte pendor histórico).

Para além do horizonte procedimental do universo académico, gerou-se uma predisposição na classe historiadora para a indagação. Para enquadrar a investigação histórica nas universidades foram fundados e dinamizados centros de investigação em Portugal. O crescimento do número de centros e a necessidade de lhes conferir um enquadramento comum conduziu à formalização de uma política científica pela Ditadura Militar através da

criação da Junta de Educação Nacional (JEN), em 1929¹. Depois continuada sob a égide do Instituto para a Alta Cultura (IAC) e seus sucedâneos. Os institutos representaram um avanço qualitativo para a ciência ao disponibilizarem meios e esteio institucional indispensáveis para os historiadores recolherem fontes e desenvolverem os seus projetos de investigação. Foi nesse contexto que surgiram, também, algumas revistas académicas, como a *Revista Portuguesa de História*, a *Análise Social*, a *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* e a revista *Ler História*. Projetos editoriais ainda hoje em atividade.

As revistas sedimentaram-se como veículos prioritários da difusão científica em Portugal, em concreto na área da Historiografia. Tornaram-se escaparates da produção científica, contribuindo para um ambiente inovador e, consequentemente, para a modernização do tecido científico e historiográfico português. Como acima se referiu, algumas surgiram no contexto de instituições universitárias e do Estado, mas outras iriam nascer da iniciativa de intelectuais e de académicos, entre os quais os próprios historiadores, como foram os casos das revistas *O Tempo e o Modo*, a *Revista de História Económica e Social*, os *Cadernos da Revista de História Económica e Social* e a revista *Penélope*. Neste capítulo recupera-se o contexto em que cada revista nasceu e, sempre que possível, traça-se o seu percurso evolutivo.

I.1 As universidades

À semelhança do que aconteceu noutras áreas do conhecimento, as universidades reclamaram para si a proeminência no desenvolvimento da investigação histórica. Embora não a tenham monopolizado, assumiram-se como o espaço por excelência da fabricação da História ao formarem futuros historiadores e ao promoverem a produção de novos estudos. Invariavelmente, os protagonistas das discussões em torno das questões históricas, passaram a estar associados às universidades. A profissionalização dos historiadores sujeitou-se quase obrigatoriamente ao crivo académico. E a aquisição de um título académico na área da História que habilitasse o exercício de funções neste domínio, implicava a prestação de provas. Na licenciatura e no mestrado apresentavam-se dissertações. No doutoramento,

¹ A criação de institutos de investigação nas universidades é anterior a esta reforma, como atestam os casos dos institutos de estudos históricos criados na Universidade de Coimbra, em 1911, e na Universidade do Porto, em 1919. Os institutos tinham por missão promover a investigação científica, designadamente, através da edição de publicações periódicas de cariz científico e da disponibilização do financiamento para bolsas, levantamento de fontes documentais e realização de missões de investigação em Portugal e no estrangeiro. O papel dos institutos de investigação na promoção da cultura científica foi aprofundado por Ângela Salgueiro (2012), Tiago Brandão (2012) e Quintino Lopes (2017).

teses. Para efeitos da presente análise escolheu-se as teses de doutoramento, atendendo à sua relevância no contexto universitário e historiográfico nacional.

A criação de cursos de História nas universidades portuguesas foi um processo relativamente lento e eivado de dificuldades até à Democracia. Em 1911 foram instituídos cursos nas novas Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra e da Universidade de Lisboa. E, entre 1919 e 1931, e de 1962 em diante, existiram também na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Após 1974 operou-se um aceleração com a criação de cursos de História nas universidades fundadas ao abrigo da Reforma Veiga Simão (como as do Minho, dos Açores, de Évora e a Universidade Nova de Lisboa) e noutras.

O facto de não terem sido criados ciclos de estudos de História em algumas universidades não impediu que estas aprovassem teses de doutoramento de forte latejo histórico, como foi possível observar na recolha efetuada. Abaixo demorar-nos-emos na análise às universidades onde se conseguiu identificar teses de doutoramento nessas condições.

I.1.1 Universidade de Lisboa

A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), fundada em 1911, foi herdeira do Curso Superior de Letras, criado em 1859 a partir de um fundo doado pelo Rei D. Pedro V. O ensino da História teve uma existência titubeante nas primeiras décadas. Até 1930 atravessou quatro reformas curriculares. Primeiro foi obrigada a associar-se à Geografia e, logo depois, à Filosofia. Estabilizou entre 1926 e 1957 enquanto curso de Ciências Históricas e Filosóficas. Depois desta data a História foi, finalmente, ensinada como disciplina autónoma (Dores 2008:4; 12). Neste período, o tipo de História lecionada inspirou-se tanto na “historiografia positivista e republicana” como na “historiografia erudita e metódica”. Esta última mais ao gosto dos regimes autoritários implantados após 1926 (Dores 2008:16). Nas décadas de 1940 e 1950 o ensino e a investigação da História na FLUL entram numa trajetória de modernização gradual, sinalizada pelo rejuvenescimento do corpo docente e pela fundação do Centro de Estudos Históricos, em 1958. Contudo, enquanto Virgínia Rau e Borges de Macedo, historiadores desta nova vaga, se mantiveram como docentes da Faculdade de Letras, Magalhães Godinho e Oliveira Marques acabariam por se exiliar devido à tomada de posições demasiado heterodoxas para o regime autoritário e conservador em vigor.

Efetivamente, sentiu-se na FLUL a asfixia das efervescências historiográficas mais ousadas. Porém, e apesar das medidas de contenção de riscos empreendidas pelo Estado Novo, as teses aprovadas até 1974 inscreveram-se num percurso de inovação historiográfica lento e moderado, mas aparentemente irreversível. Como evidência desta transformação sublinha-se o peso que a História Económica e Social alcançou neste período ao ser a temática mais estudada, seguida da História da Arte. Após o 25 de Abril a historiografia na FLUL ficou liberta de amarras e abraçou sem pejo as novas correntes historiográficas, como abaixo se demonstrará (Zagorin 1999:9; Torgal et. al. 1996:16; 18-19).

I.1.2 Universidade de Coimbra

A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) foi fundada em 1911, tendo como primeiro diretor António de Vasconcelos (1860-1941). O corpo docente inicial foi composto por professores da extinta Faculdade de Teologia: António de Vasconcelos; Francisco Martins (1848-1916) e Porfírio António da Silva (1855-1919). A estes juntar-se-iam Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977) e João José de Brito e Silva. Até 1930 a História conviveu com a Geografia. Mas, desde essa data até 1957, teve de coexistir com a Filosofia no curso de Ciências Históricas e Filosóficas (Oliveira 2015).

Nos finais da década de 20 assistiu-se ao principiar de uma mudança profunda dos docentes do Grupo de História. António de Vasconcelos reformou-se e Cerejeira saiu. Quase ao mesmo tempo contratou-se Mário Brandão (1928), M. Lopes de Almeida (1930) e Damião Peres (1931), vindo da Faculdade de Letras do Porto, entretanto extinta. Em 1937 foi a vez de Torquato Soares e, em 1941, do Padre Pierre David (1882-1955). Este grupo constituiu o núcleo essencial da Escola de Coimbra até 1960. Mas, nos inícios da década de 1950, viriam ainda a ser integrados no corpo docente historiadores como Salvador Dias Arnaut (1913-1995), o Padre Avelino de Jesus da Costa (1908-2000) e João Manuel Bairrão Oleiro, para a cadeira de Arqueologia (Oliveira 2015).

Ao mesmo tempo que se fundou a Faculdade de Letras, criou-se o Instituto de Estudos Históricos (IEH). Até 1925 conteve as secções de Filologia, História e Filosofia. Com a autonomização da Filologia e da Filosofia reduziu-se à História, passando a ser reconhecido desde 1930 como «Instituto de Investigação Científica». Renomeado Instituto António de Vasconcelos em 1937, viria a suportar a fundação da *Revista Portuguesa de História*, em 1941 (Oliveira 2015).

A Historiografia ensinada e produzida pelos historiadores coimbrões inseria-se genericamente na corrente neopositivista (Catroga 1996a:67-69; 71-84; 1996b:105; 108). Contudo, alguns deles, como Cerejeira, reconheciam as limitações deste método. Sobressaía a “História política, diplomática, militar e institucional” focada em Portugal, com uma tendência natural para o estudo da Época Medieval (Oliveira 2015). Só a partir da década de 1960 se denota um alargamento substantivo das temáticas, com destaque para a História Económica e Social, e das cronologias, com crescimento do interesse pela Época Moderna (Oliveira 2015).

Mesmo condicionados pelas limitações políticas, os historiadores de Coimbra que produziram teses de doutoramento que entraram num rumo modernizador nos anos 60 e 70, embora de forma progressiva e relativamente contida (Nunes 1995:67). No final do Estado Novo a preferência ainda recaiu sobre a Época Moderna e a História Colonial, mas as perspectivas e os métodos de investigação começaram a ser diferentes. Com efeito, as inovações encetadas por esta geração iriam ser fundamentais para a consolidação das mudanças ocorridas na historiografia coimbrã após 25 de Abril de 1974. Como veremos abaixo, a primazia incontestada passaria então a caber à Época Contemporânea e à História Económica e Social. A velocidade e a profundidade das mudanças repercutiram-se também na alteração do nome do Instituto António de Vasconcelos, que passou a designar-se Instituto de História Económica e Social, em 1975.

A explicação para a rapidez com que foi possível concretizar as mudanças após o 25 de Abril pode residir no facto de, no final do Estado Novo, o regime ter optado por uma via desenvolvimentista para garantir a sua sobrevivência e a do Império Colonial. Esta mudança estratégica seria difícil de conciliar com a matriz rural e conservadora prevalecte até aí. A repressão deixaria de ter capacidade para contrariar totalmente as forças de mudança colocadas em marcha. Na historiografia aconteceu o mesmo. Uma vez iniciada a viragem para o paradigma desenvolvimentista, os historiadores tenderam a centrar-se nas questões com maior afinidade com este movimento, designadamente, aprofundando as temáticas económicas e sociais.

I.1.3 Universidade do Porto

A Universidade do Porto foi criada em 1911. Em 1919, Leonardo Coimbra, ministro da Instrução Pública, decidido a combater o conservadorismo atávico contrário ao republicanismo que habitava a FLUC, decretou (sem sucesso) a extinção desta instituição

(Milhazes 2016:25). Como alternativa, criou a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e participou de forma decisiva na contratação do corpo docente, onde constavam sócios do grupo da Renascença Portuguesa, professores do Liceu Gil Vicente e estagiários da Escola Normal Superior. O que provocou um certo escândalo por alguns não deterem formação e por a escolha não ter sido feita pela via do concurso. A intenção de Leonardo Coimbra, ele próprio docente da Faculdade que criara, era contribuir para a mudança do paradigma historiográfico português (Milhazes 2016:25).

Desde logo ali se constituiu o 4.º Grupo, dedicado ao ensino e à investigação em História. Tal como aconteceu em Coimbra e em Lisboa, o curso de História (bacharelato até 1926 e depois licenciatura) esteve integrado nas Ciências Históricas e Geográficas e, entre 1929 e 1931, nas Ciências Históricas e Filosóficas. Do corpo docente constavam figuras como Damião António Peres, Augusto Ferreira Nobre, Francisco Manuel Homem-Cristo e Aarão Soeiro de Lacerda, António Augusto Esteves Mendes Corrêa, Artur Magalhães Basto e, já na fase final, Torquato de Sousa Soares (Homem 2015).

Na FLUP fundou-se o Instituto de Estudos Históricos o qual, em conjunto com o 4.º Grupo, promoveu a edição, de 1924 a 1926, da *Revista de Estudos Históricos*, considerada “a mais antiga publicação periódica histórica do nosso País” (Homem 2015). Com o advento do autoritarismo, a Ditadura Militar determinou a extinção da FLUP em 1928, deixando esta de funcionar na prática em 1931. A decisão visava apagar um dos polos mais vívidos da oposição intelectual republicana. Como resultado, o seu corpo docente foi desmembrado e espalhado por outras instituições de ensino, desde liceus a universidades. O Porto enfrentou a provação com o sentimento de esperança na futura refundação da FLUP. Projeto que tardou a concretizar. As diligências só deram resultados concretos em 1962, quando o regime do Estado Novo aquiesceu na refundação da FLUP, mas agora pela mão de docentes enquadrados na ordem política vigente ou que a ela não se opunham claramente (Homem 2015).

Nesta nova fase da vida da FLUP os primeiros quatro docentes a ocupar as vagas disponíveis foram Carlos Bastos de Soveral, que havia sido Subsecretário da Educação Nacional durante a fundação da Escola, António Augusto Ferreira da Cruz, diretor da Biblioteca Pública Municipal do Porto, José António Ferreira de Almeida, professor da FLUL e único possuidor do doutoramento à altura, e Sérgio Augusto da Silva Pinto, bibliotecário da Faculdade de Economia do Porto e professor da Escola do Magistério Primário de Braga (Homem 2015). Outros se seguiriam ainda durante o Estado Novo, tais como Luís António de Oliveira Ramos, que se virá a doutorar na FLUP em 1972, Jorge

Henrique Pais da Silva e Flórido Teles de Meneses e Vasconcelos. A partir de 1968 a FLUP contrata quase todos os docentes entre os seus diplomados, sucedendo-se nomes como Carlos Alberto Ferreira de Almeida e Armando Luís de Carvalho Homem, entre outros (Homem 2015).

Em termos de ensino, a História passara a dispor de autonomia após a consumação do seu afastamento definitivo da Filosofia em 1957. No que toca à historiografia, materializou-se em trabalhos destinados a provas académicas e na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (RFLUP), fundada em 1970. Em relação aos primeiros, centraram-se na História Moderna e na Demografia Histórica, havendo também alguns estudos focados “na *Arqueologia*, na *História da Arte* e pontualmente na *História Medieval*” (Homem 2015). Quanto à RFLUP, nos volumes publicados até 1975 deu-se ênfase à Arqueologia e à História Moderna (Homem 2015).

Depois do 25 de Abril de 1974 a FLUP também sofreu uma rutura, “ainda que controlada” (Homem 2015). Vivenciou saneamentos e a RFLUP foi suspensa até 1984. Foi também um período em que o corpo docente se alargou a professores provenientes de outras instituições, tais como Humberto Baquero Moreno, da Universidade de Lourenço Marques, ou Vítor Oliveira Jorge, da Universidade de Luanda. No que concerne à historiografia, onde se incluíram as teses de doutoramento, multiplicaram-se e aprofundaram-se as áreas estudadas, designadamente, a Arqueologia, a História da Arte, a História Económica e Social, a História Religiosa, a História Medieval, a História Moderna e a História Contemporânea (Homem 2015).

I.1.4 Sob o signo de Veiga Simão: as novas universidades

Atendendo à menor antiguidade das universidades agora analisadas, o que se manifestou na pouca disponibilidade de bibliografia de enquadramento, decidiu-se agregá-las sob o chapéu da “Reforma Veiga Simão”, aprovada em 1973. Esta tratou-se de uma iniciativa de política educativa que visava o alargamento da base do Regime do Estado Novo através da massificação do Ensino Superior (Stoer 1983). A modernização económica surgia também como pano de fundo da política. Como fruto desta Reforma, o Ensino sofreu reformulações e viriam a ser criadas, entre outras, a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho e a Universidade Nova de Lisboa. Foi também recriada a Universidade de Évora, extinta em 1759.

Na área da História, os corpos docentes destas universidades eram oriundos de outras instituições. Assim, assistiu-se a uma reconfiguração acelerada do panorama universitário em Portugal. De facto, nos primeiros anos as novas universidades funcionaram com recurso a várias modalidades de proveniência dos seus docentes: nuns casos deu-se a transferência de docentes com carreiras firmadas em Portugal²; noutros, ocorreu o ingresso de investigadores que tinham tido passagens pelo estrangeiro³; e houve, ainda, a captação de jovens investigadores que estavam a iniciar as suas carreiras⁴.

Verificou-se a construção de novas identidades historiográficas, tributárias de influências muito variadas. Cada universidade herdou e aglutinou as tendências que os seus investigadores e docentes carregavam consigo, em função do seu percurso e dos seus interesses pessoais. Ao nível do ensino e da investigação da História observaram-se diferenças substanciais na capacidade de atuação e de afirmação de cada escola, desde a criação de institutos de investigação, à fundação de revistas e à aprovação de doutoramentos.

Nas diferentes escolas fundaram-se institutos de investigação. Nuns casos direcionados para a História ou para algum dos seus domínios específicos e, noutros, para um conjunto mais amplo de áreas, abrangendo em norma as Humanidades e as Ciências Sociais⁵. A edição de revistas, em geral ligadas aos centros de investigação, foi também um

² Por exemplo, Silva Dias transferiu-se em 1979 da Universidade de Coimbra para a FCSH/UNL, sendo o presidente da comissão instaladora da nova Faculdade. José Mattoso, professor na FLUL desde 1971, também optou por ingressar na FCSH/UNL em 1978.

³ A. H. Oliveira Marques, Vitorino Magalhães Godinho e Miriam Halpern Pereira são exemplos disso.

⁴ Por exemplo, Fátima Nunes teve a sua formação de base na FLUL e Helder Adegar Fonseca na FLUC, mas desenvolveram os seus doutoramentos na Universidade de Évora, onde vieram a ser integrados.

⁵ Damos aqui apenas alguns exemplos. A FCSH/UNL foi prolífera no que concerne à criação de institutos. José Sebastião da Silva Dias, vindo recentemente de Coimbra, onde instituíra o Centro de História da Sociedade e da Cultura em 1976, fundou na FCSH/UNL em 1980 o Centro de História da Cultura (CHC), dedicado à criação de redes colaborativas nas áreas da história e da filosofia e à formação avançada, com a implementação do mestrado em História Cultural e Política, logo em 1982. Em 1980, A. H. Oliveira Marques instituiu o Centro de Estudos Históricos (CEH). Esta unidade de investigação foi uma das primeiras da FCSH. Dispunha-se a promover a publicação de fontes históricas dos períodos medieval e moderno e os estudos no âmbito da história rural e da história urbana. Assim, uma das suas primeiras iniciativas foi a publicação em 1982 do primeiro volume de Cortes Portuguesas (Reinado de Afonso IV, 1325-1357). O CEH fomentou ainda a investigação, o desenvolvimento de atlas históricos e a elaboração de ferramentas de trabalho, como inventários, roteiros e catálogos documentais. Já o Instituto de Estudos Orientais (IEO) foi criado em 1981, vindo a partir dele a nascer em 1982, por cisão, o Instituto de História Antiga e Judaica. Mais tarde, em 1989, estes dois viriam novamente a fundir-se no Instituto Oriental. Na FCSH criou-se também o Centro de História de Além-Mar (CHAM), em 1992, por ação de Artur Teodoro de Matos, com o intuito de fomentar a investigação em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Fundou-se, ainda, o Instituto de História Contemporânea (IHC), no início da década de 1990, com o objetivo de aumentar significativamente a investigação sobre a contemporaneidade, em especial sobre o século XX.

Do mesmo modo, nas outras universidades constituíram-se institutos de investigação, embora em menor número. No Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) Miriam Halpern Pereira fundou em 1975 o Centro de Estudos de História Contemporânea (CEHC). A Universidade de Évora gerou mais do que um instituto. Em 1987, fundou o Instituto de História da Arte da Universidade de Évora, reestruturado em 1994 como CHA (Centro de História da Arte). E criou, em 1994, o Centro Interdisciplinar

elemento bastante presente nas novas escolas⁶. Quanto à investigação que desembocou em teses de doutoramento, salienta-se um equilíbrio relativo entre as universidades do Minho, de Évora e dos Açores no que respeita à quantidade de teses, bem como a tendência para as investigações se focarem sobre as regiões onde se encontram sediadas e para abarcarem a História Económica e Social. Tendo em conta as temáticas e os métodos adotados, pode considerar-se que estas universidades acompanharam as correntes historiográficas mais modernas.

Neste contexto destacou-se a Universidade Nova de Lisboa. Esta, ao receber nomes como Oliveira Marques, José Mattoso, Vitorino Magalhães Godinho ou Silva Dias, afirmou-se rapidamente e de forma muito sólida no quadro historiográfico português, o que foi particularmente visível na quantidade de doutoramentos aprovados. Como iremos confirmar mais abaixo, das 51 teses defendidas entre 1981 e 1996, praticamente metade incidiu sobre a Época Moderna e a Época Contemporânea, elegendo como principais temáticas a História Económica e Social, a História Política e a História da Arte. Ou seja, nesta Escola, onde se cruzaram diferentes perfis de investigadores, promoveu-se uma ampla renovação da historiografia portuguesa.

I.2 As revistas

A produção historiográfica ocorrida entre 1945 e 1996 materializou-se, em larga medida, através da publicação de estudos em revistas. Como acima se referiu, as revistas tiveram, em geral, uma dupla origem: surgiram a partir de centros de investigação universitários ou da iniciativa privada de intelectuais e investigadores. Num e noutro caso, o objetivo era divulgar estudos ou artigos na área da História. As revistas transformaram-se assim nos principais palcos onde a História entrava em cena⁷.

Os próprios historiadores tornaram-se atores de primeira linha, esgrimindo argumentos a favor das suas posições e defrontando-se uns contra os outros em duelos

de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS), centrado na investigação da História e das Ciências Sociais. Este tem privilegiado uma abordagem comparada, os percursos cruzados e o conhecimento aplicado interdisciplinar, debruçando-se sobre a diversidade e as mudanças na longa duração, no Sul. Ou seja, Portugal como unidade política da Península Ibérica, mas também o Mediterrâneo e as áreas do hemisfério meridional historicamente associadas a Portugal.

⁶ Frisamos apenas o Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE, no seio do qual nasceu a revista *Ler História*, em 1983. Esta revista, à semelhança de outras que surgiram em centros de investigação, constituiu-se como um marco na historiografia portuguesa.

⁷ Para analisar o desenvolvimento da política de ciência em Portugal, cujos reflexos também se manifestaram na área da História, sugere-se a leitura dos estudos de Ângela Salgueiro (2012), Tiago Brandão (2012) e Quintino Lopes (2017).

intelectuais. As revistas assumiram-se como instrumentos de poder, ao privilegiarem a publicação de determinado tipo de trabalhos. Mas, como abaixo iremos aferir, também se constituíram como polos de contrapoder, desafiando o regime autoritário. Participaram largamente na luta político-ideológica, de forma mais ou menos declarada⁸. Alimentaram redes de solidariedade e correntes historiográficas e demonstraram como os historiadores se aventuraram no mundo empresarial para conseguirem fazer valer a sua vontade e, por vezes, para poderem usufruir da sua liberdade⁹.

Por estas razões, decidiu-se analisar com detalhe a produção historiográfica das revistas. Mas, antes de se seguir para essa etapa, vai-se proceder a uma apresentação dos vários periódicos. Desta forma, neste capítulo, sempre que possível, recua-se às origens de cada revista e, por vezes, acompanha-se a sua evolução. O objetivo é enquadrar a produção historiográfica através da contextualização do meio em que foi difundida. Perceber por que razão, como, quem criou e geriu uma dada revista ajuda a compreender as opções editoriais ao longo do tempo. É essa tentativa de resgatar estas informações que se irá realizar agora.

1.2.1 Revista Portuguesa de História

A *Revista Portuguesa de História* (RPH) surgiu em 1941, num momento em que a Europa se encontrava em plena Segunda Guerra Mundial. Passados os “anos de chumbo” correspondentes à Ditadura Militar e ao início do Estado Novo, marcados pelas depurações e perseguições ao corpo docente da Universidade de Coimbra, com o intuito de afastar ou de controlar os professores avessos ao regime, começaram a envidar-se alguns esforços no sentido da modernização e da abertura da historiografia portuguesa. A partir de 1929, mas com mais intensidade depois de 1936, lançou-se, por intermédio do Instituto para a Alta Cultura, uma nova política científica nacional¹⁰. O desejo do poder político, em criar e gerir estruturas direcionadas para a investigação, continha sentimentos contraditórios. Por um lado, pretendia-se garantir o controlo férreo das academias, de modo que servissem aos propósitos nacionais defendidos pelo regime. Por outro, compreendia-se a necessidade de reforçar a capacidade científica do País com a abertura a métodos e tendências de investigação exteriores. Essa exposição constituía, evidentemente, um fator de risco

⁸ A revista *O Tempo e o Modo* assumiu um posicionamento ideológico bastante claro, sobretudo a partir do fim do Estado Novo e após o 25 de Abril de 1974.

⁹ O melhor exemplo do empreendedorismo dos historiadores foi a revista *Penélope*.

¹⁰ Ver estudos de Ângela Salgueiro (2012), Tiago Brandão (2012) e Quintino Lopes (2017).

acrescido ao deixar entrar ideias eventualmente indesejáveis. Ainda assim, a opção recaiu em favorecer esses contactos e em ensaiar a modernização da investigação científica em Portugal, o que se refletiu também na área da historiografia. Uma das iniciativas mais marcantes foi a fundação da *Revista Portuguesa de História*.

Umbilicalmente ligada à FLUC e ao Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, era apoiada financeiramente pelo Instituto para a Alta Cultura. Nasceu, portanto, completamente enquadrada nos parâmetros definidos pelo Estado Novo. As motivações para a criação da Revista foram desde logo enunciadas no editorial do primeiro número: por um lado, a necessidade de criar uma revista portuguesa de História que publicasse e, consequentemente, divulgasse a produção historiográfica do 4º Grupo (História) da Faculdade de Letras “em todo o País”; por outro lado, o fomento da colaboração com outros historiadores e o contacto com “os diversos países da América e da Europa” (Neto 2015). Essas diligências iriam produzir resultados que dariam, dizia-se, “novos rumos à historiografia nacional” (Neto 2015). De facto, como refere António de Oliveira, o 4º Grupo (História) atravessava um tempo “de grande vigor historiográfico”. A ele pertenciam os “membros do corpo redatorial da RPH”. Todos professores da Faculdade de Letras, e autores bastante profícuos. Eram, também, donos de uma vasta obra na sua área de especialidade: “Damião Peres (História dos Descobrimentos), Joaquim de Carvalho (História da Cultura e da Filosofia), Virgílio Correia (Arqueologia), Manuel Lopes de Almeida (História Social e das Instituições), Paulo Merêa e Luiz Cabral de Moncada (História do Direito e das Instituições), Mário Brandão e Torquato Sousa Soares (História das Instituições)” (Neto 2015).

Inicialmente, a direção da RPH propôs-se publicar um número por ano, mas esse objetivo, demasiado ambicioso, não foi atingido. A revista pretendia, igualmente, constituir-se como um importante meio de difusão da historiografia produzida em Portugal e no exterior. Até 1949, para além dos artigos, proliferaram as recensões sobre a produção historiográfica na Europa e na América. Nesse labor participaram tanto autores portugueses como estrangeiros. Porém, a dinâmica de abertura e de um certo “enamoramento” com as correntes historiográficas mais recentes, como os *Annales*, viria a ser bruscamente travada. O combate às ideias subversivas, empreendido pelo regime do Estado Novo, fortalecido agora pelo contexto da Guerra Fria, terá inibido a direção da RPH de persistir neste caminho.

Optou então por cingir-se a uma abordagem mais conservadora. O recuo para território seguro, embora coartasse um ou outro gesto de liberdade ou até de aventureirismo da parte dos historiadores, não teve, efetivamente, grande reflexo na matriz da RPH. *Grosso*

modo, desde que foi criada até 1974, elegeu como principal terreno de estudo o território português, focou-se sobre a Idade Média e concentrou-se na História Política. Este retrato resultou, em boa medida, das características do grupo fundador do seu corpo editorial e da sua evolução ao longo dos anos. Até ao 25 de Abril, era constituído maioritariamente por medievalistas, como Torquato de Sousa Soares, Avelino de Jesus da Costa e Salvador Dias Arnaut. Assim, nos primeiros números as temáticas da época medieval sobressaíram, em especial as referentes às origens da nacionalidade e às instituições políticas e eclesiásticas. No texto relativo ao Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos refere-se mesmo que, tendo-se decidido reunir documentação neste instituto para facilitar a investigação aos seus membros, se começou, naturalmente, “pela Idade-Média”. Não se rejeitaram “as contribuições relativas a outras épocas”. Porém, assume-se “que o trabalho sistematicamente realizado se tem restringido por enquanto à nossa história medieval”. A prioridade foi, portanto, “a formação dum arquivo de reproduções fotográficas de documentos medievais de interesse para a História de Portugal” (Soares 1940:329-335).

A centralidade (ou o fascínio quase ofuscante) da Idade Média não impediu, na prática, a emergência de estudos sobre outras épocas. A partir do número 4 começaram a publicar-se artigos direcionados para a Época Moderna. E, com a entrada de Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira na direção da RPH, esta começou a ser cada vez mais destacada. Aliás, foi mesmo a principal época abordada entre 1959 e 1969 devido ao protagonismo dos estudos dedicados “à História da Expansão e do Império”. Entre o número 8 e o número 12 são vários os artigos que tocam este período, designadamente, as questões em torno do Congo e da política marroquina. Ainda da Época Moderna dedilham-se outros aspetos, como as crises de Castela em 1677-1687, as “Cortes de Lisboa em 1677?” ou “O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos: (1771-1834)” (Neto 2015). Este último artigo deve ser sublinhado pelo facto de Mário Alberto Nunes Costa, enquanto diretor do Arquivo Histórico das Obras Públicas, se preocupar com a recolha e tratamento dos arquivos de épocas mais recentes de modo a facultá-los à leitura pública. Essa ânsia de pôr à disposição os arquivos levou-o também, à semelhança de tantos outros arquivistas, a se aventurar no ofício de historiador. Só compreendendo a dinâmica das instituições produtoras poderia, com maior certeza, organizar e descrever a documentação.

A Revolução de 1974 provocou mudanças na RPH. A abertura proporcionada pela Democracia eliminou finalmente os freios que afastavam os historiadores das novas tendências historiográficas. O ambiente revolucionário despoletou também a alteração da designação do centro de investigação e a renovação do corpo editorial. O Instituto de

Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos passou a chamar-se Instituto de História Económica e Social, em consonância com o novo contexto político e com as novas correntes historiográficas. Reconhecia-se que a “mudança de nome” exprimia “um acentuar de interesse pelas mais recentes perspectivas historiográficas e por domínios anteriormente menos estudados entre nós, assim como o desejo de uma melhor delimitação de objectivos, embora o termo «social» se deva entender no sentido mais lato” (Neto 2015).

Alertava-se que a mudança não significava rutura, nem tão pouco “a morte de um Instituto e o nascimento de outro completamente diferente” (SN 1976:403-404). Com razão se fez essa declaração, pois as ruturas foram, nesta revista, menos pronunciadas que noutras e levaram algum tempo a ocorrer. No período democrático, a RPH intensificou o estudo sobre Portugal, as suas regiões e localidades. E privilegiou a Época Moderna e a História Económica e Social. Nos primeiros números após 1974 perduraram alguns traços do passado recente. A História Medieval e a História Moderna ocuparam o espaço e a História Colonial continuou a marcar terreno. Mas vão começando a ser desafiadas por novas épocas e novas temáticas à medida que o corpo redatorial se altera e se forma um novo escol de historiadores.

Torquato Sousa Soares jubilou-se e abandonou a gestão da RPH, irrompendo então novas figuras. A partir de 1977 começaram a surgir artigos sobre a Época Contemporânea, desbravando temas, entre outros, como o comércio marítimo, a industrialização, a venda dos bens nacionais, os baldios, a educação, a História Rural, o crédito, as revoltas e os expostos. Com a aproximação das comemorações da Revolução Francesa, a RPH entregou-se também a essa temática. Porém, e pese embora as várias incursões pela contemporaneidade, a Idade Média e a Época Moderna mantiveram na Democracia a herança historiográfica que vinha dos primeiros decénios da RPH. As principais mudanças evidenciaram-se no estilo e nas temáticas, resvalando agora, e ainda mais, para a análise económica e social, numa tendência que já se vinha vislumbrando, cada vez com maior saliência, nos últimos anos do Estado Novo. Na RPH a rutura fez-se, claramente, na continuidade.

1.2.2 O Tempo e o Modo

A revista *O Tempo e o Modo* começou a ser publicada em janeiro de 1963. Assumiu-se como um instrumento ao serviço do “pensamento e ação”. Deixou a sua marca na sociedade portuguesa ao proporcionar a abertura a novos horizontes políticos, culturais, literários e artísticos. A revista foi a expressão de um movimento de católicos inconformados com a realidade da Igreja Católica em Portugal, esteio de um regime conservador, anquilosado e

bloqueado. A recusa da Igreja e do Estado Novo em se atualizarem marginalizou católicos progressistas, alguns dos quais militantes da Juventude Universitária Católica (JUC). Dessa vaga surgiram os fundadores da revista, notabilizando-se, entre eles, António Alçada Baptista, João Bénard da Costa, Pedro Tamen, Nuno de Bragança, Alberto Vaz da Silva e Mário Murteira. A este grupo acercaram-se outras figuras, algumas sem ligação ao mundo católico, mas com currículo nas Oposições, como, por exemplo, Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, Francisco Lino Neto, Adérito Sedas Nunes, Jorge Sampaio, Manuel de Lucena, Manuel dos Santos Loureiro, Mário Sottomayor Cardia, Helena Vaz da Silva, Vasco Pulido Valente e João Cravinho. Quando foi lançada, a revista ficou sob a direção de António Alçada Baptista e teve como chefe de redação João Bénard da Costa.

Até 1967 deu voz a um grupo heteróclito, misto de católicos progressistas e de herdeiros morais da velha Oposição Republicana. Nuno Estêvão Ferreira (1994) sublinha a influência exercida em Alçada Baptista, principal impulsionador deste grupo, pela “leitura da Revista *Esprit* e de Emmanuel Mounier, por sugestão de José Sebastião da Silva Dias, figura proeminente entre os católicos «olhados com muita desconfiança pelos aparelhos da Igreja e do Estado» que, nessa altura, lhe manifestavam apoio”. A mira do regime estava apontada aos responsáveis da revista e aos autores dos artigos aí publicados. Ainda assim, o Estado Novo, apesar dos muitos cortes efetuados pela censura e da vigilância permanente da PIDE, consentiu a publicação regular de artigos pela Livraria Morais, detida por Alçada Baptista.

O grupo de redatores de *O Tempo e o Modo* não apoiava a guerra colonial. Para fazer sentir a sua discordância, e uma vez que não podia criticar abertamente o regime, recorria a “excertos da Encíclica *Pacem in Terris* de João XXIII, cujo falecimento foi assinalado por Nuno Bragança” e a citações de outras encíclicas (Pires 2000). Abordou também a guerra do Vietname e a crise de Cuba e denunciou a violência e o racismo nos Estados Unidos, bem como o neocolonialismo em África. Contudo, em 1967 a revista atravessou uma grave crise financeira, que levou a modificações que visavam ultrapassar a aflição: “a capa tradicional foi tornada mais apelativa e optou-se pela publicação de ensaios menos eruditos e mais curtos, sendo dada maior ênfase à actualidade, adquirindo assim a publicação uma feição mais interveniente” (Pires 2000).

Nos anos seguintes o Mundo, e também Portugal, foram abalados por um conjunto de acontecimentos marcantes. A guerra do Vietname escalou, tal como a sua contestação. O “Maio de 68” fez tremer o Capitalismo. A intervenção na Checoslováquia desvendou a face imperialista e antidemocrática da União Soviética e acirrou a competição entre esta e o regime comunista da China. Salazar saiu do poder, deu-se a crise académica de 1969 e iniciou-se a

chamada Primavera Marcelista. Na revista *O Tempo e o Modo* o momento foi de nova mudança, radicalizando-se cada vez mais para a esquerda. Como corolário da viragem de muitos dos seus membros para o maoísmo, e tendo em conta o aperto financeiro em que continuava, decidiu-se constituir uma sociedade com o nome da revista, afastando-a definitivamente da antiga editora Moraes.

A direção e o corpo de redação da revista atualizaram-se, procedendo das fileiras do recém-fundado Movimento Reorganizativo do Proletariado Português (MRPP). As linhas de atuação da revista, que se assumia como de combate, eram: a denúncia do capitalismo e da sua versão portuguesa, mais concretamente do Estado Novo, encabeçado agora por Marcelo Caetano; a desmontagem do revisionismo, ou seja, do comunismo na sua versão soviética, que dominava também a maioria dos países da Cortina de Ferro; “o estudo da problemática do imperialismo, do colonialismo e dos mecanismos da dependência”, e, por arrastamento, a análise ao comportamento da União Soviética no plano internacional da URSS e “o apoio ao povo do Vietname e aos movimentos de libertação em geral”; o combate no terreno ideológico, muito particularmente, ao nível da cultura, para a construção “de um novo discurso estético anti-académico” (Pires 2000).

Com a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974, e até ao final da primeira série, em setembro de 1976, *O Tempo e o Modo* foi praticamente uma correia de transmissão das posições do MRPP. A vertente cultural desapareceu e “os artigos deixaram de ser assinados, de acordo com os princípios maoístas que davam prioridade ao colectivo em detrimento do individual” (Pires 2000). Após anos de interregno, foi lançada uma segunda série em 1984, dirigida por Carlos Vargas e com Fernando Rosas a chefiar a equipa de redação. Porém, teve apenas um único número, saído em março de 1984. Nele, notou-se a preocupação em manter “o equilíbrio entre a política nacional e internacional, a economia, o cinema, a música, a ciência e a literatura” (Pires 2000).

A revista *O Tempo e o Modo* fugiu ao paradigma historiográfico neo-metódico, vigente até tarde no Estado Novo, empurrando as fronteiras da História para zonas quase inexploradas até à década de 1960. Para além dos artigos históricos de teor mais jornalístico, há a sublinhar os trabalhos de historiadores desalinhados do regime. Vasco Pulido Valente, face à impossibilidade de escrever sobre a Guerra Colonial, galgou para as questões raciais nos Estados Unidos e para a Guerra do Vietname. Mas também entrou pelos finais da monarquia, bem como pelo contexto português durante a Grande Guerra e o período sidonista como precursores dos regimes autoritários vigentes entre 1926 e 1974. Oliveira Marques estudou a questão cerealífera, o perfil dos governantes portugueses do século XX e

António Sérgio. Para sustentar os seus pontos de vista arrojados suportou-se sempre no método histórico.

O Tempo e o Modo, na sua vertente historiográfica, partiu dos problemas para a narrativa histórica, denotando-se preocupação com a forma como a linguagem era empregue para “pintar” determinados quadros do passado, muitas vezes recente. Acercou-se, de certo modo, de uma abordagem pós-moderna em que os historiadores procuravam extrair a máxima utilidade da História para o combate político-ideológico sem arriscarem cair totalmente na falta de rigor (Nadel 1964:300; 314; Ankersmit 1988:206-209; White 1984:2; Zagorin 2001:148; Heehs 1994:1; Halpern 1961:143).

I.2.3 Análise Social

A *Análise Social* constituiu uma tentativa de inovação científica operada no seio do próprio Estado Novo por um grupo de investigadores com ligações à Juventude Universitária Católica (JUC) (Nunes 1988). Ao invés da revista *O Tempo e o Modo*, na qual os católicos progressistas, em conjugação com elementos da Oposição, se demarcavam abertamente do regime, na *Análise Social* o distanciamento político não foi tão evidente. Porém, deve reconhecer-se o seu papel na construção de um espaço académico de debate alternativo face ao anquilosamento vivido nas universidades naquela época (Cruz 1997).

A *Análise Social* nasceu da necessidade que o Estado Novo teve de legitimar e fundamentar cientificamente o modelo corporativo. Nas suas origens esteve o Gabinete de Estudos Corporativos (GEC) e a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, ambos criados em 1949. Já aí, atreladas à Economia, as Ciências Sociais foram conquistando terreno. O estudo do corporativismo na sua dimensão económica e, inevitavelmente, no domínio social, levou à transigência com disciplinas até então banidas das universidades portuguesas, como a Sociologia. A afirmação de um escol de investigadores da área social consolidou-se com a transformação do GEC em Gabinete de Investigações Sociais (GIS) em 1962 e, logo em 1963, com a fundação da revista *Análise Social*.

O grupo de investigadores que devia alimentar as teses defensoras do Corporativismo rapidamente concluiu pela insustentabilidade deste modelo económico e social (Nunes 1988). E o seu mentor, José Pires Cardoso, figura influente no Estado Novo, e professor do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), concordou com a mudança da designação e dos métodos de investigação do gabinete e da revista que dirigia (Cardoso 2015). Até porque esta deixara de ter leitores. Pires Cardoso procurava uma

mudança tranquila. Ou seja, atuou sem afrontar diretamente o regime e a sua máquina repressiva. Embora até 1973 dirigisse formalmente o GIS e a *Análise Social*, deixou que o principal impulsionador de todo o processo fosse Adérito Sedas Nunes. A participação deste economista no GEC e na respetiva revista concedera-lhe um lugar de destaque. E, desse modo, o seu envolvimento na Juventude Universitária Católica e na campanha de Humberto Delgado, bem como a sua visão crítica do regime, acabaram por não constituir obstáculos à sua atuação (Cardoso 2015).

Sedas Nunes era professor do ISCEF, mais tarde renomeado Instituto Superior de Economia (ISE), integrado na Universidade Técnica de Lisboa. Foi aí que o GIS e a *Análise Social* estiveram acoplados entre 1963 e 1975. Já entre 1976 e 1982, o GIS sobreviveu como instituição autónoma, com suporte financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian, da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC). Em 1982, transitou para o Instituto de Ciências Sociais (ICS), onde atualmente se mantém.

A *Análise Social* não se firmou como uma revista de História. Até 1974, o foco era desenvolver as ciências sociais, despertando uma onda que promovesse a modernização científica do País (Pereira 1994). A preocupação era a atualização do mundo académico relativamente aos conceitos e métodos de investigação em uso no exterior, encurtando assim o nosso atraso e, sobretudo, preparando as mudanças que se avizinhavam e se pressentiam (Nunes 1988).

Até 25 de Abril de 1974 publicaram-se pouco mais de uma dezena de estudos históricos. Mas, depois dessa data, a produção histórica explodiu. Sedas Nunes refere mesmo que a escassez de dados estatísticos fez com que os investigadores lançassem “mão dos documentos arrumados ou desarrumados em bibliotecas e arquivos” sendo, desse modo, “inevitavelmente atraídos, remetidos, para o passado donde esses documentos provinham e do qual falavam” (Nunes 1988). Ressentiu-se o presente. Mas até a História viveu movimentos pendulares. O Salazarismo e as suas origens, mais ou menos remotas, foram objeto de escrutínio “em todas as direcções”. Ultrapassada esta obsessão, que procurava explicar a implantação e a longevidade do regime, os investigadores oscilaram entre outros tempos, tendendo a reincidir na Época Contemporânea. Foi esse interesse que permitiu que fosse “salva do extermínio informação preciosa que estava a esboroar-se no descuido de bibliotecas e arquivos” (Nunes 1988).

A *Análise Social* viria a constituir-se, após 1974, como um dos veículos mais profícuos da historiografia portuguesa, centrando-se esmagadoramente no estudo da História

Económica e Social e na Época Contemporânea. Ou seja, não apenas acompanhou, como instigou, a modernização da historiografia nacional. Neste domínio, e apenas a título exemplificativo, salientam-se os trabalhos de autores como Maria Filomena Mónica, Manuel de Lucena, Fátima Bonifácio, Vasco Pulido Valente e Jaime Reis em torno de temas como a industrialização, o corporativismo, o Salazarismo, a emigração, a demografia, as classes trabalhadoras, o protecionismo e a Primeira República.

Estes autores, nas suas narrações, viram-se frequentemente confrontados com o dilema de controlar o que explicavam, jogando tanto com o domínio estatístico de longas séries como com a manipulação de fontes de tez qualitativa. Embora se queixem da inexistência ou da escassez de dados, não abdicam da sua capacidade interpretativa de modelar o passado de acordo com a suas perspetivas mais ou menos localizadas no espaço e no tempo, para responderem aos desafios do presente (Mandelbaum 1967:415; Roth 1981:43; Sewell 2010).

1.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (RFLUP) foi criada em 1970 pelo Grupo de História. No editorial do primeiro número faz-se questão de estabelecer a ligação à Revista, com o mesmo nome e com os mesmos propósitos, publicada pela FLUP entre 1920 e 1926. Logo, considera-se a interrupção como um hiato, havendo agora lugar à sua restauração, de modo a dar continuidade à RFLUP, série História. Na direção da RFLUP figuravam Carlos Bastos de Soveral e António Augusto Ferreira da Cruz, dois dos primeiros quatro professores do Curso de História. A fundação da RFLUP ocorreu já em pleno Marcelismo, pretendendo servir de veículo preferencial para a divulgação das investigações realizadas pelos professores e alunos da FLUP e, conseqüentemente, para a afirmação do projeto historiográfico desta faculdade, que havia sido refundada em 1962. O que explica o facto de a maior parte dos artigos terem sido publicados por autores ligados à FLUP.

Até ao 25 de Abril as temáticas mais estudadas foram a Arqueologia e Pré-História, a História Económica e Social e a História Política, incidindo sobre a Época Moderna, a Época Clássica e a Pré-História. A publicação foi suspensa entre 1974 e 1984, mas, a partir desse ano, passou a ser publicada com regularidade. Na Democracia a Arqueologia e Pré-História recuou para dar lugar à História Económica e Social e à História Política. A Época Medieval e a Época Contemporânea vingaram, mantendo-se um grande interesse pela Época Moderna em prejuízo da Época Clássica e da Pré-História. A RFLUP veio arejar a

historiografia do Estado Novo, sobretudo, com a dimensão da Arqueologia, resultante de vários projetos de investigação realizados por docentes da Faculdade. E, após 1974, a dinâmica que introduziu, por exemplo, na História Medieval, abordada de perspectivas longínquas do tipo de historiografia apologética e nacionalista, veio consolidar a sua imagem como um dos veículos da modernização da Historiografia em Portugal.

A este respeito, salienta-se o papel de autores como Humberto Baquero Moreno, José Marques, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Vítor Oliveira Jorge, Luís A. de Oliveira Ramos, Luís Miguel Duarte e Eugénio dos Santos. Estes publicaram estudos, entre outros domínios, sobre o período medieval, a Arqueologia, os concelhos, as instituições religiosas, a História da Arte e o Século das Luzes, concentrando-se principalmente sobre a região Norte. Vários destes autores fizeram uso intensivo de fontes escritas, articuladas depois com as suas próprias linguagens para produzir narrativas. Esta dupla dimensão hermenêutica permitiu contextualizar as problemáticas nas respetivas épocas, transformando praticamente os leitores em espetadores dos acontecimentos (Meyerhoff 1960:96-97; White 1984:3; 7-8; 29).

I.2.5 Revista de História Económica e Social

A *Revista de História Económica e Social* (RHES) foi criada pela Associação Portuguesa de História Económica e Social (APHES), em 1978. O projeto editorial foi apoiado pela Editora Sá da Costa, que assumiu os riscos da edição. Assim, contrariamente a outras revistas nascidas no contexto de instituições de ensino superior ou subsidiadas pelo Estado, a RHES sobreviveu dos assinantes e das vendas avulsas ao público. O que pode ajudar a explicar a sua curta duração quando comparada com as revistas universitárias, protegidas dos humores do mercado.

As mudanças introduzidas pela Revolução de 25 de Abril de 1974 sentiram-se também nas tendências historiográficas. Os historiadores portugueses ficaram libertos dos constrangimentos a que estavam sujeitos no Estado Novo. É verdade que Portugal nunca estivera completamente fechado ao exterior, como se demonstrará mais abaixo, mas o que chegava nem sempre era permitido e os historiadores mais progressistas foram, em geral, rapidamente proscritos. A História Económica Social, como uma das tendências mais acarinhadas e popularizadas pelos historiadores ocidentais, entrou em Portugal, mas tardou a fazer escola. Era praticada, mas dentro de determinados cânones que lhe retiravam grande parte do seu potencial interpretativo e crítico, restando-lhe, frequentemente, deixar-se

enredar pelo método descritivo e erudito. Desta forma, pese embora a sua prática, e até expressividade, no contexto português, acabava truncada no seu âmago.

Nos anos que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 a explosão historiográfica acompanhou a efervescência político-social. A multiplicação de cursos de História nas universidades portuguesas, o engrossamento dos corpos docentes e a massificação do Ensino Superior, com ampliação do número de estudantes, geraram o ambiente adequado para a profusão de investigações. Concomitantemente, o avolumar brusco das questões socioeconómicas na sociedade portuguesa, que ganharam forte centralidade, a par da conquista de espaço por correntes historiográficas como a marxista e os *Annales*, irradiaram num vasto conjunto de estudos de foro económico e social, delineando-se uma clara viragem da historiografia nacional para as novas tendências. Contudo, a clivagem não foi tão abrupta como se podia suspeitar, uma vez que esta se vinha já desenhando na fase crepuscular do Estado Novo. Logo, a estupefação com que alguns foram surpreendidos pela Revolução destoava da realidade de um País em que tudo mudava, com exceção do próprio regime político. A rapidez das mudanças só pôde surpreender os menos atentos.

Na historiografia sobreveio um movimento, ancorado no passado, protagonizado por um conjunto de historiadores (alguns deles enfeitados e perseguidos pelo Estado Novo) pertencentes a várias gerações, que pretendiam contribuir para um novo tipo de historiografia. A História que queriam produzir era ao jeito da nova realidade, estudando mais as massas e menos os graúdos, olhando mais para as estruturas e movimentos, em vez dos acontecimentos e das suas tramas. Naturalmente, houve historiadores comprometidos político-ideologicamente. Mas, tal como muitos dos seus colegas que haviam apoiado o Estado Novo, também eles se esforçaram por tentar respeitar os princípios deontológicos por onde o ofício de historiador se regia.

A fundação da APHES foi uma tentativa de conferir um cunho associativo a uma torrente que se avolumava cada vez mais e de fomentar o dinamismo dos historiadores desta área, abrindo linhas de investigação e dando a conhecer os seus resultados. A RHES assumiu um protagonismo central nesta estratégia, tendo como principal impulsionador Vitorino Magalhães Godinho. Este professor havia-se distinguido por adotar métodos inovadores, concernentes com os dos *Annales*, ainda na década de 1940, quando começou a sua carreira como assistente na FLUL. A sua impertinência não tardou a conduzi-lo ao exílio em França, de onde retornaria apenas para experimentar novas provações. A travessia no deserto terminou quando foi convidado a ocupar o lugar de professor na Universidade de Clermont-Ferrand, já na década de 1970. No regresso a Portugal, após o 25 de Abril, carregou não

apenas o peso da acrimónia a que foi submetido, mas também, felizmente, toda a experiência proporcionada pela liberdade e os contactos longamente estreitados com novas correntes historiográficas e suas figuras de proa. São estas ferramentas que alimentarão a ideia da RHES durante a sua breve existência, entre 1978 e 1989.

Na “Nota Preliminar” dos n.º 1 e 2 dos *Cadernos* da RHES refere-se que a RHES atestava “a capacidade de investigação e criação (...) de toda uma camada jovem: a partir do pequeno núcleo inicial do Gabinete de História Económica e Social do ISE (Lisboa), logo alargado às Faculdades de Letras e de Economia de Coimbra, ao restrito (infelizmente) sector da Economia e Sociologia Históricas da UNL, Faculdade de Letras do Porto e Universidade de Braga, em breve merecendo pedidos de autores e instituições estrangeiros para colaborar”. O sucesso baseou-se também no facto de haver um editor que arriscou a sua publicação, sem quaisquer apoios ou subsídios do Estado. Viveu exclusivamente das vendas ao público.

Como abaixo se verá, o contributo da RHES para a atualização da historiografia portuguesa foi bastante visível através dos trabalhos de autores como Vitorino Magalhães Godinho, António Carreira, Maria José Pimenta Ferro Tavares, Nuno Valério, António Lopes Vieira, David Justino e Jorge Crespo. Entre os aspetos aflorados constaram a História dos Descobrimentos, a História Colonial, a emigração, a economia, a urbanização, a demografia, a historiografia, os judeus, os mouros, a pobreza, a Inquisição, os transportes, a alimentação e o elemento lúdico.

A RHES procedia de um movimento que buscava a cientificação da História. Porém, esta revista não se converteu numa montra de estudos com longas séries estatísticas onde se demandava a obtenção de leis gerais e abstratas. A aplicação de dados numéricos não impediu a adoção frequente de metodologias qualitativas. Esta transversalidade adveio da perceção da irrepetibilidade da História e da ausência de uma ordem preestabelecida no desenrolar dos eventos históricos (Reisch 1991:20; Jaeger 1985; Ankersmit 1988:214).

I.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social

Os *Cadernos da Revista de História Económica e Social* (CRHES) foram fundados em 1981 e perduraram até 1989, possibilitando a publicação de um total de 18 estudos. Os riscos da sua edição também correram por conta da Editora Sá da Costa. O nascimento dos *Cadernos* da RHES fundou-se em várias razões, como se explica no Editorial do primeiro e segundo números. A primeira foi a intenção de os fundadores da RHES pretenderem assegurar a publicação de quatro números desta revista por ano, uma vez que era “o mais corrente

internacionalmente”. A segunda ancorou-se na vontade de publicar “trabalhos que numa revista não cabem, pela sua extensão e natureza”, assim como “levar ao público fontes em edições críticas e agrupamento de dados semitratados” e “divulgar colectâneas de trabalhos por temas ou autores de particular importância”. Efetivamente, os *Cadernos* da RHES responderam desde início ao compromisso assumido pelo seu grupo fundador. Dedicaram-se a divulgar estudos de maior dimensão, alguns monográficos, orientados, em vários casos, para temas ou historiadores específicos.

No que respeita às temáticas, os *Cadernos* da RHES concederam ênfase à História Económica e Social, tocando questões como a emigração ou a moeda e realizando análises de contexto a partir de “duas descrições do Algarve do século XVI” e da morfologia e sociedade da “Guarda Medieval”. Também teve expressão a História Cultural e das Mentalidades e a História Política, ambas orientadas para a figura de Jaime Cortesão, bem como a História Colonial, incidente sobre as viagens ao Índico. A Teoria da História e a Demografia Histórica tiveram menor peso.

Os *Cadernos* da RHES espelharam também a intenção e a concretização de um movimento de forte inovação na historiografia portuguesa, criando um espaço onde historiadores como Jorge Arroiteia, José Guerreiro, Maria Beatriz Rocha Trindade, Alberto Martinho, Joaquim Romero Magalhães, Joaquim Manuel Nazareth, Fernando de Sousa, Nuno Valério, Maria Leonor Carvalhão Buescu, Leonor Freire Costa e Rita Costa Gomes puderam apresentar trabalhos de fôlego usando metodologias e linguagem perfeitamente alinhadas com as correntes internacionais. Todavia, talvez pelo atraso do País, quando em Portugal se testemunhou o auge da História Económica e Social, já esta estava a perder terreno noutros países, onde se retornava a passos largos em direção à “Velha História” completamente transfigurada por novos métodos. Talvez por isso mesmo, tanto a RHES como os *Cadernos* já estivessem condenados à partida. Ao deixarem de corresponder às necessidades de uma sociedade em permanente transformação acabaram por perecer (Sewell 2010).

I.2.7 Ler História

A revista quadrimestral *Ler História* é uma publicação do Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE, atual Instituto Universitário de Lisboa (IUL). Foi fundada em 1983 sob o impulso de um conjunto de historiadores, provenientes de várias instituições do Ensino Superior, liderado por Miriam Halpern Pereira. Ao início era

subsidiada pela Junta Nacional de Investigação Científica e editada pela editora “A Regra do Jogo, Edições”. Recordemos o seu primeiro estatuto editorial. Aquando da sua fundação comportava três objetivos primordiais: o primeiro era facultar aos historiadores portugueses um espaço para divulgarem os seus trabalhos, sem condicionantes de natureza ideológica ou pessoal; o segundo, era promover a articulação entre os vários ramos da História e a interdisciplinaridade desta com outras ciências sociais; finalmente, o terceiro consistia em disponibilizar um instrumento de trabalho que possibilitasse a atualização científica e pedagógica e incentivasse a reflexão junto dos estudantes e professores. A revista assumia, claramente, a sua predileção pelo espaço geográfico nacional, mas dispunha-se a alargar os seus estudos a Espanha, ao Brasil e aos países africanos de língua portuguesa, com participação de historiadores dessas geografias. Também declarava não ter quaisquer palas cronológicas.

A declaração de interesses é confirmada no editorial por Miriam Halpern Pereira. Porém, as loas à amplitude esbarraram logo na espessura da realidade e das preferências e apetências do corpo de redação. A saliência da contemporaneidade refletia a necessidade de responder ao interesse crescente dos historiadores trabalharem sobre um período ainda pouco explorado. Mas, mesmo a Idade Média, profusamente estudada até então, carecia de estudos com novas perspectivas, nomeadamente, mais atinentes à dimensão económica e social, ou que incluíssem vertentes menosprezadas devido a fatores ideológicos, como a presença muçulmana. Miriam Halpern Pereira chamou também à atenção para a necessidade da nova revista pretender valorizar aspetos como: a conservação e levantamento dos arquivos; a reflexão teórica e metodológica em torno da historiografia e a procura da interdisciplinaridade e da colaboração de historiadores de diferentes países e quadrantes. Princípios enunciados e praticados nos números entretanto publicados.

Efetivamente, a revista *Ler História* apontou num caminho historiográfico condizente com a transformação que o País atravessava. Privilegiou a Época Contemporânea e a História Económica e Social, mas não deixou de dar importância à História Política (Zagorin 1999:9; Torgal et. al. 1996:16; 18-19). No essencial, alimentou o esforço de modernização da historiografia que se ia fazendo em Portugal. Miriam Halpern Pereira, Carlos Coelho Maurício, José Mattoso, Magda Pinheiro, Maria de Fátima Sá Melo Ferreira, Maria Beatriz Nizza da Silva, Maria Carlos Radich, Maria Norberta Amorim e Robert Rowland foram os autores mais prolíficos. Entraram por questões como a crise do Antigo Regime e o advento do Liberalismo, a História da Historiografia, o Milagre de Ourique, Oliveira Martins, a História da Cultura, a História Medieval, as finanças públicas no século XIX, os transportes,

a urbanização, as mentalidades, a mulher, a família, a ciência, a agricultura, a silvicultura, a demografia, a emigração e a Inquisição.

Na *Ler História* assumiu-se uma postura problematizante em relação a questões específicas. O poder da palavra na narrativa e o enveredar por metodologias inspiradas na perspectiva pós-moderna, como a micro-história, não puseram em causa o rigor histórico. Antes beneficiaram a representação de realidades históricas, havendo espaço para a reflexão em torno dos arquivos e da própria historiografia (Zagorin 1999:13-16; Ankersmit 1988:227; 1990:295-296; Aurell 2015:247; Meyerhoff 1960:93).

I.2.8 Penélope

A revista *Penélope, Fazer e Desfazer História*, editada pela Quetzal Editores e inicialmente subsidiada pela Secretaria de Estado da Cultura, foi fundada em 1988 por um grupo de historiadores, pertencentes a várias entidades, liderado por António Manuel Hespanha, que assumiu as funções de diretor da mesma. A revista não estava ancorada em nenhuma instituição, constituindo-se como uma cooperativa. Na origem da revista terá estado um conflito insanável entre o corpo de redação e a diretora da revista *Ler História*. Ao grupo descontente que se desligou desta revista juntar-se-iam outros historiadores. Na sua maioria, estavam associados às universidades de Lisboa e de Évora, mas também havia uma minoria dispersa por outros pontos do País. A filosofia de trabalho da revista *Penélope* assentava numa lógica horizontalizada e colaborativa e a atitude para com a disciplina era a de um certo desprendimento e, simultaneamente, vigorava um sentimento de despretenosismo perante os resultados alcançados e divulgados. A intenção era, partindo de ideias em vez dos factos, construir a História para mais tarde a desconstruir. A revista afirmou-se rapidamente por abordar de forma crescente a Época Moderna e a Época Contemporânea, assim como a História de Portugal, a História do Império Ultramarino Português e a História de Espanha, derivando com frequência para perspectivas pan-ibéricas.

A revista *Penélope* afastou-se tanto do modelo subjacente à RHES (e seus Cadernos) como à *Ler História*. Na *Penélope* a História Política recuperou centralidade, mas passou a ser construída com recurso a novos métodos. Evitava-se desse modo o tipo de História acontecimental e nacionalista, de cariz apologético, em que se narram os feitos e sucessos individualmente (Torgal et. al. 1996:16; Holscher 2014:579-580; Carbonell 2014:145; Cheng 2008:224). A História que se incentivava conjugava aspetos políticos com explicações de base legal e institucional, cruzadas com dimensões mentais ou culturais. Logo, a *Penélope* promoveu

a inovação da historiografia portuguesa recuperando algumas das temáticas que a geração ulterior de historiadores abandonara e quisera, eventualmente, ver esquecida.

Os autores que mais contribuíram para a *Penélope* foram António Manuel Hespanha, Valentim Alexandre, Carlos Fabião, Fernando Jesús Bouza Álvarez e José Mattoso. Os seus estudos versaram sobre diversos âmbitos, tais como o domínio filipino e as instituições e leis do Antigo Regime, a História da Historiografia, o colonialismo português em África, a Arqueologia e a História Medieval. A divisa *Fazer e Desfazer História* foi respeitada e praticada pela *Penélope*, cujos autores se prestaram ao eterno labor de construir, visitar, desconstruir e reescrever os discursos históricos. A relativização da História, embora tomasse por empréstimo noções pós-modernas, foi a afirmação de uma forma de estar em que o rigor metodológico não era beliscado. Entendia-se, antes, a revisão das perspetivas históricas como um resultado da evolução da disciplina e de novas formas de olhar para os problemas históricos com o objetivo de alcançar a verdade (Roth 2012:322-325; West 1966:351).

Capítulo II – Análise à produção historiográfica: temáticas, geografias e cronologias

II.1 As temáticas

Cada corrente historiográfica teve preferência por certas temáticas em detrimento de outras, pelo que se pode associar o avolumar de estudos numa determinada área ao desenvolvimento de uma Escola da Historiografia. Por exemplo, a corrente neo-metódica, herdeira do historicismo, concentrou-se na História Política, na História Militar, na História Diplomática e na História Religiosa (Torgal et. al. 1996:16). Em reação a esta, mas também perfilhando outras perspetivas, foram surgindo novas correntes, como foi a escola dos *Annales*, a escola marxista ou a Nova História, que se aventuraram por temáticas como a História Económica e Social e a História Cultural e das Mentalidades, entre muitas outras (Cheng 2008:219; 224; Zagorin 1999:9; Torgal et. al. 1996:16; 18-19). Também aqui se consegue obter uma visão do binómio atraso/modernização ao se identificar, na produção historiográfica, a quantidade de estudos dedicada a cada temática. A adoção de novas correntes historiográficas pelos historiadores tem funcionado como um meio de aferição relativamente ao grau de atraso ou de progresso da historiografia de cada País (Li 2010:338-343). A demora ou a rapidez na introdução de novas correntes são indicativas da evolução do nível de modernização da historiografia. Em Portugal, como se confirmará pela análise abaixo realizada, ocorreu uma atualização historiográfica iniciada ainda durante o Estado Novo que se intensificou claramente no período da Democracia.

II.1.1 As temáticas estudadas entre 1945 e 1996

No período que medeia entre 1945 e 1996, no que respeita às temáticas trabalhadas pelos historiadores, somando revistas e teses de doutoramento, desenha-se um quadro esmagadoramente dominado por três temáticas: História Económica e Social; História Política; e, História Cultural e das Mentalidades. Em conjunto ultrapassam os 70% da produção historiográfica no período analisado, o que representa, por si só, um investimento muito considerável das academias e dos historiadores, inseridos em centros de investigação ou mesmo individualmente, em encontrar respostas para as suas interrogações através do estudo destas temáticas.



Figura 1: Capa do n.º 1 da Revista de História Económica e Social, fundada e dirigida por Vitorino Magalhães Godinho.

Há dois fatores que podem ajudar a explicar esta realidade: por um lado, o facto de se tratarem de temáticas muito vastas abrangendo inúmeras subáreas que, face a um Estado cada vez mais onnipresente, despertaram nos historiadores a vontade de decifrar fenómenos do passado que pudessem, de algum modo, servir de ferramenta para os desafios de um presente em grande transformação (Nadel 1964:300; Sewell 2010); por outro lado, a clivagem entre correntes historiográficas que concorriam entre si para ocupar o espaço nas academias e na produção historiográfica. Esta tendência é bastante evidente nas décadas de 1980 e de 1990 quando, após um período de crescimento da História Económica e Social e da História Cultural e das Mentalidades, se davam loas ao regresso da “velha história”, encabeçada pela História Política (Bonifácio 1993).

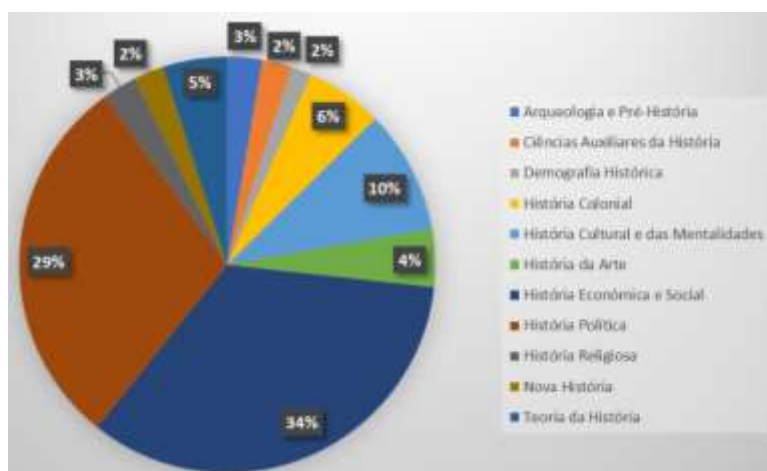


Figura 2: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1945-1996).

O predomínio destas três temáticas não significa que estivessem todas ao mesmo nível. Efetivamente, existiu um certo equilíbrio entre a História Económica e Social, com 636 estudos, o que corresponde a pouco mais de um terço do total (34%), e a História Política, com 546, ou seja, 29,2%. A seguir, ao longe, a História Cultural e das Mentalidades surge com 180 estudos, numa percentagem de 9,6%. O equilíbrio relativo entre a História Económica e Social e a História Política é demonstrativo da adesão dos historiadores a duas formas diferentes de fazer História.

A supremacia destas três áreas entre 1945 e 1996 não ofusca a presença de outras, algumas das quais com relevância no argumentário historiográfico. Assim, em quarto lugar está a História Colonial, uma das mais expostas ao debate político-ideológico, com 113 estudos (6%). Logo atrás vem a Teoria da História, com 94 estudos (5%) e a História da Arte¹¹, com 84 estudos (4,5%). As restantes áreas oscilam entre os 51 estudos (Arqueologia e Pré-História) e os 29 (Demografia Histórica).

Este quadro permite concluir que mais de dois terços dos estudos tiveram como objeto a História Económica e Social, a História Política e a História Cultural e das Mentalidades. Logo, olhando ao longe, e sem distinguir regimes políticos, considera-se que a historiografia portuguesa manteve um certo alinhamento com as tendências internacionais (Zagorin 1999:9; Torgal et. al. 1996:16; 18-19). Prudentemente, deve ter-se em conta que, no universo analisado, o peso da historiografia do Estado Novo representa pouco mais do que um quinto do total, havendo um claro desequilíbrio provocado pela quantidade de estudos produzidos durante o período democrático (78,6%).

II.1.1.1 As temáticas estudadas durante o Estado Novo (1945-1974)

Procede-se agora a uma análise da historiografia produzida antes de 1975 pelo Estado Novo. Nela se incluem teses de doutoramento de três universidades (Coimbra, Lisboa e Porto) e artigos de quatro revistas (*Revista Portuguesa de História*, *Análise Social*, *O Tempo e o Modo*, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*). Assim, dos 400 estudos analisados, a História Política abrangeu 144 e a História Económica e Social 72 estudos. Mais de metade, portanto. Já a História Colonial cifrou-se nos 39 estudos, seguida muito de perto pela História Cultural e das Mentalidades, com 37. Logo, ambas em torno dos 10%. A História Religiosa, as Ciências Auxiliares da História e a Teoria da História tiveram 24 estudos

¹¹ A História da Arte tem nesta tese um sentido mais lato ao incluir, também, artigos direcionados para a aplicação de conhecimentos técnicos e de tecnologias, designadamente, sobre o período dos Descobrimentos.

cada uma. A História da Arte alcançou apenas 18 estudos, mas a Arqueologia e a Pré-História ficou-se pelos 11. Por fim, a Nova História não ultrapassou os 6 estudos e a Demografia Histórica restringiu-se a um único estudo.



Figura 3: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1945-1974).

A historiografia portuguesa produzida entre 1945 e 1974 apresenta um quadro em que os temas geralmente associados ao Estado Novo ultrapassam ligeiramente os 50% do total: História Política (36%), História Colonial (9,6%) e História Religiosa (6%). De algum modo esta realidade era já expetável. O que surpreende é o facto da História Económica e Social e da História Cultural e das Mentalidades atingirem, somadas, os 27%. Deste modo, apesar das repetidas afirmações de que historiografia neste período sofria de um atraso doentio, a languidez foi sendo lentamente quebrada por incursões cada vez mais frequentes dos historiadores em temáticas alinhadas com os movimentos historiográficos internacionais.



Figura 4: Capa do n.º 1 da revista Análise Social, fundada em 1963 e dirigida por Adérito Sedas Nunes.

II.1.1.2 As temáticas estudadas durante a Democracia (1975-1996)

No período democrático, entre 1975 e 1996, a historiografia portuguesa não ficou imune às mudanças. A mais visível foi o crescimento extraordinário da produção historiográfica. O número de estudos produzidos foi mais do triplo do período anterior. Do mesmo modo, aumentou substancialmente o número de universidades, de centros de investigação e de revistas, assim como de autores. A infraestrutura por detrás da produção historiográfica alargou-se, introduzindo modificações nas temáticas estudadas.

A História Económica e Social foi a mais estudada, com 564 estudos. A História Política seguiu-se-lhe com 402 estudos. As duas representaram quase dois terços do total. A História Cultural e das Mentalidades foi a terceira mais estudada, atingindo 143 estudos. Houve também outras áreas temáticas a despertar o interesse dos investigadores, embora com menor expressão em termos da quantidade de estudos: a História Colonial (74 estudos), a Teoria da História (70 estudos), a História da Arte (66 estudos), a Arqueologia e Pré-História (40 estudos), a Nova História (37 estudos), a Demografia Histórica (28 estudos), a História Religiosa (26 estudos) e, finalmente, as Ciências Auxiliares da História (19 estudos).



Figura 5: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento e Revistas (1975-1996).

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 a historiografia portuguesa mudou. A História Política perdeu a dianteira, recuando quase 10% relativamente ao período anterior. Já a História Económica e Social duplicou o seu peso, indo para além de um terço do total dos estudos. A História Colonial, resumida a 5%, trocou de lugar com a História Cultural e das Mentalidades, que subiu ligeiramente para perto dos 10%. A História Religiosa perdeu significado, situando-se abaixo dos 2%, enquanto a História da Arte manteve a sua posição inalterada, tal como a Arqueologia e a Pré-História. Finalmente, as Ciências Auxiliares da História caíram abruptamente, roçando a irrelevância. Ao mesmo tempo, a Teoria da História, apesar do incremento profuso de estudos, viu recuar o seu espaço. Esta sua

desertificação, em prol da operacionalização da História, denotou pouca capacidade crítica e autorreflexiva sobre a historiografia produzida.

Deste modo, podem ser observados dois grandes fenómenos na historiografia do período democrático: em primeiro lugar, a adaptação dos interesses dos historiadores ao novo contexto político, económico, social e cultural, que se refletiu na perda de importância da História Política, da História Colonial, da História Religiosa e das Ciências Auxiliares da História e no reforço muito protuberante da História Económica e Social; em segundo lugar, na promoção de algumas das temáticas historiográficas que já se vinham a afirmar no Estado Novo, mais concretamente, a História Económica e Social e a História Cultural e das Mentalidades (Torgal et. al. 1996:16; 18-19).

II.1.2 As temáticas estudadas nos doutoramentos

II.1.2.1 Perspetiva geral

Para se obter uma visão ainda mais pormenorizada do período entre 1945 e 1996 realiza-se a análise com a divisão estatística entre teses de doutoramento e revistas. A pertinência da partição da amostra em artigos, para um lado, e teses, para outro, está relacionada com o estabelecimento de uma fronteira clara entre o que é produção historiográfica para efeitos de prestação de provas académicas (teses de doutoramento) e outra destinada à divulgação da história, a de artigos, que, mesmo estando associada aos cânones universitários, está um pouco mais liberta do controlo oficial. Para além disso, as teses, embora constituam “literatura cinzenta” pouco consultada, são determinantes ao estabelecerem linhas de investigação com influência nos estudos divulgados em revistas.

As teses de doutoramento consistem em projetos de grande envergadura e complexidade, razão pela qual a decisão de escolha do tema é geralmente bastante ponderada. Dando início à análise das 199 teses que foram defendidas entre 1945 e 1996, temos o seguinte panorama: a História Económica e Social foi a mais escolhida (72 teses), o que demonstra a sua relevância dentro do contexto académico neste período; a História Política, em segundo lugar, foi objeto de 33 teses, ficando pouco acima da História da Arte e da História Cultural e das Mentalidades, com 31 teses cada uma. Com uma representatividade individual pouco expressiva surgiram a Arqueologia e Pré-História (10 teses), a História Colonial (8 teses), a Nova História (6 teses), a História Religiosa (5 teses) e a Demografia Histórica (3 teses). Assiste-se, desta maneira, a uma elevada concentração de estudos num

universo escasso, composto por quatro de temas, que constituem 84% do total das teses analisadas.



Figura 6: Temáticas Historiográficas em Teses (1945-1996).

II.1.2.1.1 As temáticas estudadas nas teses de doutoramento durante o Estado Novo (1945-1974)

Olhando agora apenas para o período que vai de 1945 a 1974, correspondente ao Estado Novo, há a salientar, desde logo, a exiguidade da produção de teses. O seu número reduz-se a 16¹², traduzindo desse modo uma realidade onde o doutoramento se restringia a um círculo muito reduzido de pessoas, esmagadoramente, do sexo masculino. Neste período havia apenas três universidades capazes de fomentar a obtenção deste grau académico: a Universidade de Coimbra, a Universidade de Lisboa e a Universidade do Porto (cujo curso de História foi refundado em 1962).

A distribuição das teses pelas temáticas obedece ao seguinte: a História Económica e Social captou o interesse de cinco investigadores, a História Política e a História Colonial cifraram-se em três teses cada, enquanto a História da Arte e a História Religiosa granjearam o labor de dois historiadores, cada. A Arqueologia e Pré-História resumiu-se a uma tese.

¹² Poderão ter sido aprovadas mais teses de doutoramento em História ou com forte componente histórica. Todavia, por falta de informação ou por dificuldades de acesso, apenas se conseguiu identificar e consultar 16 teses, pelo que é com base nesta amostra que se produziu a análise a este período. O mesmo aconteceu para o período da Democracia, correspondendo aí o número a 183 teses identificadas e consultadas.

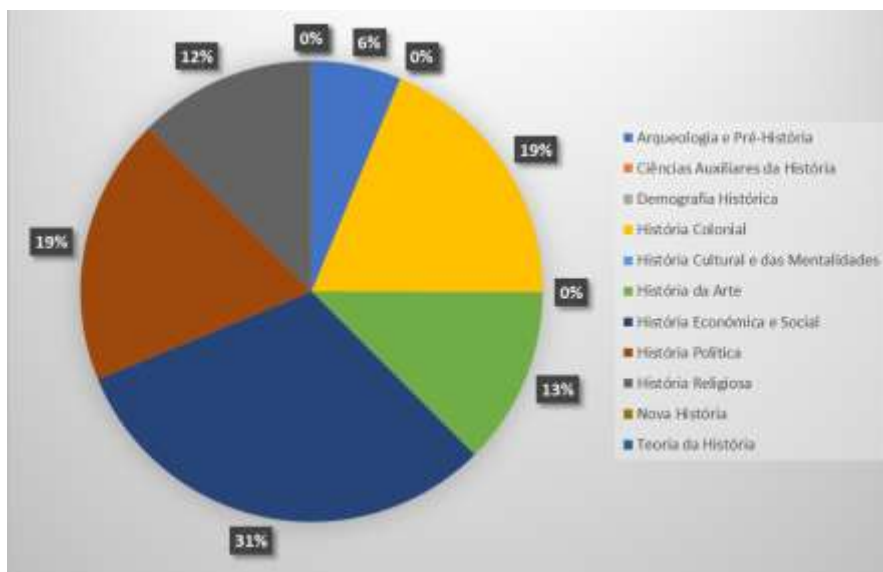


Figura 7: Temáticas Historiográficas em Teses (1945-1974).

O quadro relativo às teses de doutoramento produzidas durante o Estado Novo aponta para uma historiografia que, aparentemente, tendia a privilegiar as temáticas mais favoráveis ao regime. A História Política centrou-se na questão da independência nacional, ameaçada nos séculos XIV e XVI, tema de duas teses da Universidade de Coimbra. Porém, a que foi defendida na Universidade do Porto, ao incidir sobre o Cardeal Saraiva, iluminista, figura de proa do Liberalismo dos séculos XVIII e XIX, fugia aos cânones políticos. Observando a História Colonial, as teses abrangeram aspetos muito diferenciados, nomeadamente: o Conselho da Índia, órgão de governação do Império Português do Oriente, no século XVII; a Colónia do Sacramento, na América Meridional Portuguesa do século XVIII; e a África Portuguesa na época contemporânea. Cobria-se, deste modo, os vários impérios de Portugal e quase todas as suas épocas.

Já a História da Arte orientou-se para a arte no tempo visigótico e dos palácios reais em Espanha, o que não coincidia necessariamente com o ideário do Estado Novo. Mesmo a História Religiosa, embora espelhasse preocupações mais condizentes com as do regime, não se submeteu completamente aos seus objetivos. Verdadeiramente inovadora foi a tese “Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal”, abrindo caminho numa área ainda pouco explorada à altura: a Arqueologia. Bastante mais irreverentes foram as teses da Universidade de Lisboa na área económica e social. A de Virgínia Rau, sobre as “sesmarias medievais portuguesas”, a de Oliveira Marques, sobre a “Hansa e Portugal na Idade Média”, e a de Jorge Borges de Macedo, sobre os “Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII”, agitaram as águas ao tocarem aspetos habitualmente rejeitados pela historiografia mais conservadora. Aliás, Oliveira Marques, já sinalizado, acabou mesmo por

ter de seguir o caminho do exílio durante uns anos devido ao seu envolvimento na greve académica de 1962, interrompendo por algum tempo a sua produção historiográfica em Portugal. Contudo, se estas teses haviam enfrentado resistências, tiveram também o condão de instigar as mudanças na historiografia que, nos finais dos anos 60 e nos inícios dos anos 70, viriam a permitir que a tese de António de Oliveira, intitulada “Vida Económica e Social de Coimbra (1537- 1640)”, fosse premiada.



Figura 8: Capa da tese “Sesmarias Medievais Portuguesas”, de Virgínia Rau (1946), uma das primeiras professoras universitárias e historiadoras doutoradas em Portugal.

II.1.2.1.2 As temáticas estudadas nas teses de doutoramento durante a Democracia (1975-1996)

Após 1974 a realidade da produção de teses de doutoramento mudou substancialmente. Das 183 que foram defendidas, 67 delas, mais de um terço, inscreveram-se na História Económica e Social, que reforçou a sua presença nos círculos universitários. Emparelhadas, surgiram a História Cultural e das Mentalidades (31 teses), a História Política (30 teses) e a História da Arte (29 teses). Com muito menor representatividade, estudaram-se a Arqueologia e Pré-História (9 teses), a Nova História (6 teses), a História Colonial (5 teses), a Demografia Histórica e a História Religiosa, com 3 teses cada.



Figura 9: Temáticas Historiográficas em Teses (1975-1996).

No período entre 1975 e 1996 ocorreu um incremento bastante acentuado das provas de doutoramento, com reflexo na produção historiográfica. A este respeito, salienta-se o reforço da posição da História Económica e Social como área mais estudada. Assistiu-se também à evaporação da História Colonial e à desmedida perda de relevância da História Religiosa, dois dos pilares político-ideológicos do Estado Novo. Já a História Política, ao contrário do que seria expectável, registou apenas uma perda ligeira. A queda foi amortecida pela centralidade que a discussão política ocupou nos anos que se sucederam à Revolução de 25 de Abril de 1974. Bem como pelo facto de a historiografia empreender um “retorno à velha história”, direccionada, em grande medida, para a História Política, embora as suas roupagens se afastassem da História neo-metódica.

Em sentido inverso a estas últimas temáticas, que encolheram, observou-se um desenvolvimento extraordinário da História Cultural e das Mentalidades. Ocorreu também um aumento, embora marginal, do interesse pela História da Arte. Foi ainda nessa altura que a Nova História, finalmente, despontou neste tipo de investigações. Assim, pode considerar-se que a mudança de regime, simultaneamente, instigou mudanças e acomodou tendências provindas do passado. Aliás, apesar de ter negligenciado algumas temáticas, votadas praticamente ao ostracismo, como a História Colonial e a História Religiosa, parece ter sustido a História Política e dado até maior fulgor à História Económica e Social, que se tornou dominante. Suscitou ainda o aparecimento de novidades, como a Nova História, tornando a realidade historiográfica mais eclética.



Figura 10: Capa da tese “As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)”, de Henrique David (1992). O estudo da Demografia Histórica ganhou relevância após 1974.

II.1.2.2 Universidades

Para obter uma visão pormenorizada da realidade historiográfica das universidades realiza-se agora uma abordagem individualizada relativa às teses aprovadas em cada instituição universitária.

II.1.2.2.1 Universidade de Lisboa

Transitando agora para a análise às 34 teses produzidas na Universidade de Lisboa, entre 1945 e 1996, sublinha-se a diversidade de temáticas e a existência de um certo equilíbrio entre as mais escolhidas. Assim, a História Económica e Social (26,5%) superou o quarto enquanto a História Cultural e das Mentalidades (20,6%) e a História Política (17,6%) rondaram um quinto do total. Já a Arqueologia e Pré-História (11,8%) e a História da Arte (8,8%) acercaram-se de um décimo. A História Colonial (5,9%) e a Nova História (5,9%) foram as menos estudadas.

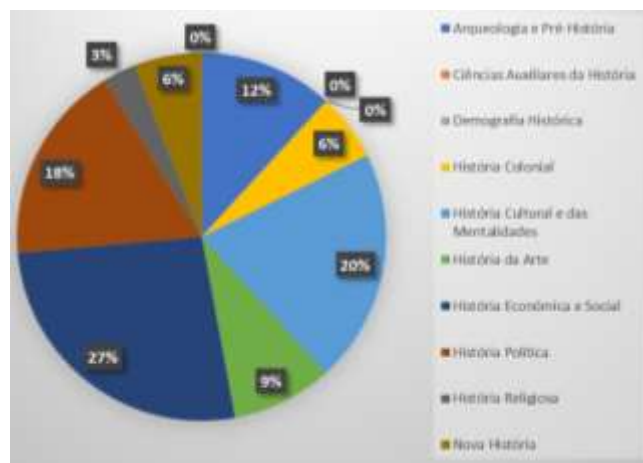


Figura 11: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1996).

Limitando a análise ao período do Estado Novo (1945-1974), é de salientar a relevância atribuída à História Económica e Social (42,9%), cujas teses versaram sobre as “Sesmarias medievais portuguesas”, de Virgínia Rau, a “Hansa e Portugal na Idade Média”, de Oliveira Marques, e os “Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII”, de Jorge Borges de Macedo. Sucedeu-se a História da Arte (28,6%) com uma tese dedicada à arte visigótica em Portugal e outra à pintura do escriptorial e do Palácio Real de Madrid. Na Arqueologia e Pré-História (14,3%) surgiu uma tese, sobre as lucernas romanas em Portugal, e na História Religiosa (14,3%) outra sobre Dom Frei Gomes.

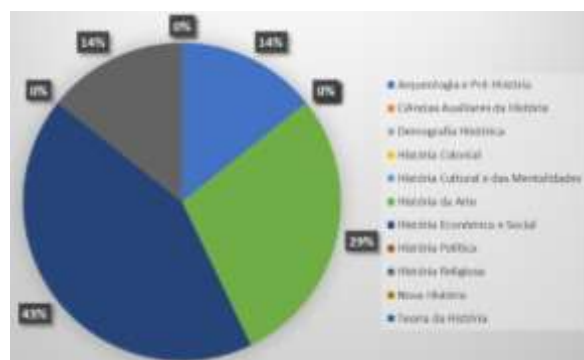


Figura 12: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1974).

Depois de 1974 a História Económica e Social (22,2%) recuou para perto de um quinto do total, concedendo a primazia à História Cultural e das Mentalidades (25,9%). Nesta, destaca-se a tese sobre a “A Medicina Popular e a Magia no Sul de Portugal”, de Benedita Araújo, e a de António Ventura sobre a figura de Emílio Costa. A História Política (22,2%) subiu de forma enérgica, preocupando-se de sobremaneira com a gestão do poder,

designadamente, com o contexto das regências na menoridade de D. Sebastião (Maria do Rosário Themudo Barata) e de Portugal na Segunda Guerra Mundial (António Telo). A Arqueologia e Pré-História (11,1%), a História Colonial (7,4%) e a Nova História (7,4%) não tiveram uma expressão tão alta como as anteriores temáticas. Por sua vez, a História da Arte (3,7%) assistiu a uma queda vertiginosa.

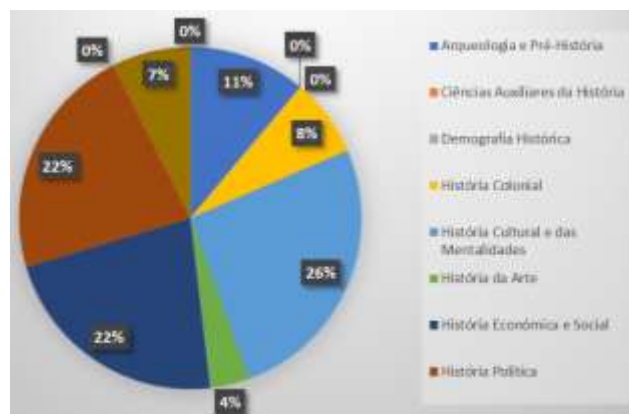


Figura 13: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1975-1996).

II.1.2.2.2 Universidade de Coimbra

As 52 teses de doutoramento da Universidade de Coimbra analisadas cobrem sete temáticas, distribuídas pela História Económica e Social (22 teses), pela História Cultural e das Mentalidades (11 teses), pela História Política (8 teses), pela História da Arte (5 teses), pela História Colonial (4 teses), pela História Religiosa (1 tese) e pela Nova História (1 tese). Denota-se uma concentração muito elevada de estudos nas primeiras três temáticas referidas. Assinala-se, também, a enorme importância concedida à História Cultural e das Mentalidades, cujo protagonismo se deve, em boa medida, à ação do Professor Silva Dias. Porém, foram deixadas a descoberto áreas como a Arqueologia e Pré-História, as Ciências Auxiliares da História, a Demografia Histórica e a Teoria da História.

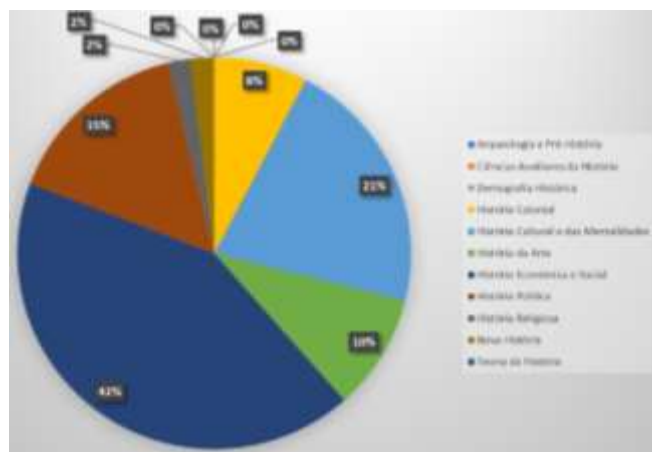


Figura 14: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1996).

Este quadro mais geral esconde as mutações vividas na academia conimbricense. Até 1974 a amplitude das temáticas era mais reduzida, limitando-se a quatro. A História Colonial (3 teses) foi a mais estudada, seguida da História Económica e Social e da História Política, com duas teses cada, e da História Religiosa (1 tese).

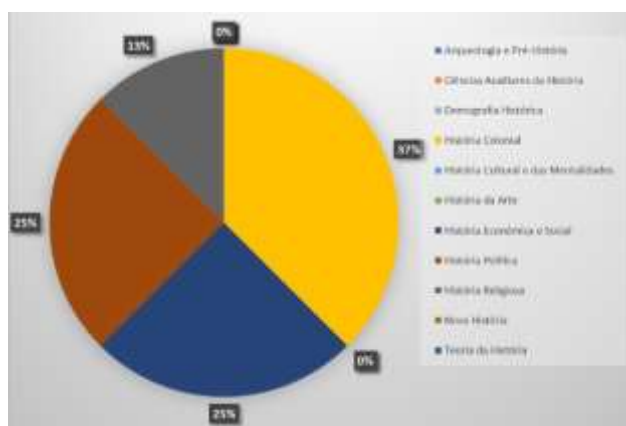


Figura 15: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1974).

Temos, assim, um quadro ao gosto da historiografia estado-novista com predominância das temáticas que eram mais caras ao regime. Três quartos dos estudos versavam sobre o Império, a independência do Reino e a Igreja Católica. Ora vejamos: as teses “O Conselho da Índia” (1952), “Portugal na África Contemporânea” (1959) e “A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha” (1973) centravam-se no ideário colonial. Aliás, a tese do canadiano Richard Pattee, sobre a presença portuguesa na África Contemporânea”, faz a apologia do colonialismo precisamente num momento em que

Portugal se tornaria numa das poucas potências coloniais a resistir ferozmente aos ventos de mudança descolonizadores.

Já as teses na área política ocuparam-se do reinado de D. António Prior do Crato e da sucessão de D. Fernando, refletindo a preocupação com a manutenção da independência nacional face à sua principal ameaça, Castela. Quanto à História Religiosa, deve referir-se a tese do Padre Avelino de Jesus da Costa, datada de 1959, intitulada “O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga”, galardoada em 1965 com o Prémio Alexandre Herculano. Esta tese versa sobre a personalidade do Bispo D. Pedro, a sua ação pastoral e as relações com as autoridades civis e religiosas. Integra, ainda, dimensões inovadoras relacionadas com a organização da Diocese de Braga ao nível paroquial, administrativo, económico, hagiográfico e topográfico. Ou seja, não se limita a ser um estudo inteiramente do domínio religioso, sobretudo quando este se confundia com o temporal no século X em múltiplos domínios. Temos, portanto, um estudo híbrido que conjuga a História Religiosa com achegas muito válidas noutras temáticas, como a económica.

A porta entreaberta com esta tese para a temática da História Económica e Social, viria a desembocar num estudo altamente inovador para a época, da autoria de António de Oliveira, cujo projeto de investigação começou no início dos anos 60. Intitulado “Vida Económica e Social de Coimbra (1537-1640)”, foi defendido em 1972 e publicado, nesse mesmo ano, pelo Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos. A investigação debruçada, entre outros assuntos, sobre a demografia, as estruturas económicas e sociais, as vias de comunicação, o comércio e o abastecimento da cidade de Coimbra e a sua envolvência, foi reconhecida em 1973 com o Prémio Nacional de História. Ainda dentro da temática da História Económica e Social, assiste-se em 1974 à defesa da tese “Cerâmica Comum Local e Regional de Conímbriga”, de Jorge Alarcão, a qual, embora desenvolvida no âmbito da arqueologia, se orienta para o estudo das estruturas sociais através de vestígios produzidos no âmbito da atividade económica. Pese embora a historiografia coimbrã se encaixasse nas temáticas perfilhadas pelos círculos do poder no Estado Novo, o surto da História Económica e Social fazia-se sentir num quarto das teses produzidas. Para além de que, mesmo nas restantes, as facetas económicas, sociais e administrativas encontravam também algum respaldo.



Figura 16: Capa do volume 1 da tese “Vida Económica e Social de Coimbra (1537- 1640)” António de Oliveira (1972), distinguida com o Prémio Nacional de História em 1973.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 trouxe mudanças significativas na historiografia da Universidade de Coimbra. Desde logo, pela explosão da produção, que ascendeu a 44 teses entre 1975 e 1996. Isto é, o equivalente a cinco vezes e meia da produção do período anteriormente analisado. O crescimento deveu-se ao aumento exponencial do número de alunos e do quadro docente, para fazer face à procura. As mulheres ganharam então espaço nessa dinâmica, o que teve reflexo, também, na quantidade de teses de doutoramento defendidas, até aí um torrão incontestado dos homens.

Assiste-se neste período a um alargamento das temáticas estudadas. Essa diversificação de interesses não impediu a hegemonia da História Económica e Social que, com 20 teses, representou praticamente metade das que foram produzidas. Sem histórico anterior, a História Cultural e das Mentalidades ascendeu a um quarto do total, com 11 teses, a História da Arte a cinco teses e a Nova História foi objeto de uma. A História Política caiu para seis teses e a História Colonial para uma. Assim, a realidade historiográfica alterou-se substancialmente. São claros o eclipse da História Religiosa, que deixou de ser estudada a este nível, e o quase estado de abandono a que se votaram temáticas como a História Política e, especialmente, a História Colonial. Já a História Económica e Social e a História Cultural e das Mentalidades tornaram-se os campos de investigação mais profícuos, em correspondência com a importância que estas questões passaram a ocupar na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril.

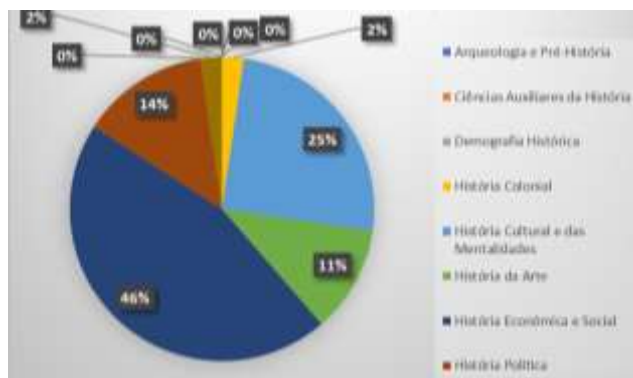


Figura 17: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1975-1996).

A este respeito, dá-se o exemplo da tese de João Lourenço Roque (1982), intitulada “Classes Populares no Distrito de Coimbra no Século XIX (1830-1870). Contributo para o seu estudo”, fazendo uso de nomenclaturas em voga no contexto revolucionário, ou a tese de Joaquim Romero Magalhães (1984) “O Algarve Económico: 1600-1773”, que serviu de referência para muitos historiadores da área económica. Mas outras houve que articularam a face social com a económica. Como já antes se referiu, esta viragem brusca que deu a supremacia à História Económica e Social foi também simbolizada pela mudança da designação do Instituto António de Vasconcelos para Instituto de História Económica e Social, em 1975.

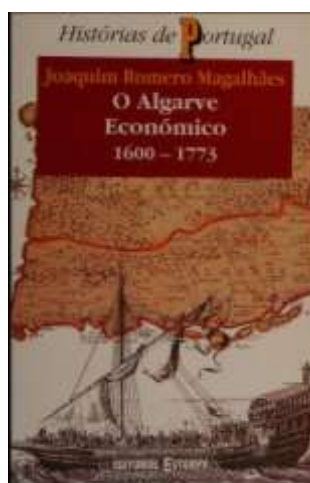


Figura 18: Capa do volume 1 da tese “O Algarve Económico: 1600-1773” de Joaquim Romero Magalhães (1984).

A História Cultural e das Mentalidades trilhou também um caminho fértil. A morte foi um dos temas mais estudados, nomeadamente, através das teses “A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal (1865-1911)”, de Fernando Catroga (1988), e “A Morte em Lisboa: Atitudes e Representações (1700-1830)”, de Ana Cristina Araújo (1995).

A história das ideias foi outra das áreas mais afloradas. As teses “António Ribeiro dos Santos - o Pensamento Filosófico-político”, de José Esteves Pereira, e “Teófilo Braga - Filosofia e Pensamento Político-social”, de Amadeu Carvalho Homem (1980), procuraram focar-se em personalidades relacionadas com o Iluminismo e o Republicanismo, inspiradoras do regime democrático.

II.1.2.2.3 Universidade do Porto

A Universidade do Porto aprovou 36 teses de doutoramento entre 1945 e 1996. Um terço focou-se na História Económica e Social (33,3%). Um outro terço repartiu-se entre a História da Arte (16,7%) e a História Política (16,7%). Com menos teses, mas a rondar um décimo, encontraram-se a História Cultural e das Mentalidades (11,1%) e a Arqueologia e Pré-História (8,3%). A História Religiosa (5,6%), a Demografia Histórica (5,6%) e a Nova História (2,8%) foram as que menos atenção captaram.



Figura 19: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1945-1996).

Durante o Estado Novo a Universidade do Porto centrou-se completamente sobre a História Política. Já na Democracia cerca de um terço das teses de doutoramento encaminhou-se para o estudo da História Económica e Social (34,3%), tendo a região Norte em primeiro plano. Um segundo terço coube em conjunto à História da Arte (17,1%) e à História Política (14,3%), bastante orientada para a Idade Média. O restante terço coube à História Cultural e das Mentalidades (11,4%), à Arqueologia e Pré-História (8,6%), à História Religiosa (5,7%), à Demografia Histórica (5,7%) e, muito ligeiramente, à Nova História (2,9%).

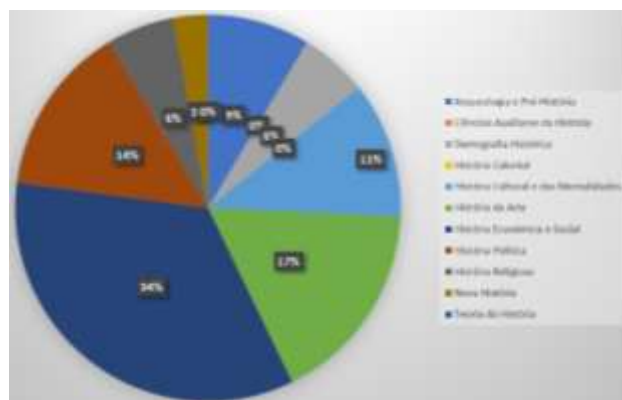


Figura 20: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1975-1996).

II.1.2.2.4 Universidade dos Açores

A Universidade dos Açores aprovou 6 teses entre 1975 e 1996. O estudo da realidade História Económica e Social (83,3%) dominou quase por completo as preferências dos historiadores: Artur Teodoro de Matos estudou os “Transportes e Comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750-1850)”; Alberto Vieira abordou a escravatura no Arquipélago da Madeira nos séculos XV e XVII; Avelino de Freitas de Meneses dedicou-se ao estudo das instituições e da economia nos Açores (1740-1770); Maria de Fátima Silva Sequeira Dias investigou a Casa Bensaúde e os Açores (1800-1873); finalmente, Margarida Lalandia tratou das estruturas e comportamentos da sociedade micaelense do século XVII. Quanto à única tese sobre História Política (16,7 %), José Guilherme Reis Leite entregou-se à política e administração dos Açores de 1890 a 1910 para estudar o primeiro movimento autonomista.

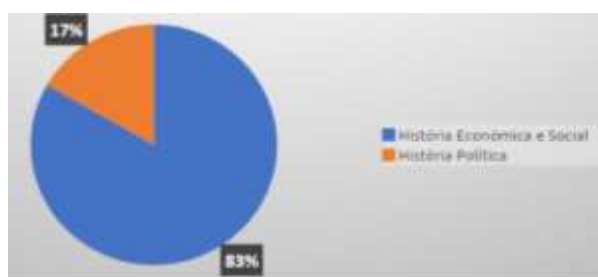


Figura 21: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade dos Açores (1975-1996).

II.1.2.2.5 Universidade Nova de Lisboa

Na Universidade Nova de Lisboa foram aprovadas 51 teses na área de História até 1996. Dentre essa safra, a História Económica e Social (33,3%) colheu exatamente um terço. As questões populacionais e económicas do clero, da nobreza e da burguesia, assim como as reformas políticas, dominaram o debate. A História Política (25,5%), na qual pontuaram o estudo das instituições e o vintismo, obteve um quarto, e a História da Arte (21,6%), onde se destacou o estudo da arte nas suas várias dimensões, pouco mais que um quinto. O restante quinto subdividiu-se entre várias temáticas. A História Cultural e das Mentalidades (7,8%) ficou abaixo de um décimo enquanto a Arqueologia e Pré-História (3,9%), a História Colonial (3,9%) e a Nova História (3,9%) se resumiram a duas teses cada.

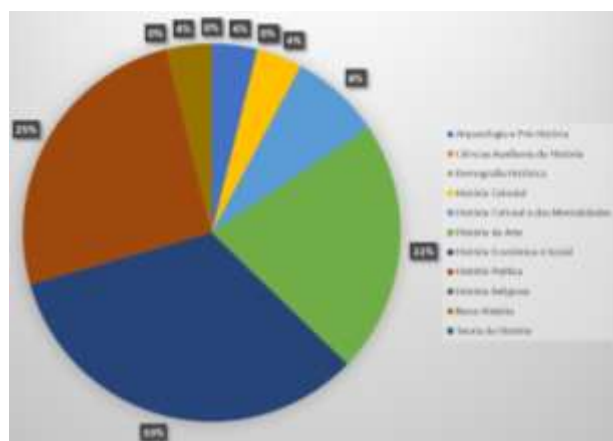


Figura 22: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).

II.1.2.2.6 Universidade do Minho

A Universidade do Minho apresenta 9 teses para o período entre 1975 e 1996. A História Económica e Social (55,6%) suplantou metade do total. Por exemplo, José Capela serviu-se das finanças do Entre-Douro-e-Minho para estudar a administração e os bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno. Mas outros autores concentraram-se nas indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto, no povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental e na história da alfabetização e escolarização em Portugal. A História Cultural e das Mentalidades (22,2%) avançou com duas teses: uma sobre Abel Salazar e outra sobre as mentalidades na Arquidiocese de Braga no século XVII. A História da Arte (11,1%)

limitou-se a uma e a Demografia Histórica (11,1%) a outra, que consistiu num estudo demográfico sobre Guimarães entre 1580 e 1819.

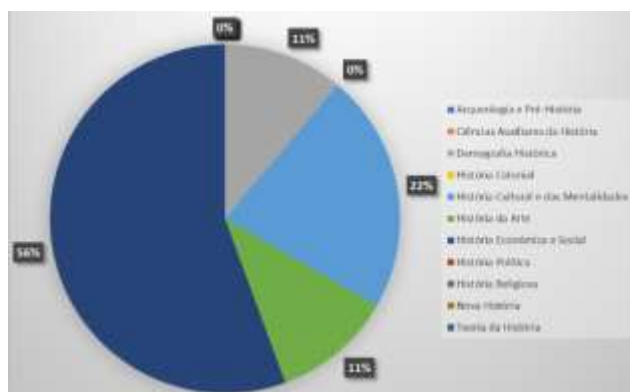


Figura 23: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade do Minho (1975-1996).

II.1.2.2.7 Universidade Técnica de Lisboa

A Universidade Técnica de Lisboa produziu teses de História apenas depois de 1975. Apesar de não dispor de doutoramentos em História houve investigações nas áreas da Ciência Política, da Arte e da Arquitetura e que desembocaram em teses eminentemente históricas. Das 4 teses aprovadas, três incidiram sobre a História da Arte (75%). A tese de Francisco José Gentil Berger, intitulada “Manuel da Costa Negreiros: no estudo sistemático do barroco joanino na região de Lisboa” enquadrou-se na História da Arte. Já a tese de Marieta Dá Mesquita, sobre o Palácio dos Marqueses de Fronteira, e a de José Manuel Fernandes, sobre as cidades e casas da Macaronésia, integraram-se na História da Arquitetura. Por fim, a tese de António César Gouveia Oliveira, com o título “A Consolidação do Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”, situou-se na História Política (25%).

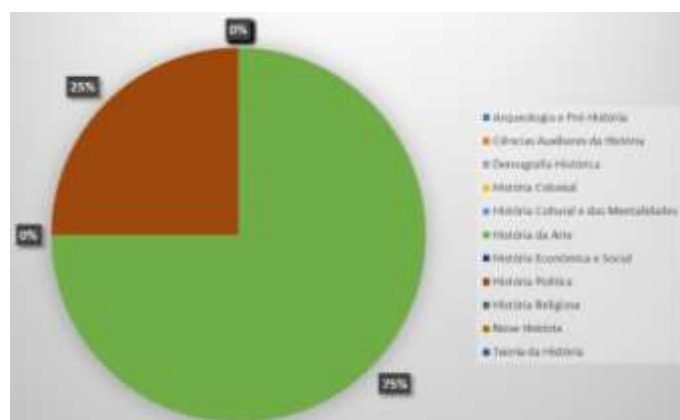


Figura 24: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).

II.1.2.2.8 Universidade de Évora

A Universidade de Évora aprovou 6 teses de doutoramento até 1996, investindo sobretudo na História Económica e Social, cujo peso correspondeu a metade do total. Mas não se limitou apenas a esta temática. A primeira tese de doutoramento em História a ser apresentada, da autoria do Padre Joaquim Chorão Lavajo, intitulada “Cristianismo e Islamismo na Península Ibérica - Raimund Marti um Precursor do Diálogo Religioso” foi direccionada para a História Religiosa. A segunda, dedicada por José Alberto Machado a “André Gonçalves: um pintor do barroco português”, orientou-se para a História da Arte. As três seguintes incidiram sobre o domínio económico e social. Hélder Adegar Fonseca produziu uma tese focada na “Economia e Atitudes Económicas no Alentejo Oitocentista”, Filipe Themudo Barata estudou a “Navegação, Comércio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)” e Maria de Fátima Nunes debruçou-se sobre a “Leitura e Agricultura - a Imprensa Periódica Científica em Portugal (1772-1852)”. Por fim, surgiu uma tese em Arqueologia e Pré-História, da autoria de Jorge de Oliveira, sobre os “Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever-Marvão, Castelo de Vide, Nisa, Valência de Alcântara, Herrera de Alcântara e Cedillo”. Há que ter em conta o facto de que várias das teses de doutoramento iniciais da Universidade de Évora foram produto de investigações que os autores tinham já em curso quando se filiaram nesta instituição, na qual acabaram por se integrar.

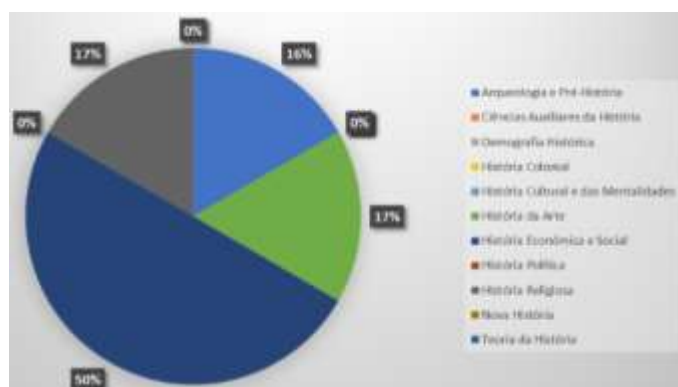


Figura 25: Temáticas Historiográficas em Teses de Doutoramento da Universidade de Évora (1975-1996).

II.1.2.2.9 Universidade de Aveiro

Finaliza-se com a Universidade de Aveiro, cuja produção se cingiu a uma tese de doutoramento, debruçada sobre a História Cultural. Datada de 1996, é da autoria do Padre

Arménio Alves da Costa Júnior, e intitula-se “Mosteiro de Jesus de Aveiro. Tesouros musicais: ofícios rimados e sequências nos códices quatrocentistas”. Incidiu sobre a História da Música do século XV, em contexto religioso, dando a conhecer um património até aí inexplorado.



Figura 26: Capa do volume 2 da tese Padre Arménio Alves da Costa Júnior (1996).

II.1.3 As temáticas estudadas nas revistas

II.1.3.1 Perspetiva geral

Avançando agora para as revistas, dos 1670 artigos inventariados, produzidos entre 1945 e 1996, há cinco temas que se destacam: a História Económica e Social, com 563; a História Política, com 510; a História Cultural e das Mentalidades, com 154; a História Colonial, com 105; e a Teoria da História, com 93. Ou seja, estes cinco temas ocuparam 85,3% de todo o labor dos historiadores que publicaram estudos nestas revistas. Entre 1945 e 1996 a produção historiográfica nas revistas portuguesas distribuiu os seus artigos por um conjunto muito variado de temáticas, embora de forma desigual. Efetivamente, registou-se uma concentração assinalável em duas delas que, somadas, alcançaram quase os dois terços do total. O resto repartiu-se por todas as outras. A mais estudada foi a História Económica e Social (33,7%), que absorveu um terço dos artigos. A seguir, com 30,5%, apareceu a História Política. Desta forma, considera-se que os historiadores portugueses orientaram a sua produção para duas temáticas que, em grande medida, se poderiam identificar com duas correntes historiográficas, embora essa correspondência possa não ser total.

A História Política foi justamente acarinhada pelo neo-metodismo e, mais tarde, elogiada aquando do regresso da “velha história” (Bonifácio 1993). Mas, a partir da década de 1950 foi-se entronizando a História Económica e Social, até atingir o primeiro lugar na historiografia nacional (Torgal et. al. 1996:16; 18-19). Boa parte dos historiadores seguiu os

passos dos *Annales*, mesmo durante o Estado Novo, inovando na forma de fazer História. Pode mesmo dizer-se que o terreno já havia sido amplamente preparado para a explosão que teve lugar quando a Democracia chegou. Não foi, portanto, uma novidade o predomínio então alcançado pela História Económica e Social, que tirou a liderança à História Política após 1974. Mas, ao mesmo tempo em que se processavam transformações como esta, a História Cultural e das Mentalidades (9,2%) manteve-se relativamente constante. Já da História Colonial (6,3%), há a sublinhar o desinteresse da maioria dos historiadores por este tema depois do 25 de Abril. Pese embora o desprezo a que foi votada, recuperou parcialmente desse estado, de quase abandono, nas décadas de 1980 e de 1990.

A Teoria da História (5,6%) vivenciou uma certa estabilidade percentual, mas os artigos publicados depois de 1974 embarcaram por perspectivas diametralmente opostas à da maioria dos produzidos antes desta data. No Estado Novo, o carácter laudatório era relativamente comum, acoplando-se a abordagens individualizadas que tendiam a analisar o percurso de um dado historiador e o seu contributo para a historiografia, em geral, ou para certas áreas em específico. Na Democracia, mesmo persistindo essa tentação, evoluiu-se no sentido de uma maior reflexão crítica, com estudos de enquadramento e apreciação dos progressos da historiografia. Esta diferença foi substancial ao sustentar a teorização e a conceptualização geral e setorial da realidade historiográfica portuguesa.

A História da Arte (3,2%) materializou-se principalmente em artigos nos domínios da Arte e da Arquitetura. A História Religiosa (2,7%) foi minoritária em geral, mas, em revistas como a *Revista Portuguesa de História* e a RFLUP, alcançou alguma expressão. As Ciências Auxiliares da História (2,6%), nas quais se incluem, designadamente, a Linguística, a Paleografia e Diplomática e a Arquivística, tiveram pouca visibilidade na generalidade das revistas. Contudo, na *Revista Portuguesa de História*, na qual a Idade Média foi amplamente estudada durante o Estado Novo, o cenário foi diferente. O apego à perspectiva do documento-monumento permanecia forte, havendo uma tendência dos historiadores para o estudo aprofundado e para a publicação de fontes documentais. Ou, até, tendo em vista a facilitação do acesso, para a difusão de artigos sobre arquivos e fundos arquivísticos.

A Arqueologia e Pré-História (2,5%) despertou sobretudo paixões na RFLUP. A Nova História (2,2%), com a sua capacidade de cruzar realidades, entrando pela História Total, pela História Local, pela História do Urbanismo, pela História do Ambiente e pela História Antropológica, não foi muito prolífica. Finalmente, mesmo não sendo muito

praticada pelos historiadores, a Demografia Histórica (1,6%) foi transversal à generalidade das revistas.

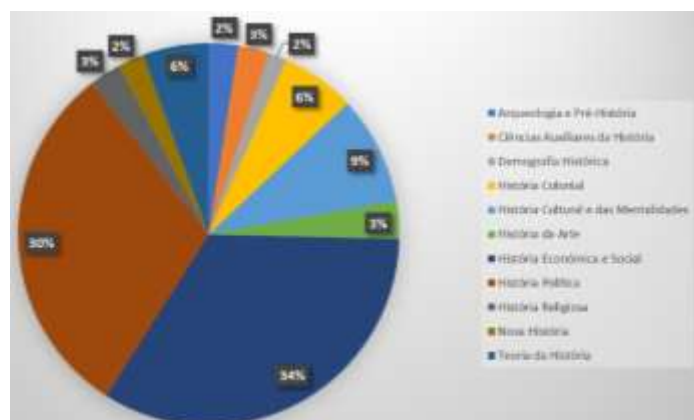


Figura 27: Temáticas Historiográficas em Revistas (1945-1996).

II.1.3.1.1 As temáticas estudadas nas revistas durante o Estado Novo (1945-1974)

No Estado Novo foram publicados 384 artigos nas quatro revistas ativas nessa época: *Revista Portuguesa de História*; *Análise Social*; *O Tempo e o Modo*; e, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. A História Política (36,7%) gozou de uma liderança incontestada. Os historiadores ventilaram numerosos artigos sobre a fundação de Portugal, as lutas da defesa da independência, o Liberalismo, o Republicanismo e as relações diplomáticas. Neste âmbito, na revista *O Tempo e o Modo*, foram igualmente profusos os artigos referentes ao contexto internacional do século XX. A História Económica e Social (17,4%) foi a segunda mais estudada, encontrando-se em dezenas de artigos na *Revista Portuguesa de História* e na revista *O Tempo e o Modo*. A História Cultural e das Mentalidades (9,6%) apresentou uma diversidade muito significativa, em especial na revista *O Tempo e o Modo*, com incursões pela história do teatro, do cinema, da literatura e das ideias. Já a História Colonial (9,4%), cujo peso percentual foi considerável, teve na *Revista Portuguesa de História* um canal fiel de produção e difusão. O foco deteve-se, obviamente, na obra colonizadora portuguesa.

A Teoria da História (6,3%) concretizou-se em artigos de História da Historiografia direcionados para a análise biográfica da vida e obra dos historiadores. As Ciências Auxiliares da História (6,3%) protagonizaram neste período uma função essencial para os historiadores, que através delas suportaram as suas investigações, por exemplo, no universo da Linguística ou da Paleografia e Diplomática. A área dos arquivos também não foi esquecida. O apreço pela História Religiosa (5,7%) foi principalmente manifesto na *Revista Portuguesa de História*, até por ser uma dimensão central na Idade Média, intensamente tratada por esta revista. A

História da Arte (4,2%) andou em torno da Arte, da Arquitetura e das inovações técnico-científicas. A Arqueologia e Pré-História (2,6%) restringiu-se à RFLUP, sendo ignorada pelas outras revistas. A Nova História (1,6%) e a Demografia Histórica (0,3%) foram residuais.

A concentração de estudos, num número reduzido de áreas, foi menos pronunciada na historiografia produzida durante o Estado Novo do que na Democracia. Ainda assim, cinco áreas somadas corresponderam a quatro quintos do total. As diferenças não se limitam apenas a este aspeto. Algo bem evidente é, em comparação com o período de 1975 a 1996, o notório destaque concedido a temáticas mais associadas à ideologia perfilhada pelo Estado Novo, como a História Política, a História Colonial e a História Religiosa. Assim, dos 384 estudos publicados em revistas, a História Política incidiu sobre 141. E a História Económica e Social sobre 67. Embora a supremacia da primeira fosse indiscutida, o seu lugar começava a ser desafiado pela segunda.

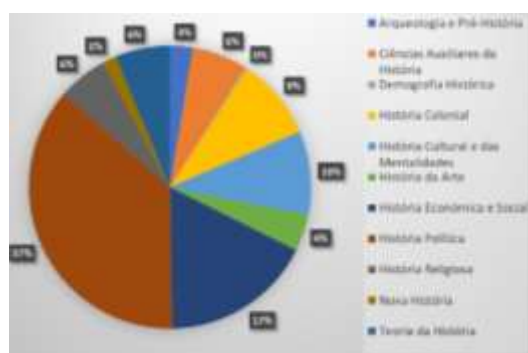


Figura 28: Temáticas Historiográficas em Revistas (1945-1974).

II.1.3.1.2 As temáticas estudadas nas revistas durante a Democracia (1975-1996)

No período entre 1975 e 1996 operou-se uma transformação substancial da historiografia veiculada através das revistas. O número de revistas aumenta consideravelmente devido à criação de cursos de história e de centros de investigação nas novas universidades. Na Democracia, para além das revistas atrás indicadas, incluíram-se na amostra também as seguintes, criadas após 1974: *Revista de História Económica e Social*; *Cadernos da Revista de História Económica e Social*; *Ler História*; *Penélope*. O universo da historiografia densificou-se com o povoamento do seu espaço por uma enorme quantidade de autores, alguns formados ainda no Estado Novo, mas a larga maioria já produto da Democracia. A produção de estudos históricos mais do que triplicou, passando para 1286. Contudo, o crescimento não se refletiu numa distribuição equilibrada dos estudos pelas várias temáticas. A concentração dos estudos nas cinco temáticas acima indicadas foi ainda maior do que durante o Estado Novo. Os historiadores concentraram os seus esforços fundamentalmente

em duas temáticas: a História Económica e Social (496 estudos) e a História Política (369 estudos). Em conjunto, constituíram mais de dois terços dos estudos.

A História Económica e Social (38,6%) destronou decididamente a História Política (28,7%), duplicando a percentagem de estudos. Fenómeno passível de ser explicado pela mudança política e social do pós-25 de Abril, que elegeu a resolução dos problemas sociais (saúde, educação e habitação) como desafios centrais do novo regime político. A História Cultural e das Mentalidades (9,1%) conservou-se em terceiro lugar, com uma perda percentual muito ligeira. O mesmo não ocorreu com a História Colonial (5,4%), que sofreu uma queda abrupta, resultante do muro de preconceito erguido após a Revolução de 1974. Cenário parecido aconteceu com a História Religiosa (1,8%) e com as Ciências Auxiliares da História (1,5%), muito em virtude da perda de relevo da Idade Média.

A Teoria da História (5,4%), que perdeu peso percentual, foi povoada de artigos de História da Historiografia ora dedicados a historiadores ora orientados para reflexões sobre a historiografia em geral ou sobre temáticas ou períodos mais restritos. Estas representaram uma viragem importante na forma de compreender a evolução da produção historiográfica, ajudando o setor a pensar e a praticar o ofício de historiador(a). A História da Arte (2,9%) também teve menor destaque na Democracia, internando-se principalmente em estudos sobre Arte, cujo crescimento foi evidente. A Nova História (2,4%) foi mais exercitada neste período, tal como a Demografia Histórica (1,9%). A Arqueologia e Pré-História (2,4%), mesmo com um ligeiro decréscimo, para além de se manter pujante na RFLUP, conseguiu expandir-se para outras revistas.

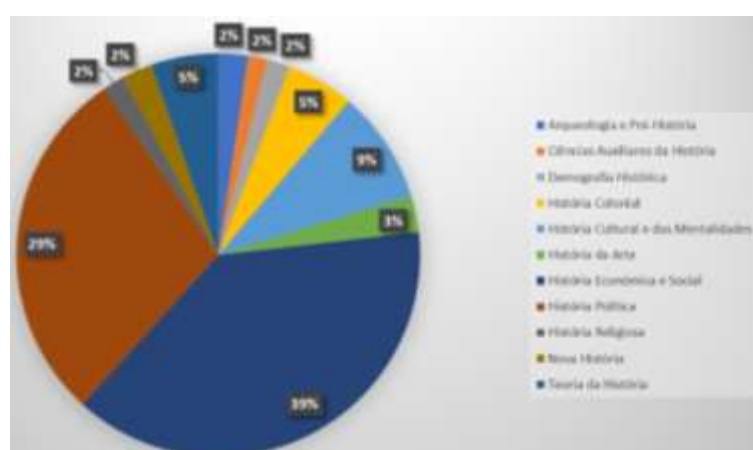


Figura 29: Temáticas Historiográficas em Revistas (1975-1996).

II.1.3.2 Revistas

Para se compreender as nuances relativas ao perfil historiográfico das revistas faz-se de seguida uma análise personalizada a cada uma delas.

II.1.3.2.1 Revista Portuguesa de História

No âmbito desta investigação foram recenseados 416 artigos publicados entre 1945 e 1996 na *Revista Portuguesa de História*. A temática com mais artigos foi a História Política (31,5%), seguida da História Económica e Social (25%). Em conjunto, estas duas ultrapassaram metade do total dos estudos. A vertente política dirigiu-se para a Idade Média e para a Época Moderna, com alguns pequenos lances pelo Pombalismo, pela Revolução Francesa, pelo Liberalismo e pelo Republicanismo. Ao nível económico, pontuou a questão do fomento agrícola e industrial e, sobretudo, as relações económicas de Portugal com outros espaços, inclusive, ultramarinos.

A História Colonial (9,6%) foi a terceira temática mais estudada, concentrando-se no Brasil Colonial (no qual se incluía a Colónia do Sacramento), nas ilhas atlânticas e no Oriente. As Ciências Auxiliares da História (7,9%) foram intensamente utilizadas devido ao estudo veemente da Idade Média, que exigia análises aprofundadas das fontes documentais e epigráficas, muitas delas em latim, galaico-português ou em português antigo. A História Cultural e das Mentalidades (7,7%) incidiu principalmente sobre a cultura e a estrutura mental na Idade Média.

A Teoria da História (7,5%) concretizou-se em artigos de História da Historiografia destinados a uma leitura do percurso dos historiadores dignos de nota pelos autores desta Revista. Só depois de 1974, e de forma muito limitada, se enveredou por reflexões de enquadramento da historiografia. A este respeito, refira-se o artigo “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologia”, de José Amado Mendes. A História Religiosa (6,3%) teve alguma relevância, sobretudo durante o Estado Novo. Alargou-se a aspetos como o recrutamento dos eclesiásticos, a vida dos mártires ou a vida monástica em países como Portugal, Espanha e França.

A História da Arte (2,2%) teve expressão limitada, concentrando-se na dimensão artística, com destaque para a escultura e pintura. Finalmente, de forma muito marginal, apresentam-se três temáticas: a Nova História (1,7%), com sete artigos dedicados a questões geralmente locais ou regionais; a Demografia Histórica (0,5%), com um artigo sobre a

população das comarcas de Leiria e Santarém e outro sobre a distribuição da nupcialidade pelos dias da semana; e a Arqueologia e Pré-História (0,2%) com um único artigo, sobre a estação romana no território da Ladeia, em Soure.

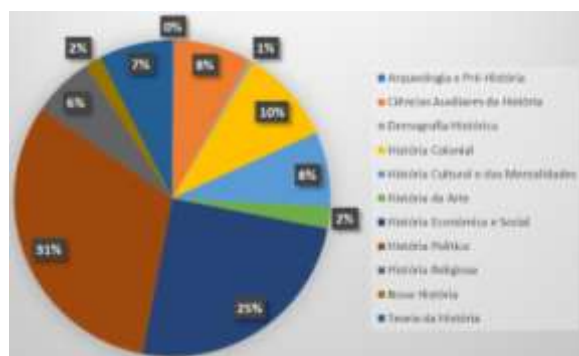


Figura 30: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1945-1996).

Durante o Estado Novo a História Política (33%) representou um terço do total da produção historiográfica desta revista. As narrativas associadas à fundação da nacionalidade e à defesa e restauração da independência de Portugal foram a mais difundidas, embora tenha havido incursões por períodos mais antigos, como o domínio visigodo e muçulmano, e por mais tardios, relacionados com a Guerra da Sucessão Espanhola, com a Revolução Francesa ou com a política diplomática da Corte no Brasil relativamente ao Uruguai. A História Económica e Social (14,6%) beneficiou também de uma atenção significativa, orientando-se tanto para o estudo do Império Ultramarino Português como para as relações comerciais entre Portugal e outros países. Esta temática empreendeu esforços ao nível das questões exclusivamente económicas, como a moeda, mas também se ocupou de aspetos sociais. Apesar de se assinalar esta diferenciação setorial, boa parte dos estudos sintetizou a confluência entre a vertente económica e social, articulando-as de modo a permitir a explicação de certas dinâmicas sociais a partir da base económica que as propiciou.

A História Colonial (11,8%) despertou alguma efervescência nos autores da RPH. A empresa atlântica dos Descobrimentos Henriquinos, e seus antecedentes, bem como o Oriente, a África e, principalmente, o Brasil, foram temas muito explorados pelos historiadores. Mas estes não se cingiram ao papel dos Portugueses na empresa colonial. Por exemplo, Louis Jadin abordou os flamengos em Angola no século XVII.

As Ciências Auxiliares da História (11,3%) demonstraram grande vitalidade neste período. A Arquivística, a Paleografia e Diplomática, a Linguística, a História das Fontes, a Genealogia e a Epigrafia desempenharam um papel determinante ao servirem de base a mais

de um décimo dos artigos da RPH. Num período em que o estudo da Idade Média assumia uma forte centralidade, estas ciências foram amplamente utilizadas para dirimir questões pontuais que exigiam o domínio de conhecimentos muito especializados nestas áreas. A História Religiosa (9,4%) também granjeou de alguma atenção. Contudo, denotaram-se claramente diferenças nas abordagens historiográficas entre os artigos. A maior parte optou por uma linha mais localizada territorialmente ou personalizada, recorrentemente hagiográfica. Mas houve exceções. Pierre David esteve entre os que elaboraram artigos de índole mais geral, como o que se deteve sobre o recrutamento do clero na Diocese de Grenoble entre 1826 e 1939. Em termos espaço-temporais, os artigos abrangeram uma cronologia que recuou ao domínio Romano e se alargou ao século XX, percorrendo Portugal, Espanha e França.

A Teoria da História (9%) assentou, fundamentalmente, na História da Historiografia. Distribuiu-se em artigos sobre as fontes (em grande medida para fazer face à escassez de documentação tratada e disponibilizada pelos arquivos) e sobre a obra e o percurso dos historiadores. Faltaram as análises gerais e críticas sobre a produção historiográfica. A História Cultural e das Mentalidades (7,1%) despontou com substância em artigos especialmente direcionados para vida de humanistas e pensadores, laicos e religiosos, dos períodos medieval e moderno. A História da Arte (1,9%) reduziu-se a quatro artigos. A Nova História (1,9%) também teve poucos estudos, sendo quase todos circunscritos à História Regional e Local, à exceção de um, focado sobre a origem e a formação de Portugal.

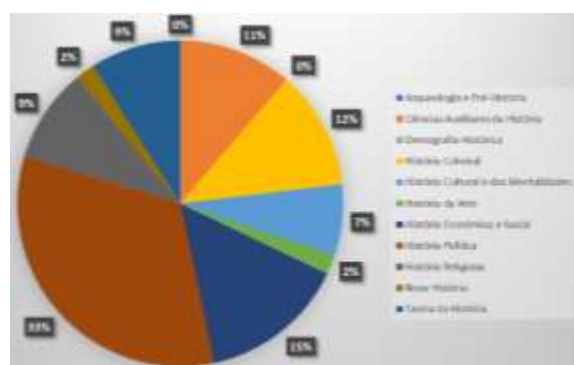


Figura 31: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1945-1974).

Na Democracia o panorama sofreu alterações. Entre 1975 e 1996 a supremacia coube à História Económica e Social (35,8%), cujo crescimento pendeu para os séculos mais recentes. Os artigos então publicados tocaram problemas como a industrialização, a venda de bens próprios, a emigração, a assistência, a agricultura e a vida social do nosso País, mas

também de outros, particularmente, de Espanha. A História Política (29,9%) recuou para menos de 30%. Nos alvares do regime democrático registou-se um certo apego à Idade Média. Lentamente, os artigos foram intensificando o estudo de outros momentos, com especial ênfase para o Pombalismo, para a Revolução Francesa e para o Liberalismo. Ou seja, na Democracia cresceu o interesse pelo estudo dos sistemas políticos que inspiravam o novo regime político, descolando-se da postura mais nacionalista e imperial do Estado Novo. A História Cultural e das Mentalidades (8,3%) reforçou a sua posição, apresentando uma considerável diversidade de temas, desde a mentalidade do soldado português na Flandres até às biografias e à História do Quotidiano.

A História Colonial (7,4%) sofreu uma redução acentuada. Nos anos imediatos à Revolução de 1974 ainda se assistiu a um prolongamento do tipo de historiografia que vinha de trás. Porém, entre 1977 e 1993 foram somente publicados dois artigos sobre História Colonial. A proximidade das comemorações dos Descobrimentos reacendeu nos historiadores a vontade de estudarem o Império Português do Oriente, a Colónia do Sacramento e o povoamento dos Açores. A Teoria da História (5,9%) materializou-se na publicação de artigos de História da Historiografia, na sua maioria biográficos. Ainda assim, deram-se a conhecer nesta fase artigos de reflexão e de enquadramento da historiografia portuguesa produzida nessas últimas décadas, embora numa perspetiva setorial.

As Ciências Auxiliares da História (4,4%) padeceram gravemente da viragem da História para a contemporaneidade. Os historiadores só muito pontualmente recorreram à arquivística, à Linguística e à Paleografia e Diplomática. Do mesmo modo, a História Religiosa (2,9%) acabou secundarizada, ficando reduzida a seis artigos. E apenas dois deles empregaram abordagens mais gerais, designadamente, sobre o primeiro renascimento eclesiástico da Espanha visigoda e sobre o jansenismo em Portugal. A História da Arte (2,5%) continuou pouco expressiva. A Nova História (1,5%) foi também insuficientemente explorada, limitando-se a um estudo sobre a aclimação de plantas do Oriente ao Brasil, a outro da história do clima na Madeira e, finalmente, a um estudo sobre o território de Macau. A Demografia Histórica (1%) fez a sua aparição com dois artigos, um relativo à população das comarcas de Leiria e Santarém, em 1537, e outro sobre o tratamento estatístico da nupcialidade com recurso à Informática. A Arqueologia e Pré-História (0,5%) limitou-se a um único artigo, votado à estação romana de Dordias, em Soure.

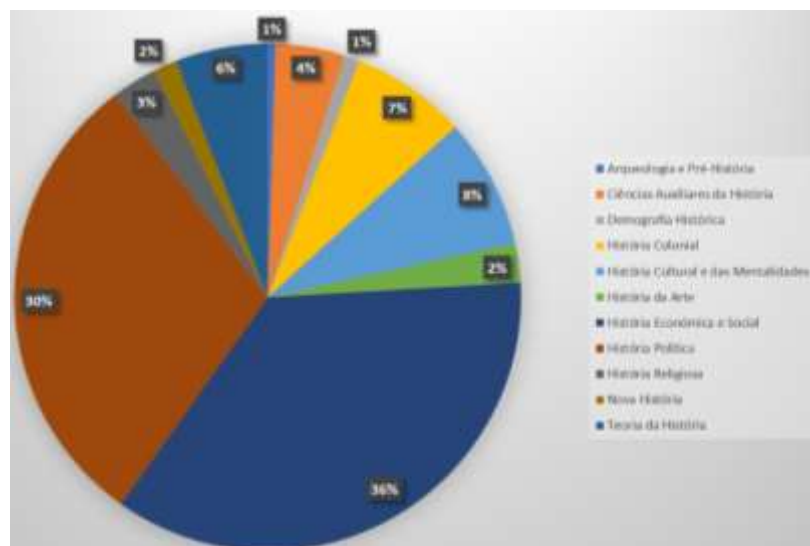


Figura 32: Temáticas Historiográficas na Revista Portuguesa de História (1975-1996).

II.1.3.2.2 O Tempo e o Modo

Entre 1963 e 1984 a revista *O Tempo e o Modo*, primeiro ligada à Oposição Democrática ao Estado Novo, e, depois de 1974, ativista militante de uma corrente político-partidária de extrema-esquerda, concedeu um enorme protagonismo à História Política (51,6%). O panorama político internacional, muito particularmente a política norte-americana, teve amplo realce. Mas surgiram também múltiplos artigos sobre Portugal, focados principalmente no período contemporâneo. A Primeira República e o chamado Partido Revisionista Português, nomenclatura depreciativa dada ao Partido Comunista Português, ocuparam largas páginas da revista.

A História Económica e Social (17,6%) foi a segunda temática mais estudada, encaminhando uma quantidade significativa de artigos para questões como o trabalho, a educação, o (sub)desenvolvimento, a agricultura, os preços, a moeda e a burguesia. A História Cultural e das Mentalidades (14,4%) teve bastante presença nesta revista, ocupando um lugar de difusão de cultura estrangeira, mas também dos tópicos da Época Contemporânea portuguesa, o que contribuía para a atualização e refrescamento do quadro cultural nacional. A História da Arte (6,5%) dividiu os seus artigos entre a História da Arte e a História da Arquitetura. A História Colonial (5,9%), por via dos debates gerados em torno dos ventos de mudança descolonizadores, que em Portugal se materializaram na Guerra Colonial, conseguiu provocar a publicação de alguns artigos. Entre esses salientam-se os versando sobre Norton de Matos e sobre a política colonial da burguesia portuguesa até à Primeira

República. Por fim, a Teoria da História (2%), a Nova História (1,3%) e a História Religiosa (0,7%) resumiram-se a um número muito reduzido de artigos.

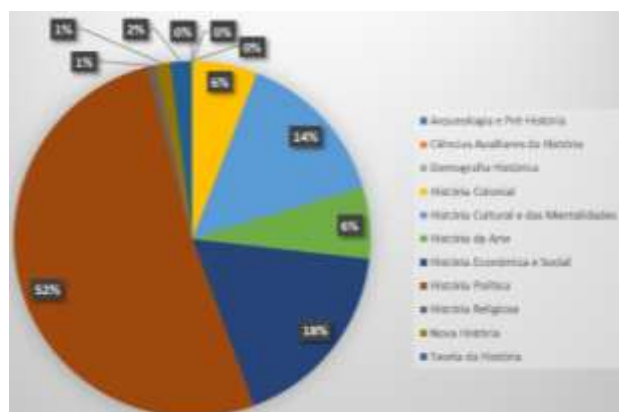


Figura 33: Temáticas Historiográficas na revista *O Tempo e o Modo* (1945-1996).

O Estado Novo foi o período de maior produção desta revista, canal difusor da contestação política a um regime que a consentia. É, portanto, sem surpresa, que se reconhece o predomínio da História Política (48,1%). A política americana e a política francesa foram as mais escrutinadas, mas surgiram também artigos gerais sobre Portugal no século XX ou artigos mais específicos de temas como Portugal na Primeira Guerra Mundial, o Liberalismo, o fim da Monarquia e a Primeira República. A História Económica e Social (18%) foi a segunda temática mais estudada. O trabalho, o desenvolvimento e a moeda ergueram-se como sendo os temas mais estudados. Relativamente a Portugal, registam-se artigos como o intitulado “Obstáculos ao progresso na história económica portuguesa” ou os centrados nas figuras de Sidónio Pais e de António Sérgio.

A História Cultural e das Mentalidades (15%) diluiu-se em artigos sobre literatura, cinema, teatro, História cultural e História das Ideias. Entre outros, assinalou-se o centenário de João Chagas e o quinquentenário da revista *Seara Nova*, discorreu-se sobre a Questão Coimbrã, abordou-se Teilhard de Chardin, Albert Camus, Jean Renoir, Basílio Teles e António Sérgio. A História da Arte (7,5%) reuniu estudos, vários de cariz geral, sobre a dança, a música, a pintura, a arquitetura e a arte com incursões a países como Portugal, Espanha, França e Brasil.

A História Colonial (6,8%) também teve algum peso na revista. Desbravaram-se temas, como a descolonização, e avaliaram-se os desempenhos de Norton de Matos (colonialista e democrata) e do colonialismo desenvolvido pela burguesia da Primeira

República. A Teoria da História (2,3%) apresentou-se com três artigos: um dedicado a António Sérgio, outro sobre os americanos e a História, e o último tocando a cultura, a ideologia e a História. A Nova História (1,5%) expressou-se em dois artigos de História do Urbanismo, um sobre o fenómeno urbano em geral e outro sobre a Lisboa Pombalina. Já a História Religiosa (0,8%) consumiu-se num único artigo sobre o catolicismo espanhol.

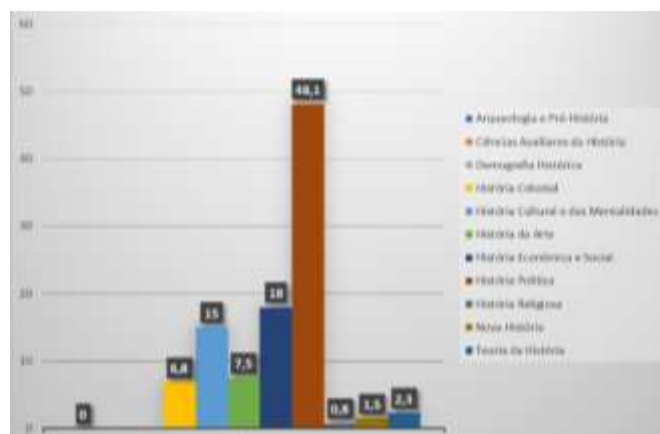


Figura 34: Temáticas Historiográficas na revista *O Tempo e o Modo* (1945-1974).

Na Democracia a revista *O Tempo e o Modo*, embebida num contexto de luta revolucionária, centrou maciçamente a sua atividade editorial na História Política (75%), que constituiu três quartos dos artigos. A abertura democrática propiciou a difusão de artigos sobre temas relativos a revoluções e ditaduras, tanto ao nível internacional, designadamente, na Rússia e na Argentina, como ao nível nacional, como foi o caso das revoltas camponesas da Maria da Fonte. Outro assunto muito convocado foi o debate em torno do Partido Comunista Português.

A História Económica e Social (15%) lacrou-se em artigos sobre a economia socialista e a baixa de preços, a burguesia nacional e o programa SAAL. Indiscutivelmente, estudos com evidente viés político-ideológico. A História Cultural e das Mentalidades (10%) concretizou-se em dois artigos no último número.

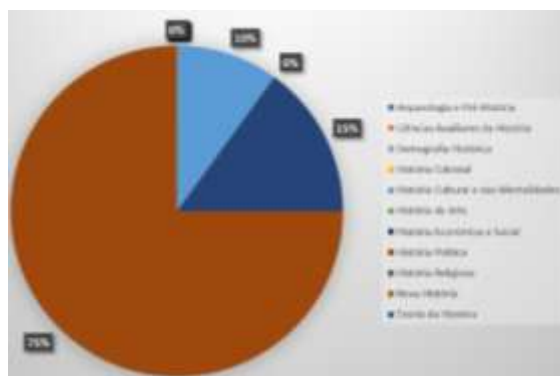


Figura 35: Temáticas Historiográficas na revista *O Tempo e o Modo* (1975-1996).

II.1.3.2.3 Análise Social

Na revista *Análise Social*, entre 1963 e 1996, a História Económica e Social (51,9%) foi claramente maioritária. Os problemas mais tratados referiram-se à Época Contemporânea, tais como as questões do trabalho, o capitalismo, a educação, o crescimento económico, o desenvolvimento, a industrialização, a burguesia e as lutas sociais e laborais. A História Política (34,5%) projetou-se como a segunda temática mais estudada. A política contemporânea foi objeto de múltiplos artigos. Sobre Portugal, os historiadores sentiram sobretudo necessidade de analisar profundamente o Liberalismo, a Primeira República e o Estado Novo. As origens e as crises de cada regime assumiram especial importância nas reflexões. As exceções ao quase domínio nacional foram os estudos sobre Inglaterra e França, mas até esses refletiam a imagem de Portugal que havia chegado a estes países.

Apenas depois de 1974 se deu o aparecimento da História Cultural e das Mentalidades (6,1%). Os temas com maior presença estavam relacionados com a igualdade e as ideologias burguesas. A literatura, o livro, a prostituição, a mulher, a imprensa e o namoro foram alguns dos que se sucederiam. A História Colonial (2,9%) materializou-se em poucos artigos. Motivou estudos sobre a política colonial, a relação entre colonialismo e subdesenvolvimento em Portugal, a industrialização, a economia colonial, a sexualidade e o casamento no Brasil colonial, a descolonização de Angola e a luta de libertação da Guiné-Bissau.

A Demografia Histórica (1,7%), a Teoria da História (1,2%), a Nova História (0,9%), as Ciências Auxiliares da História (0,6%) e a História da Arte (0,3%) tiveram individualmente pouca expressão. Porém, no conjunto representaram uma pluralidade assinalável de assuntos tratados. A demografia foi, por exemplo, cruzada com o desenvolvimento do País na segunda metade do século XIX e direcionada para o estudo das linhas de evolução e transformação demográficas nacionais e para dimensões sociodemográficas locais. A Teoria da História

alongou-se em análises à historiografia do Direito, do Salazarismo e ao regresso da velha História. A Nova História dividiu-se entre estudos sobre o urbanismo lisboeta e a História Total, com um estudo sobre os anos 20.

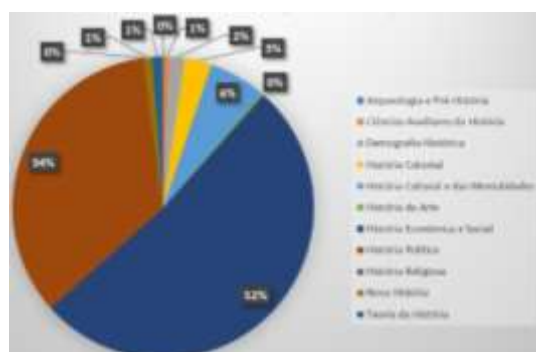


Figura 36: Temáticas Historiográficas na revista *Análise Social* (1945-1996).

No Estado Novo sobressaiu a História Económica e Social (54,5%). A educação, a ecologia e a emigração foram os temas estudados nos números publicados em 1968 e 1970. No número datado de 1973, mas publicado certamente depois, avançou-se para temas ligados ao movimento operário e ao ensino durante o Salazarismo. A História Política (27,3%) teve metade da percentagem daquela. Os seus três artigos concerniam a contextos de agitação política e social, designadamente, ao período da Primeira República, à Revolta do Grelo, ocorrida durante o Liberalismo, e à Revolução Russa. A História Colonial (9,1%) materializou-se apenas num artigo, referente à descolonização em Angola. E a Demografia Histórica (9,1%) teve o seu aparecimento no artigo intitulado “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”.

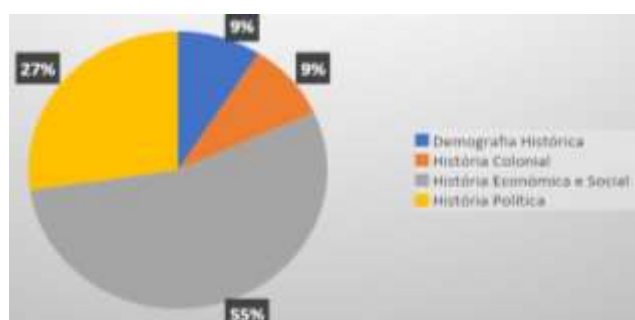


Figura 37: Temáticas Historiográficas na revista *Análise Social* (1945-1974).

Durante a Democracia, na revista *Análise Social*, a História Económica e Social (51,8%) regrediu ligeiramente, concedendo um pouco mais de espaço e ânimo à História Política (34,7%), que constituiu cerca de um terço do total. O capitalismo, a luta de classes e

o Salazarismo marcaram os primeiros anos da História Económica e Social após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Gradualmente, temas como a industrialização, a mulher, o protecionismo, a sociedade burguesa, a estrutura fundiária, a habitação, a emigração e o desenvolvimento do País, com especial incidência durante a Época Contemporânea, foram sendo introduzidos pelos historiadores.

Quanto à História Política, o estudo do Liberalismo e da Primeira República serviam, de certa forma, como inspiração para o novo regime democrático. Que não deixou também de querer iniciar um processo de perscrutação incisiva do Estado Novo e das suas origens. A História Cultural e das Mentalidades (6,3%) foi a terceira temática mais estudada. A mulher, a literatura, a imprensa, a prostituição e o amor foram os temas mais trabalhados. A História Colonial (2,7%) sofreu uma queda, captando um interesse reduzido. Mas atacou fortemente as questões estruturais do colonialismo empreendido pelo regime Liberal e pelo Estado Novo ao focar-se sobre problemas como o subdesenvolvimento, a industrialização e a economia de mercado em Angola.

A Demografia Histórica (1,5%), a Teoria da História (1,2%), a Nova História (0,9%), as Ciências Auxiliares da História (0,6%) e a História da Arte (0,3%) restringiram-se a pouco mais que uma dezena de artigos. Apesar de um número reduzido, não se deve desvalorizar a diversificação introduzida após 1974, com alargamento a temáticas antes inexploradas.

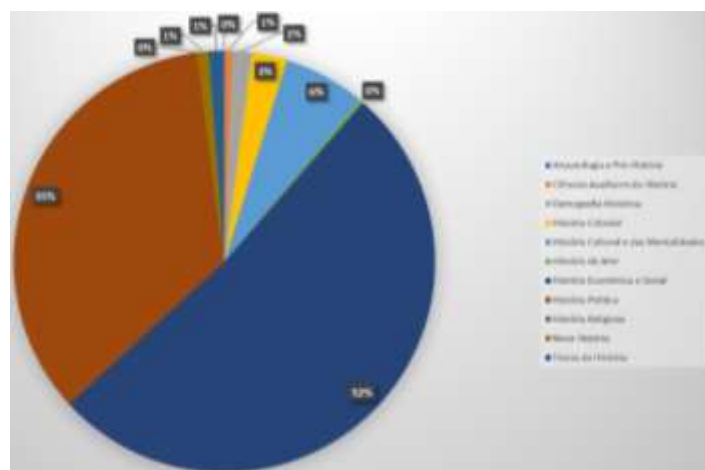


Figura 38: Temáticas Historiográficas na revista *Análise Social* (1975-1996).

II.1.3.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Na *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (RFLUP), entre 1970 e 1996, observou-se uma repartição relativamente equilibrada entre as duas principais temáticas. A História Económica e Social (27,5%) explorou temas como a educação, a marginalidade, a assistência social, a nobreza, a burguesia e o comércio. Por sua vez, a História Política (23,8%) centrou-se bastante nas relações entre os reinos peninsulares durante a Idade Média, bem como na relação (por vezes tensa) entre a nobreza, os concelhos e a Coroa. O reformismo do regime Liberal e a Revolta Republicana de 1891 também foram objeto de vários estudos. A Arqueologia e Pré-História (15%) teve um peso bastante significativo nesta revista, com destaque especial para o período Romano.

A História da Arte (10,4%) dedicou a maior fatia dos seus estudos à arte e à arquitetura religiosas. A História Cultural e das Mentalidades (8,3%) tratou de temas como o casamento e a Inquisição. Já vários dos artigos da História Religiosa (6,3%) giraram em torno da devoção. A Teoria da História (2,5%), apesar de pouco produtiva, gerou estudos biográficos, mas também de enquadramento mais geral. A História Colonial (2,1%) incidiu quase exclusivamente sobre o Brasil. A Demografia Histórica (1,7%) tratou de temas como a fecundidade, a mortalidade e a dinâmica populacional em zonas da região Norte. As Ciências Auxiliares da História (1,7%), apesar do peso da Época Medieval nesta revista, tiveram pouca expressão, repartindo os três artigos pela Epigrafia, pela História do Património e pela Paleografia e Diplomática. A Nova História (0,8%) concretizou-se em dois artigos: um sobre a urbanização de São Petersburgo e outro sobre a descrição da Comarca da Feira.

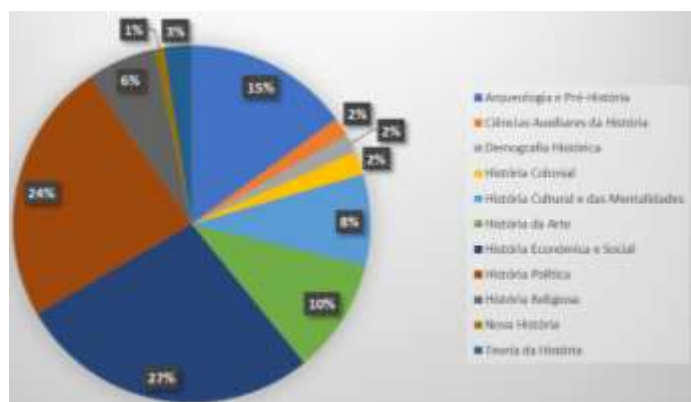


Figura 39: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).

No Estado Novo (1970-1974) a RFLUP publicou uma percentagem elevada de artigos relativos à Arqueologia e Pré-História (35,7%), demonstrando grande vitalidade nessa área. Os artigos eram o reflexo de investigações no terreno levadas a efeito naqueles anos por Carlos Alberto Ferreira de Almeida. A História Económica e Social (21,4%) ocupou cerca de um quinto dos estudos, com ênfase para a educação e para o período pombalino. A História Política (14,3%) demonstrou um certo ecletismo de temas, indo desde D. Manuel I, às relações entre Portugal e Castela no século XV, aos abusos praticados na Comarca de Moncorvo em 1790 e a Manuel Fernandes Tomás.

A História da Arte (7,1%) só contribuiu com dois artigos: um sobre a arquitetura românica portuguesa e outro sobre o Barroco no Noroeste Português. A Teoria da História (7,1%) dedicou um artigo à obra memorialista de Bento José, da Congregação do Oratório do Porto, e outro à ação de José Anastácio de Figueiredo para a cientificação da História de Portugal. A História Cultural e das Mentalidades (7,1%) restringiu-se a um artigo sobre a carta-dedicatória de Erasmo a D. João III e a outro sobre a aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII em Portugal. A História Religiosa (3,6%) foi o tema de um artigo sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal e a História Colonial (3,6%) teve um estudo sobre a política marroquina de D. Afonso V.

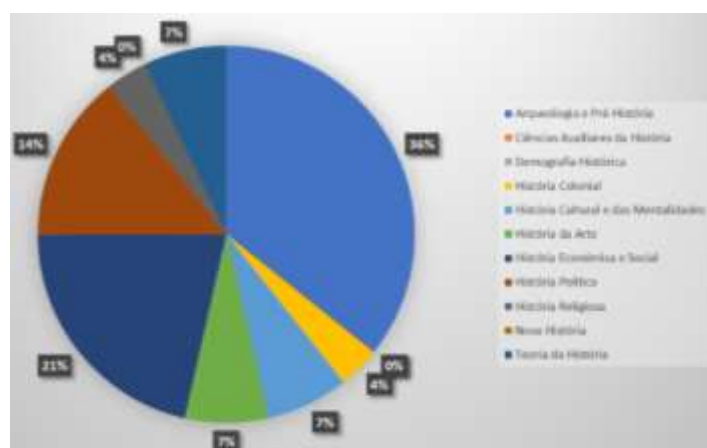


Figura 40: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).

Na Democracia (1975-1996) assistiu-se a um reordenamento da produção historiográfica da RFLUP. A História Económica e Social (28,3%) e a História Política (25%) foram beneficiadas, enquanto a Arqueologia e Pré-História (12,3%) teve menos voz. Ao contrário de outras revistas, a interrupção da publicação da RFLUP entre 1974 e 1984

evitou que esta sofresse um forte contágio do ambiente revolucionário. Ainda assim, temas como o trabalho ou a burguesia também foram convocados. Mas o foco recaiu maioritariamente sobre a educação, a assistência, os setores produtivos e as elites. Mais amiúde, fizeram-se irrupções sobre os fundamentos económicos e sociais da expansão ultramarina e sobre duas minorias raramente estudadas pelos historiadores: os judeus e os muçulmanos. No primeiro caso, o artigo expôs a relação entre “O judeu brigantino Baruc Cavaleiro e o Cabido de Braga em 1482”. No segundo, tratou-se do contributo para o estudo das “comunas muçulmanas em Portugal”.

No que respeita à História Política, as relações entre os vários grupos de pressão e o poder central são amplamente examinadas. Os concelhos foram um dos temas com maior número de artigos. Mas houve ainda espaço para analisar outras questões, designadamente, a ação das ordens religiosas e as atividades ligadas ao Republicanismo. As relações externas de Portugal, principalmente no contexto ibérico, motivaram vários estudos.

A História da Arte (10,8%) direcionou a maior parte dos seus estudos para a arquitetura e arte religiosas dos séculos XVII e XVIII da região Norte. Por exemplo, Flávio Gonçalves escreveu sobre os “azulejos do claustro da Sé do Porto” e Natália Ferreira Alves dedicou um à “paramentaria bracarense” e outro ao “entalhador Sebastião Dinis da Fonseca”. Mas houve também algumas incursões por outras regiões e assuntos. Num desses estudos, Carlos Alberto Ferreira de Almeida abordou a “Roda da Vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça”, e, noutro, Roza Huylebrouck focou-se sobre “Portugal e as tapeçarias flamengas”.

A História Cultural e das Mentalidades (8,5%) apresentou uma tendência para o estudo da intervenção da Inquisição, em diversas facetas. Mas não só. O casamento, como instituição social, foi outro dos temas que mais prendeu a atenção dos historiadores. De resto, sublinha-se o artigo dedicado ao “Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão”, integrado na História das Ideias, que transmite a defesa de um caminho de integração de Portugal num quadro ibérico como fórmula semelhante à encontrada anos antes em países como a Alemanha e a Itália. Seria esse o caminho para ultrapassar os bloqueios do País. Registou-se um crescimento percentual da História Religiosa (6,6%) neste período. A Inquisição e a devoção, do povo ou da realeza, manifestada em procissões ou em peregrinações, foram os temas mais tratados. Circunstancialmente, estudou-se a receção do Concílio de Trento em Portugal e a formação do protestantismo lusófono através do Atlântico.

A História Colonial (1,9%), a Demografia Histórica (1,9%), a Teoria da História (1,9%), as Ciências Auxiliares da História (1,9%) e a Nova História (0,6%) constituíram temáticas sobre as quais se elaborou um número reduzido de estudos. Esta realidade demonstra que, apesar de ter ocorrido uma diversificação da historiografia na RFLUP, após 1974, os historiadores continuaram a privilegiar uma minoria das temáticas, relegando as restantes para segundo ou mesmo para terceiro plano. A exiguidade de estudos apresentado por algumas temáticas evidencia, nomeadamente, que os historiadores não tiveram interesse em aprofundar os temas coloniais e as questões demográficas ou, até, em refletir mais criticamente sobre a historiografia produzida. A pouca adesão às Ciências Auxiliares da História significou uma menor utilização destas para a elaboração de estudos, especialmente da Antiguidade Clássica e da Idade Média. A baixíssima percentagem da Nova História é um indicador da diminuta adesão dos historiadores a este tipo de metodologia que coloca a tónica em abordagens holísticas ou, até, num tempo longo.

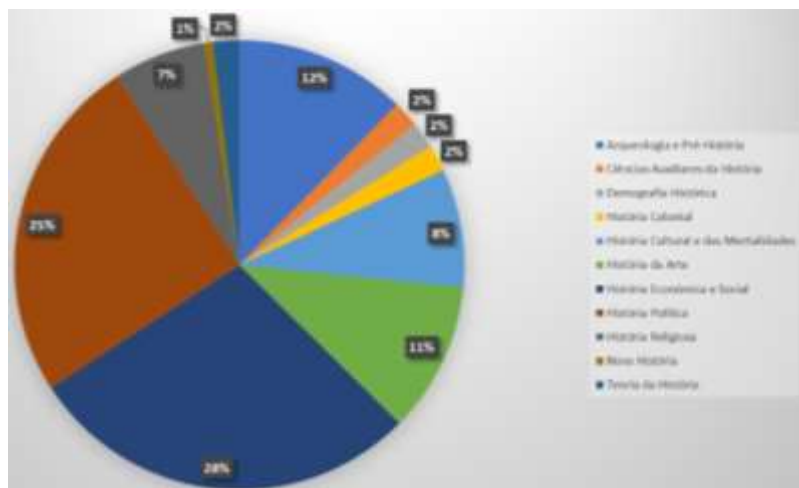


Figura 41: Temáticas Historiográficas na Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).

II.1.3.2.5 Revista de História Económica e Social

A *Revista de História Económica e Social* começou a publicar os seus primeiros artigos em 1978 e suspendeu a sua atividade em 1989. Sem surpresa, a História Económica e Social representou mais de metade do total dos artigos. A emigração, a indústria, os preços, o comércio, os transportes, a agricultura, as feiras e as companhias coloniais foram dos temas mais trabalhados no âmbito económico. No domínio social essa primazia coube aos expostos, aos judeus, aos mouros, à nobreza e aos pobres. A estrutura da propriedade agrária e o trabalho da terra foram amplamente estudados. Esse interesse histórico teve bastante premência num contexto em que se experienciavam as implicações da Reforma Agrária em

Portugal. A fome e a seca, analisadas para o caso de Cabo Verde, também estiveram relacionadas com a sobrevivência das classes com maior dependência da terra.

A História Cultural e das Mentalidades (15,6%) foi a segunda temática mais estudada, embora muito distanciada da primeira. Os estudos sobre as mentalidades, as ideias, o quotidiano e a cultura restringiram-se à Época Moderna e à Época Contemporânea. A Inquisição, as Invasões Francesas, a ideia de progresso, a alimentação, as viagens, o jogo, a morte, as práticas funerárias, a religião e o Iluminismo captaram a atenção dos autores. A História Política (8,8%) apresentou um maior ecletismo cronológico, indo da Época Pré-Clássica até ao século XX. Porém, esta distribuição tão longa teve focos mais intensos na Idade Média, na Época Moderna e na Época Contemporânea. A Crise Dinástica de 1383-1385 assumiu preponderância, tal como a Inquisição.

A História Colonial (8,2%), mesmo com artigos de índole geral sobre a inovação, a invenção, a mudança, a produção cartográfica, as despesas e a guerra no Império, assentou preferencialmente nas realidades locais. Assim, Angola, Brasil, São Tomé e, principalmente, Cabo Verde, aparecem com artigos que exploram múltiplas facetas da colonização, desde a organização administrativa, militar e eclesiástica, à vassalagem, aos conflitos sociais, à resistência contra as autoridades coloniais e à importação de libertos. A Demografia Histórica (3,4%) centrou-se em análises relativas à evolução da população em vários pontos do País e, até, do seu Ultramar, como Cabo Verde.

A Nova História (3,4%) dispersou-se entre estudos de múltipla ordem. A História Antropológica exprimiou-se num artigo sobre a aldeia de Sabugueiro e noutro acerca da antropologia africanista. A História Total consistiu numa “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”. A História do Urbanismo olhou para as “imagens e factos” da evolução urbana na Lisboa oitocentista. Já a História Local recuperou o nascimento e a infância da cidade de Ponta Delgada. A Teoria da História (4,1%) tendeu exclusivamente para a História da Historiografia. Recheou-se de estudos de enquadramento, uns gerais e outros setoriais, sobre aspetos como os Descobrimentos, a História Económica e Social ou sobre as perspetivas de investigação e de síntese na historiografia portuguesa. A História Religiosa (3,4%), as Ciências Auxiliares da História (1,4%), a História da Arte (1,4%) e a Arqueologia e Pré-História (0,7%) resultaram numa baixa produtividade. Ainda assim, devem sublinhar-se os estudos relativos ao levantamento dos arquivos a norte do Douro e às visitas pastorais.

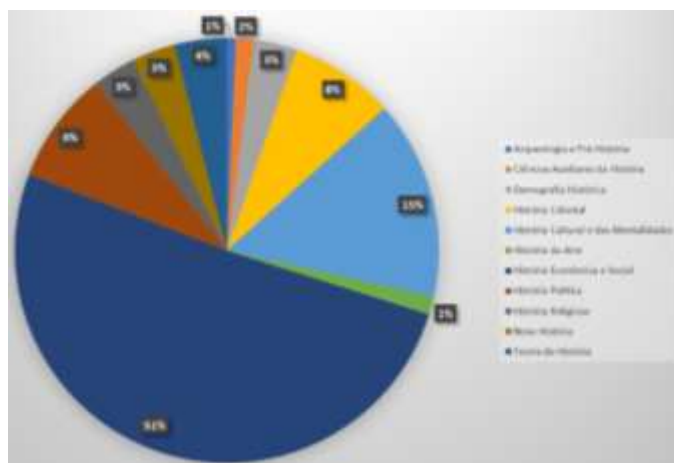


Figura 42: Temáticas Historiográficas na Revista de História Económica e Social (1975-1996).

II.1.3.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social

Os *Cadernos da Revista de História Económica e Social* tiveram uma curta existência (1981-1989). Privilegiou-se a História Económica e Social (44,4%), com lugar destacado para a emigração e para a moeda. Aliás, o primeiro número foi em grande parte dedicado à problemática da emigração, tendo em conta a sua relevância para o País, em especial na última centúria. Houve ainda espaço para analisar “duas descrições do Algarve do século XVI” e a morfologia e sociedade da “Guarda Medieval”. A História Cultural e das Mentalidades (16,7%) localizou-se em três artigos do número 6 e 7, referentes à figura de Jaime Cortesão, tanto quanto ao seu percurso como ao significado que atribuía ao “teatro na educação popular”.

A História Colonial (16,7%) trilhou fundamentalmente o caminho dos Descobrimentos, em especial as viagens ao Índico. Jaime Cortesão dominou por completo a História Política (11,1%). Num dos artigos sobreleva-se o seu percurso. Noutro analisou-se a sua visão acerca do papel de Álvaro Pais na Revolução de 1383. A Demografia Histórica (5,6%) concretizou-se apenas num artigo sobre os aspetos sociodemográficos de Coruche nos finais do Antigo Regime. Finalmente, a Teoria da História (5,6%) endereçou o seu único artigo à figura do “poeta-historiador Jaime Cortesão”.

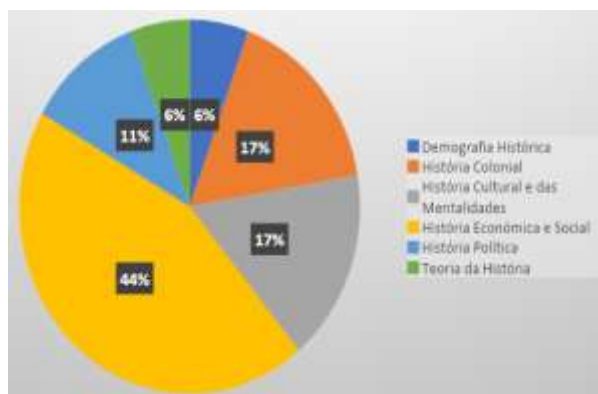


Figura 43: Temáticas Historiográficas nos Cadernos da Revista de História Económica e Social (1975-1996).

II.1.3.2.7 Ler História

A revista *Ler História* dedicou cerca de um terço dos artigos à História Económica e Social (32,6%). Entre os temas tratados sobressaíram as finanças públicas, a indústria, os conflitos em torno da posse, transmissão e uso da terra, os transportes, a justiça e a criminalidade, as mulheres, a previdência social, o comércio, a nobreza, o clero, a família, a alfabetização e o debate a relacionar a perda do Brasil ao desenvolvimento de Portugal. A História Política (24%) quase alcançou um quarto do total dos estudos. De Portugal, o período medieval, o Pombalismo, o Liberalismo e o Estado Novo foram os mais estudados. Abordaram-se, ainda, outros países, como Espanha, Inglaterra, Brasil e França. A Revolução Francesa e o processo de independência brasileira tiveram especial enfoque.

Quanto à História Cultural e das Mentalidades (12,7%), foi dominada por questões como a morte, a Inquisição, o amor, o casamento, a sexualidade, o pecado, o Iluminismo, a Revolução, o livro e a luta contra os cemitérios. A Teoria da História (11,3%) espalhou-se num conjunto de estudos de análise crítica à historiografia, mormente à produzida em Portugal, tanto de âmbito mais geral como de âmbito setorial. Neste último, sublinham-se os artigos sobre a História da Família, a História da Arte, a História da Colonização em África, a historiografia do pensamento económico, a historiografia portuguesa sobre o Brasil colonial, a História dos Descobrimentos e da Expansão, a História das Ideias e das Mentalidades, a História Moderna, a História da Administração, a História Política e a História da Mulher. Já os artigos de enquadramento geral abordaram os *Annales*, a historiografia pós-moderna, Marc Bloch e a historiografia portuguesa, nos séculos XIX e XX.

A História Colonial (8,1%) dedicou a maior parte dos seus estudos ao Brasil e ao Oriente. As ilhas atlânticas e a colonização africana mais recente também surgem, mas de

forma mais lateral. As capitanias, o tráfico de escravos, os indígenas do Brasil foram alguns dos assuntos setoriais explorados. Mas também se publicaram artigos direcionados para questões de fundo, como foi o caso do artigo, intitulado, “Fraquezas económicas estruturais da expansão ultramarina portuguesa”. A Nova História (5,9%) teve repercussão na revista *Ler História*. Materializou-se em artigos de História Antropológica, História Local, História do Urbanismo e História do Ambiente. A individualidade dos ingleses, a cidade de Leiria na História Medieval, a urbanização de Lisboa, a cartografia urbana do Renascimento, o crescimento e a modernização das cidades no Portugal oitocentista e a Lisboa medieval foram algumas das problemáticas trazidas a lume pelos historiadores. A Demografia Histórica (2,7%), as Ciências Auxiliares da História (0,9%), a História da Arte (0,9%) e a História Religiosa (0,9%) tiveram pouca expressão nesta revista, mais vocacionada para os problemas das sociedades contemporâneas.

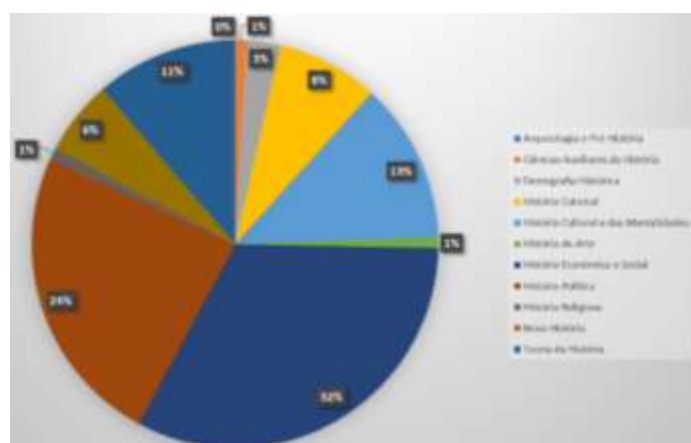


Figura 44: Temáticas Historiográficas na revista *Ler História* (1975-1996).

II.1.3.2.8 Penélope

A revista *Penélope* iniciou a sua atividade editorial apenas em 1988. Sem rasto anterior, pôde distanciar-se tanto da historiografia estado-novista como da produzida nos primeiros tempos da Democracia. Essa condição terá tido impacto na importância atribuída às várias temáticas. Concedeu a primazia à História Política (43,1%), secundada pela História Económica e Social (23,1%). Padrão próximo de revistas de referência do Estado Novo como a *Revista Portuguesa de História*. Porém, a História Política, ao invés de se centrar em eventos ou em percursos biográficos, procurou sobretudo o estudo das instituições e o perscrutar de movimentos mais latos, embora localizados, que ajudassem a explicar a evolução de determinados fenómenos, especialmente, do período filipino, do Liberalismo e do Estado Novo. Aliás, essa tendência para a fenomenologia está também patente na História Económica e Social. A economia, o património, a aristocracia, a caracterização

socioeconómica e o (sub)desenvolvimento português foram alguns dos debates que animaram, por vezes em forma de animados duelos, os historiadores que frequentaram a revista *Penélope*.

As suas preocupações passaram, invariavelmente, por sulcar uma nova forma de fazer e desfazer História, pondo em causa os paradigmas existentes. Para além da perspectiva institucional e legal, militantemente carregada por António Manuel Hespanha, e dos debates acesos, a vontade de agitar o panorama historiográfico ficou também nítida pela dinâmica introduzida em torno da Teoria da História (13,1%). O recurso a autores estrangeiros de renome, como Marc Bloch ou Pierre Bourdieu, e a publicação de artigos de enquadramento da História da Historiografia ou de reflexão sobre a produção histórica, promoveram a criação de uma visão geral e pensamento crítico sobre o setor e sobre o papel social dos historiadores.

A História Colonial (6,2%) adotou um perfil relativamente discreto, mas inovador, na *Penélope*. A desconstrução das narrativas colonizadoras, sobre os Tupinambá do Brasil ou sobre o “mito” de Gungunhana, demonstrou um afastamento do trilho já antigo de historiografia evocatória e, conseqüentemente, legitimadora, da obra civilizadora de Portugal. A preocupação com o impacto da colonização portuguesa sobre os Mbundu, em Angola, e a discussão acalorada acerca da escravatura e do abolicionismo, apontou num sentido de abandono de um certo posicionamento eurocêntrico (Moyn 2006:397). Este esforço para recentrar a posição a partir da qual se constrói a narrativa historiográfica foi importante (mas insuficiente) para ultrapassar o predomínio da visão da antiga metrópole e para gerar empatia para com os povos colonizados (Lebovic 2010; Green 1995:100). A este respeito salienta-se o estudo “Portugal em África (1825-1974): Uma perspectiva global”, de Valentim Alexandre, que procurava elaborar uma síntese do passado colonial mais recente.

A *Penélope*, talvez pela sua juventude e arrojo, concedeu algum espaço de manobra à Nova História (3,8%). Os seus cinco artigos implicaram-se nas questões urbanísticas, enquanto polos irradiadores da formação social. Nesta revista, a História Cultural e das Mentalidades (3,8%), ao contrário de outras revistas, foi negligenciada. Os artigos foram esparsos e sem ligação entre si. Aquilatam-se estudos desde o “Leal Conselheiro” de D. Duarte, no século XV, aos escritos de Camões, no século XVI, às mentalidades militares na Estremadura espanhola, no século XVII, às origens da “Lenda Negra” e à imagem da Revolução Francesa em Portugal, no século XVIII. A História da Arte (3,1%) teve um peso muito modesto, detendo-se na História da Música e na História da Arte. Sublinham-se os artigos relativos à sociologia da música e às fachadas das igrejas alentejanas entre os séculos

XVI e XVIII. O primeiro almejou inovar através de uma abordagem interdisciplinar que funde sociologia e História e o segundo representou um esforço de alargamento do tempo e do espaço, incomum na História da Arte.

A Arqueologia e Pré-História (2,3%) esteve pouco presente na produção da *Penélope*. Ainda assim, os seus artigos demonstraram diversidade e inovação. Um constituiu um contributo precioso para a História da Arqueologia em Portugal. Outro desbravou a Arqueologia medieval e moderna no contexto local do concelho de Moura. Finalmente, o terceiro recuou às línguas e culturas Pré-Romanas da Península Ibérica, domínio escassamente divulgado em revistas entre nós até ao momento. A Demografia Histórica (1,5%) teve também uma utilização mínima, restringindo-se ao estudo da população de Lisboa, entre os séculos XVI e XX.

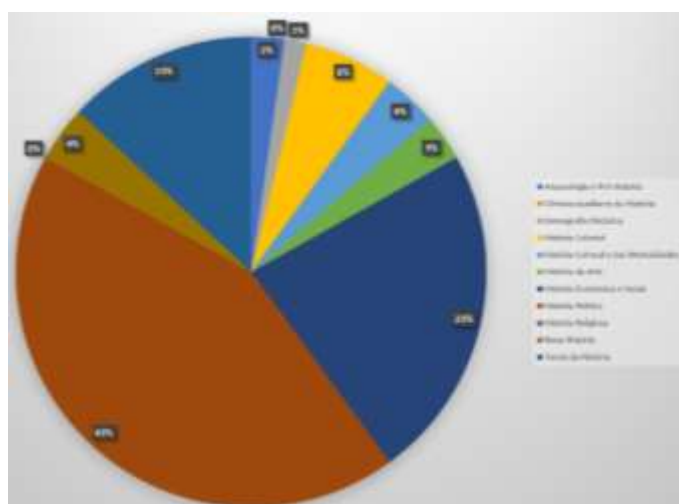


Figura 45: Temáticas Historiográficas na revista *Penélope* (1975-1996).

II.1.4 Análise comparativa das temáticas estudadas nas revistas e nas teses de doutoramento

Depois de analisar individualmente as teses e as revistas é tempo de comparar os dois universos. Discorrendo sobre o período entre 1945 e 1996, detetam-se imediatamente semelhanças: a História Económica e Social, a História Política e a História Cultural e das Mentalidades ocuparam os primeiros lugares da produção historiográfica. Porém, há diferenças: nas teses, a História da Arte ficou equilibrada com a História Cultural e das Mentalidades. Já nas revistas, a História da Arte foi praticamente residual (3,2%), enquanto a História Colonial (6,3%) e a Teoria da História (5,6%) despertaram mais interesse do que nas teses. Mas, por seu turno, a Arqueologia e Pré-História e a História Religiosa

apresentaram nas teses quase o dobro do peso que detinham nas revistas, sendo, portanto, preferidas para a elaboração de estudos mais aprofundados.

Apesar das distinções, que sinalizam aspetos de interesse historiográfico, há a sobrelevar a evidência de, tanto nas teses como nas revistas, mais de dois terços dos estudos se inserirem na História Económica e Social, na História Política e na História Cultural e das Mentalidades. Existe, assim, uma linearidade entre estes dois universos que demonstra uma grande coerência na amostra selecionada da produção historiográfica portuguesa entre 1945 e 1996. Deste modo, pode-se reforçar que esta amostra, até pela sua heterogeneidade, é bastante representativa da realidade nacional.

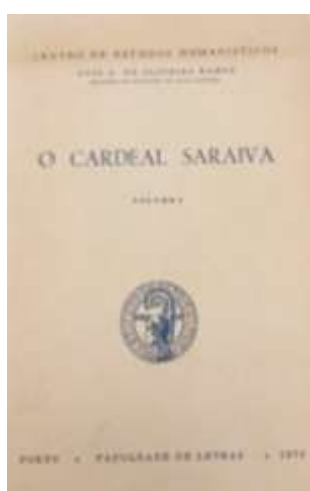


Figura 46: Capa do volume 1 da tese “O Cardeal Saraiva”, de Luís Oliveira Ramos (1972).

Os silêncios são também muito importantes. A esse nível, as teses são o produto com mais áreas ermas, não só por serem muito menos numerosas que os artigos, mas também por tenderem a não ser tão específicas, situando-se em áreas temáticas relativamente amplas. Por exemplo, nas teses, dentro do tema mais lato da História Cultural e das Mentalidades, são ignorados subtemas como a História do cinema, do teatro, do quotidiano, da literatura, da imprensa e a História de viagens. Do mesmo modo, conclui-se pela inexistência de estudos ao nível da Teoria da História.

Numa síntese analítica sobre a transição historiográfica entre o Estado Novo e a Democracia, salienta-se que a História Económica e Social superou o limite de um terço dos estudos, enquanto a História Política, que se manteve em segundo lugar, perdeu peso relativo. Outros dados relevantes foram a forte desvalorização da História Colonial e da História Religiosa, a par de um crescimento drástico da História Cultural e das Mentalidades. Logo, conclui-se que o investimento dos historiadores do Estado Novo, em certas temáticas, teve

maior ou menor respaldo no período da Democracia em função do valor que lhe foi atribuído para o projeto democratizante implementado em abril de 1974.

II.2 As geografias

A análise dos territórios escolhidos no âmbito da elaboração de estudos históricos é também reveladora das tendências historiográficas ao longo do tempo (Holscher 2014:578). A afirmação dos nacionalismos nos séculos XIX e XX representou uma oportunidade para o estudo de espaços geográficos correspondentes aos estados-nações, valorizando-se dessa forma os aspetos que fortaleciam as identidades nacionais. Todavia, novas tendências historiográficas, como a escola dos *Annales*, aventuravam-se por abordagens transnacionais (Levine 2014:346). Estas permitiam estabelecer análises comparativas entre países, assinalando diferenças e semelhanças. Surgiram também abordagens ainda mais latas que abarcavam um ou vários continentes, ou até mesmo todo o globo, e outras houve que apostaram no sentido da desterritorialização, tomando como ponto de referência um mar ou um oceano (Christian 1991). Nas últimas décadas observou-se, igualmente, um crescente interesse pela História Regional e, sobretudo, pela História Local (Oliveira 1987:115; Fernandes 2021).

O estudo do âmbito geográfico da historiografia portuguesa produzida entre 1945 e 1996 é essencial para determinar as permanências e as ruturas entre o Estado Novo e a Democracia. Em termos gerais, é assumido pelos autores que a historiografia do Estado Novo, imbuída do espírito nacionalista e imperialista, se concentrou no estudo do espaço nacional e ultramarino (Hespanha 1982:803; Pereira 1991a:7; 13; Mattoso 1983:642; Dias 1991:129; Marques 1992:442; Torgal 2014:27). Já a historiografia da Democracia terá promovido maior diversidade de abordagens ao integrar correntes historiográficas como a marxista, a escola dos *Annales* e a Nova História. As perspetivas transnacionais, regionais e locais terão sido incentivadas enquanto se registava, simultaneamente, um abandono assinalável do estudo dos espaços ultramarinos (Coelho 1991:55; Silva 1991:85; Marques 1992:456; Xavier 2000:146-160).

As análises historiográficas tendem a sublinhar as ruturas entre os dois regimes. Efetivamente, estas existiram, mas não se devem desvalorizar as continuidades. A análise estatística que se realizou à historiografia, e cujos resultados se divulgam abaixo, será um instrumento valioso na identificação desses cortes, mas também das tendências surgidas no

Estado Novo que tiveram sequência na Democracia e que contribuíram para a sua modernização.

II.2.1 A História nacional e internacional entre 1945 e 1996

Dá-se início ao périplo analítico começando pela análise ao âmbito geográfico nacional e internacional de toda a historiografia produzida entre 1945 e 1996, num total de 1869 estudos. Há a referir o facto de cada estudo poder abranger mais do que um espaço geográfico. Salienta-se, ainda, que os espaços estudados podem corresponder a escalas diferentes, designadamente: numa escala internacional, todo o Mundo, continentes ou a partes destes; e, numa escala nacional, países ou estados existentes ou, excecionalmente, que já desapareceram. A nível nacional há que frisar a fluidez das fronteiras. Ou seja, por uma questão de melhor compreensão da realidade, optou-se em geral por referir países atuais (cujo território ou parte dele pertenceu a antigos estados no entretanto extintos) e por integrar as possessões ultramarinas na designação das respetivas metrópoles. Assim, os historiadores portugueses estudaram um total de 59 espaços geográficos de âmbito internacional e nacional.

A profusão de espaços não impediu a concentração de 84,8% dos estudos, produzidos entre 1945 e 1996, em Portugal e nos territórios abrangidos pelos seus sucessivos impérios ultramarinos. O segundo país a despertar as atenções dos historiadores foi Espanha (12,3%) e o terceiro França (4,5%). Seguiram-se o Brasil (2,2%), a Itália (2%) e o Reino Unido (2%). Abaixo dos 2%, mas acima de 1%, surgiram os Estados Unidos (1,7%) e a Alemanha (1,2%). No que respeita ao nível internacional, a Europa (2,9%) foi o único espaço supranacional que se situou acima de 1%.



Figura 47: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1945-1996).

II.2.1.1 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados durante o Estado Novo

Entre 1945 e 1974, período correspondente ao Estado Novo, observou-se uma maior dispersão face ao quadro acima apresentado. Portugal localizou-se nos 71,3%, enquanto Espanha (23,3%) ocupou quase um quarto do total dos estudos. O que poderá ser explicado pela relevância adquirida pelo estudo do período visigótico, das instituições eclesíásticas, da formação da nacionalidade, das ameaças à independência de Portugal e dos conflitos entre os dois países, inclusive ao nível ultramarino. Os estudos a incidir exclusivamente sobre Espanha são pouco numerosos. E encontraram maior protagonismo na revista *O Tempo e o Modo*. O terceiro país mais estudado foi França (8%), que constituiu uma referência tanto para a historiografia mais alinhada com o regime como para a da Oposição. Os Estados Unidos (4,8%) assumiram neste período bastante importância, sobretudo devido aos estudos publicados na revista *O Tempo e o Modo*, cujo cariz político se materializava em artigos centrados sobre este ator cimeiro da “Guerra Fria”. No que concerne ao quinto país mais estudado, a Itália (3,3%), os estudos versaram principalmente sobre a religião, as relações comerciais e a influência italiana em Portugal. Os estudos sobre todo o Mundo ascendiam a 3% e foram também maioritariamente publicados na revista *O Tempo e o Modo*, evidenciando as preocupações sociais e políticas dos seus autores. Entre 3% e 1% surgiam a Alemanha (2,8%), a Europa (2,5%), o Brasil (2,3%), o Reino Unido (2,3%), a Bélgica (1,8%), a Holanda (1,8%), a Santa Sé (1,5%) e a Polónia (1%). Durante o Estado Novo o maior peso concedido ao estudo sobre o estrangeiro terá resultado, por um lado, da necessidade de o Estado Novo fomentar relações com instituições e historiadores de países com que tinha proximidade e, por outro, de os seus opositores tentarem difundir em Portugal informações do exterior o que, por vezes, constituía uma forma indireta de criticar o regime.



Figura 48: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1945-1974).

II.2.1.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados durante a Democracia

No período da Democracia (1975-1996) ocorreu um reforço significativo dos estudos sobre o nosso País, especialmente se se atender à explosão da produção historiográfica, que mais do que triplicou face à do Estado Novo. Os estudos sobre Portugal sofreram um incremento de quase 20%, cifrando-se em 88,5%. Esse aumento pode ser explicado não apenas por ser uma tendência comum à de outros estados-nações, que prosseguiram desta forma as suas políticas identitárias, mas também pela explosão do número universidades e de historiadores, o que conduziu à necessidade de enveredar por investigações de âmbito nacional ou até mesmo regional. O interesse por Espanha caiu para 9,3%. França surgiu novamente em terceiro lugar, mas reduzida a 3,5%. Enquanto a Europa, espaço onde Portugal agora se desejava integrar cada vez mais, aumentou o seu peso para 3,1%. Seguiram-se o Brasil (2,2%), o Reino Unido (2%), a Itália (1,6%) e o Mundo (1,2%).

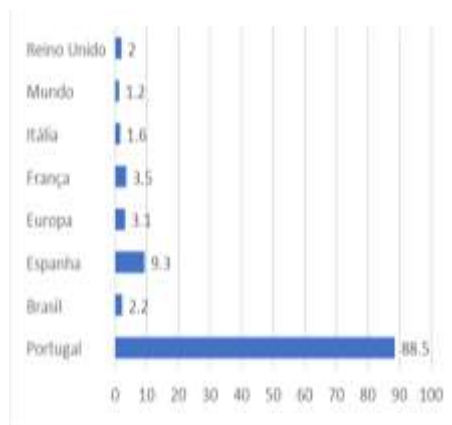


Figura 49: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional (1975-1996).

II.2.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nos doutoramentos

II.2.2.1 Perspetiva geral

Após esta análise a toda a amostra da historiografia produzida no nosso País, entre 1945 e 1996, concentra-se agora o olhar apenas sobre as teses de doutoramento. Com uma percentagem de 94%, Portugal foi o país mais estudado. Espanha, em segundo lugar, resumiu-se a 7% e, mesmo aí, estudada quase sempre em simultâneo com outros países, com destaque para Portugal. Os restantes espaços geográficos abrangidos pelos estudos, com uma percentagem igual ou superior 1%, foram: Itália (2,5%), França (1,5%), Reino Unido (1,5%), Alemanha (1,5%), Santa Sé (1%), Médio Oriente (1%), Brasil (1%) e Bélgica (1%). Com exceção do Médio Oriente, todos os outros figuraram geralmente em estudos que incluíam outros espaços. Denotou-se, portanto, um domínio quase absoluto de Portugal nas teses de doutoramento, cuja presença se alargou à maior parte dos estudos transnacionais que envolveram outros países.

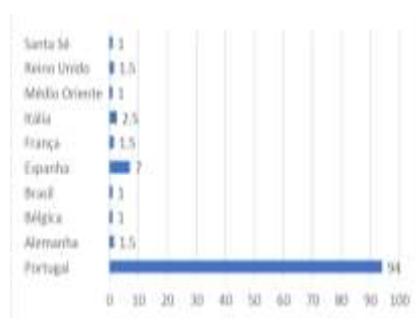


Figura 50: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1945-1996).

II.2.2.1.1 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas teses de doutoramento durante o Estado Novo

Durante o Estado Novo a quantidade de teses de doutoramento defendidas foi relativamente exígua, correspondendo a menos de 10% do total produzido entre 1945 e 1996. Ao todo, foram 16 teses distribuídas por três universidades (Coimbra, Lisboa e Porto). Entre 1945 e 1974, os espaços geográficos de âmbito nacional abrangidos pelas teses de doutoramento estenderam-se, em primeiro lugar, a Portugal (81,3%), seguido de Espanha (12,5%) e de Itália (12,5%). África (6,3%) foi objeto de uma tese de um autor canadiano sobre o tema do colonialismo num momento em que os ventos da descolonização estavam prestes a varrer praticamente todo o continente africano. Relativamente aos restantes países referenciados (Bélgica, Dinamarca, Estónia, Holanda, Letónia, Lituânia, Polónia, Reino Unido, Rússia, Suécia, Alemanha), integraram a tese de Oliveira Marques sobre a “Hansa e Portugal na Idade Média”, restringindo-se cada um deles a 6,3%.

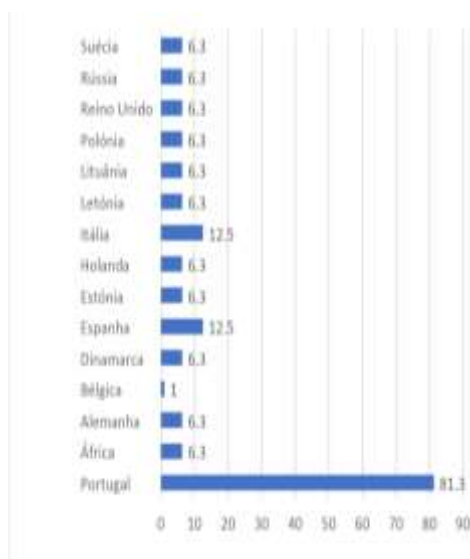


Figura 51: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1945-1974).

II.2.2.1.2 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas teses de doutoramento durante a Democracia

Entre 1975 e 1996, ou seja, no período correspondente ao regime democrático, defenderam-se 183 teses de doutoramento sobre História no nosso País, que reforçou a sua posição, atingindo 95,1% do total. Já Espanha (6,6%) e, sobretudo, Itália (1,6%), Reino Unido (1,1%) e Alemanha (1,1%) assistiram à redução drástica da sua relevância. Por sua vez, França (1,6%), Santa Sé (1,1%), Médio Oriente (1,1%) e Brasil (1,1%) viram a sua importância crescer. Assim, conclui-se que na Democracia ocorreu uma forte concentração

dos estudos sobre Portugal e um refluxo percentual na quantidade de espaços geográficos estudados comparativamente com o período do Estado Novo.

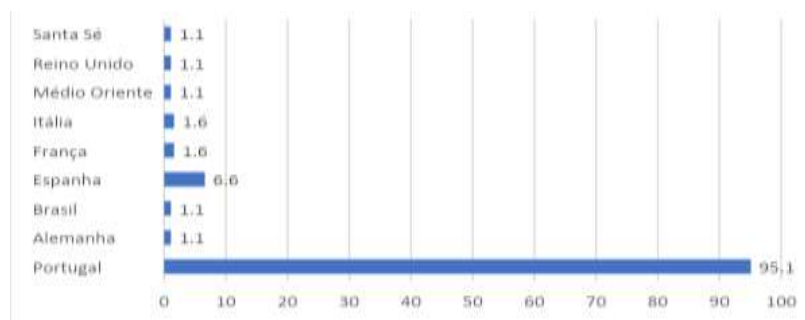


Figura 52: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses (1975-1996).

II.2.2.2 Universidades

II.2.2.2.1 Universidade de Lisboa

Entre 1945 e 1996 foram defendidas com sucesso 34 teses de doutoramento na FLUL. Nesse período, ao nível do âmbito geográfico nacional e internacional, os principais espaços estudados foram Portugal (85,3%) seguido de Itália (8,8%) e, em *ex aequo*, de Espanha (5,9%), Reino Unido (5,9%) e Alemanha (5,9%). Quase a tocar os 3% surgiram países e espaços como: Bélgica, China, Dinamarca, Estónia, Holanda, Letónia, Lituânia, Médio Oriente, Polónia, Rússia e Suécia. A assinalável diversidade de países estudados deveu-se, sobretudo, à tese de Oliveira Marques sobre a “Hansa e Portugal na Idade Média”, que abrangeu mais de uma dezena de países europeus com os quais Portugal mantinha relações comerciais. Mas, se por um lado esta dispersão foi assinalável, por outro não contrariou a concentração de estudos sobre Portugal. Ainda assim, menor do que na FLUC.

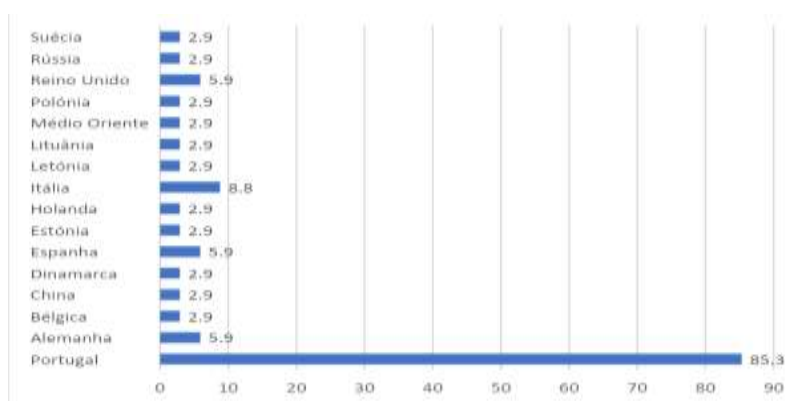


Figura 53: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1996).

Analisando o período do Estado Novo, durante o qual foram defendidas sete teses, observou-se uma maior ampliação das geografias abrangidas pelos estudos, uma vez que em

três delas se abarcaram outros espaços, para além do nosso País, e que duas se dedicaram por inteiro ao estrangeiro: uma a Espanha e outra a Itália. Em termos percentuais, Portugal (71,4%) foi, naturalmente, o país mais estudado. Mas Espanha (28,6%) e Itália (28,6%) requereram uma atenção significativa dos historiadores, surgindo tanto em teses transnacionais como nacionais. Os restantes países atingiram uma percentagem de 14,3% por via da tese de Oliveira Marques (Bélgica, Dinamarca, Letónia, Lituânia, Estónia, Holanda, Polónia, Reino Unido, Rússia, Suécia e Alemanha). Desta forma, pode-se concluir que, no Estado Novo, houve uma clara tendência para o estudo das realidades exteriores, embora nem sempre através de uma abordagem transnacional.

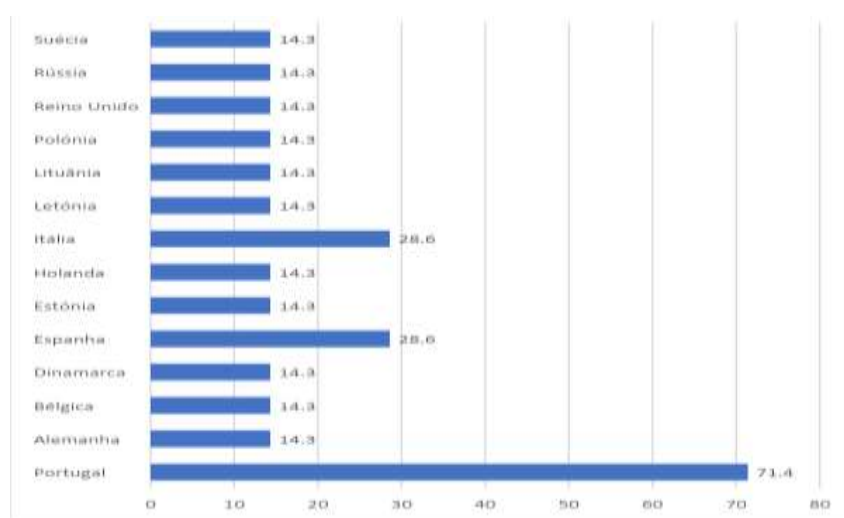


Figura 54: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1945-1974).

No período democrático (1975-1996), durante o qual se produziram 27 teses na área de História na Universidade de Lisboa, o quadro mudou substancialmente. Portugal foi objeto de quase nove em cada dez estudos e a quantidade de espaços estudados restringiu-se de modo acentuado. Com uma percentagem de 3,7% surgiram os seguintes espaços: Itália, Reino Unido, China, Alemanha e Médio Oriente. Destes, três foram estudados numa perspetiva exclusivamente nacional e dois conjuntamente com Portugal. Logo, neste período, o uso da história comparada e transnacional foi relativamente escasso e o interesse por outras geografias para além da portuguesa foi bastante menor, em termos percentuais, do que no Estado Novo.

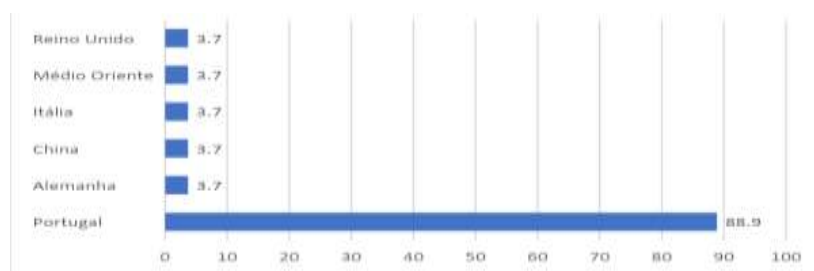


Figura 55: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Lisboa (1975-1996).

II.2.2.2.2 Universidade de Coimbra

As 52 teses defendidas em Coimbra, entre 1945 e 1996, focaram-se esmagadoramente sobre Portugal (94,4%). Espanha e Santa Sé ocuparam apenas 3,7% dos estudos, enquanto espaços como o Brasil, África, Europa, Grécia e o Império Romano alcançaram ainda menos (1,9%). Para além de Portugal, elemento absolutamente central na historiografia coimbrã, os restantes espaços geográficos objeto de atenção nas teses de doutoramento, estiveram geralmente associados ao nosso País. Ou seja, as análises transnacionais focaram-se em alumiar aspetos históricos comuns com relevo para Portugal.

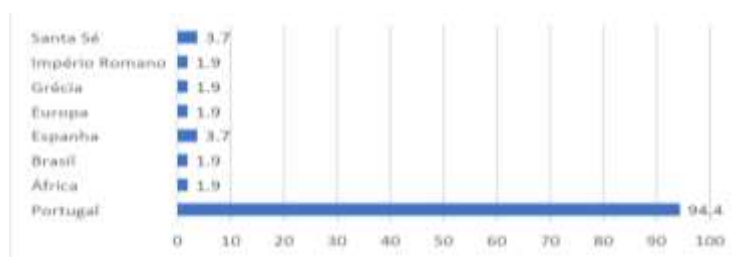


Figura 56: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses - Universidade de Coimbra (1945-1996).

Aparentemente, entre 1945 e 1974 parecia haver algum alinhamento das geografias investigadas com as linhas político-ideológicas do Estado Novo. A Universidade de Coimbra produziu 7 teses que se debruçavam sobre Portugal (87,5%) e uma tese sobre África (12,5%). As questões eclesiásticas, ultramarinas e da afirmação da independência dominavam os espaços estudados. A título de exemplo, evocam-se as teses “O Conselho da Índia”, centrada sobre uma das instituições que geriu a política ultramarina, e a tese de Luís Ferrand de Almeida sobre a “Colónia do Sacramento”, possessão portuguesa no atual Uruguai. E, mesmo a tese sobre África, do canadiano Richard Pattee, encaixava-se nesse papel. Todavia, não se pode pressupor que a escolha dos espaços tenha necessariamente obedecido a critérios políticos, uma vez que, em vários casos, os investigadores abordaram os territórios através de prismas alinhados com as novas tendências da historiografia internacional. O estudo das

instituições, assim como do contexto administrativo, económico e social assumem-se como os principais vetores do interesse dos historiadores.

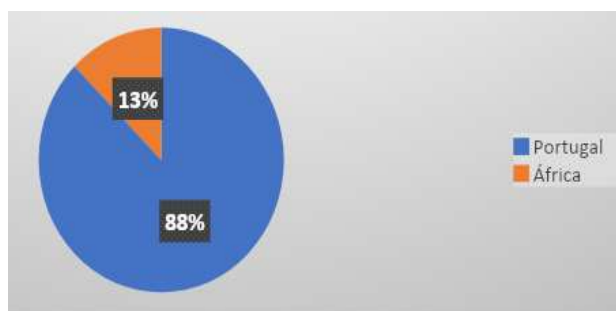


Figura 57: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1974).

Entrando na Democracia, sublinham-se dois dados sobre a realidade historiográfica: apesar da produção ter aumentado significativamente, assinalou-se, ao mesmo tempo, um incremento dos estudos sobre Portugal (95,7%) e uma ligeira diversificação do interesse por novos espaços. Assim, uma percentagem de 4,3% das teses abordou tanto Espanha como a Santa Sé. E, com perto de 2% das teses, surgiram geografias como a Europa, a Grécia, o Império Romano e o Brasil. Entre 1975 e 1996 assistiu-se a um redirecionamento crescente das teses sobre Portugal, mas com enfoque mais regional e local, tendência inicialmente esboçada durante o Estado Novo em teses sobre a Diocese de Braga, a vida económica e social de Coimbra e a cerâmica de Conímbriga. Aliás, várias das teses defendidas nas primeiras décadas da Democracia, incidindo, nomeadamente, sobre a Universidade, a cidade e o Distrito de Coimbra, bem como sobre o Baixo Mondego e o Algarve, deram sequência a essas perspetivas regionalizadas iniciadas na ditadura.

A redução da escala geográfica para o nível regional ou local tornava possível o estudo de variáveis muito numerosas, potenciando a sua multidimensionalidade. Nas abordagens transnacionais ou nacionais esse trabalho era mais difícil, pelo que em geral se procurava afunilar a análise, restringindo o recorte a uma ou duas dimensões. Assim, conclui-se pela modernidade de algumas das investigações de doutoramento desenvolvidas na Universidade de Coimbra no Estado Novo. Embora fossem em número reduzido comparativamente com o que viria a ser produzido na Democracia, constituíram, percentualmente, um universo relevante no contexto daquele regime, influenciando na forma como o ensino superior encarava a função historiográfica, até mesmo em termos de progressão na carreira. Essa abertura a novos métodos historiográficos viria a ter efeitos concretos no pós-25 de Abril. Ao estudar territórios mais circunscritos e ao densificar as facetas objeto de estudo, procurava-se articular várias dimensões que permitissem reconstituir as realidades do passado. Essa

demanda pela História Total, ou totalizante, iniciada no Estado Novo, aprofundou-se na Democracia, em linha com o que ocorreu no estrangeiro (Christian 2010).

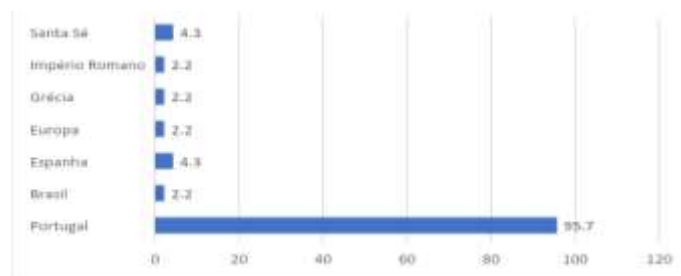


Figura 58: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1975-1996).

II.2.2.2.3 Universidade do Porto

Entre 1961 e 1996 foram defendidas na FLUP 36 teses de doutoramento em História. Debruçaram-se quase todas sobre Portugal (97,2%). Espanha angariou 8,3% do interesse dos historiadores enquanto o Brasil e o Médio Oriente não ultrapassaram cada um os 2,8%. Das universidades existentes antes de 1975, a do Porto foi a que mais se centrou sobre Portugal e a que menos estudou outras realidades, fazendo um uso muito marginal das análises comparativas e transnacionais. Em contrapartida, o foco na abordagem nacional materializou-se em grande medida em análises regionais e locais, delimitadas a partes do território português. Aliás, o estudo da região Norte estendeu-se a cerca de metade do total das teses.

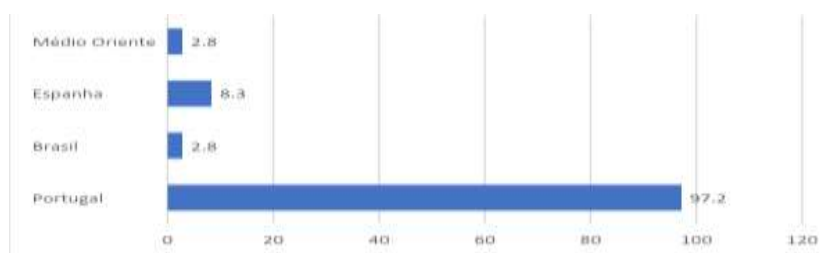


Figura 59: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1945-1996).

No Estado Novo a única tese de doutoramento consultada recaiu sobre Portugal. No período da Democracia, Portugal desceu ligeiramente para os 97,1% e estudou-se também Espanha (8,6%), Brasil (2,9%) e Médio Oriente (2,9%). Embora extremamente tímida, a abertura possibilitou a adoção de abordagens transnacionais.

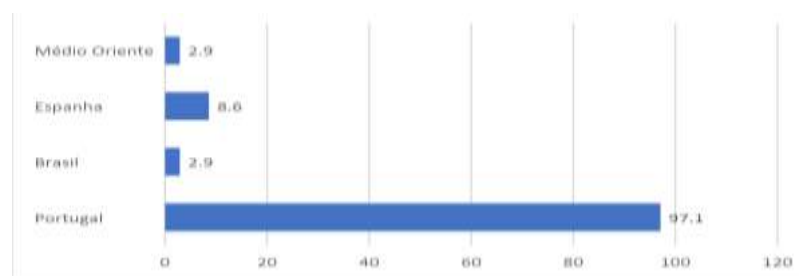


Figura 60: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Porto (1975-1996).

II.2.2.2.4 Universidade dos Açores

A Universidade dos Açores enveredou unicamente por abordar um só país: Portugal. Aliás, o investimento dos historiadores incidiu sobretudo no estudo do arquipélago dos Açores e, em menor escala, no da Madeira. A Universidade dos Açores procurou responder às necessidades historiográficas da região, contribuindo, desse modo, para a consolidação científica de uma historiografia insular.

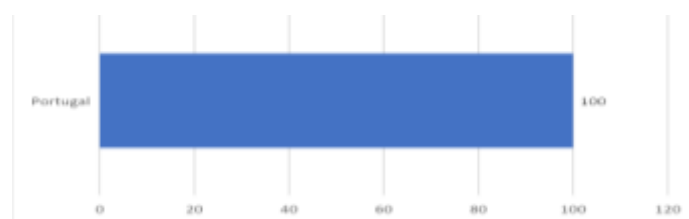


Figura 61: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade dos Açores (1975-1996).

II.2.2.2.5 Universidade Nova de Lisboa

A FCSH/UNL aprovou 51 teses de doutoramento. Portugal esteve presente em 49, ou seja, em 96,1%. Espanha (3,9%) foi o segundo país mais estudado, sucedendo-se, com igual percentagem de 2%: Alemanha, Bélgica, Egipto, França, Itália e Reino Unido. Portugal integrou praticamente todos os estudos de âmbito transnacional, pelo que as análises tiveram em vista contextualizar aspetos que interessavam ao nosso País.

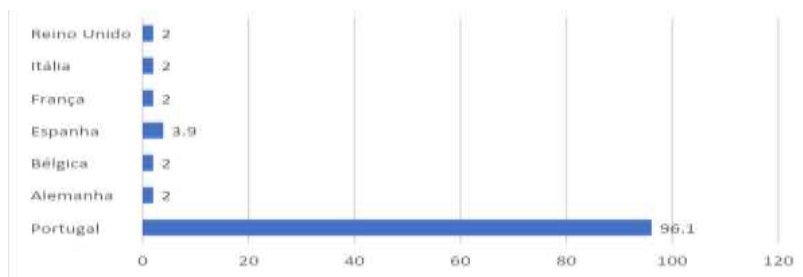


Figura 62: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).

II.2.2.2.6 Universidade do Minho

Na Universidade do Minho foram defendidas nove teses. Portugal (88,9%) ocupou oito desses estudos. O que sobrou teve natureza transnacional, abrangendo Espanha (11,1%) e França (11,1%).

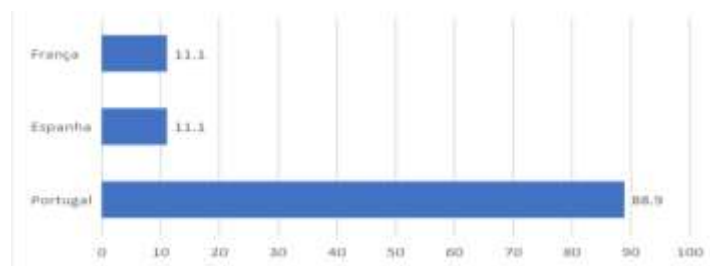


Figura 63: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade do Minho (1975-1996).

II.2.2.2.7 Universidade Técnica de Lisboa

Das quatro teses de pendor histórico defendidas na Universidade Técnica de Lisboa, Portugal foi estudado em todas elas e Espanha apenas numa. Assim, apesar de Portugal ser o foco dos estudos, numa das teses analisa-se a relação entre “A Consolidação do Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)”.

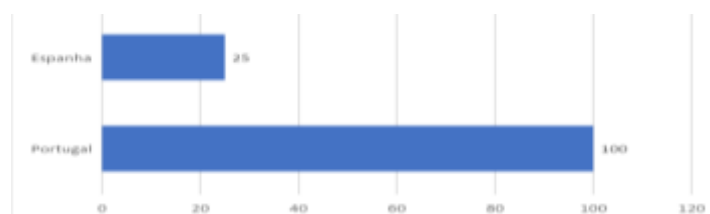


Figura 64: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).

I.2.2.2.8 Universidade de Évora

Quanto às seis teses da Universidade de Évora, incidiram todas sobre Portugal, sendo que três de forma exclusiva. Espanha figura em metade das teses. Já França, Itália e Marrocos, com uma percentagem similar (16,7%), integraram a tese “Navegação, Comércio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)”. A Universidade de Évora apostou significativamente na História transnacional, sempre numa perspetiva portuguesa.

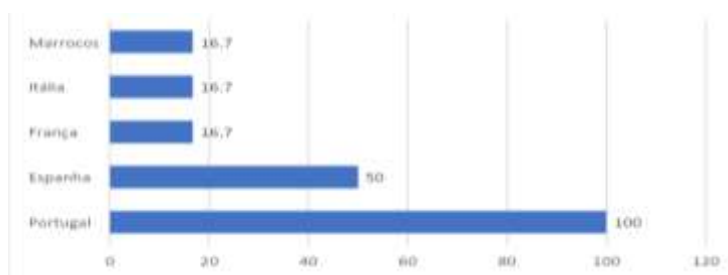


Figura 65: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Évora (1975-1996).

II.2.2.2.9 Universidade de Aveiro

Na Universidade de Aveiro foi defendida apenas uma tese, focada sobre Portugal.

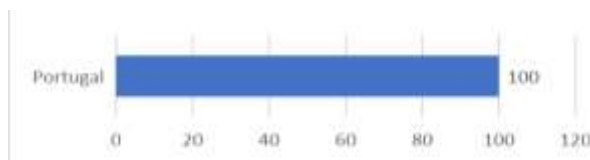


Figura 66: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Teses de Doutoramento da Universidade de Aveiro (1975-1996).

II.2.3 Territórios de âmbito nacional e internacional estudados nas revistas

II.2.3.1 Perspetiva geral

Toca-se agora o universo das revistas. As revistas foram um veículo privilegiado para a difusão da historiografia produzida em Portugal. Os espaços nacionais e internacionais abrangidos pelos estudos históricos, entre 1945 e 1996, foram bastante diversos, ascendendo a um total de 45. Porém, aqueles estudados com uma percentagem superior a 1% limitaram-se a uma dezena. Dentre esses, Portugal, com 83,7%, captou o interesse de praticamente todos os estudiosos. Houve outros espaços que atingiram uma certa relevância como

Espanha (12,9%), França (4,9%) e Europa (3,2%). Ainda com alguma expressão, embora menor, surgiram o Brasil (2,4%), a Itália (1,9%), o Reino Unido (2,1%), os Estados Unidos (1,9%), o espaço Mundo (1,8%) e a Alemanha (1,1%). Os restantes foram estudados de forma marginal, não superando 1%.

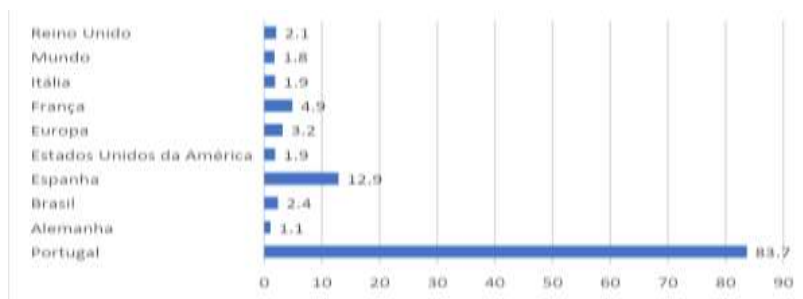


Figura 67: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1945-1996).

II.2.3.1.1 Estudo dos territórios de âmbito nacional e internacional nas revistas durante o Estado Novo

Durante o período do Estado Novo (1945-1974) a produção historiográfica nacional veiculada pelas revistas, apesar do natural realce atribuído a Portugal (70,8%), concedeu atenção muito significativa a países como Espanha (23,7%), França (8,3%) e Estados Unidos (4,9%). Com algum relevo, mas com um peso mais modesto, foram estudados espaços como: Mundo (3,1%), Itália (2,9%), Europa (2,6%), Alemanha (2,6%), Brasil (2,3%), Reino Unido (2,1%), Bélgica (1,6%), Holanda (1,6%) e Santa Sé (1,6%).

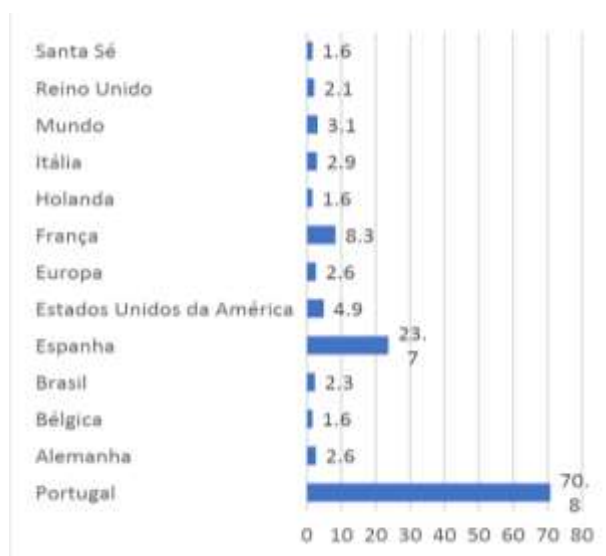


Figura 68: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1945-1974).

II.2.3.1.2 Estudo dos territórios de âmbito nacional e internacional nas revistas durante a Democracia

No período da Democracia (1975-1996) assistiu-se a uma dilatação do domínio de Portugal 87,6% nos estudos publicados em revistas. As outras geografias foram menos estudadas. Espanha caiu abruptamente para 9,7%, França para 3,8% e os Estados Unidos para 0,9%. A Itália restringiu-se a 1,6% e o Mundo a 1,4%. Já o Reino Unido manteve a percentagem, o Brasil subiu para 2,4% e a Europa para 3,4%.

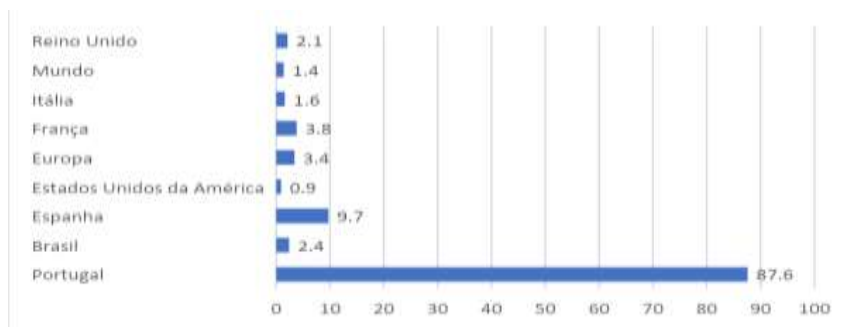


Figura 69: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revistas (1975-1996).

II.2.3.2 Revistas

Entrando agora mais em detalhe, desbrava-se o universo específico de cada revista. Como se poderá observar, cada uma apresentou o seu próprio perfil em termos de espaços geográficos estudados, havendo algumas com maior propensão para olhar para o exterior e outras que se satisfizeram em estudar Portugal quase em exclusivo.

II.2.3.2.1 Revista Portuguesa de História

Começa-se pela *Revista Portuguesa de História*. É a mais antiga e a de maior longevidade das que são objeto de análise. Publicada pela Universidade de Coimbra desde 1941, encabeçou um movimento, por parte dos historiadores coimbrões, de divulgação da sua produção historiográfica e de abertura à historiografia exterior. O Instituto António de Vasconcelos animou-se com a ideia de produzir uma revista que pudesse servir de “moeda de troca” com publicações de outras universidades, especialmente das estrangeiras, que se constituíam como faróis no domínio da historiografia.

A *Revista Portuguesa de História* foi desde logo permutada com outras revistas, possibilitando aos académicos de Coimbra a entrada em contacto com as tendências historiográficas mais recentes. Facto evidenciado pela quantidade de recensões e de

referências bibliográficas publicadas regularmente no período pós Segunda Guerra Mundial. Essa atualização foi evidente, embora atenuada pela necessidade de corresponder a um posicionamento que não melindrasse o regime do Estado Novo. O qual, aliás, tinha recentemente procedido à depuração de professores que, de alguma forma, haviam protagonizado algum tipo de comportamento desviante (Nunes 2016:148). Logo, com cautela, a *Revista Portuguesa de História* foi-se assumindo como um espaço de divulgação de uma historiografia que, apesar de não contestar o regime, se ia inclinando gradualmente no sentido da modernização dos métodos historiográficos por via do contacto com o exterior, proporcionado pelas permutas. Paralelamente a estas, concorreram para este movimento de atualização, as visitas de historiadores estrangeiros e a realização de “Cursos de Verão”. A conjugação destas iniciativas teve uma influência substancial na produção historiográfica nas décadas de 1950 e 1960, como abaixo se poderá confirmar (Nunes 1995:16; 268).

A abertura da RPH ao exterior teve bastante impacto na abrangência geográfica dos artigos publicados entre 1945 e 1996. Portugal (87,3%) ocupou o lugar cimeiro do interesse dos historiadores. Surpreendentemente, Espanha (30%) estendeu-se por quase um terço dos estudos publicados. Esta expressividade explica-se pelo facto de ser frequentemente abordada numa perspetiva transnacional, conjuntamente com o nosso País, refletindo-se desse modo as interdependências e continuidades existentes entre os dois nas mais variadas dimensões. Ou seja, a escolha de análises luso-espanholas constituiu um método eficaz para um número significativo de historiadores, uma vez que através dessa via conseguiram construir as suas narrativas historiográficas de forma mais sólida e clara.

O alargamento das distâncias geográficas gerou uma tendência para fazer decair o interesse dos historiadores por outros espaços. Ainda assim, o papel de alguns deles na cena internacional e o desenrolar das relações que mantiveram com Portugal determinaram que França (7%), Itália (3,1%), Reino Unido (2,2%), Holanda (1,9%), Europa (1,7%), Bélgica (1,7%), Santa Sé (1,4%) e Brasil (1,2%) ocupassem uma certa relevância para os historiadores que publicaram estudos na RPH.

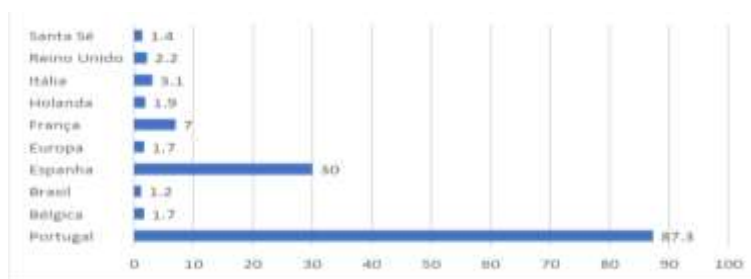


Figura 70: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1945-1996).

Durante o Estado Novo a RPH apresentou percentualmente um maior grau de abertura ao exterior do que no período democrático. Portugal alcançou os 84,9%. Espanha (35,8%) ascendeu a mais de um terço e França (9,4%) rondou a décima parte dos estudos. Estes dois países exerceram uma notória influência sobre os historiadores portugueses, com frequentes intercâmbios universitários que possibilitavam a vinda ou a participação na revista de historiadores espanhóis e franceses neste periódico. Mas o estudo de outros países, embora em menor quantidade, alargou-se igualmente à Itália (4,2%), à Bélgica (2,8%), à Holanda (2,8%), ao Reino Unido (2,8%), à Santa Sé (1,9%), à Polónia (1,4%) e à Suíça (1%).

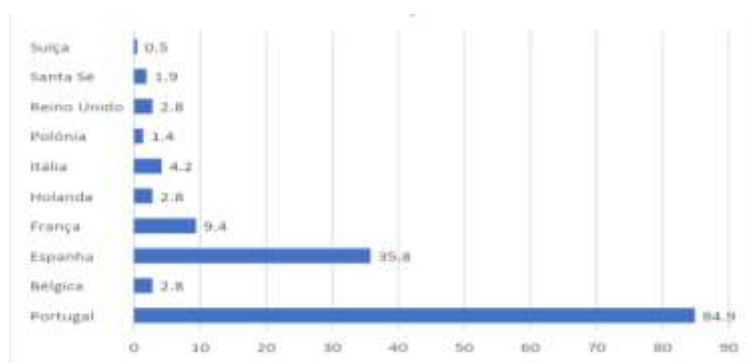


Figura 71: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1945-1974).

Na Democracia assistiu-se a uma relativa internalização da historiografia publicada nesta revista. Portugal reforçou o seu peso para 89,7% ao passo que Espanha (24%) perdeu relevância. Mas não tanta como França (4,4%), cuja percentagem recuou para cerca de metade. O mesmo acontecendo com a Itália (2%), a Holanda (1%), o Reino Unido (1,5%) e a Santa Sé (1%). Já a Europa, novo espaço de eleição da geoestratégia portuguesa, galgou para os 2,5%. A RPH tornou-se menos permeável ao estudo das realidades externas após 1974. Portugal ganhou cada vez maior centralidade nos discursos historiográficos. As outras geografias acabaram, em grande medida, por ser instrumentalizadas no enquadramento e desconstrução dos problemas nacionais.

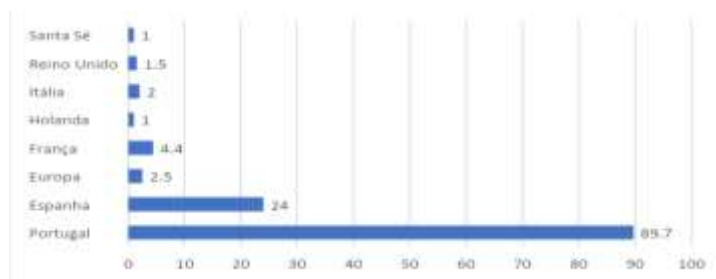


Figura 72: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Portuguesa de História (1975-1996).

II.2.3.2.2 Análise Social

Perscrutando a revista em todo o percurso aqui analisado, pode-se concluir que se orientou, fundamentalmente, para o estudo da realidade portuguesa e, só muito pontualmente, pousou o olhar sobre o exterior. Entre 1968 e 1996 a revista *Análise Social* dedicou 93% dos seus artigos a Portugal. A Europa (2,3%), a Espanha (1,7%), o Mundo (1,2%), a França (0,9%) e o Reino Unido (0,9%) foram abordados quase sempre em estudos que incluíram Portugal, pelo que a intenção dos investigadores foi, tendencialmente, estabelecer análises comparativas que potenciassem o conhecimento sobre o nosso País.

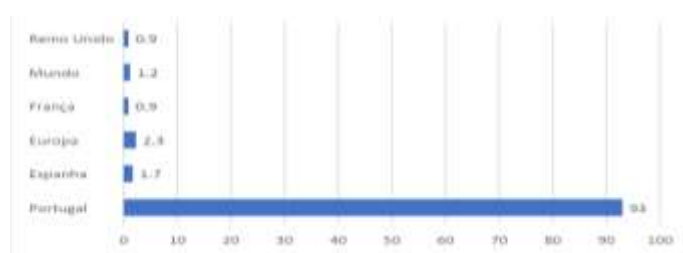


Figura 73: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista *Análise Social* (1945-1996).

Durante o Estado Novo a abertura ao exterior foi ligeiramente maior do que na Democracia. Da totalidade dos 11 artigos analisados, Portugal alcançou os 90,9%, mas o Brasil (9,1%), a Espanha (9,1%) e a Europa (9,1%) também conquistaram a atenção dos historiadores.

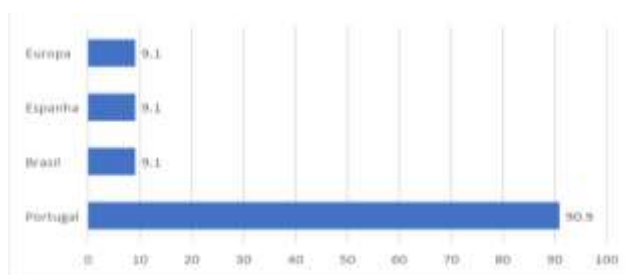


Figura 74: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista *Análise Social* (1945-1974).

Na Democracia, a *Análise Social* reforçou os estudos sobre Portugal (93,1%) e multiplicou os espaços geográficos. Porém, a atenção dispersou-se em percentagens relativamente marginais, com quedas abruptas dos territórios antes estudados. Dentre os que despertaram maior interesse, surgiram o Brasil (3,3%), a Europa (2,1%), a Espanha (1,5%), o Mundo (1,2%), a França (0,9%) e o Reino Unido (0,9%).

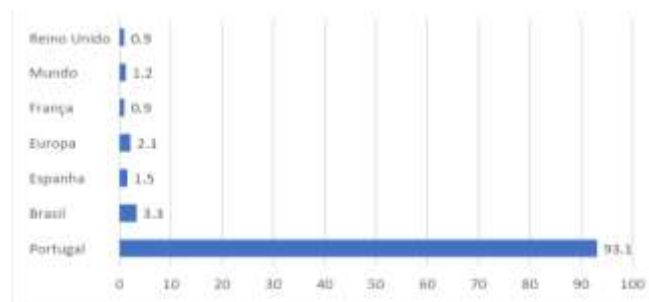


Figura 75: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Análise Social (1975-1996).

II.2.3.2.3 O Tempo e o Modo

Na ditadura e nos primeiros anos da Democracia os autores debruçaram-se com muita frequência sobre o estrangeiro. A relevância concedida a Portugal (44,4%), que não ultrapassa sequer metade dos artigos, foi um sintoma do desejo de abertura ao exterior. Os outros espaços mais visados foram: Estados Unidos (12,4%), França (7,8%), Espanha (7,8%), Mundo (7,2%), Alemanha (5,9%), Europa (4,6%), Brasil (4,6%), União Soviética (2%), Itália (2%), Reino Unido (1,3%), Santa Sé (1,3%) e Egipto (1,3%).

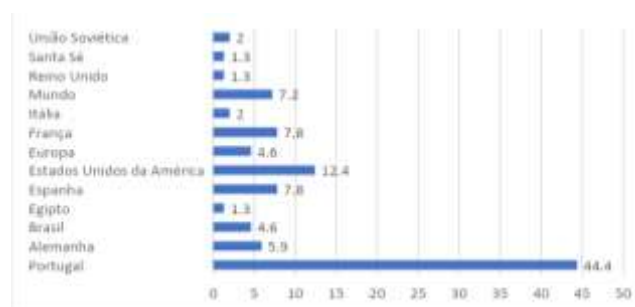


Figura 76: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1945-1996).

Durante o Estado Novo a revista *O Tempo e o Modo*, ao invés de todas as outras revistas, dedicou mais artigos ao exterior do que a Portugal, presente em apenas 40,6% dos estudos. Os Estados Unidos (13,5%) foram o segundo país mais estudado, sobressaindo os debates associados às questões políticas no contexto da Guerra Fria, aos aspetos económicos e à própria cultura americana. França (9%) constituiu outro polo de interesse dos articulistas. A influência francesa entre estes fazia-se sentir principalmente ao nível da História das Ideias. Já Espanha (8,3%) apresentou-se de forma diversa, com artigos tocando domínios como a política, a economia, a religião, a filosofia e a cultura.

Os artigos sem um território específico, enquadrados sob o manto do conceito “Mundo” (7,5%), foram dedicados a problemáticas gerais como o trabalho, a relações

internacionais, o subdesenvolvimento, a (des)colonização, o socialismo e as crises monetárias. Temas internacionais que acabavam, de algum modo, por traduzir as preocupações do povo português, imerso numa guerra colonial e num regime autoritário que se eternizava. A Alemanha (6%) também foi bastante abordada, quase sempre sobre o período do nazismo.

O Brasil (5,3%) teve direito a um número especial que o enquadrava em termos políticos, culturais (literatura e arte), arquitetónicos e educacionais. A Europa (5,3%) deu protagonismo à História Política, nomeadamente, do período nazi, mas também às artes, como o cinema e a dança. Houve ainda mais países com alguma expressividade, embora marginal: Egipto (1,5%), Itália (1,5%), Reino Unido (1,5%), Santa Sé (1,5%) e União Soviética (1,5%). Apesar de esta revista servir os círculos da Oposição, o foco dos debates estava concentrado no Bloco Ocidental, sendo residual a presença dos países dominados pelos regimes marxistas. Situação que iria mudar após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

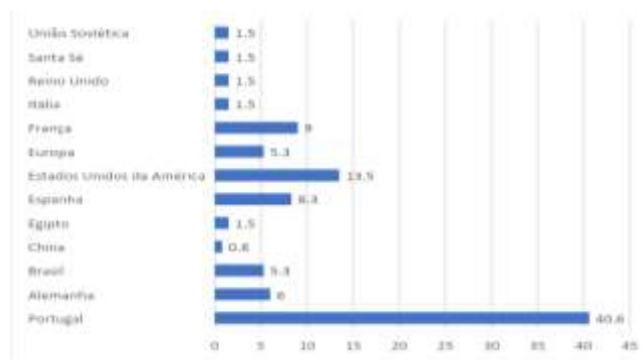


Figura 77: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1945-1974).

A derrocada do Estado Novo motivou o conflito político-ideológico no período revolucionário. A revista *O Tempo e o Modo* transformou-se num dos instrumentos da luta entre campos ideológicos com ramificações partidárias. A radicalização foi evidente e parece ter contribuído, anos mais tarde, para o fenecimento deste periódico. A liberdade de expressão e os intensos debates que atravessavam a sociedade portuguesa neste período, desde as elites até às massas populares, transformaram Portugal (70%) no principal objeto dos artigos e a História Política a grande eleita.

A orientação ideológica dos órgãos dirigentes da revista concretizou-se numa valorização da análise a países como a China (10%), a Albânia (5%), a União Soviética (5%) e a Rússia (5%). Nos artigos sobre estes países perpassa claramente o pulsar da militância política na área marxista e as próprias disputas dentro desse setor entre os defensores da União Soviética e os da China (maoísmo). A revista dava claramente vantagem à corrente maoísta. Relativamente a geografias como a Argentina (5%), Espanha (5%), Estados Unidos

(5%), Itália (5%), Mundo (5%) e Alemanha (5%) os artigos procuraram desenvolver uma certa apologia do socialismo comparativamente a outros tipos de regimes.

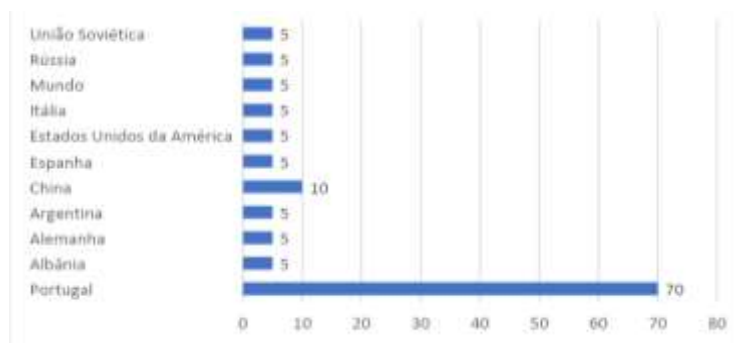


Figura 78: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista O Tempo e o Modo (1975-1996).

II.2.3.2.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

No que concerne às geografias estudadas, a RFLUP centrou-se quase exclusivamente sobre Portugal (95,8%). Ainda assim, Espanha alcançou os 8,3%. Foram também estudados outros países. Os seguintes representaram mais de 1% do total: Reino Unido (2,5%), França (2,1%), Itália (1,7%), Alemanha (1,7%) e Brasil (1,3%).

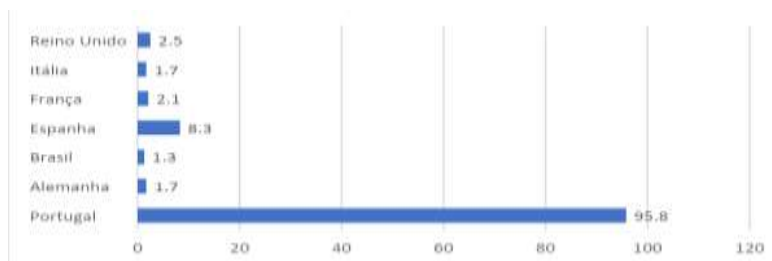


Figura 79: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).

Os 28 estudos publicados durante o Estado Novo incidiram todos sobre Portugal e apenas três se estenderam, também, a Espanha (10,7%). Um deles tratou das “relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV”.

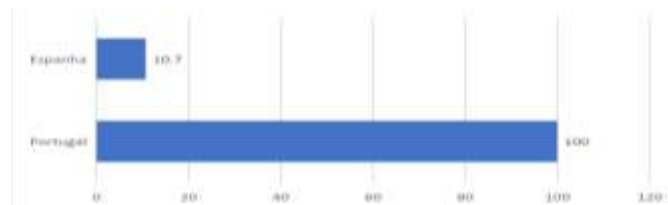


Figura 80: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).

A partir de 1984 a RFLUP manteve um ritmo regular de publicações, cujo número ascendeu a mais de duas centenas até 1996. Nestes doze anos, Portugal (95,3%) foi o país mais estudado. Em simultâneo, assistiu-se a uma diversificação notável de outros espaços analisados. Espanha caiu para 8%. Mas a revista abriu-se a outras geografias, tais como: Reino Unido 2,8%), França (2,4%), Itália (1,9%), Alemanha (1,9%), Brasil (1,4%), Áustria (0,9%), Estados Unidos (0,9%), Europa (0,9%), Marrocos (0,9%), Mundo (0,9%), Rússia (0,9%) e Bélgica (0,9%).

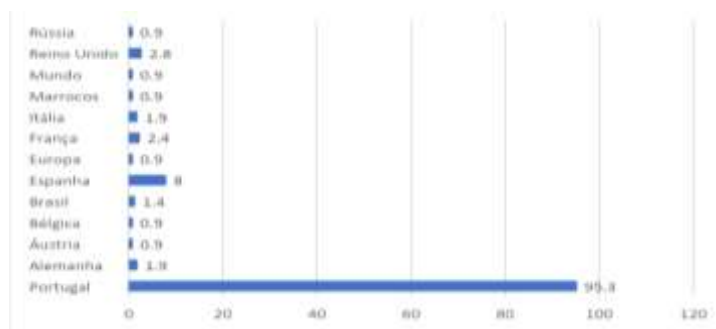


Figura 81: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).

II.2.3.2.5 Revista de História Económica e Social

Portugal (90,5%) foi também o território mais estudado na RHES. O interesse por outras geografias foi relativamente modesto: Mundo (4,8%), Espanha (2,7%), Europa (1,4%) e Reino Unido (1,4%).

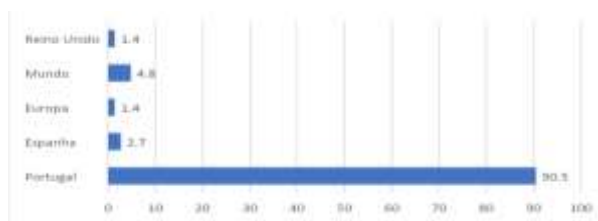


Figura 82: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista de História Económica e Social (1975-1996).

II.2.3.2.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social

Os 18 artigos publicados nos *Cadernos da Revista de História Económica e Social* focaram-se integralmente sobre Portugal.

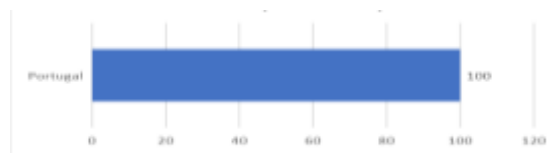


Figura 83: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Cadernos da Revista de História Económica e Social (1975-1996).

II.2.3.2.7 Ler História

Esta revista, vocacionada sobretudo para a História Moderna e Contemporânea, centrou-se principalmente em Portugal (e nos seus impérios), que representou 78,7% do total dos estudos. Mas não deixou de se debruçar sobre outros espaços geográficos, como Espanha (10,4%), França (9,5%), Europa (5,4%), Reino Unido (4,5%), Brasil (4,1%) e Itália (3,6%). Essas incursões pelo estrangeiro concretizaram-se tanto numa perspetiva nacional como em abordagens transnacionais e comparativas.

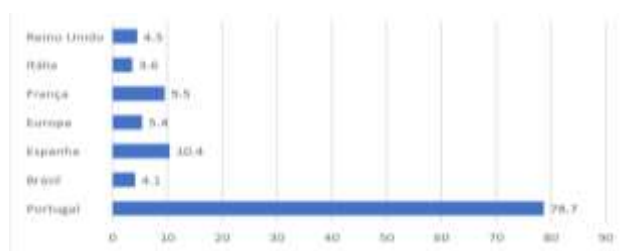


Figura 84: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Ler História (1975-1996).

II.2.3.2.8 Penélope

Analisa-se finalmente a revista *Penélope*, que apostou no estudo de Portugal (70%) dando, simultaneamente, amplo destaque à investigação de outras geografias. Conseguiu até motivar o interesse de uma miríade de historiadores estrangeiros para nela publicarem os seus estudos. Desse modo, ganharam expressão os artigos sobre Espanha (20%), Europa (12,3%) e França (7,7%). Em menor quantidade, mas ainda com percentagens acima de 1%, afirmaram-se geografias como o Brasil (2,3%), a Itália (2,3%), o Reino Unido (2,3%), os Estados Unidos (2,3%), a Alemanha (2,3%), Cuba (1,5%), a Venezuela (1,5%) e o Mundo (1,5%).

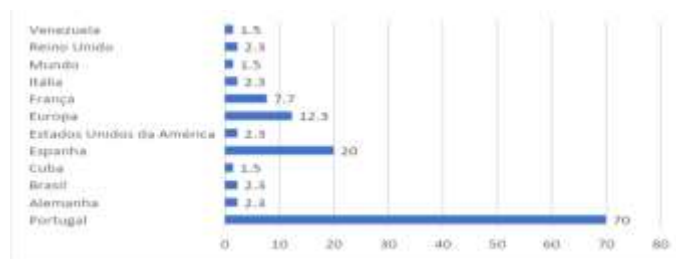


Figura 85: Âmbito Geográfico Nacional e Internacional - Revista Penélope (1975-1996).

II.2.3.3 Análise comparativa entre teses de doutoramento e revistas

Nas universidades que atravessaram os dois regimes, as teses que incluíram vários países foram pouco numerosas. Com exceção da FLUP, na Democracia evidenciou-se uma redução do número de espaços estudados e uma concentração cada vez mais elevada das investigações sobre Portugal. O enorme aumento de estudos e a abertura a novas correntes historiográficas durante a Democracia não se traduziram no alargamento do número de espaços geográficos estudados nos doutoramentos desenvolvidos nestas instituições. Relativamente às teses elaboradas noutras universidades entre 1975 e 1996, o comportamento observado foi semelhante. Assim, como apontamento global a todas as universidades, sublinha-se que o universo das teses de doutoramento analisadas aponta para algumas tendências muito claras: a hegemonia dos estudos de âmbito nacional em detrimento dos transnacionais; o predomínio absoluto de Portugal; a concentração cada vez mais acentuada dos estudos sobre o nosso País, do Estado Novo para a Democracia; a manutenção, *grosso modo*, da diversidade de geografias estudadas nos dois regimes.

Já nas revistas cuja existência se estendeu tanto pelo Estado Novo como pela Democracia, desenharam-se dois cenários: 1) na *Revista Portuguesa de História*, na revista *Análise Social* e na revista *O Tempo e o Modo*, embora Portugal fosse o país mais estudado entre 1945 e 1996, a percentagem de estudos abrangendo outros espaços teve maior expressividade antes de 1974 do que depois dessa data. Inclusivamente, sublinha-se o facto de, nesta última revista, a quantidade de artigos dedicados ao exterior ter sido superior à dos que analisaram Portugal. Portanto, pode concluir-se que no Estado Novo a historiografia difundida nestas revistas era mais aberta ao estudo de outras geografias do que na Democracia. Aliás, a partir de 1974, com exceção da RFLUP, ocorreu uma concentração dos estudos sobre o nosso País, o que se traduziu numa historiografia caracterizada por um certo monolitismo geográfico, mesmo quando aumentou a diversidade de espaços estudados; 2) na RFLUP o estudo de outras geografias foi mais expressivo durante a Democracia, período em que

diminuiu o peso de Portugal, o qual, deve reconhecer-se, permanecia absolutamente esmagador.

O cruzamento das revistas em funcionamento desde o Estado Novo com as que somente iniciaram atividade na Democracia permite concluir que Portugal (no qual se incluíram os territórios ultramarinos que possuiu) foi sempre o espaço geográfico mais estudado. Ultrapassou permanentemente mais de dois terços dos estudos, com exceção da revista *O Tempo e o Modo*, antes do 25 de Abril, em que ocupou menos de metade. Excetuando a RFLUP, as revistas que existiam antes de 1975 demonstraram uma maior abertura ao exterior durante o Estado Novo do que durante a Democracia. Dentre estas, a revista *O Tempo e o Modo*, dirigida pela Oposição, consistiu num veículo privilegiado de difusão de estudos sobre o estrangeiro. Nas revistas que vinham já do Estado Novo verificou-se uma forte concentração dos estudos em Portugal na Democracia, acompanhada posteriormente pela *Revista de História Económica e Social* e respetivos *Cadernos*. Já as revistas *Ler História* e *Penélope* distanciaram-se desse movimento «isolacionista», concedendo cerca de 20% de espaço a geografias exteriores a Portugal.

Em termos genéricos, analisando conjuntamente as teses de doutoramento e as revistas, pode concluir-se que a historiografia portuguesa produzida entre 1945 e 1996 se cimentou maioritariamente em estudos de base nacional, com especial ênfase em Portugal, apesar de consentir estudos dedicados exclusivamente a outros países. Os estudos de cariz transnacional foram minoritários e procuraram, em grande medida, contribuir para um maior conhecimento de Portugal num contexto mais alargado, fazendo por vezes uso do método comparativo.

II.2.4 A História de âmbito regional e local entre 1945 e 1996

Para além do contexto geográfico nacional e internacional, os historiadores interessaram-se igualmente por estudar territórios mais circunscritos. Os estudos históricos de nível regional e local ganharam relevo no panorama historiográfico porque, ao isolarem realidades mais limitadas do que as nacionais, ofereciam a possibilidade de se estudar um número substancial de variáveis com maior profundidade e de se conhecer com mais detalhe determinadas conjunturas. Tal como aconteceu no estrangeiro, a História Regional e Local foi também cultivada em Portugal (Christian 1991). Na presente análise tenta-se, de um modo genérico, caracterizar esta vertente da historiografia portuguesa. Entre 1945 e 1996

ultrapassou ligeiramente os 25% da totalidade dos estudos. Mas não foi igual em cada regime: no Estado Novo esteve um pouco acima de 20% e na Democracia subiu para perto dos 30%.

Tendo em consideração a especificidade desta dimensão a estudar, opta-se por concentrar as análises. No caso da História Regional efetua-se apenas uma abordagem geral e outras mais detalhadas, orientadas para o Estado Novo e para a Democracia, sem subdivisão ao nível das teses e das revistas. No caso da História Local a concentração é ainda maior.

II.2.4.1 A História de âmbito regional

II.2.4.1.1 Perspetiva geral

Em primeiro lugar começa-se por analisar a História Regional. O critério adotado para delimitar o conceito de região teve como referência os estados federados, as atuais NUTS de nível dois na União Europeia e os vários territórios ultramarinos de cada potência colonial, entendidos individualmente como uma unidade indistinta. Em Portugal, que foi o país mais estudado, as regiões correspondem a: Açores; Alentejo; Algarve; Centro; Império Ultramarino Português; Lisboa e Vale do Tejo; Madeira; Norte. Noutros países houve uma grande variedade de regiões abrangidas pelos estudos.

Efetua-se agora uma análise geral, ao período entre 1945 e 1996, optando-se por salientar as regiões que alcançaram uma percentagem mínima de 0,5% da totalidade dos estudos em Portugal e de 0,3% no estrangeiro. As regiões portuguesas situaram-se todas nessa marca ou acima dela. A mais estudada foi o Norte (8,8%), seguida de perto pelo Império Ultramarino Português (8,5%). O Centro (6,6%) e Lisboa e Vale do Tejo (4,8%) também foram regiões que despertaram grande interesse nos historiadores. As menos estudadas foram o Alentejo (2%), os Açores (1,3%), o Algarve (0,7%) e a Madeira (0,5%). Houve apenas seis regiões de outros países que alcançaram 0,3% ou mais: Galiza (1,1%), Império Ultramarino Espanhol (0,5%), Aragão (0,4%), Catalunha (0,4%), Extremadura (0,4%), Andaluzia (0,3%). Todas pertencentes a Espanha e várias confinantes, em termos fronteiriços, com regiões portuguesas. Logo, as regiões estrangeiras mais estudadas apresentaram grande proximidade geográfica com as regiões portuguesas.

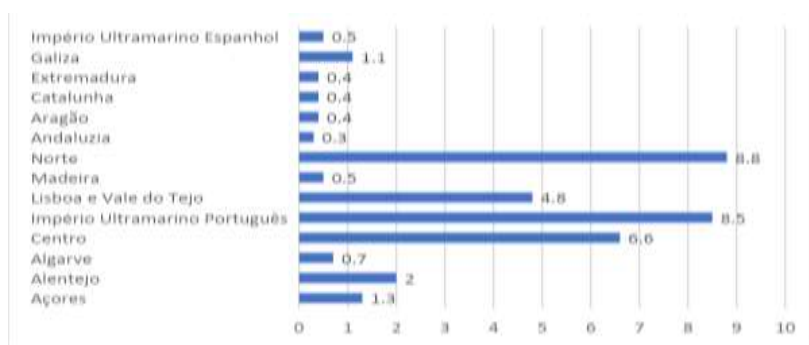


Figura 86: Âmbito Geográfico Regional (1945-1996).

II.2.4.1.1.1 Estudo dos territórios de âmbito regional durante o Estado Novo

No Estado Novo a região mais estudada foi o Império Ultramarino (8,5%). O Norte (5,3%), o Centro (4,8%) e Lisboa e Vale do Tejo (2,5%) também se destacaram. O Alentejo (0,3%) foi levemente tocado e os Açores, o Algarve e a Madeira ignorados. Neste período, o estudo das regiões portuguesas centrou-se nas que constituíram cenários de episódios históricos relacionados com a expansão ultramarina, com a Igreja ou com a fundação da nacionalidade. O Centro foi também beneficiado por ali se encontrar a Universidade de Coimbra, que promoveu a elaboração de estudos sobre a região para os doutoramentos e a RPH. A sua riqueza em termos de vestígios arqueológicos também parece ter contribuído para esse desempenho.

Relativamente a regiões estrangeiras, as espanholas foram as mais estudadas: Império Ultramarino Espanhol (1,3%), Galiza (1%), Catalunha (0,8%), Extremadura (0,5%), Astúrias (0,5%), Aragão (0,3%), Castela-e-Leão (0,3%), Canárias (0,3%), Madrid (0,3%), País Basco (0,3%). Mas houve regiões de outros países que também cativaram a atenção dos historiadores: Flandres (0,3%), na Bélgica; Diocese de Grenoble (0,3%) e Ilha de França (0,3%), na França; Biafra (0,3%), na Nigéria; Sicília (0,3%) e Veneto (0,3%), na Itália; Império Ultramarino Britânico (0,3%), no Reino Unido; e Diocese de Lausana e Genebra (0,3%), na Suíça. As regiões estrangeiras mais estudadas apresentaram geralmente proximidade geográfica a Portugal e aos seus territórios ultramarinos, havendo mesmo casos em que integraram, juntamente com as regiões portuguesas, análises de natureza transnacional.

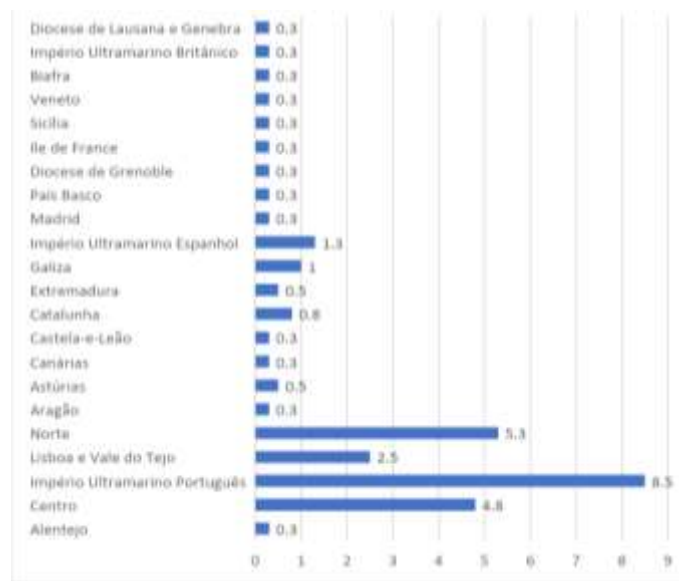


Figura 87: Âmbito Geográfico Regional (1945-1974).

II.2.4.1.1.2 Estudo dos territórios de âmbito regional durante a Democracia

Durante o período da Democracia a hierarquia das regiões alterou-se. O Norte (9,8%) ultrapassou o Império Ultramarino (8,4%). O Centro (7,1%) cresceu, tal como Lisboa e Vale do Tejo (5,4%) e o Alentejo (2,5%). Os Açores (1,6%), o Algarve (1%) e a Madeira (0,6%) passaram a ser estudados. O panorama historiográfico, em termos do estudo das regiões, foi altamente influenciado pela criação de universidades, de cursos e de revistas de História em territórios onde antes não existiam. As novas universidades, tal como já fazia a Universidade de Coimbra, investiram claramente em estratégias de investigação científica orientadas para a valorização dos recursos endógenos e da identidade regional. Até porque a proximidade facilitava a logística e reduzia os custos. Assim, procuraram estudar as regiões onde se inseriam fazendo uso das fontes documentais, artísticas, arquitetónicas e arqueológicas à sua disposição no contexto regional.

A Universidade do Porto, a Universidade dos Açores, a Universidade do Minho e a Universidade de Évora privilegiaram as regiões onde se sediavam. Já as regiões estrangeiras mais estudadas foram: Galiza (1,1%), Andaluzia (0,3%), Aragão (0,4%), Catalunha (0,3%), Extremadura (0,3%), Império Ultramarino Espanhol (0,3%), na Espanha; e a Inglaterra (0,3%), no Reino Unido. Mais uma vez, as regiões estrangeiras mais estudadas foram as mais próximas de Portugal ou as que mantiveram relações mais intensas com o nosso País.



Figura 88: Âmbito Geográfico Regional (1975-1996).

II.2.4.2 A História de âmbito local

Para além da abordagem regional, os historiadores enveredaram por estudos de carácter local, que possibilitam o cruzamento de um número bastante acentuado de variáveis, contribuindo para a produção de conhecimento aprofundado sobre um determinado contexto (Christian 1991). Metodologicamente, optou-se por considerar cada possessão ultramarina individualmente como sendo uma localidade. A percentagem de estudos sobre História Local, entre 1945 e 1996, foi de 27,7%. No Estado Novo restringiu-se a 21,5% e na Democracia teve um incremento visível para 29,4%. Nas teses, as percentagens rondaram um terço do total dos estudos, com um aumento ligeiro entre o Estado Novo e a Democracia. Logo, tal como ocorreu com os estudos de âmbito regional, o estudo das localidades sofreu um crescimento provocado pela explosão do Ensino Superior, materializada na disseminação de universidades pelo País. Estas fomentaram efetivamente a elaboração de teses de doutoramento, chegando, em algumas, a abordagem local a constituir mais de metade das teses. Já nas revistas, os estudos locais situaram-se nos 21,1% no Estado Novo e nos 28,6% na Democracia. Mas houve diferenças acentuadas: por um lado, a revista *O Tempo e o Modo* não publicou praticamente estudos locais; por outro lado, a *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* dedicou cerca de metade dos estudos à História Local.

Considerando todo o período em análise (1945-1996) as localidades mais estudadas foram: Porto (2,9%); Coimbra (2,8%); Lisboa (2,8%); Brasil (2,6%); Cabo Verde (0,9%); Estado da Índia (0,9%); Moçambique (0,6%); Aveiro (0,4%); Braga (0,4%); Leiria (0,4%); Guimarães (0,4%); e, Entre-Douro-e-Minho (0,4%). Denotaram-se, claramente, duas tendências: a primeira, valorizando as cidades ou zonas de implantação das universidades e

nas quais ocorreram episódios ou movimentos relevantes para a história do País; a segunda orientada para o estudo dos territórios ultramarinos, com realce para o Brasil.

No Estado Novo foram: Brasil (3%); Coimbra (2,8%); Angola (1,8%); Lisboa (1%); Braga (0,8%); Estado da Índia (0,8%); Santa Maria da Feira (0,8%); Santarém (0,8%); Açores (0,5%); Barcelos (0,5%); Cabo Verde (0,5%); Colónia do Sacramento (0,5%); Entre-Douro-e-Minho (0,5%); Guimarães (0,5%); Madeira (0,5%); Marrocos (0,5%); Moçambique (0,5%); Argentina (0,5%); Santiago de Compostela (0,5%). Neste período os territórios ultramarinos foram os mais estudados, secundados pelos associados à fundação da nacionalidade. Razão pela qual houve dois pertencentes a Espanha que atingiram grande relevo.

Na Democracia estudou-se principalmente: Porto (3,6%); Lisboa (3,3%); Coimbra (2,8%); Brasil (2,4%); Estado da Índia (0,9%); Moçambique (0,6%); Aveiro (0,5%); Leiria (0,5%); Alcobaça (0,4%); Entre-Douro-e-Minho (0,4%); Évora (0,4%); Guimarães (0,4%). Operou-se então uma perda de protagonismo dos territórios ultramarinos em favor, sobretudo, do Porto e de Lisboa.

II.2.4.3 Síntese

A historiografia portuguesa fez ampla utilização dos estudos de base regional e local, com um incremento evidente do peso deste tipo de análise do Estado Novo para a Democracia. As regiões e localidades mais escolhidas no Estado Novo enquadraram-se num tipo de historiografia que privilegiava temas como a expansão ultramarina, a Igreja Católica e a fundação do nosso País. Após 25 de Abril de 1974 as regiões e as localidades mais estudadas, sem se abandonar as questões ultramarinas, que continuaram a despertar interesse, foram sobretudo aquelas onde as universidades estavam implantadas, observando-se um movimento de endogeneização da historiografia nacional como forma de as instituições do Ensino Superior corresponderem às aspirações do contexto geográfico onde se inseriam.

Em suma, conclui-se que houve um aumento claro do número de estudos regionais e locais do Estado Novo para a Democracia. A tendência de crescimento é gradual ainda durante a ditadura, aprofundando-se após 1974. Esta viragem para a História Regional e Local refletiu a concentração de estudos no espaço nacional, ocorrida na Democracia, ao invés do que acontecia no Estado Novo, em que o fator internacional foi mais vincado. No que concerne à perspetiva modernizadora da historiografia portuguesa, denotou-se um acompanhamento das tendências internacionais (Christian 1991; Levine 2014:346; Cheng 2008:225). O afunilamento espacial das análises a que se assistiu nas escolas historiográficas,

sobretudo nos *Annales*, foi gradualmente assimilado pelos historiadores portugueses. No Estado Novo palmilhou-se esse caminho de forma mais lenta e moderada, mas na Democracia ganhou fulgor, inclusive, ao servir de base a um movimento de concentração dos estudos sobre Portugal, gerando muitas vezes o contexto ideal para investigar vários domínios em territórios relativamente limitados.

II.3 As cronologias

A análise dos períodos cronológicos abordados nos estudos históricos é essencial para a compreensão da historiografia portuguesa. Como acima se demonstrou, em História, a dimensão temporal levanta múltiplas questões conceptuais: desde a fixação de critérios para a delimitação de períodos históricos à aplicação destes a contextos completamente desfasados dessas realidades (Holscher 2014:590-591; Hall 1980:114-115; Ringer 1995:269-270; Green 1995; Ranjan 2017; Humphreys 1969; Curto 2006:435). Do ponto de vista metodológico, para efeitos da presente análise, restringimo-nos a aplicar, *grossa modo*, as cronologias difundidas pela generalidade dos historiadores portugueses, explicando mais abaixo os balizamentos adotados. Quanto aos estudos, percebeu-se ao longo da análise que, em grande medida, a seleção das épocas a estudar pelos historiadores é determinada pela sua relevância (política, científica, etc.) e pelas condições efetivamente existentes para desenvolver os projetos de investigação. Entre estas últimas, incluem-se a escassez ou a abundância de fontes, o estado de conservação e de tratamento destas e as facilidades ou limitações de acesso às mesmas.

O carácter estrutural de algumas das barreiras tem efeitos na dimensão temporal. Aí se distinguem a disponibilização de instalações e de pessoal para a conservação, tratamento e disponibilização das fontes e a aprovação de legislação definindo os prazos de incorporação e de acesso à documentação. A inexistência de condições físicas ou de pessoal qualificado e de fontes de determinadas épocas, ou a imposição de restrições ao acesso, têm efeitos perniciosos na investigação científica. Tal como a inexistência de (ou o desinvestimento em) instituições dedicadas à investigação científica.

Como acima vimos, os historiadores portugueses sublinham o facto de, durante o Estado Novo, ter sido desincentivado o estudo da Época Contemporânea enquanto se estimulava o interesse pela Idade Média e a Época Moderna (Pereira 1991a:7; Mattoso 1983:642-643; Serra 1991:114-116). Havia um fator de ordem prática que beneficiava os investigadores. A Idade Média e a Época Moderna vinham já a ser trabalhadas desde o século

XIX pelos grandes vultos da historiografia nacional, como Alexandre Herculano. Inclusivamente, havia-se promovido a incorporação nos arquivos públicos de vastas quantidades de documentação proveniente de instituições públicas, de instituições religiosas e até de outros privados. Para assegurar essa política implantou-se gradualmente uma estrutura arquivística, constituída por arquivos nacionais e distritais, dotados de instalações e pessoal (embora deficitários), que foram assegurando a recolha, o tratamento e o acesso à documentação (Janeiro 2022). Mas, nestes laboratórios dos historiadores, escasseavam as fontes contemporâneas. Razão pela qual os próprios historiadores, na década de 1980, diligenciaram no sentido de elaborarem eles próprios um “Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea” (Coelho 1991:49).

Deste modo, à falta de incentivos do Estado Novo para o estudo da Época Contemporânea, há a acrescentar o contexto historiográfico e arquivístico preexistente. A preferência concedida à Idade Média e à Época Moderna pela historiografia até à implantação do Estado Novo e a fragilidade do setor dos arquivos terão influenciado uma produção historiográfica pouco afoita a outras épocas. Já na Democracia, a abertura do País e o robustecimento dos arquivos terão propiciado o estudo livre e alargado da Época Contemporânea. É este o ponto de partida da análise estatística às épocas, aos períodos e aos regimes estudados entre 1945 e 1996. Através desta verificar-se-á se a realidade historiográfica correspondeu ao que genericamente tem sido veiculado pelos historiadores, que aponta para uma rutura nítida entre o Estado Novo e a Democracia, ou se, na realidade, se registaram algumas continuidades entre os dois regimes.

II.3.1 As épocas históricas

II.3.1.1 Perspetiva geral

De modo a construir uma análise sólida e transparente às cronologias estudadas pela historiografia utilizou-se a seguinte divisão temporal: Pré-História; Proto-História; Época Pré-Clássica; Época Clássica; Época Medieval; Época Moderna; Época Contemporânea. Cada estudo pode abranger uma ou várias épocas, o que tem influência nas percentagens obtidas. Como metodologia explicativa, optou-se por apresentar em primeiro lugar os dados estatísticos da plenitude do período em análise, ou seja, entre 1945 e 1996. Para concretizar a comparação entre o Estado Novo (1945-1974) e a Democracia (1975-1996) inseriram-se gráficos e análises referentes a cada regime. Este método foi repetido para as abordagens à

generalidade dos estudos, tal como à soma das teses e à soma das revistas, e, por fim, à análise individual de cada universidade e de cada revista.

Começando por abordar a totalidade dos 1869 estudos incluídos na presente análise, evidencia-se uma distribuição desigual entre as diversas épocas. Entre 1945 e 1996, a historiografia portuguesa concedeu maior ênfase à Época Contemporânea (55,4%), presente em mais de metade dos estudos. A Época Moderna (34%) alcançou um pouco mais de um terço e a Época Medieval (21,1%) circunscreveu-se a cerca de um quinto do total. As restantes épocas foram pouco estudadas: Pré-História (2,1%); Época Clássica (2,1%); Proto-História (0,2%); e, Época Pré-Clássica (0,2%).

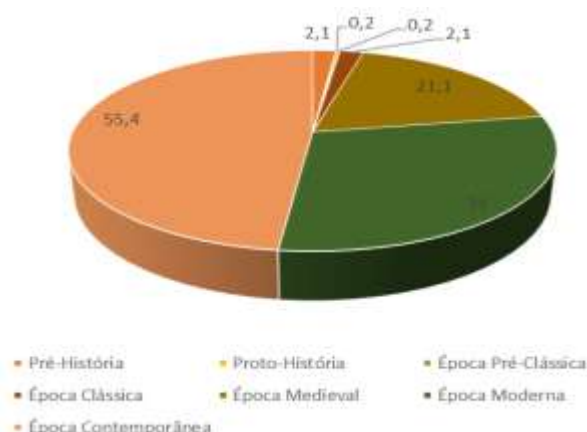


Figura 89: Âmbito Cronológico - Épocas (1945-1996).

II.3.1.1.1 As épocas históricas estudadas durante o Estado Novo (1945-1974)

Circunscrevendo agora a análise apenas ao Estado Novo, a Época Contemporânea (46,5%) foi a mais abordada, sobretudo pela revista da Oposição, *O Tempo e O Modo*, muito vocacionada para a atualidade. Mas a Época Medieval (32,8%) obteve amplo destaque no universo dos historiadores, tal como a Época Moderna (30%). Estas últimas duas épocas, associadas à fundação e à defesa da independência de Portugal, foram acarinhadas pelos historiadores universitários, que também aprofundaram as questões ultramarinas, especialmente pertinentes num contexto internacional de animosidade contra o Estado Novo e, consequentemente, de ameaça à integridade e sobrevivência do Império Ultramarino Português. Os historiadores dedicaram pouca atenção a outras épocas para além destas. A Época Clássica (4,8%) foi a que, ainda assim, acabou por ser mais estudada, comparativamente com a Pré-História (0,8%) e a Proto-História (0,3%).

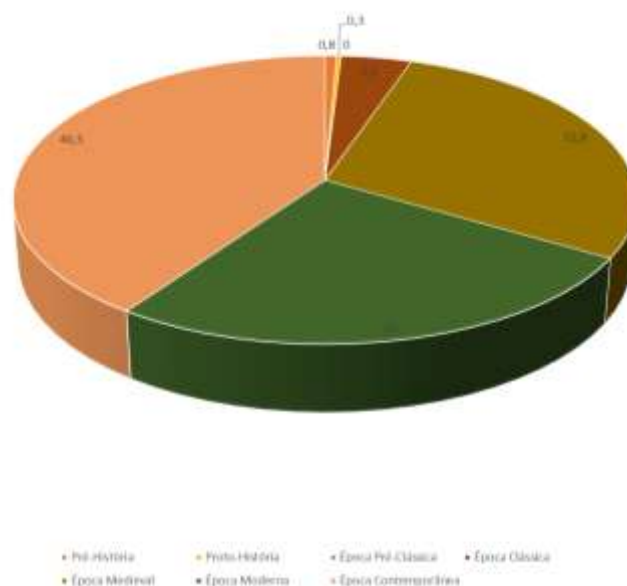


Figura 90: Âmbito Cronológico - Épocas (1945-1974).

II.3.1.1.2 As épocas históricas estudadas durante a Democracia (1975-1996)

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 assistiu-se a um crescimento significativo do interesse pela Época Contemporânea (57,9%), de forma transversal. A Época Moderna (35,1%) registou igualmente um incremento do número de estudos. Já a Época Medieval (18%) perdeu parte da importância que detinha, tal como a Época Clássica (1,4%) e a Proto-História (0,2%). Por seu turno, a Pré-História (2,5%) mais do que triplicou a sua percentagem e a Época Pré-Clássica (0,2%) foi, finalmente, explorada.

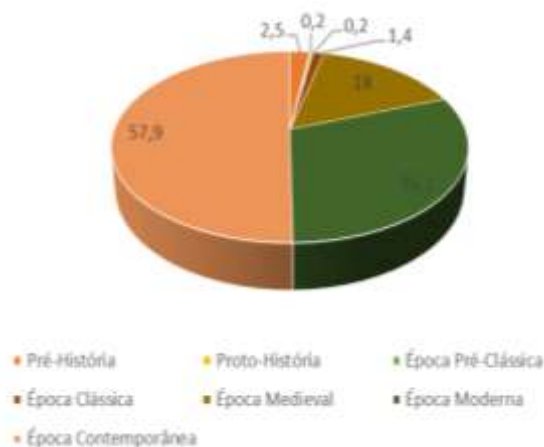


Figura 91: Âmbito Cronológico - Épocas (1975-1996).

II.3.1.2 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos

Restringindo a análise apenas às teses de doutoramento aprovadas entre 1945 e 1996, conclui-se que a preferência recaiu sobre a Época Moderna (47,2%). A Época Contemporânea (37,7%) atingiu quase os dois quintos e a Época Medieval (23,6%) roçou o quarto. A Pré-História (6%) e a Época Clássica (5%) suscitaram menos entusiasmo. Por fim, a Época Pré-Clássica (1,5%) e a Proto-História (1%) representaram uma fatia muito fina do total de teses.

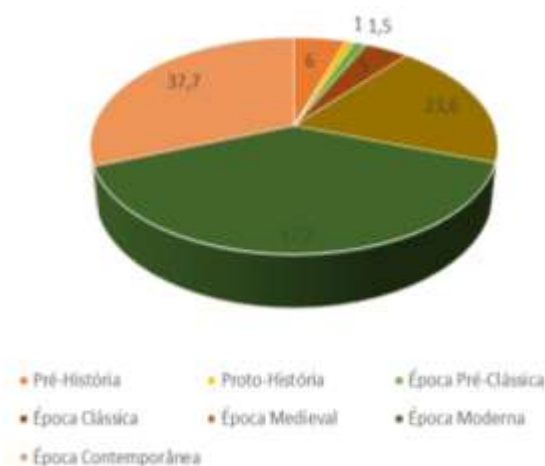


Figura 92: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1945-1996).

II.3.1.2.1 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos durante o Estado Novo

No Estado Novo a Época Moderna (43,8%) e a Época Medieval (37,5%) foram as mais estudadas, o que demonstra que as três universidades (Coimbra, Lisboa e Porto) estavam, de certo modo, sintonizadas em estudar as épocas com maior aceitação dentro do regime. Embora menos explorada, a Época Contemporânea (12,5%) também foi alvo de estudo. A Época Clássica (12,5%), até por via do crescente interesse sobre o período romano, acabou igualmente por ser analisada.



Figura 93: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1945-1974).

II.3.1.2.2 Épocas históricas estudadas nos doutoramentos durante a Democracia

Depois de 1974 ocorreram mudanças, mas a supremacia da Época Moderna (47,5%) não foi afetada. Antes se reforçou. Já a Época Contemporânea (39,9%) foi palco de uma explosão e a Época Medieval (22,4%) retrocedeu em termos percentuais. A Pré-História (6,6%) também se afirmou no panorama historiográfico, enquanto a Época Clássica (4,4%) se afastou do patamar anterior ao reduzir o seu peso percentual. A Época Pré-Clássica (1,6%) e a Proto-História (1,1%) tiveram a sua aparição, mas com pouco protagonismo.

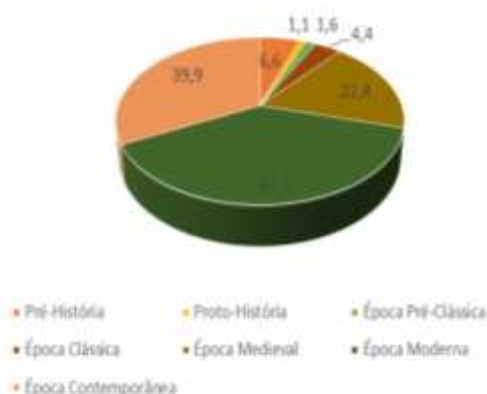


Figura 94: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses (1975-1996).

II.3.1.3 Universidades

II.3.1.3.1 Universidade de Lisboa

Avançando agora para a FLUL, pode dizer-se que, entre 1945 e 1996, metade das teses focou-se sobre a Época Moderna (52,9%). Um quarto dedicou-se à Época Medieval (26,5%) e menos de um quinto à Época Contemporânea (17,9%). A Pré-História (8,8%) chegou quase a um décimo do total enquanto a Época Pré-Clássica (2,9%) e a Época Clássica (2,9%) se cifraram em menos de 3%.

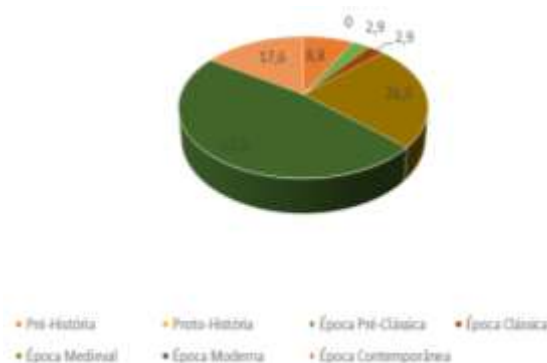


Figura 95: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1945-1996).

Durante o Estado Novo estudaram-se poucas épocas. A Época Medieval (57,1%) foi aquela em que mais trabalharam os historiadores, dedicando-se a estudar as sesmarias, as relações de Portugal com a Hansa, a arte visigótica e a figura de Dom Frei Gomes. Bastante distanciada surgiu a Época Moderna (28,6%) e, mais ainda, a Época Clássica (14,3%). Das duas teses referentes ao período moderno, uma estudou os “Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII” e outra as pinturas do Escorial e do Palácio Real de Madrid. Quanto ao período clássico, houve uma tese sobre o estudo das lucernas romanas em Portugal.

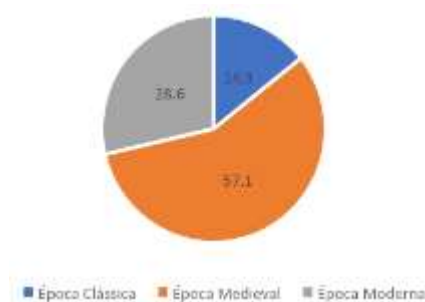


Figura 96: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1945-1974).

Na Democracia, os autores das teses de doutoramento da Universidade de Lisboa alteraram as suas preferências, atribuindo o primeiro lugar à Época Moderna (59,3%), que substituiu a Época Medieval (18,5%). O estudo dos espaços ultramarinos ganhou especial relevo na modernidade, extravasando em algumas teses para a Idade Média no que respeita às relações com Marrocos e à arquitetura militar na Madeira. Do período medieval surgiram teses referenciando os temas eclesiásticos, régios e agrícolas. Contudo, a sua decadência era inquestionável, pois até a Época Contemporânea (22,2%) a ultrapassou. Enquanto isso, a Pré-História (11,1%) teve um crescimento impressionante e a Época Pré-Clássica (3,7%) fez o seu surgimento.

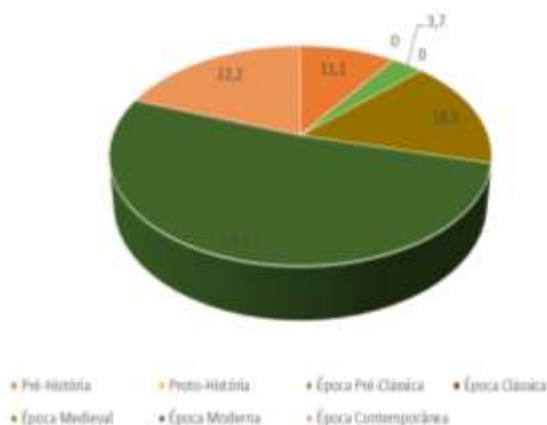


Figura 97: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Lisboa (1975-1996).

II.3.1.3.2 Universidade de Coimbra

Restringindo agora a análise apenas às teses de doutoramento da FLUC produzidas entre 1945 e 1996, deve referir-se que incidiram principalmente sobre a Época Moderna (42,6%), a Época Contemporânea (38,9%) e a Época Medieval (24,1%). A Época Clássica (9,3%) e a Pré-História (3,7%) obtiveram percentagens mais modestas.

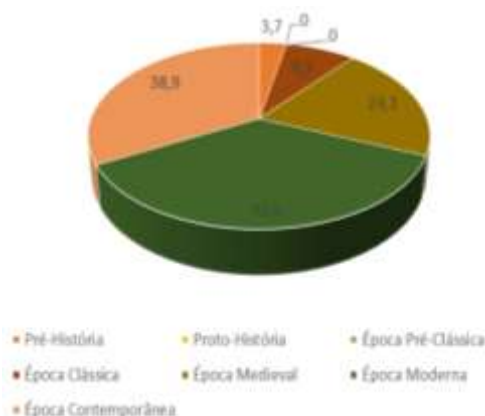


Figura 98: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses de Doutoramento da Universidade de Coimbra (1945-1996).

Durante o Estado Novo as teses de doutoramento da Universidade de Coimbra centraram-se maioritariamente sobre a Época Moderna (50%). Das quatro teses sobre este período, duas versavam sobre as questões ultramarinas, uma sobre o reinado de D. António Prior do Crato e outra sobre a vida económica e social de Coimbra entre 1537 e 1640. A Época Medieval (25%) representou um quarto do total, com duas teses (uma sobre o Bispo D. Pedro e outra sobre a sucessão de D. Fernando) e o outro quarto foi dividido entre a Época Contemporânea (12,5%) e a Época Clássica (12,5%). A tese sobre “Portugal na África Contemporânea” oferecia atualidade face ao momento de ameaça ao Império Português. E a tese “Cerâmica Comum Local e Regional de Conímbriga” enquadrou-se na Época Clássica.

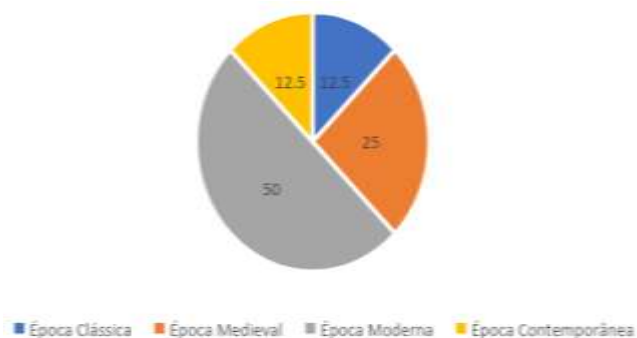


Figura 99: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Coimbra (1945-1974).

Durante a Democracia a época mais estudada na Universidade de Coimbra foi a Contemporânea (43,5%), seguida de perto pela Época Moderna (41,3%). A Época Medieval (23,9%) registou uma perda percentual muito ligeira. Já a Época Clássica (8,7%) regrediu, enquanto a Pré-História (4,3%) ganhou espaço. No entanto, as nuances cronológicas não resultaram em distribuições diferenciadas nos temas abordados, uma vez que a História Económica e Social, a História Cultural e das Mentalidades e a História da Arte dominaram todos estes períodos.

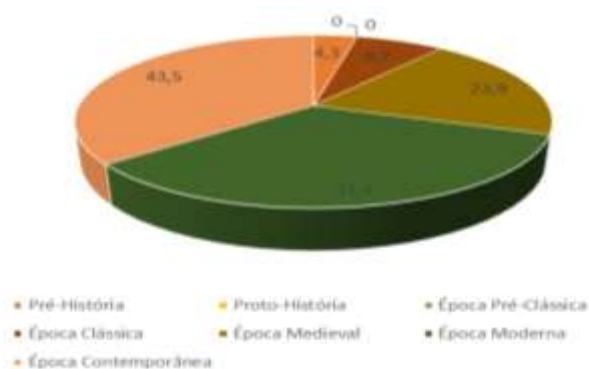


Figura 100: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Coimbra (1975-1996).

II.3.1.3.3 Universidade do Porto

A Universidade do Porto apresentou uma produção humilde em comparação com as universidades de Coimbra e de Lisboa. A refundação da FLUP e do curso de História, nos inícios da década de 1960, teve efeito na baixa quantidade de teses aprovadas até 1974. Logo, o grosso da historiografia veiculada através das teses concentrou-se na Democracia. Assim, entre 1945 e 1996, a Época Contemporânea (44,4%) foi a mais escolhida, embora pouco distanciada da Época Moderna (41,7%). A Época Medieval (22,2%) ocupou cerca de um quinto das teses, enquanto a Pré-História (8,3%) não ficou longe de atingir um décimo do total. A Época Clássica (5,6%), a Proto-História (2,8%) e a Época Pré-Clássica (2,8%) também foram abordadas, mas representaram percentagens relativamente baixas.

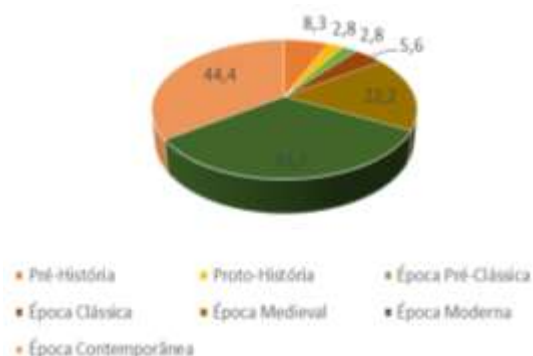


Figura 101: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1945-1996).

No Estado Novo, a tese de doutoramento defendida na Universidade do Porto, dedicada ao Cardeal Saraiva, abrangeu tanto a Época Moderna (100%) como a Época Contemporânea (100%).

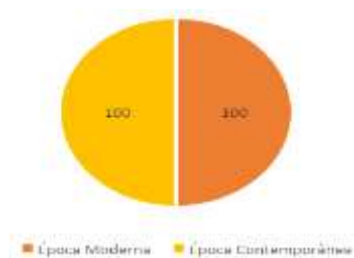


Figura 102: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1945-1974).

Na Democracia, a Época Contemporânea (42,8%) e a Época Moderna (40%) foram as mais estudadas nas teses de doutoramento, estando praticamente igualadas. O Norte foi profundamente analisado, sobretudo nos seus séculos XVIII e XIX, período em que a região protagonizou alguns dos momentos mais importantes da história recente de Portugal, como a Revolução de 1822 e os combates na guerra de 1832-1834. A Época Medieval (22,8%) foi a terceira, embora com cerca de metade da percentagem daquelas. Abordou principalmente as questões do poder régio e da administração a um nível nacional. A Pré-História (8,6%), a Época Clássica (5,7%) e a Época Pré-Clássica (2,9%) também receberam alguma atenção dos historiadores, embora relativamente reduzida.

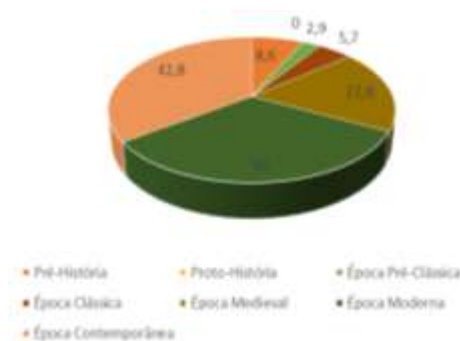


Figura 103: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Porto (1975-1996).

II.3.1.3.4 Universidade dos Açores

As regiões autónomas beneficiaram do clima político da Revolução de 1974. As aspirações autonómicas concretizaram-se em conquistas como a instalação de instituições do Ensino Superior nos territórios insulares e, consequentemente, nos impactos que estas tiveram no desenvolvimento regional. Na área da História foi evidente o investimento dos historiadores da Universidade dos Açores em estudos de âmbito regional, o que se traduziu na escolha das épocas da ocupação portuguesa. A Época Moderna (66,7%), período em que

os Açores adquiriram grande centralidade na economia atlântica, foi a mais estudada. Seguiu-se a Época Contemporânea (50%), cujos estudos se orientaram para a realidade insular, inclusivamente, explorando o movimento autonomista surgido nos finais do século XIX. A única tese que toca a Época Medieval (16,7%) é sobre a Madeira, tratando a questão da escravatura desde o período da (re)descoberta, e povoamento das ilhas atlânticas, até ao século XVII.

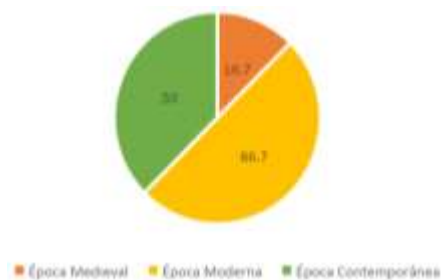


Figura 104: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade dos Açores (1975-1996).

II.3.1.3.5 Universidade Nova de Lisboa

A Universidade Nova de Lisboa, apesar de começar somente a funcionar na Democracia, rapidamente alcançou um elevado nível de produção. Das 51 teses de doutoramento ali defendidas com sucesso, quase metade exploraram tanto a Época Moderna (45,1%) como a Época Contemporânea (45,1%). Olhando de forma agregada para estas épocas, considera-se que o estudo do Antigo Regime, do regime liberal e do Estado Novo foram, efetivamente, o que mais magnetizaram o interesse dos historiadores. A Época Medieval (23,5%) acercou-se de um quarto do total enquanto a Pré-História (2%), a Época Pré-Clássica (2%) e a Época Clássica (2%) figuraram num universo muito restrito de teses.

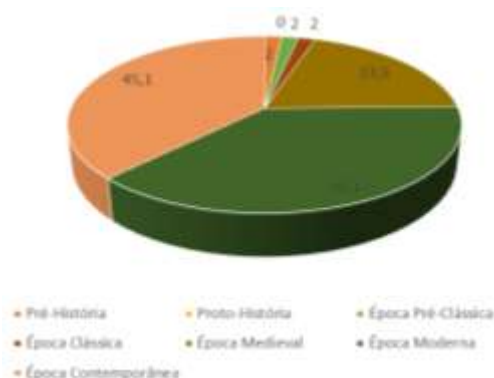


Figura 105: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade Nova de Lisboa (1975-1996).

II.3.1.3.6 Universidade do Minho

Até 1996 foram aprovadas nove teses de doutoramento na Universidade do Minho. A Época Moderna (55,6%) e a Época Contemporânea (55,6%), que ultrapassaram metade das teses, entraram conjuntamente em estudos sobre a demografia, a administração e a alfabetização. A Pré-História (22,2%), sempre numa perspetiva regional, incluiu duas teses, uma das quais dedicada às indústrias líticas. A Proto-História (11,1%) e a Época Clássica (11,1%) foram estudadas numa tese cada.

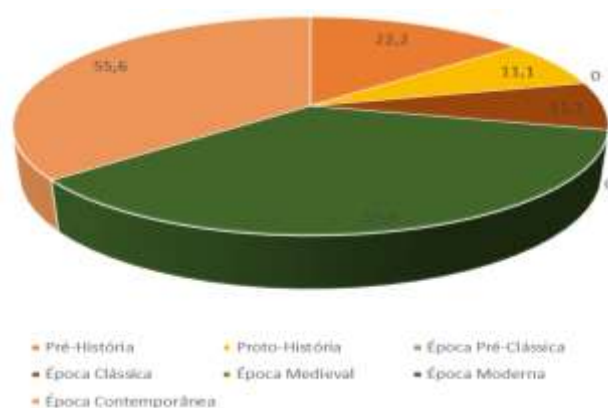


Figura 106: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade do Minho (1975-1996).

II.3.1.3.7 Universidade Técnica de Lisboa

As teses de doutoramento na área da História da Universidade Técnica de Lisboa foram todas aprovadas na Democracia. Quatro quintos delas versaram sobre arte e arquitetura da Época Moderna (80%) com uma, o que correspondeu a um quinto, a recuar à Época Medieval (20%). A tese que tratou a Época Contemporânea (20%) cindiu o Salazarismo com a Guerra Civil espanhola.

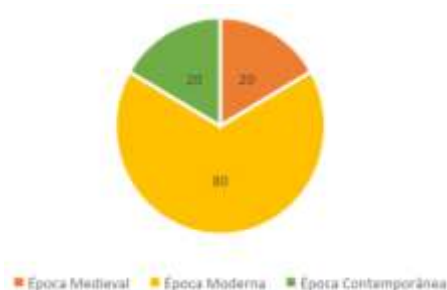


Figura 107: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade Técnica de Lisboa (1975-1996).

II.3.1.3.8 Universidade de Évora

A Universidade de Évora aprovou seis teses, distribuídas equitativamente em terços pela Época Medieval (33,3%), Época Moderna (33,3%) e pela Época Contemporânea (33,3%). As teses que se ocuparam destas épocas trataram de temas e geografias muito variadas, desde a economia, à religião e à arte e desde o estudo do Mediterrâneo Ocidental, a Portugal e à região do Alentejo. Já a Pré-História (16,7%) teve direito a menos de um quinto do total, estudando os monumentos megalíticos numa perspetiva transnacional, entre o Alentejo e a Extremadura Espanhola.



Figura 108: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Évora (1975-1996).

II.3.1.3.9 Universidade de Aveiro

Na Universidade de Aveiro, que entrou em funcionamento apenas após 1974, foi produzida apenas uma tese de doutoramento. Incidiu sobre a Época Moderna e a Época Contemporânea, estudando os tesouros musicais encontrados nos códices quatrocentistas do Mosteiro de Jesus de Aveiro.

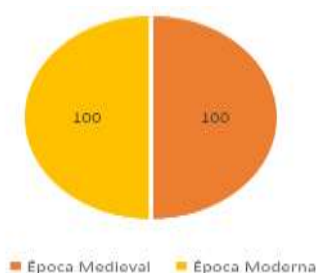


Figura 109: Âmbito Cronológico - Épocas - Teses - Universidade de Aveiro (1975-1996).

II.3.1.4 Épocas históricas estudadas nas revistas

II.3.1.4.1 Perspetiva geral

Deitando agora o olhar sobre o universo dos estudos publicados em revistas, entre 1945 e 1996, sobreleva-se a primazia da Época Contemporânea (57,5%). Observa-se

claramente uma preferência dos historiadores pelo estudo da contemporaneidade. Esta realidade historiográfica está associada à necessidade de explicar como se processou a evolução recente do País, uma vez que este sofreu um conjunto de alterações sucessivas muito substanciais, designadamente, ao nível político, económico, social e cultural. Houve claramente revistas cuja orientação editorial privilegiou o estudo da época contemporânea.

A revista *O Tempo e o Modo* e, de forma ainda mais assumida, as revistas *Análise Social* e *Ler História* procuraram colmatar essa lacuna sentida pelos historiadores de estudar a história hodierna. Havia uma perceção generalizada de que, no Estado Novo, se vedou o acesso às fontes e se desincentivou a investigação sobre a Época Contemporânea. A explosão de estudos sobre esta, ocorrida após 1974, pretendia finalmente superar essas limitações. A Época Moderna (32,4%) avizinhou-se de um terço do total dos estudos, enquanto a Época Medieval (20,8%) representou cerca de um quinto. A Época Clássica (1,8%), a Pré-História (1,6%) e a Proto-História (0,1%) tiveram uma expressão reduzida no total.

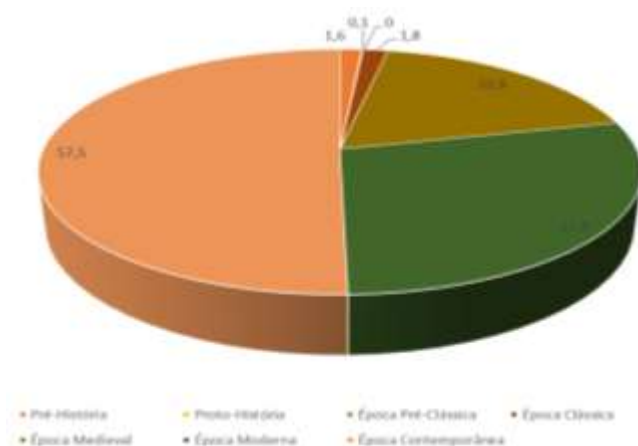


Figura 110: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1945-1996).

II.3.1.4.1.1 As épocas históricas estudadas nas revistas durante o Estado Novo (1945-1974)

Durante o Estado Novo a quantidade de revistas que existia era significativamente menos numerosa do que na Democracia. E o número de estudos publicados também foi bastante menor. As revistas seleccionadas para serem analisadas nesta investigação são representativas de diferentes quadrantes da historiografia estado-novista. A RPH, a *Análise Social* e a RFLUP foram criadas por instituições oficiais do regime. Esta origem comum não as impediu de assumirem características diferentes nem as converteu de forma imediata em meras correntes de transmissão político-ideológica do Estado Novo na historiografia. Dependendo da revista e dos autores dos artigos, houve uma maior ou menor tentação para

o seguidismo político. Mas, mesmo nesses casos, observou-se geralmente uma preocupação constante com o rigor histórico. E, dentro do que era possível, denotou-se um certo esforço de atualização historiográfica relativamente às mais recentes movimentações externas. Já a revista *O Tempo e o Modo* constituiu precisamente o contraponto daquelas no que respeita ao esteio institucional, uma vez que se distanciava assumidamente do regime político. Palmilhava um caminho próprio, embora vigiado, dando palco a opções historiográficas arrojadas que elegeram a contemporaneidade como principal teatro de operações.

Muito por via desta última revista, a *Época Contemporânea* (47,9%) foi a mais visitada pelos historiadores entre 1945 e 1974. Já a *Época Medieval* (32,6%), deveras presente na RPH e na RFLUP, ligadas ao universo universitário, roçou o terço do total. A *Época Moderna* (29,4%) ficou pouco atrás. Tratava-se da *Época dos Descobrimentos* e da *Expansão Ultramarina*, bem como da luta pela restauração da independência. Período complexo, que encerrou em si o apogeu, a queda e a ressurreição de Portugal, conseguiu atrair a atenção de muitos historiadores. A *Época Clássica* (4,4%), a *Pré-História* (0,8%) e a *Proto-História* (0,3%) ocuparam uma quantidade reduzida de estudos neste período.

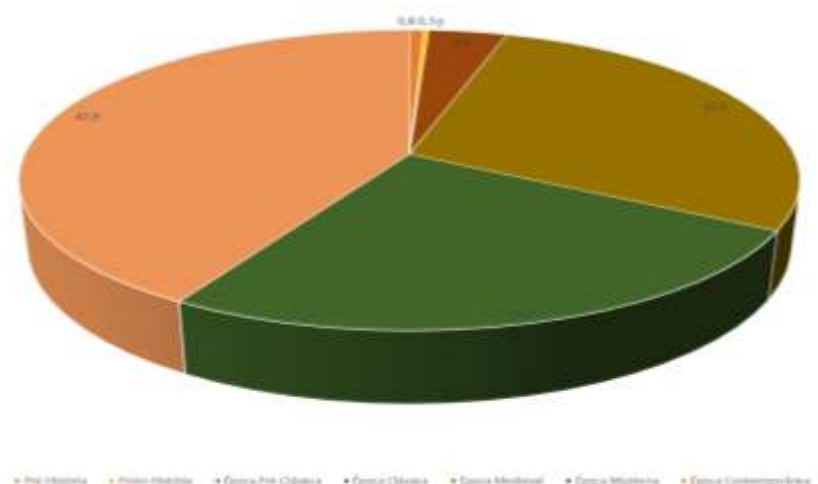


Figura 111: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1945-1974).

II.3.1.4.1.2 As épocas históricas estudadas nas revistas durante a Democracia (1975-1996)

Na Democracia o número de revistas aumentou, tal como a produção das que vinham de trás, com exceção da *O Tempo e o Modo*, suspensa e depois extinta alguns anos após a Revolução de 1974. A quantidade de artigos publicados, em comparação com o regime do Estado Novo, foi avassaladora. A Democracia veio não apenas favorecer a liberdade de expressão, tão necessária para que os historiadores pudessem estabelecer agendas de investigação sem restrições de índole político-ideológica, mas também o crescimento do

número de historiadores e a melhoria das suas condições de trabalho. O acesso aos arquivos foi um dos fatores que mais contribuiu para a explosão historiográfica, do mesmo modo que esta constituiu um fator de pressão e de estímulo para a modernização dos arquivos. Criaram-se arquivos, construíram-se e melhoraram-se instalações, contratou-se mais pessoal especializado (Janeiro 2022). Como resultado, os historiadores puderam aceder a quantidades enormes de documentação que antes estava inacessível. Sobretudo da Época Contemporânea. Aliás, à documentação deste período, por ser mais recente, não era até então reconhecido grande valor, para além de que permanecia, em grande medida, nos serviços de origem ou em depósitos, com prejuízo da sua conservação.

A modificação do quadro político na Democracia teve reflexos na historiografia. A Época Contemporânea (60,4%) captou ainda mais o interesse dos historiadores. A Época Moderna (33,3%) também ampliou o seu espaço. Já a Época Medieval (17,3%) sofreu uma queda abrupta, tal como a Época Clássica (1%). A Pré-História (1,9%) e a Proto-História (0,1%) continuaram relegadas para uma posição subalterna.

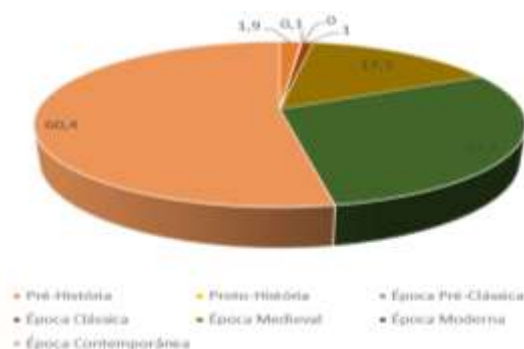


Figura 112: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas (1975-1996).

II.3.1.5 Revistas

II.3.1.5.1 Revista Portuguesa de História

A RPH é a mais antiga e longeva das que integram a presente investigação. Reparte com equilíbrio a quantidade de artigos entre o Estado Novo e a Democracia. Para além do mais, ao ser editada pela Universidade de Coimbra, constitui um campo ideal de análise à penetração político-ideológica nas tendências historiográficas. A aparente permeabilidade das instituições universitárias às vontades políticas que se vão afirmando no poder nem sempre se confirma. Por vezes, como aconteceu em Coimbra, ela está reservada ao campo das aparências. Não significa, porém, que não se verificasse pontualmente algum tipo de militantismo político-ideológico. Mas os historiadores evitaram transportar para o seu *métier*

juízos estranhos ao método historiográfico. Logo, em termos gerais, tentaram preservar a credibilidade do seu ofício.

Indiscutível, foi a preferência concedida a períodos mais ao gosto do Estado Novo. Aliás, até 1974 essa realidade submerge a instituição. Depois haverá alterações, mas a estrutura de investigação conseguiu, apesar de tudo, suportar uma transição tranquila que garantiu a continuidade, embora com perdas, das opções anteriores. Esta circunstância permitiu que, entre 1945 e 1996, a Época Medieval (44,5%) fosse a mais estudada, logo seguida da Época Moderna (39,2%). A Época Contemporânea (25,7%) recuperou para terrenos mais confortáveis, sobretudo após 1974, tendo de esperar com estoicismo para ser definitivamente abraçada. A Época Clássica (2,6%) e a Pré-História (0,5%) conquistaram poucos autores nesta revista.

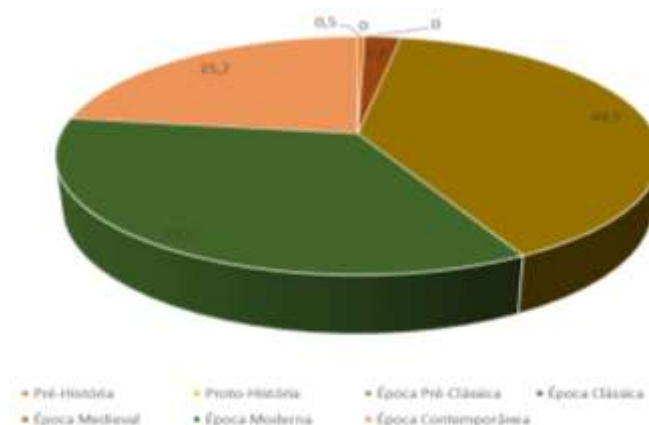


Figura 113: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1945-1996).

Antes de 1975 a RPH explorou principalmente as cronologias mais benévolas politicamente. A Época Medieval (53,8%) e a Época Moderna (38,7%) foram intensamente escrutinadas. Apesar desta predileção, a Época Contemporânea (18,4%) fez algumas incursões sem provocar chagas nos historiadores. Porém, os tempos aconselhavam a Universidade de Coimbra, que sofrera na pele a perseguição e a expulsão de alguns dos seus docentes, a manter-se prudente. O medievalismo e a modernidade ofereciam bons refúgios para os historiadores poderem até, com uma certa discrição, irem elaborando estudos com algum grau de inovação. Foi esse o caminho escolhido. A abertura à Época Clássica (3,3%) e à Pré-História (0,5%) existiu, mas saldou-se por um número muito diminuto de artigos.

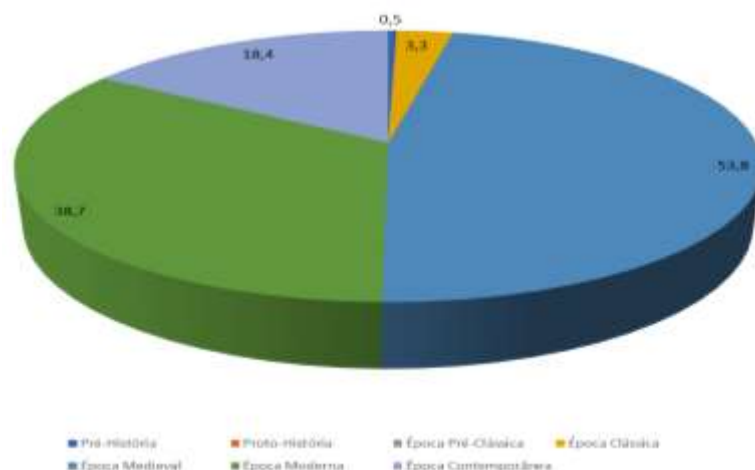


Figura 114: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1945-1974).

Após 1974 a RPH assistiu a um processo de erosão gradual da importância da Época Medieval (34,8%), que cedeu a dianteira à Época Moderna (39,7%). Ainda assim, e pese embora o crescimento muito expressivo da Época Contemporânea (33,3%), esta não conseguiu desafiar a primazia das épocas medieval e moderna. Entretanto, a Época Clássica (2%) perdeu ainda mais percentagem enquanto a Pré-História (0,5%) permaneceu igual.

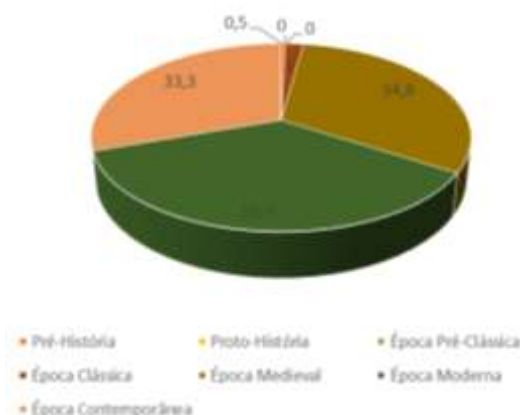


Figura 115: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista Portuguesa de História (1975-1996).

II.3.1.5.2 O Tempo e o Modo

A revista *O Tempo e o Modo*, enquanto órgão desalinhado, mas consentido pelo regime do Estado Novo, também contribuiu para a modernização da historiografia portuguesa a este nível. Os autores preconizavam claramente a vontade de abrir o País ao exterior e de entrar nos debates da atualidade, exercitando não raras vezes a História do presente. Frequentemente, com um certo amadorismo, devemos reconhecer, tendo em consideração que, em geral, o faziam mais por desejo de intervir civicamente do que por vocação ou formação de base. Após a Revolução de 1974 a revista guinou sem peias para o campo da

extrema-esquerda. Essa deriva teve efeitos na sua capacidade de afirmação junto do público quando o ímpeto revolucionário abrandou, sendo porventura um dos fatores que contribuiu para a sua extinção, anos depois. Logo, a maioria dos artigos de História contidos nas páginas desta revista, entregaram-se quase por completo à Época Contemporânea (98,7%). A Época Moderna (11,1%), a Época Medieval (3,9%) e a Época Clássica (0,7%) apareceram muito episodicamente.

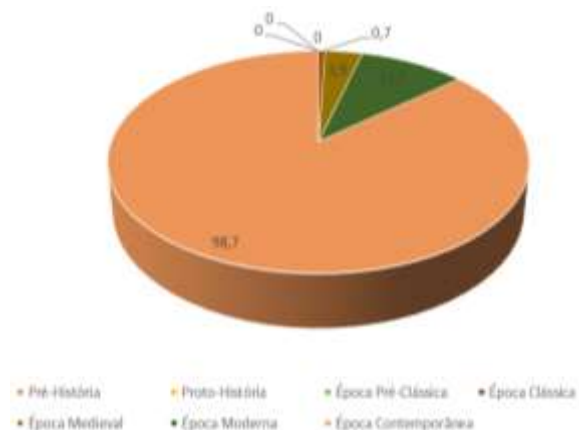


Figura 116: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1945-1996).

A revista *O Tempo e o Modo* teve o seu tempo mais vibrante durante o Estado Novo. Foi aí que se afirmou como um periódico lido pelas correntes progressistas do próprio regime e pelos próprios Oposicionistas, dos mais aos menos moderados. O ecletismo dos temas e a forma quase jornalística como eram tratados, assim como a janela que abriam para o Mundo, cujo acesso era então controlado pela censura, faziam desta revista um espaço de encontro ideal entre quem preconizava a liberdade e entre quem a procurava, mesmo que através de uma simples leitura. Ler, mas sobretudo, escrever para esta revista, era um gesto de irreverência. Neste período, a Época Contemporânea (98,4%) estendeu-se praticamente a todos os artigos, pouco sobrando para a Época Moderna (10,5%) e, menos ainda, para a Época Medieval (2,2%).



Figura 117: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1945-1974).

A implantação do regime democrático em 25 de Abril de 1974 traduziu-se em efeitos imediatos na linha editorial da revista. A liberdade de expressão possibilitou aos autores o

proselitismo de correntes historiográficas antes malquistas. A revista *O Tempo e o Modo* corporizou a opção militante que envolveu o ambiente revolucionário. As suas páginas transformaram-se num dos palcos dos vibrantes confrontos ideológicos, não apenas entre a extrema-esquerda e as restantes forças políticas, mas também entre as diferentes facções ou grupos da extrema-esquerda. Um dos debates mais marcantes no percurso da revista no pós-25 de Abril foi o do revisionismo, numa tentativa de separação de águas entre maoístas, partidários do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), afetos à República Popular da China, e os marxistas-leninistas, apelidados acusatoriamente por aqueles de “revisionistas”, apoiantes do Partido Comunista Português (PCP) e alinhados com a União Soviética.

Nesta revista, a Guerra Fria entre o Bloco Ocidental e o Bloco de Leste foi secundarizada pela disputa entre as duas principais potências comunistas. A efusão revolucionária, que se prolongou até à tentativa frustrada de reanimação da revista em 1984, ditou os termos da sua historiografia, levando a que a Época Contemporânea (100%) ocupasse a totalidade dos artigos. A Época Moderna (15%) e a Época Medieval (10%) conseguiram, ainda assim, alguma atenção, embora sempre em análises de longo alcance temporal.

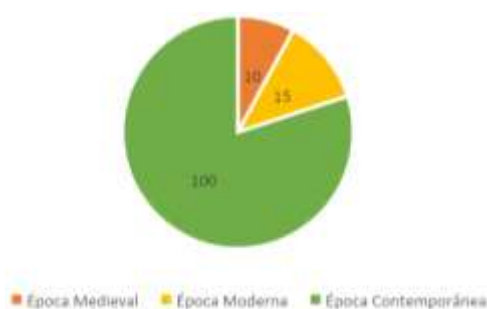


Figura 118: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - O Tempo e o Modo (1975-1996).

II.3.1.5.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

A RFLUP dedicou cerca de um terço dos estudos à Época Moderna (36,7%) e outro à Época Medieval (33,8%). A Época Contemporânea (23,8%) caminhou para perto de um quarto dos estudos, enquanto a Pré-História (9,2%), animada pelos projetos de arqueologia, se aproximou de um décimo. A aposta na Arqueologia induziu também a existência de uma percentagem de estudos considerável na Época Clássica (6,7%) e suscitou até a publicação de alguns artigos de Proto-História (0,4%).

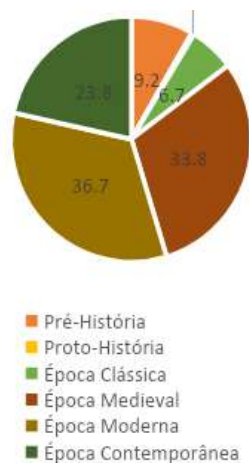


Figura 119: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1996).

No Estado Novo, a Época Moderna (46,4%) esteve presente em 13 artigos da RFLUP, correspondendo a quase metade do total. O período do Renascimento e o Pombalismo erigiram-se como os mais estudados. A Faculdade de Letras do Porto afirmou-se nos primeiros anos pela inovação, ao investir na Arqueologia, com consequências no estudo de várias épocas. Por exemplo, a Época Clássica (32,1%), com foco no estudo da romanização, foi a que maior visibilidade teve na RFLUP. Mas não foi a única, pois a Pré-História (7,1%) e, mesmo a Proto-História (3,6%), atingiram patamares pouco usuais em Portugal neste período. Comparativamente com a RPH, a RFLUP revelou alguma falta de entusiasmo em relação à Época Medieval (17,9%) e à Época Contemporânea (14,3%).

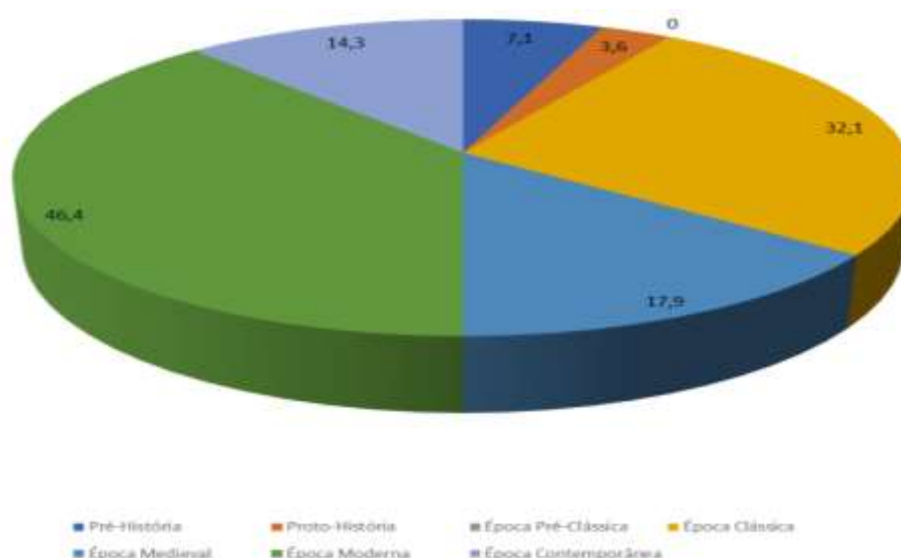


Figura 120: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1945-1974).

A revitalização da RFLUP, em 1984, inaugurou uma nova dinâmica. A Época Medieval (35,8%) cresceu fulgorantemente, tendo em Humberto Baquero Moreno e José Marques os seus mestres mais fecundos. A Época Moderna (35,4%) recuou. A Época Contemporânea (25%) também aumentou a sua percentagem, figurando num quarto dos estudos. A Pré-História (9,4%) registou um ligeiro aumento percentual enquanto a Época Clássica (3,3%) submergiu.



Figura 121: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1975-1996).

II.3.1.5.5 Revista de História Económica e Social

As revistas analisadas de ora em diante foram fundadas após a Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974. Curiosamente, na RHES assinalou-se uma forte ligação da História Económica e Social à Época Contemporânea (52,4%) e à Época Moderna (46,9%). A Época Medieval (15,6%) despertou menor interesse nos historiadores. E destes, apenas uma pequena minoria estudou a Pré-História (2%). Genericamente, temas como o comércio, a agricultura e a economia magnetizaram o corpo dos profissionais. Buscando respostas para as suas indagações, sobretudo na História mais recente do País, preteriram tempos recuados onde a História serial poderia encontrar um terreno menos fértil em termos de fontes disponíveis, o que limitava as investigações nesta área.

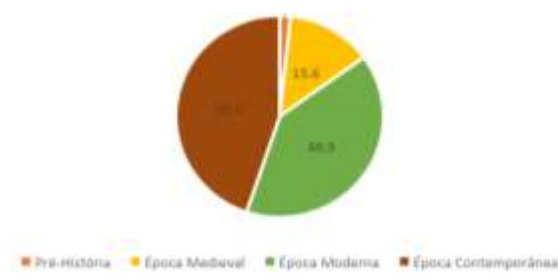


Figura 122: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Revista de História Económica e Social (1975-1996).

II.3.1.5.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social

Tal como na RHES, os *Cadernos* privilegiaram a Época Contemporânea (61,1%), concedendo-lhe ainda maior destaque do que à Época Moderna (33,3%). A Época Medieval (16,7%), tal como aconteceu na revista, teve também dificuldade em se afirmar.

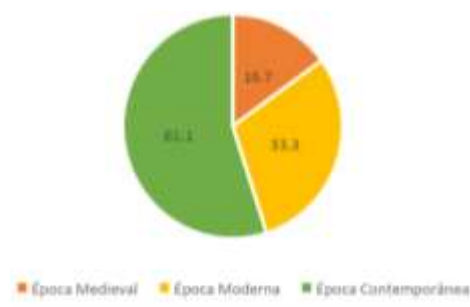


Figura 123: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Cadernos da RHES (1975-1996).

II.3.1.5.7 Ler História

A revista *Ler História* foi criada com o intuito de incentivar a produção e a divulgação de estudos históricos, em especial, sobre a História Moderna e a História Contemporânea. Porém, investiu maciçamente na Época Contemporânea (98,5%). À Época Moderna (10,5%) restaram títulos sobretudo ligados à História ultramarina e à História de Espanha, à Revolução Francesa e à História da Família. A Época Medieval (3%), como se previa desde o início, ficou relegada para uma posição de irrelevância, tal como a Época Clássica (0,8%).

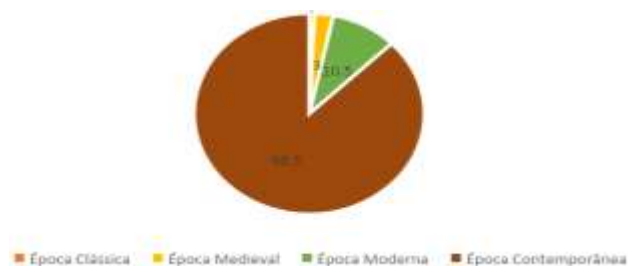


Figura 124: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Ler História (1975-1996).

II.3.1.5.8 Penélope

A revista *Penélope* também surgiu com o intento de fomentar o estudo da História mais recente. Não surpreende, portanto, que os seus artigos se dirigissem maioritariamente para a Época Contemporânea (60%) e para a Época Moderna (44,6%). A Época Medieval (13,1%) foi secundarizada e a Época Clássica (1,5%) e a Proto-História (0,8%) tocadas muito levemente.

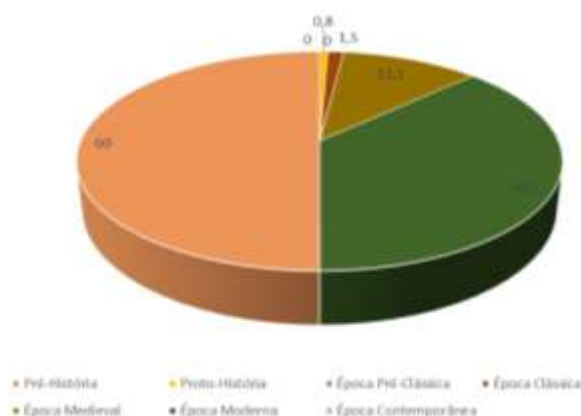


Figura 125: Âmbito Cronológico - Épocas - Revistas - Penélope (1975-1996).

II.3.2 Os períodos e séculos

II.3.2.1 Perspetiva geral

Para além das épocas é possível efetuar uma análise ainda mais fina às cronologias. A identificação dos períodos e séculos abrangidos pelos estudos ajuda a compreender as preferências dos historiadores por marcos mais circunscritos no tempo. Esta informação detalhada é essencial para determinar quais os períodos mais povoados por estudos e os que foram desertificados ou ignorados ao longo do tempo. Tendo conta a especificidade deste tipo de análise dispensou-se a abordagem individualizada a cada universidade e revista entre

1945 e 1996, mas manteve-se a subdivisão entre o Estado Novo e a Democracia, desagregados por teses de doutoramento e revistas.

A identificação dos períodos pré-históricos e dos séculos é um instrumento útil para a compreensão das opções dos historiadores. Entre 1945 e 1996 houve claramente uma preferência pelos séculos correspondentes à existência de Portugal como Estado independente, assinalando-se um aumento crescente do número de estudos pelos séculos à medida que se evoluiu no tempo até ao século XIX. No século XX assistiu-se a uma quebra ligeira do número de estudos. Logo, conclui-se que a historiografia portuguesa direccionou os seus esforços para a História mais recente, manifestando um interesse relativamente baixo pela Idade Média e ainda menor pelas épocas anteriores. A exceção foram os períodos pré-históricos, devido ao incremento da investigação sobre Arqueologia nas universidades.

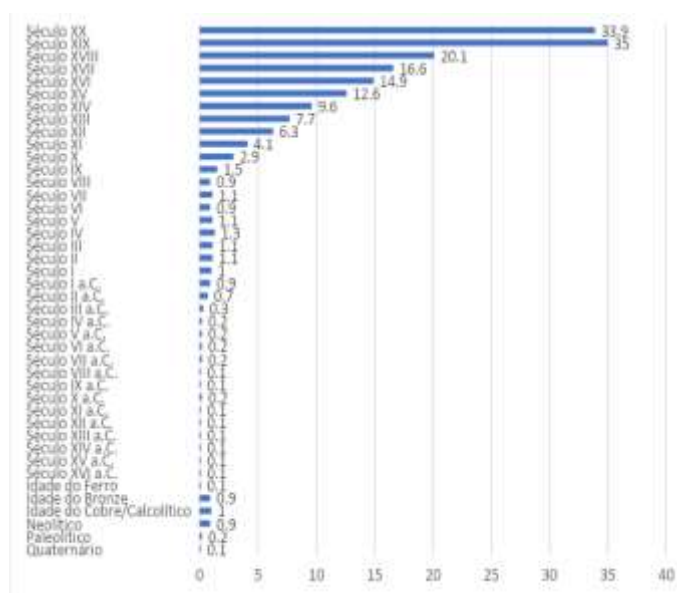


Figura 126: Âmbito Cronológico - Períodos (1945-1996).

II.3.2.1.1 Os períodos e séculos estudados durante o Estado Novo (1945-1974)

No Estado Novo, principalmente devido às revistas *O Tempo e o Modo* e *Análise Social*, o século XX acabou por ser o século mais estudado, com uma distância significativa em relação ao século XIX, que ocupou o segundo lugar do pódio. Observando as tendências, apresentou-se menor linearidade na evolução da quantidade de estudos, uma vez que houve subidas e descidas quase de século para século. Sublinha-se que os séculos mais estudados foram os da fundação da nacionalidade até ao presente. Porém, os séculos XVIII e XVII, dominados pelos episódios da Restauração e pelo Pombalismo, foram menos estudados que o século XVI, a Era de Ouro portuguesa. E o século XII, o da fundação do País, teve mais

estudos que os séculos XIII e XIV. Ainda assim, é este que inicia o caminho de crescimento dos dois séculos seguintes, épocas em que a expansão ultramarina transformou Portugal numa potência global de primeira linha. Narrativa que interessava ao Estado Novo.

Apesar da baixa expressão percentual, não foi desprezível a quantidade de estudos sobre os séculos anteriores ao século X. Entre este e o século II antes de Cristo as percentagens oscilaram entre 4,8% e 1%. O estudo dos séculos X e XI foi intenso, pretendendo-se explorar as explicações sobre o caldo político, económico, religioso e militar que suportou o surgimento do Condado Portucalense e a sua passagem a Reino de Portugal. Já o interesse sobre os séculos que antecederam esta transformação foi relativamente constante, embora baixo. A ocupação árabe, o período suevo-visigótico e o domínio romano captaram, somados, mais de um quarto do total dos estudos. O que significa que o seu peso não pode ser ignorado. Até porque houve uma tendência para agregar vários séculos por cada estudo, enquanto os séculos seguintes tenderam a ser estudados através de investigações com recortes temporais mais curtos.

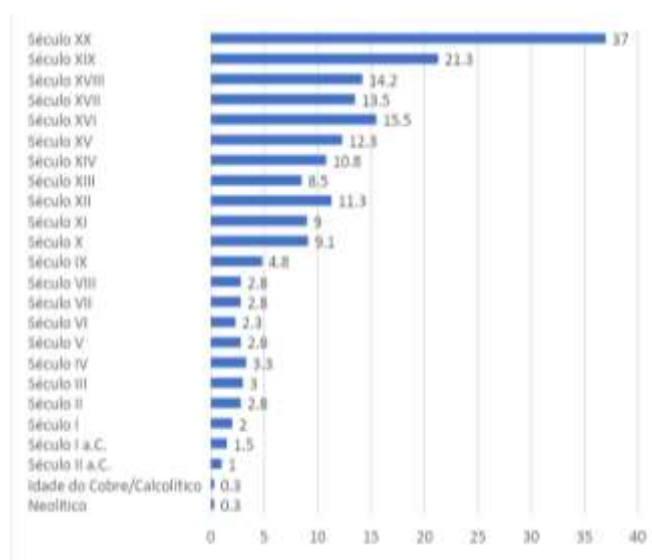


Figura 127: Âmbito Cronológico - Períodos (1945-1974).

II.3.2.1.2 Os períodos e séculos estudados durante a Democracia (1975-1996)

Durante a Democracia aumentou a linearidade no número de estudos desde o século IX até ao século XIX. O século XX, o segundo mais estudado, teve uma percentagem menor que o século XIX. Outro facto a ressaltar foi o crescimento do interesse pelos séculos XVII e XVIII e a extensão da quantidade de séculos estudados, mesmo que cada um tenha ficado restrito a uma percentagem bastante reduzida. Finalmente, deve registar-se que a Pré-História sofreu um verdadeiro *boom*.

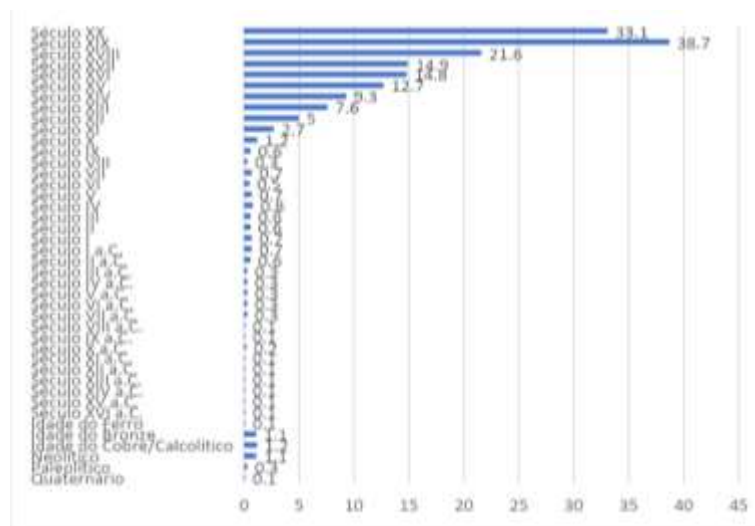


Figura 128: Âmbito Cronológico - Períodos (1975-1996).

II.3.2.2 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos

Relativamente às teses produzidas entre 1945 e 1996, o século mais estudado foi o século XIX. As maiores percentagens vão depois deste até ao século XV. Logo a seguir vem o século XX. Do XIV ao IX as teses apresentaram uma tendência decrescente. Os séculos que também tiveram algum destaque, embora baixo comparativamente com os acima referidos, foram os da ocupação romana, assim como os períodos pré-históricos.

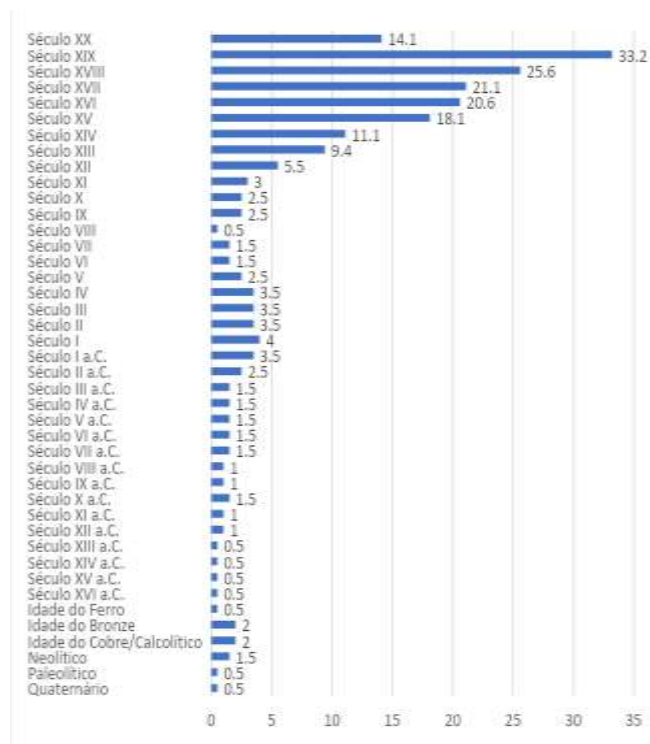


Figura 129: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1945-1996).

II.3.2.2.1 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos durante o Estado Novo

No Estado Novo as cronologias das teses de doutoramento mais estudadas incidiram particularmente nos séculos XVIII, XVII, XV e XIV. Logo a seguir vieram os séculos XIX, XVI e V a I antes de Cristo. Com 6,3%, apenas, encontravam-se os séculos XX, XII a VI e o século II antes de Cristo. Deste modo, as academias centraram principalmente as suas investigações sobre os séculos da Época Moderna e da Época Contemporânea, bem como sobre o período romano.

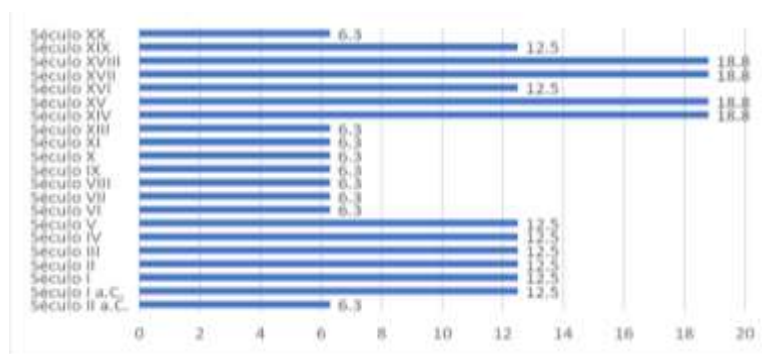


Figura 130: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1945-1974).

II.3.2.2.2 Períodos e séculos estudados nos doutoramentos durante a Democracia

Na Democracia houve um incremento crescente do estudo dos séculos IX ao século XIX, que foi o mais escrutinado. Mesmo muito estudado, o século XX ficou percentualmente atrás do século XV. Para trás, com maior incidência de estudos, apesar de baixa, foram os séculos da época romana e os períodos da Pré-História.

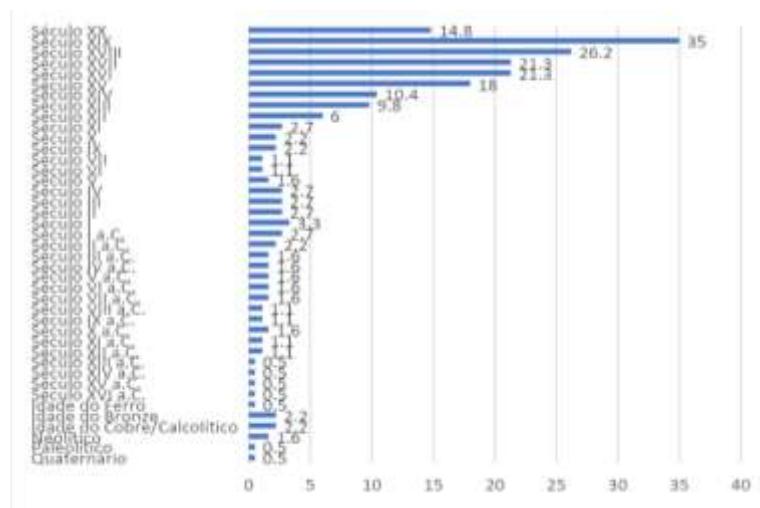


Figura 131: Âmbito Cronológico - Períodos - Teses (1975-1996).

II.3.2.3 Revistas

Entre 1945 e 1996, as revistas apresentaram uma tendência crescente de aumento percentual dos estudos desde o século X até ao século XX, com exceção do século XVII, que foi menos estudado que o século XVI. Os séculos XIX e XX ultrapassaram, cada um, o limiar de um terço dos estudos. O que revela um interesse muito acentuado dos historiadores por esses séculos. Mesmo distante destes, o século XVIII quase atingiu um quinto. Para trás, entre o século XVIII e o século XV, as percentagens oscilaram entre os 14,3% do século XVI e os 11,9% do século XV. No conjunto, a época da Expansão e dos Descobrimentos demonstrou uma certa resiliência, apesar das barreiras ideológicas que se lhe levantaram após 1974. Relativamente aos séculos da Idade Média, o seu peso percentual tendeu a cair à medida que se recua nos séculos. O século XIV aproximou-se dos 10%. Os séculos XIII, XII e XI também despertaram interesse, posicionando-se entre os 7,5% e os 4,2%. Mais para trás, concretamente, até ao século II a.C., as percentagens foram ainda mais baixas, situando-se entre 0,5% e 1,2%. Mesmo assim, mais altas do que as dos séculos anteriores, com exceção dos períodos pré-históricos, em que se assistiu novamente a um incremento das percentagens.

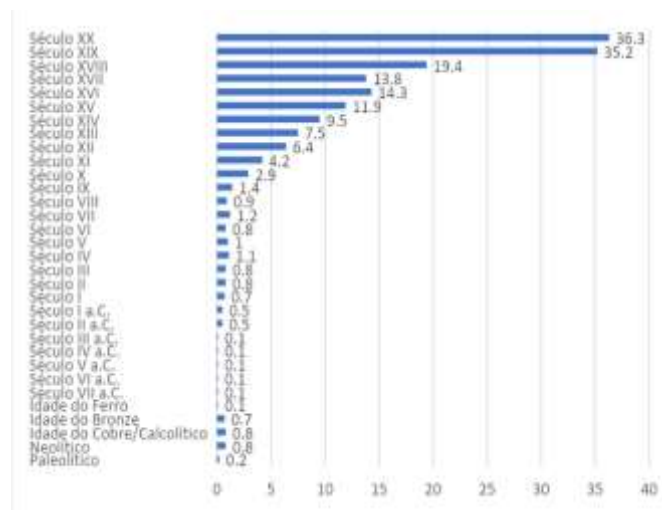


Figura 132: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1945-1996).

II.3.2.3.1 Períodos e séculos estudados nas revistas durante o Estado Novo

No Estado Novo, os séculos mais escolhidos pelos autores que publicaram os seus estudos nas revistas foram os séculos XX e XIX, com 38,3% e 21,6%, respetivamente. A opção, na revista *O Tempo e o Modo* e na revista *Análise Social*, pela divulgação de questões mais atuais, com vista à transmissão de informações a públicos sedentos de conhecimento sobre a contemporaneidade, ajuda a explicar o peso alcançado por estes dois séculos, sobretudo o século XX. Os séculos correspondentes à Época Moderna também apresentaram percentagens com relevo, destacando-se o século XVI com 15,6%. Na Idade Média, do século XIV ao século X, as percentagens localizaram-se em torno dos 10%, com ênfase no século XII, o da fundação da nacionalidade, que obteve 11,7%. Dos séculos anteriores há a registar o facto de serem relativamente pouco estudados, denotando-se um aumento superficial do interesse pelos séculos da romanização. Os períodos da Pré-História são também abordados, mas de forma muito ténue.

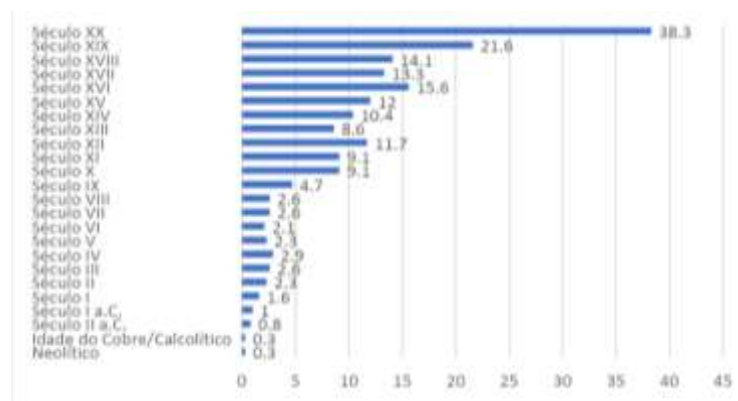


Figura 133: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1945-1974).

II.3.2.3.2 Períodos e séculos estudados nas revistas durante a Democracia

Na Democracia, a hegemonia indiscutida do século XX foi posta em causa pelo século XIX. Deste até ao século IX existiu uma linearidade decrescente. Ou seja, mais uma vez, são perceptíveis duas tendências: a primeira é a de que a historiografia portuguesa produzida se dedicou, principalmente, aos séculos em que Portugal se formou ou já existia; a segunda é a existência de uma correlação positiva entre a quantidade de estudos publicada e a aproximação dos séculos ao tempo presente. Realça-se também que na Democracia estudaram-se mais séculos do que no Estado Novo. Os séculos XVIII e XVII também receberam mais atenção, enquanto o século XVI foi menos estudado. Os séculos da Idade Média sofreram igualmente um grande refluxo, tal como os do período romano. Já a Pré-História, apesar de deter pouco peso percentual, obteve ganhos. Sintetizando, considera-se que após 1974 os historiadores se focaram na história mais recente, em especial nos séculos XVIII, XIX e XX.

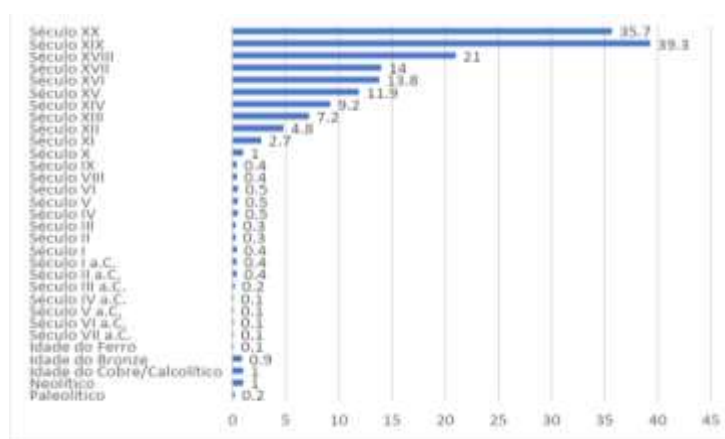


Figura 134: Âmbito Cronológico - Períodos - Revistas (1975-1996).

II.3.3 Os regimes políticos

II.3.3.1 Perspetiva geral

Elegem-se agora os regimes políticos que vigoraram em Portugal durante a Época Contemporânea. Desse modo, analisam-se unicamente os estudos que se debruçaram sobre Portugal e seus impérios, mesmo abrangendo outras geografias. O estudo dos regimes políticos pode favorecer a distinção ou a confluência das historiografias do Estado Novo e da Democracia. O facto de os historiadores preterirem ou darem preferência a determinado(s) regime(s) pode ser sintomático (ou não) de atitudes mais ou menos alinhadas com a visão oficial. É óbvio que não é automaticamente sinónimo de algum tipo de concordância ou discordância do historiador em relação a um dado posicionamento político-

ideológico. Mas pode ser indicativo dos constrangimentos existentes ou das facilidades concedidas que inibiram ou incentivaram a produção de certos estudos. Para além de que, se a escolha de um regime político por um historiador resulta de algum tipo de apoio ou simpatia com o mesmo em contraposição a outro, o contrário também é válido. A este respeito deve sublinhar-se os períodos do Pombalismo e da Primeira República, povoados por estudos que navegavam em águas turbulentas.

A subdivisão dos regimes políticos da Época Contemporânea portuguesa obedeceu ao comumente aceite pela historiografia nacional: Monarquia Absoluta (1789-1834); Monarquia Constitucional (1834-1910); Primeira República (1910-1926); Ditadura Militar (1926-1933); Estado Novo (1933-1974); Revolução (1974-1976); Democracia Constitucional (1976-1996). Deve, naturalmente, alertar-se para o facto de, por exemplo, no Estado Novo não ser possível a existência de estudos sobre os regimes da Revolução e da Democracia Constitucional. Em termos metodológicos dispensou-se a abordagem individualizada a cada universidade e revista entre 1945 e 1996, mas manteve-se a subdivisão entre o Estado Novo e a Democracia, desagregados por teses de doutoramento e revistas.

A opinião da generalidade dos historiadores é a de que, no Estado Novo, havia restrições ao estudo da Época Contemporânea portuguesa e que, quando esta era tratada, deveria refletir a visão política vigente, bastante crítica do Liberalismo e favorável ao tradicionalismo. Logo, seria normal que, de modo a evitar eventuais problemas, a maior parte dos historiadores não estudasse os regimes da Monarquia Constitucional e o da Primeira República.

Atalhando agora pela análise estatística, é visível que, entre 1945 e 1996, os historiadores deram primazia ao estudo da Monarquia Constitucional. A Primeira República e o Estado Novo estiveram quase emparelhadas, e, se lhes juntarmos a Ditadura Militar, percebe-se que o período entre 1910 e 1974 suplantou o da Monarquia Constitucional, que até foi mais longo. A Monarquia Absoluta atingiu os 12%. Já o período revolucionário, que durou menos de dois anos, gerou 5% dos estudos. A acalmia que se sucedeu e o facto de ser uma realidade tão recente, reduziu a Democracia Constitucional a 6%.

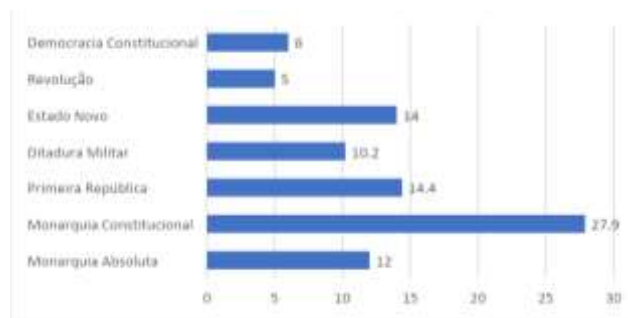


Figura 135: Âmbito Cronológico - Regimes (1945-1996).

II.3.3.1.1 Os regimes políticos estudados durante o Estado Novo (1945-1974)

Entre 1945 e 1974 a Monarquia Constitucional foi o regime político mais escolhido pelos historiadores, mas a Primeira República apresentou também uma percentagem significativa, em comparação com aquela. O grosso dos artigos sobre estes dois regimes foi publicado na revista *O Tempo e o Modo*. Esta revista foi o principal veículo da historiografia sobre a Época Contemporânea, demonstrando uma capacidade singular de difundir artigos com uma junção de temas e cronologias que fugiam, em grande medida, ao que o regime pretendia. Contudo, mesmo assim, este consentiu a publicação desse tipo de conteúdos. A existência de artigos referentes à Revolução deve a sua explicação ao facto de a revista *Análise Social* ter publicado em 1974 um número datado de 1973.

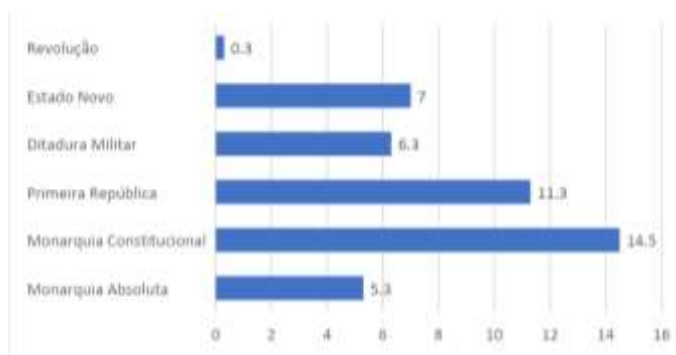


Figura 136: Âmbito Cronológico - Regimes (1945-1974).

II.3.3.1.2 Os regimes políticos estudados durante a Democracia (1975-1996)

Com a Revolução de 1974 assistiu-se a uma explosão do crescimento da História Contemporânea, não só em termos absolutos como percentuais, como já se explicou acima. Neste período a Monarquia Constitucional continuou a ser o regime mais estudado,

duplicando a sua percentagem de estudos para 31,5%. Aliás, todos os regimes viram a sua percentagem aumentar, com destaque para a Ditadura Militar, para o Estado Novo e para a Monarquia Absoluta. Estes regimes obtiveram cerca do dobro da percentagem enquanto a Primeira República cresceu cerca de 4%. Já a Revolução e a Democracia Constitucional saltaram respetivamente para 6,3% e 7,6%. Assim, todos os regimes que vinham de trás foram ainda mais estudados e os dois novos receberam bastante atenção. Contudo, a Primeira República sentiu uma certa estagnação, especialmente se se tiver em consideração não apenas a evolução da Ditadura Militar e do Estado Novo, mas, principalmente, se se somarem estes dois períodos. Com mais de um quarto do total, conseguiram captar um interesse substancial dos historiadores. O que não deixa de ser natural, uma vez que, após 1974, havia necessidade de conhecer, explicar e, no limite, exorcizar os regimes que haviam oprimido o País durante 48 anos.

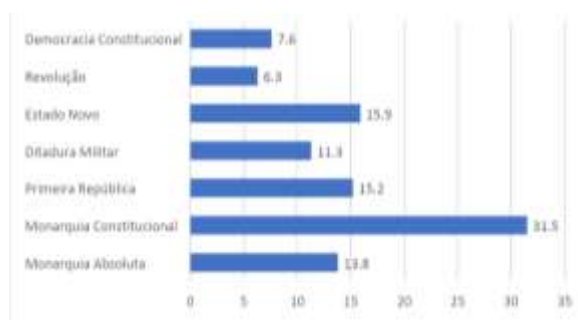


Figura 137: Âmbito Cronológico - Regimes (1975-1996).

II.3.3.2 Regimes políticos estudados nos doutoramentos

Passando agora às teses de doutoramento defendidas entre 1945 e 1996, assinalou-se também uma concentração na Monarquia Constitucional. A Monarquia Absoluta seguiu-se-lhe com 16,1%. A Primeira República alcançou quase um décimo do total, enquanto a Ditadura Militar e o Estado Novo se mantiveram empatados com 4,5%. Já a Revolução e a Democracia Constitucional, extremamente recentes, resumiram-se a 0,5%. Desta forma, os regimes mais antigos foram os mais estudados, alcançando quase metade do total.

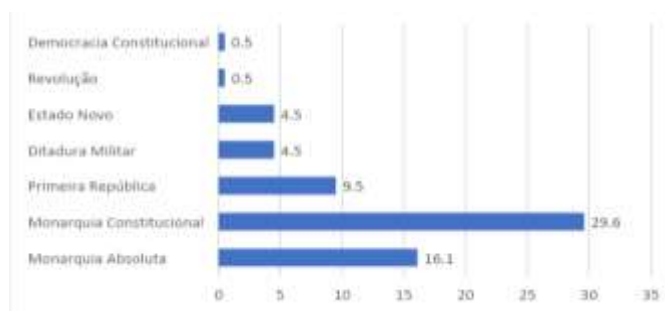


Figura 138: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1945-1996).

II.3.3.2.1 Regimes políticos estudados nos doutoramentos durante o Estado Novo

No Estado Novo, a quantidade de teses aprovada foi muito reduzida, o que teve reflexos no número das que se dedicaram à Época Contemporânea. A única existente foi a referente ao Cardeal Saraiva, que abrangeu tanto a Monarquia Absoluta como a Monarquia Constitucional.

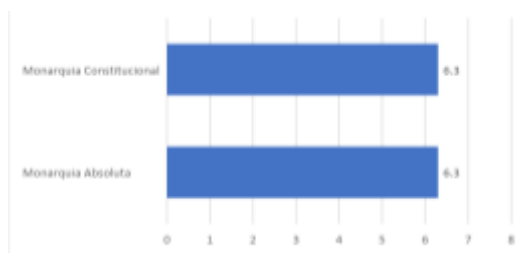


Figura 139: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1945-1974).

II.3.3.2.2 Regimes políticos estudados nos doutoramentos durante a Democracia

Já no regime democrático o número de teses sobre a Época Contemporânea sofreu um forte incremento. A Monarquia Constitucional, com quase um terço do total, e a Monarquia Absoluta (16,9%), foram as preferidas dos historiadores. Com 10,4%, a Primeira República conseguiu mobilizar mais teses do que a Ditadura Militar (4,9%) e o Estado Novo (4,9%) somados. A Revolução e a Democracia Constitucional tiveram também uma expressão muito baixa, em grande medida devido ao facto de não disporem de grande antiguidade.

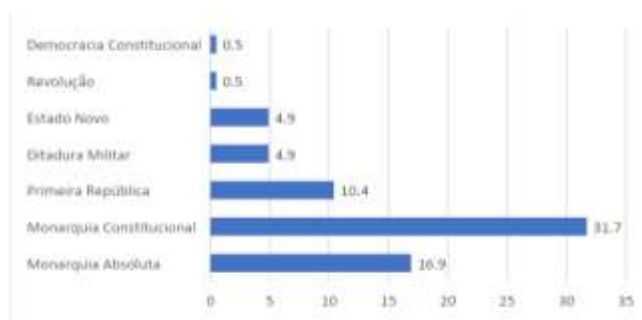


Figura 140: Âmbito Cronológico - Regimes - Teses (1975-1996).

II.3.3.3 Revistas

Nos artigos publicados nas revistas entre 1945 e 1996 os historiadores também privilegiaram a Monarquia Constitucional. O Estado Novo e a Primeira República surgiram ao mesmo nível. A Monarquia Absoluta e a Ditadura Militar rondaram os 11%. Já a

Democracia Constitucional e a Revolução andaram em torno dos 6%. Esta realidade evidencia o facto de o interesse por alguns regimes apresentar uma certa homogeneidade e sugere que, mesmo os mais recentes, conduziram a movimentações por parte dos historiadores no sentido de produzirem estudos que ajudassem a melhorar o conhecimento sobre esses períodos. Deve-se ainda assinalar que os momentos da Ditadura Militar e da Revolução, embora cronologicamente curtos, acabaram por fomentar muita produção, se se atender ao critério percentual. Ou seja, apesar de terem tido uma duração limitada, foram momentos de charneira nos quais se definiram, em grande medida, as linhas centrais dos regimes que os sucederam, razão pela qual os historiadores procuraram aí as explicações para a institucionalização, caracterização e durabilidade dos regimes do Estado Novo e da Democracia Constitucional. Finalmente, sublinha-se que a soma da Ditadura Militar com o Estado Novo ultrapassou um quarto do total. Percecionando-se os dois regimes como um contínuo autoritário, não é despidiendo reconhecer que, principalmente após 1974, teve lugar um processo de exploração historiográfica com vista à cientificação do conhecimento sobre este período, como abaixo se verá. Logo, os historiadores dedicaram-lhe quase tanto labor como à Monarquia Constitucional.

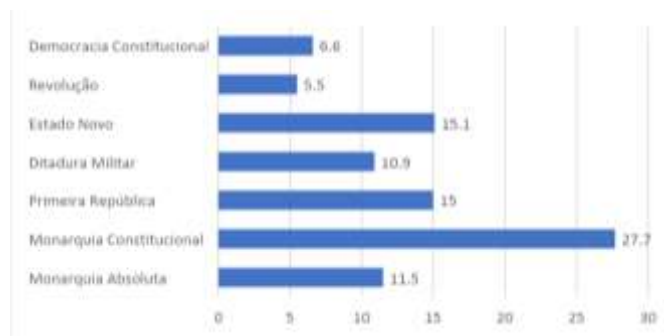


Figura 141: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1945-1996).

II.3.3.3.1 Regimes políticos estudados nas revistas durante o Estado Novo

No Estado Novo, o estudo dos regimes portugueses da Época Contemporânea foi substancialmente inferior ao da Democracia. A Monarquia Constitucional foi a mais estudada, seguida da Primeira República. O próprio regime do Estado Novo e o seu antecessor imediato também estiveram presentes na historiografia e, somados, não ficaram muito aquém da Monarquia Constitucional. Finalmente, em último lugar, surgiu a Monarquia Absoluta.

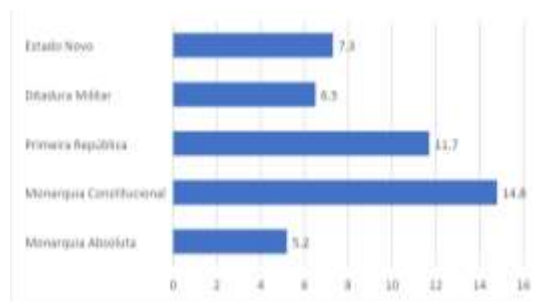


Figura 142: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1945-1974).

II.3.3.3.2 Regimes políticos estudados nas revistas durante a Democracia

Na Democracia a quantidade de artigos subiu drasticamente, tal como o interesse pelo estudo dos vários regimes da Época Contemporânea portuguesa. A Monarquia Constitucional aproximou-se de um terço do total. A Ditadura Militar e o Estado Novo deram um verdadeiro salto, mercê da voragem dos historiadores em avançarem para esse terreno ainda tão pouco explorado. Cada um pulou para cerca do dobro da percentagem que tivera entre 1945 e 1974. O rebotar dos espartilhos refletiu-se ainda no estudo da Primeira República e da Monarquia Absoluta, beneficiárias de um reforço muito significativo de artigos. Por fim, a Revolução e a Democracia Constitucional, mesmo tão recentes, caminharam para um décimo dos estudos. E, somadas, representaram quase tanto como a Primeira República.

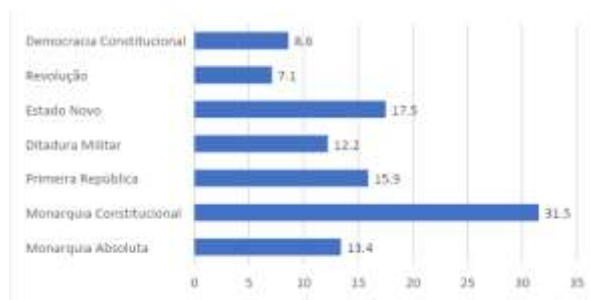


Figura 143: Âmbito Cronológico - Regimes - Revistas (1975-1996).

II.3.4 Síntese

Concluindo a análise sobre as cronologias, pode afirmar-se que, em geral, pesaram mais as continuidades do que as ruturas entre o Estado Novo e a Democracia. Inclusive, porque no Estado Novo foram surgindo espaços de inovação historiográfica, gerados dentro do próprio regime ou promovidos pela Oposição, mas consentidos por ele, que alimentaram um forte ímpeto de renovação historiográfica. Sobretudo nas décadas de 1960 e 1970. A

criação da Universidade do Porto e das revistas *O Tempo e o Modo*, *Análise Social* e da RFLUP teve um forte impacto na historiografia do final do Estado Novo. Cujas ondas de choque se iriam estender à Democracia. Mas, mesmo nas universidades de Coimbra e de Lisboa e na RPH, menos dadas a correr riscos historiográficos, também já se faziam sentir as mutações desde a década de 1950. Paulatinamente, todas as universidades e todas as revistas foram abrindo espaço para a Época Contemporânea e, também, em certos casos, para a Época Clássica e para a Pré-História.

Na Democracia, o estudo da Época Contemporânea assistiu a uma explosão, enquanto a Época Medieval experimentou algum abandono, comparativamente com o que vivera no Estado Novo. Curiosamente, a Época Moderna conseguiu manter grande relevância nos dois períodos, mesmo com a erosão sofrida ao nível da História ultramarina. A Pré-História, cujos estudos apareceram meio envergonhados no Estado Novo, cintilou na Democracia.

As mudanças são sempre inevitáveis, mas na historiografia o que aconteceu ao nível das cronologias, entre o Estado Novo e a Democracia, foram vários tipos de movimentos caracterizados pela continuidade entre os dois regimes, mas marcados por diferenças de intensidade. Assim, houve um primeiro em que na Democracia se expandiu significativamente a percentagem dos estudos cuja produção já vinha de trás, como foi o caso da Época Contemporânea. Ocorreu também um segundo em que algumas épocas regrediram, em termos percentuais, apesar de continuarem a ser estudadas na Democracia, sendo o melhor exemplo o da Época Medieval. E um terceiro, em que a subida ou a queda foram relativamente sustidas, mantendo-se num grau de estagnação relativa, aí se enquadrando o caso da Época Moderna.

No que respeita aos séculos, o enfoque recaiu sobre aqueles que coincidem com o surgimento e existência do nosso País, com uma tendência para o aumento do número de estudos à medida que se evolui no tempo até ao século XIX. Aliás, foi sobre os séculos mais recentes que os historiadores concentraram o seu labor tanto no Estado Novo como na Democracia. Esta asserção contraria a visão generalizada de que no Estado Novo o primado coube aos séculos relativos à fundação da nacionalidade e à Expansão Ultramarina.

Quanto aos regimes políticos da Época Contemporânea em Portugal, a Monarquia Constitucional foi a mais estudada. Mas não se pode negligenciar os restantes regimes, em especial a Ditadura Militar, o Estado Novo e a Primeira República que, reunidos, ultrapassam aquela. Para além de que suscitaram um interesse muito significativo nos historiadores, sobretudo após 1974, quando estes finalmente puderam estudar livremente o autoritarismo.

Concluindo, o estudo das cronologias demonstrou que houve uma certa consonância entre o Estado Novo e a Democracia no que respeita ao estudo das épocas históricas, dos séculos e dos regimes políticos mais estudados. O que não significou uma continuidade absoluta, até porque se verificaram várias nuances. Nomeadamente, a perda de alguma relevância da Época Medieval e o reforço claro do estudo da Época Contemporânea e dos seus regimes na Democracia. Do ponto de vista conceptual, talvez pela aridez do tema, não se registaram estudos sobre as questões do tempo histórico. Porém, houve vários estudos sobre a historiografia produzida sobre determinados períodos (Neto 2017; Martinho 2014; Roel 2002; Xavier 2000). Nenhum deles logrou alcançar uma síntese completa, de longo prazo, sobre os períodos estudados pelos historiadores em Portugal nas últimas décadas. Esta nossa tentativa pretende preencher parcialmente essa lacuna.

Capítulo III - Historiadores e sua produção historiográfica nas revistas

As revistas, espinha dorsal da produção historiográfica a partir da década de 1940, constituem a principal montra onde as universidades dão a conhecer o seu trabalho. Efetivamente, as seguintes surgiram ou integraram o contexto universitário, despontando em centros de investigação¹³: a RPH, a *Análise Social*, a RFLUP e a *Ler História*. Outras emanaram de iniciativas de historiadores formados e ligados a várias universidades: a *Revista de História Económica e Social* e os seus *Cadernos*, bem como a revista *Penélope*. Nestes casos, tratou-se de projetos editoriais promovidos pela Associação Portuguesa de História Económica e Social e por uma cooperativa constituída por historiadores. Por fim, resta a revista *O Tempo e o Modo*, nascida num contexto intelectual oposicionista.

As revistas foram, simultaneamente, um veículo transmissor dos resultados das investigações históricas e constituíram-se como palco onde as correntes historiográficas se afirmaram e defrontaram. Logo, assumiram-se não apenas como local de produção, difusão e consolidação do conhecimento histórico, mas também como um objeto histórico em si. Através delas é possível perceber o contexto em que determinados estudos foram difundidos e construir discursos acerca do tipo de produção historiográfica por elas divulgado. Daí o seu papel chave como instrumento ao serviço da História. Neste capítulo vai-se realizar uma análise qualitativa, percorrendo os autores que mais estudos publicaram em cada revista. Assim, através de uma reflexão suportada em percursos pessoais, será possível vislumbrar a forma como a historiografia portuguesa deu “o grande salto em frente” na Democracia.

A produção historiográfica ocorrida entre 1945 e 1996 materializou-se, em larga medida, através da publicação de estudos em revistas. Os investigadores que pretendiam dar a conhecer os seus estudos ou artigos na área da História organizaram-se para fundar revistas, procuraram as já existentes ou foram convidados para nelas publicarem os seus trabalhos. As revistas transformaram-se nos principais palcos onde a História entrava em cena. Os próprios historiadores tornaram-se em atores de primeira linha, esgrimindo argumentos a favor das suas posições e confrontando-se uns contra os outros em duelos intelectuais. As revistas assumiram-se como instrumentos de poder, ao permitirem a publicação de determinado tipo de trabalhos por alguns historiadores e ofuscando outros. Mas também se constituíram como polos de contrapoder, desafiando o regime autoritário. Participaram

¹³ Os centros de investigação em que se suportam estas revistas têm sido financiados desde os anos 30 pelo Instituto para a Alta Cultura e seus sucessores, tal como explicam com pormenor Ângela Salgueiro (2012), Tiago Brandão (2012) e Quintino Lopes (2017).

largamente na luta político-ideológica, de forma mais ou menos declarada. Alimentaram redes de solidariedade e correntes historiográficas e demonstraram como os historiadores se aventuraram no mundo empresarial para conseguirem fazer valer a sua vontade e, por vezes, para poderem usufruir da sua liberdade.

Por estas razões, decidiu-se analisar com detalhe a produção historiográfica das revistas. Com exceção dos *Cadernos* da RHES, em que se optou por analisar os autores de cada número, como critério usou-se a seleção dos historiadores que mais estudos publicaram em cada revista. A amostra foi representativa: por um lado, abrangeu entre 16% e 57,5% da totalidade dos estudos de cada revista; por outro lado, acabou por incluir os autores que, no geral, desenvolveram uma ação mais marcante. Com frequência, foram os que participaram nos corpos diretivos ou de redação das próprias revistas e que mais se esforçaram por mantê-las vivas e dinâmicas.

Neste capítulo, sempre que possível, recua-se às origens de cada revista e, por vezes, acompanha-se a sua evolução. Tenta-se também traçar o percurso e os interesses de cada historiador, quando se dispõe de dados suficientes. Analisa-se, com detalhe, a produção historiográfica de cada autor em cada revista, mencionando-se os seus estudos.

III.1 Revista Portuguesa de História

Em 133 autores analisados, foram 39 os que deram à estampa três ou mais artigos. Ou seja, quase 30% do total. E o seu contributo ascendeu a 166 artigos. Mais concretamente, a 39,9% do total da produção historiográfica da RPH. Tratou-se, portanto, de um grupo que recorreu de forma intensiva à RPH, transformando-a no principal ou num dos principais veículos de difusão dos seus trabalhos.

Esse universo de autores, mas sobretudo os que publicaram mais estudos, merece ser objeto de uma análise mais fina para se perceber qual o papel que desempenharam na RPH. Distribuíram-se de forma diversa entre si. Acima de 10 artigos publicados só houve três autores. Todos eles membros do corpo editorial da revista: Luís Ferrand de Almeida publicou 21 artigos, o que equivale a 5% do total de estudos publicados na RPH entre 1945 e 1996; Torquato de Sousa Soares alcançou os 17 artigos, que correspondem a uma percentagem 4,1%; e António de Oliveira ficou-se pelos 11 artigos, o que em termos percentuais se cifra nos 2,6%. Entre os 10 e os sete surgem: Avelino de Jesus da Costa, com nove artigos (2,2%); José Amado Mendes e Rui de Azevedo, ambos com oito artigos (1,9%); e Pierre David, com sete artigos (1,7%). Houve sete autores que escreveram, cada, cinco

artigos (1,2%) para a RPH: Maria Helena da Cruz Coelho; Charles Verlinden; Virgínia Rau; Rui Casção; Salvador Dias Arnaut; Saul António Gomes; e Mário Martins. E cinco que publicaram quatro artigos (1%): Manuel Augusto Rodrigues; José Mattoso; Joseph Maria Piel; Justo Pérez de Urbel; e Paulo Merêa. Finalmente, sem que se tenha a preocupação de os enunciar, deve referir-se que existiram 20 autores que publicaram, cada um, três artigos.

Focando agora a análise apenas nos que publicaram sete ou mais artigos na RPH vai-se procurar clarificar a sua influência na revista e na historiografia portuguesa.

III.1.1 Luís Ferrand de Almeida

Luís Ferrand de Almeida¹⁴ publicou nove artigos entre 1949 e 1974 e 12 artigos entre 1975 e 1996. Foram quase 50 anos a contribuir para a RPH. Historiador vocacionado para a Época Moderna, interessou-se bastante pela ocupação colonial do sul do Brasil nos séculos XVII e XVIII. Foi, também, sobre esta temática que viria a produzir a sua tese de doutoramento, em 1973, intitulada “A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha”. Porém, como se pode observar na extensa lista de artigos que publicou na RPH, assuntos como a industrialização ou o comércio também o atraíam.

Ferrand de Almeida iniciou as suas lides na RPH em 1949 com o estudo intitulado “O pagamento do feudo a Claraval no séc. XVII”. Em 1955 publicou o trabalho “Um construtor naval francês em Portugal e Espanha (1718-1721)”. Em 1959 deu à estampa mais dois estudos: um acerca das relações entre Portugal e Espanha e outro sobre a morte de Salvador Correia de Sá. Em 1962 deteve-se no século XVIII, com um artigo sobre “O engenho do Pinhal do Rei no tempo de D. João V” e outro dedicado a “Um construtor naval inglês em Portugal (1721- 1723)”. No número seguinte, que viria apenas a sair em 1968, publicou outros dois estudos, ambos dedicados à História da Expansão, mais concretamente, a “Vespúcio e o descobrimento do Rio da Prata” e à perda da Colónia do Sacramento em 1680. Em 1969 fez sair um artigo sobre as “Cortes de Lisboa em 1677?”.

A atenção que teve de dar ao doutoramento fê-lo certamente interromper a publicação de novos estudos. Mas, logo após a Revolução de 25 de Abril, divulgou mais dois: um incidindo sobre a “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII” e outro versando sobre a temática do seu doutoramento, com o título “A colónia

¹⁴ Ferrand de Almeida licenciou-se em Direito em 1946 e em Ciências Histórico-Filosóficas em 1949. Ingressou como professor na FLUC em 1957, pouco depois de ter defendido a sua dissertação de licenciatura, intitulada “A diplomacia portuguesa e os limites meridionais do Brasil 1493-1700”. Trabalho que obteve o prémio “João de Barros”, da Agência Geral do Ultramar, e que, pela sua qualidade, foi imediatamente publicado como suplemento do tomo VI da RPH (1957).

do Sacramento nos princípios do século XVIII (Uma fonte importante para o seu estudo)". Até 1980 estancou a produção na RPH. Nesse ano regressou com mais dois artigos, dedicados à fábrica de vidros da Marinha Grande em 1774 e à jubilação do professor Avelino de Jesus da Costa. De 1983 a 1996 retomou as publicações na RPH com grande regularidade. Em 1983, publicou um artigo sobre uma carta inédita de Alexandre de Gusmão em Paris, personalidade a que recorreu também noutro artigo, em 1995, mas desta feita com uma carta inédita em Espanha. Em 1995 escreveu mais um artigo dedicado à Colónia do Sacramento, abordando os casais e lavradores entre 1680 e 1705. A diplomacia e os limites meridionais da América Portuguesa acompanharam-no do princípio ao fim da carreira, com inúmeros artigos. A indústria ocupou-lhe mais alguns, como o que escreveu sobre "A fábrica das sedas de Lisboa no tempo de D. João V" (1990). Mas não se ficou por aí. Os seus interesses eram variados, derivando para múltiplas temáticas, tais como as enunciadas nos seguintes artigos: "Os motins de Abrantes e Viseu (1708 e 1710)" (1985); "O naturalista Merveilleux em Portugal (1723-1724 e 1726)" (1988); e "A propósito de milho "marroco" em Portugal nos séculos XVI-XVIII" (1992). Por fim, o seu último contributo foi a homenagem a Salvador Dias Arnaut, em jeito de "Notas sobre a Obra Historiográfica", publicado em 1996.

Ferrand de Almeida foi autor de uma obra diversa, sulcando principalmente a História da Expansão Portuguesa na América Meridional (com as repercussões que dela advieram em termos diplomáticos) e a História Moderna de Portugal, submergindo-se num período percecionado até então pelos historiadores como decadente: os finais do século XVII e o reinado de D. João V. O seu contributo multifacetado e inovador trouxe novas formas de olhar para este período, valorizando os esforços de industrialização do País e a estratégia bem conseguida de alargamento dos limites meridionais da América Portuguesa. O corolário dessas décadas de política ultramarina alcançar-se-ia com o Tratado de Madrid, em 1750. Espanha conformava-se em reconhecer como facto consumado as novas fronteiras do Brasil, localizadas muito para além do fixado em 1494 pelo Tratado de Tordesilhas.

Ferrand de Almeida dirigiu o Instituto de História Económica e Social de forma intermitente entre 1977 e 1991. Participou também ativamente na RPH a partir de 1959, como secretário e, desde 1977, foi eleito membro da direção, coordenando a sua elaboração. Assim, a par das funções de docente, ocupou-se da investigação através do envolvimento na gestão dos órgãos e da publicação de mais de duas dezenas de estudos na RPH. Enriqueceu-a ao persistir em temáticas e épocas bravias. Ainda assim, bem acolhidas, tanto pelo Estado Novo como pela Democracia, o que lhe permitiu trabalhar com uma certa liberdade.

III.1.2 Torquato de Sousa Soares

Passa-se agora a Torquato de Sousa Soares¹⁵, que sentiu atração por uma historiografia ousada para os cânones da época. No artigo que em 1947 dedicou a Marc Bloch, historiador dos *Annales*, sustentou que este abriu, “como um clarão, novas perspectivas à História, substituindo o velho conceito de ciência do passado pelo de ciência do homem ou, melhor, dos homens — dos homens no tempo” (Soares 1947:634-654). Essa nova perspectiva abordava o homem de forma holística e o historiador abandonava a sua passividade de “servo inconsciente do documento”. Invertia-se, assim, esta relação longamente estabelecida. O comando cabia agora ao historiador. Era o seu “espírito” que “procurava” e “guiava” a investigação, procurando nos documentos as respostas para as suas indagações (Soares 1947:634-654).

Pese embora Torquato de Sousa Soares tenha manifestado a sua simpatia pelos *Annales*, nunca praticou na plenitude os seus métodos. Pelo contrário, manteve-se sempre fiel ao “historicismo neo-metódico” característico “da escola histórica de Coimbra no século XX até ao princípio dos anos 1970” (Martins 2015). Essa postura científica colocava-o numa posição confortável perante o regime do Estado Novo. Aliás, “toda a sua investigação e produção historiográfica, desenvolvida ao longo de mais de meio século, se pode sintetizar num trio de temáticas principais: instituições municipais e municipalismo; povoamento do território português; formação de Portugal” (Martins 2015). Na RPH encontram-se exemplos da produção em torno desses temas, como os artigos, datados de: 1957, intitulado “Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal”; de 1974, “O governo de Portugal pelo Conde Henrique de Borgonha: suas relações com as monarquias Leonesa-Castelhana e Aragonesa”; de 1981, “Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI”; e de 1983, “Antecedentes das cortes reunidas em Guimarães em 1250”. Estes últimos produzidos já no período democrático, durante o qual, mesmo tendo a possibilidade de se aventurar por novos caminhos historiográficos, acabou por manter a postura conservadora.

¹⁵ Em 1940, em conjunto com Paulo Merêa e Damião Peres, fundou a *Revista Portuguesa de História*, sendo um dos seus principais dinamizadores entre 1941 e 1976. Nela ocupou primeiramente o cargo de secretário e, depois, o de diretor. A este facto não terá sido alheio o seu forte envolvimento no Instituto de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, do qual, inicialmente, foi secretário e, mais tarde, presidente. A sua participação como autor nesta revista, que suspendeu momentaneamente entre 1965 e 1970, quando da sua estadia em Angola, onde contribuiu para a implantação dos Estudos Gerais, concretizou-se em cerca de duas dezenas de artigos, que corresponderam a uma percentagem de 4,1% do total de estudos publicados pela RPH.

O seu alinhamento com as causas nacionais, nomeadamente, o apoio à “missão civilizadora de Portugal”, levaram-no igualmente a produzir estudos sobre “temas ultramarinos nos anos 1950-1970” (Martins 2015). Na RPH, coincidindo com o período das comemorações henriquinas, em 1960, deu à estampa o artigo “Acerca da chamada Crónica dos feitos da Guiné de Gomes Eanes Zurara”, e, em 1964, o estudo “Algumas observações sobre a política marroquina da Monarquia Portuguesa”.

Efetivamente, Torquato de Sousa Soares não conseguiu deixar de eleger o documento como eixo central da sua atuação e como veio das narrativas descritivas que desenvolveu. A “recolha de fontes documentais da história de Portugal nos arquivos estrangeiros - microfilmes e fotografias para o Arquivo da sua Faculdade” evidenciaram a sua tendência para a erudição, manifestada sobretudo nos estudos em que fazia amplo uso dos seus conhecimentos em paleografia e diplomática (Martins 2015). Na RPH existem exemplos desse afã, designadamente, os artigos “Observação Paleográfica ao diploma de 1086” (1947) e “Ainda sobre a chamada “Cronica do Condestabre” (1964).

Torquato de Sousa Soares empenhou-se na reflexão sobre o método histórico, tendência avolumada pelas visitas que fez ao estrangeiro e pelos contactos assíduos com historiadores de outros países, vários deles convidados para colaborar na RPH ou para realizarem cursos de verão em Coimbra. Foi, frequentemente, chamado a assinalar a vida e a obra de historiadores, como o Abade de Baçal (1947), Marc Bloch (1947), Gama Barros (1949), Pierre David (1955), Paulo Merêa (1969 e 1980), Pinto de Azevedo (1980), Damião Peres (1980) e Guilherme Braga da Cruz (1980). Esta sua faceta de teorizador da História embrenhou-o em análises sobre o sentido da disciplina, com lances de admiração aos *Annales*, precursores de novas formas de fazer a História.

O deslumbramento pelos *Annales* manifestou-se em estudos como “Dois casos de constituição urbana: Santiago de Compostela e Coimbra” (1951) e “Essai sur les causes économiques de la ruine de la monarchie visigothique d’Espagne” (1955). O historiador teve aqui o ensejo de progredir por novos campos, concedendo espaço a perspetivas alargadas de análise que conjugam múltiplas vertentes do homem, tal como preconizado pelos *Annales*. Todavia, estes estudos, sobretudo o segundo, não tiveram sequência na produção de Sousa Soares, que se voltou a refugiar em temas mais ao gosto da tradicional historiografia coimbrã.

III.1.3 António de Oliveira

Passa-se agora a António de Oliveira¹⁶, autor de 11 artigos, que correspondem a 2,6% da produção da RPH no período em análise. Este historiador iniciou a sua carreira no final do Estado Novo. Em 1964 deu a conhecer o seu primeiro estudo na RPH, intitulado “Um documento sobre as “alterações “de 1637”. Voltaria recorrentemente ao tema das resistências ao longo dos anos. Contudo, os trabalhos referentes à elaboração da sua tese, intitulada “Vida Económica e Social de Coimbra (1537-1640)”, defendida em 1972, não lhe deixaram margem para publicar mais estudos na RPH. Só em 1975, já depois da Revolução de 25 de Abril, é que retomou a publicação de estudos. O artigo “A população das comarcas de Leiria e Santarém em 1537” foi uma derivação da sua tese, aplicada desta feita a outros territórios. Em 1977, em “O levantamento popular de Arcozelo em 1635”, regressou ao tema das resistências. Haveria ainda de abordar a temática em 1983 com os estudos “Levantamentos populares do Algarve em 1637- 1638. A repressão” e “Para a história da oposição ao benefício do bagaço da azeitona” (1984). Em 1981 dedicou um estudo ao arbitrista Álvaro Ferreira de Vera, que viveu no século XVII. Sobre a mesma época publicou o artigo “A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo” (1985). Nesse ano produziu uma reflexão historiográfica sobre a obra do historiador Salvador Dias Arnaut a pretexto da sua jubilação universitária. Em 1992, publicou os artigos “A infanta D. Maria e o senhorio de Viseu: uma precisão cronológica” e “Uma declaração de bens de João Pinto Ribeiro como titular de ofício público”, nos quais abordou questões patrimoniais e financeiras. Finalmente, em 1996, escreveu sobre “As cidades e o poder no período filipino”. António de Oliveira centrou a sua investigação na Época Moderna, principalmente, no século XVI e na primeira metade do século XVII. Conjugou as dimensões sociais e económicas, captando o pulsar das populações através dos estudos sobre as resistências ao poder.

III.1.4 Avelino de Jesus da Costa

No que concerne ao Padre Avelino de Jesus da Costa¹⁷, enumeram-se os seus nove artigos publicados na RPH, o que equivale a 2,2% do total produzido entre 1945 e 1996. A

¹⁶ Professor de História da Universidade de Coimbra.

¹⁷ Doutorou-se em 1960 na FLUC, com a tese “O Bispo D. Pedro e a organização da Diocese de Braga”, premiada em 1962 com o Prémio Alexandre Herculano (Marques e Santos 2015). Para além de professor e de investigador, esteve longamente associado ao Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos, que dirigiu entre 1966 e 1975, e à RPH, de que foi secretário. Avelino de Jesus da Costa distinguiu-se também

utilização intensiva de fontes é especialmente visível em alguns dos estudos que publicou na RPH, tais como: “Documentos da Colegiada de Guimarães” (1947), “Santa Iria e Santarém - Revisão de um problema hagiográfico e toponímico” (1974) e “Santa Iria e Santarém - Aditamento” (1974), “La Chancellerie royale portugaise jusqu’au milieu du XIIIe Siècle” (1975) e “Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico” (1977). Nestes artigos demonstrou os seus vastos conhecimentos de paleografia, diplomática e linguística. Foi ainda chamado a dar o seu contributo à História da Historiografia com análises à obra de vários historiadores, alguns dos quais fundamentais na formação do seu próprio percurso: em 1947, publicou um artigo dedicado ao “Monsenhor José Augusto Ferreira”, autor de diversos estudos sobre a História Eclesiástica, principalmente do Porto e de Braga; em 1955, escreveu sobre o “Prof. Cónego Pierre David. Trabalhos inéditos e bibliografia”, no qual percorreu longamente a documentação deixada por este historiador após a sua morte; em 1968, foi a vez de “Mons. Miguel de Oliveira”; e, em 1976, por ocasião da jubilação do “Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares”, dedilhou a fino a vida e obra do seu mestre.

III.1.5 José Amado Mendes

É agora altura de lançar o olhar sobre José Amado Mendes¹⁸. Tal como António de Oliveira, pertenceu à geração de historiadores de charneira entre o Estado Novo e o regime democrático. Publicou oito artigos na RPH, ou seja, quase 2% do total produzido entre 1945 e 1996. Amado Mendes tem-se envolvido ostensivamente nos terrenos da História

como grande entusiasta da paleografia e diplomática, contribuindo para a criação do Instituto dedicado a esta área na sua faculdade (Marques e Santos 2015). Tal como acima se evidenciou com Torquato de Sousa Soares, de quem foi discípulo, era grande a importância que concedia aos documentos, na tradição historicista neo-metódica da “Escola Histórica de Coimbra”. Nas suas investigações, calcorreou inúmeros arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros, com destaque para a Torre do Tombo, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga e o Arquivo da Universidade de Coimbra. Participou igualmente, de forma ativa, em eventos científicos em Portugal, nos Estados Unidos e em vários países da Europa (Marques e Santos 2015).

O magnetismo exercido pelas fontes sobre o Padre Avelino de Jesus da Costa manifestou-se de várias formas. Em primeiro lugar, na inventariação de documentação pontifícia do século XIII referente a Portugal nos principais arquivos portugueses e nos arquivos eclesiásticos da Galiza e de Castela e Leão, bem como no Arquivo Secreto do Vaticano. Em segundo, na intensa publicação e edição crítica de fontes. E, finalmente, no uso abundante que delas fez nas suas análises, incidentes principalmente sobre a Idade Média (séculos IX a XV) (Marques e Santos 2015).

¹⁸ Amado Mendes licenciou-se em História pela FLUC, em 1972. Rumou de seguida aos Estados Unidos da América, onde obteve, em 1974, o “Master’s Degree in Sciences of Education”, na Universidade do Texas, em Austin. Em 1985, doutorou-se em História na Universidade de Coimbra, na especialidade de História Moderna e Contemporânea. Para além das suas funções de docente, afirmou-se como investigador integrado no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS 20 e como subdirector do Centro de Estudos de História Empresarial da FLUC. A sua participação na RPH, para além de autor de artigos, alargou-se também à integração da Comissão Científica.

Económica e Social, da Historiografia, da História Empresarial, da Museologia e do Património Cultural. A sua presença na RPH reflete-se, precisamente, nessas áreas. O trabalho relativo à “Memória sobre a província do Minho pelo 2º Visconde de Balsemão (Introdução, transcrição e notas)”, que publicou em 1980, é uma extensa análise da vida desta figura. É também um exercício analítico profundo da Memória, em que começa por identificar os exemplares existentes e os locais onde se encontram, passando depois à estrutura organizativa do documento e à respetiva incisão explicativa. Finalmente, reproduziu as Memórias através da sua transcrição. Como produto, Amado Mendes alcançou a valorização real daquele documento para a História Económica e Social. Contudo, nota-se no artigo a ausência de gente, ou seja, de referências explícitas a indivíduos. Assim, mesmo que centrada no Visconde de Balsemão, incorre no problema que ele próprio, anos mais tarde, num outro artigo, apontou à macro-história dos “grandes planos”. Que é o ter-se tornado “desumanizada”. Aí sublinha que esta “revelou-se incompleta e limitativa”, justamente, “ao deixar de fora o indivíduo/a personalidade”, o que motivou uma contraofensiva da velha história narrativa (Mendes 2007).

Após este artigo, Amado Mendes entrou em período de pousio na RPH, que aguardou até 1985 pela publicação do estudo “Um caso de espionagem industrial em 1885-1886”. Em 1987 regressou às lides com o artigo “A enciclopédia como fonte para a História da Indústria no século XVIII”. Estes dois exemplificam a sua devoção às questões da industrialização e o seu grande interesse pela análise e publicação de fontes. Em 1988, discorreu sobre “A emigração portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa”. Novamente, fez copioso uso das fontes. Centrou-se no quadro geral e inclinou-se mais para o económico do que para o social, embora, deva reconhecer-se, toque na miséria, sobrelevada pelos autores a que recorreu. Em “A Central Térmica dos HUC (Edifício das caldeiras): monumento industrial a preservar e reutilizar”, que produziu em 1990, deixou um registo detalhado da construção do edifício, com recurso à elaboração de uma resenha histórica pululada pelos dados financeiros, fotografias, plantas e indivíduos oferecidos pelas fontes. Após nova pausa, publicou em 1994 o artigo “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologia” e, em 1995, o estudo “Novas metodologias em História Económica: a Arqueologia Industrial”. Duas reflexões em que se interessa pela epistemologia da História a que, há várias décadas, se vinha dedicando. Revolveu as veredas pisadas (e repisadas) pela História Económica e Social. E, num acesso de modernidade, de ânsia do futuro, buscou na Arqueologia Industrial a certeza de que a História Económica se fundava no alargamento do conceito de fontes aos vestígios

arqueológicos. Em 1996, Amado Mendes discorreu sobre as “Características da cultura portuguesa: alguns aspectos e sua interpretação”. Ensaio interpretativo em que cruza dimensões como mentalidades, cultura, identidade e, de forma incipiente, capitalismo.

Este historiador personalizou a rápida viragem da RPH da antiga “Escola de Coimbra”, fundada no historicismo neo-metódico, para uma nova “Escola Histórica de Coimbra” assente numa História mais dada aos grandes traços. Amado Mendes pensou e, mais do isso, praticou uma historiografia inspirada nos *Annales*. Elegeu a História Económica e Social como laboratório. Foi fiel à opção que tomou. Na maior parte dos seus estudos na RPH os indivíduos foram desmerecidos em favor dos grandes planos. O que não lhes retirou validade e nem pertinência.

III.1.6 Rui de Azevedo

Passa-se agora a Rui de Azevedo, que divulgou oito dos seus artigos na RPH¹⁹. Em 1947, difundiu na RPH quatro artigos: “A Colecção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sua génese e corpos que a formam. Reconstituição destes fundos pelos seus elementos arquivísticos. O itinerário do cartório de Moreira”. Neste artigo descreveu as origens e os fundos que constituíam esta coleção, formada por documentação eclesiástica proveniente de várias instituições; “A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no séc. X (Origens do Mosteiro de São Salvador da Torre)” no qual recuou aos prelúdios da nacionalidade, a um tempo em que o território, onde se viria a fundar um novo Reino, sofria das vicissitudes das “depredações da pirataria normanda, e despovoamento pelas lutas da Reconquista”; no estudo relativo à “Data crítica do convénio entre os condes Raimundo da Galiza e Henrique de Portugal” discutiu a política sucessória de Afonso VI e o arranjos pactuados pelos condes com que desposou as suas filhas herdeiras, num debate escorregadio em que muitos outros já haviam entrado, designadamente, Herculano e Pierre David; por fim, relembra-se a homenagem que prestou a “Carl Erdmann”, erudito historiador alemão, interessado pela história do nosso País, falecido em 1946 no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Rui de Azevedo descansaria no ano seguinte. Mas voltaria em 1949 com o estudo “Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de São João do Hospital de Jerusalém,

¹⁹ Nasceu em 1889, tendo-se diplomado com o Curso Colonial e o Superior de Letras. Frequentou a Universidade de Berlim, em 1912, e a Universidade de Oxford, em 1913. Foi professor de liceu em Évora, Coimbra e em Lisboa, rejeitando convites para ser professor de História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na de Lisboa. Porém, tinha uma forte veia de historiador, sobretudo da Idade Média. Distinguiu-se como sendo o maior paleógrafo e diplomatista português do seu tempo.

depois chamada de Malta, em Portugal”. Neste, recuou aos primórdios da nacionalidade para aclarar o momento e as circunstâncias da introdução e da consolidação da presença daquela Ordem Militar em Portugal. Após esta data, continuaria a colaborar com a RPH, embora de forma mais esparsa. Em 1957, publicou o estudo “A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsley sobre a conquista de Lisboa em 1147”, no qual fez uma apurada análise paleográfica e diplomática, dirimindo questões já anteriormente colocadas por outros autores relativas à autenticidade do documento e arguindo as suas informações como contributos válidos no quadro da Reconquista Cristã.

Em 1969, difundiu as suas “Observações de Diplomática”, como réplica às críticas de Almeida Fernandes ao estudo “Observações a três documentos”. Aí, esgrimiou argumentos para derrubar as críticas do seu opositor às interpretações que fez, relativas a documentos referentes aos alvares da nacionalidade. A sua última prestação à RPH foi em 1974, com o artigo “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-1016. (Dois testemunhos inéditos das depredações a que então esteve sujeito o Território Portucalense entre Douro e Ave)”. Neste volume, em homenagem ao Professor Paulo Merêa, Rui de Azevedo revisitou o período que antecedeu a fundação da Nação e parte do território onde inicialmente esta se teceu. Nesse estudo relatou as complexas relações de poder entre os senhores da região e a monarquia asturiano-leonesa, debatendo as alegadas traições em favor dos mouros. Aduziu também elementos acerca das incursões normandas aos redutos em torno do Porto, onde terão lançado âncora durante nove meses, maltratando as populações. Assim terminou a sua relação com a RPH.

Rui de Azevedo inseriu-se perfeitamente na corrente do historicismo neo-metódico para o qual o documento se erigia como monumento. Verdadeira candeia alumando os obscuros caminhos do passado. A centralidade do documento apontava para a inevitabilidade do singular, do evento, do indivíduo. E, por consequência, de uma História profusamente descritiva e agarrada ao pormenor, focada na destriça de pistas que sustentavam as hipóteses sucessivamente aventadas. É verdade que lhe faltava a densidade possibilitada pelos dados seriais e os rasgos problematizantes de longo alcance introduzidos pela metodologia dos *Annales*. Todavia, nestas épocas, a escassez de fontes tornava as existentes ainda mais valiosas e concedia, portanto, maior liberdade ao historiador. Este escudava-se a usufruir de protagonismos, empurrando-os para as fontes. Não obstante, há que reconhecer o domínio e uso intensivo de vastos conhecimentos pelos historiadores, nomeadamente, por Rui de Azevedo. Os artigos publicados por ele na RPH denunciam a sua elevada erudição e capacidade de cruzamento das chamadas “ciências auxiliares”, como

a Paleografia e a Diplomática, com a História propriamente dita. A atenção ao detalhe fazia, efetivamente, diferença nos debates historiográficos para que foi convocado. A partir desses conhecimentos conseguiu sustentar as suas teses perante os críticos e calcorrear os ásperos e pouco explorados sertões dos períodos que antecederam ou testemunharam o nascimento da nacionalidade.

III.1.7 Pierre David

Termina-se o circuito com Pierre David, que também publicou sete artigos na RPH²⁰. Nesta, manifestou perfeitamente a sua preferência pela História eclesiástica medieval. Em 1947, ferveu de atividade com a publicação de vários artigos. No “Regula Sancti Augustini (A propos d’une fausse charte de fondation du chapitre de Coimbra)” discorreu sobre os interstícios existentes entre o poder eclesiástico e o poder temporal na Coimbra do Conde Moçárabe Sisnando. Em “Annales Portugalenses Veteres” perpassou uma extensa lista de documentos, recenseando-os sucintamente para partir, de seguida, para uma análise crítica que serviu de base ao estudo do período que antecedeu e acompanhou a fundação de Portugal. Em “Vama et Guimarães” recuou ao tempo da fundação de Guimarães por Vímara Peres. Já em “Note sur la fausse lettre du Pape Lucius en faveur de l’Évêque de Coimbra”, fez uso dos seus conhecimentos históricos e diplomáticos para confirmar a falsificação de um documento dos finais do século XII. Nesse mesmo ano divulgou os cursos por si regidos.

A sua participação na RPH abrandou logo de seguida. Em 1949, na homenagem a Gama Barros, publicou “La métropole ecclésiastique de Galice du VIIIe au XIe Siècle. Braga et Lugo”. Este longo estudo, em que caracteriza a formação e evolução da organização eclesiástica na Galiza nos séculos VIII e IX, consistiu numa análise heurística profunda,

²⁰ Este sacerdote francês nasceu em 1882 perto de Grenoble, onde iniciou os seus estudos universitários. Formou-se em Paris, na Sorbonne (onde se viria a doutorar), e em Roma, na Universidade Gregoriana, na Escola Francesa e na Universidade de Roma. Como resultado, obteve uma sólida formação clássica, eclesiástica e em línguas antigas. Em 1920, após a Primeira Guerra Mundial, na qual serviu a França como capitão, foi nomeado professor da Faculdade de Filosofia na Universidade Jagellonica de Cracóvia. Ali permaneceu até 1939, quando ocorreu a invasão alemã. Nesse intervalo foi professor de copta, História Antiga do Oriente e das Civilizações Mediterrâneas, língua e literatura francesa e provençal da Idade Média. Em 1941, em consequência da invasão da Polónia, logo no deflagrar da Segunda Guerra Mundial, veio para a Universidade de Coimbra, onde se tornou docente da Faculdade de Letras e investigador no recém-fundado Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos. Teve a seu cargo cadeiras de Francês Arcaico, Língua e Literatura Provençal, Latim Medieval, História das Instituições Medievais, História do Ensino na Idade Média e Fontes para a História Medieval Portuguesa e Espanhola. Ao nível da investigação histórica, rapidamente avançou com estudos acerca de Portugal, incidindo principalmente sobre a história eclesiástica, fundamental para a compreensão dos primórdios do nosso País. Aliás, Pierre David afeiçoou o processo de fundação de Portugal como frutificado pela existência de uma identidade forte nas gentes do Condado Portucalense, que deu esteio à consciência política que impeliu as elites senhoriais guerreiras a tomarem partido pela independência face a Castela e Leão.

sustentada em copiosa quantidade de fontes. Postumamente, em 1969, no volume de homenagem ao Professor Paulo Merêa, Torquato de Sousa Soares publicou o seu estudo, intitulado “Sur l’église de São Pedro de Coimbra”. Nele tratou brevemente esta igreja, com ênfase para o período da incursão de Almansor.

Pierre David atribuiu forte significado ao contributo da Igreja Católica na formação de Portugal. Desde logo pelo seu papel em áreas onde houve necessidade de proceder ao repovoamento porque haviam ficado ao abandono, mercê das devastações dos normandos e dos conflitos entre cristãos e muçulmanos. Os seus estudos são povoados de figuras e de instituições. Não insistiu nos grandes quadros nem, menos ainda, na análise sistemática de dados. Praticou o seu ofício dentro da escola coimbrã do historicismo neo-metódico. Inseriu-se, deste modo, dentro do tipo de historiografia bem aceite pelo Estado Novo.

III.1.8 Síntese

A enumeração dos autores acima apresentados permite concluir que, durante o Estado Novo, houve uma maior tendência para um grupo restrito de historiadores publicar os seus estudos na RPH. A escassez de historiadores e a ânsia de manter o projeto editorial vivo terão levado esses autores, que não raramente pertenciam aos órgãos da própria revista, a nela divulgarem os seus trabalhos. Este esforço conduziu a uma renovação gradual da historiografia portuguesa.

A primeira vaga de historiadores a dinamizar a RPH era constituída por correligionários do historicismo neo-metódico. Grupo que resistiria até ao 25 de Abril de 1974. Apesar da preponderância de historiadores medievalistas, vislumbraram-se novos horizontes. Mesmo dentre estes surgem artigos e recensões a refletir sobre a História da Historiografia, com tópicos elogiosos para as novas correntes historiográficas. Aqui e além, maneiram-se aspetos que articularam tempos relativamente longos e, simultaneamente, dimensões económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas. Porém, quando surgiram, tenderam geralmente a apresentar-se de forma incipiente e desequilibrada. Não foi, evidentemente, uma questão de falta de mestria, mas de opção historiográfica. Até porque houve mestres, como o Padre Avelino de Jesus da Costa, cujas investigações, nomeadamente para a tese de doutoramento, se alargaram de maneira consistente a domínios tanto do económico como do social.

Apesar de agarrado ao passado, estava-se a criar um novo troço da historiografia portuguesa. O dinamismo introduzido por Ferrand de Almeida e, mais tarde, por António

de Oliveira e Amado Mendes, fizeram brotar as sementes da mudança acelerada que se estava já a vislumbrar pouco antes de 1974. Mas não foram os únicos autores a contribuir para a renovação da historiografia nacional. Houve mais, como abaixo se vai ver.

Numa primeira fase, durante o Estado Novo, é possível identificar outros que, ora mantendo-se disciplinadamente fiéis ao historicismo, ora tentando afastar-se dele, dinamizaram a historiografia nacional. Começa-se com Charles Verlinden, historiador belga da Universidade de Gand, que escreveu vários artigos sobre os Descobrimentos Portugueses. Foi convidado pela FLUC para realizar cursos de verão sobre História Económica nos finais da década de 1940. Com pouco sucesso, reconheça-se (Oliveira 2015). Virgínia Rau, professora da FLUL, remou com sacrifício nas águas malquistas da História Económica, temática que explorou na RPH com artigos relativos à Idade Média e à Época Moderna. Salvador Dias Arnaut concentrou os estudos que publicou na RPH sobre os finais do século XIV, numa conjuntura de afirmação de Portugal face a Castela. Joseph Maria Piel debulhou nas questões linguísticas, ainda na tradição historicista neo-metódica. Justo Pérez de Urbel dedicou-se a temas medievais numa perspetiva transnacional, envolvendo sempre Espanha. Paulo Merêa investiu nos temas históricos-jurídicos dos períodos visigótico e da fundação da nacionalidade. Mário Martins estudou, sobretudo, a primeira metade do século XV.

Na Democracia surgiram outros autores. Vamos cingir-nos aos que tiveram maior presença na RPH. Maria Helena da Cruz Coelho continuou a tradição medievalista, cruzando os aspetos económicos, sociais e das mentalidades. Rui Cascão desenvolveu também análises transversais a vários domínios, mas numa época mais tardia, os séculos XIX e XX. Por sua vez, Saul António Gomes abordou questões económicas e sociais, com destaque para a industrialização, na Idade Média e, mais raramente, na Época Moderna. Manuel Augusto Rodrigues publicou dois artigos sobre a obra de dois religiosos do século XVI, um outro sobre a Reconquista Cristã, no século XI, e, finalmente, um último acerca do ensino da Sagrada Escritura entre 1640 e 1910. Arriba-se, para rematar, a José Mattoso, cujos estudos incidiram sobre a História Religiosa e o senhorialismo na Idade Média.

Concluindo, a RPH correspondeu aos intentos dos seus fundadores: dinamizar uma historiografia através de uma revista especializada em História. Esta “pedrada no charco” teve lugar em pleno Estado Novo, no conturbado contexto da Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos assinalou-se um importante impulso, protagonizado pelo Grupo de História da FLUC, que, para além de se embrenhar numa produção historiográfica substancial, ensaiou passos de abertura ao exterior com o convite à participação de historiadores estrangeiros na RPH e com a elaboração de recensões e a referência a obras de

outros países. A abertura seria refreada na década de 1950. Mas, pese embora o grupo inicial, constituído por medievalistas discípulos do historicismo neo-metódico, tenha mantido um grande ascendente sobre a mesma até 1974, isso não impediu a afirmação paulatina de novas formas de fazer história.

Após 1974 observou-se uma explosão historiográfica e uma viragem no sentido de uma maior adesão às novas tendências, em que a História Económica e Social se destacava. Daí que o grupo de historiadores que mais produziu durante a Democracia se tenha situado nesse espaço. No entanto, a mudança viveu paredes meias com a permanência de um certo apego da academia coimbrã à história narrativa, de que Ferrand de Almeida foi o melhor exemplo, assim como à História Medieval, em que batalharam nomes como Maria Helena da Cruz Coelho ou Saul António Gomes, embora bem temperada de metodologias e conceitos pedidos de empréstimo à Nova História.

III.2 O Tempo e o Modo

Para sublinhar o significado da História veiculada na revista *O Tempo e o Modo*, recorremos aos 12 autores que mais artigos historiográficos publicaram. Estes constituíram 13,9% de um total de 86 autores. No conjunto, os seus 45 artigos corresponderam a 29,4% do universo de 153 estudos da área de História. Com exceção de Vasco Pulido Valente, que publicou 13 artigos individualmente (e mais um em coautoria), e de Oliveira Marques, com os seus sete artigos, correspondentes, respetivamente, a 8,5% e a 4,6% dos artigos, os restantes autores, que publicaram mais de um artigo, limitaram-se a três ou a dois estudos. Assim, com três artigos, surgiram João Bénard da Costa, Joel Serrão, José Augusto França, José Lavradio e Luís Salgado de Matos. Já com dois artigos, sucederam-se Júlio Castro Caldas, Luís Matoso, Mahmoud Hussein, Mário Soares e Moisés da Silva Ramos. Vários destes nomes estavam intimamente ligados à Oposição, tendo mesmo alguns deles enveredado, mais tarde ou mais cedo, pela carreira de historiador.

III.2.1 Vasco Pulido Valente

Vasco Pulido Valente iniciou o seu contributo para a dimensão historiográfica da revista *O Tempo e o Modo* logo em 1963. Em outubro lançou a crónica “As ilusões dos soldados perdidos, crítica à obra de Jules Roy «La Bataille de Dien-Bien-Phu»”. Embora breve e genérica, tocou a História de um presente que custava a passar, uma vez que à guerra colonial

na Indochina Francesa, em que a França saía maltratada, se adensava agora a intervenção americana no Vietname. No mês seguinte, num número dedicado inteiramente ao Presidente Kennedy, publicou “A campanha eleitoral” e “América o problema dos negros”. No primeiro faz o relato do trajeto de Kennedy desde as primárias até à sua eleição, percorrendo os meandros da política norte-americana de então. No segundo, tratou da condição dos negros, desde os tempos da escravatura e, em seguida, das leis de Jim Crow, até às lutas mais recentes pela conquista dos direitos civis, em que o próprio Presidente Kennedy estava empenhado.

No número de maio-junho de 1964, dedicado à Europa entre as duas guerras, publicou “A cronologia de uma queda”. Fez aí uma síntese da evolução do nazismo desde a sua fundação até à tomada do poder. Em coordenação com João de Freitas Alexandre escreveu também nesse número o artigo “A França entre duas guerras”, em que são sumariadas duas décadas da História contemporânea de um dos países que sofreu a ocupação nazi. Em julho-agosto desse ano, em “O caso do Vietnam do Sul”, abordou o histórico da guerra vivida por este País. Já em dezembro de 1965, publicou “Portugal e a guerra de 14-18”. Pretendia ser “o primeiro de uma série” e queria-se despretensioso. Daí o evitar referências a fontes. No número seguinte, de janeiro-fevereiro de 1966, saiu a segunda parte. Pulido Valente caracterizou o nosso País no contexto da Grande Guerra, evidenciando os seus bloqueios político-partidários e explorando as questões económicas. Este esforço tinha por intuito explicar a caminhada para a Ditadura Militar e para o Salazarismo. As crises de regime seriam uma problemática a que voltaria regularmente. No número de março-abril de 1967 escreveu “Ramalho Ortigão e a crise do estado em Portugal” para discorrer sobre um dos protagonistas da intelectualidade portuguesa que alimentou o decadentismo subjacente ao estertor das décadas finais da Monarquia. Aliás, no número de novembro-dezembro de 1967 publicou “As duas tácticas da monarquia 1908-1910”, em que narrou as tentativas dos derradeiros governos monárquicos com vista a evitar a implantação da República.

Em maio-junho de 1968, publicou os “Estudos sobre Sidónio Paes: Comércio e Distribuição em 1918”, em que se alongou novamente sobre considerações de História Económica no Sidonismo. No mês seguinte voltou a discorrer sobre o mesmo período com os “Estudos sobre Sidónio Paes: Agricultura e Proletariado Agrícola; Indústria e Sindicatos; Comércio Externo”. Publicou o seu último artigo de História no número de março-abril de 1969, sobre “António Sérgio de Sousa: uma revolução interior”. Depois deste número, que homenageou António Sérgio, afastou-se da revista.

Vasco Pulido Valente tentou manobrar a sua veia de historiador militante articulando um discurso histórico, orientado para a solução dos problemas do presente, através do

recurso à divulgação de crónicas e artigos de índole historiográfica numa linguagem quase jornalística. Os temas que mais trabalhou localizaram-se em cronologias e contextos de crise política, económica e social: o fim da Monarquia, a Primeira República e, dentro desta, o Sidonismo como antecâmara da Ditadura Militar e do Estado Novo. Curiosamente, ao historiar esses períodos convertia-se (ou ambicionava em converter-se) em agente da mudança que atingia mortalmente o Estado Novo, regime claramente em crise quando Pulido Valente escreveu estes artigos. Foi clarividente. Anos depois, o País assistiria à repetição de cenas descritas, ocorridas no primeiro terço do século. O regime sucumbiria e os militares e o povo saíam à rua, inaugurando-se uma nova Era. Desta feita, democrática.

III.2.2 A. H. Oliveira Marques

É agora a vez de analisar António Henrique de Oliveira Marques, que publicou sete artigos, o que representou 4,6% do total da produção historiográfica da revista. A sua participação começou quando ainda estava exilado nos Estados Unidos. Assim, em janeiro de 1967 publicou “Introdução à história da agricultura em Portugal (A questão cerealífera durante a Idade Média)”. Estudo de elevado quilate onde aprofundou as condições de Portugal para a produção de cereais e a forma como se fez a respetiva gestão na Idade Média, em especial, no século XIV. Esta temática era relativamente sensível, uma vez que, como se deduz logo com a citação inicial, Salazar havia recorrido sobre o assunto quando ainda se encontrava na Universidade de Coimbra. Para obviar eventuais cortes pela censura, Oliveira Marques apresentou uma argumentação sólida, assente em fontes arquivísticas, e evitou polémicas. Nos números de março-abril e novembro-dezembro do mesmo ano, assim como nos de julho-agosto de 1968 e nos de janeiro e maio-junho de 1969 publicou os “Estudos sobre Portugal no século XX”. Investigação prosopográfica, bastante inovadora para a época, em que recenseou os governantes portugueses entre 1900 e 1932. Idade, naturalidade, origem familiar, escolaridade, graus académicos e profissão: foram estas as facetas investigadas. Porém, faltou profundidade à análise, praticamente limitada à apresentação de dados. Relegou-se o percurso dos governantes, a relação entre este e a obtenção dos cargos, a contextualização do desempenho governativo e os resultados alcançados. O indivíduo pesou pouco nesta longa abordagem que buscou a construção de um quadro geral sobre os governantes do primeiro terço do século XX, nos quais se incluíam figuras do próprio Estado Novo, como Salazar ou Carmona. Esta audácia de estudar o passado recente era arriscada.

Oliveira Marques, na impossibilidade de estar no País e de nele poder publicar as suas obras, usou a revista *O Tempo e o Modo* como veículo da sua produção historiográfica. No número de março-abril de 1969, homenageou António Sérgio, escrevendo um artigo sobre a sua obra, na vertente de Historiador. Sinalizou os alçapões em que Sérgio se deixou cair e os erros em que incorreu, até pelo desprezo no uso de fontes. Mas reconheceu que, como pensador e ensaísta, Sérgio se adiantou ao seu tempo ao investir mais em levantar questões do que em respondê-las, como até aí faziam os outros historiadores. Introduziu métodos e formas de enquadrar os problemas na senda dos *Annales*. Oliveira Marques afirmou mesmo que Sérgio “deixou semente” e “apontou um caminho” novo para a historiografia nacional. Mais do que um historiador tradicional, que exibia a sua erudição em torno dos documentos, Sérgio era um filósofo que analisava os problemas históricos a partir das ideias.

Terminou aqui a presença historiográfica de Oliveira Marques nesta revista. A História Económica, a História Política prosopográfica e a História da Historiografia foram as temáticas em que se envolveu. Diga-se que o fez com a intenção e a consciência de que estava a pisar terrenos perigosos. Corajosamente, lançou-se sobre a questão cerealífera, tão cara ao regime, abordou os governantes dos inícios do século XX com recurso a uma abordagem holística e ousou aceitar o desafio de efetuar uma análise crítica rigorosa de António Sérgio, o que desafiava tanto o regime como certos setores da Oposição.

III.2.3 João Bénard da Costa

João Bénard da Costa publicou três artigos de natureza historiográfica em *O Tempo e o Modo*. As ocupações de chefe de redação e, mais tarde, de diretor desta revista, concediam-lhe a possibilidade de publicar textos. Porém, destes, só uma pequena parte se considera serem de História. Em novembro de 1963 discorreu sobre “Kennedy e a questão de Berlim”, recuando à origem do problema, ou seja, à Segunda Guerra Mundial. Destrinçou o lugar de Berlim no complexo xadrez que alimentava as tensões entre o Bloco Ocidental e o Bloco de Leste na Guerra Fria. No número de maio-junho de 1964, intitulado “As acções paralelas 1964”, alongou-se sobre o final da Primeira Guerra Mundial, sublinhando criticamente os resultados dos tratados de paz impostos aos vencidos. Seria aí, defendeu, que se lançariam os germes do fascismo e do nazismo e, consequentemente, da Segunda Guerra Mundial. No número de maio de 1967, em “Os silêncios do Vaticano”, explorou a relação do Papa Pio XII com o fascismo e com o nazismo durante a guerra, nomeadamente, no que se refere às atrocidades cometidas aos judeus. Bénard da Costa assinalou, com estes artigos, não apenas

a sua militância católica progressista, mas também a necessidade de evidenciar que o mundo se encontrava, mais uma vez, num interlúdio. Entre guerras. Numa contagem decrescente para um novo conflito mundial.

III.2.4 Joel Serrão

Joel Serrão também publicou três artigos historiográficos na revista *O Tempo e o Modo*. Em março de 1966 divulgou o estudo “Sondagem cultural à sociedade portuguesa cerca de 1870” em que analisou conjuntamente a demografia, a alfabetização, o ensino universitário, a literacia, a intelectualidade e a política portuguesa. No número de março-abril de 1967 publicou o artigo “Para uma caracterização do ensaísmo de António Sérgio” e, no de março-abril de 1969, “António Sérgio, o Educador”. Num e noutro discorreu sobre este astro do pensamento português, sublinhando as suas ideias: o cooperativismo, a social-Democracia, a liberdade, a justiça e a educação.

III.2.5 José Augusto França

José Augusto França, historiador de arte, foi outro dos autores a publicar três artigos de historiografia nesta revista. Em dezembro de 1964 lançou-se sobre “A pintura portuguesa e o mundo moderno”. Sinalizou aí as pontes de ligação entre o movimento artístico português e as tendências internacionais. Lucubrou sobre as várias gerações de pintores portugueses que, pelas mais diversas razões, emigraram entre os inícios do século XX até à década de 1960, dirigindo-se sobretudo para França. No número de janeiro-fevereiro de 1966 escreveu sobre a “Lisboa pombalina”, entrando pelos pormenores do urbanismo definido pelos arquitetos de Pombal e pelas inovações arquitetónicas introduzidas daí até à primeira metade do século XX. Em março de 1966, publicou o “Esboço duma sociologia da vida artística portuguesa no século XIX”, onde caracterizou profusamente a evolução da arte num País bloqueado, com estruturas económicas, sociais, culturais e mentais obsoletas.

III.2.6 José Lavradio

José Lavradio, precocemente desaparecido, mas presença frequente nos primeiros tempos da revista, publicou três textos que historiaram o tempo presente. Em novembro de 1963, no número dedicado ao Presidente Kennedy, fez um esboço sobre “A economia dos

E.U.A. na "Era Kennedy", e clarificou a estratégia adotada por Kennedy relativamente ao Congresso para obter os apoios necessários à prossecução da sua governação. Em dezembro de 1963, em "Os sinais do tempo" deu o exemplo do processo gradual de perda de influência dos colonos brancos do Quênia e a sua partilha de poder com os africanos e com os asiáticos até se chegar ao ponto de se proclamar a independência. Este artigo, que passou pela censura, enviava sinais ao regime do que poderia ser feito para resolver a questão ultramarina quando, por imobilismo, se perdera a Índia e se travava em África a guerra colonial.

III.2.7 Luís Salgado de Matos

O autor Luís Salgado de Matos publicou o seu primeiro artigo no número de maio-junho de 1964 intitulado "Os Estados Unidos entre duas guerras do isolacionismo ao intervencionismo". Estudo onde descreveu as várias fases da política externa americana desde 1821 até à década de 1960. Em outubro-novembro de 1964 deteve-se sobre "Os partidos políticos americanos", explicando as suas origens e a sua evolução. Em março de 1966 publicou um artigo para preencher o vácuo existente sobre a vida e pensamento de "Basílio Teles", importante figura do republicanismo da segunda metade do século XIX e dos inícios do século XX.

III.2.8 Júlio Castro Caldas

Por sua vez, Júlio Castro Caldas publicou dois textos na revista *O Tempo e o Modo*. O primeiro, em fevereiro de 1965, foi uma crónica sobre a vida e obra de "Jean Moulin", herói da resistência francesa ao invasor nazi. O segundo, em março de 1966, sobre "Mouzinho da Silveira". Nele recordou o legislador revolucionário, fiel à Carta Constitucional, enumerando as leis que, pela sua mão, foram aprovadas.

III.2.9 Luís Matoso

Luís Matoso publicou em maio-junho de 1969 um texto de pendor histórico acerca do "Nacionalismo Basco: o passado e o presente", numa altura em que o sentimento independentista se manifestava de forma violenta em Espanha. E, no número de novembro e dezembro de 1970, difundiu um artigo centrado no "Anti-autoritarismo, anarquismo, sindicalismo". A tentativa de proclamar uma visão alternativa à versão oficial da História foi

temperada com citações a Salazar e a outro dirigente da União Nacional. Porém, por detrás do elogio, que terá eventualmente garantido o beneplácito da censura, deteta-se uma certa dose de ironia. Ambos os textos fazem uma clara defesa dos contrapoderes face aos autoritarismos, nacionalismos e centralismos. O povo e a burguesia ocupavam o espaço na elaboração da História, opondo-se aos poderes instituídos.

III.2.10 Mahmoud Hussein

Mahmoud Hussein difundiu, nos dois números publicados entre janeiro e abril de 1971, o trabalho intitulado “Egipto uma burguesia de estado”. Nele, este autor visitou a Revolução de 1952, empreendida pelos Oficiais Livres, e tratou de relance a sua ação desde esse momento até à década de 1960. O tom é de claro apoio e de elogio aos revolucionários e de repúdio das tentativas de domínio levadas a efeito pelo Bloco Ocidental e por Israel.

III.2.11 Mário Soares

Mário Soares, já então um membro muito ativo da Oposição, também publicou dois artigos de feição histórica. Em janeiro de 1963, abordou “Oliveira Martins e a questão do regime” e, em setembro de 1963, assinalou o “Centenário de João Chagas”. Duas das maiores figuras da política nacional do final da Monarquia e da Primeira República. Assim, logo no primeiro número da Revista, Mário Soares clamou por uma História Contemporânea, defendendo, pois, que o século XIX “continua a ser um *grande desconhecido*”. Percorreu a vida de Oliveira Martins, inicialmente defensor do socialismo e, mais tarde, de soluções autoritárias, mas sempre no quadro do regime monárquico. Logo, foi um idealista que se contentou em querer mudanças que aproximassem o povo da Monarquia, mas sem a pôr em causa. Já João Chagas foi arvorado como um exemplo de verticalidade e virtudes no esteio do Republicanismo.

III.2.12 Moisés da Silva Ramos

Moisés da Silva Ramos, conhecido militante anarco-sindicalista e libertário, publicou também dois textos historiográficos na segunda série da revista *O Tempo e o Modo*. Em setembro de 1970, no artigo “O socialismo reformista a experiência portuguesa até à 1ª guerra mundial”, recuou até à fundação do Partido Socialista Português, em 1875, descrevendo a

sua evolução até à Primeira Guerra Mundial. Já em outubro de 1970 tratou da “Autogestão em Espanha”. Atentou nas origens da autogestão na Segunda República Espanhola, descrevendo a experiência da coletivização durante a Guerra Civil.

III.2.13 Síntese

A revista *O Tempo e o Modo*, não consistindo numa revista especializada de História, serviu de via difusora de muitos estudos históricos, principalmente, de divulgação. Destinados ao grande público, colocaram em geral de lado a linguagem erudita e concentraram-se em épocas mais recentes e em problemáticas que tendiam a ser ignoradas pelo Estado Novo. Os autores usaram *O Tempo e o Modo* enquanto ágora de reflexão sobre as origens profundas do autoritarismo e como meio de problematização indireta dos bloqueios do Estado Novo e das possíveis soluções para os ultrapassar. Assim se explica a existência de artigos que debatem temas que tocam em várias feridas: as guerras na Indochina e no Vietname, a descolonização no Quênia e a segregação racial nos Estados Unidos são uma crítica à Guerra Colonial e ao colonialismo, sugerindo soluções pacíficas e negociadas para a sua resolução; as causas e condições que terão contribuído para o surgimento, consolidação e longevidade do autoritarismo, sobretudo em Portugal, recuando à crise da Monarquia, à Grande Guerra, à Primeira República, ao Sidonismo e aos próprios regimes autoritários; a evocação de personalidades e modelos de governação socialistas e republicanas, bem como eventos revolucionários, como que encaminhando e familiarizando os leitores com realidades possíveis para Portugal num futuro próximo.

Foi desta forma que *O Tempo e o Modo* conseguiu servir de contraponto ao discurso oficial, expondo o que se passava num regime obsoleto, a ruir, e envolvido numa custosa e prolongada Guerra Colonial. Consentida pelo Estado Novo, que usava os meios repressivos de que dispunha para condicionar os autores, a historiografia militante desta revista não se dirigiu apenas contra o regime português. A sua derivação para um campo político mais radicalizado, mesmo após a Revolução de 25 de Abril de 1974, teve como efeito a defesa de um determinado posicionamento político-ideológico, que tomava como modelo o maoísmo implantado na China enquanto criticava de forma acutilante o revisionismo marxista-leninista propalado pela União Soviética. Porém, se durante a ditadura *O Tempo e o Modo* vivera dificuldades, na Democracia a acalmia das paixões políticas foi-lhe fatal. Ficou a imagem de irreverência e de militantismo.

III.3 Análise Social

A *Análise Social* contribuiu também para a modernização da História. O cenário posterior a 1974 foi, obviamente, distinto do Estado Novo. A opção pela contemporaneidade e por temas como a emigração, a demografia, as classes trabalhadoras, a Primeira República e a ecologia vieram agitar o conspecto historiográfico português. Naturalmente, a abertura proporcionada pela Revolução veio conceder liberdade para sulcar mais áreas e favorecer o avolumar da produção historiográfica, que passou a ocupar um lugar muito significativo na revista. Comparativamente, entre 1968 e 1973 publicaram-se 11 estudos históricos e, em *Democracia*, ascenderam a 334. Do total de 345 estudos históricos publicados por 199 autores entre 1968 e 1996, 131 deles, ou seja, 37,9% do total, foram produzidos por 22 autores (11% do total). Estes publicaram quatro ou mais artigos. Na sua maioria, estavam associados ao Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e, em fase posterior, ao Instituto de Ciências Sociais (ICS). Logo, esta revista constituiu um meio preferencial de difusão da investigação científica que eles produziam.

Os historiadores mais fecundos foram Maria Filomena Mónica (11 estudos), Manuel de Lucena (10 estudos), Fátima Bonifácio (nove estudos), Vasco Pulido Valente (oito estudos), Jaime Reis (sete estudos). Com seis estudos surgiram José Barreto, Maria de Lourdes Lima dos Santos, Manuel Villaverde Cabral e Valentim Alexandre. Os autores de cinco estudos foram José Machado Pais, Maria Eduarda Cruzeiro e João B. Serra. Com quatro estudos aparecem António Barreto, António Costa Pinto, António Manuel Hespanha, Conceição Andrade Martins, Fátima Patriarca, Joel Serrão, Jorge Pedreira, Luís Espinha da Silveira, Maria de Fátima Brandão e Rui Ramos. Não por acaso, encontram-se entre estes alguns vultos da historiografia nacional da segunda metade do século XX. Abaixo elabora-se uma análise à produção dos que mais estudos publicaram.

III.3.1 Maria Filomena Mónica

Maria Filomena Mónica²¹, inaugurou a sua participação na *Análise Social* com o estudo “Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do Salazarismo”, datado de 1973. Haveria de regressar ao tema da educação em 1976, 1977 e 1980, com os estudos “A sociedade, o Estado e a educação popular: Inglaterra, Portugal e Japão”, “«Deve-se

²¹ Licenciada em Filosofia pela Universidade de Lisboa (1969) e doutorada em Sociologia, pela Universidade de Oxford (1978). Investigadora do ICS.

ensinar o povo a ler?» – a questão do analfabetismo (1926-1939)” e “Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX”. Outra problemática que também explorou abundantemente foi a da industrialização, com atenção às classes operárias e capitalistas. Esta vertente está bem patente nos estudos “Uma aristocracia operária: os chapeleiros (1870-1914)” (1979), “Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande” (1981), “Indústria e Democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)” (1982) e “Capitalistas e industriais (1870-1914)” (1987). Mais no final do período em análise, e partindo inicialmente da perspetiva económica, interessou-se pela dimensão política com o estudo “Negócios e política: os tabacos (1800-1890)” (1992). Evoluiu depois para o âmago do sistema político, irrompendo pela sua composição, com “A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)” (1994), e terminando com a análise aos mecanismos de governabilidade com o estudo “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910” (1996).

Filomena Mónica começou por empregar intensivamente a sua formação em Sociologia quando se entregou ao estudo dos temas da educação e da industrialização. Analisou a educação enquanto fenómeno sociológico de massas, comparando até a realidade de Portugal com as de outros países. Advertiu para a escola como mecanismo de reprodução social, de promoção das ideologias e de controlo político-social. Da indústria, suportada em dados estatísticos, desenhou profundos quadros sociológicos do operariado e dos capitalistas, refletindo simultaneamente sobre as vertentes económicas e sociais. Um terceiro veio da sua investigação foi o do sistema político. Os estudos em torno dos capitalistas e seus negócios, durante a Monarquia Constitucional, serviram de trampolim para a passagem para a trama político-partidária. O exame das reformas na Câmara dos Pares e do sistema eleitoral, com invocação dos seus protagonistas, fugiu à caracterização sociológica pura, mas não desleixou o pulsar do País, nas diversas classes sociais. Filomena Mónica concentrou-se na compreensão dos fenómenos económicos, sociais e políticos do regime liberal, tentando descortinar nos seus insucessos as origens do autoritarismo do século XX.

III.3.2 Manuel de Lucena

Já Manuel de Lucena²² optou pelo estudo do Estado Novo nas suas facetas político-ideológica, económica e social, com ênfase para a questão do corporativismo: osmose

²² Católico progressista, membro da JUC, participou ativamente na crise estudantil de 1962 e fez parte da equipa inicial da revista *O Tempo e o Modo*. Como corolário da sua atitude contestatária, desertou do Exército e exilou-se no estrangeiro, onde circulou por vários países, colaborando com movimentos da Oposição. No Instituto

sincrética que procurava, em nova fórmula, harmonizar o pensamento e o funcionamento da sociedade portuguesa. O corporativismo foi uma das principais linhas de investigação da sua carreira. Inclusive, começou por aí na *Análise Social*, publicando uma série de três artigos em 1978 e 1979 “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura” e, em 1980, um outro, dentro do mesmo tema, mas mais específico “Sobre as federações de grémios da lavoura: breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer”.

Em 1991, Lucena voltou às mesmas lides com “Salazar, a «fórmula» da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário”. Este reavivar do tema serviu de preâmbulo a dois artigos, também de 1991, em coautoria com Carlos Gaspar, acerca das “Metamorfoses corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da Democracia em Portugal”. A herança do passado salazarista continuava a pesar na Democracia. Já em 1982, com o artigo as “Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil”, havia dado conta das ruturas e das continuidades ocorridas nos organismos de coordenação económica, tanto no Estado Novo como na Democracia, enquanto resposta cabal às necessidades e complexidades da economia e da sociedade. Finalmente, nas “Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica” (1984) e nas “Notas para uma teoria dos regimes fascistas” (1994) demorou-se em aspetos relacionados com o posicionamento ideológico dos fascismos e, particularmente, do Salazarismo.

III.3.3 Fátima Bonifácio

Fátima Bonifácio²³ foi também uma das autoras com maior número de estudos publicados na *Análise Social*. Começou o seu percurso nesta revista com um estudo sobre “Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)”, em 1981. Em 1982, regressou ao tema do Setembrismo com “A Revolução de 9 de Setembro de 1836: a lógica dos acontecimentos”. A partir de 1984 iniciou uma série de estudos sobre o protecionismo. O

de Ciências do Trabalho, em Paris, sob a direção do Professor G. Lyon-Caen, desenvolveu uma investigação que deu origem ao estudo “A Evolução do Sistema Corporativo Português”. Regressado a Portugal, em 1974, para retomar o serviço militar, acabou por ser integrado no GIS (Matos 2015).

²³ Licenciada pela FLUL (1977) e doutorada, também em História, pela FCSH/UNL (1990), onde exerceu docência, destacou-se como investigadora do GIS (mais tarde ICS) desde 1978. Especializou-se na Monarquia Constitucional, concretamente, no período entre 1834 e 1851. A sua tese de doutoramento pôs em causa o consenso existente entre os historiadores acerca da defesa do protecionismo pelos setembristas e do livre-cambismo pelos cartistas. Demonstrou que, afinal, ambos tinham levado a cabo políticas protecionistas. Fátima Bonifácio enquadrou-se num movimento de reabilitação da história política e biográfica, iniciado na década de 1980. Foi, de certo modo, contra a corrente maioritária, fazendo mesmo loas ao “abençoado retorno da velha história” num artigo em 1993. Optou pelo estilo narrativo, revalorizou o papel do historiador como demiurgo da História e restituiu protagonismo aos indivíduos nos processos históricos num período em que a historiografia portuguesa se abandonava a complexos modelos metodológicos orientados para a submissão das singularidades aos quadros gerais.

primeiro decantou o hiato entre “1834-42: a Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes)”. Em 1986, com o estudo “A Associação Comercial do Porto no contexto político-económico nortenho e nacional (segundo quartel do século XIX)” esmiuçou o papel desta entidade no quadro das movimentações políticas sobre a pauta. Em 1988, apresentou o estudo “O proteccionismo como ideologia radical” e, em 1991, o artigo “Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado)”. Nestes dois apresentou os argumentos do proteccionismo como política de regime, mais favorecedora, evidentemente, dos interesses da capital.

Em 1992, publicou “A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração)”, no qual demonstrou as dificuldades da instauração do sistema liberal devido ao carácter fraudulento das eleições. Em 1993, em “Costa Cabral no contexto do liberalismo doutrinário”, comparou o doutrinário português ao de outros países e descreveu a sua evolução na cena política. Finalmente, em 1993, deu à estampa o artigo intitulado “O abençoado retorno da velha história”, através do qual se insurgiu contra uma certa adulteração da História quando esta se deixou misturar com as Ciências Sociais em busca de uma maior cientificidade. A tonelagem das grandes estruturas e movimentos havia ofuscado o papel dos indivíduos, criando uma História onde, de antemão, os desfechos estavam pré-determinados. Face a uma História dominada por leis universais, contrapôs a História como disciplina literária em que os indivíduos são reabilitados e valorizados como principais atores históricos (Reisch 1991:20; Jaeger 1985; Ankersmit 1988:214).

III.3.4 Vasco Pulido Valente

Faz-se agora referência a Vasco Pulido Valente²⁴. Iniciou a sua participação nesta revista em 1972 com o estudo “A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910 – Agosto de 1911)” onde firmou a difícil relação entre a República e os trabalhadores. Logo a seguir iniciaria uma série de estudos de análise aos movimentos de forte contestação política e social: em 1973, com “A «Revolta do Grelo»: ensaio de análise política”; em 1979, com “O povo em armas: a revolta nacional de 1808-1809”; e, em 1995, com “Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826-1827)”. Mergulhou novamente, e por diversas vezes, nas atribulações da Primeira República com os estudos: “Crentes e conversos:

²⁴ Doutorou-se em História, na Universidade de Oxford, em 1974. A sua tese, orientada por Raymond Carr, intitulou-se “O Poder e o Povo: a revolução de 1910”. Pulido Valente foi professor em várias instituições do Ensino Superior e integrou o ICS. Dedicou-se sobretudo à História Política, como se verifica ao examinar os estudos que publicou na *Análise Social*.

a República na província (Outubro de 1910-Maio de 1911)” e “Moderados e radicais na I República: da conciliação ao terror (Outubro de 1910-Agosto de 1911)”, em 1975; e, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, em 1992. Para além de estudar estes campos, em 1981, no artigo “Os conserveiros de Setúbal (1887-1901)” traçou uma profunda análise económica e social deste universo, suportada em dados estatísticos.

III.3.5 Jaime Reis

Jaime Reis²⁵ publicou vários estudos de História Económica. Inicialmente, interessou-se pela agricultura, com os artigos: A «Lei da Fome»: as origens do protecçãoismo cerealífero (1889-1914)”, em 1979; e o “Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930”, em 1982. Depois enfrentou uma das problemáticas que nesta época captaram a atenção dos historiadores: “O atraso económico português em perspectiva histórica (1860-1913)”, em 1984. Nos anos seguintes dedicou-se às questões da industrialização: “A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice”, em 1986; e “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”, em 1987. Por fim, em 1994, num momento em que os problemas monetários voltaram a assolar a Europa, publicou um estudo sobre os “Aspectos da história monetária portuguesa da segunda metade do século XIX”.

III.3.6 José Barreto

José Barreto²⁶ publicou em 1981 “Uma greve fabril em 1849” (sobre a greve dos operários de fundição e serralharia do Bairro da Boavista, em Lisboa) e a primeira parte do estudo “Os tipógrafos e o despontar da contratação colectiva em Portugal”, cuja continuação veria a luz no ano seguinte. Em 1984, em “Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais»” (1911), analisou os testemunhos do secretário-geral da Comissão Executiva do

²⁵ Doutorou-se em História pela Universidade de Oxford (1975), tendo-se especializado em História Económica pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (1984). Foi professor nesta faculdade e em várias universidades no Reino Unido e Espanha e no Instituto Universitário Europeu. Integrou o GIS em 1978, transitando em 1982 para o ICS.

²⁶ Licenciou-se em Economia pela Universidade de Budapeste, em 1974. No ano seguinte ingressou no GIS, transitando depois para o ICS. Interessou-se pelas áreas da sociologia do trabalho e da História das relações laborais e do sindicalismo em Portugal. A partir da década de 1990 enveredou pela História social e política do século XX português, demorando-se no pensamento político e dos intelectuais portugueses e nas relações entre o poder político e a Igreja Católica durante a Primeira República e o Estado Novo. Em 1992, para progressão na carreira, defendeu a dissertação “A formação das centrais sindicais e do sindicalismo contemporâneo em Portugal (1968-1990)”. Na *Análise Social* transparecem esses interesses, misturando-se até nos últimos artigos.

Congresso Sindicalista, espécie de central sindical que agregava os sindicatos portugueses, através dos relatos que aquele produziu aquando das deslocações que fez ao Ribatejo e ao Alentejo, em 1911. Após uma pausa de seis anos, regressou com dois artigos, em que avançou nas cronologias. Alargou-se, então, a temáticas políticas. Assim, em 1990, publicou “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano” onde descreveu o processo de “reanimação sindical” gerado pela Primavera Marcelista e, em 1994, “Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar”. Neste escrutinou longamente a evolução dos posicionamentos tanto dos comunistas, ideologicamente mais coesos e munidos de maior organização, como dos católicos, tendencialmente mais dispersos e menos organizados.

III.3.7 Maria de Lourdes Lima dos Santos

Maria de Lourdes Lima dos Santos²⁷ começou por abordar as mentalidades da burguesia liberal com os estudos “Para a análise das ideologias burguesas. I – Os costumes do «bom-tom»”, publicado em 1977, e “Para uma análise das ideologias burguesas – II O «drama social»”, saído em 1978. Continuou a laborar no pensamento, mas, desta feita, sobre o plano intelectual, com os estudos “Sobre os intelectuais portugueses no século XIX (do Vintismo à Regeneração)” (1979) e “«Os fabricantes dos gozos da inteligência» – alguns aspectos da organização do mercado de trabalho intelectual no Portugal de Oitocentos” (1983). Posteriormente, divulgou dois estudos sobre a temática do livro: “As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)” (1985) e “A elite intelectual e a difusão do livro nos meados do século XIX” (1992).

III.3.8 Manuel Villaverde Cabral

Manuel Villaverde Cabral²⁸, em 1976, ainda no rescaldo da Revolução, durante a qual se travaram intensos debates opondo vários modelos de sociedade, escreveu “Sobre o século XIX português: a transição para o capitalismo”. Neste ano contribuiu também para o

²⁷ Doutorou-se em Sociologia da Cultura pelo ISCTE e integrou o ICS. As suas investigações centraram-se em torno da História Cultural.

²⁸ Obteve a licenciatura em Letras Modernas, pela Universidade de Paris, em 1968. Depois de 25 de Abril de 1974 regressou do exílio, tendo ingressado no ISCTE como assistente. Mas a sua ligação a França manter-se-ia com o doutoramento em História, na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, em 1979. A sua tese versou sobre a História Económica e Social do nosso País: “Le Portugal de 1890 à 1914: forces sociales, croissance économique et pouvoir politique”. Acumulou a docência universitária com a atividade de investigador no ICS. Os estudos que publicou na *Análise Social* percorreram tanto a História Económica e Social como a História Política.

movimento historiográfico que se ia focando sobre a experiência portuguesa do Salazarismo com o estudo “Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes”. Em 1977, debruçou-se sobre a “Situação do operariado português, nas vésperas da implantação da República”. Em 1979, fez um esboço interpretativo acerca da Grande Guerra e do Sidonismo. Em 1983, num longo salto temporal, produziu a síntese “A «Segunda República» portuguesa numa perspectiva histórica”, destinada originalmente a elucidar o público estrangeiro numa conferência acerca do regime nascido da Revolução dos Cravos. Nele descreveu retrospectivamente as reminiscências do Liberalismo e o «autoritarismo moderado» do Estado Novo, esboroadado a partir das transformações operadas a partir de 1958 que conduziram à ascensão e suspiro tecnocrático do Marcelismo. Expôs, finalmente, a consolidação da Democracia moderada após a turbulência revolucionária.

III.3.9 Valentim Alexandre

Valentim Alexandre²⁹ publicou em 1980 o estudo “O liberalismo português e as colónias de África (1820-39)”, através do qual analisou a gestão das possessões africanas no contexto da independência do Brasil, os problemas com a Inglaterra advenientes do tráfico de escravos e os projetos irrealizados de colonização. Em 1988, trouxe à liça “As ligações perigosas: o império brasileiro face às convulsões internacionais (1789-1807)”, esclarecendo as vantagens iniciais da Revolução Francesa para o Brasil, fornecedor de bens coloniais, com destaque para o açúcar. Lembrou, ao mesmo tempo, as tensões provocadas pelo bloqueio continental que colocaram Portugal na mira de Napoleão, conduzindo ao envolvimento do Brasil num conflito distante. Consequentemente, esta possessão acabou mesmo por receber a Família Real e a Corte no Rio de Janeiro, constituindo um dos palcos da guerra com a invasão da Guiana.

Em 1991, voltou à questão do abolicionismo, com o estudo “Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51)”. O fim do tráfico de escravos motivou fortes reações em Portugal contra a atitude da Inglaterra de apresar navios negreiros de bandeira portuguesa com vista a impedir um tráfico a que as autoridades brasileiras e lusitanas alegadamente fechavam olhos. Ou, quando se esforçavam para o estancar, eram confrontadas com a resistência dos negreiros. Em 1993, descreveu toda a trama que conduziu ao reconhecimento

²⁹ Jurista de formação, doutorou-se em História Política e Institucional, pela FCSH/UNL, em 1989. Integrou também o ICS como investigador, desenvolvendo ampla atividade ao nível da História Colonial e das relações externas portuguesas na Época Contemporânea. Os seus estudos na *Análise Social* corroboram estas opções.

da independência do Brasil por D. João VI com o estudo “A desagregação do império: Portugal e o reconhecimento do Estado brasileiro (1824-1826)”. Em 1993, entrou pela “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo” sumariando o caminho trilhado pela República, tendencialmente autonomista e desenvolvimentista para as colónias, cortado depois pela centralização e pela satisfação dos interesses metropolitanos ditados por Salazar. Finalmente, em 1996, com o estudo “Questão nacional e questão colonial em Oliveira Martins”, Valentim Alexandre revisitou este autor para confrontar as suas teses, por vezes polémicas e até contraditórias ao longo do tempo, consoante a posição em que se encontrava relativamente ao poder. Algumas das teses martinianas, surgidas num contexto de recrudescimento do Iberismo e de ameaças das grandes potências ao Império Colonial, tiveram reflexo décadas mais tarde nas opções políticas de vários governos.

III.3.10 José Machado Pais

Chama-se agora José Machado Pais à coação³⁰. Em 1976 e em 1978, em coautoria com outros quatro colegas de investigação, publicou as duas partes do estudo “Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo»: 1928-38”. O foco foi, inicialmente, económico, mas depois alargou-se à dimensão político-ideológica. Já os estudos que em seguida divulgou evidenciaram o seu interesse pelas mentalidades. No artigo “A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX”, datado de 1983, caracterizou esta realidade, classificada como marginal pela sociedade. Entre outros aspetos, abordou as suas origens, o vocabulário, as crenças, os comportamentos, o modelo de negócio, os preços, as conexões e estratificações sociais, o fado e as relações amorosas.

Em 1984, publicou “Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana”. Tomou “o namoro e as relações de sedução” como ponto de partida para a consecução da elaboração de estudos de História do Quotidiano. Elegeu o método biográfico como plausível, recorrendo a fontes escritas como memórias, mas também outras que revelassem o contexto coletivo, e valorizou as fontes literárias e audiovisuais. Entendia que as fontes documentais escritas, ditas tradicionais, eram insuficientes, pois encontravam-se, “em geral, dispersas em arquivos e bibliotecas, sendo norma bastante comum carecerem de catálogos sistematizados relativos quer aos temas genéricos sobre que incidem, quer aos conteúdos mais

³⁰ Formou-se em Economia, sendo doutorado em Sociologia. Ingressou como professor no ISCTE e como investigador no ICS. Dirigiu a revista *Análise Social*, na qual publicou vários estudos até 1996 sobre História Económica e História das Mentalidades.

particularizados” (Pais 1984). Por isso, “os primeiros momentos de investigação sobre o quotidiano convertem-se, assim, numa peregrinação nem sempre frutífera em torno desses arquivos e bibliotecas” (Pais 1984). Em 1986, publicou o estudo “A imagem da mulher e os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX em Portugal”. Aí teve oportunidade de desfiar minuciosamente a forma de encarar a mulher na sociedade burguesa de oitocentos e os comportamentos adotados para a sedução.

III.3.11 Maria Eduarda Cruzeiro

É a vez de Maria Eduarda Cruzeiro³¹. Na *Análise Social*, dissecou, em 1979, os “Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional”. Em 1988, analisou “A reforma pombalina na história da Universidade”. Nesse mesmo ano publicou também o estudo “Capital simbólico e memória institucional – a Universidade no século XIX”, em que explorou os mecanismos de sofisticação memorialística e simbólica explorados pela Universidade de Coimbra. Sobre essa mesma instituição difundiu outro estudo, em 1992, que incidiu sobre “Os professores da Universidade de Coimbra na segunda metade do século XIX”. Neste, para além de sublimar a relevância social do corpo docente, realizou a respetiva caracterização. Por fim, em 1994, publicou “A universidade sitiada: a Universidade de Coimbra entre os dois liberalismos (1820-1834)”, revelando os problemas e as mudanças preconizadas no contexto da instabilidade política das lutas entre liberais e absolutistas.

III.3.12 João B. Serra

Passa-se a João B. Serra, investigador e professor no ISCTE e na Universidade Nova da Universidade de Lisboa. Na *Análise Social* publicou estudos sobre temas variados. Em 1980, dedicou um artigo à industrialização, intitulado “Em defesa dos «interesses industriais» – António de Oliveira Marreca (1848-49)”. Aí, revelou a argumentação utilizada para promover a industrialização do País, o que significava aumentar o valor das pautas aduaneiras para os produtos importados do nosso principal fornecedor, a Inglaterra. Em 1982, em coautoria com Luís Salgado de Matos, publicou o estudo “Intervenções militares na vida

³¹ Formou-se em filologia românica, mas continuou os estudos na *École de Hautes Études de en Sciences Sociales*, de Paris, na década de 1970, onde acabaria por se doutorar em sociologia, em 1990. Ingressou no GIS, em 1966, transitando depois para o ICS, que dirigiu entre 1992 e 2007. Foi professora no ISCTE entre 1972 e 1992. Os seus interesses, como investigadora, abrangeram as áreas da epistemologia e metodologia das ciências sociais e a sociologia da educação, entrando pelo estudo do sistema de ensino, em especial, do universitário.

política”, buscando as fontes de legitimidade invocadas pelos revoltosos e o papel desempenhado pelas Forças Armadas na cultura política portuguesa entre a implantação da República e 1974. Em 1987, estudou as “Elites locais e competição eleitoral em 1911”, expondo a força dos hábitos eleitorais herdados da Monarquia e a recomposição das elites locais de Alcobaça com a vitória do republicanismo. Em 1988, recuperou o tema da industrialização com o estudo “Arte e indústria na transição para o século XX: a fábrica dos Bordalos (1884-1924)”, enunciando a dimensão artística desta fábrica e, em simultâneo, a trajetória de crise que levou ao respetivo sufoco financeiro. Nesse ano publicou também o estudo “As reformas da administração local de 1872 a 1910”, no qual explicitou cada uma das reformas que modelaram a administração local nas últimas décadas da Monarquia Constitucional.

III.3.13 Síntese

Obviamente, seria possível continuar o rol de autores. Para finalizar, alude-se apenas aos nomes dos que produziram quatro estudos: António Barreto, António Costa Pinto, António Manuel Hespanha, Conceição Andrade Martins, Fátima Patriarca, Joel Serrão, Jorge Pedreira, Luís Espinha da Silveira, Maria de Fátima Brandão e Rui Ramos. São, também eles, figuras sonantes tanto da historiografia como da arena pública. Sumariando, e como atrás se sublinhou, nota-se uma preponderância clara de autores oriundos do ICS no conjunto dos artigos da *Análise Social* e uma certa continuidade entre o que foi publicado antes e depois de 1974.

A *Análise Social* sofreu uma intensificação da História nos artigos que publicou após 1974. A Época Contemporânea ocupou o espectro cronológico e as temáticas aduzidas centraram-se na História Económica e Social e na História Política. Quase todos os autores atrás analisados tiveram passagens pelo estrangeiro (França, Reino Unido, Hungria) e trouxeram consigo metodologias até então pouco exploradas em Portugal. Estes “historiadores estrangeirados” (mas não só) irromperam com estudos históricos de teor sociológico tanto no domínio político como económico e social. Convocaram os movimentos sociais e políticos para a arena histórica num contexto de turbulência e posterior acalmia revolucionária. Expuseram os desafios de Portugal no abolicionismo e projeto colonial novecentista, na educação e no atraso económico, tocando nos meandros da relação luso-britânica durante o Liberalismo. Estudou-se o autoritarismo. Houve ainda possibilidade de abençoar o retorno da “velha História”. Logo, a *Análise Social* funcionou como um espaço

onde os historiadores, recorrendo ao rigor metodológico, puderam chamar a terreiro alguns dos principais problemas históricos do País, com impacto e influência no presente, para os escrutinarem no sentido de, eventualmente, se desvendarem os possíveis caminhos a trilhar (Sewell 2010). Nesta revista a História assumiu-se, de certo modo, como mestra da vida (Nadel 1964:300).

III.4 Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Dos 240 estudos publicados entre 1970 e 1996 pela RFLUP, 138 deles pertencem a historiadores que assinaram, pelo menos, cinco estudos nesta revista. Ou seja, 17 autores publicaram mais de metade dos estudos (57,5%). Destes, houve três que ascenderam a 14 estudos, correspondendo individualmente a 5,8% do total. Ou seja, em conjunto, produziram o equivalente a 17,4% do total dos estudos: Humberto Baquero Moreno, José Marques e Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Com 10 estudos (4,2%) surgiu unicamente Vítor Oliveira Jorge, enquanto com oito (3,3%) apareceram, em simultâneo, Luís A. de Oliveira Ramos, Luís Miguel Duarte e Eugénio dos Santos. Outros três autores publicaram sete (2,9%) estudos cada: Aurélio Oliveira, Jorge Fernandes Alves e Victor de Sá. Seis autores publicaram seis estudos (2,5%) cada: Fernando de Sousa, Francisco Ribeiro da Silva, Natália Ferreira Alves, Susana Oliveira Jorge, Joaquim Ferreira Alves, Armando Carvalho Homem e Mário Barroca.

III.4.1 Humberto Baquero Moreno

Começa-se com Humberto Baquero Moreno³², que deu início à sua caminhada na RFLUP em 1984. No artigo “A representação do Concelho de Guimarães nas Cortes de Lisboa de 1446”, apresentou as queixas de alguns fidalgos da região num contexto de tensão entre os partidários de D. Pedro e de D. Afonso V. Em 1985, no estudo “A campanha de

³² Licenciou-se em História. Após dois anos a exercer a docência no Liceu Camões, ingressou como segundo assistente nos Estudos Gerais de Moçambique, reconvertidos em 1968 na Universidade de Lourenço Marques. Aí, foi professor de inúmeras cadeiras. Dedicou-se também a uma vertente que iria desenvolver toda a sua carreira - a investigação - na qual privilegiava o contacto com as fontes, tanto em Portugal como no estrangeiro. Enquanto publicava dezenas de estudos, redigiu a sua tese de doutoramento intitulada “A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado Histórico”. Defendeu-a na Reitoria da Universidade de Lisboa, em janeiro de 1974. No contexto da descolonização acabaria por abandonar Moçambique, vindo a ser professor da FLUP (Santos 2003; Marques 2015). Nesta, desempenharia também funções de gestão e contribuiria para a reativação da *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História*. Baquero Moreno foi um medievalista que centrou a sua atividade nos finais do século XIV (crise de 1383-1385) e no século XV, como se pode atestar nos artigos que publicou na *RFLUP*.

D. João I contra as fortalezas da Região de Entre-Douro-e-Minho” relatou o processo de submissão da nobreza local ao poder deste monarca e a consequente punição dos nobres que permaneceram leais a D. Beatriz. Em 1986, descreveu as “Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média”, indicando as condições existentes nas localidades por onde estas passavam. Em 1987, em a “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média” trouxe à vista um cenário de tensão entre a nobreza e a Coroa devido às investidas do Rei contra os nobres com o objetivo de centralizar o poder. Em 1988, em “Alguns aspectos da marginalidade social, na cidade do Porto, nos fins da Idade Média” aprofundou a dimensão social da marginalidade e indicou as limitações que a nobreza e o clero colocavam à aplicação da justiça régia.

Em 1989, no artigo “A representação do Concelho de Caminha junto do poder central em meados do século XV” deu conta das dificuldades atravessadas por este concelho resultantes da guerra e das estratégias implementadas para as ultrapassar. Em 1990, em “Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV” sublinhou a intensidade com que portugueses e galegos se relacionavam, com ampla circulação nos respetivos territórios e com a formação de laços familiares que ditavam a detenção de propriedades nos dois lados da fronteira por alguns indivíduos. Em 1991, no estudo “A organização militar em Portugal nos séculos XIV e XV” enunciou a forma como o País se preparava para a guerra e os conflitos que a manutenção de um corpo semipermanente de militares gerava entre a Coroa e os concelhos. Demonstrou que estes tentavam eximir-se da pesada carga do recrutamento e do custeio da manutenção de forças militares. Contestavam também a nomeação de pessoas de fora para cargos na sua jurisdição.

Em 1992, em “A navegação e actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho”, traçou o quadro da intensa relação que esta região tinha com as práticas marítimas e os réditos que daí advinham, tanto da pesca como do comércio, desde o início da nacionalidade até ao século XV. Em 1993, em “Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os reis católicos” mostrou a eficácia da estratégia militar destes últimos na flagelação da fronteira, fragilizando a capacidade de resposta portuguesa. Em 1994, em “As oligarquias urbanas e as primeiras burguesias em Portugal” caracterizou os grupos ascendentes na sociedade portuguesa, que procuraram controlar o poder concelhio. Porém, assinalou a fragilidade da burguesia mercantil neste contexto.

Em 1995, no estudo “Conflitos em Loulé entre os Barretos e os seus opositores no século 15” descreveu as queixas dos concelhos contra os fronteiros, acusados de oprimirem as populações e de provocarem desacatos e violências. Em 1995, no artigo “O papel da

diplomacia portuguesa no 'Tratado de Tordesilhas' recuou às negociações do tratado de 1411 e da sua ratificação, em 1423, para ajuizar a participação e a caracterização do corpo de emissários da Coroa em todos os acordos (ou tentativas) entre o Reino de Portugal e as outras potências, com destaque para Castela. Em 1996, no estudo "Portugal: do Mediterrâneo ao Atlântico, no século XV" entrelaçou a política expansionista atlântica e marroquina com as ambições da Coroa e da nobreza e com o crescimento do comércio marítimo de Portugal, verdadeira porta giratória de produtos entre o Mediterrâneo e o norte da Europa. Todos os artigos de Humberto Baquero Moreno são profusamente regados com referências a fontes, sendo algumas delas publicadas no final dos estudos como anexos.

III.4.2 José Marques

Relembra-se o cónego José Marques³³. Em 1984 publicou "A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)" onde revelou a existência desta instituição caritativa em período anterior ao século XIV e o seu ocaso nos finais do século XV ou inícios do XVI, assim como pormenores sobre o seu património e a prestação de apoios aos mais necessitados. Em 1985, no estudo "D. Afonso IV e a construção do Alcácer do Castelo em Olivença" explicitou a estratégia da Coroa para povoar e proteger as zonas fronteiriças com a construção de estruturas militares, especificando o caso de Olivença. Em 1986, no artigo "O judeu brigantino Baruc Cavaleiro e o Cabido de Braga em 1482" trouxe a lume o clima tenso entre cristãos e judeus nos finais do século XV. Em 1988, no artigo "O Concelho alentejano de Figueira e a Ordem de Avis, em 1336", desenvolveu a problemática do fortalecimento paulatino do poder régio face aos concelhos. Em 1989, em "A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média", descreveu longamente as necessidades e as instituições que as procuravam satisfazer através do assistencialismo. Em 1990, em "A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio", deu um salto até aos séculos XI e XII para ressaltar as mudanças ocorridas neste período.

Em 1981, no estudo "A presença da Igreja na história militar portuguesa das origens aos finais do século XIV" fez um resumo da intervenção da hierarquia eclesiástica nos vários conflitos militares em que Portugal se envolveu desde o nascimento do País até à crise dinástica de 1383-1385. No artigo publicado em 1993 sobre "Os municípios portugueses dos

³³ Licenciou-se em História pela Universidade do Porto em 1974, aí se tornando professor. Em 1976, obteve a especialização de bibliotecário-arquivista pela FLUC. Em 1982, defendeu a tese "A Arquidiocese de Braga no século XV". Insistiu na necessidade de pôr fim à suspensão da publicação de estudos de História na RFLUP. Coordenou a série de História até ao último número da 2ª série, em 1998. Como medievalista, concentrou-se nos séculos XIV e XV.

primórdios da nacionalidade ao fim do reinado de D. Dinis: alguns aspectos” dirimiu questões relativas à origem e à fundação de concelhos desde o Condado Portucalense até D. Dinis, assim como às relações intermunicipais. Em 1993, avançou até ao século XVII com “Filipe III de Espanha (II de Portugal) e a Inquisição Portuguesa face ao projecto de 3º perdão geral para os cristãos-novos portugueses”. Nele relatou a oposição da Igreja Católica portuguesa ao projeto, num contexto ainda muito marcado pela intolerância religiosa. Em 1994, em “Relações entre a igreja e o estado em Portugal, no século XV” caracterizou as dinâmicas estabelecidas entre os monarcas e os vários níveis de atuação da Igreja.

Em 1995, em “L’écriture de Francesco Cavalcanti, une nouveauté au Portugal – 1482” aprofundou as relações culturais entre Portugal e a Itália no advento do Renascimento. Em 1995, no artigo “A igreja no mundo do Infante D. Henrique” valorizou sobretudo o papel dos mosteiros e das paróquias num período de cisma religioso. Em 1996, em “A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa”, discorreu sobre o impacto das bulas papais na constituição da chancelaria real portuguesa, na documentação régia e episcopal e na prática notarial. Nesse mesmo ano publicou outro artigo intitulado “Em torno do termo Marrã” em que explicitou que este se aplicava a uma parte do porco, mais concretamente, ao presunto.

III.4.3 Carlos Alberto Ferreira de Almeida

Carlos Alberto Ferreira de Almeida³⁴ também foi outro dos autores mais prolíficos. A sua colaboração na RFLUP começou em 1970 com os artigos “Uma cabeça romana de bronze”, em que fez uma descrição do achado arqueológico dos finais do Império Romano. Também em 1970 publicou “Ainda o documento XIII dos «Diplomata et Chartae», essencial para o estudo económico e social do lugar de Águas Santas, concelho de Barcelos, no século X. Em 1971, com o estudo as “Primeiras impressões sobre a arquitectura românica portuguesa” analisou o florescimento deste movimento arquitetónico. No mesmo ano, com Eugénio dos Santos, publicou a primeira parte do estudo dedicado ao “Castro de Fiães” resultante das escavações neste sítio arqueológico. Difundiu, ainda em 1971, um estudo sobre “O «Oenokoé» romano, em bronze, de Vila Martim”, no Distrito de Vila Real, no qual sublinhou o impacto da romanização nesta região.

³⁴ Em 1961, ainda enquanto exercia o sacerdócio, iniciou a licenciatura em História na Universidade de Coimbra, mas, logo no ano a seguir, pediu transferência para a FLUP, onde se viria a formar em 1968. Ano em que se tornaria professor nesta instituição. Em 1979 doutorou-se em História da Arte e Arqueologia com a tese “Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho”.

Em 1972, divulgou as “Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal”. Nelas circunstanciou o período final do domínio romano, na sua transição para as invasões bárbaras, aludindo às características naturais da região e aos fundamentos sociais, económicos e culturais das suas gentes para enfrentarem esses tempos conturbados. A insegurança foi provocada pela ruína gradual e irreversível do Império Romano, pelas disputas dos novos senhores e pelos conflitos religiosos gerados em torno de fenómenos como o priscilianismo. Também em 1972 finalizou os seus estudos “Cerâmica romana de Fiães” e “O Castro de Fiães”, esgrimindo argumentos firmes sobre a ocupação romana nesta área, principalmente no seu período crepuscular. Em 1972, publicou ainda o artigo “Achados arqueológicos de Martim (Barcelos)” relativo às escavações realizadas nesta localidade após notícias do achamento de vestígios alusivos à época romana.

Em 1973, difundiu os estudos “Influências meridionais na cultura castreja” e “Necrópole galaico-romana de Vila do Conde” onde fez uso aprofundado dos artefactos e vestígios arqueológicos. Salientou, no primeiro caso, o carácter aberto da cultura castreja, que, ao invés de se fechar sobre si própria, como alguns autores defendiam, recebia e processava do exterior contribuições que se viriam a integrar na sua forma de vida. No segundo caso, caracterizou o período alusivo aos vestígios. Após uma larga ausência, retornou em 1990 com o estudo “A Igreja de Jesus de Setúbal”, exemplar arquitetónico do estilo manuelino. Em 1991, publicou o artigo “A Roda da Fortuna: Roda da Vida do túmulo de D. Pedro, em Alcobaça” no qual especificou as escolhas relativas às figuras incluídas neste monumento. Em 1993, no estudo “Património: Riegl e hoje” sublinhou a importância da proteção e valorização do património como fator de desenvolvimento das comunidades.

III.4.4 Vítor Oliveira Jorge

Passa-se a Vítor Oliveira Jorge³⁵, que começou em 1986 por publicar o estudo “O Projecto do campo arqueológico da Serra da Abobreira (Norte de Portugal): resultados de oito anos de trabalho” no qual apresentou elementos desde o final do quarto milénio, ou início do terceiro, até à Idade Média. Em 1987, no artigo “Megalitismo de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes (Norte de Portugal): conhecimentos actuais e linhas de pesquisa a desenvolver” caracterizou a sua investigação, identificando vários destes monumentos

³⁵ Obteve a licenciatura em História na FLUL, em 1972, e o doutoramento na FLUP em Pré-História e Arqueologia, em 1982. Iniciou a sua carreira como assistente na Universidade de Luanda, em 1973, mas logo no ano seguinte ingressou na Universidade do Porto. Tanto a sua atividade docente como as suas investigações se centraram maioritariamente sobre a Pré-História, o que se confirma na sua participação na RFLUP.

funerários em toda a região Norte. Em 1989, em “Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais” voltou à temática megalítica, enveredando por uma análise comparativa a várias geografias da Europa.

Em 1990, com Susana Oliveira Jorge, no estudo “Statues-menhirs et stèles du nord du Portugal” fez a caracterização das treze estátuas-menires e estelas conhecidas no Norte de Portugal. Nesse ano publicou, também com Susana Oliveira Jorge, “Trois millénaires de vie pré-historique dans le nord du Portugal: des bâtisseurs des premiers dolmen aux sociétés hiérarchisées du bronze final”, onde explorou as dimensões culturais e sociais das sociedades pré-históricas. Ainda em 1990, no artigo “Arqueologia e história: algumas reflexões prévias”, discutiu o lugar da Arqueologia no seio dos saberes, mais concretamente, se esta é entendível como auxílio ou complemento à História ou, em alternativa, como domínio distinto e autónomo. Em 1991, também em parceria com Susana Oliveira Jorge, publicou “Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornés, abris peints, rochers gravés, statues-menhirs” no qual analisou a arte rupestre nesta panóplia de monumentos.

Em 1992, no artigo “As mamóias funerárias do norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão” referiu a intencionalidade de as sociedades projetarem nestes elementos funerários a forma como desejavam ser vistas no futuro. Em 1993, em “Novas datas de C14 para estações pré-históricas do Norte de Portugal” fez uso das possibilidades das datações do método do carbono 14 para alcançar novas interpretações das investigações já antes efetuadas. Em 1996, no estudo “Economias neolíticas e megalitismo: introdução ao problema” adensou-se na complexificação das sociedades europeias megalíticas, cruzando despreocupadamente Arqueologia com Antropologia.

III.4.5 Luís A. de Oliveira Ramos

Convoca-se agora Luís A. de Oliveira Ramos³⁶. Iniciou o seu percurso na RFLUP em 1971 com o artigo “Pombal e o escravagismo”. Elucidou sucintamente os motivos da abolição da escravatura no Pombalismo, apontando tanto para razões económicas como humanistas. Em 1973, publicou “Da aquisição de livros proibidos nos fins do século XVIII: (casos portugueses)” demonstrando que o controlo exercido pela censura não foi suficiente

³⁶ Obteve a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas pela FLUL, em 1961, e o doutoramento em História Moderna e Contemporânea pela FLUP, em 1972. Começou a sua carreira como assistente na FLUL em 1962, mas, no ano seguinte, transferiu-se para a FLUP, onde atingiu o grau de professor catedrático em 1979. Os estudos que Oliveira Ramos publicou na RFLUP incidiram sobre a Época Moderna.

para impedir a entrada e proliferação de livros veiculadores de ideologias perigosas para o Absolutismo. Em 1984, em “Os Beneditinos e a cultura: ressonâncias da Ilustração” apresentou fortes argumentos acerca da interiorização das tendências filosóficas e epistemológicas racionalistas por uma parte dos monges Beneditinos, alguns dos quais viriam a ter um papel relevante na transição para o Liberalismo.

Em 1988, no estudo “A irreligião filosófica na província vista do Santo Ofício pelos fins do século XVIII” enumerou os fenómenos atinentes ao rompimento dos cânones da religião em várias zonas fora dos grandes centros urbanos, concluindo por uma certa lassidão do controlo exercido contra as elites minoritárias que então aderiam aos ideários das luzes. Em 1990, em “Portugal e a Revolução Francesa (1777-1834)” publicou uma extensa análise ao ribombar, no contexto português, do livre-pensamento que fez germinar a Revolução, das tribulações desta e da sua influência na instauração do Liberalismo. Em 1993, em “Do Hospital Real de Todos os Santos à história hospitalar” discriminou a reforma empreendida no final do século XV e caracterizou a nova instituição constituída a partir da junção de uma vasta plêiade de outras mais diminutas.

Em 1994, no estudo “Repercussões do Tratado de Tordesilhas na época contemporânea” alinhou uma fiada de autores que haviam empenhado algum do seu labor no estudo e reflexão sobre este tratado, chegando a conclusões que abrangiam não apenas a época em que aquele havia sido celebrado, mas os períodos subsequentes em que o mesmo se revelara pouco prestável para a construção do Brasil. Em 1996, por fim, em “O conhecimento das culturas” destacou os contactos dos portugueses com os indígenas do Brasil e com os povos do Extremo Oriente para realçar as suas diferenças culturais (e graus de desenvolvimento) face a cada um deles.

III.4.6 Luís Miguel Duarte

É vez de escrever sobre Luís Miguel Duarte³⁷. Em 1984, difundiu o seu estudo “Prazos do século e prazos de Deus” relativo aos aforamentos na Câmara Municipal do Porto e do Cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV, em que concluiu pela coexistência de dois modelos consoante a entidade que aforava. Em 1988, no artigo “Garcia de Melo em Castro Marim” descreveu a atuação agressiva desta figura, cuja estratégia de

³⁷ Licenciou-se em História pela FLUP, em 1979, e doutorou-se em História Medieval pela mesma instituição, em 1994. Foi precisamente sobre os fins da Idade Média e inícios da Época Moderna que publicou os seus estudos na RFLUP.

arrecadação de proventos gerou queixas dos moradores, explicando o facto de não ser responsabilizado pelos desmandos devido ao peso da tradição hereditária nobiliárquica.

Em 1989, com Maria da Conceição Ferreira, no estudo “Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V” submergiu nas idiossincrasias da administração da justiça pela Coroa através de uma amostra de crimes cometidos por membros das elites de Guimarães. A Coroa encarava a justiça de vários prismas, mas elegia-a, sobretudo, como um instrumento utilitário em seu próprio benefício, fosse para reforço da imagem real, fosse para satisfação de necessidades públicas como povoamento de certas zonas, fosse para suprir a falta de homens nas galés ou nos ofícios de armas para as guerras com Castela ou para as praças marroquinas. Em 1990, estudou os “Súbditos da coroa de Aragão em Portugal no séc. 15: comércio e segurança: algumas notas” ressaltando o facto de os comerciantes estarem sujeitos às contingências das alianças e conflitos contingenciais entre coroas, assim como à satisfação das necessidades de abastecimento das populações, convertendo o trato num universo inseguro onde facilmente os negócios podiam sofrer prejuízos.

Em 1991, nos “Crimes do mar e justiças da terra” examinou as complexidades da aplicação da justiça aos crimes do mar, para a qual concorriam por vezes várias jurisdições, que variavam consoante as circunstâncias e os locais. Em 1995, em “A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média” passou em revista, como ele próprio confessa, a atividade mineira para defender que neste período houve uma clara retração da mesma. Em 1996, no estudo “Bandos, bandidos e crimes no Portugal das caravelas” regressou à temática do crime, caracterizando os crimes e os seus fautores, que muitas vezes pertenciam a casas senhoriais, atuando a coberto do mando, proteção e solidariedade do seu senhor.

III.4.7 Eugénio dos Santos

Passa-se a Eugénio dos Santos³⁸, que integrou a primeira leva de licenciados em História da FLUP. Começou em 1971 com um estudo sobre “Bento José (memorialista da Congregação do Oratório do Porto)” no qual traçou a biografia de Bento José e onde abordou a sua obra memorialística enquanto instrumento historiográfico. Nesse mesmo ano,

³⁸ Doutorou-se em 1977 com uma tese sobre “A Congregação do Oratório do Porto”. Viria a desenvolver a sua carreira de Professor de História Moderna e Contemporânea de Portugal e do Brasil na FLUP. Exerceu também docência noutras universidades em Portugal, no Brasil, em Espanha e nos Países Baixos. A sua participação na RFLUP refletiu, em geral, as suas preferências.

e no seguinte, em parceria com Carlos Alberto Ferreira de Almeida, publicou dois artigos sobre o “Castro de Fiães”, já antes mencionados.

Depois de uma ausência de mais de uma década, em 1984 publicou “O Homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário”. Aqui sublinhou como, para as mentalidades daquela época, se estabeleceu uma relação tão próxima entre a religião e a medicina. Em 1988, no artigo “A sensibilidade religiosa de Camilo: uma consciência perante a sua época” analisou a forma como Camilo entendia a religião enquanto elemento determinante para a regeneração do País e para o refortalecimento da sociedade face ao materialismo exacerbado do Liberalismo. Em 1991, em “O Brasil pombalino na perspectiva iluminada de um estrangeirado”, lembrou a influência de Manuel Teles da Silva na política ultramarina do Marquês de Pombal no Brasil num período em que se entabulavam as negociações com Espanha com vista à delimitação das novas fronteiras desta colónia. Em 1992, no estudo os “Índios e missionários no Brasil quinhentista: do confronto à cooperação” usou como base as descrições dos missionários que evangelizaram os índios, rematando que aqueles, para prosseguirem com sucesso a sua missão, tiveram de compreender os indígenas e de contemporizar com algumas das suas práticas. Em 1996, no estudo “A administração portuguesa no sul do Brasil durante o período pombalino: denúncias ao abuso do poder. A questão indígena” deu a conhecer a ação de Francisco José da Rocha na tentativa de expor os abusos praticados pelos colonizadores contra os índios.

III.4.8 Aurélio de Oliveira

Aurélio de Oliveira³⁹ principiou na RFLUP em 1972 com “Elementos para a história do Barroco no Noroeste Português”. Extenso estudo em que recuou às origens do Barroco, demorando-se nos artistas e nas obras que no século XVII inauguram este movimento. Em 1973, no “Mappa histórico e político do Reyno de Portugal” enumerou as razões que presidiram à elaboração desta corografia e desvendou a sua autoria, no que lhe foi possível. O peso da Igreja e o atraso da economia borbulham nas descrições, apresentando um País impreparado para fazer frente às ondas de choque provocadas pela Revolução Francesa.

Em 1985, logo após a restauração da revista, publicou “Mercados a norte do Douro: algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a impotência dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII)” no qual recuperou vários dos estudos focados nesta

³⁹ Licenciou-se em História (1969) e doutorou-se em História Moderna e Contemporânea (1979), pela FLUP, instituição em que exerceu atividade docente de 1984 a 2008. Foi também professor na Universidade do Minho e no Instituto Superior da Maia. Centrou a sua investigação na História Económica e Social da Época Moderna.

temática que serviram de alforge para a análise localizada à região Norte. Em 1986, no artigo “A crise de 1383/85 e os fundamentos económicos e sociais da expansão ultramarina portuguesa”, buscou nas tessituras que se constituíram na estrutura económica e social a explicação para a opção ultramarina quatrocentista. As trocas frequentes e estreitas, por via marítima, tanto com o mundo muçulmano, em especial com Marrocos, assim como com os Cristãos do Mediterrâneo e da Europa do Norte, haviam atirado os Portugueses para a navegação, o que viria a ser determinante no espoletar da aventura ultramarina.

Em 1987, em “O trono e o altar na mesma cruzada” relatou como a Coroa e a Igreja, sobretudo através da Inquisição, atuaram em conjunto para garantirem a continuação do seu poder e bem-estar, vigiando e reprimindo quem, de algum modo, pudesse constituir uma ameaça para o seu ideário ou quem, simplesmente, não cumprisse as suas determinações. Em 1995, em “A Universidade bracarense” trouxe à memória vários escritos sobre os Estudos Gerais Bracarenses, aludindo à sua antiguidade (que remonta ao século XVI), à sua notoriedade (uma vez que atraía estudantes de toda a região norte e até da Galiza) e impacto em Braga (pois o número de alunos chegou a representar mais de 10% da população da cidade). Em 1996, no estudo “Artista italiano no barroco bracarense. O pintor Carlos António Leoni” descreveu a intervenção deste em Braga.

III.4.9 Jorge Fernandes Alves

O autor Jorge Fernandes Alves⁴⁰ publicou o primeiro artigo na RFLUP em 1988, intitulado “Operários para França e Inglaterra (1914-1918)”, onde revisitou a crise migratória para o Novo Mundo e a abertura da Europa aos braços que sobravam em Portugal para fazer face às necessidades de mão-de-obra provocadas pela Grande Guerra. Em 1989, no estudo “A fecundidade natural no Vale do Ave: o exemplo de Bougado (1650-1849)” analisou a evolução do fenómeno da fecundidade num período longo, com predomínio do modelo de Antigo Regime.

Em 1991, no artigo “A pesca e os pescadores do litoral portuense” escrutinou o setor piscatório no século XIX, evidenciando os impactos negativos do regime liberal para a generalidade dos pescadores. Em 1992, no estudo “Percursos de um brasileiro no Porto: o Conde de Ferreira” recenseou pelo método prosopográfico a vida desta figura, que se moveu

⁴⁰ Obteve a licenciatura (1980), mestrado (1986) e doutoramento (1993) em História pela FLUP, onde ingressou como professor de História Contemporânea. Dedicou-se principalmente a investigar a emigração para o Brasil e as migrações, a História empresarial e das instituições, a História portuária, a História da saúde, a História Económica e Social e a História Política.

tanto no campo económico como político. Em 1992, discorreu sobre a “Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade do século XIX)” juntamente com Fernanda Ferreira e Maria do Rosário Monteiro. As ocupações dos emigrantes, as solidariedades que estabeleciam entre si e a marginalidade são profusamente abordadas.

Em 1993, publicou “Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX”, onde abordou o abaixamento das qualificações dos emigrantes e os efeitos negativos que daí advinham. Concluiu que a evolução da instrução pública era muito lenta. Contudo, devido à antiga tradição existente no Minho de dotar os candidatos a emigrantes com alguns conhecimentos, mesmo que rudimentares, e à criação e funcionamento de escolas por “brasileiros” filantropos, permitiu que os emigrantes do Porto fossem geralmente mais alfabetizados que os de outras zonas do País. Em 1996, no estudo “Interesses industriais e clivagens associativas” destacou a forma como os industriais mais pequenos criaram uma associação para poderem levar por diante as suas reivindicações, sendo depois reinseridos, em posição reforçada, na Associação Industrial Portuense.

III.4.10 Victor de Sá

Victor de Sá⁴¹ foi um autor marcante. Em 1984 publicou uma “Nota sobre Mouzinho da Silveira” onde perpassou a vida e a ação legislativa deste político. Em 1985, lembrou a “Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira”, aprovada em Angra e datada de 1830. Em 1986, foi a vez das “Notas sobre o ensino da história na 1ª Faculdade de Letras do Porto” onde enunciou a forma como se projetou o curso de História nos anos em que esta instituição existiu.

Em 1988, descreveu “A subida ao poder da burguesia em Portugal” inserindo esse momento no primeiro terço do século XIX aquando das tensões entre Absolutistas e Liberais, com favorecimento destes, ancorados nas classes burguesas. Em 1989, na “Reflexão (cronológica) sobre o Sidonismo” enquadrou este regime e a sua ação no campo contrarrevolucionário, ao serviço dos grandes interesses económicos. Em 1990, em “Do Porto ao Báltico, 1780: achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia”, com

⁴¹ Licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas em Coimbra, em 1959. Porém, não pôde exercer docência na Escola Comercial de Braga por motivos políticos. Em 1963, rumou à Sorbonne, em Paris, onde, beneficiando de uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, viria a doutorar-se, em 1969, com a tese “A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)”. Apenas depois de 25 de Abril de 1974 obteve o reconhecimento do grau no nosso País. E só então ingressou como professor na Universidade do Porto. Foi também docente na Universidade do Minho e na Universidade Lusófona. Obviamente, só pode participar na RFLUP a partir de 1984. Os seus artigos destacaram-se claramente pelo uso aberto da perspetiva marxista.

Gaspar Martins Pereira, fez remontar as relações ao século XVIII, apresentando as várias dimensões em que estas se materializaram, assim como as vicissitudes por que passaram nos inícios do século XIX. Por fim, em 1991, apresentou “Duas visões portuguesas da urbanização de S. Petersburgo”, contrapondo as impressões recolhidas por dois viajantes portugueses, um do século XVIII e outro do século XIX.

III.4.11 Fernando de Sousa

Alcança-se agora Fernando de Sousa⁴². Iniciou a sua participação na RFLUP em 1973 com o estudo “A memória dos abusos praticados na Comarca de Moncorvo de José António de Sá (1790)”. Nele deu a conhecer uma fonte preciosa onde se enunciavam e descreviam os abusos praticados pelos agentes dos municípios e da administração da Coroa às populações. Em 1987, em “Inquisição e heresia nos finais do século XVIII” recordou o caso do bispo de Bragança, D. António da Veiga Cabral, arrastado para as malhas da Inquisição devido, provavelmente, a denúncias providas de uma ordem religiosa com a qual se viu envolvido em desavenças. Em 1989, no estudo “Vila Real: a memória de uma cidade” realizou um exercício de síntese em que condensou 700 anos da história desta cidade.

Em 1990, no artigo “O Jornal de Notícias e a Revolta de 31 de Janeiro de 1891” divulgou a forma como o jornal cobriu a Revolta para elucidar que, embora este estivesse ligado a um partido monárquico, se comportou de acordo com os cânones jornalísticos, não sendo demasiado faccioso. Em 1991, em “As Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora em Portugal (1868-1894)”, analisou o processo de extinção das ordens religiosas, assim como a sua reanimação com objetivos assistenciais a partir de Calais, no norte de França. Em 1992, no estudo “Um Instituto religioso na República: as Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora (1910-1926)” mostrou como, apesar das privações provocadas pela República, esta ordem religiosa perseverou e conseguiu mesmo reforçar a sua presença em Portugal.

⁴² Obteve a licenciatura (1973) e o doutoramento (1980) em História, pela FLUP, onde ingressou na carreira docente como professor de História Contemporânea. Tem coordenado o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.

III.4.12 Francisco Ribeiro da Silva

Francisco Ribeiro da Silva⁴³ iniciou a sua colaboração com a RFLUP em 1986 com o estudo “A alfabetização no antigo regime: o caso do Porto e da sua região (1580-1650)”, no qual sobrelevou a prevalência de fatores que favoreciam a melhoria do grau de alfabetização, tais como: viver numa cidade, ser homem e pertencer a uma classe mais abastada. Em 1989, publicou “O foral de Cambra no conjunto dos forais manuelinos”, fazendo uma revisão da origem dos forais e da necessidade da sua revisão, preparada já antes de D. Manuel, mas somente ocorrida neste reinado.

Em 1990, em “Porto e Ribadouro no século 17: a complementaridade imposta pela natureza” salientou a interdependência entre estas duas geografias nas suas dimensões económicas. Em 1993, no estudo “O Porto e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempos do absolutismo”, enunciou as Cortes como instrumento central no diálogo entre a Coroa e o poder local. Em 1994, no artigo “A cidade do Porto e a Restauração” recordou a forma como foi recebida a notícia da revolta e como se aguentaram as provações daí advindas nos anos seguintes. Em 1995, em “A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica” caracterizou esta instituição e evocou a sua progressão ao longo do tempo.

III.4.13 Natália Ferreira Alves

É a vez de Natália Ferreira Alves⁴⁴. Inaugurou a sua participação na RFLUP em 1985 com o estudo “Subsídio para o estudo artístico do Convento de Santa Clara do Porto nos princípios do século XVIII” no qual recuou às origens das clarissas e onde reportou as intervenções arquitetónicas e artísticas realizadas ao longo dos séculos XVII e XVIII no convento que instalaram no Porto no século XV. Em 1991, publicou “O entalhador Sebastião Dinis da Fonseca: alguns dados sobre a sua actividade”. Neste artigo deu a conhecer uma figura que passara até aí despercebida aos historiadores. Este artista, que também era padre, foi responsável por várias obras de vulto a nível regional. Porém, registou-se a falta de fontes para um período de cerca de vinte anos, impedindo a elaboração de uma biografia completa. Em 1991, na “Nótula para o estudo da paramentaria bracarense no século

⁴³ Licenciou-se em História (1975) e doutorou-se em História Moderna e Contemporânea pela FLUP (1986), onde ingressou na carreira universitária.

⁴⁴ Doutorou-se em História da Arte pela FLUP, onde também desenvolveu a sua carreira académica. As publicações que efetuou na RFLUP inseriram-se nesse domínio.

XVIII” deu nota da afirmação do barroco no período da sede vacante da Sé de Braga (1728-1741) em que o Cabido assumiu as rédeas do poder, mandando fazer obras e adquirir paramentos para o culto. Para o efeito recorreu a dois bordadores de Braga, importante centro da arte do bordado.

Em 1992, no estudo “A apoteose do barroco nas igrejas dos conventos femininos portugueses” singrou uma valiosa análise em que interligou: a dimensão socioeconómica, relativa à posição das freiras, oriundas geralmente da nobreza; a austeridade regrante das ordens a que estavam obrigadas; o aspeto sóbrio do exterior dos edifícios; e a opulência e magnificência que os lugares de culto alcançaram no período do barroco. A dicotomia entre estas realidades conviveu harmoniosamente a partir do último quartel do século XVII, atingindo o auge no reinado de D. João V. Em 1992, na “Nótula para o estudo da actividade do arquitecto António Pereira na cidade do Porto” desvendou a relevância, até aí praticamente ignorada, desta figura na introdução do barroco na cidade do Porto. Em 1993, no artigo “A talha da Igreja do Convento de São Francisco do Porto: o forro da nave central e do transepto (1732)” salientou a importância da articulação entre a carpintaria e o entalhe, com especial atenção aos trabalhos a realizar e aos materiais e utilizar.

III.4.14 Susana Oliveira Jorge

Susana Oliveira Jorge⁴⁵ deu à estampa, em 1985, o estudo “Povoados da Pré-História recente do Norte de Portugal (IIIº e começos do IIº milénios a.C.): resultados e problemas das escavações dos últimos anos”. Divulgou aí os dados relativos aos trabalhos empreendidos desde 1980 em várias estações arqueológicas na zona a sul de Chaves. Através dos achados sugeriu a acentuação de um certo grau de regionalismo resultante da intersecção de tradições oriundas de outras geografias. Em 1990, em coautoria com Vítor Oliveira Jorge, publicou “Statues-menhirs et stèles du nord du Portugal”, onde os integrou no tipo antropomórfico após enunciar estes monumentos e os locais em que se encontravam. Nesse ano, também em coautoria, difundiu “Trois millénaires de vie pré-historique dans le nord du Portugal: des bâtisseurs des premiers dolmen aux sociétés hiérarchisées du bronze final”. Aí, com base

⁴⁵ Iniciou o curso de História na FLUL em 1970, prosseguindo os estudos na Universidade de Luanda, onde obteve o bacharelato, em 1974, e na FLUP, onde viria a completar a licenciatura, em 1976. Manifestou desde logo interesse pela Pré-História e Arqueologia, área em que se viria a doutorar, em 1986, pela FLUP. Seria também nesta que se tornaria professora. Na sua carreira universitária manteve uma atividade de investigação intensa, que suportou as suas publicações de estudos científicos. Os artigos que publicou na RFLUP espelham a sua dinâmica, bem como a parceria mantida com Vítor Oliveira Jorge.

nestes monumentos, partiu para uma análise à complexificação gradual das sociedades deste período em termos económicos e sociais.

Em 1991, novamente em coautoria com Vítor Oliveira Jorge, divulgou o estudo “Figurations humaines préhistoriques du Portugal: dolmens ornés, abris peints, rochers gravés, statues-menhirs” no qual recenseou os locais e os monumentos onde surgiram figuras humanas. Também em 1991 apresentou a “Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos”, reflexão sobre a problemática da existência de dados e a colocação de hipóteses para a investigação arqueológica, que deveria usar da osmose para se metamorfosear com a História e a Antropologia. Em 1994, em “Colónias, fortificações, lugares monumentalizados: trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular” rastreou a teoria da colonização contrapondo-a com as teses autoctonistas. Entrou ainda pela discussão em torno da complexificação social das povoações sediadas em fortificações.

III.4.15 Joaquim Ferreira Alves

Joaquim Ferreira Alves⁴⁶ publicou em 1985 o estudo “Aspectos da actividade arquitectónica no Porto na segunda metade do século XVII”. Ressaltando as necessidades de novas edificações para fazer face ao crescimento da cidade, elencou as construções executadas neste período. Em 1988, em “A Festa Barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII” descreveu as diversas festas de forte inspiração barroca que a cidade realizou para comemorar acontecimentos associados à realeza. Indiciou até as ocasiões e as sucessivas etapas das festividades. Em 1991, trouxe à liça os “Elementos para a história artística da Sé do Porto nos séculos XVII-XVIII” através dos quais relembrou a importância da Sé para o fomento artístico do barroco na cidade do Porto. Ainda nesse ano, publicou a “Nótula para a história do Mosteiro de Santo Agostinho da Serra”, recordando o processo de renovação do edificado deste mosteiro no século XVII. Em 1992, publicou os “Elementos para a história das sociedades entre mestres pedreiros (séculos XVII e XVIII)” explicitando em que circunstâncias estes se associavam para arrematarem contratos. Em 1993, apresentou os “Elementos para a história da construção da Casa e Igreja da Congregação do Oratório do Porto (1680-1703)”, carreando todo o percurso desde a escolha do local até à conclusão da igreja. Relembrou também quem esteve por detrás da sua concretização.

⁴⁶ Professor de História da Arte na FLUP.

III.4.16 Armando Carvalho Homem

Armando Carvalho Homem⁴⁷ publicou em 1985 “Gama Barros, historiador das instituições administrativas: (no I Centenário do início da publicação da História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV)” em que reconheceu neste autor a transição entre os historiadores das academias do século XVIII e os das universidades do século XIX. Expoente máximo da historiografia positivista, Gama Barros assistiu a um vasto movimento de institucionalização da História pelos estados, cujo esforço de construção de discursos historiográficos se materializou, designadamente, na criação de bibliotecas, arquivos e cursos universitários e na difusão das narrativas históricas no ensino oficial, o que resultou na profissionalização dos historiadores. Por isso, Gama Barros é simultaneamente entendido como um ponto de chegada e um ponto de partida, não apenas da profissão, mas também das questões historiográficas que levantou.

Em 1987, Armando Carvalho Homem inquiriu sobre o círculo próximo do monarca no artigo “Conselho Real ou conselheiros do rei?: a propósito dos privados de D. João I”. Compulsando inúmera documentação, deu início ao estudo a partir do método transnacional ao sondar as origens dos conselhos régios na época carolíngia, no Império Sacro-Germânico, em França e nos reinos cristãos da Península Ibérica. Passou depois a Portugal, indo das primeiras reminiscências até D. João I, em cujo reinado analisou finamente as suas competências e composição e enumerou individualmente os seus membros. Ainda em 1987 publicou o artigo “Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente”, em que sumariou os membros do corpo docente com indicação das respetivas idades, formações e percursos profissionais. Atendeu também às contingências da própria faculdade, tanto ao nível financeiro como de instalações, lembrando os seus sucessos e as dificuldades passadas e, nesse momento, as presentes.

Em 1993, difundiu o artigo “A Idade Média das universidades portuguesas” no qual examinou a criação e a evolução dos *curricula* das cadeiras de História da Idade Média, autonomizada finalmente a partir de 1911. Desbravou também terreno no que respeita aos atores especialistas nesta área, ou seja, aos medievalistas surgidos após a Segunda Guerra Mundial. Em 1994, com o estudo “Dionisius et Alfonsus, dei gratia reges et comunis utilitatis gratia legiferi”, buscou testemunhar com o caso português o movimento de investigação que percorria então as academias europeias sobre a consolidação do Estado de direito nas

⁴⁷ Obteve o bacharelato (1971) e a licenciatura (1974) em História pela FLUP, onde fez carreira como professor de História Medieval. Na RFLUP divulgou alguns dos seus estudos, orientados para a História administrativa e das instituições.

monarquias medievais. Evocou a produção legiferante na Idade Média, caracterizou-a e explicitou o respetivo processo de elaboração, bem como a sua instrumentalização pelo monarca no exercício do poder, contribuindo para a sua afirmação face aos diversos grupos de pressão.

III.4.17 Mário Barroca

Mário Barroca⁴⁸ publicou em 1986 o estudo “Um templo pré-românico: a igreja velha de Mondim (Panque, Barcelos)” em que registou as suas impressões sobre uma igreja em ruína que deveria ter sido objeto de escavações arqueológicas e, consequentemente, contribuído para um conhecimento mais aprofundado da época medieval naquela região. Após alguns anos em suspenso, em 1992, publicou o estudo “Medidas-padrão medievais portuguesas”, onde identificou e sistematizou as medidas utilizadas na Idade Média em Portugal e sublinhou a relevância que detinham no estabelecimento de trocas comerciais e na recolha de impostos, indicando as circunstâncias em que se levantavam queixas contra a fraude que prejudicavam tanto os consumidores como os cofres públicos. Razão pela qual a fiscalização era essencial, exercendo-se através da gravação das medidas nas edificações fronteiras aos locais de comércio.

Também nesse ano publicou “A inscrição de Santa Maria dos Açores (666): nova leitura”. Após convocar as fontes que haviam já referido esta inscrição, ofereceu-lhe uma nova interpretação e atribuiu o reavivar do interesse pelo epitáfio à revalorização do santuário mariano. Em 1994, escreveu sobre o “Mosteiro de Santa Maria das Júnias, Notas para o estudo da sua evolução arquitectónica”. Nele operou a decifração das origens do mosteiro e explicitou as mudanças operadas no edifício, associando-as às alterações que ocorreram simultaneamente na ordem beneditina e no contexto económico e social que o envolveram ao longo do tempo. Em 1996, publicou “O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no Mosteiro de Castro de Avelãs”. Feita a síntese bibliográfica relativa ao túmulo, analisou a vida de quem o ocupou em morte. Clarificou a ascendência, ligando-o à linhagem dos braganções, embora por via ilegítima. Após aquisição de vasto património por métodos mais ou menos violentos, Nuno Martins Chacim viria a desempenhar altos cargos régios, tanto na

⁴⁸ Licenciou-se em História e doutorou-se em Pré-História e Arqueologia pela FLUP, em 1996, com a dissertação “Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)”. É também professor nesta instituição, elegendo como principais áreas de investigação a História Militar e a Epigrafia Medieval. Na RFLUP dedicou vários artigos a estas temáticas.

Corte como em Trás-os-Montes. Quis ser sepultado no próprio mosteiro como corolário do seu estatuto, reabilitando assim a sua imagem e projetando-a para o futuro.

III.4.18 Síntese

Feita esta longa exposição dos autores que mais artigos publicaram na RFLUP e convocado cada um dos seus estudos, deve referir-se que houve muitos outros historiadores a encaminhar o produto das suas investigações para esta revista mais de uma vez. Porém, fizeram-no menos vezes. Abaixo referem-se apenas os que, entre 1970 e 1996, ali publicaram quatro estudos, correspondentes individualmente a 1,7% do total: Cristina Almeida e Cunha, Gaspar Martins Pereira, Geraldo J. A. Coelho Dias, Inês Amorim, Maria da Conceição Meireles Pereira e Maria Helena da Cruz Coelho. Alguns destes nomes são pertencentes a novas vagas de historiadores, com prevalência clara da História no feminino, em harmonia com o aumento do número de mulheres maneando o ofício de obreiro da memória histórica.

A RFLUP constituiu, portanto, um palco para a afirmação do corpo de docentes e de investigadores da FLUP, exibindo sobretudo os estudos provindos do esforço empreendido por esta instituição. Nela se prontificaram ao tirocínio gerações sucessivas de historiadores que substituíram os primeiros mestres fundadores da década de 1970, tendo a RFLUP contribuído para a sua profissionalização (Meyerhoff 1960:92; Cheng 2008:203; 206). O Norte foi a área mais escrutinada e houve largo investimento na Idade Média e na Arqueologia e Pré-História, com entradas na História Económica e Social, mas sem abandono da História Política e Administrativa. Por isso, a RFLUP foi o espelho, de certo modo, da conjugação das tendências inovadoras e conservadoras que conviveram na FLUP.

III.5 Revista de História Económica e Social

Na RHES, à semelhança das outras revistas anteriormente analisadas, embora de forma menos pronunciada, assinalou-se a concentração da publicação de estudos num número reduzido de autores. Desta feita, num total de 103 autores de 147 estudos, sete deles publicaram 43 artigos, tratando-se, ainda assim, de uma taxa (29,2%) significativa. Os autores que integraram este grupo foram: Vitorino Magalhães Godinho, com 11 estudos, correspondendo a 7,5% do total; António Carreira, com 10 estudos (6,8%); Maria José Pimenta Ferro Tavares e Nuno Valério, ambos com cinco estudos (3,4%); e, com quatro estudos, equivalentes a 2,7% cada um, António Lopes Vieira, David Justino e Jorge Crespo.

III.5.1 Vitorino Magalhães Godinho

Vitorino Magalhães Godinho tinha, naturalmente, uma predileção pela História dos Descobrimentos. Porém, não deixou de se aventurar por outras áreas. A emigração, a economia e a historiografia conquistavam-no. Assim começou, logo em 1978, no editorial do número de lançamento da revista, intitulado “Na mudança, a História – Uma História sempre nova”, por referir que, finalmente, Portugal se munia de uma revista de História Económica e Social, embora com um atraso de décadas em relação a outros países. Corrente holística que compreendia o Homem como um todo, envolvendo a História com muitas outras disciplinas, historizando-as, mas, ao mesmo tempo, entronizando as suas perspetivas. A História saía, portanto, enriquecida.

Magalhães Godinho foi às origens deste movimento historiográfico no exterior e, tocando no estado calamitoso dos arquivos portugueses, realçou que a História Económica e Social permanecia em estado praticamente virgem. Inexplorada. O desafio que agora se impunha era colocar o Homem no centro do processo histórico e dissecá-lo de diversos ângulos, numa incessante evolução. Nesse mesmo número publicou “L’ Émigration Portugaise (XV-XX Siècles) Une constante structurale et les réponses aux changements du monde” onde, suportado em documentação e em séries estatísticas, defendeu o carácter estrutural do fenómeno emigratório que, pelo menos desde o século XV, deu origem à vasta diáspora portuguesa. No número seguinte, também de 1978, descreveu as transformações poderosas na geografia, no tempo, nas técnicas e na economia provocadas pela globalização em “Os Descobrimentos: inovação e mudança nos séculos XV e XVI”.

Em 1979, no estudo “Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, deu a conhecer o teor do mesmo e efetuou uma apreciação em que evidenciou vários fatores do atraso estrutural do País. Em 1980 publicou o artigo “Alguns problemas da economia portuguesa no século XVII de depressão internacional”, no qual, fazendo uso de descrições da época, destacou alguns aspetos que afetavam negativamente o desempenho da nossa economia. Nestes, pululam questões relacionadas com as políticas públicas, com o substrato de sustentação da economia e com as mentalidades. Em 1981, em “Les finaletés culturelles du développement” traçou, numa análise de tempo longo, os quadros de momentos distintos. Estabeleceu a ligação entre as mudanças económicas propiciadoras das condições que permitiram determinadas vivências das populações, e do indivíduo, em função dos parâmetros culturais de cada época.

Em 1982, na “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História” talhou, em jeito de ensaio, as fundações geográficas, económicas, sociais e políticas do País, descrevendo o alcance das suas excrescências espalhadas pelo Mundo através da Expansão Ultramarina e da emigração. Relembrou, igualmente, o abandono a que o território foi votado até bem tarde na nossa História, dando exemplos do nosso atraso comparativamente com os países mais desenvolvidos, atirando as culpas para um Estado que elegeu as fontes de receita do comércio em vez das produtivas, como a agricultura e a indústria. Em 1983, no estudo “Entre mito e utopia: os Descobrimentos, a construção do espaço e invenção da Humanidade nos séculos XV e XVI” cruzou, no processo de descoberta do “Outro” e dos novos espaços, as mentalidades com a economia, o social e a política. Sublinhou que esse conhecimento mútuo teve efeitos na Metrópole que, ávida das conquistas e do comércio, se desleixou, mas também afetou os homens que partiram e, sobretudo, os povos que eles encontraram nos outros continentes.

Em 1985, no artigo “A construção de modelos para as economias pré-estatísticas” abordou a dificuldade de aplicar a História serial, baseada em dados quantitativos, a períodos históricos em que escasseiam ou inexistem fontes que permitem criar séries estatísticas. Logo, pese embora o historiador tivesse por objetivo elaborar estudos de História Económica, teria de se contentar com fontes qualitativas, o que resultaria num uso mais orientado para o interrelacionamento de dados. Em 1986, no estudo “La Méditerranée dans l’ horizon des européens de l’ Atlantique” clareou a forma como o Mediterrâneo estabeleceu as bases para os países atlânticos se lançarem na aventura dos Descobrimentos. Por fim, em 1988 publicou “Portugal e os Descobrimentos”. Aí, recordou o fenómeno comemorativo em torno dos Descobrimentos, sobretudo em Portugal, recuando ao século XIX. Criticou, também, a postura mítico-ideológica assumida no Estado Novo em contraponto com a historiografia dos *Annales* que, em vez da glorificação de heróis e santos, procurava explicar os grandes processos históricos com recurso a vastos conjuntos de fontes. Detetou, ainda, um esvaziamento e perda de qualidade da produção histórica relativa aos Descobrimentos no contexto da historiografia nacional nas décadas de 1970 e 1980. Terminou com um plano ambicioso para a reanimação desta área de estudo tendo em vista a aproximação das comemorações das viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral.

III.5.2 António Carreira

Passa-se agora a António Carreira⁴⁹. Em 1978, logo no segundo número, começou com “Tratos e resgates dos portugueses nos rios de Guiné e ilhas de Cabo Verde nos começos do século XVII”. Neste, relatou os queixumes das autoridades, e do povo da Ilha de Santiago, prejudicados pela fraude dos comerciantes de escravos que, em vez de ali pagarem os respetivos direitos, lhes fugiam por diversas escapatórias. Para além disso, nesta época irrompeu a concorrência de outras potências e de geografias mais a sul no trato dos escravos. Em 1979 publicou “A navegação de longo curso e o comércio nas ilhas de Cabo Verde no século XIX” no qual fez uma análise aprofundada da dinâmica comercial, concluindo pelo prejuízo provocado pela transferência da Família Real para o Brasil. Cabo Verde perdeu relevância como ponto de escala, principalmente no comércio negreiro, base de sustentação de toda a economia dos ilhéus. Em 1982 restringiu territorialmente a análise, mas expandiu-a cronologicamente, com “Cabo Verde – Movimento marítimo e comercial nas ilhas da Boa Vista, Fogo e Maio (séculos XVIII-XIX)”. A escassez de fontes limitou a investigação, mas, ainda assim, foi-lhe possível não apenas reconstituir o movimento de navios que aportaram em determinados anos destes séculos com o intuito de comerciar, bem como identificar o tipo de operações comerciais que encetaram, com indicação das mercadorias mais correntes.

Em 1983, no estudo “A Companhia de Pernambuco e Paraíba. Alguns subsídios para o estudo da sua acção” descreveu com algum detalhe a intervenção desta empresa no chamado comércio triangular, assim como as vicissitudes que atravessou após a queda do Marquês de Pombal. Nesse ano publicou, ainda, “A fome de 1864 na ilha de Santiago” que teve por base o relatório enviado pelo governador ao Ministro da Marinha e Ultramar. Nele, este deu conta da situação, apontando ao povo das ilhas culpas óbvias na grave situação a que se chegou, ilibando as autoridades coloniais das responsabilidades que lhe estavam cometidas. Em 1984, no artigo “O primeiro «Censo» de população da Capitania das Ilhas de Cabo Verde (1731)” divulgou como o Bispo de Cabo Verde e Rios da Guiné efetuou o levantamento da população por sexos, cor e estatuto legal (forro ou cativo). Confrontou

⁴⁹ Nasceu em Cabo Verde, mas em criança foi viver para a Guiné Portuguesa. Nesse território, enquanto já desempenhava funções na administração colonial, começou a publicar estudos de cariz etnológico. Em 1962, essa via de investigador levou a que fosse convidado para integrar a equipa do Professor Jorge Dias no Centro de Estudos de Antropologia Cultural. Até 1973 desenvolveu forte ação neste domínio, realizando múltiplas viagens de estudos e de prospeção de objetos destinados ao Museu de Etnologia. Teve participação relevante em eventos internacionais dedicados à História de África e foi professor convidado na FCSH/UNL entre 1976 e 1978. Historiador consagrado em Portugal e no estrangeiro, concentrou-se na História de Cabo Verde e na História da Guiné. Deu um importante contributo à RHES, precisamente nestes dois domínios.

depois estes dados com as descrições de Honório Barreto, datadas de 1842, deduzindo que o crescimento da população foi lento e que houve um declínio na quantidade de escravos, em grande parte devido às políticas abolicionistas.

Em 1985, no estudo “Secas e fomes em Cabo Verde. Achegas para o estudo das de 1845-1846 e de 1889-1890” apresentou dados semi-tratados relativos a vários documentos, que ajudaram a explicar o crescimento anémico da população durante o século XIX. Também nesse ano, difundiu “Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII” denunciando a forma como o estado de carência das ilhas favorecia fenómenos sociais que desafiavam o *status quo*, bem como a brutalidade com que o poder atuava por forma a controlar a situação. Em 1986, em colaboração com Teixeira da Mota, publicou finalmente o estudo “O milho zaborro e o milho maçaroca na Guiné e Ilhas de Cabo Verde”, já elaborado desde a década de 1960, onde esclareceu as designações e as origens dos diferentes tipos de plantas de milho, assim como as suas diversas utilizações pelas populações. Em 1987, em jeito de homenagem feita a Fausto Duarte, publicou “A capitania das Ilhas de Cabo Verde (organização civil, eclesiástica e militar, séculos XVI-XIX – Subsídios)”. Nesta abordagem genérica e breve afluou a evolução da administração colonial de Cabo Verde e das capitanias-mores dos rios da Guiné, deixando pistas para futuras investigações.

III.5.3 Maria José Pimenta Ferro Tavares

Maria José Pimenta Ferro Tavares⁵⁰ publicou, em 1982, “Judeus e mouros no Portugal dos séculos XIV e XV (Tentativa de estudo comparativo)”, síntese onde circunstanciou a forma como se processava o convívio entre as três religiões e a governação destas comunidades num reino cristão até à uniformização religiosa e jurídica operada por D. Manuel I. Neste, efetuou também a caracterização económica e social destas minorias e discerniu a segregação social, administrativa e judicial a que estavam sujeitos os judeus e os mouros nas suas comunas, revelando o progressivo ganho de importância dos primeiros em relação aos segundos, o que ocasionou diferenças na forma como os cristãos e a própria Coroa os encaravam e tratavam.

Em 1983 difundiu o artigo “Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média”. Foi inovador por focar um ente geralmente esquecido e ausente das fontes e, por arrasto, da

⁵⁰ Obteve a licenciatura em História na FLUL, em 1969, e o doutoramento em História Medieval na FCSH/UNL, em 1981. Foi professora nesta instituição e reitora da Universidade Aberta (1989-2006). Os seus interesses abrangem a História social, económica e monetária dos séculos XIV e XV, bem como a História dos judeus e dos cristãos novos em Portugal e as correntes milenaristas e messiânicas na dinastia de Avis e do Padre António Vieira. A sua participação na RHES fez-se maioritariamente em torno destas temáticas.

historiografia enquanto reprodutora das mecânicas políticas, económicas, sociais e culturais. Essa invisibilidade gerou na autora a necessidade de o identificar no seio da sociedade medieval e de delimitar as fronteiras da pobreza através do recurso a fontes arquivísticas e a obras literárias. A pobreza conjuntural, a pobreza estrutural, a pobreza associada ao meio geográfico e social de quem a experienciava: a doença, a velhice, os infortúnios, o estatuto da mulher, as guerras. A pobreza verdadeira e a fingida. Os abusos dos poderosos e o papel de defensores dos “pobres de Cristo” ou “pobres de Deus” assumido pelos diversos monarcas ao longo dos séculos. Tudo foi perpassado na análise, sobressaindo o complexo fenómeno da pobreza através de vários prismas.

Ainda em 1983 estudou “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”. Atestou, uma vez mais, as restrições para a investigação provocadas pela escassez de fontes. Relatou cada uma das guerras travadas no reinado de D. Fernando contra Castela e assinalou as liberalidades que este tinha para com os fidalgos portugueses e estrangeiros, beneficiando-os como nunca nenhum rei antes fizera. Assinalou o afastamento inicial da maior parte da nobreza relativamente a D. Leonor Teles e a sua posterior aproximação ao rei castelhano perante os receios que as revoltas populares pudessem fazer perigar o seu estatuto. As tergiversações dos nobres continuaram, com sucessivas adesões e traições a cada uma das causas. Concluiu, portanto, que a cisão não se pautou por lógicas de classe ou grupo social, mas por solidariedades verticais que partiam do topo até à base. Assim, se muita da nobreza se encaminhou para o partido de Castela, outra tanta ficou do lado do Mestre de Avis. A tese da revolução popular, basista, partindo da classe plebeia, caía por terra.

Em 1987, enveredou pelo estudo sobre “A política municipal de saúde pública (Séculos XIV- XV)” na qual identificou a forma de atuação das autoridades municipais e, de forma crescente, da própria Coroa, para fazer face aos fenómenos epidémicos. Ainda em 1987 publicou “Inquisição: um «compellere intrare» ou uma catequização pelo medo (1536-1547)”. Após uma caracterização da evolução da composição religiosa do Reino até à introdução da Inquisição, descreveu os anos iniciais desta, em que se registou um *modus operandi* baseado no medo e na misericórdia como forma de evitar a continuação e a disseminação de credos não católicos e de conter as apostasias, sobretudo junto dos cristãos-novos e dos hereges protestantes.

III.5.4 Nuno Valério

Nuno Valério⁵¹ iniciou a sua participação na RHES em 1980 com o estudo “Portugal nos séculos XVIII e XIX segundo Adam Smith e Friedrich List” onde, expondo as leituras que estes dois autores faziam das relações económicas luso-britânicas após a celebração do Tratado de Methuen, demonstrou como se basearam em visões e modelos económicos diferentes para alcançarem as suas conclusões. Em 1983, no artigo “O produto de Portugal entre 1913 e 1947 – Uma primeira aproximação”, na ausência de séries estatísticas para a maior parte do período em análise, calculou-o de modo a produzir uma estimativa com solidez. Concluiu que até 1938 o nível de desenvolvimento, o grau de abertura da economia ao exterior e o peso do Estado sofreram um ligeiro incremento, mas que, com a Segunda Guerra Mundial, o quadro se alterou com aumento do produto e da abertura em simultâneo com a contração do Estado. Em 1984 difundiu um artigo sobre “A Companhia Confiança Nacional (1844-1846)”, a qual, dois anos após a fundação, seria fundida com o Banco de Lisboa para dar lugar ao Banco de Portugal. Essa fusão resultou da necessidade de garantir a solubilidade da Companhia e da estratégia de consolidação do Banco de Lisboa, que assim ganhava escala e incorporava o negócio dos tabacos. O Estado, em situação de grande fragilidade, ter-se-á limitado a aceitar a vontade dos contraentes do negócio. Em 1986 publicou “Expectativas dos credores externos sobre a solvibilidade do Estado Português, 1861-1910” através do qual demonstrou que os investidores, apesar de correrem maiores riscos com a dívida portuguesa, obtinham rendimentos elevados, situação oposta à de países como a Inglaterra. Porém, essa incerteza nunca levou a uma perda da confiança na solvibilidade do Estado Português.

Em 1989 divulgou o artigo “Crescimento e estagnação nas economias tradicionais e na economia moderna”. Neste apresentou modelos explicativos que serviram de base a uma breve análise reflexiva em que cruzou fatores como as flutuações conjunturais existentes numa economia tradicional e na economia moderna e os limites ao crescimento da economia mundial contemporânea. Evidenciou como as condições estruturais, em conjunção com os fenómenos mais localizados, como as inovações, as epidemias, as guerras e as condições ambientais, com impacto na abundância ou na escassez de alimentos, influem nos modelos económicos apresentados, tornando-os em instrumentos sem aplicabilidade.

⁵¹ Licenciou-se (1975) e doutorou-se (1982) em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, onde ingressou na carreira docente. Foi Presidente da Associação Portuguesa de História Económica e Social (1984-1994) e da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais (1999-2011). As suas investigações têm-se focado sobre a História Económica, como está bem patente na RHES.

III.5.5 António Lopes Vieira

António Lopes Vieira⁵² começou a colaborar na RHES logo no primeiro número, em 1978, com o artigo “Noções operatórias sobre cidade, população urbana e população rural” onde discorreu sobre os conceitos ligados à urbanização num País que sofria, naqueles anos, um intenso choque demográfico em virtude da chegada dos Portugueses que viviam nas ex-colónias. Lopes Vieira analisou o conceito de cidade, confrontando a realidade portuguesa com outras, e traçou a evolução da urbanização em Portugal principalmente desde os finais do século XIX, mostrando uma tendência gradual para o crescimento da população urbana.

Em 1980 entrou no seu campo de eleição com o artigo “Os transportes rodoviários em Portugal. 1900-1940”. Neste, estabeleceu a linha evolutiva dos transportes rodoviários durante as primeiras quatro décadas do século XX, demonstrando que o seu retorno financeiro para o Estado havia sido até negativo, quando comparado com a ferrovia. Não obstante, os interesses que se haviam constituído conseguiram granjear fortes laços com o poder político, que se via constringido a investir num setor que não apresentava vantagens competitivas. Em 1981, no artigo “Investimentos britânicos nos transportes urbanos e suburbanos em Portugal na segunda metade do século XIX – fracasso e sucesso. A Lisbon Steam Tramways Company e a Lisbon Electric Tramways Company” explicou como dois projetos de investimento britânico, ligados ao setor dos transportes, tiveram destinos distintos em função das estratégias de negócio adotadas e das condições inerentes à zona de implantação de cada um.

Em 1985, finalizou a sua colaboração com o estudo “Os caminhos-de-ferro antes dos caminhos-de-ferro. A especulação ferroviária em Portugal em 1845-46”. Relatou aí a construção explosiva dos caminhos-de-ferro em países como a Inglaterra e França na primeira metade do século e os ecos que essa revolução teve nos transportes num Portugal marcado pela instabilidade a vários níveis, que o impedia de assumir na prática as várias propostas que pretendiam materializar essa intenção. Só com a estabilização da situação política, após 1851, seria possível dar início à introdução do caminho-de-ferro em Portugal.

⁵² Doutorou-se em 1983 na Universidade de Leicester (Inglaterra) com a tese intitulada «The Role of Britain and France in the Finance of the Portuguese Railways, 1850-90. A comparative study in speculation, corruption and inefficiency». A área dos transportes foi, efetivamente, a que mais o atraiu.

III.5.6 David Justino

Chega-se a David Justino⁵³ que, logo em 1978, começou por analisar os “Problemas de História dos preços: o sal e o milho no mercado de Aveiro (1862-1931)”. Suportado em dados abundantes, que serviram de base à produção de séries estatísticas, concluiu que o sal foi mais suscetível a oscilações no preço do que o milho - menos propenso às variações, embora não lhes ficasse completamente imune. Em 1981 publicou “Crises e «decadência» da economia cerealífera alentejana no século XVIII”, temática a que recorrentemente os historiadores gostam de voltar pelo peso político almejado, sobretudo nos anos iniciais do Salazarismo. As sucessivas apresentações de dados permitiram ao autor sintetizar que, durante o período estudado, as variações de preços dos cereais no Alentejo foram sintomáticas dos problemas, alguns deles estruturais, como o custo da mão-de-obra e a desarticulação entre mercados, que resultaram na perda de atratividade e que conduziram, por arrasto, a algum abandono das culturas cerealíferas na região.

Em 1983, em coautoria com Mafalda Soares da Cunha e com a colaboração de João Gonçalves da Silva, publicou “As feiras de Estremoz – Uma primeira contribuição para o estudo dos mercados regionais no Antigo Regime”. A perceção possível, obtida através do escrutínio das fontes, foi a de um funcionamento paroquial e autónomo relativamente a dinâmicas de âmbito nacional e internacional. Ou seja, as feiras de Estremoz suportavam-se principalmente nos comerciantes e produtos da região e estavam, tal como a incipiente indústria regional, mais dependentes das conjunturas agrícolas do que do comércio oriundo de Lisboa ou do estrangeiro, sentindo pouco o seu impacto. Em 1988 difundiu o artigo “Fontismo: o impossível livre-câmbio”, onde contrapôs as teses que apontavam para o triunfo do livre-cambismo, favorável aos interesses ingleses, às que defendiam a continuidade de um elevado grau de protecionismo. Demonstrou que, mesmo durante o fontismo, Portugal optou por taxas alfandegárias que garantiam receitas ao Estado e protegiam a indústria nacional. Logo, a realidade contrariou o discurso político liberalizante.

⁵³ Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa e doutorou-se em Sociologia pela FCSH/UNL. A tese do seu doutoramento, intitulada “Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913”, recebeu o Prémio Calouste Gulbenkian de Ciência e Tecnologia (1987). A sua carreira docente iniciou-se no Instituto Superior de Economia e Gestão, transitando depois para a FCSH/UNL. A sua participação na RHES desenvolveu-se precisamente nos anos em que preparou o doutoramento, refletindo algumas das questões tratadas na tese.

III.5.7 Jorge Crespo

Jorge Crespo⁵⁴, em 1981, juntamente com Manuela Hasse, publicou “A alimentação no Colégio Real dos Nobres de Lisboa (1766-1831)”, abordando o regime alimentar de um grupo privilegiado, face à generalidade da população. Na comparação de longo prazo aperceberam-se das mudanças substanciais na dieta devido às contingências políticas e económicas atravessadas pelo País na primeira metade do século XIX, com uma tendência para a degradação da mesma. Também em 1981 divulgou o estudo “Os jogos de fortuna ou azar em Lisboa em fins do Antigo Regime”. Recuando até ao século XIV, evocou a preocupação da Coroa em regular o jogo como forma de obter receitas e de reprimir comportamentos fraudulentos, subversivos e imorais. Em 1988 escreveu sobre “Civilização e História. Vicente Esteves de Carvalho e o Estado da civilização em Portugal nos diversos tempos da monarquia. Um estudo de 1910.” Neste, enquadró a forma como Vicente Esteves de Carvalho encarou o conceito de civilização e a sua aplicabilidade no tempo. Assim, numa perspetiva progressista, colocou a barbárie nos inícios da Monarquia e a civilização em momentos seguintes. Seria a esse ponto de perfeição que Portugal deveria regressar sempre que degenerasse, entrando em processo de regeneração. Estas noções concediam grande centralidade ao Homem, ao invés do elemento religioso. Em 1989 publicou “A civilização do jogo. As transformações do elemento lúdico em Portugal (Século XVIII-XIX)”. Aí, explicitou como o jogo evoluiu de algo nefasto para a sociedade para uma componente positiva e indispensável para o processo de formação intelectual das crianças. Naturalmente, foi necessário expurgar as componentes negativas e seleccionar os elementos favoráveis ao corpo e à mente dos mais pequenos.

III.5.8 Síntese

Para completar esta transumância, em que se apresentaram os autores que mais contribuíram para a produção historiográfica da RHES e em que se analisaram os seus estudos, é necessário alertar para o facto de que outros houve, merecedores de referência e cujos estudos não podem ser desmerecidos. Porém, nesta arte do possível, mergulhou-se numa amostra representativa do carácter desta revista. Efetivamente, a RHES deu voz à

⁵⁴ Licenciou-se em 1978 em Ciências Humanas e Sociais, no Ramo de Economia, Sociedades e Civilizações (dominante História) na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em Paris. Frequentou, também aí, o Seminário “Histoire des Savoirs et des Comportements Biologiques”, em 1978 e 1979, sob a orientação de Jean Paul Aron. Desenvolveu a sua carreira como professor na licenciatura em Antropologia, no âmbito da História Económica e Social, na FCSH/UNL. O seu contributo para a RHES refletiu os seus interesses.

fulgurante História Económica e Social e, mesmo enfrentando as dificuldades inerentes à insuficiência das fontes, lançou-se principalmente para a História mais recente, tentando contribuir desse modo para os debates sobre os bloqueios e os desafios que o País enfrentava após a Revolução de 1974.

A RHES serviu de alforge a estudos com grande diversidade temática, mesmo quando se enquadravam no chapéu da História Económica e Social. Ressalva-se a atitude militante da RHES, no sentido de discernir na História os comportamentos que provocaram e prolongaram o atraso português, impedindo o País de acompanhar o ritmo de desenvolvimento de outros países. Vitorino Magalhães Godinho, de certo modo em linha com a perspetiva weberiana da ética protestante e da sua relação com o capitalismo, foi quem melhor personificou este movimento ao associar a pobreza estrutural do País à tendência dos Portugueses por optarem por atividades não produtivas em vez de outras, como as industriais. Deste modo, deu expressão à visão judaico-cristã da culpa, servindo de meio de confissão e extirpação dos próprios pecados.

A História Económica e Social exerceu uma certa hipnose sobre os historiadores portugueses nas décadas de 80 e 90, servindo de terreno de debate sobre realidades do passado que poderiam, de algum modo, alumiar os caminhos a trilhar livremente na Democracia. Adentrou domínios até aí inexplorados ou quase intocados, como o jogo e a alimentação e cruzou a economia com a demografia e os fatores ambientais, como as secas, bem como com outros fatores. Assistiu-se a uma ânsia explicativa dos fenómenos do passado como prelúdios das mudanças experienciadas após a Revolução dos Cravos. Esta crença no poder transformador e redentor da História foi comum aos partidários deste tipo de História (Cheng 2008:219; 224). Arrefecidos os ímpetus revolucionários, este tipo de abordagem pareceu ir perdendo fulgor. Talvez por essa mesma razão, o projeto editorial esmoreceu e a revista pereceu.

III.6 Cadernos da Revista de História Económica e Social

Os *Cadernos da Revista de História Económica e Social* foram fundados em 1981 e perduraram até 1989, possibilitando a publicação de um total de 18 estudos em 12 números. Tendo em conta a exiguidade de autores e a profundidade dos estudos, em geral, optou-se por seguir os números da revista, referindo cada autor. Os estudos apresentados podiam corresponder, em alguns casos, a monografias. Noutros são mais estritos.

III.6.1 Jorge Arroteia, José Guerreiro, Maria Beatriz Rocha Trindade e Alberto Martinho

Os primeiros dois números dos *Cadernos* foram dedicados à emigração. Principia-se com Jorge Arroteia⁵⁵ que, no estudo “Portugal e a Emigração”, começou por caracterizar o País, avançando de seguida para a expressão que a emigração legal e a emigração ilegal tiveram no período entre 1950 e 1974, em especial nos distritos de Braga, Guarda e Castelo Branco. Por fim, aprofundou a análise sobre o Distrito de Braga, assinalando as assimetrias regionais existentes e as mudanças dos destinos migratórios ocorridas neste ínterim, com queda acentuada do Brasil em benefício de França, que passou a principal destino.

José Guerreiro, então ao serviço da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, na sua “Análise tendencial da Emigração Portuguesa nos últimos anos”, apurou os dados referentes a esta realidade nas décadas de 1960 e 1970. Comparou a emigração legal com a ilegal e sublinhou o decréscimo da emigração a partir de 1973 devido à crise petrolífera. Registou a redução da emigração ilegal comparativamente com a legal, nos anos 70, assim como o incremento da emigração feminina até cerca de metade dos efetivos, verdadeira novidade no quadro português. Cruzou os números da emigração com os saldos fisiológicos, o PIB, a taxa de emprego e a produtividade. Evidenciou o envelhecimento progressivo da população e os efeitos perniciosos da emigração na evolução da economia portuguesa e delineou as perspetivas das migrações para os anos seguintes.

Maria Beatriz Rocha Trindade⁵⁶, quando publicou o estudo “Emigração Portuguesa: As políticas de «trajecto de ida» e de «ciclo fechado»”, integrava também a Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas. Essa posição permitiu-lhe reconhecer o universo da emigração e as políticas que lhes estavam associadas, não apenas no que concerne aos organismos que as tutelavam, mas qual o seu alcance efetivo. Assim, identificou duas formas de atuação por parte das autoridades portuguesas. A primeira, mais antiga, objetivava garantir a ida com alguma segurança do emigrante até ao destino. Deixando-o completamente por sua conta a partir daí. Outra, que se seguiu, implicava uma ação mais cuidada e interventiva que ia desde o recrutamento em Portugal, à sua passagem pelo estrangeiro e ao seu repatriamento. Era a abordagem de ciclo fechado. No meio existiriam

⁵⁵ Licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa, em 1972, e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro, onde veio a exercer funções docentes, dedicou-se à investigação em temas como a emigração portuguesa, a análise social, administração da educação e geografia de Portugal.

⁵⁶ Licenciou-se em Antropologia, doutorou-se em Sociologia pela Universidade de Paris V (Sorbonne), obteve a agregação pela FCSH/UNL e alcançou o grau de Professora Catedrática na Universidade Aberta. Foi nesta última que fundou o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, em 1994.

medidas intermédias. Após análise à postura do Estado português relativamente à gestão do fenómeno da emigração, a autora iniciou uma prática mais orientada para a fase de ida, com algumas medidas complementares. O ciclo fechado estava, deste modo, por concretizar.

Alberto Martinho⁵⁷ publicou o estudo “Sondagem a emigrantes no Distrito da Guarda”. Após um enquadramento social e económico da região, mostrando as condições potenciadoras da emigração, cujo peso é mais elevado do que a média nacional, restringiu a análise à aldeia de Pega. Aqui, recuou a 1947, ano em que se iniciou a corrente migratória para França, precedendo todo o distrito e País. A situação demográfica e cultural de Pega modificou-se completamente, tanto no sentido do envelhecimento e desertificação como na presença de idiomas e influências culturais diversificadas, em resultado dos fluxos migratórios que implicaram contactos com o exterior e o retorno de emigrantes.

III.6.2 Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães

No terceiro número dos *Cadernos da RHES*, datado de 1983, Manuel Viegas Guerreiro⁵⁸ e Joaquim Romero Magalhães⁵⁹ deram a conhecer “Duas descrições do Algarve do século XVI”. A primeira de Frei João de São José, intitulada “Corografia do reino do Algarve (1577)”. A segunda de Henrique Fernandes Sarrão, sob o título “História do reino do Algarve (circa 1600)”. Destacaram o facto de, durante o período dos Descobrimentos e do Renascimento, ter fervilhado o interesse pela novidade, fosse pela hodierna ou pela dos clássicos (Gregos e Romanos). As descrições das terras ganharam relevância na produção literária da altura, sendo frequentemente utilizadas pelos governantes como instrumentos que lhes permitiam conhecer melhor os seus domínios ao enumerar os lugares, as suas características naturais e as suas gentes e ao avançar com dados sobre aspetos demográficos, económicos, culturais, militares e religiosos.

No caso das duas descrições do Algarve escolhidas, Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães conduziram os leitores aos contextos em que foram produzidas,

⁵⁷ Licenciado e mestre em Sociologia, doutorado em Antropologia Social e Cultural.

⁵⁸ Licenciou-se em Filosofia Clássica, em 1936, e doutorou-se em Etnologia, em 1969, na FLUL. Foi professor de liceu em Portugal e em Angola e colaborou com Leite de Vasconcelos. Em 1970 ingressou como professor de Etnologia na FLUL.

⁵⁹ Licenciou-se em 1967 em História pela FLUC. A sua tese de licenciatura, intitulada “Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI”, constituiu uma inovação para a época, o que motivou a sua publicação em 1970 pela editora Cosmos. Romero Magalhães exerceu o lugar de professor de Liceu a partir de 1971. Dois anos depois começou a ensinar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde viria a desenvolver a sua carreira docente. Doutorou-se em 1984 nesta mesma instituição. Foi professor convidado da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* de Paris, da Universidade de São Paulo e da Universidade de Yale. Como historiador interessou-se maioritariamente pela História económica do Algarve (séculos XVI a XVIII).

introduzindo-os na vida de cada um dos autores das descrições. As suas origens, os seus percursos, as razões que os levaram a escrevê-las. Compararam também os estilos literários: mais cultivado no caso de Frei João de São José e menos no de Henrique Fernandes Sarrão, mais propenso à descrição factual e detalhada. Evidenciaram a utilidade deste tipo de literatura corográfica para a preservação da memória, até pelo desaparecimento de testemunhos e vestígios que acontecimentos posteriores vieram a provocar, como foi o caso do Terramoto de 1755 que afetou gravemente o Algarve. Entre esses aspetos, assinalaram a dinâmica económica ligada às várias colheitas, em particular o figo, que sustinha a alimentação do povo e que era objeto de venda e de exportação para outras paragens, despertando também nos mouros a realização de ações de saque às povoações algarvias. Outros dados mais etnográficos e culturais são lembrados, como a explicação do mês de maio, em Lagos. A apresentação de fontes, com recurso a notas históricas e à publicação integral dos textos, constituiu, assim, um meio privilegiado de divulgação de certas épocas e de explicação do seu contexto. O que não cabia, obviamente, num número regular da RHES, preferindo-se a sua publicação nos respetivos *Cadernos*.

III.6.3 Joaquim Manuel Nazareth, Fernando de Sousa e João Rocha Pinto

Datado de 1983, o quarto número dos *Cadernos* da RHES incidiu sobre a demografia portuguesa nos finais do Antigo Regime. Teve a autoria de Joaquim Manuel Nazareth⁶⁰ e de Fernando de Sousa⁶¹, com a colaboração de João Rocha Pinto⁶². Intitulado “A demografia portuguesa em finais do Antigo Regime – aspectos sociodemográficos de Coruche”, provém da revisão de um programa de investigação delineado em conjunto pelos núcleos de Demografia da FLUP e da FCSH/UNL. Reformulação efetuada após contactos com a Universidade de Cambridge. Como resultados preliminares foram sendo apresentados vários estudos, em mais de uma revista. Um desses recaiu sobre Coruche, sendo publicado nos *Cadernos* da RHES. Neste, explicou-se genericamente o tipo de demografia do Antigo Regime, caracterizou-se demograficamente a vila de Coruche no ano de 1789 e trabalhou-se

⁶⁰ Licenciou-se em Sociologia no Instituto Superior Económico e Social de Évora, em 1971, e doutorou-se em Ciências Sociais (opção Demografia) na Faculdade de Ciências Sociais, Políticas e Económicas da Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica), em 1978. Foi professor na Universidade de Évora e na Universidade Nova de Lisboa. Em 2003 deixou de lecionar para, como professor catedrático aposentado da Universidade Nova de Lisboa, colaborar em exclusivo com o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE), do Porto.

⁶¹ Licenciou-se (1973) e doutorou-se (1980) em História na FLUP. Toda a sua carreira docente decorreu nesta instituição, embora tenha colaborado com a Universidade Nova e a Universidade dos Açores. É Presidente do CEPESE.

⁶² Historiador e antropólogo social e cultural, docente na FCSH/UNL.

sobre algumas das suas dimensões sociodemográficas. Apurou-se que nesse ano a demografia de Coruche era, *grosso modo*, enquadrável na do Antigo Regime, com um crescimento lento e elevadas natalidade e mortalidade. Neste número aproveitou-se para divulgar o documento original que serviu de base ao estudo.

III.6.4 Nuno Valério

O quinto número dos *Cadernos* da RHES, datado de 1984 e assinado por Nuno Valério, já antes apresentado, incidiu sobre “A moeda em Portugal 1913-1947”. Teve como objetivo a identificação dos padrões mais visíveis da “evolução das variáveis monetárias”. Nele divulgaram-se dados para o estudo da moeda num período sujeito a grande turbulência. Iniciado pouco antes da Primeira Grande Guerra, atravessou a Grande Depressão originada pela queda da bolsa em 1929 e terminou pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Neste estudo, analisou-se a circulação fiduciária durante a Primeira República e o Estado Novo até aos anos 50 e o universo dos bancos portugueses, com destaque para os bancos emissores na metrópole (Banco de Portugal) e no Ultramar (Banco Nacional Ultramarino e Banco de Angola). Identificou-se igualmente o conjunto de bancos, banqueiros, caixas e companhias de crédito (públicas e privadas). Estudou-se também a unidade monetária, no que respeita ao seu valor externo (câmbios) e interno (preços), e as taxas de juro. Analisou-se, finalmente, a velocidade de circulação da moeda e a relação entre a moeda e a conjuntura económica.

III.6.5 Joaquim Romero Magalhães, Marinho dos Santos, Maria Manuela Lucas, José Oliveira Barata, Fernando Rebelo, Maria José Pimenta Ferro Tavares Leonor Carvalhão Buescu, João Rocha Pinto e Leonor Freire Costa

O sexto e sétimo números, editados em 1985, obedeceram lógicas temáticas. Os primeiros artigos constituíram uma homenagem a Jaime Cortesão. Vários historiadores analisaram as suas diversas facetas. Joaquim Romero Magalhães publicou o estudo “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)”. Marinho dos Santos elaborou umas “Notas para o (re)conhecimento de Jaime Cortesão”, enquanto Maria Manuela Lucas avançou com “Teoria do humano e projecto de «homem vivo» em Jaime Cortesão”⁶³. José Oliveira Barata⁶⁴, difundiu o artigo “Jaime Cortesão e o significado do

⁶³ Estes dois autores exerceram funções como professores de História na FLUC.

⁶⁴ Professor na FLUC.

teatro na educação popular”, e Fernando Rebelo⁶⁵, aventurou-se na relação entre “História e geografia física. Reflexões em torno de um caso de interdisciplinaridade desenvolvido por Jaime Cortesão”. Maria José Pimenta Ferro Tavares, também já antes apresentada, analisou o contributo historiográfico de Cortesão com o estudo “Jaime Cortesão: a Revolução de 1383 e Álvaro Pais”.

Nesta edição também se publicaram dois estudos orientados para a descoberta do “Outro”, proporcionada pelos Descobrimentos. Assim, Maria Leonor Carvalhão Buescu⁶⁶, interessou-se pelas emanções que nos chegaram via um dos maiores viajantes portugueses. Publicou a lição da sua agregação intitulada “A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Espaço de múltipla comunicação” capturando deste relato a visão global que o discurso do observador participante transmitiu aos homens do seu tempo, para que passassem a conhecer os diversos mundos com que os portugueses estavam a contactar. Por sua vez, João Rocha Pinto e Leonor Freire Costa⁶⁷, publicaram a “Relação anónima da segunda viagem de Vasco da Gama à Índia”, testemunho escrito, não oficial, da expedição marítima. Texto de inegável valor pela forma como permite compreender o contexto em que os europeus alcançaram a Índia e entraram pela primeira vez em contacto com os povos e poderes onde arribaram.

III.6.6 Maria Eugénia Mata

O oitavo número, saído em 1987, foi entregue a Maria Eugénia Mata⁶⁸. O estudo que publicou nos *Cadernos* da RHES intitulou-se “Câmbios e Política Cambial na Economia Portuguesa 1891-1931”. Bastante aprofundado, com origem em investigação académica, analisou as tendências dos câmbios da moeda e as mutações na política cambial num período marcado por crises económicas sucessivas.

⁶⁵ Professor de Geografia da FLUC.

⁶⁶ Professora na FCSH/UNL.

⁶⁷ Professora do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

⁶⁸ Licenciada (1975) e doutorada (1986) em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, onde iniciou a sua carreira académica como assistente em 1975. Transitou em 1978 para a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Fez parte do conselho editorial da *Revista de História Económica e Social* (1978/88) e da *Revista Portuguesa de História* da Universidade de Coimbra.

III.6.7 Rita Costa Gomes

Os números 9 e 10, editados em 1987, tiveram a autoria de Rita Costa Gomes⁶⁹. Nesta edição dos *Cadernos* da RHES, patrocinada pelo Município da Guarda, Rita Costa Gomes divulgou o estudo “A Guarda Medieval. Posição, Morfologia e Sociedade (1200-1500)”. Na prática, tratou-se de uma monografia, organizada em três partes: a primeira orientada à inserção da cidade na região; a segunda centrada na configuração espacial da cidade; e a terceira dedicada ao elemento humano. A encerrar, publicou um conjunto de dados e transcrições de documentos que serviram de base ao estudo. Como conclusão, sublinhou a capacidade que uma cidade do interior teve para resistir a tempos difíceis, como foi a segunda metade do século XIV, em que a Guarda enfrentou perdas resultantes das epidemias e das guerras, sem perder o seu estatuto de importante centro administrativo, militar e religioso de âmbito regional.

III.6.8 João Rocha Pinto

Por fim, nos números 11 e 12, publicados em 1989, João Rocha Pinto, discípulo de Barradas de Carvalho e de Vitorino Magalhães Godinho, divulgou o estudo “A Viagem. Memória e Espaço. A Literatura Portuguesa de Viagens. Os Primitivos Relatos de viagens ao Índico 1497-1550”. Iniciou o estudo com uma extensa e profunda contextualização sobre as condições que possibilitaram o arranque do fenómeno de globalização pela Europa Ocidental e sobre a moda de os viajantes europeus que contactaram com outras culturas registarem os acontecimentos referentes à dimensão prática da viagem e as informações atinentes aos locais e aos povos que visitaram.

Esta ânsia de novidade e de estabelecer alguma forma de controlo sobre o desconhecido, motivaram os relatos – em Portugal mais tardios que noutros países. Os testemunhos escritos assumiram várias tipologias, enunciadas detalhadamente pelo autor. Foram determinantes para o reconhecimento do novo, no que respeita, por exemplo, à navegação e às técnicas indispensáveis à capacidade de navegar com sucesso em novas latitudes e novos oceanos. Esses relatos foram também decisivos para a difusão do “Outro”, ou seja, das novas culturas com as quais os navegadores se cruzavam. Múltiplas e em simultâneo. A forma como foram encaradas pelos europeus, e em particular pelos

⁶⁹ Licenciada em História (1981) e doutorada em História Medieval (1994), pela FCSH/UNL, foi aí professora entre 1982 e 2003. Desde 2005 que integra o departamento de História da Universidade de Townson (EUA).

Portugueses, viria a contribuir para as tomadas de decisão da Coroa relativamente ao modo de tratamento dos índios do Brasil ou dos estados do Índico. Os relatos tiveram, por isso, uma grande importância no desenvolvimento técnico-científico, no plano cultural e das mentalidades e, ainda, no domínio político-militar.

III.6.9 Síntese

Os *Cadernos* da RHES foram poucos, concretizaram-se num número reduzido de estudos e tiveram uma duração relativamente curta. Ainda assim, servindo de complemento à RHES, constituíram, por si próprios, uma via privilegiada de difusão de estudos históricos de cariz temático ou com uma maior extensão. Marcaram o panorama historiográfico na década de 1980 ao possibilitarem a publicitação de estudos aprofundados e de fontes numa época em que muitos arquivos, principalmente, os referentes à Época Contemporânea, permaneciam praticamente inacessíveis.

Esta modalidade proporcionada pelos *Cadernos* conferiu à RHES maior diversidade ao alargar consideravelmente as dimensões de análise dos estudos. Assim, para além dos números cobrirem épocas muito extensas, no seu conjunto, convocaram múltiplos aspetos em simultâneo. Esta perspetiva enriqueceu as análises, cruzando-as frequentemente com toda a envolvência inerente a cada território, o que ficou bastante evidente nos estudos sobre o Algarve, a Guarda, as viagens e Jaime Cortesão. Neste sentido, os *Cadernos* constituíram-se como um campo onde os historiadores puderam dar ímpeto às suas investigações, respondendo a questões históricas que se estendiam desde a economia às mentalidades. Aliás, os *Cadernos* tiveram o condão de restituir à historiografia nacional a divulgação de estudos alongados sobre os Descobrimentos e o contacto dos europeus, e em particular dos Portugueses, com os outros povos. A atitude reabilitadora desta temática antecedeu o forte reanimar observado aquando das comemorações dos Descobrimentos (Marques 1992; Godinho 1988:31; 41).

III.7 Ler História

Entre 1983 e 1996 foram publicados 221 artigos de História na revista *Ler História*. Quase um quarto (24,4%) produzidos por 12 autores, que difundiram pelo menos três artigos, somando um total de 54 estudos. A autora mais fecunda foi Miriam Halpern Pereira, que assinou oito artigos, o que correspondeu a 3,6% do total. Destacou-se claramente dos

restantes autores. Cinco deles publicaram cinco artigos por sua conta, equivalentes, individualmente, a 2,3% do total: Carlos Coelho Maurício; José Mattoso; Magda Pinheiro; Maria de Fátima Sá Melo Ferreira; Maria Beatriz Nizza da Silva. Já com quatro artigos, correspondentes a 1,8% do total, surgiram três autores: Maria Carlos Radich; Maria Norberta Amorim; Robert Rowland. Por fim, selecionaram-se também os autores que publicaram três estudos, cujo contributo foi de 1,4% para o total: de Humberto Baquero Moreno; José Luís Cardoso; Luís de Albuquerque. De seguida vai fazer-se a apresentação dos autores e da sua produção historiográfica.

III.7.1 Miriam Halpern Pereira

Miriam Halpern Pereira⁷⁰, em “A crise do Estado de Antigo Regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia”, publicado em 1983, explicou como o regime absolutista demonstrou ter capacidade de adaptação para enfrentar os impactos da Revolução Francesa e das Invasões Francesas, mobilizando o aparelho de Estado, as classes dirigentes e privilegiadas e o povo para enfrentar o invasor e para extirpar e perseguir os portadores das ideias revolucionárias. A lenta queda do Absolutismo e a ascensão progressiva do Liberalismo procederam dos choques económico e político que o País sofreria com a abertura dos portos brasileiros aos ingleses e com a independência do Brasil, que afetaram gravemente a economia portuguesa e motivaram reconfigurações na estrutura política e social. O Absolutismo, que se havia modernizado, conseguiu, assim, resistir durante várias décadas ao assédio liberal.

Nesse mesmo ano, em colaboração com Magda Pinheiro e Valentim Alexandre, divulgou a memória de Mouzinho da Silveira sobre “A política portuguesa de 1808 a 1830”. Documento de extrema importância, serviu como testemunho do próprio sobre os meandros da alta política, nos quais tomou parte, tanto no triénio absolutista (1823-1826) como no fracassado período cartista (1826-1828) e no exílio que se lhe seguiu. Descreveu as intenções liberalizantes de D. João VI, constrangidas pela natural atitude de indecisão deste

⁷⁰ Licenciou-se em História e Filosofia, na FLUL, em 1962. Exilada em França, doutorou-se em História pela Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris (Sorbonne), em 1969. Entre 1970 e 1973 foi investigadora do *Centre National de la Recherche Scientifique*, no Instituto Marc Bloch, Universidade de Paris I (Sorbonne-Panthéon). Regressada a Portugal, ingressou no ISCTE como professora de História. Foi diretora da revista *Ler História* (1983-2008) e diretora fundadora do Centro de História do ISCTE/IUL. A atitude militante de Miriam Halpern Pereira em defesa dos arquivos conduziu-a ao lugar de diretora do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), entre 2001 e 2004, período durante o qual dirigiu um importante diagnóstico aos arquivos intermédios da administração central do Estado. Os seus interesses, enquanto historiadora, estenderam-se à História económica, política e social, assim como à História da historiografia, incidindo principalmente sobre o fim do Antigo Regime e os inícios do Liberalismo.

para não perder apoios nas classes privilegiadas sobre as quais assentava o poder. Atribuiu a ineficácia da experiência Cartista à inexistência de um Príncipe com poder tutelar sobre o novo edifício político liberal. Criticou a forma de governação do País e as classes privilegiadas, apontando caminhos de solução que limitassem o parasitismo e a dívida. Relatou a interferência externa da Santa Aliança, mais concretamente da França e da Inglaterra na condução da política e dos negócios em Portugal e no processo da independência do Brasil, alumiando as consequências nefastas que traziam ao nosso País.

Em 1986 redigiu uma nota biográfica sobre o historiador francês Marc Bloch (1886-1944), figura maior do movimento dos *Annales*, relevando o seu contributo para a inovação historiográfica europeia e francesa, em especial no domínio da História Agrária. Sublinhou que os novos historiadores portugueses podiam inspirar-se nele para levarem a efeito as suas investigações. Em 1987 publicou o estudo “Atitudes políticas e relações económicas internacionais na primeira metade do século XIX em Portugal”. Nele descreveu as circunstâncias em que a diplomacia económica portuguesa se relacionou com a inglesa, apontando claramente uma inflexão, no sentido de um maior protecionismo, com o consulado Setembrista, cujos efeitos iriam perdurar, embora mais tímidos, durante o Cartismo. Tese de seguida exemplarmente posta em causa por Maria de Fátima Bonifácio.

Em 1988, Miriam Halpern Pereira acusou o toque e, no estudo “Absolutismo reformista e nacionalismo: as negociações para substituir o tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-26”, depois de relatar as tentativas de D. João VI para pôr termo ao Tratado de 1810, tão lesivo para os interesses portugueses, atribuiu o esforço de correção da situação aos governos liberais que se seguiram após 1834. Nesse ano publicou também “Artesãos, operários e o liberalismo - dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)” no qual caracterizou a paisagem social do Absolutismo, discernindo, nos moldes do corporativismo, um tipo de organização social em que se mesclavam artesãos e comerciantes do retalho. Esta classe era reconhecida e regulamentada no Antigo Regime, gozando de um estatuto superior aos trabalhadores não especializados e aos camponeses. O Liberalismo viria a aniquilar este tipo de organização, pulverizando-a de modo a gerar uma mentalidade em que o Estado se relacionava e suportava diretamente nos cidadãos, dispensando, deste modo, as corporações socioprofissionais como corpos políticos intermédios e mediadores junto do centro do poder.

Em 1991 difundiu as suas “Breves reflexões acerca da historiografia portuguesa no século XX” e o artigo “Historiografia contemporânea sobre o século XIX”. No primeiro evidenciou os cortes e os bloqueios provocados pelo autoritarismo, que durou meio século,

às ciências sociais e, em particular, à mais antiga destas: a História. A evolução positiva que neste domínio se vinha gizando desde a segunda metade do século XIX foi interrompida e os historiadores mais afoitos excluídos do sistema. Do mesmo modo, evitaram-se ou negligenciaram-se certos temas e cronologias em benefício da fundação da nacionalidade e da centralização monárquica na Idade Média, da epopeia gloriosa dos Descobrimentos e da Restauração da Independência e, conseqüentemente, do Estado Absolutista de matriz patriótico-nacionalista, com claros propósitos políticos e propagandísticos. Defendeu que a renovação da historiografia nacional durante o período do Estado Novo se fez, em grande parte, fora das instituições universitárias, assentando na iniciativa individual de alguns historiadores. Após reconhecer o esforço da geração de 1939-45 para a abertura historiográfica, que se viria apenas a consolidar após 1974, trouxe à coação a postura conservadora e corporativa da academia, mesmo após a democratização, que tanto resistiu a assimilar os doutorados em História no estrangeiro – naturalmente associados a novas ideias e métodos que traziam do exterior – como a aceitar acriação de novos centros de investigação. Revelou também a propensão dos novos historiadores pelas épocas e temáticas antes preteridas, e pela revisão das que antes haviam sido mais estudadas, como a Idade Média, cujas investigações se faziam agora sem freios, virando-se para caminhos ainda incólumes. A organização de colóquios e a produção de roteiros de fontes desvendaram o pulsar da classe em se aventurar, mas faltava produzir obras de fôlego, como Histórias de Portugal ou de âmbito transnacional, sintoma do ensimesmamento dos historiadores portugueses, presos às fronteiras fixadas pela descolonização.

No segundo estudo, Miriam Halpern Pereira insistiu na ideia da desertificação ocorrida em Portugal relativamente à produção historiográfica sobre o século XIX, buscando nos historiadores exilados a única compensação para esse desacerto. Ainda assim, ao enunciar os trabalhos produzidos no Estado Novo, e mais concretamente na sua fase final, demonstrou que a revolução historiográfica já estava em curso. Aliás, alimentaria a explosão de estudos sobre o século XIX que surgiram no pós-25 de Abril. Na primeira temática apontada, a das revoluções liberais (1808-1847), indicou já alguns trabalhos com grande valor, da autoria, entre outros, de Barradas de Carvalho, António José Saraiva, Joel Serrão, Maria Beatriz Nizza da Silva, Silva Dias, Reis Torgal, Victor de Sá, Maria de Fátima Bonifácio e Espinha da Silveira. Obviamente, justapõem-se nomes de gerações diferentes, que se sucederam, mas que também conviveram e aprenderam uns com os outros.

No que concerne ao desenvolvimento e subdesenvolvimento do capitalismo, tema bastante em voga nas discussões dos historiadores, recuperou os posicionamentos do

mercado de nicho que representava a história económica em Portugal. Para enquadrar a temática, convocou as teses de pioneiros como Magalhães Godinho, Borges de Macedo ou Joel Serrão. A chegada da Democracia viria a alargar o leque de contribuintes líquidos para esta área de investigação, com nomes como Villaverde Cabral, Jaime Reis, Pedro Lains, David Justino e Magda Pinheiro, cujos estudos abordaram, entre outras áreas, a História Agrícola, a História dos Transportes, a História das Finanças Públicas e a História Colonial. Meritórios, certamente. Mas muito estava, ainda, por fazer.

Sobre o movimento operário, ao arranque anterior à institucionalização do Estado Novo, sobreveio o deserto. Só episodicamente se publicaram estudos nas décadas de 1960 e de 1970. O 25 de Abril de 1974 viria mudar completamente esta realidade, embora não se sáísse muito do estudo dos sindicatos e dos partidos políticos. Da nova vaga, as investigações da socióloga Maria Filomena Mónica foram as que demonstraram ser mais audaciosas. Acerca das mentalidades e ideias convocaram-se principalmente os valiosos trabalhos de Joel Serrão, José-Augusto França, Maria de Lourdes Lima dos Santos, José Machado Pais, J. Lourenço Roque, Isabel Nobre Vargues, Catroga, Torgal, Maria Carlos Radich e Carlos Maurício Coelho. Miriam Halpern Pereira concluiu a sua análise atestando um significativo aumento de estudos sobre o século XIX e a enorme diversidade de pontos de vista. Lançou pistas de investigações futuras e confirmou, também, o atraso estrutural da nossa historiografia, mais dada ao espúrio do que ao rigor científico.

III.7.2 Carlos Coelho Maurício

Carlos Coelho Maurício⁷¹ publicou em 1986 o estudo “Quando a historiografia interroga o seu passado - a história dos *Annales*”. Encarou os *Annales* como resultado de um caldo onde se fundiram várias correntes, fazendo recuar a sua origem à dramática viragem ocorrida em França em 1870-1871 aquando da derrota na guerra com a Prússia e da eclosão da Comuna de Paris. Esse recentrar para o interior da própria França e, mais cuidadosamente, para o Povo, o temido Terceiro Estado, provocou nos historiadores a necessidade de buscar novas metodologias para trabalharem a realidade e a apresentarem ao público. A Escola dos *Annales*, afastada do Positivismo e da Escola Marxista, procurou nas suas sucessivas ondas alcançar as massas, ganhar um cunho holístico e arrumar a História por temáticas em vez de

⁷¹ Licenciou-se em História pela FLUL (1981) e doutorou-se em História Social Contemporânea pelo ISCTE (1996). É nesta instituição que tem desenvolvido a sua carreira como docente universitário no Departamento de História. As suas investigações têm-se debruçado sobre temáticas como Nação e Nacionalismo, Memórias Coletivas e História da Historiografia. Na revista *Ler História* deu especial alento a esta última.

datas, acontecimentos e personagens. Fitava-se nas longas séries de dados que permitiam avançar e recuar no tempo, o que valorizava o método como um utensílio válido, não apenas para perscrutar o passado, mas também para a resolução dos problemas do presente.

Carlos Coelho Maurício escreveu em 1989 o artigo “Na manhã fértil - sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa”. Com base na leitura de cerca de um milhar de textos produzidos desde o século XV até então, atalhou caminho pelas origens do milagre. A análise às fontes pareceu convencê-lo de que a epifania, como momento fundador da nacionalidade e da perpetuação da sua memória no escudo da bandeira, pode ter sido anterior ao período moderno. Porém, foi apenas nesta época que este mito simbólico se construiu paulatinamente no discurso escrito e nos programas artísticos, de forma a ser conservado e transmitido às novas gerações.

Em 1990 voltou a tocar o mesmo tema, mas doutra perspetiva, com o artigo “Entre silêncio e ouro - sondando o milagre de Ourique na cultura portuguesa”. Partindo da análise às referências efetuadas a este acontecimento entre os finais do século XVI e os fins do século XVII, associou o aparecimento do juramento apócrifo de D. Afonso I ao contexto da União Dinástica e à consequente perda da independência. Os movimentos milenaristas e messiânicos ganhavam terreno na cultura portuguesa, extravasando em força aquando da sucessão de D. Afonso VI. Situação que vinha novamente pôr em perigo a soberania portuguesa. O Milagre de Ourique foi, portanto, um elemento útil em conjunturas de fragilidade do País, servindo como catalisador do devir histórico que assegurava o destino de Portugal como nação independente e com uma missão especial a cumprir no seio da Cristandade. Ao reforçar a confiança no futuro como comunidade nacional livre do despotismo estrangeiro e ao acicatar o patriotismo, o Milagre de Ourique ajudou os Portugueses a suportar os sacrifícios da Guerra da Restauração. A sua importância moldou-o como elemento identitário, levando a que a sua relativização ou crítica, mesmo do ponto de vista científico, fossem sinónimos de sentimentos antipatrióticos.

Em 1993 e em 1996 publicou estudos referentes a uma das figuras cimeiras do pensamento político e da historiografia da segunda metade do século XIX: “Oliveira Martins (1845-1894) - uma cronologia” e “Oliveira Martins historiador ou o problema da dupla vida de Portugal”. No primeiro, após breve comentário sobre o percurso e o pensamento de Oliveira Martins, apresentou uma sequência de datas com acontecimentos marcantes ao nível da vida familiar e profissional, da intervenção cívica e política e da produção literária e historiográfica. No segundo, captou a essência do seu pensamento histórico, oscilante entre um certo determinismo histórico – em que o presente é, simultaneamente, a consequência

lógica do passado e a preparação do futuro – e o sentimento de fatalismo e profundo pessimismo. Aludiu, também, à perspectiva unitiva martiniana em que o todo se sobreleva face às partes, o que tem efeitos na forma como projeta o poder político, de matriz mais cesarista, e em que o tempo de uma Nação é uno, fundindo passado, presente e futuro. Cada povo prossegue, como um organismo vivo que transporta consigo permanentemente o gérmen da decadência e da regeneração através dos tempos. Mas, para se manter como povo, deve conservar um conjunto de características essenciais diferenciadoras que atribuem significado à sua existência e que o ajudam a reerguer quando sai do caminho que lhe está destinado. Após mostrar a forma como Oliveira Martins encarou as várias fases da vida nacional na historiografia que produziu, restou assinalar o pessimismo que o despedaçou, porque os seus ideais eram, pura e simplesmente, irrealizáveis no tempo em que ele se encontrava, não vislumbrando, também, forma de os passar à prática no futuro.

III.7.3 José Mattoso

José Mattoso⁷², na revista *Ler História* foi consistente com as suas preferências. Assim, em 1983 publicou “A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença”. Contrariamente ao que consta nos documentos eclesiásticos, nos quais se apelida os galegos de estrangeiros e se dá a entender que a Batalha de São Mamede foi a expressão de um sentimento nacional que opunha os Portugueses aos galegos, avançou com outra perspectiva. Exemplificou que, até bem entrado o século XIII, não havia propriamente destriça entre a nobreza galega e a portuguesa. O sentimento de pertença a uma ou a outra nação não existia. A nobreza circulava entre os diferentes reinos, punha-se indistintamente ao serviço dos monarcas de ambos os lados da fronteira e casava entre si, estabelecendo laços que ultrapassavam as noções de identidade nacional. Para além de que se perdia a noção de estranheza ao meio à medida que os descendentes dos que se mudavam passavam a fazer parte dele como iguais. A emigração de nobres galegos, normalmente os que não herdavam quaisquer bens, foi permanente e até benéfica para Portugal. Só com a centralização do poder régio, a partir do século XIII, se assistiu ao erigir de um maior sentimento de pertença da

⁷² Enquanto abraçou a vida monástica no Mosteiro de São Bento de Singeverga, licenciou-se em História e doutorou-se em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade Católica de Lovaina. Em 1970 abandonou a vida religiosa e tornou-se investigador no Centro de Estudos Históricos (Lisboa). Iniciou em 1972 a carreira de docente na FLUL. Em 1979 transitaria para a recém-criada FCSH/UNL. Foi também presidente do Instituto Português de Arquivos, de 1988 a 1990, e diretor da Torre do Tombo, entre 1996 e 1998. Autor de obras de referência da historiografia nacional, nomeadamente, da coleção *História de Portugal*, ao longo da sua longa carreira elegeu como principal área de estudo a História Medieval, recebendo inúmeros prémios e reconhecimentos.

nobreza ao País, resultante da estabilização das famílias no território e da construção de uma cultura político-administrativa centrada na Coroa portuguesa.

Em 1985, no estudo “A cidade de Leiria na história medieval de Portugal”, cujo arco cronológico se situou entre 1128 e 1383, aduziu a importância estratégica desta na Reconquista e na guerra civil entre os partidários de D. Sancho II e de D. Afonso III. Deduziu a existência de um crescimento populacional sustentado, apesar das privações sofridas devido ao clima de instabilidade provocado pela reação muçulmana. Ponto intermédio entre o Minho e Lisboa, Leiria recebeu sucessivamente gente dos contingentes expelidos para o Sul em busca de melhores condições de vida. Na região assinalou-se também a fixação altamente bem-sucedida dos monges no Mosteiro de Alcobaça. A sua capacidade de produção agrícola e de amealhar riqueza aumentaram grandemente a sua relevância para a região. Outro sinal do crescimento populacional e económico foi o aparecimento da comuna judaica nos finais do século XIII.

Em 1985 concedeu em dar o seu depoimento acerca do livro de Macfarlane *The Origins of English Individualism*, intitulando-o “A propósito de “A individualidade dos ingleses”. Mattoso foi implacável na sua apreciação da tese defendida por Macfarlane, que fazia remontar o espírito individualista dos ingleses aos tempos dos normandos, ou mesmo antes. Criticou-o não apenas pelo esquema metodológico que empregou, mas também pelas generalizações abusivas, sem adesão à realidade inglesa. Na opinião de Mattoso, a cegueira da defesa ideológica do capitalismo, com oposição clara e recusa do uso do materialismo histórico marxista, justificou o sucesso da publicação daquele historiador. Porém, sustentou, colocar o labor historiográfico em termos ideológicos revelou ser pouco positivo para assegurar a qualidade do trabalho dos historiadores.

Em 1985 publicou “Estratégias da pregação no século XIII”. Na primeira parte analisou o fenómeno da expansão progressiva e sólida das ordens religiosas pelas povoações portuguesas, a sua fixação nas periferias destas, junto das camadas mais frágeis e excluídas da população, e a competição pelo espaço entre as próprias ordens mendicantes com o intuito de desenvolverem a sua missão de evangelização e de apoiarem os mais necessitados. O que acabou por gerar conflitos, como o testemunhado através do documento divulgado na segunda parte do estudo.

Em 1987 publicou “Investigação histórica e interpretação literária de textos medievais”. Valorizou aí as fontes literárias medievais, não apenas pelo que transmitiam, por vezes de forma mais sugestiva ou mesmo mais clarividente que os outros tipos de fontes escritas, mas também pelas possibilidades que ofereciam. O seu cruzamento com outros

escritos e a multidão de hipóteses de estudo que estimulavam ao encaminhar o historiador para o entendimento dos diversos contextos em que foram produzidas e para o estudo de quem as produziu, designadamente, dos seus percursos de vida, das suas realidades familiares, das alianças em que se inseriram e das suas formas de pensamento. Tudo captado nas subtilezas do tipo de linguagem literária utilizada.

III.7.4 Magda Pinheiro

É chegada a vez de Magda Pinheiro⁷³. Em 1983 deu a conhecer as suas “Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no século XIX”. Asseverou a incapacidade crónica dos governos, Absolutistas e Liberais, de controlarem a despesa pública e de implementarem reformas capazes de sanear as finanças públicas. Durante a Regeneração sobreveio um período de progresso material que se pretendia determinante para garantir a estabilidade financeira do Estado. Contudo, as receitas não subiram ao mesmo ritmo que as despesas, tendo de se recorrer sistematicamente à emissão de dívida, obtida em condições geralmente desfavoráveis. A política de finanças públicas assumiu-se como conservadora, evitando aumentar os impostos, principalmente os diretos, para garantir a harmonia política e social. As despesas cresceram em virtude da modernização do País e do crescimento da máquina do Estado. Porém, esta estratégia manteve os governos sob permanente sufoco e não garantiu a existência de meios financeiros para atingir a bom ritmo todos os objetivos do Fontismo. Os bloqueios existentes iriam subsistir até aos finais da Monarquia e marcar a vida nacional.

Em 1987 publicou “Portugal e Espanha: integração e ruptura. Os caminhos de ferro (1850-1890)”. Expôs a ilusão em que consistiu a confiança dos políticos portugueses no potencial de desenvolvimento que representaria o fomento das ligações ferroviárias com Espanha e, através dela, com a Europa. Enunciou as dificuldades e obstáculos ultrapassados para estabelecer as ligações e espelhou a desilusão com este projeto, cujos resultados ficaram muito aquém do esperado, o que acabaria por empurrar novamente o País para a opção marítima e colonial nos finais do século XIX. Em 1988, em “Fontes Pereira de Melo e o mundo da finança” elaborou uma análise explicativa do avolumar do problema da dívida pública, da pressão que os investidores nacionais e estrangeiros perpetraram junto dos

⁷³ Fez toda a sua formação universitária na Universidade de Paris I (Panthéon/Sorbonne), que culminou com o doutoramento em 1987. Em 1977 passou a exercer funções docentes no Departamento de História e de investigadora do Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE-IUL. Dirigiu também a revista *Ler História*. Os seus interesses vocacionaram-se para a História dos caminhos-de-ferro e das finanças públicas, para a História biográfica e para a História urbana. O que se confirma nos estudos publicados na *Ler História*.

governos para que os contratos fossem cumpridos e as políticas que estes executaram, em concreto as fontistas, para gerir o problema agravado da dívida.

Em 1990 publicou “Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista” no qual estudou o processo de urbanização em Portugal, com o crescimento sustentado da população urbana, realçando os vários domínios em que as autoridades tiveram de intervir para resolver problemas, designadamente, ao nível da salubridade e da saúde pública. Caracterizou também as cidades como centros de consumo, geradores de receitas para o Estado, dinamizadores da economia nacional e centros de produção industrial. Descreveu, ainda, o impulso dos caminhos-de-ferro no desenvolvimento das cidades, assinalando-se um favorecimento da centralidade de Lisboa e do Porto sobre as restantes. Foi sobretudo nestas duas cidades que se introduziram melhorias na pavimentação das ruas, na instalação de ascensores, na entrada em funcionamento de meios de transporte públicos e na construção de avenidas urbanizadas e de passeios públicos.

Finalmente, em 1994, divulgou o estudo “Lisboa e a rede ferroviária portuguesa: os caminhos de ferro da capital” na segunda metade do século XIX. Descreveu consecutivamente a construção das várias ligações ferroviárias com ligação ou nas proximidades de Lisboa, que ficou munida de várias linhas com relativa rapidez, estancadas a partir dos anos 60 para só serem retomadas duas décadas depois. As soluções apresentadas não levantavam grande discussão sobre os aspetos técnicos. Porém, a utopia desenvolvimentista colidiu de frente com a baixa rentabilidade dos projetos, com a escassez de capital para investir e com a incapacidade crónica do Estado para financiar os investimentos com base em impostos, ficando à mercê dos empréstimos e de uma dívida pública crescente e cara.

III.7.5 Maria de Fátima Sá Melo Ferreira

Maria de Fátima Sá Melo Ferreira⁷⁴ publicou em 1983 o estudo “Mudança política, religião e cultura popular: o "cisma" da Granja do Têdo”. Apesar de aceitar a generalização das novas metodologias da História que, olhando para o tempo largo, tentam explicá-lo com

⁷⁴ Licenciou-se em História pela FLUL e doutorou-se em História Moderna e Contemporânea, pela Universidade Panthéon-Sorbonne-Paris I (1995). A sua carreira docente decorreu no ISCTE-IUL, sendo investigadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia e do Instituto de História Contemporânea (IHC-FCSH/UNL). Integrou a redação e foi diretora (2014-2016) da revista *Ler História*. Os seus interesses orientam-se para o estudo da História Política e da História Cultural em Portugal no século XIX português, trabalhando a história da contrarrevolução, a história dos movimentos sociais e a história dos conceitos políticos em perspetiva comparada. Foram estas as áreas sobre as quais divulgou os frutos da sua investigação na revista *Ler História*.

base em fundamentos económicos, insurgiu-se contra o uso indiscriminado dessa perspetiva. Em particular quando, ao aplicar tempos mais curtos, se testemunham factos pouco ou nada consistentes com esse tipo de explicação. As mentalidades e a cultura são, claramente, domínios pouco dados à subjugação às leis da economia. A exiguidade das fontes relativamente ao movimento messiânico e profético da Granja do Têdo, tendo em conta o seu carácter popular e oralizado, não oficial, empurrou os historiadores para as fontes escritas dos representantes do poder. Logo, pouco coniventes com este fenómeno. Recorrera-se também a entrevistas. Não obstante, esses recursos foram suficientes para entabular o estudo do cisma da Granja do Têdo (1840-1847). Este ocorreu num tempo de profundas mudanças políticas. O Absolutismo havia ruído sob os pés dos liberais após a guerra civil. Os liberais também se digladiavam. A própria Igreja sofria tormentos com a extinção das ordens religiosas masculinas e com a falta de autoridade originada pela derrota do Miguelismo, que maioritariamente tinha apoiado. O País continuava instável e propício a movimentos que conduziam as populações a um novo recomeço, a um novo mundo onde o velho deixava de existir e onde se garantia uma nova harmonia dentro de um novo contrato social marcado pela igualdade e pela justiça social. A rutura e a inversão de papéis sociais alimentaram o movimento e ditaram a sua perseguição e extinção por constituir, precisamente, uma ameaça ao *status quo*.

Em 1984 publicou “Anatole Lemerrier: 1846 - a política portuguesa vista por um francês”. O relato de viagem deste diplomata francês, que se desloca ao Minho na sequência da Revolta da Maria da Fonte, constitui uma fonte documental valiosa sobre o carácter do povo português naquele período. Captou de forma singular a sua indiferença e apatia face ao poder político, que desprezava, entremeadas apenas por revoltas quando o poder central entrava no campo das crenças das pessoas e quando lhes queria extorquir impostos da pouca riqueza que tinham. Caracterizou o estado de atraso material e mental do País, promovido pelo obscurantismo absolutista do Antigo Regime, o que explicava o disfuncionamento social, a baixa adesão das populações ao Liberalismo e a sua simpatia velada para com o Miguelismo, associado à manutenção das tradições e da autonomia perdida em contraponto com um governo liberal cada vez mais centralizado. Apurou, também, a falta generalizada de confiança dos portugueses no futuro de Portugal.

Em 1986 divulgou o estudo “A morte que nós perdemos” suportado na análise bibliográfica e na recensão a uma obra de vários autores portugueses editada no Reino Unido (Feijó et. al. 1985). A natureza interdisciplinar da obra é sublinhada. Convocou ainda, num viés comparativo transnacional, o caso da Revolta da Maria da Fonte contra os enterramentos

no cemitério. O caso português, sobretudo quando confrontado com o francês, assumiu-se como específico e motivado por causas cujo nexos somente se conseguia estabelecer entrando em todo o contexto político, social e mental e não apenas numa destas componentes.

Em 1989 escreveu sobre “A lei das indemnizações de 1835 e a violência política depois da Guerra Civil”. O fim da Guerra Civil em 1834 com a Convenção de Évora-Monte incluiu o perdão dos crimes políticos perpetrados pelos miguelistas e a compensação dos liberais pelas suas perdas com a aprovação de uma lei das indemnizações. Porém, esta, ao invés de contribuir para a pacificação do País, viria a ser o móbil da vaga de comportamentos, muitos deles criminosos, cometidos de forma individual ou por grupos organizados, que se prolongaram por vários anos após o cessar das hostilidades militares. Assassinatos, roubos, banditismo, vendetas pessoais, humilhações, apropriação ilegal de bens através da coação. Tudo concorreu para que a aplicação da lei fosse desastrosa, tida pelos liberais como demasiado generosa para com os miguelistas e por estes como insuficiente para garantir o que lhes tinha sido prometido em 1834.

Em 1996 divulgou o estudo “A luta contra os cemitérios públicos no século XIX”. Numa análise em que perscrutou a essência do movimento contestatário aos enterramentos fora dos locais tradicionais, conseguiu distinguir a divisão do País em dois (norte e sul) com atitudes muito diferentes perante a imposição governamental. Aliás, entre as regiões mais renitentes destacou-se o Entre Douro e Minho, origem da revolta popular e onde, várias décadas depois da Maria da Fonte, a esmagadora maioria dos enterros se continuava a fazer nas igrejas. Esta resistência popular estava, obviamente, relacionada com a relação mais intensa que estas comunidades tinham com a religião católica e com a espiritualidade, podendo, também, estar menos predispostas a abdicar dos recursos em prol dos municípios.

III.7.6 Maria Beatriz Nizza da Silva

Maria Beatriz Nizza da Silva⁷⁵ divulgou em 1988 o estudo “A história da mulher no Brasil: balanço e perspectivas”. Acusando a sua Universidade de lentidão na abertura à área da História da Mulher, aponta o exemplo de outras instituições do Ensino Superior brasileiras e a Fundação Carlos Chagas como pioneiras na matéria. Esta última com o “Projecto Mulher”. Adiante fez um levantamento da produção historiográfica

⁷⁵ Licenciou-se em Ciências Históricas e Filosóficas, na FLUL (1961), e doutorou-se em Filosofia na Universidade de São Paulo (1967), onde se veio a integrar na carreira docente no Departamento de História. Foi também professora na Universidade Portucalense Infante D. Henrique e na Universidade Aberta de Lisboa. As suas áreas de investigação percorrem a História do Brasil, a História da Família, a História da Mulher e a História da historiografia, como se pode observar pelos trabalhos que publicou na revista *Ler História*.

particularizando, amiúde, a História da Mulher, a militância feminista e as características de base deste tipo de historiografia. Em relação ao futuro, a sua posição foi a de que a História da Mulher continuaria, envergonhada, sem ser capaz de se autonomizar da História da Família ou da História Demográfica. Sugeriu, ainda, novos caminhos de investigação.

Em 1990 publicou “Relações familiares e patrimónios na capitania de S. Vicente (1578-1609)”. Suportada em documentação da época, reconstituiu as dinâmicas familiares e a forma como o património era redistribuído pelos herdeiros. Evidenciou a existência de famílias dentro do padrão normalizado no Reino que se comportavam de forma muito idêntica na aquisição e transmissão dos bens. Quanto aos filhos ilegítimos, mamelucos, provindos de relações com índias, podiam ou não ser reconhecidos e contemplados nas heranças pelos seus pais, sendo claramente preteridos devido à sua condição quando comparados com os filhos legítimos brancos.

Em 1990 divulgou “A documentação do Desembargo do Paço e a história da família”. O acervo a que se referiu consistia em decisões relativas à legitimação de filhos com vista à transmissão total ou parcial das heranças. A documentação permitia, com efeito, compreender as dinâmicas familiares e as formas de pensamento, para além de aspetos socioeconómicos do Brasil do período em que recebeu a Corte Portuguesa (1808-1821).

No ano seguinte, em 1991, publicou o artigo “Historiografia portuguesa e o Brasil colonial”. Registou o afastamento dos historiadores portugueses relativamente à História do Brasil. Referiu que a produção historiográfica portuguesa sobre o Brasil colonial era muito inferior à dos Estados Unidos. Na prática, resumia-se a uma quantidade bastante limitada de estudos. O Brasil costumava ser referido de forma ocasional e lateral em obras sobre outras temáticas e outras geografias. Em suma, perante este retrato negativo, se Portugal quisesse mostrar resultados satisfatórios nas comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil, teria de efetuar um esforço significativo ao nível da investigação e da produção de estudos. Em 1995 escreveu “História da família: tendências e metodologias”. Neste artigo voltou a indagar as origens da História da Família, impulsionada por dois ramos do saber distintos: a Demografia Histórica e a História Social. Cada uma olhando de forma diferente para os problemas históricos bem como para as fontes e métodos a que recorrem para os solucionar. Dessa pluralidade, havia já surgido um conjunto de estudos de referência, que Nizza da Silva aproveitou para divulgar.

III.7.7 Maria Carlos Radich

Maria Carlos Radich⁷⁶, com o estudo “O elogio da ciência: a agronomia portuguesa no século XIX”, enquadrou em 1988 a relação entre a ciência e a agronomia, ressaltando a enorme proximidade entre as duas. No século XIX a agronomia sustentou-se na técnica e, sobretudo, no conhecimento científico adquirido e cultivado nas escolas criadas para esse efeito. Mas também por associações e revistas e pela realização de conferências e congressos. A ciência ganhou adeptos e transformou a agricultura. Com particular ênfase, a da grande propriedade. Aproveitou-se do conhecimento técnico e usou o saber tradicional apenas na medida em que este se demonstrou útil e compreensível. Promovida pelo próprio Estado, através da criação de escolas, mas também por iniciativas da sociedade, a agronomia constituiu-se como uma área determinante para o progresso da agricultura portuguesa, sobretudo na segunda metade do século XIX, ao apoiar a modernização da exploração agropecuária.

Em 1991 publicou “A silvicultura em Portugal no século XIX”. Até esse momento a reflexão em torno da silvicultura era praticamente inexistente. Iria então modificar-se com o surgimento de estudos orientados para: a floresta que existia, a que se pretendia criar e o enriquecimento do património florestal. Na primeira, os estudos insistiram na caracterização das espécies e na sua distribuição pelo território, tendo em conta os tipos de solos e de climas. Na segunda sobressaiu a tomada de consciência de que o País vinha já há alguns séculos sofrendo um processo de desarborização, com maior intensidade desde o século XVII devido à generalização da vinha e da produção cerealífera. A solução era a rearborização de forma metódica e racional. Ou seja, recorrendo aos métodos técnico-científicos mais modernos. Aí, invariavelmente, estava destinado um papel maior ao Estado face à incapacidade dos privados. A arborização das dunas foi a mais valorizada e a que consumiu mais recursos públicos neste período, embora também já fossem exaladas preocupações com as serras e com as charnecas. No que respeita à terceira, foi consensual a necessidade de aumentar a diversidade florestal em Portugal com a introdução de novas espécies. O eucalipto foi, entre essas, a que se destacou devido à multiplicidade de utilizações e ao seu rápido crescimento. Como conclusão, a autora constatou a rarefação e o desequilíbrio da

⁷⁶ Doutorou-se em Engenharia Agrónoma pela Universidade Técnica de Lisboa e desenvolveu a sua carreira como docente universitária no ISCTE. Ao nível da investigação científica dedicou-se, principalmente, à história das ciências ligadas à Agronomia e às técnicas agrárias. Integrou a redação da revista *Ler História* desde a fundação.

produção bibliográfica sobre a silvicultura, mas assinalou, ainda assim, uma evolução do setor para a consolidação conceptual, para a análise do todo nacional (fazendo uso dos mapas) e para um maior entrosamento com a ciência.

Em 1994 aprofundou as origens do interesse pelo eucalipto, assim como a sua introdução e o seu percurso no nosso País, com o estudo “Uma exótica em Portugal”. Os anos iniciais foram de uma certa euforia, apontando-se o eucalipto como a solução miraculosa para muitos problemas. Porém, a esta fase seguiu-se outra, em que algumas críticas sobrevieram e em que a expansão da área do eucaliptal foi lenta. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se a uma progressão explosiva do eucalipto devido ao seu uso intensivo na produção de papel. Proliferação à qual viriam a ser apontados muitos dos males da nossa floresta.

Em 1995 publicou o estudo “O saber da resinagem em Portugal”, no qual delineou a História desta técnica. Apesar de se conhecer o uso da resina desde o século XV no nosso País, só nos finais do século XVIII se importaram conhecimentos técnicos suficientes para a fabricação de produtos, como o alcatrão. Aplicável, por exemplo, à construção naval. A partir da década de 1920 a indústria desta área começou a contribuir de forma assinalável para as exportações portuguesas, de tal modo que, a seguir à Segunda Guerra Mundial, Portugal se tornou no primeiro exportador europeu e no segundo a nível mundial, só ultrapassado pelos Estados Unidos. A este sucesso não foi estranha a mão protetora do Estado, que talhou a estratégia, forneceu alguns dos meios e gerou o contexto favorável para os privados operarem. Depois, o alcance da primazia deveu-se a fatores como a queda dos franceses com os conflitos mundiais e a desvalorização do escudo.

III.7.8 Maria Norberta Amorim

Passa-se agora a Maria Norberta Amorim⁷⁷. Publicou em 1991 o estudo “Demografia histórica (Antigo Regime)” relativo à produção historiográfica sobre esta área do conhecimento. Sublinhou as potencialidades da aplicação da Informática ao estudo da demografia histórica, enumerando alguns trabalhos que, como exemplificado, possibilitaram a passagem da análise da família para a da paróquia. Transição que se fez também ao colo da criação de cursos especializados nesta área e da intensificação da formação dos historiadores

⁷⁷ Licenciou-se em História pela FLUP (1971) e doutorou-se em História pela Universidade do Minho, onde desenrolou a sua carreira como professora, orientando as suas investigações para a demografia histórica e para a História social. Foi responsável pela fundação e direção do Núcleo de Estudos de População e Sociedade.

em métodos quantitativos. Como resultado, assinalou-se um incremento do número e da variedade de estudos. Porém, na altura, o estado das fontes portuguesas não facilitava o uso destas metodologias provenientes do exterior. Portugal tinha de percorrer um longo caminho até conseguir beneficiar plenamente delas.

Em 1991 divulgou o estudo “Emigração - uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no sul do Pico entre 1740-1890”. Neste, esclareceu as mutações ocorridas no período analisado, cruzando as diferentes variáveis demográficas. Mas não se restringiu às dinâmicas demográficas somente. Cruzou-as com as condições económicas, sociais e ambientais da ilha: o sustento do vinho, exportado predominantemente para o Brasil, as doenças das vinhas, a crise nas subsistências, devido à dificuldade de garantir alimento, a cadência estrutural da emigração como mecanismo regulatório do equilíbrio social, aliviando as tensões.

Em 1995, publicou o estudo “História da família em Portugal: uma história em marcha”. Preferiu fazer notar o dinamismo dos estudos nesta área que, apesar de enclausurados nas suas disciplinas, começavam a dar os primeiros passos rumo à interdisciplinaridade. Até esse momento, a digressão fazia-se abordando a demografia, a economia doméstica e os sentimentos. A seu ver, a História Demográfica era uma História em marcha, aludindo para a necessidade de proteger o património e de organizar os registos paroquiais em bases de dados que facilitassem a sua utilização. Crítica mais que óbvia ao atraso no tratamento arquivístico da documentação.

Nesse mesmo número deu também à estampa o estudo “Instabilidade da família urbana de Antigo Regime: um ensaio sobre Guimarães”. Observou, então, comportamentos muito diversificados, em função do grau social. Assim, relativamente ao casamento, este era mais tardio no campo do que na cidade e tendia a ocorrer tanto mais cedo quanto mais baixa fosse a classe social. Quanto à fecundidade, também era mais alta na cidade do que no campo. Estudou, ainda, os agregados familiares, designadamente, quanto à sua dimensão e à sua mobilidade. Também aqui os comportamentos diferiram consoante o ambiente (urbano ou rural) e o grupo social, com uma tendência para uma maior estabilidade nas cidades à medida que se subia no estrato social.

III.7.9 Robert Rowland

Robert Rowland⁷⁸ publicou em 1984 o artigo “Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada” onde caracterizou os sistemas de estruturação das famílias portuguesas e os cruzou com os diferentes comportamentos demográficos assinalados no País. Em 1985, divulgou o estudo “Robinson por computador? Alan Macfarlane e as origens do individualismo inglês”. Neste, sustentou que as teses polémicas de Macfarlane chocavam de sobremaneira os historiadores marxistas pela sua defesa radical do individualismo. O próprio Marx tanto abordara e aceitara as teses de Smith e Ricardo acerca do “indivíduo individualizado” como defendera que, na verdade, o Homem era um animal social que só se realizava plenamente em sociedade. Para ele não havia contradição entre estes dois planos, contanto um contribuísse para o outro. Já Macfarlane defendeu insistentemente o individualismo a partir de vários estudos que realizou ao longo da sua carreira, nomeadamente, concernentes ao contexto em que decorriam práticas de bruxaria ou à vida familiar e parentesco. Vislumbrou neles individualismo. Todavia, as suas teses apresentavam fragilidades. A certo momento, comparou a sociedade inglesa com a nepalesa, mas com perspetivas descoincidentes, fazendo uso de métodos pouco rigorosos. Quanto à sociedade inglesa, e novamente suportado em metodologias com pouca solidez, apresentou teses pouco conclusivas, o que enfraqueceu a sua argumentação.

Em 1987, Rowland elaborou, a propósito da reedição do livro, datado de 1985, “Inquisição e cristãos-novos” de António José Saraiva, o artigo “Inquisições”. Pôs em causa a tese deste segundo a qual a Inquisição era um instrumento ao serviço das classes dominantes para impedirem a subversão gradual da ordem, almejando, por essa via, a manutenção do seu *status quo* privilegiado. A comparação de contextos bem mais diversos dos apontados permitiu facilmente compreender que essa simplificação ruiria mal se convocassem personagens das classes populares. Estas acusavam-se mutuamente, não se vislumbrando aí quaisquer sinais de luta de classes. Robert Rowland constatou o atraso português em termos de investigações nesta área e repreendeu a existente, defendendo que a relação entre a Inquisição e os Cristãos-Novos, em Portugal, assumia contornos específicos

⁷⁸ Formou-se na Universidade de Cambridge, no Reino Unido. Chegou a Portugal em 1975, no calor da Revolução. Contribuiu para a institucionalização das ciências sociais em Portugal nas décadas seguintes. Começou por lecionar História Económica Geral na Universidade do Porto. A seguir, fez parte do Instituto Gulbenkian de Ciência, aí criando e dirigindo o Núcleo de Sociologia Histórica. Em simultâneo, fundou no ISCTE o Departamento de Antropologia. De 1989 a 2009 foi professor no Instituto Universitário Europeu, em Florença, no Departamento de História Social Europeia (1987-1995).

que não se coadunavam com a repetição de conclusões alcançadas para realidades estrangeiras.

Em 1990 recenseou a obra de António Borges Coelho intitulada “Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668”, publicada em Lisboa, em 1990. Aludindo ao livro, sublinhou o atraso da investigação a um misto de falta de tratamento de fontes e de indefinição do campo de estudo. O que era comum ao estado da investigação noutros países, como Itália e Espanha, com a agravante da inexistência sistemática de fontes. Para além do mais, também aqui a Revolução dos Cravos tinha sido benéfica ao libertar os meios culturais portugueses de compromissos demasiado fortes com a Igreja, ao contrário de Espanha. Robert Rowland concluiu pela defesa de que esta obra acabava por não destoar das posições de António José Saraiva. No essencial, dava-lhe continuidade, atribuindo à Inquisição grande responsabilidade no atraso do desenvolvimento português, sem, no entanto, contribuir para a verificação dessa tese nem para explicar o papel específico desta instituição no contexto português.

III.7.10 Humberto Baquero Moreno

Chega agora a vez de Humberto Baquero Moreno, já anteriormente apresentado. Medievalista prolixo, publicou três estudos na revista *Ler História*. O primeiro foi em 1984, intitulado “Movimentos sociais antijudaicos em Portugal no século XV”. Confrontando a realidade portuguesa com a de outros países onde se desenrolaram surtos de grande violência contra os judeus e convertidos, Baquero Moreno atribuiu a serenidade aparente não tanto à inexistência de animosidade contra a comunidade judaica, mas à ação régia, que inibiu, dentro do possível, que esta rebentasse em turbulências. Ainda assim, não foi suficiente para impedir episódios de massacres e perseguições, que se intensificaram nos finais do século XV e inícios do século XVI.

Em 1988 divulgou o artigo “Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média”. Nele relatou o movimento permanente de tensão entre a Coroa e a nobreza que degenerou em conflitos abertos e sedições. A necessidade de alguns monarcas terem de se apoiar na nobreza para alcançar e sobreviver no poder levou-os a ser mais generosos com esta, pelo menos nos primeiros anos dos seus reinados. Porém, à medida que se iam reapossando de alguns bens, ou fazendo pesar obrigações e encargos sobre os nobres, estes reagiam, de forma mais ou menos velada. Alguns urdiram conspirações e outros chegaram a refugiar-se em Castela perante a ira dos monarcas.

Em 1991, em parceria com Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, publicou o estudo intitulado “História da administração portuguesa na Idade Média - um balanço”. Primeiro foi verificada a raridade de estudos sobre esta matéria após 1974. Os trabalhos de Gama Barros e de juristas como Paulo Mêrea e Marcelo Caetano, assim como a imprescindibilidade de derrear arquivos, afastaram muitos potenciais candidatos destas lides. Porém, dois não se furtaram: Armando Luís de Carvalho Homem e António Manuel Hespanha. Após estes, outros autores aventuraram-se a estudar vários domínios como, por exemplo, os concelhos, as cortes, o direito e a justiça. A História da Administração Pública medieval estava a sair paulatinamente da timidez em que ainda se encontrava.

III.7.11 José Luís Cardoso

Convoca-se agora José Luís Cardoso⁷⁹. Em 1988 publicou “Os escritos económicos e financeiros de Domingos Vandelli”. Este italiano, convidado por Pombal para ser professor na Universidade de Coimbra após a reforma de 1772, era defensor das teorias fisiocratas. Com a eclosão da Revolução Francesa e o envolvimento de Portugal nas confrontações militares, o que provocou fortes impactos negativos nas finanças públicas, Vandelli propôs um conjunto de ações visando o seu reequilíbrio: a reforma das instituições de administração financeira, a contenção da despesa, o aumento das receitas, a contração de um empréstimo nacional e a promoção da circulação fiduciária.

Em 1991 analisou a “Recente historiografia do pensamento económico em Portugal”. Esta lançava-se, gradualmente, numa nova Era de rejuvenescimento e afirmação através da publicação de trabalhos parcelares. Esperavam-se voos mais altos. Os ensaios monográficos ocupavam também um papel fundamental no amadurecimento desta área. Porém, como este tardava, ia-se dando pequenos saltos.

Em 1996 publicou o artigo “Pompa e circunstância: a economia do luxo na época barroca”. As mudanças mentais deste período consubstanciavam-se na observância de novos comportamentos sociais em que a imagem, na qual os objetos de luxo ocupavam um lugar central, era niveladora das hierarquias sociais. Logo, o acessório ganhou centralidade nas formas de sociabilização, erodindo as tradicionais fronteiras rígidas que delimitavam as

⁷⁹ Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL) e em Sociologia pelo ISCTE. Doutorou-se em Economia pelo ISEG/UTL, instituição na qual desenvolveu a sua carreira docente. Foi também investigador e diretor do ICS da Universidade de Lisboa. Os seus interesses têm orbitado em torno da História do pensamento económico português e História política, incidindo sobre o final do Absolutismo e os inícios do Liberalismo em Portugal. Na revista *Ler História* inclinou-se precisamente para as questões económicas.

classes sociais. O luxo simbolizava, de certo modo, o esboroar dos antigos quadros sociais e mentais, pelo que se pretendia que estivesse permanentemente presente com o intuito de preservar as aparências. Desta feita, as classes mais afetadas, em particular a nobreza, assumiram como necessidade básica de sobrevivência do seu estatuto a demonstração do luxo. A competição generalizou-se aos vários estratos sociais, que passaram a procurar no luxo um instrumento de valorização e distinção social. Estes novos comportamentos refletiram-se, em termos económicos, no aumento do consumo e da produção, contribuindo para a consolidação dos circuitos comerciais internacionais e para a industrialização. Os gastos elevados levaram alguns governos a promover o protecionismo fiscal e a substituição de importações com o fomento da indústria. Assim se passou em França com Colbert e, em Portugal, embora com sucesso bastante limitado, com o Conde da Ericeira e com as Leis Pragmáticas, mais orientadas para a proibição de uso de determinados produtos importados. A maneira como o luxo era olhado mudou ao longo do tempo e consoante a perspetiva. Para uns constituía um problema moral e económico, estando na origem da decadência dos indivíduos, das linhagens e das nações. Para outros, era fonte de desenvolvimento, estimulando a indústria e os negócios.

III.7.12 Luís de Albuquerque

O historiador Luís de Albuquerque⁸⁰ divulgou em 1987 a abordagem biográfica sobre “Gago Coutinho, historiador” na qual debateu, de forma sintética, os vastos e profundos contributos daquele historiador para a construção da História dos Descobrimentos. Recordou o domínio de conhecimentos técnicos sobre a navegação que Gago Coutinho possuía e o uso que deles fez para sustentar as suas teses nos seus estudos, inclusivamente, para polemizar com outros autores.

Em 1990 publicou o estudo “Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo”, no qual contrapôs as posições do matemático e cosmógrafo-mor do Reino às dos marinheiros. Sublinhou a falta de entendimento nas conclusões a que chegaram. A época dos Descobrimentos não se limitou a modificar a cosmovisão no que respeita ao conhecimento de novos povos e culturas. A rutura assinalou-se também, e com especial incidência, no que concerne à ciência e às técnicas de navegação. Pedro Nunes enveredou por debater aspetos

⁸⁰ Obteve a licenciatura em Ciências Matemáticas, em 1939, e em Engenharia Geográfica, em 1940, pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Doutorou-se posteriormente em Matemática pela Universidade de Coimbra, onde ingressou na carreira docente. As suas investigações orientaram-se para a História da Educação e para a História dos Descobrimentos. Foi sobre esta última área que publicou os seus três estudos na revista *Ler História*.

onde se verificavam problemas, propondo corrigir as faltas de rigor existentes. No entanto, as suas propostas não geraram consenso, principalmente, para os marinheiros.

Em 1991 difundiu o estudo “História dos descobrimentos e da expansão” efetuando uma breve retrospectiva da produção historiográfica incidente sobre esta temática no século XX. A sua análise firmou-se sobre dois eixos: os problemas que os historiadores enfrentavam e as áreas onde as carências de investigação eram mais evidentes. O primeiro obstáculo detetado foi a dificuldade em aceder às fontes devido à falta de tratamento das mesmas. O segundo foi o entrincheiramento dos historiadores portugueses, a quem faltavam rudimentos sobre a realidade das outras culturas com as quais Portugal contactou, em especial, as línguas. O terceiro foi a pouca exploração da ligação entre a História da Ciência e a História dos Descobrimentos. Havia, também, áreas a necessitar de aprofundamento, como o estudo das várias dimensões económicas, administrativas e militares que caracterizavam os diferentes espaços do império ultramarino português.

III.7.13 Síntese

O universo de autores e de estudos da revista *Ler História* acima analisado é exemplificativo da projeção que a mesma teve na sociedade e no meio historiográfico em Portugal. Desempoeirada, conseguiu agrupar alguns dos maiores vultos da historiografia nacional e levá-los a interrogar o passado com novas perspetivas. Olhou por vezes de forma cáustica para a História da História e para os arquivos. Deu voz a áreas pouco desenvolvidas até então, como a História das Mentalidades, e a outras praticamente votadas ao abandono após 25 de Abril de 1974, como a História dos Descobrimentos, da Expansão e do Colonialismo. Foi, portanto, um ancoradouro seguro em tempos ainda conturbados, orientando-se sobretudo, tal como assumido desde a sua fundação, para o estudo da Época Contemporânea, sem excluir as outras. Foi claramente um exemplo do enorme salto qualitativo dado pela historiografia portuguesa após 1974. Foi também, a partir dela, devido à vontade de explorar a História de outras formas, que surgiu um outro projeto editorial, a revista *Penélope*.

III.8 Penélope

Entre 1988 e 1996 foram publicados 130 estudos históricos na revista *Penélope*. Tal como noutras revistas científicas da área da História, registou-se uma concentração da autoria

de estudos num grupo restrito de autores. Desta feita, e selecionando os autores com três ou mais estudos, identificou-se um total de cinco autores responsáveis pela publicação de 21 estudos, correspondentes a 16,1% do total. Comparativamente com outras revistas, é de sublinhar uma menor concentração de estudos em poucos autores. Situação que pode ser parcialmente explicada pela reduzida quantidade de estudos produzidos nestes anos. Os autores mais produtivos foram: António Manuel Hespanha e Valentim Alexandre, cada um com seis estudos, valor equivalente a 4,6% do total; Carlos Fabião, Fernando Jesús Bouza Álvarez e José Mattoso, cada um com três estudos, valor correspondente a 2,3%.

III.8.1 António Manuel Hespanha

António Manuel Hespanha⁸¹ publicou em 1989 “O governo dos Áustria e a «modernização» da constituição política portuguesa”. Nele criticou a tendência geral da historiografia portuguesa em abordar o período filipino de um ponto de vista nacionalista, ofuscando não apenas as contingências mais profundas que conduziram à união dinástica como as mudanças que esta provocou em Portugal. Em seu entender, a Monarquia Hispânica, assente num modelo mais centralizado, promoveu a modernização do Estado, tornando-o mais eficaz. Uma das alterações foi a nova forma de comunicação entre o rei e o Reino. As cortes foram substituídas por mecanismos de audição hierarquizados e centralizados - os conselhos - e pela concentração do diálogo da Coroa nos municípios mais importantes. Outra diferença foi a tensão entre conselhos (tendencialmente mais jurisdicionalistas) e juntas (mais politizadas). Embora pudessem coexistir, a necessidade de imprimir maior eficácia às decisões levou a uma progressiva secundarização dos conselhos em benefício das juntas. A modernização da estrutura das finanças públicas foi outra das modificações. A Restauração da Independência fundou-se na contestação à modernização castelhana, recuperando as formas tradicionais portuguesas de governar, baseadas nas cortes,

⁸¹ Obteve a licenciatura e a pós-graduação em Direito (Ciências Histórico-Jurídicas) pela Universidade de Coimbra e doutorou-se em 1987 pela FCSH/UNL em «História Institucional e Política (séculos XIV-XVIII)», com uma dissertação depois publicada sob o título “Las vísperas del Leviathan. Instituciones y poder político (Portugal, siglo XVII)”. Iniciou a carreira docente como assistente de Direito Romano (1968-1974) na Universidade de Coimbra. Contudo, entre 1974 e 1975 ocupou as funções de diretor-geral do Ensino Superior e, entre 1975 e 1978, as de inspetor-superior do Ministério da Educação. Findo este período, ingressou como assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1978-1984), passando depois para o Departamento de História da FCSH/UNL (1985). Integrou também, desde 1988, o ICS e, entre 1999 a 2011, foi Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Foi, ainda, professor na Universidade Autónoma de Lisboa e professor convidado noutras universidades em Portugal e no estrangeiro. Entre 1995 e 1998 foi comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (CNCDP). Tornou-se um dos historiadores portugueses mais citados internacionalmente e o seu contributo foi determinante para a renovação da história institucional e política dos países ibéricos e das suas extensões coloniais. Na revista *Penélope* deixou registo destes seus interesses.

nos conselhos e seus juristas. Porém, a realidade viria a demonstrar que as inovações filipinas perdurariam enquanto a tradição se perderia em poucas décadas.

Em 1991, em “A emergência da História” começou por dar nota do facto de a História estar na moda, exemplificando essa valorização, para depois se deixar internar nas dinâmicas que a envolviam enquanto área do saber. As mutações das últimas décadas haviam sido intensas. Chegara-se, porém, a um momento de interrogação sobre o futuro. A anunciada morte das ideologias parecia ameaçar de vez a própria História. Curiosamente, esta resistia ancorada em antigas soluções positivistas, como os historiadores marxistas declaravam. Combalida, aguentou-se, mas regenerou-se, autonomizando-se dos factos e ganhando rosto humano, para além de se aventurar pela tempestade montada pelo relativismo das próprias fontes. Estas constituem-se como representações do passado que intermedeiam os factos, postos assim à mercê de outros mediadores, os historiadores. Os quais, com maior ou menor arte interpretativa e narrativa, imbuídos das suas próprias concepções da realidade, constroem uma História mais como produto literário do que científico, embora reivindiquem sempre o rigor e a verdade como pressupostos da sua atividade (apesar de nem sempre os respeitarem) (Cheng 2008:221-222; Mandelbaum 1967:415; Zagorin 2001:149).

António Manuel Hespanha alargou-se também na descrição da metodologia utilizada por José Hermano Saraiva para difundir a História ao público. Fundamentalmente: repescava acontecimentos e traços de personalidade do passado para a realidade do presente; aludia a outros enquadramentos da História, mais especializada ou mais popularizada, como as comemorações de datas de grande relevância ou publicações de especialistas, evidenciando claramente essa relação, esse binómio entre o presente e o passado. Mais uma vez, a utilidade da História sobressaía no ofício do historiador, transmissor da cadeia de informação iniciada nos alvares da nação e demiurgo dos desígnios do presente e do futuro do seu povo. Assumia assim uma função quase sacerdotal de ancião da sua tribo, cuja escala era agora a de um Estado-nação faminto de histórias, mais ou menos concludentes e insofismáveis.

Em 1993, em “As Faces de Uma "Revolução"”, lavrou novamente no campo explicativo da natureza compósita da Monarquia Católica, caracterizando-a de acordo com os conceitos então prevaletentes no contexto das monarquias. A harmonia entre a integração da Coroa portuguesa na Monarquia Católica e o respeito pela sua autonomia eram elementos consubstanciais e indissociados. Logo, a legitimidade de um monarca estrangeiro, que não residia no reino nem falava a sua língua, não era posta em causa. Do mesmo modo que este procurava legitimar a continuidade da união dinástica através do respeito dos particularismos

de cada território que estava sob a sua alçada. O todo e a parte coexistiam sem que o elemento nacionalista se fizesse sentir, sendo as divisões mais o resultado de solidariedades e oposições horizontais e verticais entre grupos, que perpassavam até as fronteiras dos vários reinos da Monarquia Hispânica. Assim, a Restauração surgiu não tanto como a recuperação da independência, vista como a necessidade de Portugal dispor de um rei português, mas como o retorno à boa governação e ao respeito pela constituição política tradicional portuguesa, cujos usos e costumes haviam sido desvirtuados pelos monarcas espanhóis em prol de inovações estranhas à nossa maneira de governo. Sob esta perspectiva, a tese nacionalista tinha de ser repensada, devendo-se, de acordo com António Hespanha, buscar explicações noutros quadrantes.

Nesse mesmo ano divulgou também o estudo “A “Restauração” Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”. Contrapôs as teses nacionalistas, longamente sustentadas pela historiografia portuguesa, acicatadas pelo republicanismo e pelas comemorações dos centenários, à sua própria visão dos factos, afastada da pulsão patriótica. Até porque, como explicou, esta pode ter funcionado como a cola que agregou os vários grupos descontentes com a governação filipina, mas não terá sido a principal motivação. A sua posição foi a de que o descontentamento não possuía um cariz nacional. Visava, antes, corrigir os desvios da governação, pretendendo encetar um retorno ao modo de governo tradicional dos portugueses, fórmula única de retomar o equilíbrio perdido. Logo, segundo António Manuel Hespanha, a Restauração da Independência, com a substituição da dinastia reinante, acudia mais a este tipo de necessidades do que ao sentimento nacionalista. Prova disso foram os capítulos tratados nas Cortes de 1641.

Ainda em 1993 difundiu o estudo “A nobreza nos tratados jurídicos dos séculos XVI a XVIII”. Baseando-se no universo jurídico, explicitou a origem do estatuto de nobre na sociedade do Antigo Regime, caracterizou os vários graus e categorias da nobreza e mencionou os privilégios que lhe estavam associados. Em 1995, no estudo “Ascensão e queda do imaginário imperial” traçou a linha de consolidação do conceito de Império, associada à ideia de governo perfeito entre os homens. O alcance da paz e harmonia seria alcançada pela superveniência do Império, uma vez que este consistia no Reino de Deus, ou seja, no exercício unificado da autoridade que garantia a cada um a justiça que lhe era devida. Porém, se a tutela papal da Cristandade oferecia uma via de consecução deste objetivo, a realidade acabou por pô-la em causa, transformando-a significativamente. A mudança mais radical operou-se no século XVII, quando a noção de governo do Império foi assumida por cada monarca, afastando o poder do Papa. Cada monarca era o imperador do seu reino,

devendo aí promover os equilíbrios necessários para assegurar a justiça e, consequentemente, a paz social. Ideia que serviria também de base à legitimação do poder de fundo republicano, em que a maioria dos cidadãos poderia impor aos restantes as suas decisões.

III.8.2 Valentim Alexandre

Valentim Alexandre, já antes apresentado, também publicou seis estudos, focados nos seus interesses de investigação, orientados para a história económica e para o colonialismo português em África. Deste modo, em 1989, em “Um passo em frente, vários à retaguarda: resposta à nota crítica de Pedro Lains”, venceu as incoerências e imprecisões relativas à análise efetuada por Pedro Lains ao seu estudo sobre o comércio externo português nos inícios do século XIX, publicado noutra revista. Aquele autor sustentava que a desagregação do império luso-brasileiro teve pouco impacto na economia portuguesa, em particular na indústria. Já Valentim Alexandre defendia outra opinião, evidenciando o peso do Brasil na economia da Metrópole, tanto ao nível da reexportação de produtos como ao nível do processo de industrialização portuguesa ao estimular a sua produção industrial. Em 1991 voltou ao assunto com a “Resposta à segunda nota crítica: Lains no país das adivinhas”, mas caindo mais para o lado dos efeitos nefastos que a abertura dos portos brasileiros aos produtos ingleses teve na indústria portuguesa. Explicou, ainda, as diferenças das consequências entre a perda do Brasil para Portugal e a das colónias americanas para a Espanha. Enquanto esta, servida de um vasto mercado interno para escoar a sua produção industrial, recuperou com rapidez, Portugal caiu numa longa e profunda depressão que teve graves repercussões nas finanças públicas e na estabilidade política, com impactos sentidos até à Regeneração.

Em 1993, publicou “Portugal em África (1825-1974): Uma perspectiva global”. Iniciou com a localização das possessões portuguesas em África no contexto do comércio triangular, como fornecedoras de escravos, em posição subordinada ao Brasil, de onde vinham os comerciantes e as mercadorias. A manutenção das colónias africanas na órbita portuguesa não implicou uma quebra com o trato escravagista brasileiro. Só com o fim deste, e com a estabilização da situação político-militar portuguesa, ambos na década de 1850, se deu o advento de uma nova fase das possessões africanas. A corrida para África acicatou Portugal, mas os resultados até à década de 1880 foram escassos. Após esta data, tanto as elites como as classes populares mobilizaram-se para a questão colonial, concedendo-lhe primazia político-mediática, para o que contribuiu em muito o Ultimato Inglês.

Dentre as correntes colonialistas, aduziu o triunfo da linha dura, defensora do darwinismo social, que se prolongou no tipo de colonialismo adotado durante a maior parte do século XX. Posição fortemente defendida por Oliveira Martins e pelo escol de militares com carreira colonial. Promovida a conquista e pacificação dos territórios ultramarinos, até à década de 1920, entrou-se numa fase de exploração dos mesmos, com evidentes proveitos para a Metrópole, embora temporários. A autonomia concedida a Angola e Moçambique e a diminuição das trocas comerciais entre estas e a Metrópole arrastaram consigo a Primeira República, cujas políticas pretendiam a todo o custo proteger o Império Ultramarino da cobiça externa.

No Estado Novo assistiu-se a um recrudescimento do sentimento imperialista, baseado na centralização administrativa e na subordinação económica das colónias aos intentos da Metrópole, que aplicou uma política nacionalista destinada a afastar a influência estrangeira destes territórios. Esta política teria como efeito um aumento substancial das trocas comerciais entre o Ultramar e a Metrópole e a criação das condições para a colonização efetiva, verificando-se um crescimento assinalável da população branca. O sucesso da política colonial teve como contraponto o insucesso em integrar as populações africanas no projeto civilizador oficialmente adotado pouco depois da Segunda Guerra Mundial, em oposição ao modelo racista até aí dominante. A incapacidade de construir pontes de diálogo ditaria a política de resistência inflexível aos ventos de mudança. A opção exclusiva pela via militar desembocou no fim do regime e, posteriormente, numa descolonização turbulenta.

Em 1994 publicou o estudo “Projecto colonial e abolicionismo” onde, convocando a crítica de João Pedro Marques às suas posições, tentou clarificar que depois da desagregação do Império Luso-brasileiro, as elites políticas portuguesas, embora com pouca eficácia, reassumiram a função colonizadora de Portugal, redirecionando-a agora para as possessões africanas. O debate do projeto colonial esteve presente na sociedade portuguesa nas décadas de 1830 e de 1840, uma vez que o País sentia a vocação colonial como elemento essencial à manutenção da independência face a Espanha e à sua projeção na política internacional, para além de esta poder resolver problemas internos, como acontecera com os impérios predecessores.

Alexandre rechaçou a acusação de Marques, que encostou a sua análise às explicações de base economicista: a inexistência de um projeto imperial decorria da ausência de uma burguesia forte. Para Alexandre o projeto imperial integrava a componente económica, mas ia além dela, envolvendo, inclusivamente, a questão abolicionista. Mais uma vez, divergiu de Marques ao defender que Portugal adotou efetivamente uma política nacional de abolição da

escravatura. Apesar de se querer contentar Londres, a finalidade última era fomentar a ocupação e exploração dos territórios ultramarinos, criando deste modo as condições para o ressurgimento de Portugal no concerto das nações. Porém, se o projeto imperial teve suporte da sociedade portuguesa, o abolicionismo não. Um e outro concretizaram-se em intenções de política, mas os resultados ficaram muito aquém do expetável, tendo de se aguardar largas décadas para serem materializados.

Em 1995 difundiu o estudo “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”. Estabeleceu aí a continuidade com a tese do imperialismo não económico, tão atacada pelos historiadores que viam na dominação colonial a expressão última do poder económico. O colonialismo de prestígio não lhes fazia sentido algum. Porém, entre estes extremos houve motivações intermédias que alimentaram o colonialismo e dele fizeram um dos pilares centrais da política portuguesa ao longo de dois séculos. Ancoravam-se em “mitos” que concorreram simultaneamente para a atualidade, para a legitimidade e para a necessidade da existência e alargamento do Império Colonial Português. O primeiro foi o mito do eldorado proporcionado pelas riquezas das colónias. O segundo foi o da herança sagrada, que implicava a conservação de todas as parcelas do Ultramar, constitutivas da Nação e determinantes para a sua sobrevivência e para o seu prestígio.

A justificação para a dominação dos povos ultramarinos residia numa visão etnocêntrica que, ao atribuir a superioridade aos europeus, lhes conferia o direito de dominar e explorar os territórios onde reinava a barbárie, colocando-os na senda da civilização. Todavia, este segundo mito foi posto em causa pela Inglaterra, fazendo nascer um terceiro mito, o da espoliação britânica, que negou a Portugal os seus direitos históricos sobre vastas partes de África. Este açulou o nacionalismo e cristalizou o Império como elemento definidor da Nação, legitimando e promovendo ideias e políticas de conquista militar e de exploração das colónias unicamente sob o ângulo eurocêntrico, restringindo fortemente a posição dos indígenas no projeto colonial. A linha humanista, que alimentara o abolicionismo, ruiu e cedeu lugar ao darwinismo social que reservava uma posição superior ao branco e subordinada ao indígena no complexo colonial.

Os vários mitos fundiram-se nos acessos nacionalistas em torno do Império, servindo de muleta legitimadora, não apenas da vocação colonial, mas também da missão civilizadora sobre as populações autóctones. A adesão taticista ao lusotropicalismo a partir da década de 1940 não erradicou os antigos paradigmas. Numa tentativa *in extremis*, atualizou-se o mito da herança sagrada, ajuntando-se-lhe uma nova missão providencial assumida por Portugal. Liberto das questões terrenas, o regime justificava agora a conservação do Império

Colonial como a materialização, por tempo indeterminado, da vontade divina. Perdido o Império, sobreviveram os mitos.

Em 1995 retomou o debate com João Pedro Marques com «Crimes and misunderstandings». Réplica a João Pedro Marques”. Respondendo a cada argumento do seu oponente, Alexandre tentou novamente defender as suas posições: a política de Sá da Bandeira, aprovada em 1836, respondia às aspirações nacionalistas de Portugal retomar, rapidamente, a sua vocação de potência colonial de primeira linha com a construção de um novo projeto imperial, desta feita em África, antecipando-se ao movimento europeu que virá a ganhar força no final do século XIX. Esta política era apoiada pelas elites e pelo povo, em geral. Mas, para além deste objetivo, tentava autonomamente solucionar o problema da escravatura com medidas humanistas. Defendeu, portanto, que a pressão inglesa para abolição da escravatura não fora assim tão determinante quanto as convicções de Sá da Bandeira e de um círculo restrito de políticos que abjurava a escravidão, parecendo querer impor o seu fim como condição prévia para a criação do novo império. Outra das questões que gerou discórdia centrou-se sobre o peso da economia na explicação da opção colonial. Alexandre referiu que tinha abandonado as suas posições iniciais que concediam maior importância aos aspetos económicos. Todavia, o facto de dar maior relevo a outros, como a dimensão política, não significava a desvalorização total da componente económica.

III.8.3 Carlos Fabião

Carlos Fabião⁸² começou em 1989 com o artigo “Para a História da Arqueologia em Portugal”. Recuou até às origens da Arqueologia e estabeleceu a sua caminhada para a interdisciplinaridade. A Arqueologia científica começou a afirmar-se em Portugal na segunda metade do século XIX, contrapondo-se a uma atitude até aí mais contemplativa, assumida pelos estudos clássicos. Efetivamente, como Carlos Fabião evidenciou, o interesse pelos vestígios arqueológicos remonta ao século XV. Mas foi no século XVI, com André de Resende e Frei Bernardo de Brito que, ao gosto colecionista, se juntou a veia de investigação. Perdurou até ao século XVIII esta perspetiva.

A fundação da Academia Real da História iria motivar a produção de obras historiográficas, para as quais eram necessárias fontes. Para satisfazer este intento, a Coroa determinou a proteção dos bens culturais, prevendo penalizações para quem os destruísse.

⁸² Licenciou-se em 1981 em História pela FCSH/UNL e doutorou-se em 1999 em História, ramo da Arqueologia, pela FLUL. Iniciou em 1983 a sua carreira docente na FCSH/UNL, transitando em 2000 para a FLUL. Os estudos que publicou na revista *Penélope* incidiram sobre a Arqueologia.

A alteração mais profunda assinalou-se com Frei Manuel do Cenáculo que, para além de recolher os vestígios, dedicou-se a tratar a informação com bastante rigor. Descrevia e reproduzia em desenhos os achados e transcrevia as inscrições. Um dos seus colaboradores, o Padre Simões, chegou mesmo a produzir um estudo monográfico sobre uma das escavações. Resumindo, entre o século XVI, quando despontou com maior seriedade a Arqueologia, e os fins do século XVIII, a forma como se encarou esta disciplina foi bastante diferente. Ao colecionismo e curiosidade inicial sucedeu um movimento de proteção e estudo das antiguidades, embora sem o rigor introduzido ao findar essa centúria.

Em 1992 publicou “Viriato: genealogia de um mito” em coautoria com Amílcar Guerra. Nele relativizou o conceito de Lusitânia, berço do povo representado por Viriato. Fundamentou que a unidade administrativa da Lusitânia propriamente dita só foi formalmente constituída pelos Romanos, embora pudesse ter existência prévia, com limites territoriais e étnicos incertos, uma vez que os geógrafos associavam múltiplos povos que poderiam até nem se identificar como lusitanos. Revisitou de seguida os relatos sobre Viriato, que enobrecem o seu carácter, e recriou o seu percurso para esclarecer que não existe uma relação entre esta figura e a zona da Serra da Estrela, identificada como Montes Hermínios, empurrando-o para regiões mais a sul. Aludiu também à identificação estabelecida entre os Lusitanos e os Portugueses pelos humanistas e ao posterior afastamento desta tese por Alexandre Herculano. Contudo, a vaga nacionalista iria reabilitar a tese da continuidade entre os dois povos e gerar uma auréola mística de herói popular em torno de Viriato. A instrumentalização da imagem desta personagem histórica seria recorrente, inclusive pelo Estado Novo. Porém, a Guerra Colonial e a implantação da Democracia iriam resultar num afrouxamento do mito e dos usos em torno de Viriato. Pese embora a emergência de novas tendências historiográficas em Portugal, como a Nova História, o adormecimento da questão acabou por sedimentar as anteriores perspetivas nacionalistas.

Em 1994 difundiu o estudo “Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, no qual caracterizou as peculiaridades da leitura desta cidade a partir do recurso às metodologias arqueológicas. A natureza sísmica de Lisboa colocou desafios devido ao remexer dos solos. Mas também possibilitou acesso a vestígios, como ocorreu com o Terramoto de 1755, que estimulou a investigação sobre os identificados nessa altura. Mas, mesmo depois, deu-se continuidade a este movimento de investigação, munido de legislação orientada para a proteção do património arqueológico. Pouco eficiente, aliás. O crescimento da cidade e as comemorações dos centenários constituíram novas oportunidades para os olisipógrafos. Em grande parte desperdiçadas. As obras públicas lançadas na década de 1960,

em especial do metropolitano e da Praça da Figueira, favoreceram as escavações. Todavia, as intervenções arqueológicas iriam arrefecer desde os finais da década de 1960 até à de 1980. Nesse hiato, os métodos de investigação alteraram-se substancialmente, ganhando um pendor mais científico. Porém, a Arqueologia continuava a atravessar um caminho áspero, pautado tanto pela falta de regulamentação (ou de vontade política) como pela escassez de meios.

III.8.4 Fernando Jesús Bouza Álvarez

Fernando Jesús Bouza Álvarez⁸³ publicou em 1990 “Retórica da imagem real. Portugal e a memória figurada de Filipe II” onde procurou mostrar como a Coroa tentou usar as várias ferramentas em termos artísticos e literários que teve à sua disposição para gerar um discurso legitimador relativamente à dinastia filipina encarnada por Filipe II. Em 1993 publicou “1640 Perante o Estatuto de Tomar: memória e Juízo do Portugal dos Filipes” através do qual demonstrou que, apesar de Portugal ter sido submetido a uma forma de governo mais gravosa, como País conquistado, Filipe II garantiu-lhe um estatuto que até 1630 o protegeu das interferências castelhanas, preservando o bem-estar dos grupos privilegiados e a estabilidade administrativa, militar e cultural. As mudanças até aí operadas tiveram como ponto central a reafirmação do compromisso com Tomar, justificando-se por razões de estrita necessidade. As políticas do Conde-duque de Olivares, ao porem em causa os equilíbrios existentes e ao beliscarem os interesses dos vários grupos, colocando de lado o estatuto de Tomar, levaram à Revolta de 1640. Aliás, a desaprovação das políticas de Olivares foi partilhada mesmo por quem se manteve do lado espanhol.

Em 1994 publicou "Lisboa sozinha, Quase Viúva: a Cidade e a Mudança da Corte no Portugal dos Filipes". A integração de Portugal na Monarquia Católica, de natureza compósita, significou a dependência de um centro político que, só muito pontualmente, se localizou em território português e, muito concretamente, em Lisboa. Esta, habituada que estava a ser o coração da política, recebendo no seu seio a Corte, viu-se despojada e despida dessas vestes, iniciando-se aí toda uma narrativa em torno não apenas desse sentimento de perda, mas, sobretudo, do desejo de revitalização e, até, de um sonho superior que consistia em nela sediar a Monarquia Hispânica, constituindo-se como a cabeça de um vasto conjunto

⁸³ Licenciou-se em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madrid, onde também se doutorou em História Moderna, em 1987. É especialista em História cultural da Monarquia Católica dos Áustrias, objeto principal da sua tese, intitulada “Portugal en la monarquía hispánica (1580-1640): Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico”. Os artigos que divulgou na revista *Penélope* refletiram este seu terreno de investigação.

de entidades político-administrativas sobre as quais o sol nunca se punha. Lisboa substituiria até Sevilha e a sua Casa da Contratação, concentrando todo o comércio ultramarino. Miragens que nunca se vieram a concretizar, mas que levaram Lisboa a entrar na disputa ibérica sobre o melhor local para sediar a Corte e alguns grupos portugueses a aceitar o domínio filipino com os olhos postos nas riquezas coloniais. A literatura havia de tomar conta desta situação, divulgando Lisboa e alimentando um discurso messiânico com vista à satisfação dos egos pró-lisboetas. Contudo, as vantagens apresentadas a favor de Lisboa não foram suficientes para evitar que Madrid se viesse a consolidar como a capital da Monarquia Hispânica, ultrapassando Valladolid, e que Sevilha continuasse a manter o monopólio das Índias.

III.8.5 José Mattoso

José Mattoso, já anteriormente apresentado, publicou três artigos focados na Idade Média. Começou em 1988 com “O léxico feudal”, onde tentou delimitar as fronteiras entre conceitos definidores do quadro medieval. Advogou a dificuldade em aplicar os conceitos em uso pela historiografia ao ocidente da Península Ibérica e explicitou a distinção entre feudalismo e senhoriaisimo. Foi a partir desta distinção que elucubrou os termos “preito” e “homenagem”, constituintes fundamentais do contrato de teor medieval. Deteve-se, igualmente, na análise aos conceitos de “senhor” e “vassalo”, entre vários outros. Especificou, ainda, as obrigações feudais inerentes aos contratos.

Em 1992 publicou “As três faces de Afonso Henriques”. Convocou estudos de vários autores relativos a esta figura central da História portuguesa e demonstrou que a mitologia criada sobre este monarca foi sendo desbastada progressivamente por novas gerações de historiadores. Como Herculano, que procurou usar o rigor, o distanciamento e a isenção para estudar o período de D. Afonso Henriques. Este monarca não era visto de igual modo pelos ricos-homens nortistas, pelos cavaleiros de Coimbra e pelos cónegos de Santa Cruz. A visão de cada grupo dependia da relação que estabeleceu com o rei, advindo daí a construção de visões diferentes sobre este. A dos cónegos, que lhes havia sido bastante benéfica, acabou por perdurar e por ganhar maior projeção devido ao facto de terem um maior domínio da escrita.

Por fim, publicou em 1994 “O Suporte Social da Universidade de Lisboa-Coimbra (1290-1527)”. Clarificou que, apesar de D. Dinis, homem de letras, ter fundado a instituição universitária, esta não foi uma prioridade para os restantes monarcas. Só episodicamente

surgiram referências régias acerca da universidade. Em geral, ressaltando a importância dos estudos gerais para o bem-estar da sociedade. Mas estes foram fazendo o seu caminho, interiorizando-se na sociedade portuguesa. Assim, não foi apenas a Coroa, mas também o povo, a defender a necessidade e utilidade da Universidade. Até porque era fonte e montra de privilégio: o estudante que conseguisse licenciar-se estava obrigado a despendar avultadas somas para oferecer uma festa e prendas para os professores e para se vestir adequadamente. Para além do saber acessível apenas a uns poucos, a licenciatura funcionava também como um alforge de benefícios.

III.8.6 Síntese

A revista *Penélope* constituiu um projeto desafiante, não apenas pelo desejo de se autonomizar face à *Ler História*, mas também por se querer afirmar como um projeto empresarial e historiográfico onde o conhecimento era construído para ser derrubado (Roth 2012:322-325; West 1966:351). Esta visão despretensiosa do passado promoveu, efetivamente, o contexto para debates acesos entre historiadores, animando as hostes de um e de outro lado. A discussão dos problemas historiográficos, com reflexos óbvios na construção do presente, resultou em estudos de grande rigor que puseram em causa visões e mitos, não apenas historiográficos, mas também ideológicos que haviam sido centrais para a Nação. Deste modo, ao contribuir para o esclarecimento da opinião pública através da revisão dos problemas históricos, a *Penélope* acabou por ter um impacto significativo na produção de novas perspetivas sobre o passado (Sewell 2010). Foi, portanto, representativa da nova vaga historiográfica intensificada na Democracia.

Capítulo IV - Os arquivos na perspectiva dos historiadores

A realidade do setor dos arquivos sofreu transformações significativas entre 1945 e 1996. As políticas arquivísticas executadas pelos governos, tanto antes como depois de 25 de Abril de 1974, pretenderam responder a várias necessidades, entre as quais, a de garantir o cumprimento dos direitos e das obrigações legais, a de salvaguardar o património arquivístico e a de promover a consulta pública. Em termos genéricos não houve diferenças substanciais entre as políticas arquivísticas do Estado Novo e as da Democracia. E muitos dos problemas sentidos pelo setor também se assemelharam. Ou seja, o papel atribuído aos arquivos permaneceu igual, tal como os constrangimentos que sentiram. Porém, a intensidade e a direção das políticas foram muito distintas, o que gerou uma modernização acelerada em alguns arquivos nas décadas de 1980 e 1990 (Ribeiro 1998:628). Esta transformação foi iniciada com a criação do Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação do Instituto Português do Património Cultural, em 1980 (Ribeiro 1998:631-632). Outros manter-se-iam num estado anémico e de abandono durante todo esse período (Pereira 2015).

As opções nas políticas arquivísticas implementadas tiveram impacto na historiografia produzida, condicionando-a de forma efetiva. O estado dos arquivos e o papel dos arquivistas, enquanto intermediários no processo de difusão da informação, foram determinantes para o trabalho dos historiadores. As nuances ideológicas tiveram, naturalmente, influência na disponibilização de fontes. Contudo, pode também argumentar-se que o modelo, que presidiu (e se arrastou) pelo período em análise, foi essencialmente o mesmo: historicista, custodial e documental (Marques 2016:326; Ribeiro 2013:80). No Estado Novo os arquivos orientaram-se para dar resposta ao paradigma historicista neo-metódico, absorvendo os escassos meios que tinham à sua disposição com a recolha, tratamento e disponibilização dos arquivos referentes aos períodos medieval e moderno. Já no regime democrático, face ao interesse crescente pela Época Contemporânea e à pressão exercida pelos historiadores junto dos políticos, as instituições arquivísticas voltaram-se, finalmente, e com alguma brusquidão, para este período. O setor dos arquivos passou, então, a dispor de um órgão de gestão, de legislação própria, de mais e de melhores instalações e de um reforço substancial de meios humanos e tecnológicos (Ribeiro 1998:637-643; Janeiro 2022).

Através da análise às fontes utilizadas nos estudos históricos, será possível compreender algumas das dinâmicas e das interdependências nas relações estabelecidas entre

as instituições possuidoras de documentação e os historiadores. O País foi-se progressivamente munindo de uma infraestrutura informacional composta por bibliotecas patrimoniais e, em maior número, por arquivos. Esse progresso tentou acompanhar os diferentes ritmos e tonalidades da historiografia. Contudo, a construção do sistema nacional de informação enfrentou obstáculos difíceis de transpor. A criação e funcionamento efetivo e contínuo das bibliotecas patrimoniais, mas principalmente dos arquivos, cuja malha oferece maior capilaridade, revelou-se uma tarefa cuja concretização se demonstrou bastante complexa e demorada (Janeiro 2022).

Adensando o tema, mas sem o explorar em profundidade, pode-se tocar algumas das circunstâncias relativas à evolução dos arquivos, vários deles anexos ou conviventes com bibliotecas públicas. A conceção prevalecente à política arquivística desde o século XVIII até aos inícios do século XXI foi custodial e centralizadora (Ribeiro 2023). Ou seja, o Estado assumiu-se como responsável máximo pela gestão direta dos arquivos e principal destino da documentação histórica existente no território nacional, canalizando-a para um núcleo reduzido de instituições arquivísticas que, de forma mais ou menos planeada e articulada, foi criando para executar a política. A tendência foi para concentrar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) a documentação produzida pelo próprio Estado, bem como a oriunda de outras proveniências (ex.: notários, Igreja Católica) (Ribeiro 1998; Janeiro 2022).

A emergência de uma classe de historiadores no século XIX, com peso político e mediático, teve como efeito a aprovação de leis que tinham como intuito incorporar a documentação histórica nos arquivos e bibliotecas do Estado. Privilegiando, naturalmente, as épocas medieval e moderna. Eram essas as de eleição de historiadores como Alexandre Herculano, que se enquadrava numa tendência historiográfica europeia orientada para o medievalismo. O ANTT passou a recolher cada vez mais documentação proveniente dos serviços públicos cessantes do Antigo Regime e dos conventos masculinos extintos em 1834. Fora da capital, algumas bibliotecas públicas, como a de Évora, começaram também a receber documentação de repartições do Estado e dos conventos. A criação da Inspeção-Geral das Bibliotecas Eruditas e dos Arquivos, em 1887, foi uma resposta clara à necessidade de gerir o volume cada vez maior de documentação proveniente das incorporações e de promover uma atitude mais interventiva do Estado ao nível da proteção do património documental (Ribeiro 2023). Esta política manteve-se inalterada até 1910.

Com a implantação da República, estalou um novo conflito entre o Estado e a Igreja Católica, o que teve reflexos acentuados ao nível dos arquivos. Logo em 1911 aprovou-se o

Decreto de 18 de março de 1911 com o intuito de reorganizar o setor das bibliotecas e dos arquivos (Ribeiro 2023). Nele se vislumbram já os laivos da política republicana que se pretendia implementar. O ANTT permaneceria como espinha dorsal do sistema custodial, do mesmo modo que se pretendia promover a instalação do Arquivo das Secretarias de Estado, em edifício especial, em Lisboa ou fora dela, e se falava já em arquivos distritais para resolver o problema da dispersão dos arquivos pelo País (Janeiro 2022). Iria tardar, mas, nas décadas seguintes, alguns destes projetos concretizar-se-iam.

A primeira reação da República foi tentar concentrar a documentação a incorporar no ANTT, instalado no Palácio de São Bento, em Lisboa. A febre incorporacionista a que se assistiu com a mudança de regime colocou desafios claros à capacidade de resposta do Arquivo Nacional. Rapidamente ficou com as instalações congestionadas e sem meios humanos suficientes para fazer face à avalanche de documentos que estavam a ser incorporados, provenientes de várias partes do País. A estratégia para resolver esta pressão foi tripla: em primeiro lugar, criar arquivos anexos do ANTT, como o Arquivo dos Feitos Findos (1915), no Convento da Estrela, o Arquivo dos Registos Paroquiais (1916), em São Vicente de Fora, e o Arquivo das Congregações (1918), no Convento das Trinas (Ribeiro 1998). A documentação foi depois transferida para São Bento nos anos 30, o que agravou ainda mais os problemas da falta de espaço, levando a que se chegasse mesmo a sugerir a instalação do ANTT no Convento de Mafra, na década de 1950; em segundo lugar, instituir novos arquivos centrais ou reforçar os meios de alguns já existentes em determinados departamentos ministeriais - Arquivo Histórico Militar (1911), o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (criado pelo Decreto de 31 de dezembro de 1868 e reorganizado pelo Decreto de 10 de maio de 1911), o Arquivo Histórico Colonial (1931) e o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (1937); em terceiro lugar, criar arquivos distritais, um em cada distrito (Janeiro 2022).

As limitações do ANTT e dos seus anexos para receber documentação de todo o País, assim como a resistência das populações, aceleraram a necessidade de criar uma rede de arquivos distritais, a partir de 1916. A expansão da malha de arquivos distritais foi um processo moroso que exigiu a articulação de um número considerável de entidades, revelando as fragilidades das políticas culturais (Janeiro 2022). O Estado, para fundar estes arquivos, teve de recorrer ao apoio dos municípios, da Universidade de Coimbra e das juntas distritais, para além de usar entidades já preexistentes para nelas instalar estes arquivos, como aconteceu com a Biblioteca Pública de Évora, à qual anexou o Arquivo Distrital (Janeiro 2022). Como resultado, a implantação de arquivos em todos os distritos arrastou-se por mais

de 70 anos e alguns, como o de Bragança, que até coabitava com uma biblioteca, tiveram tanta dificuldade em se manterem continuamente a funcionar que acabaram mesmo por ser encerrados durante algum tempo. E outros, criados na lei em 1965, como o de Beja, o de Castelo Branco ou o da Guarda, só passados muitos anos entraram efetivamente em funcionamento. Mas, até quando começavam a funcionar, enfrentavam rapidamente problemas como a falta de espaço para novas incorporações ou desadequação das instalações para servirem de arquivo. Apresentavam também graves carências de pessoal ou de orçamento para desenvolverem as suas atividades, tais como as incorporações, cujas despesas corriam por sua conta (Janeiro 2022).

As dificuldades de implementação da rede de arquivos distritais foram pontualmente superadas, mas, em termos gerais, as políticas arquivísticas ressentiram-se substancialmente da fragilidade do modelo posto em prática. A sua complexidade, aliada a um certo cansaço dos protagonistas que desde a implantação da República lideravam os destinos da Inspeção-Geral dos Arquivos e das Bibliotecas, Júlio Dantas e António Ferrão, conduziu à lassidão crónica que se apoderou da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos a partir da década de 1940. O “lento torpor” em que esta se deixou enredar teve como desfecho a falta de efetivação de toda a rede de arquivos distritais e, em última análise, ditou a extinção da própria Inspeção-Geral, em 1967 (Ribeiro 1998; 2008).

Nos anos que seguiram, até 1988, o setor dos arquivos foi tutelado por vários organismos que agregaram também outros domínios do património cultural (Ribeiro 1998). A crescente pressão dirigida para a opinião pública e para os governos pelos profissionais de arquivo, realizada através da sua associação, bem como pelos historiadores, na comunicação social e nas publicações científicas, viria a impulsionar reformas ainda mais significativas nos arquivos no final da década de 1980 e inícios da de 1990 (Ribeiro 1998; Pereira 1978; 1979; 1983). Como resultado: os arquivos foram autonomizados em 1988 com a criação do Instituto Português dos Arquivos (IPA), fundido em 1992 com o ANTT para dar lugar aos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (AN/TT); aprovou-se legislação de enquadramento do setor; e executaram-se investimentos substanciais em termos de instalações e de reforço do pessoal especializado. Apetrechou-se o ANTT e quase todos os arquivos distritais com edifícios novos ou adaptados às funções de arquivo e, do ponto de vista técnico, foram lançados vastos projetos de inventariação de fundos arquivísticos, dentro e fora dos AN/TT, com recurso até às novas tecnologias de informação, como o sistema ARQBASE (Ribeiro 1998; Janeiro 2022).

Para além do Estado Central, entre 1945 e 1996, houve outras entidades públicas e privadas que se interessaram pela preservação, tratamento e disponibilização dos arquivos. A Universidade de Coimbra, que havia instituído em 1901 o seu arquivo, ao qual viria a anexar-se o Arquivo Distrital em 1917, construiu em 1948 o primeiro edifício do País destinado exclusivamente às funções de arquivo. Como referido acima, as juntas distritais, umas de forma mais diligente e rápida que outras, patrocinaram a criação de arquivos distritais (Janeiro 2022). Alguns municípios, que ao longo do tempo foram guardando os seus espólios em vários espaços, avançaram com medidas a este nível, criando arquivos com instalações e pessoal especializado (Peixoto 2021). No setor privado, como se demonstram os historiadores nos comentários apresentados mais abaixo nesta tese, registou-se também o esforço de múltiplas de instituições religiosas, empresas, fundações e famílias para salvaguardar, tratar e disponibilizar os seus acervos aos investigadores para consulta.

A ação do Estado foi determinante para a proteção do património arquivístico do País, não apenas porque se apossou ou recolheu volumosa documentação, mas também porque aprovou medidas visando a salvaguarda dos arquivos de outras entidades do setor público e do setor privado. Medidas cuja aplicação foi variável, mas que, em certos momentos, se concretizou em ações que impediram a delapidação do património arquivístico, como foi o caso do impedimento da venda do Arquivo Municipal de Estremoz a peso a um empresário do papel, na década de 1940, ou a incorporação forçada do Arquivo Histórico de Borba no Arquivo Distrital de Évora na década de 1960 (Janeiro 2016). Esta política não impediu o cometimento de crimes contra o património, mas inibiu que alguns atos malignos fossem perpetrados. Permitiu, sobretudo, que fosse protegida, tratada e salvaguardada documentação de grande valor histórico que veio a servir de base à generalidade das teses e dos estudos elaborados entre 1945 e 1996, como abaixo se demonstrará na análise às fontes utilizadas pelos historiadores.

IV.1 O uso dos arquivos pelos historiadores no Estado Novo e na Democracia

A escolha de determinado tipo de fontes pelos historiadores é um indicador não apenas das suas opções teórico-metodológicas, mas também das políticas culturais e de investigação científica que vigoram num dado momento. Logo, caracterizar a utilização das fontes, e mais concretamente, das fontes arquivísticas (e eventualmente até de algumas biblioteconómicas), é fundamental para compreender a evolução do estado dos arquivos entre 1945 e 1996. Nesta tese, faz-se uma primeira análise geral ao conjunto das fontes e

afunila-se depois para a área das bibliotecas patrimoniais e dos arquivos, responsáveis pela custódia da maior parte das fontes documentais do País. Tendo em conta esta perspetiva, relativamente aos tipos de fontes referenciadas, optou-se por agregar as fontes arquivísticas e biblioteconómicas como uma única categoria, separando-as das restantes. Esta fusão é uma opção metodológica que advém do facto de as bibliotecas patrimoniais terem recebido copiosa documentação de arquivo nos últimos séculos, sendo por vezes bastante difícil a destriça entre esta e a documentação biblioteconómica. Abaixo apresentam-se as estatísticas apuradas no levantamento efetuado no âmbito da presente tese.

IV.1.1 Quadro de conjunto (1945-1996)

IV.1.1.1 Análise geral

Entre 1945 e 1996, os autores recorreram às fontes arquivísticas e biblioteconómicas em pelo menos 42,7% dos estudos e usaram as restantes fontes em 90,1% dos estudos. Aprofundando a análise de cada tipologia percebe-se que, em relação às fontes arquivísticas e biblioteconómicas, 42,7% foram consultadas em Portugal e 16,2% no estrangeiro, com destaque claro para Espanha (7,8%), França (4,2%), Reino Unido (2,9%), Brasil (1,4%) e Itália (1,4%).



Figura 144: Fontes por País (1945-1996).

No que respeita às instituições que custodiam a documentação, produzida por si ou por outras, englobando tanto portuguesas como estrangeiras, sublinha-se que aquelas cujos acervos foram os mais consultados se enquadram na Administração Central do Estado

(30,4%), seguindo-se as bibliotecas nacionais (15,9%), os arquivos regionais/distritais ou de administrações regionais (12,6%), os arquivos das autarquias locais (10,4%) e os arquivos privados (8,7%).



Figura 145: Instituições de Custódia (1945-1996).

Voltando a atenção para os outros tipos de fontes, é possível determinar que os autores usaram, em 90,1% dos estudos, a bibliografia, em 78,4% as fontes impressas, em 28,5% a legislação, em 24,1% a imprensa, em 12,2% as estatísticas oficiais, em 9,7% as obras literárias, em 6,7% as sessões parlamentares, em 3,5% os instrumentos de descrição documental, em 3% a cartografia, em 1,9% as entrevistas e em 1,1% as fontes fotográficas e as fontes monumentais. As demais fontes tiveram uma expressão percentual mais reduzida.

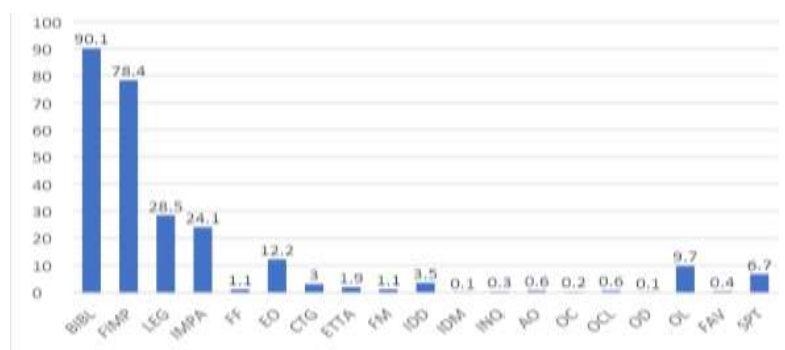


Figura 146: Tipos de Fontes Referenciadas (1945-1996).

IV.1.1.2 Teses de doutoramento

Após se divulgar o quadro geral olha-se agora apenas para o universo das teses de doutoramento. Assinala-se que em todas as teses se fez uso de outras fontes que não as arquivísticas e biblioteconómicas. Já estas apareceram mencionadas em pelo menos 79% das

teses. As fontes existentes em arquivos e bibliotecas patrimoniais com sede em Portugal foram citadas em 79% dos estudos e as consultadas no estrangeiro ascenderam a 35,5%. Neste último universo, os países com mais fontes consultadas foram Espanha (21%), França (11,5%), Reino Unido (9%), Itália (6,5%), Brasil (3%), Estados Unidos da América (2%), Bélgica (1,5%), Áustria (1%), Holanda (1%) e Alemanha (1%).

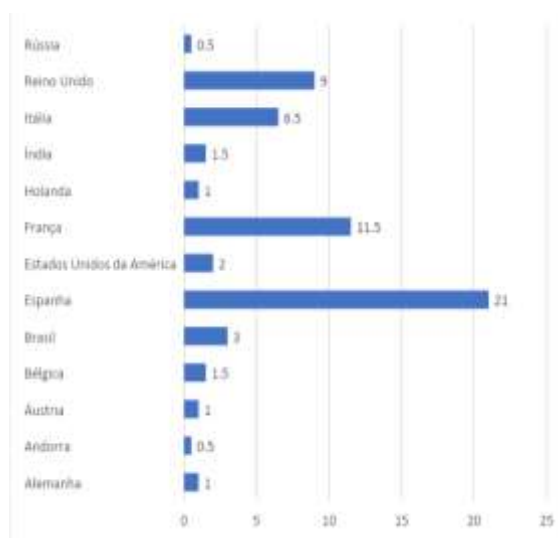


Figura 147: Fontes por País - Teses (1945-1996).

Quanto ao tipo de arquivos e bibliotecas custodiantes, sublinha-se a preponderância clara dos arquivos da Administração Central do Estado (72,9%), nos quais se integra o ANTT. Este foi o mais consultado de todos devido à riqueza e diversidade dos seus fundos, abrangendo todo o arco temporal da história nacional. Mas o lugar cimeiro das instituições arquivísticas do Estado Central não ofuscou a participação de outras entidades. As bibliotecas nacionais representaram 57,8%, seguidas dos arquivos regionais e distritais (44,7%), dos arquivos das autarquias locais (38,7%), dos arquivos privados (36,2%), das bibliotecas das autarquias locais (22,1%). Com bastante menor representatividade surgiram o arquivo da Assembleia da República (9%), os arquivos judiciais (4,5%), as bibliotecas regionais (3%) e as bibliotecas privadas (0,5%).

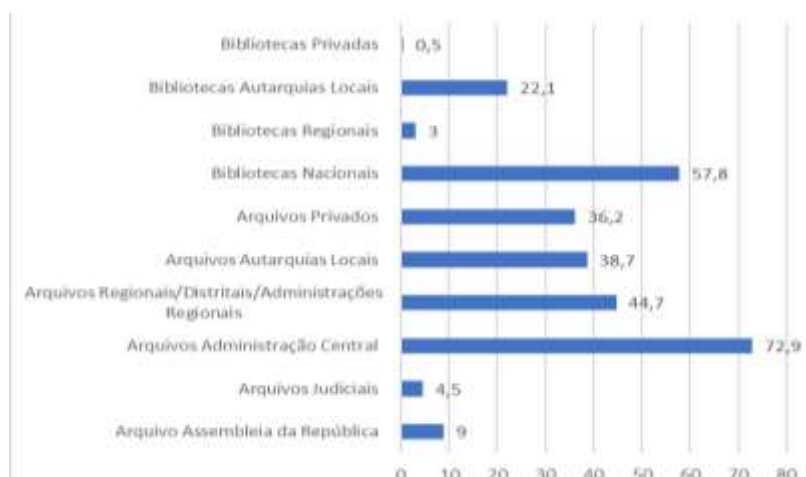


Figura 148: Instituições de Custódia - Teses (1945-1996).

Relativamente aos outros tipos de fontes, a distribuição foi muito desigual. Os autores usaram a bibliografia na totalidade dos estudos e as fontes impressas em 95,5% deles. A percentagem caiu significativamente para as outras como a legislação (34,7%) ou a imprensa (32,2%), ambas a rondar um terço do total. E ainda mais para as estatísticas oficiais (14,6%), para os instrumentos de descrição documental (13,1%), para as sessões parlamentares e para a cartografia (12,1%), para as obras literárias (11,6%) e para as fontes fotográficas (7,5%). Recorreram também, embora de forma residual, a entrevistas (3%), fontes monumentais (2,5%), fontes audiovisuais (1%) e à observação direta (1%). As demais fontes tiveram uma expressão percentual ínfima.

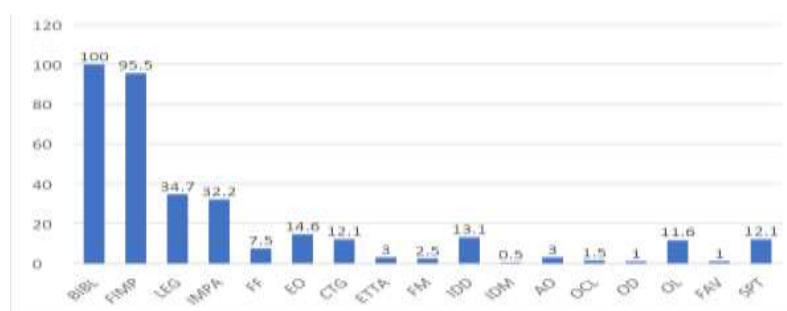


Figura 149: Tipos de Fontes Referenciadas - Teses (1945-1996).

IV.1.1.3 Revistas

Limitando a análise ao universo das revistas, sublinha-se o facto de, comparativamente com as teses, se ter feito um uso muito menos intensivo das fontes arquivísticas e biblioteconómicas (38,4%). Mesmo os outros tipos de fontes (88,9%) sentiram

também um certo refluxo. O maior desprendimento relativamente ao uso de fontes nas revistas explica-se, naturalmente, com a menor necessidade de as usar na sustentação das posições assumidas. Sobretudo em comparação com as teses, onde o escrutínio é imediato e decisivo na obtenção do grau académico, sendo crítica a apresentação de fontes para obviar as interjeições dos arguentes na defesa da tese. As fontes consultadas em arquivos e bibliotecas patrimoniais portuguesas corresponderam a 38,4% dos estudos e as do estrangeiro a 13,9%. Os países com maior representatividade foram Espanha (6,3%), França (3,3%), Reino Unido (2,2%), Brasil (1,2%), Itália (0,7%) e Estados Unidos da América (0,7%).

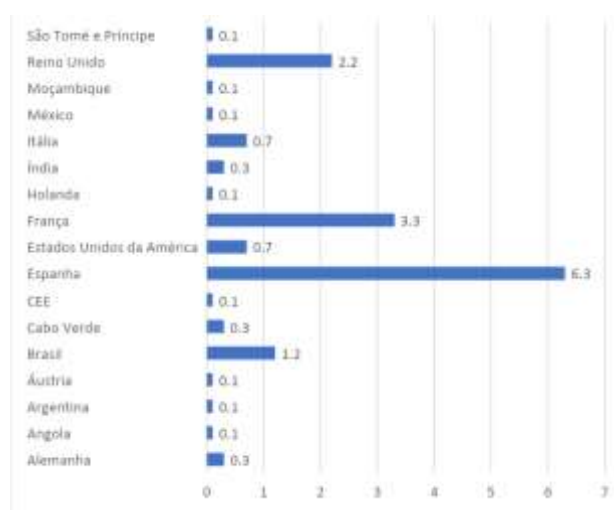


Figura 150: Fontes por País - Revistas (1945-1996).

Os autores, nos estudos publicados em revistas, recorreram preferencialmente a fundos e coleções de instituições da Administração Central do Estado (25,3%). As bibliotecas nacionais representaram 10,8%. Um pouco abaixo vieram os arquivos regionais e distritais (8,8%) e os arquivos das autarquias locais (7%). Com menor expressão apareceram os arquivos privados (5,4%), as bibliotecas de autarquias locais (2,3%), o arquivo da Assembleia da República (2,2%), os arquivos judiciais (0,9%) e as bibliotecas privadas (0,1%).



Figura 151: Instituições de Custódia - Revistas (1945-1996).

No que respeita aos outros tipos de fontes, salienta-se que os autores usaram maioritariamente a bibliografia (88,9%) e as fontes impressas (76,4%). Num segundo patamar, mas bem distanciado, surgiu a legislação (27,8%) e a imprensa (23,1%). Com menor representatividade apresentaram-se as estatísticas oficiais (12%), as obras literárias (9,5%), as sessões parlamentares (6%), os instrumentos de descrição documental (2,4%), a cartografia (1,9%) e as entrevistas (1,7%). Fez-se ainda uso de outras fontes, mas de forma muito pontual.

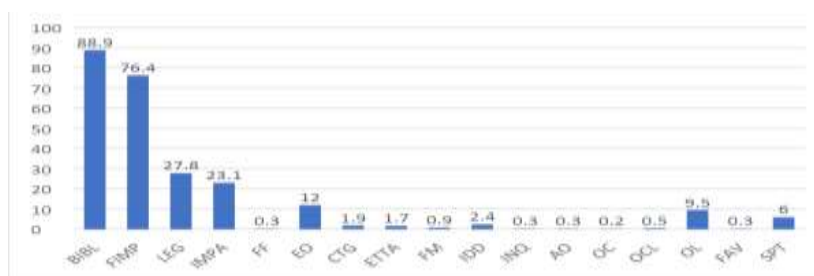


Figura 152: Tipos de Fontes Referenciadas - Revistas (1945-1996).

IV.1.2 O uso dos arquivos pelos historiadores no Estado Novo (1945-1974)

Para além de se analisar conjuntamente todo o período entre 1945 e 1996, é indispensável subdividi-lo pela vigência dos dois regimes, para se compreender as ruturas e continuidades entre si. Começa-se por indagar as fontes a que recorreram os autores para elaborarem os seus estudos históricos durante o Estado Novo (1945-1974) e quais os tipos de arquivos e bibliotecas que consultaram. Para o efeito, realiza-se abaixo uma análise a várias dimensões.

IV.1.2.1 Análise geral

Tal como antes se procedeu, separa-se as fontes arquivísticas e biblioteconómicas das restantes. No Estado Novo os autores consultaram as fontes arquivísticas e biblioteconómicas em pelo menos 27,5% dos estudos e usaram as restantes fontes em 76,3% deles. Restringindo a análise apenas às fontes arquivísticas e biblioteconómicas, e mais concretamente às geografias onde os autores recolheram as informações, apurou-se que 27,5% foram consultadas em Portugal e 19,8% no estrangeiro. Os países que mais contribuíram foram Espanha (12%), França (4%), Reino Unido (2,8%), Itália (1,3%), Brasil (1%) e Alemanha (1%).

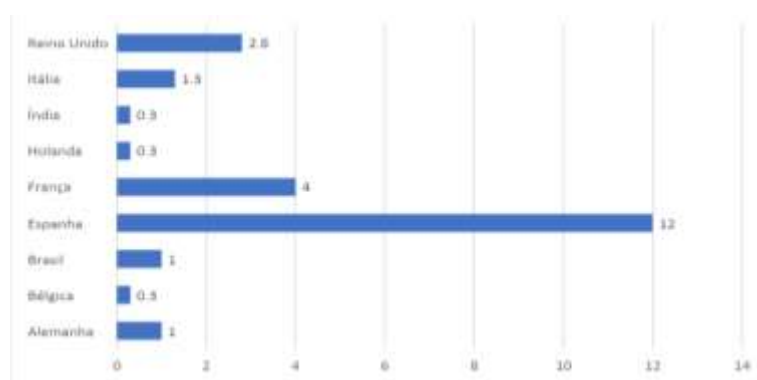


Figura 153: Tipos de Fontes por País (1945-1974).

Os fundos que os autores mais procuraram para consolidarem as suas posições integraram-se maioritariamente em instituições da Administração Central do Estado (19,5%), seguindo-se as bibliotecas nacionais (11,8%), os arquivos regionais ou distritais (6,8%), bibliotecas das autarquias locais (4,5%), os arquivos privados (3,5%) e os arquivos das autarquias locais (2%).

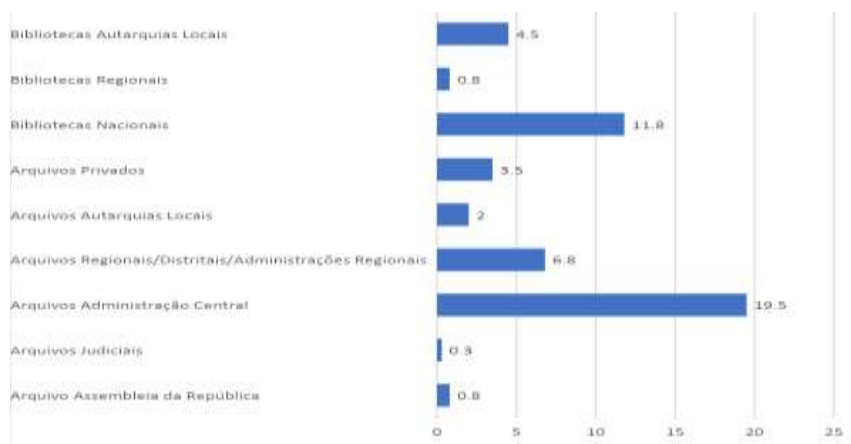


Figura 154: Instituições de Custódia (1945-1974).

Relativamente aos outros tipos de fontes os autores fizeram uso, em 76,3% dos seus estudos, das fontes impressas e, em 73,3%, de bibliografia. Estas duas foram, efetivamente, as mais consultadas, mas interessaram-se também por outras, apesar de percentualmente menos expressivas: a legislação e a imprensa (14,8%); as obras literárias (7,5%); os instrumentos de descrição documental (4,8%); as estatísticas oficiais (4%). Com um peso ainda mais baixo surgiram as sessões parlamentares (1,8%), a cartografia (1,5%) e as fontes monumentais (1%). As demais fontes tiveram uma expressão percentual marginal.

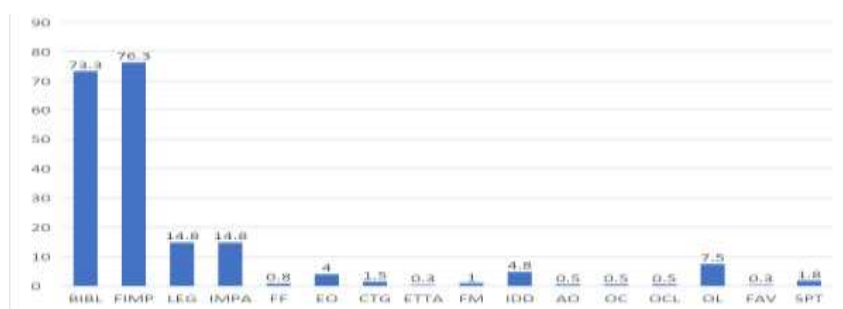


Figura 155: Tipos de Fontes Referenciadas (1945-1974).

IV.1.2.2 Teses de doutoramento

Se se circunscrever a análise à produção concretizada em teses, durante o Estado Novo, assinala-se que, em pelo menos 68,8% delas, foram usadas fontes arquivísticas e biblioteconómicas e que, em todas, também se recorreu a outro tipo de fontes. As fontes consultadas em arquivos e bibliotecas patrimoniais existentes em território português foram citadas em 68,8% dos estudos e as consultadas no estrangeiro em 56,3%. Neste último universo, os países com mais fontes consultadas foram Espanha (31,3%), França (31,3%), Reino Unido (25,1%), Itália (6,3%), Bélgica (6,3%), Alemanha (6,3%) e Brasil (6,3%).

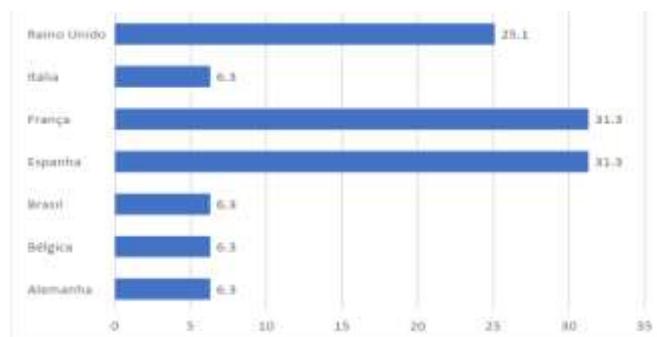


Figura 156: Fontes por País - Teses (1945-1974).

Quanto ao tipo de arquivos e bibliotecas, sublinha-se a preponderância dos arquivos da Administração Central do Estado (68,8%). As bibliotecas nacionais representaram 50%, seguidas dos arquivos regionais e distritais (37,5%), dos arquivos privados (31,3%), das bibliotecas de autarquias locais (25%), dos arquivos das autarquias locais (18,8%), dos arquivos judiciais (6,3%) e do arquivo da Assembleia da República (6,3%).

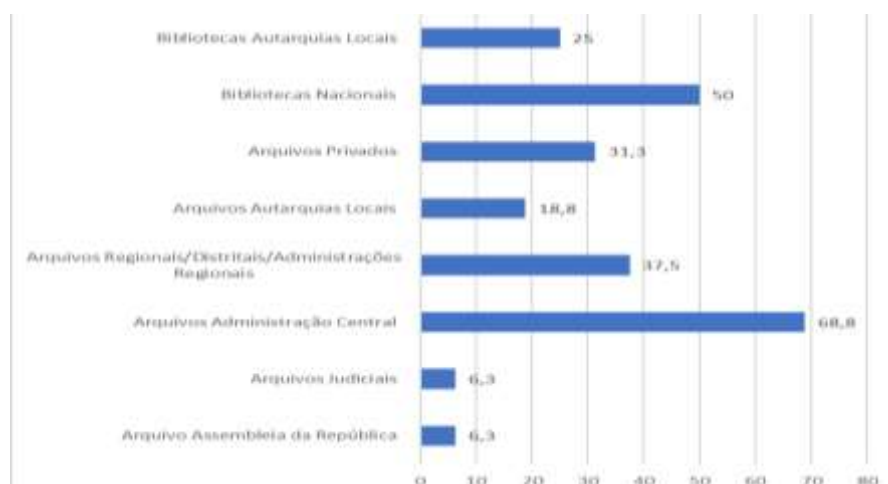


Figura 157: Instituições de Custódia - Teses (1945-1974).

Em relação aos outros tipos de fontes, salienta-se que os autores usaram a bibliografia em 100% dos estudos, em 81,3% as fontes impressas, em 31,3% a legislação, em 25% a imprensa e os instrumentos de descrição documental, em 18,8% as fontes fotográficas, em 12,5% a cartografia, as obras artísticas e as fontes monumentais, e, em 6,3%, as obras literárias, as estatísticas oficiais e as sessões parlamentares. As demais fontes tiveram uma expressão percentual mais reduzida.

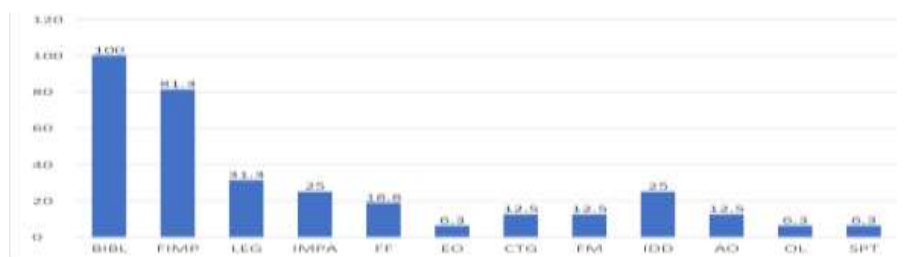


Figura 158: Tipos de Fontes Referenciadas - Teses (1945-1974).

IV.1.2.3 Revistas

O número de estudos publicados em revistas no Estado Novo superou largamente o das teses. Aborda-se agora o universo das revistas. Nos estudos aí publicados regista-se

que, em pelo menos 25,8%, foram usadas fontes arquivísticas e biblioteconómicas e que, em 76%, também se recorreu a outro tipo de fontes. As consultadas em arquivos e bibliotecas patrimoniais existentes em território português foram citadas em 25,8% dos estudos e as consultadas no estrangeiro em 18,2%. Neste último universo, os países com mais fontes consultadas foram Espanha (11,2%), França (3,9%), Reino Unido (1,8%), Itália (1%), Alemanha (0,8%) e Brasil (0,8%).

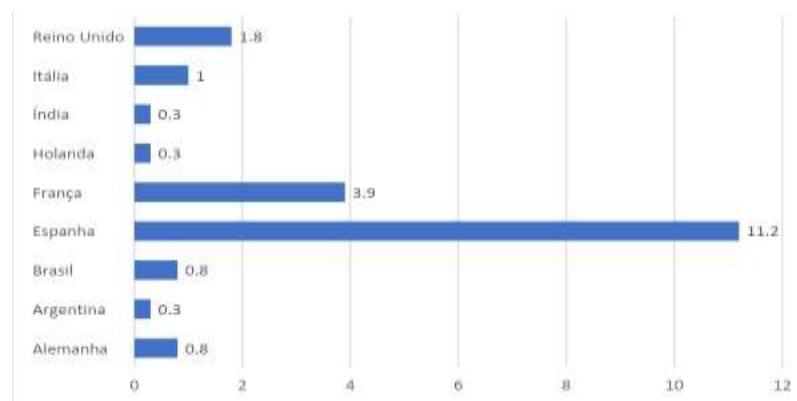


Figura 159: Tipos de Fontes por País - Revistas (1945-1974).

Quanto ao tipo de arquivos e bibliotecas que custodiavam a documentação, sublinha-se a preponderância dos arquivos da Administração Central do Estado (17,4%). As bibliotecas nacionais representaram 10,2%, seguidas dos arquivos regionais e distritais (5,5%), das bibliotecas de autarquias locais (3,6%), dos arquivos privados (2,3%), dos arquivos das autarquias locais (1,3%) e do arquivo da Assembleia da República (0,5%).

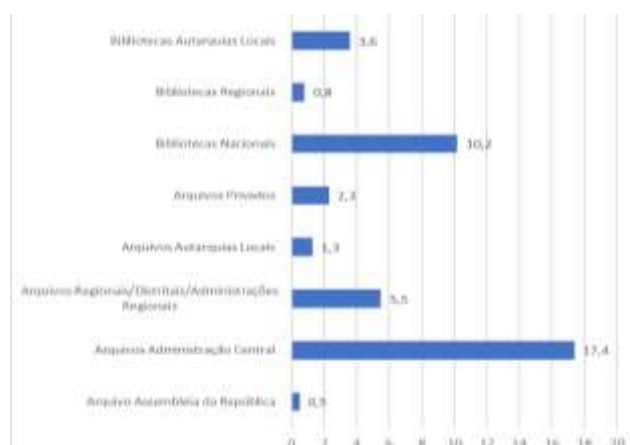


Figura 160: Instituições de Custódia - Revistas (1945-1974).

Para além das fontes arquivísticas e biblioteconómicas os autores fizeram uso de uma grande diversidade de outros tipos de fontes: em 76% dos estudos basearam-se em fontes

impressas; em 72,1% em bibliografia; em 14,3% na imprensa; em 14,1% em legislação; em 7,6% nas obras literárias; em 3,9%, em instrumentos de descrição documental e em estatísticas oficiais; em 1,6% nas sessões parlamentares e em 1% na cartografia. As demais fontes tiveram pouca expressão percentual.

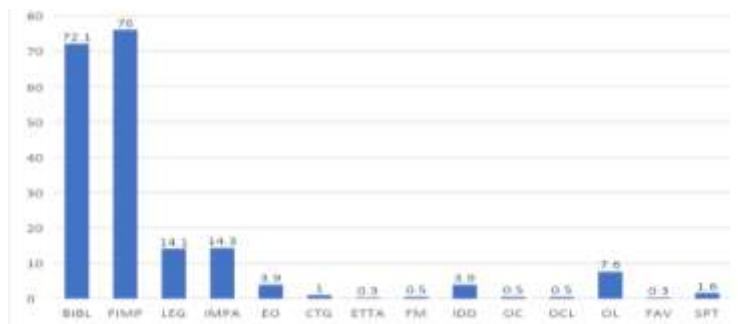


Figura 161: Tipos de Fontes Referenciadas - Revistas (1945-1974).

IV.1.3 O uso dos arquivos pelos historiadores na Democracia (1975-1996)

IV.1.3.1 Análise geral

Após 1974 a quantidade de estudos produzidos subiu a pique comparativamente com o período do Estado Novo. O número de teses de doutoramento defendidas e de artigos publicados em revistas aumentou exponencialmente. Esta realidade espelhou-se na utilização massiva de fontes, tanto arquivísticas e biblioteconómicas como de outros tipos. É essa análise que agora se vai realizar. Assim, mantendo, como acima, a divisão entre as fontes arquivísticas e biblioteconómicas e as restantes, observou-se que, entre 1975 e 1996, os autores deitaram mão das fontes arquivísticas e biblioteconómicas em pelo menos 46,9% dos estudos e das restantes em 94,6% dos estudos. Olhando apenas para as fontes arquivísticas e biblioteconómicas, percebe-se que 46,9% destas foram consultadas em Portugal e 15,2% das usadas foram obtidas no estrangeiro, com destaque claro para Espanha (6,7%), França (4%), Reino Unido (2,9%), Brasil (1,5%), Itália (1,3%) e Estados Unidos da América (1%).

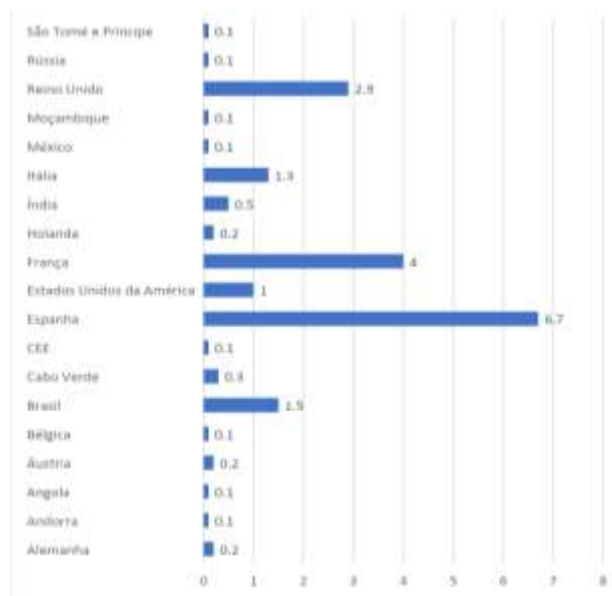


Figura 162: Tipos de Fontes por País (1975-1996).

Ao analisar as instituições que guardavam os fundos e coleções objeto de consulta, independentemente de se localizarem em Portugal ou no estrangeiro, constata-se um uso com maior incidência das da Administração Central do Estado (33,4%), sucedidas das bibliotecas nacionais (17%), dos arquivos regionais ou distritais (14,2%), dos arquivos das autarquias locais (12,7%), dos arquivos privados (10,1%), das bibliotecas das autarquias locais (4,4%), do arquivo da Assembleia da República (3,5%) e dos arquivos judiciais (1,6%). Os arquivos e bibliotecas de âmbito nacional e regional continuaram a absorver a maior parte da procura dos historiadores. Esta supremacia indicia um esforço significativo do Estado para corresponder à procura com investimentos volumosos para o apetrechamento do País com instalações, pessoal e equipamentos. Simultaneamente, os municípios começaram a apostar cada vez mais na criação e no municiamento dos arquivos municipais, o que conduziu a um aumento considerável da consulta neste tipo de equipamentos. O fortalecimento dos arquivos públicos, nos seus diferentes patamares, teve reflexos numa utilização bastante mais modesta dos arquivos privados.

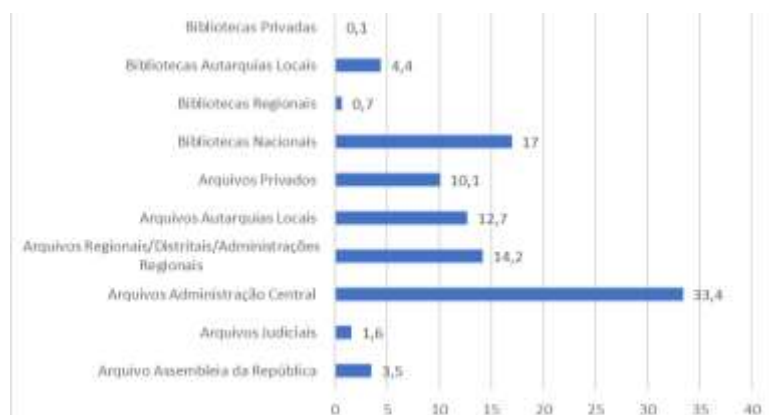


Figura 163: Instituições de Custódia (1975-1996).

Deixando de lado as fontes arquivísticas e biblioteconómicas e centrando a análise apenas nas restantes fontes, sublinha-se que os autores recorreram à bibliografia, em 94,6% dos estudos, em 79% às fontes impressas, em 32,2% à legislação, em 26,6% à imprensa, em 14,5% às estatísticas oficiais, em 10,3% às obras literárias, em 8% às sessões parlamentares, em 3,5% à cartografia, em 3,2% aos instrumentos de descrição documental, em 2,3% às entrevistas, em 1,2% às fontes fotográficas e, em 1,1%, às fontes monumentais. As outras fontes foram utilizadas de forma residual.

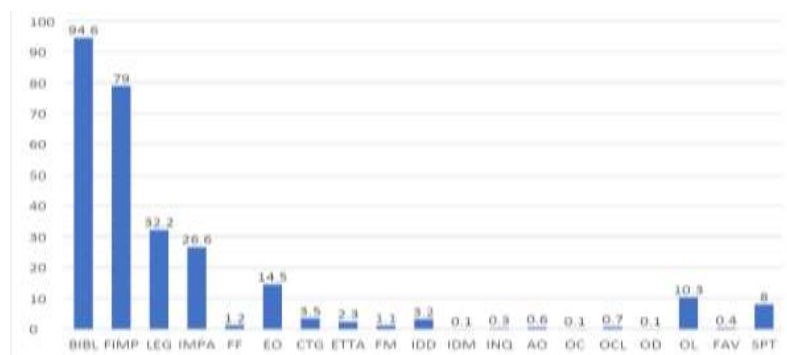


Figura 164: Fontes Referenciadas (1975-1996).

IV.1.3.2 Teses de doutoramento

Após se ter obtido uma vista da panorâmica geral do período entre 1975 e 1996, afunila-se agora a investigação para o universo das teses. Como antes já se referiu, as teses assumiram-se como grandes consumidoras de fontes. No que respeita às fontes arquivísticas e biblioteconómicas atingiram a cifra 79,8% e, em todas elas, se usou outras fontes. A maior parte da informação recolhida em arquivos e bibliotecas patrimoniais ocorreu em Portugal

(79,8%) mas, ainda assim, um terço (33,3%) proveio do estrangeiro. Sobretudo de Espanha (20,2%), França (9,8%), Reino Unido (7,7%), Itália (6,6%), Brasil (2,7%), Estados Unidos da América (2,2%), Índia (1,6%), Holanda (1,1%), Áustria e Bélgica (1%).

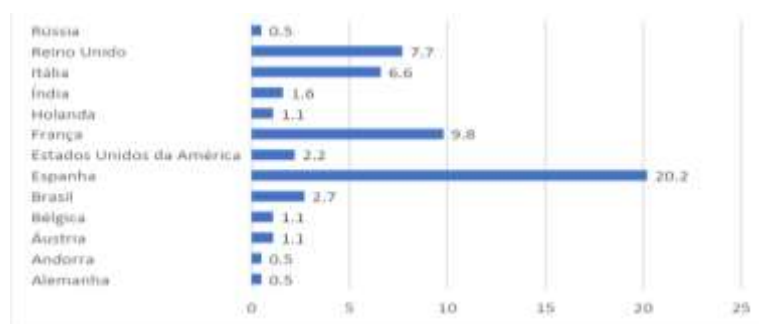


Figura 165: Fontes por País - Teses (1975-1996).

Relativamente aos tipos de arquivos e bibliotecas que custodiaram a documentação consultada, salienta-se o peso dos arquivos da Administração Central do Estado (73,2%). Atrás, mas também com uma percentagem bastante elevada, surgem as bibliotecas nacionais, que representaram 58,5%, seguidas dos arquivos regionais e distritais (45,4%), dos arquivos das autarquias locais (40,4%), dos arquivos privados (36,6%), das bibliotecas das autarquias locais (21,9%), do arquivo da Assembleia da República (9,3%), dos arquivos judiciais (4,4%), das bibliotecas regionais e das bibliotecas privadas (0,5%).



Figura 166: Instituições de Custódia - Teses (1975-1996).

As outras fontes foram também amplamente consultadas e referidas pelos investigadores nas teses. Estes usaram a bibliografia em todas as teses, e, em 96,7%, recorreram às fontes impressas, em 35% a legislação, em 32,8% à imprensa, em 15,3% às estatísticas oficiais, em 12,6% às sessões parlamentares, em 12% às obras literárias, à cartografia e aos instrumentos de descrição documental, em 6,6% às fontes fotográficas, em 3,3% às entrevistas, em 2,2% às obras artísticas, em 1,6% às fontes monumentais e às obras

de crítica literária, em 1,1% às fontes audiovisuais e à observação direta. Marginalmente, usaram outras.

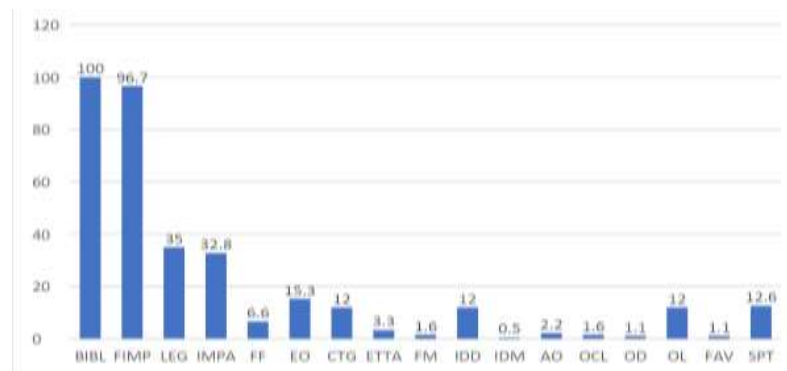


Figura 167: Fontes Referenciadas - Teses (1975-1996).

IV.1.3.3 Revistas

Examinadas as teses, é momento de o foco recair sobre as revistas. Nestas, as fontes arquivísticas e biblioteconómicas foram citadas em 42,1% dos estudos e as outras fontes em 93,9% destes. O recurso a fontes existentes no estrangeiro limitou-se a 12,6%. Os países que mais contribuíram para este coeficiente foram Espanha (4,8%), França (3%), Reino Unido (2,3%), Brasil (1,3%) e Estados Unidos da América (0,9%).

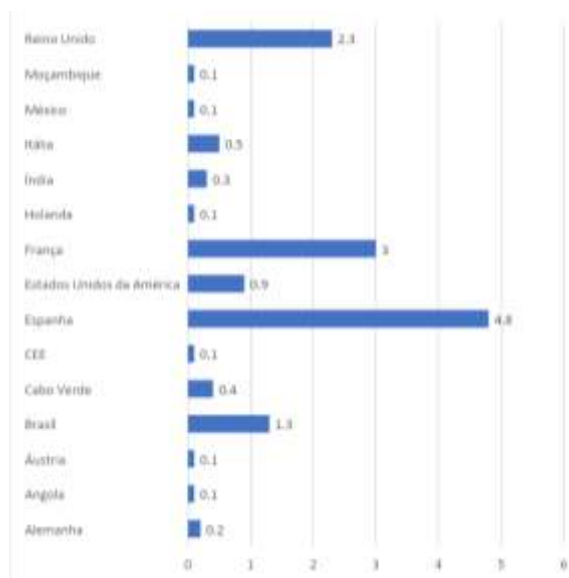


Figura 168: Fontes por País - Revistas (1975-1996).

A publicação dos estudos nas revistas manteve-se coerente em relação ao que ocorreu com as teses. Porém, o nível de utilização foi muito mais baixo. Assim, a consulta

centrou-se nos arquivos da Administração Central do Estado (27,7%), nas bibliotecas nacionais (11%), nos arquivos regionais ou distritais (9,8%), nos arquivos das autarquias locais (8,7%), nos arquivos privados (6,3%), no arquivo da Assembleia da República (2,6%), nas bibliotecas das autarquias locais (1,9%) e nos arquivos judiciais (1,2%).

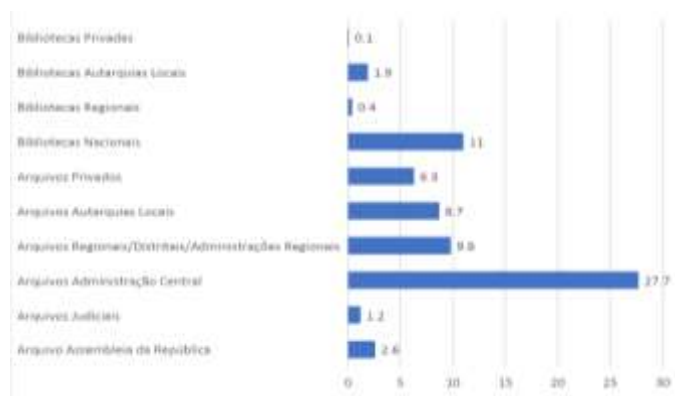


Figura 169: Instituições de Custódia - Revistas (1975-1996).

Quanto aos outros tipos de fontes, evidenciou-se uma utilização muito significativa da bibliografia (93,9%) e das fontes impressas (76,5%). As que se sucederam tiveram menor expressão, como a legislação (31,9%), a imprensa (25,7%), as estatísticas oficiais (14,4%), as obras literárias (10%), as sessões parlamentares (7,4%), a cartografia e as entrevistas (2,2%), os instrumentos de descrição documental (1,9%) e as fontes monumentais (1%). Por fim, restaram ainda mais algumas, cujas percentagens foram extremamente baixas.

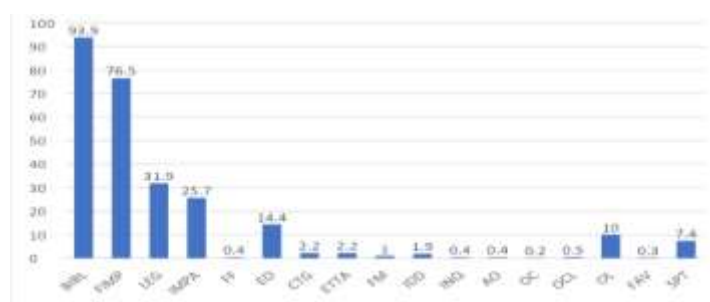


Figura 170: Fontes Referenciadas - Revistas (1975-1996).

IV.1.4 Análise e debate de dados

Efetua-se agora uma comparação entre a utilização das fontes no Estado Novo (1945-1974) e na Democracia (1975-1996). Assim, após 1974 aumentou-se consideravelmente a utilização de fontes arquivísticas e biblioteconómicas nos estudos historiográficos. Consequentemente, também se verificou um incremento do contributo das

fontes para a elaboração de teses do Estado Novo para a Democracia, bem como nas revistas⁸⁴.

O grau de abertura da investigação científica em Portugal, ao nível da historiografia, pode ser aferido pela utilização de fontes captadas no estrangeiro nos estudos produzidos no nosso País. Neste domínio há a registar o facto de, percentualmente, no Estado Novo se ter recorrido a mais fontes externas do que na Democracia⁸⁵. O que foi especialmente relevante nas teses, onde a percentagem é superior a 20%. Nas revistas a diferença é menor que 5%, sendo, portanto, substancialmente mais baixa. Assim, pode concluir-se que no Estado Novo também se incentivou os investigadores, principalmente os que desenvolviam os seus estudos doutorais, a consultarem fontes no estrangeiro. Mais de metade deles fizeram-no, enquanto na Democracia essa percentagem se contraiu para pouco mais de um terço. Em relação aos países onde se recolheram maiores volumes de fontes, não só coincidiram no Estado Novo e na Democracia, como a sequência hierárquica se manteve inalterada. Assim, Espanha, França, Reino Unido, Itália e Brasil ocuparam as preferências dos autores, embora com percentagens consideravelmente mais elevadas nas teses do que nas revistas⁸⁶.

Direcionando a análise para as instituições de custódia, do Estado Novo para a Democracia assistiu-se a uma intensificação do contributo dos arquivos da Administração Central, sobretudo para os estudos das revistas. O mesmo ocorreu com as bibliotecas nacionais, mas aí pendeu mais para as teses. A consulta nos arquivos regionais/distritais e

⁸⁴ Em termos gerais, entre 1945 e 1996, as fontes arquivísticas e biblioteconómicas foram utilizadas em apenas 42,7% de todos os estudos analisados. Porém, se se atender apenas às revistas, deteta-se que este tipo de fontes foi consultado em 38,4% delas, enquanto na elaboração de teses ascendeu a 79%. Durante o Estado Novo, constituíram o suporte de 27,5% do universo dos estudos. Ao nível das revistas limitaram-se a 25,8% enquanto nas teses este valor elevou-se a 68,8%. Passando agora para a Democracia, foram integradas em 46,9% de todos os estudos analisados. Restringindo a análise às revistas percebe-se que não ultrapassaram os 42,1% mas nas teses tocaram os 79,8%. Logo, este tipo de fontes foi mais valorizado pelas investigações académicas destinadas à obtenção do grau de doutor do que pelos autores dos estudos publicados em revistas.

⁸⁵ Registaram-se também flutuações no uso de fontes localizadas no estrangeiro. Estas foram utilizadas em 16,2% dos estudos, subindo para 35,5% no caso das teses e reduzindo-se ligeiramente para 13,9% nos artigos das revistas. No Estado Novo, o recurso a fontes existentes em bibliotecas e arquivos estrangeiros foi mais elevado em geral (19,8%), com especial ênfase para as teses (56,3%) e menor para as revistas (18,2%). Durante a Democracia as fontes obtidas a partir do exterior situaram-se em 15,2% para o universo total dos estudos, elevando a um terço das teses (33,3%) e reduzindo-se a 12,6% nas revistas.

⁸⁶ Em termos gerais, os países onde os historiadores consultaram maior número de fontes foram Espanha (7,8%), França (4,2%), Reino Unido (2,9%), Brasil (1,4%) e Itália (1,4%). Selecionando apenas os mais representativos, observou-se com clareza esse sobrepeso das teses face às revistas: 21% das fontes das teses e 6,3% nas das revistas foram colhidas em Espanha; 11,5% das teses e 3,3% das revistas em França; 9% das teses e 2,2% das revistas no Reino Unido; 6,5% das teses e 0,7% das revistas em Itália; 3% das teses e 1,2% das revistas no Brasil. Tanto no Estado Novo como na Democracia se registou uma maior utilização de fontes do estrangeiro nas teses do que nas revistas. Como conclusões a retirar sobre o uso de fontes existentes no exterior do País pode-se considerar que: os historiadores concentraram num número restrito de países o seu labor e que estes estão geograficamente próximos de Portugal e/ou mantêm fortes laços históricos; a propensão para recorrer a fontes do estrangeiro foi maior nas teses do que nas revistas; a consulta de fontes do estrangeiro foi significativamente mais elevada no Estado Novo do que durante a Democracia.

administrações regionais, nos arquivos privados e nos arquivos das autarquias locais subiu tanto nas teses como nas revistas, sendo que nestes últimos ocorreu de forma muito expressiva. Já as bibliotecas das autarquias locais sofreram uma ligeira quebra⁸⁷.

No que diz respeito às fontes não inseridas na categoria das arquivísticas e biblioteconómicas, durante o Estado Novo os historiadores tiveram um menor apetite por várias delas do que viriam a demonstrar no pós-25 de Abril. Nessa altura, acabariam por recorrer com maior frequência do que tinham feito anteriormente à bibliografia, às fontes impressas, à legislação, à imprensa, às estatísticas oficiais, às obras literárias e às sessões parlamentares. Porém, em relação a outras, o cenário foi o inverso. Na Democracia tiveram uma menor utilização do que Estado Novo as seguintes fontes: os instrumentos de descrição documental, a cartografia e as fontes fotográficas. Tanto num regime como noutro, na generalidade dos casos, os historiadores utilizaram maior número de fontes nas teses do que nas revistas⁸⁸.

⁸⁷ No que concerne aos tipos de instituições que custodiam as fontes arquivísticas e biblioteconómicas, também se registaram diferenças entre o seu uso nas teses e nas revistas nos dois regimes. Entre 1945 e 1996 os arquivos da Administração Central foram consultados em 72,9% das teses, mas, nas revistas, a percentagem desceu para apenas 25,3%. No Estado Novo a percentagem foi menor tanto nas teses (68,8%) como nas revistas (17,4%). Na Democracia assinalou-se um incremento do uso destes arquivos, citados em 73,2% das teses e em 27,7% das revistas. Entre 1945 e 1996, o contributo das bibliotecas nacionais para as teses cifrou-se nos 57,8% e para as revistas nos 10,8%. No Estado Novo foram usadas em 50% das teses e em 10,2% das revistas. Já na Democracia aumentaram para 58,5% nas teses e 11% nas revistas. Cenário quase idêntico ocorreu com os arquivos regionais/distritais e administrações regionais entre 1945 e 1996, com uma redução de 44,7% nas teses para 8,8% nas revistas. No Estado Novo alcançou 37,5% das teses, mas nas revistas reduziu-se a 5,5%. Incrementou-se o uso na Democracia, mas com percentagens muito afastadas, passando-se dos 45,4% das teses para 9,8% das revistas. Entre 1945 e 1996 os arquivos das autarquias locais foram mencionados em 10,7% dos estudos, com as teses a representarem 38,7% enquanto as revistas se restringiram a 7%. No Estado Novo assistiu-se a uma contração de 18,8% nas teses para 1,3% nas revistas. Na Democracia os arquivos das autarquias locais despertaram um interesse significativo dos historiadores, tendo-se as teses situado nos 40,4% e as revistas nos 8,7%. Entre 1945 e 1996 os arquivos privados foram referenciados em 36,2% teses e em 5,4% das revistas. No Estado Novo recorreu-se aos arquivos privados em 31,3% das teses, encolhendo essa percentagem nas revistas para 2,3%. Na Democracia os arquivos privados tiveram um uso mais elevado tanto nas teses (36,6%) como nas revistas (6,6%). Entre 1945 e 1996 as bibliotecas das autarquias locais foram muito mais consultadas na elaboração das teses (22,2%) do que nas revistas (2,3%). O mesmo aconteceu no Estado Novo, em que passou de 25% nas teses para 3,6% nas revistas, e na Democracia, em que desceu de 21,9% nas teses para uns insignificantes 1,9% nas revistas. Sintetizando a análise, pode-se concluir que o uso de fontes documentais das instituições atrás mencionadas foi mais expressivo na Democracia do que no Estado Novo e nas teses do que nas revistas. Esta realidade sugere uma melhoria global do estado dos arquivos, que eram sobretudo críticos para o suporte aos estudos tendentes à obtenção de graus académicos. A tendência para o uso dos arquivos nacionais e dos arquivos municipais, em detrimento de outras instituições, como as bibliotecas municipais, evidencia o apetrechamento gradual do País neste domínio.

⁸⁸ No que respeita às fontes não incluídas na categoria das arquivísticas e biblioteconómicas o quadro é relativamente similar. Ou seja, as teses assumiram-se como maiores consumidoras de fontes do que as revistas, havendo mesmo alguns casos em que o uso oscilou bastante. Entre 1945 e 1996, com exceção das fontes literárias, as teses recolheram sempre a preferência dos historiadores. Em termos de análise detalhada, sublinha-se que a bibliografia esteve presente em 100% das teses e em 88,9% das revistas entre 1945 e 1996. No Estado Novo e na Democracia foi usada na totalidade das teses mas, nas revistas, aumentou a utilização de 72,1% para 93,9%. Quanto às fontes impressas, foram referenciadas entre 1945 e 1996 em 95,5% das teses e em 76,4% das

Em forma de síntese, podem ser apresentadas algumas conclusões gerais, designadamente: que ocorreu um maior uso de fontes na Democracia do que no Estado Novo, com reflexo em praticamente todos os tipos de instituições custodiantes; que, percentualmente, houve uma menor propensão para a consulta de fontes no estrangeiro durante a Democracia do que no Estado Novo; e que o consumo de fontes foi sempre mais intensivo nas teses do que nas revistas, em ambos os regimes políticos. Deste modo, apesar da força das continuidades, detetam-se algumas alterações entre os dois períodos.

IV.2 Os historiadores e os arquivos: da crítica ao elogio.

Neste subcapítulo procura-se enquadrar o relacionamento entre os investigadores e os arquivos. Existiu, desde sempre, uma relação de interdependência entre estes dois universos. Porém, a partir do século XVIII, com o incremento gradual do número de historiadores, a relação intensificou-se e o setor dos arquivos acabou por ser condicionado num determinado sentido pelos historiadores. Os documentos, gerados no contexto das suas organizações produtoras, a cujas necessidades informacionais procuravam dar resposta, servindo para comprovar direitos e obrigações, foram paulatinamente afastados destas e remetidos para arquivos históricos especializados, como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e, a partir do século XX, para os arquivos distritais, entre outros.

revistas. No Estado Novo, foram apenas citadas em 81,3% das teses e em 76% das revistas, tendo subido na Democracia para 96,7% das teses e 76,5% das revistas. A legislação foi referenciada em 34,7% das teses e em 27,8% das revistas entre 1945 e 1996. No Estado Novo esses valores foram mais baixos, tanto nas teses (31,3%) como nas revistas (14,1%), do que na Democracia: 35% das teses e 31,9% nas revistas. A imprensa manteve a sua expressividade nas teses (32,2%) e nas revistas (23,1%) tanto entre 1945 e 1996 como no Estado Novo, em que foi referida em 25% teses e em 14,3% revistas, e na Democracia, quando os investigadores recorreram a ela em 32,8% das teses e em 25,7% das revistas. As estatísticas oficiais foram integradas em 14,6% das teses e em 12% das revistas entre 1945 e 1996. Mas no Estado Novo reduziram-se a 6,3% nas teses e a 3,9% nas revistas, tendo aumentado na Democracia para 15,3% nas teses e 14,4% nas revistas. Entre 1945 e 1996 as obras literárias foram usadas em 11,6% das teses e em 9,5% das revistas. Todavia, no Estado Novo pesaram mais nas revistas (7,6%) do que nas teses (6,3%). Na Democracia representaram 12% das teses e 10% das revistas. Entre 1945 e 1996 registou-se um decréscimo significativo na utilização dos instrumentos de descrição documental, que caíram de 13,1% das teses para apenas 2,4% das revistas. No Estado Novo a perda foi ainda mais drástica, com uma redução de 25% nas teses para 3,9% nas revistas. Na Democracia a queda foi menos pronunciada, passando de 12% nas teses para somente 1,9% nas revistas. Entre 1945 e 1996 as sessões parlamentares foram consultadas em 12,1% das teses e em 6% das revistas. No Estado Novo representaram apenas 6,3% das teses e unicamente 1,6% das revistas, enquanto na Democracia subiu para 12,6% nas teses e de 7,4% nas revistas. Já a cartografia esteve presente entre 1945 e 1996 em 12,1% das teses e em 1,9% das revistas. No Estado Novo foi referida em 12,5% das teses e em 1% das revistas, enquanto na Democracia foi usada em 12% das teses e em 2,2% das revistas. Por fim, entre 1945 e 1996 as fontes fotográficas tiveram uma presença substancial nas teses (7,5%) e muito residual nas revistas (0,3%). No Estado Novo foram amplamente usadas nas teses (18,8%) e ignoradas pelas revistas. Na Democracia o seu uso caiu nas teses (6,6%) e, nas revistas (0,4%), foi utilizada marginalmente.

A decisão de incorporar vastas quantidades de documentação em arquivos desta natureza teve por base o paradigma custodial historicista. Os historiadores influenciaram as políticas arquivísticas, levando o Estado a tomar medidas de proteção, tratamento e disponibilização do património arquivístico para que pudessem desenvolver os seus estudos históricos. Assim, o crescimento do número de historiadores e o interesse crescente pela História no nosso País promoveram a implementação de políticas arquivísticas que procuravam, sobretudo, satisfazer as suas necessidades. Não se rompia completamente com o passado, uma vez que havia organizações que continuavam a manter os seus próprios acervos, até porque os arquivos públicos especializados não conseguiam incorporar toda a documentação.

Os historiadores foram determinantes, em vários momentos, para a construção e execução das políticas arquivísticas. A satisfação das suas necessidades teve um impacto considerável nos arquivos. Por exemplo, após o 25 de Abril, o aumento exponencial do número de historiadores, com o notório contributo das mulheres, e o interesse avassalador pela Época Contemporânea, instigaram mudanças estruturais nos arquivos em Portugal. A publicação em 1985 do “Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea”, por iniciativa dos próprios historiadores, foi um sintoma de que os arquivos não estavam a dar resposta cabal às necessidades da investigação. De certo modo, constituiu também um sinal da torrente de transformações que o setor dos arquivos iria sofrer para poder corresponder ao modelo historicista prevalecente em Portugal.

Não foi por acaso que os principais organismos dos arquivos, como o Instituto Português dos Arquivos (1988-1992) e os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e seus sucedâneos, até 2005, foram dirigidos por historiadores provenientes das universidades. Do mesmo modo, com estas lideranças, coincidiu a construção de um novo edifício da Torre do Tombo e de alguns arquivos distritais, e a remodelação de outros, assim como a implementação do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). Desenvolveram-se também amplos trabalhos ao nível da inventariação de fundos arquivísticos, tanto nos existentes nos arquivos dependentes dos organismos nacionais acima referidos como nos dos municípios e nos das misericórdias. Ou seja, num período em que o setor dos arquivos não estava a ter capacidade para corresponder às exigências dos historiadores, estes tomaram as rédeas da política arquivística nacional e puseram em marcha uma nova visão e as medidas necessárias para a concretizar. Foi claramente um dos momentos mais fecundos para os arquivos em Portugal.

Os historiadores influenciaram o curso das políticas arquivísticas, mas os arquivos condicionaram, em muito, o trabalho dos historiadores. Este depende, essencialmente, da existência de documentação nos arquivos e do seu grau de acessibilidade. Os arquivistas são absolutamente decisivos nesse domínio, uma vez que é da sua responsabilidade promover as incorporações de documentação nos arquivos, bem como conservar, organizar, descrever e transferir para outros suportes os fundos e coleções. Em cada uma destas fases a sua intervenção constitui, efetivamente, uma interferência na forma como é realizada a intermediação da informação. Assim, se não existir documentação num arquivo, por não ter sido incorporada, ou porque se perdeu ou desapareceu, pelas mais variadas razões, os historiadores podem ver-se privados dela para as suas investigações.

Do mesmo modo, se os arquivistas ainda não conseguiram organizar a documentação e produzir instrumentos de descrição documental, ou se estes apresentam claras insuficiências, o acesso fica também comprometido, influenciando o desenvolvimento das investigações. Por fim, se as fontes não estão publicadas ou se os documentos estão apenas acessíveis nos suportes originais e não ocorreu ainda a transferência de suporte, os investigadores podem ver-se na impossibilidade de os consultar presencialmente, o que tem efeitos nefastos no resultado das suas investigações.

As interdependências e as influências exercidas entre o universo dos historiadores e o dos arquivos têm sido permanentes e profundas. Por isso, a partir de comentários dos autores, recolhidos nos quase dois milhares de estudos analisados para efeitos da presente tese, foi possível identificar problemas nos arquivos, mas também aspetos positivos no seu funcionamento. Para além dos comentários identificados poderão, naturalmente, existir outros. Contudo, a colheita resulta de análises balizadas que não implicaram, obviamente, uma leitura da totalidade das teses e dos artigos. Deve, portanto, entender-se a amostra de comentários como exemplificativa e não como representativa de toda a realidade.

IV.2.1 Críticas

Relativamente às críticas aos problemas, orientaram-se para as categorias que constituem geralmente os constrangimentos mais frequentes nos arquivos: falta ou dificuldades de acesso; insuficiências e/ou deficiências na descrição documental; falta de espaço; más condições das instalações; política de incorporações; inexistência ou escassez de documentação; perda de documentação por causas naturais, humanas ou negligência; problemas de arrumação; dificuldades de conservação da documentação.

Abaixo realiza-se uma análise mais aprofundada sobre cada um dos problemas identificados pelos historiadores como limitadores do desenvolvimento das duas investigações.

IV.2.1.1 Falta ou dificuldades de acesso

A falta de acesso à documentação ou a existência de barreiras ao acesso constituíram um problema efetivo para os investigadores, embora apenas tenha motivado comentários em 1,2% dos estudos entre 1945 e 1996. No contexto da realização das teses de doutoramento essa percentagem resumiu-se a 0,5%. Percentagem bastante mais reduzida do que a das revistas, em que ascendeu a 1,4%. Estes constrangimentos foram sobretudo expressos no período da Democracia. Aliás, entre 1945 e 1974 estas queixas circunscreveram-se às revistas, incidindo em apenas 0,8% dos estudos.

A inacessibilidade dos arquivos é um problema que afeta negativamente a capacidade de produzir estudos históricos. No período em análise a obtenção ou a confirmação de dados e informações pelos historiadores nem sempre foi possível devido a um conjunto de circunstâncias muito variado. Esta limitação conduziu certamente a equívocos, contradições, erros e imprecisões⁸⁹. Sem acesso às fontes os historiadores podem eventualmente cair no terreno da especulação e, desse modo, afastar-se da verdade histórica e aproximar-se da ficção. O que não é aceitável face aos cânones da profissão, que exige rigor na aplicação do conhecimento histórico, tendo o historiador noção de que, a qualquer momento, pode ser chamado a justificar com evidências documentais as suas afirmações (Nadel 1964:300; White 1984:2; Zagorin 2001:148).

Cabe aos arquivistas a missão de garantir o acesso. Mas nem sempre cumpriram este dever com rigor. Por essa razão, numa dessas ocasiões foram objeto de censura de um dos maiores vultos académicos e políticos do Estado Novo. Marcelo Caetano (1951), no estudo “As cortes de 1385”, registou o facto do “original em português” do documento que pretendia consultar estar “exposto no gabinete do Director” do ANTT. O acesso fora preterido pelo valor expositivo. Essa opção, sem recurso a uma alternativa que possibilitasse consulta aos leitores, nomeadamente, através de cópias, impediu o acesso durante um certo período e refletiu-se neste tipo de críticas. Aos olhos dos historiadores dos finais da década de 1950 a postura dos arquivos parece não ser sempre a de facilitadores do acesso à

⁸⁹ Maria Teresa Nobre Veloso (1980:219) refere que “a falta de acesso à documentação tem originado que se repitam sucessivamente vários erros”.

documentação⁹⁰. É-lhes mesmo apontada uma certa inércia e incapacidade em tratar e disponibilizar documentação essencial para o estudo da História nacional. Avançando algumas décadas podia esperar-se aperfeiçoamentos. Todavia, o cenário não tinha melhorado. Até parecia estar pior, uma vez que, face ao alargamento das temáticas estudadas e do número de investigações realizadas, a procura de arquivos se tinha tornado mais intensa e diversificada. A falta de acesso parecia colocar-se como um problema omnipresente e transversal a todos os tipos de arquivos e a todas as épocas que os historiadores pretendiam estudar⁹¹.

Efetivamente, são relatadas dificuldades de acesso mesmo nos anos 90, até em entidades que, estando no centro da decisão política, teriam maior facilidade em obter meios para ultrapassar estas limitações, como era o caso da Assembleia da República⁹². A desorganização e a falta de tratamento dos arquivos, referenciadas por vezes nos estudos por vários autores como documentação “por classificar”, serviram frequentemente de justificação para negar o acesso dos utilizadores aos arquivos⁹³. A estes problemas acresceram

⁹⁰ Maria Antonieta Flores Gonçalves (1959:310) cita Fortunato de Almeida quando este diz que “as actas (de Cortes) que existem e que constituem o mais vasto repositório de materiais para a história social do povo português, conservam-se inéditas, sepultadas nos armários dos arquivos e portanto de difícil consulta para os estudiosos”.

⁹¹ Fernando de Sousa (1979:55), no “Relatório dos arquivos a norte do Douro”, entre os múltiplos problemas identificados, chama também à coação “a falta de acesso aos fundos”. António Carreira (1983:55), no seu estudo sobre a Companhia de Pernambuco e Paraíba, deixa antever dificuldades de acesso quando refere que o acervo “por azar está distribuído por diferentes departamentos arquivísticos, embora o seu núcleo principal e fundamental se conserve no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças”. Miriam Halpern Pereira (1988:42) explicou que o facto de se ter privilegiado “a imprensa enquanto fonte” para o estudo do período contemporâneo, se devia, “em parte, às dificuldades arquivísticas relativas a esse período”. Ou seja, à falta de acesso aos arquivos. Manuel Ferreira Rodrigues (1990:162-163) reconhece que “o acesso e a utilização das fontes respeitantes à indústria, nos seus mais variados aspectos, são dificultados por razões de índole diversa”. Porém, sustenta o problema não se resume a estes, pois a inacessibilidade alarga-se aos “arquivos oficiais, públicos, empresariais e particulares”, sendo que “a situação está longe de ser exclusiva da época contemporânea”.

⁹² Francisco Ribeiro da Silva (1993:64) agradeceu ao Professor Victor de Sá “a gentileza de [lhe] ter obtido fotocópia [da] documentação numa altura em que no Arquivo da Assembleia da República isso era difícil”. António Manuel Hespanha (1991:9), em “A emergência da História”, lamenta acidamente que o “gosto alargado pela história não tenha impedido que o mais alto órgão de soberania – a Assembleia da República – trate de forma vergonhosa o seu espólio arquivístico”.

⁹³ Lúcia Maria Cardoso Rosas (1996:555) refere que “no arquivo da DGEMN de Lisboa” a informaram “que essa documentação não estava disponível para ser consultada por se encontrar por classificar”. O problema de acesso às fontes, cujo efeito negativo no trabalho dos historiadores é inegável, foi novamente abordado por João B. Serra (1987:67). Confrontado com o facto de, entre outra documentação, não estarem “à consulta elementos do processo eleitoral de 2 de Abril de 1908 no distrito de Leiria”, veio mais tarde a reconhecer “como factor limitativo da produção historiográfica sobre o passado recente a inacessibilidade, ou a duvidosa fiabilidade, de fontes”. Constatou, logo à partida, que “a maioria dos arquivos, enfim, permanecia desorganizada ou indisponível” (Serra 1991:22). Luís Espinha da Silveira (1991) revelou ter tido limitações em estudar “os indivíduos de escalão de rendimento intermédio” devido a “dificuldades que se prendem com as fontes”. Até porque, esclarece: “na realidade, não consegui localizar os cadernos de recenseamento dos elegíveis deputados de Lisboa”. Jaime Reis (1986:903) refere que “a escassez de elementos quantitativos referentes à actividade da economia” consistia uma “entre as várias dificuldades com que se defronta[va] o estudo da história económica

ainda as restrições legais e burocráticas, como fez notar Cristina Clímaco (1995), entre outros autores⁹⁴. No setor privado o acesso dependia da boa vontade dos proprietários, que nem sempre estavam dispostos a permitir a consulta⁹⁵. Depois, havia condicionantes que, ocasionalmente, dificultavam o acesso, como era a realização de obras⁹⁶.

Concluindo, a falta de acesso à documentação, enunciada genericamente pelos investigadores, justificou-se por vários motivos, tais como a não concessão de autorização para consulta ou as burocracias a ela associada, a inexistência ou escassez de documentação ou o seu estado de desorganização e a ausência ou insuficiência de instrumentos de descrição. A miríade de razões evocadas desembocou na noção efetiva da impossibilidade de os

portuguesa”. A situação melhorou no entretanto, mas persistiu “o problema do acesso a dados desta natureza, quer sob forma bruta, quer, ainda mais, evidentemente, sob forma tratada e em séries temporais contínuas e de longa duração”. O mesmo ocorreu com Cristina Clímaco (1995) ao estudar os emigrantes políticos portugueses em França. Apontou mesmo que “as razões da falta de interesse pelos exilados portugueses reside principalmente na dificuldade de acesso às fontes, devido à sua dispersão geográfica, à desorganização dos arquivos (sobretudo portugueses), à não-existência de inventários detalhados e à ausência de sensibilidade para o caso da emigração portuguesa por parte dos arquivistas”. Mas essas limitações não ficavam por aí. O acesso a arquivos fundamentais para a investigação, como o da PIDE e o Arquivo Salazar era “condicionado por dificuldades burocráticas capazes de desanimar o investigador mais persistente”. Desabafa até: “Não queremos comentar as dificuldades encontradas na consulta destes arquivos, mas importa constatar a diferença existente entre os arquivos portugueses e estrangeiros no que diz respeito à organização, inventariação e prazos de resposta a documentação sujeita a autorização!”. Por isso, sem acesso aos principais arquivos, tornava-se “necessário recorrer aos arquivos pessoais dos exilados, mas as famílias nem sempre estão abertas a este tipo de solicitação ou são os próprios historiadores que têm em seu poder documentos cedidos pelos familiares, mas que os guardam para serem publicados em projectos que têm desde há anos na gaveta, impedindo deste modo o avanço da investigação neste campo”.

⁹⁴ José Amado Mendes (1994:24) salientou, como um dos fatores perturbadores da investigação, “as restrições no acesso a certos arquivos – públicos e privados – com interesse para a história contemporânea, em especial do século XX”. César Oliveira (1990:83-84) também se queixou da falta de acesso, dizendo que “só há poucos meses foi publicada legislação sobre o acesso de investigadores aos Arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros faltando ainda realizar nestes Arquivos todo o trabalho de «desclassificação» de documentos – e permanecem ainda vedados à comunidade científica os Arquivos Oliveira Salazar”. Consequentemente, continuou, “corremos o risco, por falta de acesso a Arquivos essenciais de não abordar aspectos fundamentais e de tratar alguns temas de um modo pouco exaustivo”. Maria Filomena Mónica (1981:554) também assinalou que “é ainda hoje muito difícil, se não impossível, o acesso às fontes primárias mais importantes — o espólio da PIDE, do PCP, da CGT, e o material existente nos tribunais e arquivos do Exército”. Nuno Severiano Teixeira (1993:111) sublinha que a “documentação diplomática trocada durante as negociações”, então na posse do “arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros”, era “de consulta reservada”. Luís Nuno Rodrigues (1992:171), no seu estudo sobre a Legião Portuguesa, defende-se desde logo ao alertar para “o carácter provisório das conclusões apresentadas”, que tinha “de ser entendido levando em conta a impossibilidade de consulta do Arquivo da Legião Portuguesa”. Na revista *O Tempo e o Modo*, no artigo “História do partido revisionista português (Período 1943-1946)” (1976), refere-se claramente que “Não nos foi possível consultar a parte do relatório de Álvaro Cunhal sobre a frente antifascista”.

⁹⁵ Hélder Adegar Fonseca (1988:19) salientou que “teria todo o interesse caracterizar de forma mais concreta o tipo de rendimentos do senhorio” do Marquês de Sabugosa. Porém, lamentou-se que só o poderia “fazer consultando os arquivos privados”, o que não lhe foi possível.

⁹⁶ João B. Serra (1988), refere que “os mais importantes elementos para o estudo da actividade cerâmica de Bordalo” estavam “reunidos no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, em Lisboa”. Todavia, por estar “fechado ao público, por motivo de obras, durante o período de elaboração” daquele ensaio, não pôde “contar com o seu apoio, decerto precioso”.

historiadores consultarem os documentos de que necessitavam e deles retirarem as informações indispensáveis às suas investigações.

Como foi possível observar pelos comentários antes referidos, a falta de acesso à documentação constituiu um verdadeiro obstáculo ao trabalho dos historiadores, impedindo-os de alcançarem resultados firmes. Frequentemente, estes tiveram de socorrer-se de outros tipos de fontes ou de abordar os problemas com recurso a pistas que sinalizavam caminhos enevoados. Mas pouco mais que isso, uma vez que o acesso às fontes mais pertinentes lhes estava vedado. Na prática, os historiadores desenvolveram de forma tolhida o seu trabalho, testando os limites da História ao quererem construí-la a partir de um conjunto reduzido de fontes com as quais tentavam alumiar o passado. Com acesso restrito, tinham consciência de que corriam sérios riscos de chegarem a conclusões pouco sólidas. A sua persistência só daria mais resultados nas décadas de 1980 e 1990 com a melhoria das condições dos arquivos e com a abertura gradual dos arquivos referentes ao Estado Novo, designadamente, o Arquivo Salazar, o Arquivo da PIDE e o Arquivo da Legião Portuguesa.

IV.2.1.2 Insuficiências e/ou deficiências na descrição documental

Outro dos problemas identificados pelos historiadores prendeu-se com as insuficiências e/ou deficiências na descrição documental. A produção de instrumentos de descrição documental enquadra-se no domínio da difusão e tem como intuito permitir a recuperação e o acesso à documentação e informação. Os roteiros, guias, inventários, catálogos e índices produzidos visam facilitar o papel de intermediação que os arquivistas assumem em relação aos utilizadores (Couture 1998). Contudo, a elaboração destes instrumentos, tarefa que em geral consiste numa ocupação permanente e sistemática dos arquivistas, pode padecer de obstáculos que atrasam a concretização dos produtos ou que os tornam pouco úteis. Entre os mais comuns avolumam-se a escassez de recursos humanos especializados, o fraco domínio de conhecimentos técnicos em arquivística e a aplicação menos rigorosa das regras de descrição. Ao que acresce o aumento sucessivo da documentação acumulada nos arquivos. Como resultado, os investigadores deram conta, de forma repetida, das insuficiências e deficiências dos instrumentos de descrição, expondo desse modo as fragilidades do estado das políticas de descrição arquivística e do trabalho realizado pelos arquivistas.

Entre 1945 e 1996 registaram-se comentários relativos a esta questão em 2,6% dos estudos. Nas teses, essas queixas limitaram-se a 0,5%, mas nas revistas a percentagem

ascendeu a 2,8%. Entre 1945 e 1974 os investigadores apontaram apenas problemas em 2% dos estudos. O seu desconforto foi mais expressivo nas teses (6,3%) do que nas revistas (1,8%). Em geral, entre 1975 e 1996 houve mais queixas, uma vez que atingiram 2,7% dos estudos, pese embora limitadas às revistas (3,1%). Logo, este problema foi dos que mais suscitaram a atenção dos historiadores, como se pode avaliar pelos numerosos comentários que realizaram tanto nas teses como nos artigos de revistas.

As críticas dos historiadores incidiram sobre vários aspetos da descrição. Sublinharam a pouca qualidade dos índices⁹⁷, quando existiam, e relacionaram as dificuldades em pesquisar a documentação no ANTT por falta destes instrumentos⁹⁸. Azevedo chamou também à atenção para os problemas originados pelo uso de cotas antigas na descrição e na recuperação da documentação⁹⁹. Os autores visaram ainda a desorganização e a desarrumação dos fundos¹⁰⁰, bem como o facto de os trabalhos de descrição terem sido

⁹⁷ Virgínia Rau (1946:9), na sua tese de doutoramento, fez uso dos índices das chancelarias, das ordens religiosas e da Leitura Nova. Todavia, no que tocou à “coleção das Gavetas”, queixou-se de que lhe serviu “como índice bruxuleante de assuntos e de dados, mas mais por intuição do que por indicações explícitas”.

⁹⁸ Rui de Azevedo (1947:623), num artigo dedicado a Carl Erdmann, recuperou a introdução que este fez na obra “O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa”, onde refere que entre a “dificuldade na pesquisa das fontes com que depara o investigador no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” surgem “como causas imediatas dessas dificuldades a míngua de índices”. Aliás, uma das causas do problema residia no “facto de ainda se conservarem em arquivos provinciais os índices de origem de grande parte dos fundos que se deslocaram para Lisboa”.

⁹⁹ Rui de Azevedo (1947:8), recorrendo também a Erdmann e a José Manuel Severo Aureliano Basto, recorda a forma como se constituiu a “Coleção Especial”, avançando que, aquando dos trabalhos de tratamento documental, supunha basear-se nas cotas e rubricas dos documentos. Lamentavelmente, dizia, “essas cotas arquivísticas, lançadas na sucessão de séculos no reverso dos pergaminhos, afiguravam-se-nos em grande número de casos, ou sumamente confusas pela sua multiplicidade e dessemelhança, ou nitidamente incaracterísticas pela penúria de elementos”.

¹⁰⁰ São vários os autores que se deparam com arquivos desarrumados e desorganizados, fazendo brado dessa situação. Salvador Dias Arnaut (1977:343), ao traçar umas breves notas sobre os documentos do Mestre de Avis, concluiu que estes “não est[avam] ordenados cronologicamente”, aparecendo misturadas tipologias documentais muito diversas. Vitorino Magalhães Godinho (1978:3) insurgiu-se contra o espólio nacional “tanta vez desarrumado”. António Lopes Vieira (1980:59) constatou que “as fontes (em particular as governamentais) pouco ajudam à formação de uma ideia de conjunto, de tal maneira a sua organização e apresentação se revela defeituosa e confusa”. Fátima Bonifácio (1981), para elaborar o seu estudo sobre os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro de 1836, teve de submergir em documentação avulsa, ou seja, sem grande organização, do Arquivo Histórico do Ministério da Marinha. João B. Serra e Luís Salgado de Matos (1982) relataram que o Arquivo Histórico Militar “com algumas excepções, apenas está organizado até 1933”. João B. Serra (1991:111) refere também este caso, desabafando ainda que “a maioria dos arquivos, enfim, permanecia desorganizada ou indisponível”. Jorge Pedreira (1992:429), no estudo que elaborou sobre os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII, aludiu à documentação a que recorreu como sendo um “repositório de informação pouco tratada e mal arrumada”. Noutro estudo, relativo a Manuel C. Teixeira, Pedreira (1993:372-373), ao estudar os desenvolvimentos recentes da história urbana em Portugal, declarou: “o patrocínio da história local por parte dos municípios não é extensivo à manutenção dos arquivos municipais, que permanecem mal organizados”. Para além dos arquivos nacionais e das bibliotecas nacional e municipais, Maria Helena Dias (1994:61) afirmou com naturalidade que, embora se tenham perdido cartas no “incêndio de 1755, que destruiu o Armazém da Casa da Guiné e das Índias”, é possível que “existam algumas nos nossos desorganizados arquivos que venham a ser encontradas”. Cristina Clímaco (1995:171) teceu também duras críticas “à desorganização dos arquivos (sobretudo portugueses)”. José Marques (1996:205) lembra que a Coleção Cronológica “foi reorganizada, sem que tenha sido feita a respectiva correspondência de cotas arquivísticas”,

interrompidos ou tido efeitos perniciosos por alterarem a ordem original sem depois se conseguir garantir devidamente o acesso e a contextualização da documentação¹⁰¹. Porém, o que gerou abundantes críticas foi o estado de atraso do tratamento documental, a falta de instrumentos de descrição e, em certos casos, as suas insuficiências¹⁰².

pelo que a “única possibilidade que há de aceder aos documentos citados em obras publicadas antes desta (des)organização é através das datas”. Ou seja, o tratamento realizado, em vez de ter facilitado o acesso, acabou por dificultá-lo, sendo contraproducente.

¹⁰¹ David Justino (1981:33-35) realizou amplas pesquisas de dados em múltiplos arquivos do País. Num deles testemunha inclusivamente que “a riquíssima documentação existente neste arquivo foi objecto de uma primeira arrumação em 1975. O facto de posteriormente não se ter continuado o esforço então desenvolvido fez com que esse primeiro trabalho se viesse progressivamente a perder. Quando efectuámos a recolha dos dados deixámos todos os códices referentes a preços num único maço”. Francisco Bethencourt (1987:84), em relação ao arquivo da Inquisição, declarou que “a actividade do Santo Ofício neste período de declínio é pouco mais que vegetativo e não nos devemos iludir com o número esfuziante de processos que aparecem catalogados nos «rosários» da Torre do Tombo nas décadas de 1790 e 1800. Na esmagadora maioria dos casos trata-se de documentos mal classificados, numa amálgama de declarações de testemunhas, relatórios e apontamentos, que as conservadoras do ANTT, nomeadamente a Dra. Maria do Carmo Farinha, se esforçam actualmente por deslindar”. O percurso da documentação, e mesmo o tratamento documental a que foi sujeita, comprometeram gravemente o acesso, sendo indispensável voltar a empreender novos trabalhos com atenção redobrada. Maria José Mexia Bigotte Chorão (1987:93) reconhece que “por indevidamente classificada, muita documentação desta época é quase como se não existisse: alguns livros enviados, no século passado, pelo Ministério do Reino para a Torre do Tombo provêm efectivamente de outras Secretarias de Estado e o mesmo se diga de outros livros e maços do Conselho de Guerra”. Consequentemente, a ausência de uma boa descrição documental afigura-se crítica, barrando praticamente o acesso dos investigadores à investigação.

¹⁰² Em 1955 Maur Cocheril (1955:161) afirma que “il est regrettable qu’ on ne puisse utiliser, fause de classement, les dossiers des monastères conservés à la Torre do Tombo”. Manuel Nunes Dias (1962:154-155), no referente aos documentos sobre as companhias de colonização, enuncia uma longa série de arquivos em Portugal e no Brasil onde existem fontes inéditas. Aurélio Oliveira (1973:19) fez uma alusão indireta ao atraso no tratamento documental ao dizer que se guardam “pelos arquivos alguns desses escritos que ainda não viram a luz do dia, mas que importa conhecer em ordem a cotejá-los com outros”. Vitorino Magalhães Godinho (1978:3) lamenta-se pelo facto de muito do espólio se encontrar “não catalogado”. Anos mais tarde, a propósito do plano para o desenvolvimento da historiografia sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa, o autor indica ser necessário um “inventário das fontes de história dos descobrimentos e expansão” (Godinho 1988). Fernando de Sousa (1979:1), no relatório que produziu sobre os arquivos a norte do Douro, aponta também “a falta de inventariação” como um dos vários problemas existentes. Jaime Reis (1979; 1982), tanto no estudo sobre o proteccionismo cerealífero, como naquele sobre o progresso técnico nos latifúndios e noutro que elaborou em conjunto com Helder Adegar Fonseca (1987) sobre o capitalista da Regeneração José Maria Eugénio de Almeida, consultou vários arquivos públicos e privados, tais como o arquivo do Governo Civil de Évora, o arquivo da Associação Central da Agricultura Portuguesa, o arquivo Água de Peixes, o arquivo de José Maria Eugénio de Almeida e o arquivo de Sousa Fernandes. Deparou-se recorrentemente com documentação que apelida de “não classificada”, o que, na prática, significa que estava por tratar do ponto de vista arquivístico. José Amado Mendes (1980), no seu estudo sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX, usou documentação não inventariada do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), “relativa à Exposição de Londres de 1862”, insistindo que “neste como noutros casos, a documentação indicada sem referência não se encontra inventariada”. António Lopes Vieira (1980), ao consultar os arquivos das companhias de transportes da cidade de Lisboa nos finais do século XIX, deparou-se também com “documentação manuscrita e impressa, dispersa, sem qualquer classificação”. Maria de Fátima Brandão (1980) necessitou de consultar os processos de aforamento existentes no Arquivo Municipal de Vieira do Minho. Contudo, os documentos não estavam catalogados. Alguns anos depois, num estudo sobre a comunidade e as suas fontes históricas, refere que “algumas das listas encontram-se no Arquivo Municipal, mas muitas delas ainda estão na Biblioteca Municipal à espera da catalogação” (Brandão 1984:498). Ainda noutro artigo, datado de 1991, voltou a frisar que o livro de Lançamentos da Décima da Fazenda e Maneio do Concelho de Vieira, para o ano de 1811, não estava catalogado (Brandão 1991). António Carreira (1983:160), a propósito da “simples localização do relatório no Arquivo Histórico Ultramarino – agora dado à estampa”, lança “um apelo (que será em vão, estamos disso convencidos) a todas as instituições culturais e ou científicas no sentido

As críticas dirigiram-se a todos os tipos de arquivos, sendo os arquivos municipais os que aparentavam oferecer o pior cenário, não apenas porque permanecia por tratar muita da documentação neles recolhida, mas também por não existir um guia ou censo geral que

de darem o seu apoio à realização de um exaustivo levantamento dos ricos fundos (inéditos e quase ignorados) daquele Arquivo e de outros”. Elvira Mea (1984:135) queixou-se do facto de que “dos 10000 processos da Inquisição de Coimbra, só cerca de 5000 estão sumariados, sumários esses que tal como os das Inquisições de Lisboa e Évora não apresentam indicações suficientes para um manuseamento fácil segundo o nosso objectivo”. José Amado Mendes (1985; 1994:24) identifica que consultou documentação do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas ainda por inventariar e, ao analisar as principais tendências e metodologia da História Económica e Social nos últimos vinte anos, salientou “a deficiente organização de diversos arquivos – pelo menos numa primeira fase – e, bem assim, a frequente inexistência de catálogos ou guias” como um dos fatores que dificulta o trabalho dos investigadores. Maria Adelaide Miranda (1986:3) sinaliza mesmo que “existe um grave problema: não possuímos nenhum catálogo medieval que nos permita reconstruir o que terá sido o fundo primitivo” dos códices alcobacenses depositados na Biblioteca Nacional. Já Luís Espinha da Silveira (1987:508) desabafa: “Os historiadores que se dedicam ao estudo da economia dos séculos XVIII ou XIX costumam queixar-se da falta de dados numéricos. Pois bem, a respeito das finanças públicas números não faltam! Contudo, o seu tratamento é extremamente delicado. Talvez seja esta a razão por que a vasta documentação existente nos arquivos esteja ainda por explorar”. Jorge Pedreira (Pedreira 1988:68-69), num estudo relativo ao fabricante português Custódio Braga (1793-1832), vai ainda mais longe, sublinhando que “uma das razões que estará por detrás da escassez de estudos neste domínio, além das proverbiais dificuldades de enraizamento em Portugal da historiografia do social ou da sociologia histórica, é indubitavelmente o desconhecimento das fontes capazes de fornecer os dados necessários para responder aos problemas, uma vez estes definidos. Não será preciso evocar a sistemática delapidação do património histórico, designadamente dos corpos documentais das empresas, ou o confrangedor estado geral dos nossos arquivos, onde riquíssimos acervos jazem por catalogar, às vezes por inventariar, armazenados em condições deploráveis, deteriorando-se dia a dia: são factos de todos bem conhecidos”. Por sua vez, em relação à documentação da Inquisição, Robert Rowland (1990:154) refere que “em Portugal, como se sabe, apenas os processos do tribunal de Évora dispõem de uma catalogação adequada”. Quanto “ao tribunal de Lisboa, sem dúvida o mais importante, o investigador só tem por agora à sua disposição o conhecido «rosário» da Torre do Tombo, de onde faltam cerca de 600 processos, e que contém, em relação a cada processo, informações insuficientes e frequentemente inexactas”. Manuel Ferreira Rodrigues (1990:162-163), no seu estudo sobre a indústria cerâmica em Aveiro no final do século XIX e início do século XX, defende que a “inexistência, à escala nacional, de inventários de fontes para a época contemporânea, particularmente no que respeita à indústria, tem criado enormes dificuldades ao desenvolvimento dos estudos nesta área, para além de reflectir de uma forma clara o «prolongado desinteresse pelos séculos XIX e XX do meio historiográfico português, que perdurou até muito recentemente»”. Essa “ausência de inventários e roteiros” obriga os historiadores a, “de cada vez que se pretende proceder a uma investigação minimamente segura, começar por realizar inventários arquivísticos”. Sublinha ainda que os sumários não obedecerem a um critério único de redação, havendo uns mais descritivos do que outros, o que a obrigou a “passar a pente fino” todos os 5 mil processos sumariados, algo extremamente moroso. Quanto aos não sumariados, optou por não consultar sequer a maior parte. António Borges Coelho (1991:49) reconhece que, “com um universo de documentos sepultados, com colecções documentais esgotadas e raras, o investigador tem pois que mergulhar nas bibliotecas e arquivos”. Porém, “falta-lhe um Roteiro das Fontes de História Moderna como se fez para a História Contemporânea”. Adverte que “o caso porventura mais escandaloso prende-se com um arquivo particularmente voltado para a época moderna e nesta para a História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa”, ou seja, o “Arquivo Histórico Ultramarino (...) que não apresenta catalogação minimamente aceitável nem inventário de boa parte das espécies”. Manuel C. Teixeira (1993:372-373), ao estudar os desenvolvimentos recentes da história urbana em Portugal, refere que “para além dos arquivos nacionais e das bibliotecas nacional e municipais, os arquivos municipais constituem as principais fontes de informação primária para o estudo da história urbana. Infelizmente, não existe um guia geral destes arquivos e em muitos deles ainda se encontra um volume considerável de materiais por classificar. Esta situação é particularmente grave no que se refere à documentação cartográfica e iconográfica. Não existe nenhuma instituição encarregada da catalogação e estudo da cartografia que se encontra dispersa por bibliotecas, arquivos nacionais e municipais, museus e colecções particulares, sem qualquer index ou guia que permita a sua identificação”. Maria Antonieta Cruz (1996:497) revela que os livros de recenseamento eleitoral não estão catalogados. Lúcia Maria Cardoso Rosas (1996:555) dá nota de que o relatório que pretendia consultar se encontrava “guardado na delegação do M.O.P. do Porto”, mas que, por pertencer “a um arquivo por organizar e classificar não foi possível fotocopiá-lo”. Havia também sido informada pelo arquivo da DGEMN de Lisboa “que essa documentação não estava disponível para ser consultada por se encontrar por classificar”.

permitisse a realização de pesquisas com facilidade. Em geral, os historiadores deparavam-se com um estado endêmico de abandono dos arquivos e procuravam frequentemente ultrapassar as suas carências para poderem dar sequência aos seus projetos. Em certas situações, como referem, são eles os próprios a ter a iniciativa de tratar previamente a documentação antes de poderem avançar com as suas investigações.

Os investigadores estavam conscientes das potencialidades dos arquivos para a historiografia. Porém, o estado em que estes se encontravam gerou uma enxurrada de críticas sobre vários aspetos relacionados com a falta e a insuficiência dos instrumentos de descrição. Essas críticas tinham por objetivo evidenciar o atraso dos arquivos e as naturais implicações negativas para a investigação histórica. A pressão dos historiadores, efetuada de forma mais ou menos insistente, viria paulatinamente a ter repercussão positiva nas políticas arquivísticas, sobretudo ao nível da descrição documental.

IV.2.1.3 Política de incorporações

A aquisição de documentação pelos arquivos é determinante para garantir a riqueza e a diversidade das fontes. A origem dos documentos adquiridos pode ser muito variada. A legislação estipula quais as incorporações a efetuar pelos arquivos públicos. Estas têm determinado a incorporação com regularidade de acervos provenientes de organismos e serviços da Administração Pública e, amiúde, permitem as do setor privado. No século XIX, com a vitória do Liberalismo, e nos inícios do século XX, com a implantação da República, houve um amplo movimento legislativo que obrigou à recolha de documentação monástico-conventual, bem como dos registos paroquiais e dos acervos das câmaras eclesiásticas, entre outra de âmbito religioso. Em paralelo, encurtaram-se os prazos e reforçou-se a obrigatoriedade de os serviços e repartições do Estado (assim como dos cartórios notariais) remeterem a documentação mais antiga e os processos findos para os arquivos públicos.

A via custodial e patrimonialista preconizada na legislação enfrentou algumas dificuldades, que se refletiram em críticas espaçadas dos historiadores referentes à política de incorporações. Entre 1945 e 1996 surgiram comentários negativos em 0,4% dos estudos e ligeiramente mais nas revistas (0,5%). Já entre 1945 e 1974 a percentagem ascendeu a 0,8% dos estudos e, entre 1975 e 1996, reduziu-se a 0,3% do total e a 0,4% nas revistas. A redução do número de críticas após a Revolução de 1974 poderá estar relacionada com o reforço das incorporações realizadas depois desse momento.

As incorporações revestiam-se por vezes de uma certa complexidade, uma vez que implicavam a elaboração de listas, a disponibilização de meios de transporte e a articulação entre o detentor da documentação (que podia não ser o produtor) e os arquivos recetores. Salientam-se as críticas sobre as incorporações, que recaíram sobre vários aspetos. A este título, foi recordado o longo e atribulado processo de incorporação dos cartórios monástico-conventuais nos arquivos do Estado¹⁰³. Nestes casos, a incorporação de documentos em tempos bastante espaçados teve consequências na organização e na descrição dos fundos e coleções. Por arrastamento, afetou o acesso à documentação e, necessariamente, a qualidade da produção historiográfica. Veja-se o que ocorreu com a Coleção Especial da Torre do Tombo, atrás mencionada por Rui de Azevedo (1947:8) que, tendo aglutinado inicialmente os espólios monástico-conventuais, acabou mais tarde por ser desmembrada para dar lugar a descrições centradas em cada fundo. A incorporação obrigatória de determinado tipo de documentos também não era garantia da sua entrega efetiva¹⁰⁴. Havia, ainda, lacunas na legislação que deixavam de fora arquivos como os das empresas¹⁰⁵. Sublinha-se, de idêntica forma, o desinteresse demonstrado em Portugal tanto sobre os arquivos audiovisuais¹⁰⁶ como acerca da correspondência dos militares da Primeira Guerra Mundial. Em especial esta última quando comparado com o que ocorria em França¹⁰⁷. As organizações públicas, que legalmente estavam obrigadas a conservar a documentação e a incorporá-la num arquivo histórico, também demonstravam alguma dificuldade em cumprir a lei, como aconteceu

¹⁰³ Rui de Azevedo (1947:24), citando José Manoel Severo Aureliano Basto, a propósito dos conventos e mosteiros, menciona que “muitos dos livros e códices destes institutos religiosos só mais tarde ingressaram no Arquivo”, revelando assim disfunções nas políticas de incorporações.

¹⁰⁴ Miguel de Oliveira (1951:328) relatou o facto de um livro de um cartório ter escapado a um incêndio por não ter sido incorporado como devia, estando nas mãos de um particular. Neste caso, o incumprimento beneficiou os historiadores.

¹⁰⁵ Manuel Ferreira Rodrigues (1990:162) criticou a situação frágil em que os arquivos empresariais se encontravam. Entende que, sendo “conjuntos de extraordinária importância para o estudo da indústria, ou já não existem, ou correm um «risco de destruição muito mais elevado do que a documentação do Estado, [porque] nada obriga uma instituição privada a guardar a documentação antiga, que perdeu qualquer função para si, [pelo que] há que criar um ambiente propício à sua oferta ou venda aos arquivos». O Estado deixava arquivos importantes ao abandono, entregando-os à boa vontade dos seus detentores.

¹⁰⁶ José Machado Pais (1984:519) sugeriu que “seria interessante que instituições de ensino e/ou de investigação ligadas ao domínio das ciências sociais comessem desde já a constituir arquivos de opinião, iniciativa que poderia ser extensiva a outras instituições, como a própria RTP”. Esta era mais uma área sem cobertura na legislação.

¹⁰⁷ Rui Casção (1994:85-87) comparou a forma como Portugal e França geriram as cartas dos soldados da Primeira Guerra Mundial e os resultados gerados na historiografia de cada um dos países. Em tom de elogio, reage: “Claro está que para os franceses, que têm ao seu dispor, conservadas em instituições públicas (nos Invalides e nos Archives nationales), colecções de cartas escritas durante a I Guerra Mundial, se torna dispensável o recurso a material eventualmente publicitado em folhas jornalísticas. Além de mais, as Comissões de Controle Postal aproveitaram a correspondência censurada para a elaboração de relatórios destinados às altas hierarquias militares. Por outro lado, ainda, a historiografia francesa pode contar igualmente com a chamada “imprensa da frente de guerra”, já utilizada em trabalhos importantes, como sejam os de Stéphane Audoin-Rouzeau. Já no caso de Portugal, em que não existe nenhuma dessas coisas, a informação extraída dos jornais é preciosa, porque é eventualmente a única fonte sistemática disponível”.

Instituto Nacional de Propriedade Industrial¹⁰⁸. Para além de que, aquando das reestruturações de serviços públicos, os arquivos eram negligenciados e ficavam inacessíveis¹⁰⁹.

A política de incorporações foi abordada por diversos autores de forma crítica, pondo em evidência as falhas que lhes dificultaram o acesso à documentação de que necessitavam para as suas investigações. Os problemas apresentados foram bastante diversos, estendendo-se, designadamente, desde os arquivos do setor público, aos arquivos empresariais e aos arquivos pessoais. Em alguns casos o quadro legal previa já a recolha da documentação monástico-conventual e das instituições públicas, mas nem sempre se cumpriu devidamente a lei. No que tange ao setor privado permaneceu um certo vazio jurídico que desfavoreceu a proteção dos arquivos, contrariamente ao que sucedia noutros países. Como resultado, a maior parte dos arquivos incorporados eram de natureza pública, embora nem sempre se respeitasse a legislação. Os arquivos privados raramente foram recolhidos. Consequentemente, os historiadores puderam dispor de um manancial considerável de documentação, mas viram-se também privados de muita outra, de natureza pública e particular, o que constituiu certamente um obstáculo à produção de estudos.

IV.2.1.4 Inexistência ou escassez de documentação

A inexistência ou a escassez de documentação foi dos problemas mais verbalizados pelos historiadores. Entre 1945 e 1996 efetuaram comentários sobre esta questão em 2,2% do total dos estudos, correspondendo a 1% nas teses e a 2,4% nas revistas. Entre 1945 e 1974 os comentários ascenderam a 2,3% dos estudos, sobressaindo nas teses com 6,3%, mas baixando nas revistas para 2,2%. No período democrático (1975-1996) os comentários cifraram-se em 2,2% do total dos estudos, tendo-se restringido apenas às revistas (2,5%).

¹⁰⁸ João Paulo Avelãs Nunes (1994:190) dá conta da encruzilhada da documentação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial: “No final da década de setenta, perante a escassez de espaço e a situação de profunda degradação de determinados segmentos do “arquivo definitivo” do INPI, foi decidido que se procederia à microfilmagem dos registos de patentes e dos registos de marcas mais antigos (já ‘caducados’) e que se destruiria em seguida a documentação original. A legislação existente sobre os arquivos da administração pública dava total cobertura à decisão tomada, a qual só não foi concretizada devido ao cancelamento das verbas inicialmente destinadas à microfilmagem”. Neste caso, a não incorporação da documentação num arquivo histórico degenerou na falta de espaço, na degradação de documentação e na solução de a microfilmar para, *a posteriori*, a eliminar. O que só não foi concretizado por falta de orçamento.

¹⁰⁹ J. M. Bairrão Oleiro (1996:175) testemunha ter sido vítima de uma realidade que ocorre com frequência: “As transferências de arquivos ocasionadas pelas transformações de serviços públicos, nem sempre realizadas com os devidos cuidados, não me permitiram, no tempo de que dispunha para a entrega deste original, localizá-lo e relê-lo. Apenas posso fazer fê na memória, com esperança de que não me atraíoe”. Efetivamente, as reestruturações de serviços na Administração Pública sucedem-se sem que, frequentemente, se acautele a necessidade de assegurar o acesso à documentação a quem dele precisa, levando a situações como a relatada.

Este problema assumiu várias tonalidades. Podia praticamente não existir qualquer documentação, por ser rara¹¹⁰, ou apenas faltar num dado arquivo um tipo de documento comum a outros, o que levou os investigadores a inventariar documentação em vários arquivos, inclusive estrangeiros, para tentar localizar e completar o conhecimento das fontes¹¹¹. Era também comum não haver documentação em determinados fundos e coleções¹¹² ou relativa a arquivos particulares¹¹³ e a arquivos da imprensa¹¹⁴. A inexistência e a escassez de fontes atingiram, inclusivamente, documentos relativos às mais altas figuras do

¹¹⁰ Rui de Azevedo (1947) queixa-se da inexistência ou da escassez dos documentos sobre o século X. Armando Marques (1957:438) deu conta de que “não existe no Archivum Ordinis a carta em que o Provincial português dava conta ao Geral da morte de Toscano. Não aparece em Aa 48 e faltam os registos generalícios de quase todo o ano de 1582 e de parte do de 1583”. Isabel de Guimarães e Sá (1985:177) confirma que “infelizmente, a documentação disponível impossibilita-nos de conhecer a situação posterior a esta data (...) pois os dados disponíveis para a década de oitenta são insuficientes e pouco credíveis”. Francisco Ribeiro da Silva (1990:147) também põe a descoberto o mesmo problema, referindo: “De cada um desses impostos, houve registos próprios. Infelizmente, tanto quanto sabemos, não chegaram até nós senão os da Imposição e com bastantes lacunas”. Lúcia Maria Cardoso Rosas (1991:319), acerca da história do Mosteiro de Ganfei, lembrou que “não chegam os documentos do arquivo ao tempo da fundação”. Com Maria Eugénia Matos Fernandes (1993:255) ocorreu algo semelhante, mas em relação a outro mosteiro: “Para um melhor esclarecimento deste assunto não pudemos, infelizmente, comparar este livro com outro de receita e despesa do convento, pela simples razão de que se trata do único exemplar deste tipo que faz parte da documentação que resta do cartório do Mosteiro da Madre de Deus de Monchique”. Maria José Pimenta Ferro Tavares (1993:45) reforça que, “ao estudarmos o período medieval chocamos sempre com a escassez de fontes, uma vez que a maioria dos livros de chancelaria que chegaram até nós são cópias posteriores e a documentação concelhia, e até das casas religiosas, não é abundante”.

¹¹¹ Situação experienciada por Peter Russell (1951:456), quando diz que “nenhum diploma original se conserva, que saibamos, em qualquer arquivo peninsular”, embora existisse uma versão contemporânea no Arquivo Nacional de Paris. Hermann Kellenbenz (1960:125), no que concerne à história colonial, diz mesmo que a “conservação dos documentos portugueses é muito fragmentária”, razão pela qual é “preciso procurar possibilidades de completar as fontes portuguesas nos arquivos dos outros países”.

¹¹² Mário Alberto Nunes Costa (1964:166-167) refere que o cartório da Montaria-Mor do Reino “não chegou aos nossos dias completo, nem manteve a ordem primitiva”. António Nogueira Gonçalves (1974:351) refere que “a documentação dos túmulos é muito limitada”. António Joaquim Dias Dinis (1975:14-15) revela que, “infelizmente, a coeva chancelaria régia portuguesa e demais fundos do Arquivo Nacional, muito desfalcados, como é sabido, pouco nos ajudaram”. António Brásio (1981:309) também se depara com semelhante falha, “pois o fundo da Consistorial está bastante desfalcado”. Robert Rowland (1990:154) recordou também a inexistência de documentação nos arquivos da Inquisição. O flagelo da rarefação de documentos afetou épocas mais recentes, como Luís Nuno Rodrigues (1992:52) evidencia para o caso do Município das Caldas da Rainha: “Note-se, contudo, a ausência de dados, por insuficiência documental, para as décadas de 1790-1810, no que respeita à despesa, e 1800-1810, no que respeita à receita”. Rui Santos (1993) relata também a existência de “variações e lacunas segundo o estado das séries documentais”.

¹¹³ Harold Livermore (1964) perfilha que “a falta de documentos sobre pessoas particulares em Portugal torna a sua pista difícil de seguir”. Maria Filomena Mónica (1982), ao se debruçar sobre os metalúrgicos, revela que tentou “descobrir listas salariais dos antigos operários da Vulcano e Collares na Cometna”. Infelizmente, estas já não existiam. José Manuel Sobral (1990:357), para além de informar que a maior parte da documentação da misericórdia que estudou se encontra na “casa de um particular”, atesta que as “fontes apresentam lacunas, nomeadamente as referentes às actividades económicas e de assistência”. Rui Cascão (1994:85-87) salienta a inexistência da correspondência dos militares portugueses que combateram na Primeira Grande Guerra.

¹¹⁴ Ana Mouta Faria (1987:308-309) frisa que, entre 8 de agosto de 1789 e 9 de julho de 1790, não existem registos da imprensa periódica portuguesa. Maria Filomena Mónica (1982) consultou periódicos clandestinos, que lhe foram “facultados pelo Dr. J. Pacheco Pereira” por não se encontrarem na Biblioteca Nacional.

Estado¹¹⁵. Em algumas circunstâncias a inexistência não era dada como certa, podendo apenas não ter sido possível a localização da documentação¹¹⁶. A inexistência ou a escassez de documentação foi um fator impeditivo ou perturbador das investigações para os autores,

¹¹⁵ Maria Filomena Mónica (1994:143) deixa este testemunho elucidativo acerca da situação pouco abonatória da documentação que permitiria estudar o rei D. Luís: “Infelizmente, sabemos muito pouco sobre a personalidade do rei. As fontes primárias — cartas, diários, apontamentos — não abundam e as secundárias são inexistentes. Por ora é impossível avaliar o papel que o temperamento de D. Luís — um filho segundo que sucedera a um rei altamente intervencionista — terá desempenhado nestas reformas políticas”.

¹¹⁶ José Pacheco Pereira (1980a:135) enfrentou dificuldades ao estudar as lutas sociais dos trabalhadores alentejanos devido às “conhecidas insuficiências documentais, em particular estatísticas”. Ao perscrutar a história do Partido Comunista Português deparou-se com a “ausência da preservação dos arquivos partidários e [a] quase inexistência de relatos autobiográficos de membros do Partido” (Pereira 1980b:695-696). José Tengarrinha (1981) atravessou o mesmo terreno pedregoso, testemunhando: “A maior dificuldade que à partida enfrentámos resultou de serem muitíssimo escassos os dados fornecidos pelas estatísticas oficiais. Aparecendo com grande atraso e muito incompletas em comparação com as de países como a Grã-Bretanha e a França, os documentos oficiais portugueses só têm uma primeira alusão a greves de 1901, sendo a primeira estatística, muito incompleta, referente a 1903”. Kathleen Schwartzmann (1982:743) apresenta com bastante clareza o dilema enfrentado pelos historiadores, sujeitos a laborar sem disporem de dados suficientes e adequados para chegarem a conclusões seguras: “A discussão conceptual que se segue tenta entrar em linha de conta com esta lamentável situação de escassez de dados. Situação que, aliás, coloca o historiador entre dois pólos — um de aceitação cega e outro de desculpa. Assim, se, por um lado, somos tentados a descarregar as culpas das nossas insuficiências teóricas e conceptuais sobre a inadequação dos dados, somos, por outro, tentados a utilizá-los, atribuindo-lhes uma validade total, confiança e perfeição. Os dados estão, de facto, eivados de falhas — a pior das quais é a sua escassez. O que até nós chegou como «estatísticas» ou «amostras» representa o cume de uma pirâmide cuja base assenta naquelas actividades económicas em relação às quais se não conservaram arquivos. Restam-nos umas quantas empresas que, por necessidade e capacidade, conseguiram organizar os seus arquivos, alguns dos quais se encontram publicados. O Diário do Governo é uma das fontes onde se podem encontrar os relatórios de contas anuais de algumas empresas. E, como comentário final sobre a qualidade dos dados, anote-se a significativa observação feita por Armando Castro: As dificuldades de realização do trabalho tornaram-se, entretanto, particularmente nítidas quanto ao estudo da época compreendida entre 1900 e 1925, visto termos verificado que, ao contrário do que uma impressão apressada poderia dar a entender, as fontes de informação acerca da vida económica nacional nesses cinco lustros são muito mais escassas e fragmentárias” pelo que “os dados apresentados neste trabalho foram escolhidos por abrangerem aquilo que a autora considera serem os pontos focais da produção capitalista — a produção para obtenção de lucros e a formação de capital para o desenvolvimento”. Aurélio Oliveira (1985:114-115) acrescenta que as “próprias fontes são por vezes avaras e pouco mais permitem a colecta de dados dispersos”. Cita Oliveira Marques por este referir “que antes do século XVI os nossos arquivos nada possuem sobre registos de compras e vendas efectuadas pelas instituições eclesiásticas ou para os mercados públicos. Apenas se conhecendo um livro de contabilidade respeitante ao Mosteiro de Alcobaça para o período de 1436-1441. Mais recentemente foi revelado um outro mais antigo para a Sé de Évora”. Pedro Tavares de Almeida (1985:114) comenta que, “para as restantes eleições, e exceptuando uma ou outra informação pontual, não foi até ao momento encontrada no Arquivo a documentação referente à capital”. Naturalmente que a escassez de fontes afeta os períodos mais recuados. António de Oliveira (1992:225) dá nota de que no arquivo municipal de Ponte de Lima “falta (pelo menos não apareceu, no momento), o livro das vereações de 1628 a 1631”. A. H. Oliveira Marques (1992:28) confirma isso mesmo no respeitante ao período medieval: “faltam-nos quase por completo as fontes providas da cidade propriamente dita. Só se conhecem actas de vereações para quatro cidades — Porto, Loulé, Montemor-o-Novo e Vila do Conde — e com enormes lacunas temporais. Muitos outros textos urbanos desapareceram igualmente: documentos de contabilidade, arquivos judiciais, registos de tabelionato, róis de habitantes ou de contribuintes, listas de besteiros, posturas, etc.”. Reconhece desse modo que “nestes termos, para estudar qualquer cidade do Portugal medievo, é preciso, antes de mais, verificar o que nos dizem as chancelarias régias a seu respeito e estabelecer o rol dos seus mosteiros e conventos para ver se nos deixaram arquivos de algum significado. Em caso negativo, são limitadas as possibilidades de reconstituir a sua história. É o que acontece com várias cidades do Alentejo e do Algarve, regiões onde o número de institutos religiosos foi sempre menor do que no Centro ou no Norte de Portugal”.

que reconheciam as dificuldades em chegar a conclusões firmes por falta de dados¹¹⁷, o que levou a apelos, como o da revista *O Tempo e o Modo*, para que os leitores fizessem chegar fontes à redação para os historiadores disporem de mais material de investigação¹¹⁸.

Em jeito de conclusão, pode-se considerar que a escassez ou a inexistência de fontes constituiu um forte obstáculo ao desempenho dos historiadores. Raramente ou quase nunca se depararam com um quadro completo, recorrendo às fontes como base para a criação dos cenários que apresentaram aos seus leitores (Ankersmit 1990:278; 291). Apesar das limitações, tentaram recorrer a metodologias criativas. Inclusivamente, socorreram-se da dedução para reconstruírem a realidade histórica e se embrenharem nas suas problemáticas. A História não é uma ciência exata e os historiadores conhecem as suas limitações, pelo que evitam geralmente aventurar-se pela especulação quando são confrontados com a carência de fontes. O uso de ferramentas como a dedução e a linguagem literária fez sempre parte dos limites do método histórico.

IV.2.1.5 Perda de documentação por causas naturais, humanas ou negligência

As falhas de informação fundam-se não apenas na inexistência ou escassez de documentos, mas também na perda de documentação por causas naturais e humanas ou por negligência. A ocorrência de incêndios, inundações, roubos, vandalismo, pilhagens e ataques afeta a integridade e o estado de conservação dos arquivos. Nos estudos analisados, os historiadores registaram perdas relacionadas com algumas destas situações. Entre 1945 e

¹¹⁷ Nuno Gonçalo Monteiro (1992:281; 363), assume inclusivamente que “os valores para alguns anos tiveram de ser deduzidos”. Jorge Fernandes Alves (1993:275) admite: “Não existindo no Arquivo do Governo Civil do Porto os «processos» que serviam de base à concessão do passaporte para os anos em estudo, não nos é possível ir mais longe”. Mário Barroca (1994:432) dá continuidade ao rol de queixas sobre as falhas na documentação monástico-conventual: “Infelizmente a documentação medieval para a Santa Maria das Júnias é muito escassa, dificultando a compreensão dos principais momentos da sua vida medieval”. Verificou, assim, que “prolongados hiatos na documentação ficaram a assinalar quase todo o percurso medieval desta instituição monástica”. Cristina Almeida e Cunha (1995:115) explica que “dada a escassez de documentos, acrescida da exiguidade de informação que encerra cada diploma, não nos é possível adiantar uma hipótese conclusiva”. Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Duarte (1996:212-213) reconheceram que “tais fontes são escassas” e que “os arquivos da administração central-local não curaram da memória contabilística”. Colocam a hipótese de que o fizeram “talvez porque os actos se repetissem em cadeia”. Porém, no caso de Albufeira assumem que apenas se dispõe “de um “caderno dos privilegiados” e que, no caso de Alportel, do “caderno 8.º do povo”. Inês Amorim (1996:420) também foi obrigada a reconhecer que “as conclusões estão aquém dos objectivos propostos, em grande parte devido ao carácter disperso e lacunar das fontes”. Já Margarida Lalanda (1996:23), relativamente aos Açores, vai mais longe ao reconhecer que “a inexistência de Livros de Vereações empobrece irremediavelmente o conhecimento” da história do concelho do Nordeste, na ilha de São Miguel.

¹¹⁸ No número 108 da revista *O Tempo e o Modo* publicou-se uma nota a justificar porque não saiu a segunda parte do artigo e fez-se até o seguinte apelo: “A história para ser escrita precisa de documentos, testemunhos, etc. As fontes do TM são relativamente escassas, daí que se apele para os leitores e amigos do TM que tenham material sobre o Partido Revisionista Português, nomeadamente depois de 1929, no-lo enviem por correio ou por qualquer outro meio” (S.A. 1974:24).

1996 os comentários sobre esta temática totalizaram 2,7% dos estudos, tendo-se restringido às revistas, onde atingiram os 3,1%. No Estado Novo (1945-1974) situaram-se nos 3% do total dos estudos, sendo que nas revistas representaram 3,1%. Já na Democracia (1975-1996) recuaram para os 2,7% do total dos estudos, correspondendo a 3% nas revistas.

O descaminho¹¹⁹ e o extravio¹²⁰ de documentos foram duas das razões apontadas para a perda de documentos. Os incêndios também eram relativamente comuns¹²¹. O vandalismo e a negligência são citados¹²². E os terremotos, sobretudo o de 1755,

¹¹⁹ Avelino de Jesus da Costa (1947) lembra que, “entre os papéis que, no Porto, estavam juntos com os documentos de Guimarães, encontrava-se um apontamento, cujo paradeiro agora ignoramos, em que se dizia que, tendo constado que ia ser extinta a Colegiada de Guimarães, um cônego retirara do seu arquivo alguns documentos, e perguntava que destino lhes havia de dar. Tratava-se, portanto, de urna consulta, cuja resposta desconhecemos, sendo apenas certo que os documentos não voltaram para esse arquivo”. Charles Ralph Boxer (1959:290) afirma que algumas folhas do original de Cadornega foram “sem dúvida há mais de um século roubadas ao tomo que falta na biblioteca da Academia das Ciências”. Gaspar Martins Pereira (1988:283) deu conhecimento de que “os livros de registo paroquial correspondentes a estas lacunas foram roubados da Igreja em 24.11.1864”.

¹²⁰ Rui Cascão (1980:135; 155) reconhece que “a tarefa de reconstituição do movimento do porto da Figueira da Foz tornou-se assaz ingrata, dado o extravio de uma parte considerável das fontes primárias indispensáveis ao seu estudo”. Aurélio Oliveira (1995:371) assume que o códice com os apontamentos biográficos do desembargador Inácio José Peixoto, que está incompleto, foi “seguramente extraviado e perdido o restante texto”.

¹²¹ Carlos da Silva Tarouca (1947:594) fala-nos do “incêndio que na noite de 1 de Novembro de 1755 destruiu o Palácio Bragança em Lisboa, e com ele também o Arquivo da Casa” de Bragança. Como consequência, “pereceram todos os «papéis pessoais» da família”. Franz Paul de Almeida Langhans (1949:351) refere “que não [encontrou] indícios do empreendimento dos Vinte e Quatro de 1688, entre os papéis da Casa que lograram chegar até nós. Talvez o incêndio que se seguiu ao terremoto de 1755 tivesse consumido para todo o sempre qualquer vestígio, quando destruiu o Arquivo daquela Casa”. Miguel de Oliveira (1951:317; 322) dá conta de que foi “perdida a maior parte dos documentos no incêndio do Seminário de Viseu em 1841”, tornando-se “hoje impossível averiguar muitos pormenores”. Cita também um escrito de “Fr. António Brandão e datado de 11 de Setembro de 1721”, no qual se “informa que o cartório de S. Cristóvão já havia sofrido dois incêndios”. Mário Alberto Nunes Costa (1960:331) menciona que “o núcleo que o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas possui encontra-se reduzido a 13 volumes, numa extensão de 46,8 cm., nele não figurando também as petições e bilhetes de visitas que sabemos se salvaram por ocasião do incêndio de 1821 e cujo destino se desconhece”. Já Victor de Sá (1986:199) recorda o seguinte episódio: “Quando na madrugada de sábado de 20 de Abril de 1974 foram solicitados socorros para acudir ao incêndio que lavrava insubmisso no edifício da Faculdade de Ciências, onde se encontrava também instalada a Reitoria, a Secretaria Geral e o Arquivo da Universidade do Porto, já não era possível evitar a perda total do Arquivo instalado no 2.º andar”. Maria Fernanda Alegria e Maria Helena Dias (1994:61) indicam que “no incêndio de 1755, que destruiu o Armazém da Casa da Guiné e das Índias, perderam-se muitas cartas”. Paulo Guimarães (1994:550) explica que “a data de início da série explica-se pelo incêndio que destruiu os Paços do Concelho [de Setúbal] na noite de 4 para 5 de Outubro”. José M. Azevedo e Silva (1996:467-469) também menciona que “as fontes para o estudo do movimento marítimo e comercial da Rota do Cabo foram irremediavelmente mutiladas pelo incêndio que devastou a Casa da Índia, na altura do terremoto de 1755”.

¹²² Bernardo Vasconcelos e Sousa, Fernando Vieira e Silva e Nuno Monteiro (1982:91) dão o exemplo do “Livro das Despesas do Prioste da Sé de Évora”, que “é um dos mais antigos registos contabilísticos em Portugal, já que a prática de neles se utilizar o papel deve ter levado à deterioração da grande maioria. No caso vertente, estamos perante um exemplar escapado à voragem do tempo”. Maria José Azevedo Santos (1991:156-157) diz-nos que “il est connu que la plupart des fragments conservés dans les Archives et Bibliothèques européennes, et particulièrement au Portugal, proviennent de la destruction délibérée des manuscrits, liturgiques et musicaux dans leur majorité. L’homme, à toutes les époques, par manque de connaissances, idéologie politique ou confession religieuse, ou simplement par négligence et désintérêt, a réduit des centaines et des centaines de manuscrits à l’état de feuilles volantes, sinon de pettis fragments”.

frequentemente referidos¹²³. As pilhagens ocasionadas pelos conflitos militares e políticos também¹²⁴. Mas houve documentos simplesmente perdidos ou destruídos, não se percebendo por vezes em que contexto¹²⁵, e outros que foram supostamente afetados por

¹²³ Fernando Félix Lopes (1955:291) recorda que os arquivos da Província da Arrábida foram “perdidos depois no terremoto de 1755”. Rui de Azevedo (1957:359) atribuiu culpas ao terremoto de 1755 pela “perda dos arquivos da Sé de Lisboa”. António Manuel Hespanha (1980:236) diz-nos que o fundo do Desembargo do Paço, que se encontra no ANTT, está “muito destruído no período anterior ao terremoto. O mesmo se diga dos fundos notariais existentes, em geral nos arquivos distritais”.

¹²⁴ Rui de Azevedo (1949:322) aborda a questão “da perda ou mutilação de bastantes fundos” monástico-conventuais, assim como a destruição completa do arquivo da Ordem de Malta em 1662 pelos espanhóis. Eugénio dos Santos (1971:131) defende que “as invasões francesas foram [um] verdadeiro flagelo para o Oratório portugueses”. Na revista *O Tempo e o Modo* (1975), num artigo sobre as revoltas camponesas da Maria da Fonte, refere-se o seguinte: «e aí assaltavam as repartições públicas, destruíam o mobiliário, queimavam os arquivos para que desaparecessem as malditas papeletas da roubalheira», acrescentando-se que «lam queimar todos os papéis da administração do concelho e os impressos da décima. Depois de efectuada a incineração quiseram ir aos cartórios dos escrivães de Direito fazer o mesmo, mas pessoas cordatas da vila dissuadiram-nos disso...».

¹²⁵ Luís Ferrand de Almeida (1959:306) adianta que o arquivo da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi “destruído em 1756”. Eduardo Brazão (1976:52) regista que nada se sabe da “gerência” de José Gonçalves, que sucedeu a seu pai na Escrevaninha da Puridade, “por se terem perdido os livros da Chancelaria desse Período”. Vitorino Magalhães Godinho (1978:3) queixa-se de que “os nossos velhos papéis são queimados ou deitados para o lixo”. Fernando de Sousa (1979) sublinha as perdas de documentação e, em relação aos arquivos do Norte, aponta as deficientes condições de conservação dos documentos. Luís Reis Torgal (1980:280) confirma que, “na verdade, temos indicações concretas de que muitos documentos foram destruídos ou «aspados», mesmo por ordem dos próprios governos saídos da Vilafrancada. Talvez por isso, apenas para dar um exemplo, não encontrámos no Arquivo da Universidade de Coimbra a documentação do Foro Académico referente ao período vintista, que nos daria, provavelmente, informações sobre as possíveis posições contra-revolucionárias de alguns lentes e estudantes”. Maria Helena Carvalho dos Santos (1983:961), acerca da migração portuguesa para a Califórnia, refere “não existem estatísticas fiéis e houve documentos que se perderam. Nem consulados, nem governos civis, nem registos americanos podem responder completamente às perguntas sobre todos os portugueses emigrantes legalizados e muito menos sobre clandestinos”. Maria Antónia Lopes (1984:131), em relação aos livros dos expostos da vila de Mêda, sugere que “provavelmente existiram outros livros, hoje desaparecidos”. José Geraudes Freire (1985:126) explica que “o facto de a documentação, para cada uma delas, aparecer em épocas distintas, desde o século IX ao século XIII, não se deve à sua não existência, mas antes à perda de documentação ou à falta do seu estudo”. Fernando Marques da Costa (1986:717) regista o facto de Batalha Reis ter queimado a maior parte das cartas da esposa. Maria Adelaide Miranda (1986:3) queixa-se que “existe um grave problema: não possuímos nenhum catálogo medieval que nos permita reconstruir o que terá sido o fundo primitivo”, acrescentando que “na Biblioteca Nacional, Aires do Nascimento constata que nos anos 40, desapareceram 2 códices”. Jorge Pedreira (1988:69) afirma que “não será preciso evocar a sistemática delapidação do património histórico, designadamente dos corpos documentais das empresas, ou o confrangedor estado geral dos nossos arquivos, onde riquíssimos acervos jazem por catalogar, às vezes por inventariar, armazenados em condições deploráveis, deteriorando-se dia a dia: são factos de todos bem conhecidos”. João Cabral da Silveira e Mariano Feio (1988:88) referem que “o mapa das sementeiras foi oferecido aos proprietários da Herdade da Pereira quando o «palácio», construído pelo lavrador Ramalho, foi vendido à companhia de seguros Mundial. Há testemunhos de que nesta ocasião foi destruída grande quantidade de documentos”. João B. Serra (1988:276) cita Julieta Ferrão por assinalar, “nos anos 30, a lamentável destruição dos arquivos documentais da Fábrica de Faianças”. José Pedro Paiva e Joaquim Carvalho (1989:30) verificaram que, “no que diz respeito à diocese de Coimbra, os livros de «devassa» e de «termos», conservados originalmente no auditório eclesiástico do bispado, constituem a esmagadora maioria da documentação conservada, enquanto que os «capítulos», que ficavam nas paróquias, se perderam quase na totalidade”. Manuel Ferreira Rodrigues (1990:162-163) alertou para o elevado risco de destruição da documentação das empresas privadas, embora não tenha apresentado casos concretos. José Tengarrinha (1993) também faz menção à nomeação, pela “portaria de 13-2-1815” do “bacharel António Duarte da Fonseca Lobo para visitador da província da Beira, onde tinha havido mais destruição de cartórios”. David Higgs (1993:17) reporta que “passaram já quase dois séculos desde a destruição, em 1812, da maior parte do cartório da Inquisição na Índia Portuguesa”, acrescentando que “os documentos, tão viajados, deste cartório foram queimados em 1812, por decisão do governador português, receoso de que a sua existência pudesse prejudicar

vários problemas em simultâneo¹²⁶. As perdas de documentação deveram-se a uma grande diversidade de fatores humanos e naturais, bem como à negligência. Os efeitos foram verdadeiramente nefastos para o património, provocando danos irreversíveis que, não raras vezes, impossibilitaram a recuperação da informação e inviabilizaram a produção de conhecimento sobre determinadas realidades históricas.

IV.2.1.6 Problemas de arrumação

Um outro problema referido pelos historiadores foi o da desarrumação dos documentos. Aparentemente, trata-se de uma questão prática com baixo grau de relevância. Todavia, a falta de arrumação é um elemento deveras prejudicial aquando da recuperação dos documentos. Sem a indicação do local exato onde se encontram as fontes, os arquivistas e os investigadores perdem tempo a tentar alcançá-las e, não raras vezes, veem impossibilitado o acesso. Entre 1945 e 1996 a quantidade de comentários relativos aos problemas de arrumação dos documentos constituiu 0,6% do total dos estudos, surgindo apenas nas revistas, onde superou os 0,7%. No Estado Novo (1945-1974) as queixas reduziram-se a 0,3% da totalidade dos estudos e dos artigos publicados nas revistas. Na Democracia (1975-1996) aumentaram a percentagem para 0,7% no total e para 0,8% nas revistas.

A má arrumação ou desarrumação da documentação foi, justamente, considerada por múltiplos historiadores uma barreira no acesso à informação. Precisamente, no universo em analisado nesta tese, Rui de Azevedo (1947:24) surge logo como o primeiro a apontar “como causas imediatas [das] dificuldades” de acesso “a má arrumação dos cartórios eclesiásticos” incorporados no ANTT “depois da extinção das Ordens Religiosas”. A falta de arrumação

os interesses de Portugal”. Pedro Penteadó (1993:123) revela que “o antigo compromisso, existente já em 1616, desapareceu posteriormente”. Francisco Ribeiro da Silva (1994:204) adianta que, no que respeita à coleção de visitas de saúde, “para o período da Restauração perdeu-se toda a documentação, com excepção dos livros de 1657, 1658, 1659, 1660 e 1661”. Amélia Polónia (1995:272) sinaliza que os Livros das Ementas, do Núcleo Antigo do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, “comportam, todavia, um hiato temporal de 41 anos”. Francisco Ribeiro da Silva (1995:356; 359) afirma que “é verdade que muitos papéis importantes desapareceram, nomeadamente os referentes aos primeiros dois séculos de vida da instituição”. Fátima Sequeira Dias (1996:438) alerta que “apenas sobreviveram da empresa de Elias Bensaúde na ilha de São Miguel, um livro mestre, entre 1848 e 1867, e um copiadador de correspondência expedida, entre 1865 e 1867”.

¹²⁶ Nuno Luís Madureira (1996:107) dá nota que, “com excepção de uma única fábrica, todos os registos de contabilidade particular da indústria de lanifícios da Covilhã nos séculos XVIII e XIX se extraviaram, consumidos pelo fogo nos incêndios em que esta cidade foi fértil e cujas marcas são ainda hoje claramente visíveis na morfologia urbana, ou então pura e simplesmente deitados fora”.

foi também diagnosticada como um problema por outros historiadores¹²⁷. A dispersão da documentação, sem a indispensável arrumação, constituiu do mesmo modo uma limitação ao acesso¹²⁸. A não arrumação de documentos junto dos respetivos fundos e coleções pôs em causa, inclusivamente, a sua autenticidade e impediu a construção de uma imagem do conjunto documental afetando, por consequência, a reconstituição do contexto histórico¹²⁹. E, em certos casos, refere-se mesmo não haver informação sobre a localização da documentação a consultar¹³⁰. A inércia deu também o seu contributo para o estado de desarrumação dos arquivos: David Justino (1981:33) relatou uma situação em que a documentação de um dos arquivos que consultou “foi objecto de uma primeira arrumação em 1975” mas que “o facto de posteriormente não se ter continuado o esforço então desenvolvido fez com que esse primeiro trabalho se viesse progressivamente a perder”.

Os problemas relacionados com a arrumação da documentação tiveram maior incidência na Democracia do que no período do Estado Novo. A desarrumação, a má arrumação, a dispersão e a desorganização dos documentos tiveram impacto negativo na recuperação das fontes e nas investigações. Nuns casos estes problemas terão sido sintomas da falta crónica de pessoal nos arquivos, da falta de conhecimentos especializados e da sobrelotação e inadequação dos espaços e equipamentos. Noutros, resumiram-se ao desleixo e à inércia.

IV.2.1.7 Dificuldades de conservação da documentação

O estado de conservação interfere com o grau de acessibilidade aos documentos. Especialmente se o manuseamento colocar em risco a integridade das espécies e se a

¹²⁷ Vitorino Magalhães Godinho (1978:3) esboça um quadro bastante negro dos arquivos em Portugal, nos quais, afirma, só existe uma “pequena parte do nosso espólio, e tanta vez desarrumado”. João B. Serra (1991:111) vê como um obstáculo à produção historiográfica sobre o século XX o estado geral de desorganização dos arquivos, o que passava por vezes pela falta de arrumação. Jorge Pedreira (1992:429) menciona que o que consultou foi um “repositório de informação pouco tratada e mal arrumada”. Maria Fernanda Alegria e Maria Helena Dias (1994) sublinham também o estado de desorganização dos nossos arquivos.

¹²⁸ Já Salvador Dias Arnaut (1977:343) diz, em relação aos arquivos do Mestre de Avis, que os “documentos passados no mesmo lugar e data estão dispersos”.

¹²⁹ Maria Alexandra Lousada (1990:106) quis consultar uma representação que foi “elaborada entre o dia 25 de Abril e o dia 2 de Maio de 1828”. Contudo, por esta não estar “nos «Autos de Felicitações, Aclamações, Juramentos e outros», do Ministério do Reino existentes no A.N.T.T., (...) não foi possível garantir a sua autenticidade”. Já António Lopes Vieira (1990:59) constata que “as fontes (em particular as governamentais) pouco ajudam à formação de uma ideia de conjunto, de tal maneira a sua organização e apresentação se revela defeituosa e confusa”.

¹³⁰ Rui Grácio (1983:761), no seu estudo sobre o Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário durante o caetanismo, queixa-se de não ter conseguido “dispor de informação mais pormenorizada acerca dos congressistas” pelo facto de “não se saber dos arquivos em causa”.

legibilidade for afetada pela gravidade do estado de conservação. Logo, a avaliação do estado de conservação das espécies é um requisito prévio essencial à tomada de decisão de permitir (ou não) a consulta pública (e em que moldes).

Os autores dos estudos analisados nesta tese depararam-se com as limitações decorrentes das dificuldades inerentes à conservação da documentação, ou até mesmo a sua má preservação. E quiseram deixar registadas essas situações. Entre 1945 e 1996 os comentários sobre este problema tiveram baixa expressão, mas, ainda assim, representaram 0,5% do total dos estudos e das revistas. Na realidade, os autores só apresentaram queixas em relação a esta questão na Democracia (1975-1996), período durante o qual superaram os 0,6% do total dos estudos e os 0,7% dos artigos insertos em revistas.

O tipo de apreciação foi variado. Em função, sobretudo, do nível de conservação observado. Alguma documentação estava em mau estado ou, até, já perdida¹³¹. Salienta-se que o mau estado de outra teve influência na respetiva leitura¹³². Numa abordagem mais genérica, Miriam Halpern Pereira explicou que os documentos de arquivo sobrevivem num ambiente de enorme fragilidade¹³³. O que motivaria, ao longo dos anos, a atitude de defesa militante dos arquivos pela revista *Ler História*. Comportamento bastante incomum quando comparado com outros periódicos. Este tipo de comentários de âmbito mais geral alargou-se a outros autores, como Vitorino Magalhães Godinho (1978:3)¹³⁴ e Jorge Pedreira

¹³¹ António Brásio (1976:389) refere que em Luanda não encontrou os documentos que precisava “por os livros de registo desta época estarem em estado de absoluta perdição, apodrecidos pela humidade e pela corrução da tinta”. Maria Leonor Carvalhão Buescu (1982:16) assinala que consultou um “manuscrito deteriorado existente na BNL”. Francisco Ribeiro da Silva (1995:356), acerca de um documento do arquivo da Misericórdia da Feira, refere: “essa provável data acha-se isolada no início da folha 4, aliás muito gasta, de um caderno a que faltam os primeiros fólhos”. Maria do Rosário Morujão (1996:393) dá nota de que “no Arquivo da Universidade de Coimbra conservam-se os pergaminhos directamente respeitantes a Geraldo Peres, num núcleo não muito bem conservado que parece ter constituído como que um arquivo pessoal, guardado pelo próprio cônego, e que o destino manteve coeso até ao presente”.

¹³² Salvador Dias Arnaut (1977:343) menciona o “mau estado do original” que impediu a transcrição de certos documentos pelos antigos escrivães.

¹³³ Miriam Halpern Pereira (1983), no Editorial do primeiro número da revista *Ler História* esboça um retrato cru relativamente à conservação da documentação em Portugal: “Sem fontes não há História, eis uma asserção banal se não fosse escrita em Portugal, onde a conservação do património cultural constituído pela documentação escrita apenas tem interessado alguns curiosos. Os papéis não têm a imponência dos castelos ou das igrejas, não servem políticas de fachada. São discretos e frágeis, desaparecem ao sabor das mais ligeiras necessidades de recuperação de espaço ou de ocorrências como incêndios. E desaparecem para sempre: impossível recuperar um arquivo queimado, como se de um monumento se tratasse. A conservação neste domínio da documentação escrita quase se identifica com a prevenção do acidente, resultante duma imprevidência que se confunde com a incultura. Urge analisar a situação dos arquivos e das bibliotecas no nosso país: da sua melhoria depende o ritmo de desenvolvimento da investigação histórica. Gostaríamos, por isso, de incluir igualmente a colaboração de arquivistas e bibliotecários ou de historiadores acerca das fontes da história, a sua conservação e organização em arquivos”.

¹³⁴ Refere que o espólio nacional se encontrava muitas vezes “a ser consumido pelos vermes ou a consumir-se no desprezo”.

(1988:69)¹³⁵. No hemisfério oposto, António Manuel Hespanha (1991:9) foi direto ao apontar o dedo à “forma vergonhosa” como a Assembleia da República tratava “o seu espólio arquivístico”.

Embora pouco numerosos, os comentários sobre o estado de conservação dos arquivos revelaram uma realidade problemática, não apenas por ser transversal a boa parte do País, mas pelo enorme risco de conservação que a documentação corria em geral. A desvalorização dos arquivos, comparativamente com outros tipos de património cultural, sujeitou a documentação a uma situação de risco permanente de perda e destruição. E a utilização intensiva conduziu ao desgaste. Logo, algumas das análises tenderam para a generalização e até, em certa medida, para um certo catastrofismo.

IV.2.2 Elogios

Os historiadores podem ter dirigido críticas aos arquivos. Por vezes ferozes. Mas também sublinharam o que encontraram de positivo. Através dos seus comentários tem-se a possibilidade de acompanhar a evolução do processo de modernização dos arquivos, nas suas dimensões mais críticas. As que suscitaram mais reações foram: a descrição documental; a política de incorporações; a publicação de fontes; a transferência de suportes; as facilidades de acesso; a riqueza e/ou extensão dos arquivos; o estado de conservação dos arquivos; e, o estado das instalações.

IV.2.2.1 Facilidades de acesso

O acesso assumiu-se como um elemento central para os investigadores. Apesar de, durante o período em apreço, a legislação ter garantido a consulta pública de uma parte muito significativa da documentação detida por arquivos públicos, o acesso continuou a enfrentar uma série de constrangimentos. Que foram sendo ultrapassados pela elaboração gradual de instrumentos de descrição documental de boa qualidade e pela competência e solicitude dos responsáveis pelos arquivos. Nos arquivos privados o acesso continuou a ser complexo, uma vez que não estavam obrigados a assegurar a leitura pública, dependendo esta da sua exclusiva boa vontade.

¹³⁵ “Não será preciso evocar a sistemática delapidação do património histórico, designadamente dos corpos documentais das empresas, ou o confrangedor estado geral dos nossos arquivos, onde riquíssimos acervos jazem por catalogar, às vezes por inventariar, armazenados em condições deploráveis, deteriorando-se dia a dia: são factos de todos bem conhecidos”.

Tanto no que respeita aos arquivos públicos como aos privados, a quantidade de elogios e a forma como são realizados não são apenas motivados pela necessidade de ser agradecido ou por uma questão de cortesia. Denunciam algo mais profundo: a propensão para salientar o bom funcionamento de certos serviços ou a atuação de um ou de vários responsáveis desses arquivos, num contexto em que as dificuldades se sucedem e estão omnipresentes. Aliás, o acesso parece em múltiplas situações depender mais da iniciativa e da vontade individual, a qual permite ultrapassar as limitações existentes num quadro de penúria geral dos arquivos, como vários autores atrás referiram (Godinho 1978:3; Pereira 1983; Pedreira 1988:69). Desta forma, ao valorizar as exceções, o elogio pode, de certo modo e em determinadas circunstâncias, constituir uma forma de crítica indireta ao sistema. Mas nem sempre subjaz esta intenção.

Em termos estatísticos há a registar que, entre 1945 e 1996, os comentários referentes às facilidades de acesso ocuparam 2,4% da totalidade dos estudos. Nas teses restringiram-se a 1%, mas nas revistas destacaram-se, alcançando os 2,5%. No Estado Novo corresponderam a 2% do total, sendo que nas teses ascenderam a 6,3% e nas revistas representaram apenas 1,8% dos artigos, o que demonstra um maior grau de reconhecimento das facilidades pelos historiadores que se encontravam a preparar estudos de doutoramento. Na Democracia os comentários rondaram os 2,4% da totalidade dos estudos. Porém, nas teses limitaram-se a 0,5%, enquanto nas revistas tocaram os 2,7%. O que pode indiciar uma melhoria das condições de acesso à documentação, em especial em contexto de investigações de doutoramento.

Os comentários em concreto sobre as facilidades de acesso foram inúmeros. Em regra, tiveram como destinatários os responsáveis e técnicos das instituições detentoras da documentação, os proprietários de arquivos privados¹³⁶ ou investigadores que tinham em sua

¹³⁶ Jaime Reis (1979) manifesta a sua “gratidão à condessa de Vilalva por [lhe] facultar a consulta” do arquivo da família Eugénio de Almeida. Agradece “ao Prof. Raul Rosado Fernandes o acesso” que lhe facultou ao arquivo Sousa Fernandes, ao “conde Capo di Lista a autorização que [lhe] foi concedida para utilizar” os documentos da coleção Água de Peixes e Quinta de Santa Maria e “ao Sr. João Cabral da Silveira a possibilidade que [lhe] foi concedida” de compulsar o arquivo da família Silveira. João Freire (1981) faz referência a “D. Violeta Gonçalves Marques, filha de Hilário Marques”, por lhe ter também cedido “valiosas fotografias”. David L. Raby (1982:9) agradece o facto de ter conseguido consultar um documento relativo à candidatura de Humberto Delgado “por cortesia de D. Maria Humberta Delgado Lourenço”. Rui Grácio (1983:761) refere que consultou documentação sobre os congressistas “graças à generosidade de F. Cabral Pinto”. Álvaro Ferreira da Silva (1987:533) exprimiu a sua “gratidão ao senhor prior da paróquia de Oeiras, P.e Fernando Martins, pela autorização concedida para a consulta da documentação histórica paroquial”. Hélder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987) devem a possibilidade de utilizar o Arquivo de José Maria Eugénio de Almeida “à amabilidade da Sr.a D. Teresa Vilalva, cuja compreensão e interesse pela pesquisa foram inexecedíveis”. João B. Serra (1988:276) dirigiu um extenso agradecimento “a todos aqueles que, nas Caldas da Rainha, [o] auxiliaram na pesquisa, com materiais, informações e sugestões, designadamente o escultor António Vidigal (que [lhe] facultou um notável

posse documentos ou cópias dos mesmos ou que arranjaram forma de os facultar¹³⁷. Houve alguns de âmbito mais geral, não nomeando indivíduos¹³⁸, mas os personalizados foram os mais comuns, diferenciando-se entre os que indicavam o nome¹³⁹ e os que mantinham

acervo fotográfico), o Sr. Hermínio de Oliveira (de cuja livreria [fez] amiúde biblioteca), a administração das Faianças Artísticas Bordalo Pinheiro, designadamente o Sr. Vasco Luís Marques Simões (que pôs à [sua] disposição tudo o que esta fábrica pôde conservar do tempo da antiga Fábrica de Faianças de Caldas da Rainha)". Nuno Severiano Teixeira (1992) dá a indicação de que "o Arquivo, hoje em dia privado, pertence à família do Dr. Manuel Lourinho, à qual deixo aqui o meu agradecimento pela autorização de consulta do referido fundo arquivístico". José Pedro Barosa (1993:487) precisou também da boa vontade dos detentores de documentação empresarial: "Agradeço também ao Sr. José Maria Almarjão ter-me facultado o acesso a um conjunto de documentos sobre os Burnay e a indústria vidreira, ao Dr. Artur Santos Silva, presidente do conselho de administração, e ao eng. Mira Feyo, director central, terem-me facilitado o acesso ao arquivo histórico do Banco FONSECAS & Burnay e a Maximiano Pinheiro por me ter alertado para documentação existente no arquivo histórico do Banco de Portugal. Agradeço também à Joana Monteiro o auxílio precioso para encontrar muitas das fontes primárias referenciadas". Nuno Luís Madureira (1996) agradece ao atual proprietário da fábrica de lanifícios que estudou o acesso a este arquivo particular.

¹³⁷ Maria Filomena Mónica (1982:1253) agradece a José Pacheco Pereira o facto de lhe ter facultado "exemplares" de vários periódicos clandestinos que não existiam na Biblioteca Nacional. Enquanto David L. Raby (1984:692) consultou o Programa de Emergência do Governo Provisório (Agosto de 1944) do Conselho Nacional de Unidade Antifascista "por cortesia do Dr. José Magalhães Godinho". Fátima Patriarca (1991) agradece "a Maria Filomena Mónica a consulta" de documentos que serviram de base à sua investigação. Francisco Ribeiro da Silva (1993:64) agradece "publicamente ao [seu] colega e antigo Deputado, Senhor Professor Victor de Sá, a gentileza de [lhe] ter obtido fotocópia desta documentação numa altura em que no Arquivo da Assembleia da República isso era difícil". Armando Carvalho Homem (1993:359) agradece "muito penhoradamente aos Profs. Doutor A. H. de Oliveira MARQUES e Doutor Humberto Baquero MORENO a documentação e as informações que [lhe] facultaram, reportando-se às suas experiências pessoais, como docente e discente, respectivamente". Maria Manuela Lucas (1996:595), nas suas investigações em Cabo Verde, expressou o seu "agradecimento ao etnólogo caboverdiano e bom amigo Félix Monteiro que, na cidade do Mindelo, colocou ao [seu] dispor os elementos do seu arquivo pessoal relativos ao pintor retratista Simplicio de Sá".

¹³⁸ Jorge Borges de Macedo (1963) agradece a vários responsáveis de arquivos, bibliotecas e outras entidades onde consultou documentação.

¹³⁹ Torquato de Sousa Soares (1949:XIX) faz questão de agradecer "ao Sr. Coronel Mário Cardoso, ilustre Presidente da Sociedade Martins Sarmento, de Guimarães" por lhe "ter facultado a cópia [de] cartas de Gama Barros". Georg Schurhammer (1960:75) agradece ao "Dr. Armando de Gusmão, Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (...) o envio do texto completo do documento". José Mattoso (1971) agradece também "ao R. P. Dr. Avelino de J. da Costa as facilidades que me proporcionou na consulta deste cartulário, através das fotografias do Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos". Francisco Alberto Fortunato Queirós (1972:137) dirige-se "ao Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança e, de modo especial, ao Senhor Doutor António Luís Gomes" a quem agradece "mais uma vez as facilidades que [lhe] tem dispensado para estes trabalhos de investigação histórica". Aurélio Oliveira (1972:216) confessa ter tido a "tarefa sobremodo facilitada, pelo Ex.mo Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Sr. Dr. Egídio Guimarães", a quem endereça "o mais grato reconhecimento, pelas facilidades concedidas no acesso ao Arquivo". A. P. de Oliveira Santos (1978:75) não quis deixar de "referir e agradecer ao Dr. Augusto Figueiredo de Barros a contribuição na caracterização formal dos diversos documentos e as facilidades concedidas na utilização dos espécimes da Biblioteca do Estado-Maior do Exército". Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (1983) agradecem as ajudas da diretora da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Dra. Graça Pericão Faria, e do diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Dr. Leandro Alves. Maria do Rosário Themudo Barata (1983) dirige também "ao Senhor Doutor José Pereira da Costa, Ilustre Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo" o seu "vivo agradecimento". Do mesmo modo, não deixa "de lembrar, também, as atenções recebidas da Senhora Dr.ª D. Maria Luísa Lemos, da Biblioteca da Universidade de Coimbra". Maria Rosa Ferreira Marreiros (1981:137) faz um longo agradecimento a quem lhe facilitou o acesso à documentação: "Estas medidas foram-nos dadas, bem como algumas cartas deste conselho, pelo senhor engenheiro João Milho Fernandes, da Secção Técnica da Câmara Municipal de Lagoa, a quem expressamos o nosso sincero agradecimento. Aproveitamos, igualmente, a oportunidade para agradecer aos senhores Abel Santos e José Vitorino, presidente e vice-presidente, respectivamente, desta câmara, bem como ao contínuo senhor Correia, a gentileza com que sempre nos receberam e todas as facilidades que nos

alguma forma de anonimato¹⁴⁰. Também se registaram agradecimentos a instituições¹⁴¹. Por último, sublinha-se o acesso que foi possibilitado a João B. Serra e Luís Salgado de Matos aos arquivos da PIDE num tempo em que estes ainda não estavam acessíveis para consulta pública¹⁴².

Os historiadores foram especialmente sensíveis às situações em que lhes foi facilitado o acesso à documentação. Efetivamente, e como se demonstrou pelos comentários negativos

concederam para consulta do arquivo municipal. O nosso agradecimento vai ainda para o reverendo P.e Silvério, pároco desta freguesia, e senhoras D. Conceição e Lúcia Lima, sempre prontos a facilitarem-nos o acesso ao arquivo da igreja paroquial, bem como para o senhor Aguiinaldo Inácio, presidente da Junta de Estômbar, e restantes membros da mesma, funcionárias da Conservatória dos Registos Civil e Predial de Lagoa, nomeadamente para a senhora D. Olga Correia, pelo seu apoio na elaboração do presente trabalho”. Sérgio da Cunha Soares (1984:21) profere “uma palavra grata também para o Senhor Director da Biblioteca Municipal de Viseu, que nos facilitou a investigação nesse local, bem como aos seus funcionários, a quem estamos reconhecidos pelo zelo e atenção que nos dispensaram”. Noutro estudo, numa nota de rodapé, menciona que a consulta de uma fonte se deve “à gentileza do Senhor Armando Carneiro da Silva” (Soares 1991:65). Já Joaquim Romero Magalhães (1985:5; 11) faz a seguinte nota: “Como sempre, a generosidade do Dr. Henrique Ferreira da Silva, reitor da Sé, tem-me permitido o trabalho em tão belo fundo”, acrescentando mais adiante que devia ao “Dr. Francisco Lameiras (...) o acesso a esse espólio” e “à Dr.^a Maria Manuela Mascarenhas a pesquisa” no fundo arquivístico que precisou de consultar” (Magalhães 1985:38). Fátima Patriarca (1987:905) dirige um agradecimento “ao director-geral das Relações Colectivas de Trabalho, do Ministério do Emprego, bem como aos responsáveis da Região Norte e da delegação da DGRCT no Porto, todo o apoio que [lhe] prestaram na consulta dos arquivos”. Noutro estudo agradece também a “Alfredo Canana, Silvestre Lacerda, Maria Filomena Mónica e João Freire a documentação que puseram ao meu dispor”, demorando-se particularmente no agradecimento a Silvestre Lacerda pela “consulta de fotocópias destes documentos, alguns encontrados no arquivo da Companhia Industrial Portuguesa (CIP) e outros no Arquivo da Câmara Municipal da Marinha Grande” (Patriarca 1993:1137). Rui Cascão (1991:87) agradece “ao Prior de Santa Cruz, Dr. José Bento Vieira, todas as facilidades concedidas para a consulta desta documentação e de outra referente a confrarias”. Jorge Fernandes Alves (1992:201) recorda “toda a disponibilidade e colaboração do Sr. José Ferreira dos Santos, sobrinho-neto do Conde de Ferreira, bem como do Sr. Fernando J. Moreira que nos facilitou os contactos”. Conceição Andrade Martins (1992:369) recorre a vários arquivos cujo acesso lhe foi facilitado, desdobrando-se em agradecimentos: “A colaboração dos descendentes da família São Romão/José Maria dos Santos foi imprescindível para este estudo. Ao Dr. Nuno das Neves e à família Posser de Andrade agradeço terem-me permitido consultar a documentação existente nos seus arquivos particulares. Devo ainda agradecimentos ao Sr. Carlos Oliveira, que me abriu as portas de Rio Frio, e ao Sr. Américo, funcionário do arquivo do Tribunal da Boa Hora, sem cuja diligência e boa vontade teria sido impossível descobrir o processo relativo ao inventário e partilhas por morte de São Romão”. Cristina Almeida e Cunha (1996:105) dirige o seu agradecimento “à Dra. Maria Cristina Pimenta [pela] cedência dos documentos a este mestre”. Irene Vaquinhas (1996:436), relativamente ao “rol de confessados da freguezia de S. João de Santa Cruz em 1851”, refere que: “as informações foram-me gentilmente cedidas pela Dra. Guilhermina Martins da Mota, a quem muito agradeço”.

¹⁴⁰ Miguel de Oliveira (1951:328) refere, em relação a um livro do Mosteiro de Tarouca que sobreviveu a um incêndio por estar na posse de um particular: “Facultou-nos obsequiosamente a sua consulta o actual possuidor”.

¹⁴¹ Rui de Azevedo (1957:366) dá relevo à “amável aquiescência” da Academia Portuguesa da História em possibilitar a reprodução na íntegra de “uma fotografia do MS”. Nuno Gonçalo Monteiro (1992:276) beneficiou da “solicitude manifestada pela responsável pelo arquivo da Misericórdia de Lisboa”. Saul Gomes e Leontina Ventura (1993:161) também dirigem um agradecimento ao “Arquivo da Universidade de Coimbra, pelas facilidades e prontidão com que [lhes] facultou o acesso aos fundos documentais onde [encontraram aqueles] documentos”.

¹⁴² João B. Serra e Luís Salgado de Matos (1982) conseguiram ter acesso a documentação da PIDE ainda antes de este arquivo estar acessível ao público explicando que a Comissão de Extinção da PIDE/DGS “acedeu a investigar nos arquivos da primeira daquelas organizações de acordo com uma lista” por eles fornecida e, quando o espólio da PIDE/DGS foi depositado na Biblioteca Nacional os “serviços averiguaram”, a pedido dos autores a “existência de manifestos de intervenções militares); memórias e depoimentos”.

já apresentados, o acesso nem sempre se concretizava com facilidade. Logo, quando o mais comum era existirem barreiras, a facilitação constituía a exceção. Razão pela qual os investigadores fizeram questão de sublinhar as facilidades, variando apenas na fórmula. Essa tendência foi especialmente vincada nos casos dos arquivos privados, fossem estes empresariais ou de família. Mas nos arquivos públicos, onde a consulta estaria em princípio mais facilitada, também se verificavam constrangimentos que eram superados pela ação dos seus responsáveis. Concederam facilidades que originaram, *a posteriori*, agradecimentos dos historiadores. Certamente que alguns desses eram meros sinais de agradecimento, mas outros revelavam o empenho de meios específicos ou até especiais para o alcance da documentação procurada pelos historiadores que, por não estar facilmente disponível, exigia dos serviços pesquisas e procedimentos mais aturados.

IV.2.2.2 Descrição documental

O tratamento documental de boa qualidade, seja no rigor do cumprimento das normas de descrição seja na pertinência e na riqueza dos dados disponibilizados, é um fator crítico de sucesso para a recuperação da documentação e para a compreensão dos contextos de produção e da história custodial e arquivística¹⁴³. A avaliar pelos comentários dos historiadores, no período em análise assistiu-se a uma tendência clara de reforço dos trabalhos desenvolvidos a este nível. Assim, entre 1945 e 1996 registaram-se comentários em 0,5% da totalidade dos estudos, restringindo-se às revistas, onde a percentagem foi de 0,6%. No Estado Novo (1945-1974) resumiram-se a 0,3% do total e nas revistas. Mas a melhoria geral dos arquivos refletiu-se na Democracia (1975-1996), com o crescimento do número de referências positivas, para 0,6% na totalidade dos estudos produzidos e para 0,7% dos artigos publicados nas revistas.

A produção de inventários, catálogos e índices não dependeu de uma política geral. Foi tendo lugar em função de iniciativas institucionais e individuais motivadas pelo desejo e interesse em tratar e disponibilizar determinada documentação. O facto de o Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas ter à sua frente um diretor que queria dar resposta às necessidades informacionais dos investigadores, conduziu à produção sistemática de

¹⁴³ Maur Cocheril (1976:44) lembra que a exigência de ter bons instrumentos de descrição não é de agora, pois Frei Bernardo de Assunção já havia sido encarregue pelas religiosas de Celas de organizar e reunir os seus arquivos entre 1648 e 1654.

inventários dos respetivos fundos¹⁴⁴. Efetivamente, a procura dos investigadores funcionou como força motriz de múltiplas ações neste domínio, entre as quais, o tratamento dos microfilmes do Arquivo Histórico de Goa, existentes na Filmoteca Ultramarina Portuguesa¹⁴⁵, ou a documentação da Inquisição de Évora¹⁴⁶, detida pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que nos finais dos anos 80 avançava a passos largos para a informatização¹⁴⁷. No Tribunal de Contas vinha-se também a executar um trabalho muito positivo¹⁴⁸. O que confirmava a perspetiva de Fernando de Sousa (1979:55), segundo a qual, apesar do quadro desfavorável dos arquivos, havia “algumas exceções de arquivos bem apetrechados de instalações e pessoal e com bons instrumentos de descrição documental”.

O progresso nesta área também beneficiou de iniciativas dos próprios historiadores. Perante arquivos sem tratamento, mas sobre os quais pretendiam desenvolver as suas investigações, acabavam por proceder à respetiva catalogação¹⁴⁹. Ou, então, ao serem incumbidos de identificar documentação específica que pudesse vir a servir a comunidade científica, desenrolaram ações de inventariação de documentos, tanto em Portugal como no estrangeiro¹⁵⁰.

Estes exemplos indiciam uma transformação gradual nos arquivos. Obviamente que as insuficiências ultrapassavam em muito as necessidades, mas, em casos muito pontuais, começavam já a ser visíveis melhorias efetivas. Não se deve, evidentemente, menosprezar os

¹⁴⁴ Mário Alberto Nunes Costa (1964:166-167) valorizou o trabalho que desenvolveu a este respeito: “O presente inventário, o décimo sexto por nós publicado acerca dos núcleos do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, ao mesmo tempo que localiza e define em linhas gerais um cartório multi-secular de raros conhecido até hoje, alarga os caminhos da investigação histórica dos nossos dias, oferecendo-lhe novos elementos de interesse, especialmente nos campos biográfico, social e económico”.

¹⁴⁵ Luís Ferrand de Almeida (1975:420), ao mencionar os documentos do Arquivo Histórico de Goa que haviam sido copiados dos microfilmes pertencentes à Filmoteca Ultramarina Portuguesa (Lisboa), diz que “muitos desses textos estão hoje catalogados e sumariados no Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa”.

¹⁴⁶ Robert Rowland (1990:154) assegura que “em Portugal, como se sabe, apenas os processos do tribunal de Évora dispõem de uma catalogação adequada”.

¹⁴⁷ David Justino (1988:212) elogia em 1988 o “processo de informatização do ANTT”.

¹⁴⁸ Luís Espinha da Silveira (1987:505) pede para que lhe seja “permitido iniciar [aquele] artigo com o elogio do Arquivo Histórico do Tribunal de Contas”, louvando, desde logo, “o grau de inventariação das espécies”.

¹⁴⁹ Joaquim Romero Magalhães (1985:5) diz-nos que “o inventário (parcial)” do arquivo que consultou “encontra-se publicado por José António Pinheiro Rosa”.

¹⁵⁰ Maria Helena da Cruz Coelho (1990:314) recua no tempo para evocar Avelino de Jesus Costa na “sua missão andarilha de percorrer, de 1959 a 1962, subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, os principais arquivos portugueses e os eclesiais de Astorga, Compostela, Lugo, Mondonhede, Orense, Samora e Tui e o Archivio Segreto del Vaticano, a fim de inventariar os documentos pontifícios do século XIII, referentes a Portugal. Para apresentar finalmente à Fundação um inventário que regista mais de 1500 documentos pontifícios, na sua maior parte originais. Obra insana e infelizmente pouco conhecida. Tal relatório já devia, há muito, ter sido publicado, porque fundamental para o estudo das relações diplomáticas de Portugal com a Santa Sé”. Aurélio Oliveira (1996:368) dá conta de que “o fundo documental da Santa Casa Hospital de S. Marcos” foi “recentemente organizado e catalogado, por um grupo de alunos dos Seminários de História Moderna da Faculdade de Letras do Porto”.

constrangimentos, vividos pelos arquivos e pelos próprios investigadores, que acabaram por afetar a capacidade de execução de instrumentos de tratamento documental. Limitações que não foram suficientes para impedir que o cenário geral da descrição documental fosse paulatinamente melhorando e granjeando o elogio dos historiadores, cuja pressão foi determinante para assegurar o acesso à documentação.

IV.2.2.3 Política de incorporações

A materialização da política de incorporações é afluída em diversas ocasiões pelos historiadores. É através deles que se consegue obter informação, por vezes pormenorizada, sobre os meandros de alguns processos de aquisição de documentos. Inclusivamente, testemunhando a intervenção que eles próprios tiveram no desfecho dos mesmos¹⁵¹. As suas menções ajudam a compreender as ações tomadas no sentido de cumprir a política e, desse jeito, de promover a proteção e o acesso ao património arquivístico. Entre 1945 e 1996 os elogios relativos às incorporações equivaleram a 0,6% do total dos estudos, representando 0,7% dos artigos publicados nas revistas. No Estado Novo situam-se nos 1,8% tanto do número total de estudos como dos artigos das revistas. Na Democracia os comentários restringiram-se a 0,3% em ambos os casos.

Apesar das obstruções à implementação de uma política robusta ao nível das incorporações, estas concretizaram-se com alguma regularidade. Os serviços públicos encaminharam documentação histórica para os arquivos. Enriqueceram assim os fundos e coleções e completaram algumas das lacunas existentes ao ponto de ser notada a abundância de certos espólios, como foi o caso dos fundos monástico-conventuais¹⁵². Estes haviam sido

¹⁵¹ Avelino de Jesus da Costa (1947:561) refere “os 55 pergaminhos da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães”, que “foram adquiridos pelo Estado e incorporados no Arquivo da Universidade de Coimbra em 1944”, acrescentando que “a esta compra acresceu a doação do autor de um maço de 57 documentos do mesmo fundo ao mesmo arquivo”. Menciona, ainda, que “em Agosto de 1944, deu entrada no Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra uma preciosa colecção de documentos, que havia pertencido à Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães”. Narra, inclusivamente, o processo que conduziu à aquisição da mesma: “Tornando-se impossível a sua aquisição para o Seminário, apresentámos o inventário desses documentos ao Prof. Torquato de Sousa Soares, que, por intermédio do Prof. Manuel Lopes de Almeida, então Subsecretário de Estado da Educação Nacional, obteve do Ministro da Educação Nacional, Prof. Mário de Figueiredo, autorização para promover a sua compra”. Noutro estudo, dedicado a Pierre David, alude ao espólio que este deixou em Portugal “correspondendo uns aos trabalhos já publicados, enquanto outros pertenciam a trabalhos em preparação ou eram simples colecções de notas pessoais para os cursos que regia ou para esclarecer dúvidas que lhe haviam sido apresentadas” (Costa 1955:XLIII).

¹⁵² Rui de Azevedo (1969:150-151) refere que o Tombo de D. Maior Martins “entrou no ANTT pela 2.ª incorporação de cartórios monásticos, Livros recolhidos por José Basto, n.º 37, juntamente com documentos avulsos do mosteiro, datados até 1279”. Faz também questão de salientar: “Se bem que sejam conhecidas as malfetorias e outras vicissitudes que durante os sécs. XVIII e XIX atingiram gravemente as edificações e tesouro artístico do convento de Arouca, quanto à documentação antiga do seu cartório, sabemos ter ela

dos mais atingidos pelo prolongamento temporal acentuado das incorporações devido à enorme dispersão da documentação. Daí ainda continuarem a ocorrer incorporações pontuais de espécies avulsas¹⁵³. Para exemplificar a complexidade dos processos das incorporações recupera-se uma nota Mário Alberto Nunes Costa sobre a história custodial e arquivística do Arquivo da Montaria-Mor do Reino¹⁵⁴. Através dela rastreia-se o percurso da documentação, percebendo-se os enviesamentos e demoras a que estava sujeita até chegar ao arquivo histórico.

As incorporações assumiam frequentemente um carácter particularizado ao se direcionarem para espécimes de grande valor, designadamente, pela sua antiguidade e raridade¹⁵⁵. A Universidade de Coimbra, com um corpo docente interessado e conhecedor da documentação medieval, foi adquirindo exemplares valiosos ao longo do tempo¹⁵⁶. A apetência para recolher documentação, inclusive do setor privado, manifestou-se também por intermédio de iniciativas isoladas promovidas por entidades públicas, como o Instituto de Ciências Sociais, com o objetivo de estudar, principalmente, o mundo do trabalho¹⁵⁷. Na

chegado ao ANTT em apreciável quantidade e, na sua maior parte, em bom estado de conservação”. José Marques (1990:26), sobre o Mosteiro de Santa Cruz, dá a indicação da existência de “abundante documentação mais antiga conservada na Torre do Tombo” e da “preciosa livreria de mão, outrora constituída pela colecção de códices, maioritariamente conservados na Biblioteca Pública Municipal do Porto, para onde foram transferidos por Alexandre Herculano, quando aí exercia as funções de bibliotecário”.

¹⁵³ Jorge de Alarcão (1959:300), talvez pelas conhecidas dificuldades experienciadas na incorporação da documentação monástico-conventual nos arquivos públicos, sublinha o facto de um determinado códice do Mosteiro de Grijó se encontrar “no Arquivo Distrital do Porto” vindo “da Direcção de Finanças do Porto”.

¹⁵⁴ Mário Alberto Nunes Costa (1964:166) reproduz os trâmites da incorporação do Arquivo da Montaria-Mor do Reino: “Extinta a Montaria-Mor, o seu arquivo veio a encontrar-se em 2 de Março de 1863 no arquivo do Governo Civil de Lisboa. Nessa data foi determinada, em portaria do Ministério do Reino, a sua entrega à Administração-Geral das Matas. Três dias depois executava-se a portaria. Dada a posição de dependência da Administração-Geral das Matas em relação ao Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, o seu arquivo ingressou mais tarde no Arquivo Histórico do Ministério e com ele o então anexo cartório da Montaria-Mor do Reino”. Nunes Costa complementa também que, “relacionados com o cartório da Montaria-Mor do Reino ou, melhor, com matas e pinhais, possui o Arquivo Histórico do Ministério das Obras públicas – alguns núcleos, designadamente o arquivo da Administração dos Reais Pinhais de Leiria (1790-1824), o arquivo 167] da Administração-Geral das Matas (1824-1886) e documentação respeitante às Reais Ferrarias da Foz do Alge”.

¹⁵⁵ Guilherme Braga da Cruz referencia que, em 1912, “António Garcia Ribeiro de Vasconcellos, num estudo publicado na Revista da Universidade de Coimbra sob a epígrafe Um documento precioso (...) deu a conhecer um documento recentemente adquirido pelo Arquivo da Universidade, datado de 1 de Março de 1290, no qual o rei D. Dinis, aludindo ao Estudo Geral que resolvera fundar, promete solenemente protecção e segurança «a todos os que aí estudam ou que de futuro aí queiram estudar»”.

¹⁵⁶ Francisco de Paula Leite Pinto (1968) menciona que um “documento, autêntico e notabilíssimo, foi descoberto no Arquivo da Sé de Viseu e é hoje pertença do Arquivo da Universidade de Coimbra. Tem a data de 1 de Março de 1290”.

¹⁵⁷ Maria Filomena Mónica (1982) tentou encontrar um documento inédito em várias bibliotecas, vindo depois “a descobri-lo no espólio de Pinto Quartim, depositado no Arquivo Histórico das Classes Trabalhadoras (ICS)”. Igual destino, segundo Conceição Andrade Martins (1992:368) teve “o arquivo da Sociedade Agrícola da Herdade de Palma, na posse da família Posser de Andrade”, pois também foi “depositado no Instituto de Ciências Sociais”.

ausência de políticas direcionadas para os arquivos privados, a respetiva incorporação dependeu de ações localizadas, com destaque para os municípios¹⁵⁸.

As políticas de incorporação constituem o plano inicial da formação dos arquivos. É com a recolha dos espólios que as instituições arquivísticas se robustecem do ponto de vista da riqueza da informação. Como se pode observar pelos comentários, as incorporações nos arquivos públicos, mesmo encarando constrangimentos, possibilitaram o enriquecimento significativo dos acervos e a sua proteção, contribuindo para o acesso à documentação e para a investigação histórica. Ao nível dos arquivos privados, a legislação era menos perentória, levando certamente a graves perdas. Não obstante, iniciativas promovidas por um conjunto diverso de entidades, públicas e privadas, de âmbito local ou acopladas ao Ensino Superior, permitiram salvaguardar património e pô-lo à disposição dos investigadores.

IV.2.2.4 A riqueza e/ou extensão dos arquivos

A realidade dos arquivos é bastante diversificada. Cada arquivo consubstancia-se numa unidade distinta que atravessa momentos diferentes ao longo da sua existência. Algumas das características que qualificam os arquivos são a extensão do respetivo acervo e a riqueza informativa dos documentos que o compõem. A dimensão e o valor das espécies documentais são independentes entre si, podendo complementar-se. O que não é indiferente para os investigadores, que privilegiam o acesso a grandes quantidades de dados e a documentação com elevada densidade informacional.

Entre 1945 e 1996 os comentários preencheram 1,2% do total dos estudos, tocando 1,5% nas teses e os 1,3% nas revistas. No Estado Novo a percentagem foi de 1% na totalidade dos estudos, espalhando-se a 6,3% das teses e resumindo-se a apenas 0,8% das revistas. Na Democracia o resultado foi de 1,4% para o total dos estudos, assistindo-se a uma quebra muito acentuada nas teses (0,5%) e a um incremento nas revistas (1,4%).

No que concerne ao volume da documentação, os autores sublinharam tanto a realidade de entidades que se dotaram de um acervo vasto em geral¹⁵⁹ como a das que dispunham de abundância sobre uma temática específica¹⁶⁰. A riqueza dos arquivos foi

¹⁵⁸ Cristina Clímaco (1995:171) alude ao exemplo “da família de Bernardino Machado, que compreendendo o valor deste espólio para a História portuguesa quis contribuir para o avanço da investigação, depositando-o no arquivo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão”.

¹⁵⁹ Mário Alberto Nunes Costa (1960:331) defende que, mesmo com falhas de documentação, “é um núcleo de apreço que o Ministério das Obras Públicas oferece à consulta pública em seu Arquivo Histórico”.

¹⁶⁰ A. H. Oliveira Marques (1959) afirma que colheu “notícias referentes aos arquivos municipais e distritais de numerosos núcleos urbanos do País, nomeadamente aos dos portos marítimos, do Minho ao Algarve”. António

igualmente elogiada pelos historiadores, dirigida para diferentes perspetivas, desde a Peninsular¹⁶¹ à nacional¹⁶² e à institucional, tanto de instituições públicas¹⁶³ como privadas¹⁶⁴. Referiram, ainda, que mesmo de fundos que haviam sofrido vicissitudes, como os dos

de Oliveira (1977:3) refere que, sobre o levantamento popular de Arcozelo, “há abundante documentação nos arquivos de Lisboa e Simancas, entre outros”. José Pacheco Pereira (1980:135) defende que, pelo seu valor, “existe um conjunto de fontes que poderiam ser convenientemente investigadas, incluindo os arquivos camarários e das companhias de seguros (para crimes como o fogo posto) e da imprensa local”.

¹⁶¹ O historiador francês Yves Renouard (1949:261) defendeu que “les fonds d’archives sont riches, surtout dans la Péninsule”.

¹⁶² Maria do Rosário Themudo Barata (1983) sublinha que aos pressupostos da investigação “obedeceu o tratamento das fontes, essencialmente portuguesas, que revelaram, mais uma vez, a pujança da informação que permitiu formular análises explicativas diversificadas”.

¹⁶³ David Justino (1981:33) salientou a existência de “riquíssima documentação” num dos arquivos municipais onde fez as suas recolhas. António Barreto (1983:540) também ressalva que “estes relatórios, arquivados no EME, na RMS e nas unidades militares, constituem uma das mais completas fontes para o estudo dos acontecimentos” referentes à Reforma Agrária. Maria Adelaide Miranda (1986:3) sublinha que “a importância do fundo alcobacense depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo número de códices (456), riqueza dos seus conteúdos e ornamentação, não pode deixar de chamar a atenção aos estudiosos de Codicologia, História da Cultura ou História de Arte”. José Marques (1990:26), sobre a realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio, diz-nos que “falta, porém, o estudo de pormenor, realizado a partir da abundante documentação mais antiga conservada na Torre do Tombo”. Já António Borges Coelho (1991:49) regista “uma excelente e histórica notícia: a transferência do Arquivo da Torre do Tombo para instalações próprias e dignas do seu fabuloso espólio, enriquecido nos últimos anos com preciosos fundos particulares que muito interessam aos investigadores de História Moderna”. José M. Azevedo e Silva (1996:467-468) dá conta de que, sobre as “famosas armadas portuguesas” existe “um Códice da Biblioteca de Évora” que é “riquíssimo pelas informações que a este respeito fornece”, sendo “igualmente importante (...) a Relação das Nãos e Armadas da Índia, de 1497 a 1653”. Fátima Sequeira Dias (1996:438) lembra que “o estudo do riquíssimo acervo documental da Casa Bensaúde e Companhia, depositado na Biblioteca e Arquivo da Horta, na ilha do Faial, será fundamental para o integral conhecimento da estratégia empresarial da família Bensaúde no arquipélago no século passado”.

¹⁶⁴ António Alberto Banha de Andrade (1977:160) declara que o arquivo da Misericórdia de Montemor-o-Novo “encontra-se disciplinado em Armários recheados de volumes encadernados no século XVIII e alguns posteriormente, restando ainda boa quantidade de avulsos dos séculos XVII e seguintes, de documentos de Capelas e outros que poderíamos classificar de contabilidade”. Luís Espinha da Silveira (1987:508) alude à “vasta documentação” das Finanças Públicas “existente nos arquivos esteja ainda por explorar”. António Carreira (1983:55) assevera que o arquivo da Companhia de Pernambuco e Paraíba tem um “extraordinário volume”, sendo constituído por “500 livros de contabilidade de enorme volume e dimensões e aproximadamente 150 maços de papéis avulsos”. Hélder Adegar Fonseca e Jaime Reis (1987:878) relevam o facto de Eugénio de Almeida ter acumulado “copiosa informação, deixada sob a forma de uma cuidada contabilidade e de uma vasta e minuciosa correspondência comercial”. Victor de Sá e Gaspar Martins Pereira (1990:227), ao assumirem que “a história da Companhia [do Vinho do Porto] (...) está ainda em grande parte por fazer”, acabam por salientar a existência de “um manancial arquivístico de vários milhares de livros e documentos dispersos, conservados como espólio privado da Real Companhia Velha”. Jorge Fernandes Alves (1992:200) recorda que o Conde Ferreira deixou muita documentação e que foi amplamente referido nos meios impressos. Francisco Ribeiro da Silva (1995:359) confirma ser “verdade que muitos papéis importantes desapareceram, nomeadamente os referentes aos primeiros dois séculos de vida da instituição. Mas ainda ficou uma razoável quantidade de fólios de algum interesse: requerimentos de admissão e listas de irmãos que supomos bastante completas, ainda que lacunares quanto a algumas informações cronológicas e da sua procedência paroquial. Possuímos muitos elementos sobre os bens, receitas e despesas da Confraria, inclusive sentenças judiciais contra certos que se recusavam a honrar compromissos e obrigações firmadas por antepassados. Dispomos de estatutos de 1654 e de várias reformulações a que posteriormente foram sujeitos. E sobretudo dispomos de razoável e diversificada documentação para o século XIX. A História do Condado e do Concelho podem recolher aí valiosos subsídios”.

conventos, se conseguira conservar um espólio considerável, embora espalhado pelas várias instituições que recolheram a documentação¹⁶⁵.

Os historiadores distinguiram deste modo os arquivos que lhes ofereciam fontes em maior qualidade e quantidade. Num quadro dominado por dificuldades sérias na implementação das políticas arquivísticas, houve capacidade para recolher e salvaguardar grandes extensões de documentação, bem como espólios ou espécies de enorme valor informacional. Embora esta ação não fosse sistemática e transversal a todos os tipos de arquivos, como se pôde constatar nas políticas das incorporações, a combinação mais ou menos voluntária de esforços levou a resultados positivos, salientados pelos historiadores através dos comentários que foram realizando sobre esta questão.

IV.2.2.5 A publicação de fontes

A publicação de fontes foi especialmente importante para assegurar o acesso à documentação em períodos em que os arquivos permaneciam lugares relativamente inacessíveis. Fosse pela distância, pelos horários, pela inexistência ou escassez de recursos humanos, pela desarrumação dos acervos ou por problemas relativos à descrição, os investigadores viram-se privados ou altamente condicionados quando pretenderam consultar ou reproduzir certos documentos. Como alternativa, a publicação de fontes permitiu-lhes chegar à informação de forma facilitada, uma vez que ficava permanentemente disponível e que dispunha de maior legibilidade. Daí a tendência dos investigadores para publicarem fontes acerca de temáticas que lhes despertavam maior interesse. A publicação de fontes atingiu grande expressão na segunda metade do século XIX com a edição da coletânea de textos medievais, dirigida por Alexandre Herculano, intitulada *Portugalia Monumenta Historica*.

Os comentários direcionados para esta realidade, realizados entre 1945 e 1996, perfizeram 0,6% do total dos estudos e 0,7% dos artigos das revistas. No Estado Novo esse número foi de 0,8% tanto no total de estudos como nos artigos das revistas. Na Democracia caiu ligeiramente para 0,5% da totalidade e para 0,6% nas revistas.

A documentação objeto de edição e publicação foi muito variada, refletindo as dinâmicas da investigação histórica ao longo dos anos. Os fundos monástico-conventuais

¹⁶⁵ Carlos Brochado de Almeida adianta que, embora nada restasse do “mosteiro que foi extinto no ano de 1535”, havia “um razoável acervo (sic) documental espalhado pela Biblioteca Nacional, Arquivos da Torre do Tombo e Distrital do Porto”.

foram dos que mais publicações originaram, inclusive pelos próprios arquivos detentores¹⁶⁶. O estudo da relação entre o poder régio com os concelhos captou também a atenção dos historiadores, que se voluntariaram para a publicação de capítulos das Cortes¹⁶⁷. A presença portuguesa em África levou o Padre António Brásio (1981:309) a se esforçar empenhadamente na publicação dos «Monumenta Missionaria Africana».

Efetivamente, a publicação de fontes medievais, de substrato régio e eclesiástico, constituiu um dos filões mais explorados pelos historiadores e arquivistas, dando origem a um vasto repositório documental¹⁶⁸. Do mesmo modo, o período dos Descobrimentos, em particular as viagens que se dirigiram para o Oriente, suscitaram a publicação de relações das armadas¹⁶⁹. A edição de memórias foi também relativamente comum¹⁷⁰. Houve depois iniciativas mais localizadas, levadas a efeito por arquivos públicos e entidades governamentais, destinadas a divulgar temas mais específicos como os prisioneiros portugueses na Grande Guerra¹⁷¹ ou a Companhia de Pernambuco e Paraíba¹⁷².

A publicação de fontes foi um instrumento extremamente útil para os investigadores. Ao procederem à transcrição dos textos eliminaram múltiplas barreiras em simultâneo. A disponibilização e a circulação de exemplares das publicações potenciaram a produção historiográfica. Contudo, tratou-se sempre de um trabalho exigente, moroso e extensivo ao

¹⁶⁶ Rui de Azevedo (1949:322) refere “que no antigo arquivo de S.ta Joana, hoje Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, há docs. avulsos e códices do século XVII em diante, da referida Ordem, em parte já editados por J. M. da Cunha Saraiva, Director do arquivo”.

¹⁶⁷ Maria Antonieta Flores Gonçalves (1959:310), animada “pelo desejo de dar o [seu] modesto contributo para o conhecimento de Portugal quatrocentista, de que há muito nos vimos ocupando, [pensou] que haveria vantagem, por exemplo, na publicação dos capítulos apresentados pelo concelho de Santarém, nas Cortes de 1436, reunidas em Évora”.

¹⁶⁸ Maria Helena da Cruz Coelho (1990:315) demonstra precisamente a vontade de dar a conhecer a documentação: “nesse divulgar do nosso repositório documental serão ainda de evidenciar as publicações de Documentos de D. Sancho I (1174-1211), aí tendo colaborado também Rui de Azevedo e Marcelino Pereira e os dois volumes do Livro Preto que orientou em que trabalhou com Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso”. Refere, do mesmo modo, os “Documentos Particulares” da Academia Portuguesa de História com o especialista Rui de Azevedo, entre outras publicações de fontes (Liber Fidei, Synodicon Hispanum)”. Noutro artigo faz justiça ao esforço de Erdmann e de Avelino Jesus da Costa na publicação de documentação eclesiástica (Coelho 1991:138-139).

¹⁶⁹ José M. Azevedo e Silva (1996:467-469) menciona que “o Visconde de Santarém publicou uma “Relação das Armadas de 1500 a 1579” que terá sido elaborada pouco depois desta última data” e, também, que “Anselmo Braamcamp Freire adquiriu num alfarrabista e viria a publicar, em 1907, a Ementa da Casa da Índia que nos dá uma relação das armadas saídas de Lisboa, desde 1503 a 1561 e do ano de 1583”.

¹⁷⁰ Bernardo Vasconcelos e Sousa (1996:168) notifica que a sentença “referida por José Cardoso Borges” foi publicada pelo Abade de Baçal, Francisco Manuel Alves, nas Memórias. Lúcia Maria Cardoso Rosas (1996:536) fala-nos de uma Memória “composta por 2 volumes” que acabando por não ser publicada, ficou disponível para consulta no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.

¹⁷¹ Nuno Severiano Teixeira (1992) informou que “o fundo” relativo aos prisioneiros portugueses na Grande Guerra “foi parcialmente publicado pelo Secretário da Comissão Central de Assistência aos Prisioneiros Portugueses, Dr. Manuel Lourinho”.

¹⁷² António Carreira (1983) elogiou o antigo diretor do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças por publicar a documentação da Companhia de Pernambuco e Paraíba.

alcance apenas de alguns. Ainda assim, resultou em sucessivas edições e contribuiu para o enriquecimento do conhecimento histórico.

IV.2.2.6 A transferência de suportes

A transferência de suportes tem sido uma ferramenta de enorme utilidade para os historiadores e para a salvaguarda da documentação. As técnicas mais utilizadas entre 1945 e 1996 foram a fotografia e a microfilmagem. A possibilidade de executar trabalhos conducentes à transferência do suporte original para outros nem sempre é possível. O estado de conservação dos documentos ou a sua desarrumação e desorganização influem na capacidade efetiva de proceder à transferência. Mas, quando é concretizável, possibilita aos investigadores a obtenção de cópias da documentação, eventualmente, sem terem de se deslocar. Para além de que, tendo em conta os comentários dos historiadores identificados nos estudos analisados para esta tese, permitiu a constituição de repositórios e coleções factícias de grande valor. Inclusive, com cópias de documentos que no entretanto se perderam. Os comentários sobre esta matéria, efetuados entre 1945 e 1996, corresponderam a 0,4% da totalidade dos estudos e dos artigos das revistas, sendo que somente ocorreram durante a Democracia, período em que somaram 0,5% nessas duas dimensões.

A figura mais destacada pelos investigadores nos estudos analisados nesta tese foi Torquato de Sousa Soares. Este historiador coimbrão realizou um périplo por numerosos arquivos portugueses e estrangeiros com o objetivo de fotografar documentação “de grande interesse para o estudo da História de Portugal”¹⁷³. O produto desta recolha contribuiu para

¹⁷³ Torquato de Sousa Soares (1947:171) faz referência aos trabalhos de “reprodução fotográfica de documentos avulsos e códices de grande interesse” do Fundo Sá Pinto, agradecendo ao Senado Universitário as verbas que lhe foram concedidas para a “reprodução fotográfica de documentos avulsos e códices de grande interesse para o estudo da História de Portugal”, que o próprio utilizou largamente “em muitos dos nossos trabalhos já publicados ou em preparação”. Avelino de Jesus da Costa (1976:VII), para chamar à atenção para o valioso acervo de cópias reunidas pelo Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra, elogia o trabalho do Professor Torquato de Sousa Soares, detalhando o contexto da recolha e a respetiva escala geográfica: “incumbido de organizar o Instituto de Estudos Históricos, fundado pelo Prof. António de Vasconcelos e dirigido então pelo Prof. Damião Peres, o Prof. Torquato de Sousa Soares, utilizando subsídios do Instituto de Alta Cultura e do Fundo «Sá Pinto» da Universidade de Coimbra, empreendeu a formação de um arquivo de reproduções de documentos, sobretudo medievais, em microfilme e em fotografia. Com este fim, fotografou ele próprio dezenas de milhares de espécies em arquivos portugueses – Torre do Tombo, Distrital de Braga (...), Distrital do Porto, Arquivo Municipal e Sociedade Martins Sarmento de Guimarães – em quase todos os arquivos espanhóis da Galiza, no da Coroa de Aragão (em Barcelona) e no Arquivo Geral de Simancas. Com estas reproduções e com as que depois se foram tirando em arquivos portugueses, na Biblioteca Nacional de Paris, no Public Record Office de Londres, no Arquivo do Vaticano e em outros, constituiu-se um riquíssimo arquivo de documentação medieval (hoje no Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras de Coimbra), que tem prestado relevantes serviços a muitos docentes, investigadores e alunos, alguns dos quais estrangeiros”. Maria Helena da Cruz Coelho (1990:311-312) valoriza o trabalho de “Professores, como Torquato de Sousa Soares” pela criação de “um núcleo de documentação, em microfilmes

a constituição na Faculdade de Letras de Coimbra de um acervo de documentos medievais de grande valor para os historiadores. Mas houve outras instituições que também se lançaram nessa missão de copiar documentação para a disponibilizar aos investigadores. A Filmoteca Ultramarina Portuguesa (FUP) foi criada com o objetivo de reunir em microfilme os principais núcleos documentais relativos à ação dos portugueses no mundo. Entre os quais se encontrava o Arquivo Histórico de Goa¹⁷⁴ e os processos das dioceses metropolitanas¹⁷⁵. E o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, com vista a conservar a sua documentação, procedeu à sua microfilmagem¹⁷⁶.

A transferência de suportes foi um recurso bastante valorizado pelos historiadores. Neste particular, e tendo em conta os comentários, sublinha-se o trabalho de recolha efetuado pelo Professor Torquato de Sousa Soares. A existência de repositórios de cópias de documentos, num tempo em que o acesso aos arquivos era difícil, conferiu a possibilidade de multiplicar a quantidade de estudos sobre temáticas que, de outro modo, não seria possível. A transferência de suportes promoveu a eliminação de fatores como a distância, a obtenção de autorizações, as limitações dos horários e de consulta dos originais devido ao seu estado de conservação. Para além de que incentivou a produção de instrumentos de descrição e favoreceu a proteção das espécies. O contributo positivo para a investigação científica no domínio da História foi bastante notório.

IV.2.2.7 Estado de conservação dos arquivos

O estado de conservação dos arquivos pode condicionar o grau de acesso e a legibilidade dos documentos. As condições em que a documentação foi conservada influenciou a sua preservação ao longo dos séculos. A existência de instalações e de equipamentos com condições adequadas para o armazenamento e acondicionamento dos arquivos, os cuidados no manuseamento e a fortuna de sobreviver a catástrofes humanas e

e fotografias, assaz importante, onde se reúnem reproduções de fontes nacionais e estrangeiras (e note-se que algumas fontes espanholas, desaparecidas nos seus arquivos, devido a um incêndio, já só hoje aqui existem em reprodução)". Armando Carvalho Homem (1993:358) fez também questão de evocar "os esforços de Torquato de Sousa Soares (1903-88), traduzidos na aquisição de espólios documentais e bibliográficos e na criação de uma micro-filmoteca".

¹⁷⁴ Luís Ferrand de Almeida (1975:420) regista que "os documentos do Arquivo Histórico de Goa foram copiados dos microfilmes pertencentes à Filmoteca Ultramarina Portuguesa (Lisboa)".

¹⁷⁵ O Padre António Brásio (1981:309) mandou "microfilmear, com todos os do Ultramar português, os processos respeitantes às dioceses metropolitanas, que se encontram actualmente na Filmoteca Ultramarina Portuguesa em Lisboa".

¹⁷⁶ João Paulo Avelãs Nunes (1994:190) sublinha o do processo de microfilmagem previsto para o arquivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

naturais são alguns dos fatores que concorrem para a boa conservação dos arquivos. Todavia, se alguns beneficiaram deles, outros foram irremediavelmente afetados por estes, bem como pela negligência e pela ignorância.

Nos estudos analisados, os historiadores deixam umas breves notas sobre os casos positivos: entre 1945 e 1996, bem como durante o Estado Novo e a Democracia, analisados separadamente, foram identificados comentários em 0,3% da globalidade dos estudos e dos artigos das revistas.

Os fundos monástico-conventuais, muitos deles com documentos remontando à Idade Média, não tiveram a vida facilitada. Felizmente, o uso prolongado e intensivo e as condições menos apropriadas de conservação não impediram que, em certos casos, tivessem chegado bem preservados aos atuais arquivos históricos¹⁷⁷. O mesmo se passando com a documentação relacionada com o estudo das capitânias¹⁷⁸. Para além da conservação em si própria, começaram também a assinalar-se ações de restauro de documentação, inclusive fotográfica¹⁷⁹.

As referências ao bom estado de conservação da documentação são pouco frequentes nos comentários efetuados pelos historiadores. Só surgem muito esparsamente. Ainda assim, apontam para o facto de se conseguirem captar bons exemplos num quadro geralmente apresentado como depressivo e demonstram que a preocupação com a conservação estava presente e se começava a materializar em políticas de restauro.

IV.2.2.8 Estado das instalações

As instalações onde se localizavam os arquivos despertaram alguns elogios, embora de forma muito episódica. Os comentários são em número muito reduzido entre 1945 e 1996, cifrando-se em 0,1% da totalidade dos estudos e dos artigos das revistas. Na Democracia a percentagem é 0,1% para a globalidade dos estudos e 0,2% para os artigos das revistas. Na prática, houve apenas dois comentários. Mas ambos são de grande relevância. No primeiro, inserido no levantamento que realizou aos arquivos a norte do Douro, Fernando de Sousa destaca que havia já arquivos com boas instalações, embora fossem

¹⁷⁷ Rui de Azevedo (1969:151) revela que a documentação do Convento de Arouca chegou “ao ANTT (...) em bom estado de conservação”. Maria Adelaide Miranda (1986:3), em relação aos manuscritos alcobacenses, referiu que “o Estado de conservação deste fundo, pode ser considerado bom”.

¹⁷⁸ António Vasconcelos de Saldanha (1990:45), no que concerne aos desafios colocados pelo estudo das capitânias, remete-nos para “o razoável estado dos arquivos”.

¹⁷⁹ Lúcia Maria Cardoso Rosas (1996:536) recupera a memória de “um álbum documental com 32 fotografias obtidas antes do restauro”.

exceções. O que significa que se investiu neste domínio, mesmo numa região extensa e desmunida de meios, numa época em que as políticas culturais tinham baixa expressividade. A visão desta parcela deixava entrever comportamento similar no resto do País¹⁸⁰. O outro comentário foca-se sobre a obra do século nos arquivos em Portugal: o novo edifício do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Esta conquista representou um ganho concreto e muito substancial para os arquivistas e historiadores. As antigas instalações do A^NT^T não comportavam espaço suficiente para armazenamento, nem condições adequadas à conservação da documentação. Com o novo edifício criaram-se também melhores condições para o tratamento documental e para a consulta pública, multiplicando-se por várias vezes os lugares disponíveis para os investigadores poderem trabalhar¹⁸¹. O A^NT^T tinha, finalmente, a sua própria casa, que refletia a dignidade e a funcionalidade exigidas para o simbolismo exercido por esta instituição na sociedade portuguesa.

IV.2.3 Síntese

Em relação ao estado dos arquivos, os comentários dos historiadores deixaram entrever uma enorme continuidade entre os dois regimes, pelo menos até certo momento da Democracia. Ao contrário da historiografia, em que as principais mudanças ocorreram a partir da década de 1960, intensificando-se com o 25 de Abril, nos arquivos as mudanças foram mais lentas e difíceis. As reformas do final da ditadura e as mudanças dos primeiros anos da Democracia não produziram resultados muito palpáveis. Porém, nos primeiros anos da década de 1980, devido à pressão cada vez mais sonora dos arquivistas e dos historiadores, que queriam ter acesso às fontes, iniciou-se um processo de modernização acelerada dos arquivos que culminou com a construção do novo edifício da Torre do Tombo e com a edificação e reabilitação de edifícios destinados a acolher arquivos distritais e municipais. Os historiadores foram alguns dos principais impulsionadores da transformação radical da realidade dos arquivos, ao passo que estes contribuíram para a renovação da historiografia. Seria difícil compreender o que aconteceu num domínio sem o relacionar com o outro.

A análise aos historiadores e aos seus estudos nas várias revistas, bem como ao uso e aos comentários que fizeram sobre os arquivos, permite concluir que, no período da Democracia: se aproveitou o movimento renovador que vinha do Estado Novo,

¹⁸⁰ Fernando de Sousa (1979:55) refere que, apesar do quadro geral ser negativo, há “algumas exceções de arquivos bem apetrechados de instalações”.

¹⁸¹ António Borges Coelho (1991:49) elogia “a transferência do Arquivo da Torre do Tombo para instalações próprias e dignas”.

promovendo-se uma explosão materializada no crescimento exponencial da produção historiográfica, no aprofundamento das tendências anteriores e na proliferação de novas correntes historiográficas; se manteve inicialmente a letargia em que viviam os arquivos no Estado Novo mas que, nas décadas de 1980 e 1990, se levou a cabo um vasto programa de modernização dos arquivos. Logo, a Democracia não se limitou a gerir a herança que vinha de trás. Ao invés, impulsionou as condições para que o País desse um “grande salto em frente” nestes domínios de modo a acompanhar as tendências internacionais.

Considerações Finais

Enquanto ciência social, a História responde a necessidades sentidas pelas sociedades. É percebida, no espaço e no debate público em sociedades abertas, como um instrumento de aprendizagem pelos ensinamentos morais que dela advêm, permitindo a fixação de modelos de comportamento a emular e a reprovar (Nadel 1964:294; 300; 306; 314). A sua utilidade social é indiscutível. Contudo, a produção historiográfica vai evoluindo de acordo com as mudanças das próprias sociedades, como se pôde observar na presente análise à historiografia produzida entre 1945 e 1996 (Sewell 2010). Com efeito, a historiografia do Estado Novo e a da Democracia foram produtos do seu tempo e dos respetivos contextos, tentando dar resposta a dois modelos diferentes de sociedade (Roth 1981:43; Nadel 1964:315; Zagorin 1999:1; Cheng 2008:218; Catroga 1996a:95).

No Estado Novo fomentou-se até tarde uma historiografia neo-metódica, herdeira do historicismo, fundado no método científico, em oposição a visões lendárias ou religiosas (Catroga 1996a:67-69). Porém, a partir da década de 1940, mas com especial ênfase de 1960 em frente, as mudanças introduzidas na sociedade pela própria ditadura, mais orientadas para o desenvolvimento económico e social, levaram os historiadores a afastarem-se do neo-metodismo (Parker 1983:145; King 2008). Nos últimos decénios, a História focada no acontecimento e no documento foi desafiada por correntes como a narrativista, os *Annales*, a hermenêutica e a pós-moderna (Zagorin 2001:149; Meyerhoff 1960:96-97; White 1984:3; 7-8; 29; Ankersmit 1988:206-209; 1990:287-290). O abandono do neo-metodismo constituiu assim uma prova da modernização da historiografia, que se desligou gradualmente dos discursos historiográficos nacionalistas e apologéticos para se concentrar cada vez mais em temáticas relacionadas com o desenvolvimento (Li 2010:338-343). Na Democracia a historiografia também se adaptou ao novo tipo de sociedade, adotando uma perspetiva menos patrioteira ao mesmo tempo que promoveu debates, como o do abolicionismo e o da escravatura, que procuravam a reposição da verdade e da justiça históricas em relação a certos grupos vítimas de injustiças (Cheng 2008:219; 224; Bevernage 2015:341).

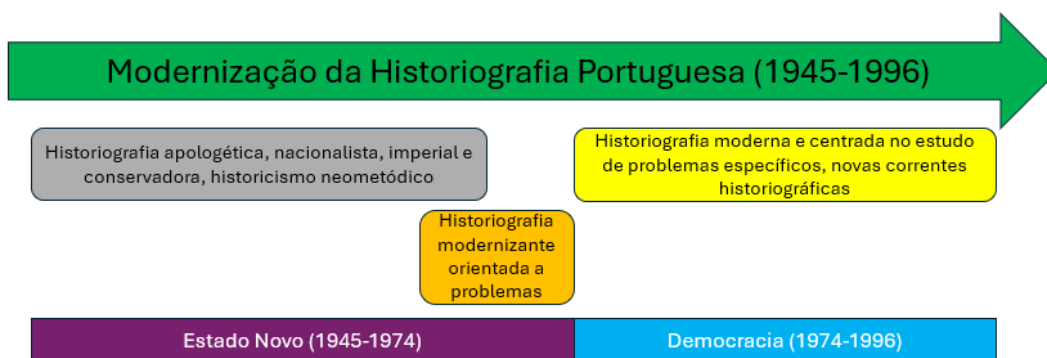


Figura 171: Processo de modernização da Historiografia Portuguesa entre 1945 e 1996.

A sociedade portuguesa experienciou mutações profundas entre 1945 e 1996. O Estado Novo foi um regime autoritário com uma ideologia conservadora, nacionalista, imperialista e antidemocrática. Valores que terão perpassado para a historiografia produzida até 1974 (Pereira 1986:124; Mattoso 1983:642-661; Vilhena 1983:172-173; Nunes 1995:16; 267-268; Trindade 2016:206-207; Mendes 1996a:313-317; 1994:8-9; 20-21; Torgal 1996a:39). Contudo, o regime não ficou estático nem esteve imune às influências exteriores. Se promovia um discurso em que propagandeava um modelo de sociedade tradicional, não deve menosprezar-se a sua capacidade de adaptação à mudança. Esse equilíbrio difícil contribuiu para a sua longevidade. Se até ao final da Segunda Guerra Mundial as modificações são menos visíveis, a partir desse momento ganham dimensão estrutural. Relutantemente, o regime avança de forma paulatina com iniciativas modernizadoras em vários domínios, entre os quais se encontra a historiografia. Aliás, nesta vislumbrava-se já uma dinâmica de inovação, embora controlada, desde os inícios da década de 1940, com a fundação da *Revista Portuguesa de História* (Oliveira 2015).

Esta atitude para com a novidade e a mudança inscreveu-se numa estratégia de sobrevivência do regime que era temperada, ao mesmo tempo, por medidas repressivas. Foi neste limbo, entre a abertura e a repressão, que viveu a historiografia portuguesa até 1974. Inclusive, não escaparam à censura apoiantes do regime que, em algum momento, ousaram demarcar-se do neo-metodismo, dominante até aos anos 60 (Nunes 1995:268). A reorientação do Estado Novo para a opção desenvolvimentista despoletou grandes transformações na sociedade e, por inerência, na historiografia. Nesta, iniciou um caminho irreversível cujos efeitos se tornariam sobretudo notados a partir da década de 1960 com o aumento da produção historiográfica nas universidades e nas revistas, algumas recém-fundadas, e com a adesão a novas correntes historiográficas (Nunes 1995:16; 267; Falcon 1988:90-91; Serra 1991:112; 114-116).

A relevância de confirmar se a aproximação da historiografia portuguesa aos mais recentes cânones se verificou ainda durante o Estado Novo, prende-se não apenas com o interesse em perceber se este regime promoveu e consentiu a modernização deste setor, mas também a influência que esta tendência de longo prazo teve na Democracia (Mandelbaum 1965:53). Até ao momento, uma parte significativa dos historiadores portugueses tem associado o progresso da historiografia nacional à mudança de regime político (Falcon 1988:91-92; Pereira 1991b). Porém, com base na investigação que empreendemos no âmbito desta tese, conclui-se que a transformação da historiografia acompanhou as profundas mudanças na sociedade promovidas a partir da década de 1940 pelo Estado Novo. Naturalmente, por via da melhoria geral das condições propiciadas pela democratização, ocorreu um forte aceleração das mudanças após 1974 (Pereira 1991b:94). Mas nem sempre a trajetória terá correspondido a ganhos efetivos, registando-se mesmo um certo retrocesso e estagnação em algumas áreas como a História dos Descobrimentos e da Expansão e a própria História Económica e Social (Godinho 1988:31; 41; Marques 1992:456; Oliveira 1987:113-114; 119).

Estes dados ganharam saliência nas análises quantitativas e qualitativas realizadas nos Capítulos II e III. Assim, confirmou-se, no que tange às temáticas, a preponderância da História Política no Estado Novo e, em simultâneo, o arranque e fortalecimento da História Económica e Social. Assinalou-se, também a inversão de posições destas temáticas durante a Democracia, mas sem que essa mudança fosse dramática para a História Política. Aliás, num e noutro regime constituíram, em conjunto com a História Cultural e das Mentalidades, mais de dois terços dos estudos. As ruturas não se colocaram tanto ao nível destas três temáticas. As maiores oscilações registaram-se nas temáticas mais coladas à historiografia estado novista, como a História Colonial e a História Religiosa, que percentualmente acabaram relegadas quase para a insignificância durante os anos iniciais da Democracia (Godinho 1988:31; 41; Marques 1992:456).

No que respeita às geografias estudadas, registou-se uma grande variabilidade de escalas, desde a História Global à História Local (Christian 1991). Esta amplitude escamoteou uma tendência dominante nos dois regimes: a apetência esmagadora dos historiadores pelo estudo de Portugal e dos seus impérios. As diferenças entre eles residiram na diminuição, durante a Democracia, do interesse manifestado pelo exterior, assim como pelo aumento do número de estudos de âmbito regional e local, em linha com a metodologia da micro-história (Neto 2017:139).

Quanto às cronologias, contrariamente à visão difundida por alguns historiadores, a Época Contemporânea foi muito estudada durante o Estado Novo, seguida da Época Medieval (Pereira 1991a:7). Na Democracia a Época Contemporânea recebeu ainda mais atenção, enquanto a Época Medieval perdeu relevância. Já a Época Moderna manteve uma certa estabilidade. Para além desta mudança, um outro domínio em que se assinalou uma rutura clara entre os dois regimes foi a Pré-História, que viu a sua produção aumentar significativamente após 1974.

Como balanço, e tendo em conta os dados fornecidos por esta amostra, pode-se afirmar que, apesar de todas as limitações impostas por um regime de cariz autoritário como o Estado Novo, o processo de modernização da historiografia já estava em curso algumas décadas antes da democratização do País. Até 1960 a renovação foi mais titubeante, mas, daí até ao fim do regime, a viragem foi rápida, transversal e irreversível. Foram estimulados projetos editoriais inovadores pela própria ditadura (RPH, *Análise Social* e RFLUL) e consentidos outros da Oposição em que se misturavam católicos progressistas, republicanos e, mais tarde, maoístas (*O Tempo e o Modo*). Contudo, devido ao carácter repressivo do regime, tratou-se de uma revolução silenciosa em que, quem ultrapassasse certos limites, era perseguido e punido.

A censura silenciava os discursos subversivos, mas não conseguiu impedir que a nova historiografia se fosse infiltrando nas universidades e nos círculos intelectuais. Aos poucos, a História Neo-Metódica cedeu a dianteira às novas correntes. O documento-monumento e a História acontecimental foram sendo substituídos pela problematização e pela interpretação históricas. A História Económica e Social, a História Cultural e das Mentalidades, a História Regional e Local e a História Contemporânea iniciaram um trajeto ascendente que lhes granjearia réditos na Democracia. O processo de modernização da historiografia foi iniciado e promovido pelo Estado Novo, tendo a Democracia dado sequência de uma forma vigorosa às principais forças motrizes que vinham de trás. Contudo, este processo não foi totalmente linear, uma vez que, enquanto houve correntes favorecidas pela Democracia, outras padeceram de algum grau de ostracização por estarem associadas à ideologia do Estado Novo.

Também no que concerne às fontes utilizadas pelos historiadores se percebe que, tanto no Estado Novo como na Democracia, estes recorreram sobretudo às sediadas em arquivos estatais portugueses. Em virtude, porventura, da melhoria gradual das respetivas condições (Janeiro 2022). Contudo, o seu comportamento teve oscilações, uma vez que na Democracia os historiadores se interessaram menos pelos arquivos estrangeiros,

concentrando-se mais nos nacionais. Na componente específica dos arquivos há um dado curioso. Nos primeiros anos, a Democracia não alterou o estado anémico e a apatia em que este setor vivia desde o Estado Novo, apesar das iniciativas para o reanimar que vinham sendo realizadas desde meados da década de 1960. Foi preciso esperar por meados da década de 1980 para que os arquivos comesçassem efetivamente a sentir os “ventos de mudança” de forma acelerada.

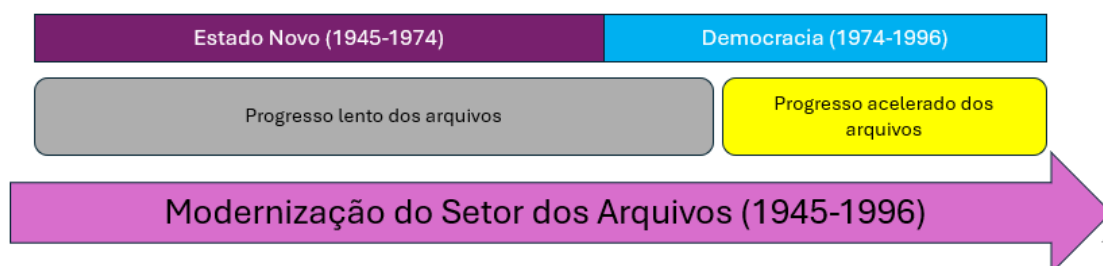


Figura 172: Processo de modernização do setor dos arquivos em Portugal entre 1945 e 1996.

Em síntese, e como acima já foi referido, no Estado Novo preparou-se o terreno para o que viria a ocorrer na Democracia. Os historiadores, tanto os da Oposição como os restantes, levaram a efeito uma “revolução silenciosa”, relativamente tolerada pela ditadura, que serviu de trampolim para “o grande salto” ocorrido após 1974. Na Democracia, a historiografia deu continuidade às principais tendências que se desenhavam desde a década de 1960. E conseguiu, sobretudo, alimentar uma dinâmica avassaladora que se traduziu numa explosão historiográfica que multiplicou, por várias vezes, a produção do Estado Novo, promovendo o pluralismo historiográfico em ambiente de liberdade. Mesmo os cortes que ocorreram, pela sua reduzida dimensão, acabaram por não pôr em causa o padrão de continuidade entre os dois regimes, que assentou numa dinâmica de longo prazo visando a modernização da historiografia portuguesa.

Em qualquer investigação é impossível responder de forma cabal a todas as interrogações que vão surgindo. Há questões cuja resposta terá de ficar para desenvolvimentos futuros. A primeira que julgamos pertinente é a necessidade de se traçar o perfil historiográfico das universidades portuguesas, das revistas e dos seus historiadores no período da Democracia. A segunda é a possibilidade de se aprofundar a análise para relacionar os estudos com correntes como a narrativista ou a pós-modernista, construindo um mapeamento que torne mais nítida a adaptação da historiografia portuguesa a essas influências. A terceira é uma proposta. Tendo em consideração a organização estabelecida ao nível europeu para os projetos de investigação científica, das Ciências Sociais e

Humanidades, que individualiza a História da Historiografia, parece-nos fazer sentido a criação de uma rede europeia de investigação em História da Historiografia. Até porque, para além do chapéu dos financiamentos europeus, esta área tem vindo a assumir cada vez mais relevância nas últimas décadas (Porciani e Raphael 2010). A quarta é uma constatação. É essencial elaborar estudos aprofundados sobre a história dos arquivos, não apenas do ponto de vista institucional e prosopográfico, mas também sobre as políticas arquivísticas, uma vez que não estão trabalhados aspetos como a evolução do estado das incorporações ou da inventariação de determinados fundos. O que existe é um imenso vazio.

Do ponto de vista logístico também nos parece útil fazer duas sugestões para o futuro. A primeira é a indispensabilidade de digitalizar e tornar acessíveis em linha todas as teses de doutoramento que atualmente existem apenas em papel. Das teses consultadas, só uma pequena parte está disponível em linha. Pese embora tenham sido enviadas algumas por correio ou imagens por correio eletrónico, houve necessidade de realizar deslocações para consultar teses às universidades de Coimbra, Braga e a várias de Lisboa, bem como à Biblioteca Nacional de Portugal. Do mesmo modo, parece ser relevante a indexação futura de dados relativos às teses e artigos que permitam a sua caracterização e a rápida criação de bases de dados, acelerando desse modo a produção de estudos sobre História da Historiografia. A esse respeito, poderiam ser definidas informações base relativas às respetivas temáticas, geografias e cronologias.

Bibliografia

- Aires, L. 2015. *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*, Lisboa: Universidade Aberta, 1.
- Ankersmit, F. R. 1990. "Historiography and Postmodernism: Reconsiderations: Reply to Professor Zagorin", *History and Theory*, 29, 3, 275-296.
- Ankersmit, F. R. 1988. "Historical Representation", *History and Theory*, 27, 3, 205-228.
- Aurell, Jaume. 2015. "Making history by contextualizing oneself: autobiography as historiographical intervention", *History and Theory*, 54, 2, 244-268.
- Bevernage, Berber. 2015. "The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of History, and temporal manichaeism", *History and Theory*, 54, 3, 333-352.
- Brandão, Tiago. 2012. *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da ciência e política científica em Portugal*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento
- Braw, J. D. 2007. "Vision as Revision: Ranke and the Beginning of Modern History", *History and Theory*, 46, 4, 46, 45-60.
- Bufrem, L. S. 2001. "Complementaridade qualitativo-quantitativa na pesquisa em informação", *Transinformação*, 13, 1, 49-55.
- Carbonell, Bettina M. 2014. "An open invitation?: Adding links to the epistemology of historical representations", *History and Theory*, 53, 1, 130-149.
- Cardoso, José Luís. 2015. "Análise Social (1963-1974)", In *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Catroga, Fernando. 1996. "Alexandre Herculano e o historicismo romântico", In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 45-98.
- Catroga, Fernando. 1996. "Positivistas e republicanos", In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 102-134.
- Cheng, Eileen Ka-May. 2008. "Exceptional History? The Origins of Historiography in the United States", *History and Theory*, 47, 2, 200-228.
- Chizzotti, A. 2003. "A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios", *Revista Portuguesa de Educação*, 16, 2, 221-236.
- Christian, David. 2010. "The return of universal History", *History and Theory*, 49, 4, 49, 6-27.
- Christian, David. 1991. "The Case for "Big History", *Journal of World History*, 2, 2, 223-238.

- Coelho, Maria Helena da Cruz. 2006. "O Poder Concelhio em tempos medievais - o "deve" e "haver" Historiográfico". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, 19-34.
- Cruz, Manuel Braga da. 1997. "A figura e obra de Adérito Sedas Nunes", *Análise Social*, Quarta Série, 32, 143/144, 939-943.
- Curto, Diogo Ramada. 2006. "Um imenso Portugal. História e historiografia", *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 61, 2, 433- 435.
- Dores, Hugo. 2008. *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado.
- Dray, W. H. 1971. "On the Nature and Role of Narrative in Historiography", *History and Theory*, 10, 2, 153-171.
- Falcon, Francisco. 1994. "Historiografia contemporânea", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.11, 353-375.
- Falcon, Francisco. 1988. "Historiografia portuguesa contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1, 79-99.
- Feijó, Rui, Hermínio Martins e João Pina Cabral. 1985. *A Morte no Portugal Contemporâneo, Aproximações Sociológicas, Literárias e Históricas*, Lisboa: Quercus.
- Ferreira, Nuno Estêvão Figueiredo M. 1994. "O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e Acção (1963-1967): repercussões eclesiológicas de uma cultura de diálogo", *Lusitania Sacra*, 2, 6, 129-294.
- Flick, U. 2005. *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Green, William A. 1995. "Periodizing World History", *History and Theory*, 34, 2, 34, 99-111.
- Green, William A. 1992. "Periodization in European and World History", *Journal of World History*, 3, 1, 13-53.
- Halbwachs, Maurice. 1980. *The collective memory*. Nova York: Harper & Row.
- Hall, John R. 1980. "The Time of History and the History of Times", *History and Theory*, 19, 2, 113-131.
- Halpern, Ben. 1961. "'Myth' and 'Ideology' in Modern Usage", *History and Theory*, 1, 2, 129-149.
- Hartog, François. 2000. "The Invention of History: The Pre-History of a Concept from Homer to Herodotus", *History and Theory*, 39, 3, 384-395.
- Hechs, Peter. 1994. "Myth, History, and Theory", *History and Theory*, 33, 1, 1-19.
- Hollander, Jaap Den, Herman Paul e Rik Peters. 2011. "Introduction: The metaphor of historical distance", *History and Theory*, 50, 4, 50, 1-10.

- Holscher, Lucian. 2014. "Time gardens: historical concepts in modern historiography", *History and Theory*, 53, 4, 577-591.
- Homem, Armando Luís de Carvalho. 2015. "Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931 e 1962 ss.)". In *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Humphreys, S. C. 1969. "History, Economics, and Anthropology: The Work of Karl Polanyi", *History and Theory*, 8, 2, 165-212.
- Jaeger, Hans. 1985. "Generations in History: Reflections on a Controversial Concept", *History and Theory*, 24, 3, 273-292.
- Janeiro, Jorge. 2022. "Contributos para a História dos Arquivos Distritais", *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, 9, 2.
- Janeiro, Jorge. 2016. "Arquivo Distrital de Évora. 100 anos de História (1916-2016)", *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*, 5, 1.
- King, Richard H. 2008. "The Return of the Self", *History and Theory*, 47, 3, 427-435.
- Knapp, Peter. 1984. "Can social theory escape from History? Views of History in social science", *History and Theory*, 23, 1, 34-52.
- Kracauer, Siegfried. 1966. "Time and History", *History and Theory*, 6, 6, 65-78.
- Lebovic, Nitzan. 2010. "The sovereignty of modern times: different concepts of time and the modernist perspective", *History and Theory*, 49, 2, 281-288.
- Levine, Philippa. 2014. "Is comparative history possible?", *History and Theory*, 53, 3, 331-347.
- Li, Huaiyin. 2010. "From revolution to modernization: the paradigm transition in Chinese historiography in the reform Era", *History and Theory*, 49, 3, 336-360.
- Loff, Manuel. 2014. "Estado, democracia e memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014)", In *Ditaduras e revolução. Democracia e políticas de memória*, Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Soutelo, Coimbra: Almedina, 23-143.
- Mandelbaum, Maurice. 1967. "A Note on History as Narrative", *History and Theory*, 6, 3, 413-419.
- Mandelbaum, Maurice. 1965. "The History of Ideas, Intellectual History, and the History of Philosophy", *History and Theory*, 5, 5, 33-66.
- Marques, José. 2015. "In memoriam, Humberto Baquero Moreno (1935-2015)", *Medievalista*, 18.
- Marques, M. Beatriz. 2016. "O paradigma formativo do arquivista em Portugal", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXIX, 323-346

- Marques, Maria Alegria e Maria José Santos. 2015. “Avelino de Jesus da Costa”, *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Martinho, Francisco. 2014. “O Estado Novo na historiografia portuguesa: sobre a questão do fascismo”. In *Historiografia Portuguesa e Brasileira no Século XX. Olhares Cruzados*, João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 111-146.
- Martins, Armando. 2015. “Torquato Brochado de Sousa Soares”, *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Matos, L. S. de. 2015. “Obituário “Manuel de Lucena (1938–2015)”, *Análise Social*, 214, 1, 1.º, 217-221.
- Mattoso, José. 1983. “Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”, *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, 13, 1, 641-662.
- McNeill, William H. 1995. “The Changing Shape of World History”, *History and Theory*, 34, 2, 34, 8-26.
- Mendes, José Amado. 2007. “A História para o futuro: conhecimento e acção”, *Revista Portuguesa de História*, XXXIX, 243-254.
- Mendes, José Amado. 1996. “A renovação da historiografia portuguesa”, In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 313-394.
- Mendes, José Amado. 1996. “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”, In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 17-83.
- Meyerhoff, Hans. 1960. “Theories of History by Patrick Gardiner”, *History and Theory*, 1, 1, 90-97.
- Milhazes, Ana Catarina. 2016. *O essencial sobre Leonardo Coimbra*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda
- Moreno, Humberto Baquero, Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral. 1991. “História da administração portuguesa na Idade Média - um balanço”, *Sociedad Española de Estudios Medievales*, 1, 1, 87-98.

- Moyn, Samuel. 2006. "Empathy in History, Empathizing with Humanity", *History and Theory*, 45, 3, 397-415.
- Nadel, George H. 1964. "Philosophy of History before Historicism", *History and Theory*, 3, 3, 291-315.
- Nadel, George H. 1963. "The Historical Revolution: English Historical Writing and Thought 1560- 1640", *History and Theory*, 3, 2, 255-261.
- Neto, Margarida Sobral. 2017. "Historiografia portuguesa da época moderna". *Revista de Teoria da História*, 17, 1, 124-146.
- Neto, Margarida. 2015. Revista Portuguesa de História. In *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Neto, Margarida Sobral. 2007. "A História: uma ciência em mudança: novos e velhos temas na investigação histórica". *Revista Portuguesa de História*, XXXIX, 255-271.
- Nunes, João Avelãs. 2016. "A memória histórica enquanto instrumento de controlo durante o Estado Novo: o exemplo do antissemitismo". *Revista de História das Ideias*, 34, 2, 137-168.
- Nunes, João Avelãs. 2013. "A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia", In *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*. Irene Pimentel e Maria Rezola. Lisboa: Tinta-da-China, 363-384.
- Nunes, João Avelãs. 1995. *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: o historicismo neo-metódico, ascensão e queda de um paradigma historiográfico (1911-1974)*. Instituto de Inovação Educacional.
- Oliveira, António de. 2015. "Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra", In *Dicionário de Historiadores Portugueses, Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, Sérgio Campos Matos (Coord.), Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Centro de História.
- Oliveira, António. 2011. "Seis décadas de História na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências", *Revista Portuguesa de História*, 42, 11-60.
- Parker, Christopher. 1983. "English Historians and the Opposition to Positivism", *History and Theory*, 22, 2, 120-145.
- Peixoto, A. M. 2019. Os arquivos municipais na consolidação da nossa democracia. In *Actas do XIII Encontro de Arquivos Municipais: Gestão Documental: Interoperabilidade e acesso continuado*. BAD.
- Phillips, Mark Salber. 2014. "On Historical Distance", *History and Theory*, 53, 1, 152.
- Pickard, A. J. 2007. *Research methods in information*. London: Facet.

- Pires, Daniel. 2000. *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa (1941-1974)*, Lisboa, Grifo, 2, 2, 558-579.
- Porciani, Ilaria e Lutz Raphael. 2010. *Atlas of European Historiography, The Making of a Profession: 1800-2005*, Basingstake: Palgrave.
- Ranjan, Ritwik. 2017. "Postcoloniality and the two sites of historicity", *History and Theory*, 56, 1, 38-53.
- Reisch, George A. 1991. "Chaos, History, and Narrative", *History and Theory*, 30, 1, 1-20.
- Ribeiro, Fernanda. 2023. "Política de informação para os arquivos em Portugal: lições do passado e reflexões para o futuro", *Arade – Revista do Arquivo Municipal de Lagoa*, 2, 45-68
- Ribeiro, Fernanda. 2013. "Una archivística en la era post-custodial: reflexiones sobre un cambio del paradigma en curso", *Boletín Ciencias de la Información*, 2, 77-82
- Ribeiro, Fernanda. 2008. *Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965)*. Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação: Edições Afrontamento.
- Ribeiro, Fernanda. 1998. *O acesso à informação nos arquivos*. Tese de doutoramento. Porto: Universidade do Porto.
- Ringer, Fritz. 1995. "History, Historians, and the Dynamics of Change by William A. Green", *The Journal of Interdisciplinary History*, 26, 2, 269-271.
- Roel, Antonio Eiras, 2002. "Coimbra, tradición y cambio. La obra de António de Oliveira en la historiografía del siglo XX", *Revista Portuguesa de História*, 35, 610-637.
- Roth, Michael S. 1981. "Foucault's "History of the Present", *History and Theory*, 20, 1, 32-46.
- Roth, Paul A. 2012. "The Pasts", *History and Theory*, 2012, 51, 3, 313-339.
- Rousseau, Jean-Yves; Couture, Carol. 1998. *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Tradução de Magda Bigotte Chorão e revisão científica de Pedro Pentead. Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- Salgueiro, Â., Rollo, M. F., Brandão, T., Queiroz, M. I. 2012. *Ciência, Cultura e Língua em Portugal no século XX. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões*. Instituto Camões e Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Santos, Maria F. 2003. "Humberto Carlos Baquero Moreno: Síntese biográfica". In *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao professor doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Luís Adão da Fonseca, Luís Carlos Amaral, Maria Fernanda Ferreira Santos (Coord.), 1, 13-19.
- Sewell, William H. JR. 2010. "A strange career: the historical study of economic life", *History and Theory*, 49, 4, 49, 146-166.

- Spiegel, Gabrielle M. 2000. “Épater les Médiévistes”, *History and Theory*, 39, 2, 243-250.
- Stein, Robert M. 2001. “The Task of the Historian”, *History and Theory*, 40, 2, 261-266.
- Torgal, Luís Reis. 2014. “A historiografia em Portugal no século XX: olhando o Brasil...”, In *Historiografia Portuguesa e Brasileira no Século XX. Olhares Cruzados*. João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 15-30.
- Torgal, Luís. 1996. “Antes de Herculano...”, In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 23-42.
- Torgal, Luís. 1996. “História... da «ciência» (ou «arte») à memória”, In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 2, 7-15.
- Torgal, Luís, José Amado e Fernando Catroga. 1996. “Introdução”, In *História da História em Portugal*, Luís Torgal, José Amado e Fernando Catroga, Lisboa: Círculo de Leitores, 1, 13-20.
- Trindade, Luís. 2016. “Fazer a História do Estado Novo. Uma conversa com Fernando Rosas.” *Práticas da História*, 1, 2, 203-223.
- Tucker, Aviezer. 2001. “The Future of the Philosophy of Historiography”, *History and Theory*, 40, 1, 37-56.
- Vilhena, Vasco de Magalhães. 1983. “Em torno do idealismo histórico-social de António Sérgio”, *Revista de História das Ideias*, 167-246.
- West, Francis. 1966. “Oral Tradition. A Study in Historical Methodology”, *History and Theory*, 5, 3, 348-352.
- White, Hayden. 1984. “The Question of Narrative in Contemporary Historical Theory”, *History and Theory*, 23, 1, 1-33.
- Xavier, Ângela Barreto. 2000. “Tendências na historiografia da Expansão Portuguesa. Reflexões sobre os destinos da história social.” *Penélope*, 22, 141-179.
- Zagorin, Perez. 2001. “Historiografia e pós-modernismo: reconsiderações”, *Topoi. Revista de História*, 02, 02, 137-152.
- Zagorin, Perez. 1999. “History, the Referent, and Narrative: Reflections on Postmodernism”, *History and Theory*, 38, 1, 1-24.

Fontes

- Alarcão, Jorge de. 1959. “Emolumentos do tabelionato medieval português. Uma tabela inédita”, *Revista Portuguesa de História*, 8.
- Albuquerque, Luís de. 1991. “História dos descobrimentos e da expansão”, *Ler História*, 21, 79-84.
- Alegria, Maria Fernanda e Maria Helena Dias. 1994. “Lisboa na Produção Cartográfica Portuguesa e Holandesa dos Séculos XVI e XVII: o Espaço e o Intercâmbio”, *Penélope*, 13.
- Almeida, Luís Ferrand de. 1975. “Aclimação de plantas do Oriente no Brasil durante os séculos XVII e XVIII”, *Revista Portuguesa de História*, 15.
- Almeida, Luís Ferrand de. 1959. “Duas notas à margem do Quadro elementar”, *Revista Portuguesa de História*, 8.
- Almeida, Pedro Tavares de. 1985. “Comportamentos eleitorais em Lisboa, (1878-1910)”, *Análise Social*, 85.
- Alves, Jorge Fernandes. 1993. “Analfabetismo e emigração: o caso do distrito do Porto no século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.10.
- Alves, Jorge Fernandes. 1992. “Percursos de um brasileiro no Porto: o Conde de Ferreira”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.9.
- Amorim, Inês. 1996. “A cerâmica de Aveiro no século XVIII: das olarias à fábrica de Louça Fina”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Amorim, Maria Norberta. 1995. “História da família em Portugal: uma história em marcha”, *Ler História*, 29, 5-17.
- Amorim, Maria Norberta. 1991. “Demografia histórica (Antigo Regime)”, *Ler História*, 21, 72-79.
- Andrade, António Alberto Banha de. 1977. “Roteiro do Arquivo Histórico da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.H.M.M.N.), com a história da fundação e primeiros anos da Santa Casa”, *Revista Portuguesa de História*, 17.
- Araújo, Ana Cristina e Joaquim Ramos de Carvalho. 1991. “História das ideias e das mentalidades (séculos XVI a XVIII)”, *Ler História*, 21, 59-71.
- Arnaut, Salvador Dias. 1977. “Os documentos do Mestre de Avis (Breves notas)”, *Revista Portuguesa de História*, 17.
- Azevedo, Rui de. 1969. “Observações de Diplomática”, *Revista Portuguesa de História*, 12.
- Azevedo, Rui de. 1957. “A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsley sobre a conquista de Lisboa em 1147”, *Revista Portuguesa de História*, 7.

- Azevedo, Rui de. 1949. "Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de São João do Hospital de Jerusalém, depois chamada de Malta, em Portugal", *Revista Portuguesa de História*, 4.
- Azevedo, Rui de. 1947. "A presúria e o repovoamento entre Minho e Lima no séc. X (Origens do Mosteiro de São Salvador da Torre)", *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Azevedo, Rui de. 1947. "A Coleção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Sua génese e corpos que a formam. Reconstituição destes fundos pelos seus elementos arquivísticos. O itinerário do cartório de Moreira", *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Azevedo, Rui de. 1947. "Carl Erdmann", *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Barata, Maria do Rosário Themudo. 1983. *As regências na menoridade de D. Sebastião: elementos para uma história estrutural*, Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Barosa, José Pedro. 1993. "Os Burnay no vidro, ou um monopólio que não chegou a existir", *Análise Social*, 136, 137.
- Barreto, António. 1983. "O Estado e a Reforma Agrária: 1974-76", *Análise Social*, 77, 78, 79.
- Barreto, José. 1994. "Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar", *Análise Social*, 125, 126, 287-317.
- Barroca, Mário. 1994. "Mosteiro de Santa Maria das Júnias", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.11.
- Bethencourt, Francisco. 1987. "Declínio e extinção do Santo Ofício", *Revista de História Económica e Social*, 20.
- Bonifácio, Maria de Fátima. 1993. "O abençoado retorno da velha história", *Análise Social*, XXVIII, 122, 623-630.
- Bonifácio, Fátima. 1981. "Os arsenalistas da Marinha na Revolução de Setembro (1836)", *Análise Social*, 65, 29-65.
- Boxer, Charles Ralph. 1959. "A «História» de Cadornega no Museu Britânico", *Revista Portuguesa de História*, 8.
- Brandão, Maria de Fátima. 1991. "O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900", *Análise Social*, 112, 113, 613-628.
- Brandão, Maria de Fátima. 1984. "Entre textos e contextos: os estudos de comunidade e as suas fontes históricas", *Análise Social*, 83.
- Brandão, Maria de Fátima. 1980. "História da propriedade e comunidade rural: questões de método", *Análise Social*, 61, 62, 173-207.
- Brásio, António. 1981. "Processo Canónico de D. Frei Amador Arrais", *Revista Portuguesa de História*, 19.

- Brásio, António. 1976. "A missão de 1779", *Revista Portuguesa de História*, 16.
- Brazão, Eduardo. 1976. "A secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V", *Revista Portuguesa de História*, 16.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão. 1982. "A gramaticalização das línguas exóticas no quadro cultural da Europa do século XVI", *Revista de História Económica e Social*, 10.
- Caetano, Marcelo. 1951. "As cortes de 1385", *Revista Portuguesa de História*, 5.
- Cardoso, José Luís. 1991. "Recente historiografia do pensamento económico em Portugal", *Ler História*, 21, 146-153.
- Carreira, António. 1983. "A fome de 1864 na ilha de Santiago", *Revista de História Económica e Social*, 12.
- Carreira, António. 1983. "A Companhia de Pernambuco e Paraíba. Alguns subsídios para o estudo da sua acção", *Revista de História Económica e Social*, 11.
- Cascão, Rui. 1994. "Marte e Vénus. Notas para o estudo da mentalidade do soldado português na Flandres (1917-1918)", *Revista Portuguesa de História*, 29.
- Cascão, Rui. 1991. "A evolução da prática religiosa na freguesia de Santa Cruz (Coimbra), 1851-1913", *Revista Portuguesa de História*, 26.
- Cascão, Rui. 1980. "As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850-1920)", *Revista Portuguesa de História*, 18.
- Castro, Armando de. 1991. "O panorama historiográfico português na actualidade", *Ler História*, 22, 135-140.
- Chorão, Maria José Mexia Bigotte. 1987. "Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII", *Revista de História Económica e Social*, 21.
- Clímaco, Cristina. 1995. "A emigração política portuguesa em França (1927-40)", *Penélope*, 16.
- Cocheril, Maur. 1976. "Les infantes Teresa, Sancha, Mafalda et l'Ordre de Citeaux au Portugal", *Revista Portuguesa de História*, 16, 44.
- Cocheril, Maur. 1955. "Le Portugal et la "Peregrenatio Hispanica" de Frère Claude de Bronseval", *Revista Portuguesa de História*, 6.
- Coelho, António Borges. 1991. "História moderna de Portugal: a investigação nos últimos quinze anos em ou s(em) jeito de balanço", *Ler História*, 21, 46-58.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. 1991. "A Diplomática em Portugal: balanço e estado actual", *Revista Portuguesa de História*, 26.
- Coelho, Maria Helena da Cruz. 1990. "Doutor Cónego Avelino de Jesus Costa: o Professor, o Mestre", *Revista Portuguesa de História*, 25.

- Coelho, Maria Helena da Cruz e Luís Miguel Duarte. 1996. “A fiscalidade em exercício: o pedido dos 60 milhões no Almocharifado de Loulé”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Coelho, Virgínia. 1979. “Preços do azeite em Lisboa: 1626-1733. Tentativa de compreensão analítico-sintética”, *Revista de História Económica e Social*, 4.
- Costa, Avelino de Jesus da. 1976. “Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares”, *Revista Portuguesa de História*, 16.
- Costa, Avelino de Jesus da. 1955. “Prof. Cónego Pierre David. Trabalhos inéditos e bibliografia”, *Revista Portuguesa de História*, 6.
- Costa, Avelino de Jesus da. 1947. “Documentos da Colegiada de Guimarães”, *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Costa, Fernando Marques da. 1986. “Um namoro na geração de 70: Batalha Reis – Celeste Cinatti”, *Análise Social*, 92, 93.
- Costa, Mário Alberto Nunes. 1964. “O Arquivo da Montaria-Mor do Reino (1583- 1833). Inventário Preliminar”, *Revista Portuguesa de História*, 11.
- Costa, Mário Alberto Nunes. 1960. “O Arquivo da Superintendência-Geral dos Contrabandos (1771-1834)”, *Revista Portuguesa de História*, 9.
- Cruz, Maria Antonieta. 1996. “O direito de voto no tempo da Maria da Fonte”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Cunha, Cristina Almeida e. 1996. “A eleição do Mestre de Avis nos séculos XIII-XV”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Cunha, Cristina Almeida e. 1995. “A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao final do reinado de D. Dinis”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.12.
- Daveau, Suzanne. 1991. “História e geografia”, *Ler História*, 21, 162-169.
- Dias, Fátima Sequeira. 1996. “Os empresários micaelenses no século XIX: o exemplo de sucesso de Elias Bensaúde (1807-1868)”, *Análise Social*, 136, 137.
- Dias, Jill. 1991. “História da colonização - África (séculos XVII-XX)”, *Ler História*, 21, 128-145.
- Dias, Manuel Nunes. 1962. “A Junta liquidatária dos fundos das companhias do Grão-Pará e Maranhão, Pernambuco e Paraíba (1778-1837)”, *Revista Portuguesa de História*, 10.
- Dias, Maria Helena. 1994. “Lisboa na Produção Cartográfica Portuguesa e Holandesa dos Séculos XVI e XVII: o Espaço e o Intercâmbio”, *Penélope*, 13.
- Dinis, António Joaquim Dias. 1975. “À volta do casamento do Infante D. Duarte (1409-1428)”, *Revista Portuguesa de História*, 15.

- Faria, Ana Mouta. 1987. “A condição do clero português durante a primeira experiência da implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites”, *Revista Portuguesa de História*, 23.
- Fernandes, Maria Eugénia Matos. 1993. “Os últimos dias de Monchique”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.10.
- Fonseca, Hélder Adegar. 1988. “Senhorio, rendeiros e foreiros na primeira metade do século XIX. Situações e conflitos. Um caso no termo de Alenquer”, *Ler História*, 2.
- Fonseca, Hélder Adegar e Jaime Reis. 1987. “José Maria Eugénio de Almeida, um capitalista da Regeneração”, *Análise Social*, 99, 865-904.
- França, José-Augusto. 1991. “Historiografia da arte em Portugal: balanço e considerações”, *Ler História*, 21, 154-161.
- Freire, João. 1981. “«A Sementeira», do arsenalista Hilário Marques”, *Análise Social*, 67, 68, 69, 745-793.
- Freire, José Geraudes. 1985. “Factores de individualidade do Ocidente hispânico”, *Revista Portuguesa de História*, 22.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1988. “Portugal e os Descobrimentos”, *Revista de História Económica e Social*, 22.
- Godinho, Vitorino Magalhães. 1978. “Na mudança, a História – Uma História sempre nova”, *Revista de História Económica e Social*, 1.
- Gomes, Saul e Leontina Ventura. 1993. “Leiria na crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica”, *Revista Portuguesa de História*, 28.
- Gonçalves, António Nogueira. 1974. “O mestre dos Túmulos dos Reis”, *Revista Portuguesa de História*, 14.
- Gonçalves, Maria Antonieta Flores. 1959. “Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436”, *Revista Portuguesa de História*, 8.
- Gonçalves, Maria Antonieta Flores. 1959. “Capítulos especiais de Santarém nas Cortes de 1436”, *Revista Portuguesa de História*, 8.
- Grácio, Rui. 1983. “O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo”, *Análise Social*, 77, 78, 79.
- Guerreiro, Manuel Viegas e Joaquim Romero Magalhães. 1983. “Duas descrições do Algarve do século XVI”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 3.
- Guimarães, Paulo. 1994. “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, *Análise Social*, 127.

- Hespanha, António Manuel. 1991. “A emergência da História”, *Penélope*, 5.
- Hespanha, António Manuel. 1986. “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, 9, 65-84.
- Hespanha, António Manuel. 1982. “Historiografia jurídica e política do direito (Portugal, 1900-50)”, *Análise Social*, XVIII, 72, 73, 74, 795-812.
- Hespanha, António Manuel. 1980. “O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal”, *Análise Social*, 61, 62.
- Higgs, David. 1993. “A Inquisição de Goa no fim do século XVIII”, *Ler História*, 24.
- Homem, Armando Luís de Carvalho. 1994. “Os historiadores, esses desconhecidos”, *Revista Portuguesa de História*, 29, 33-53.
- Homem, Armando Carvalho. 1993. “A Idade Média das universidades portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.10.
- Justino, David. 1988. “Um comentário à recensão de Fernanda Alegria”, *Penélope*, 1.
- Justino, David. 1981. “Crises e «decadência» da economia cerealífera alentejana no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, 7.
- Kellenbenz, Hermann. 1960. “Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530”, *Revista Portuguesa de História*, 9.
- Lalanda, Margarida. 1996. “Os espaços internos da ilha de São Miguel nos séculos XVI e XVII”, *Ler História*, 31.
- Langhans, Franz Paul de Almeida. 1949. “Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa em 1701 sobre a política que conduziu à Guerra da sucessão de Espanha”, *Revista Portuguesa de História*, 4.
- Livermore, Harold. 1964. “D. João III, Erasmo e Guevara”, *Revista Portuguesa de História*, 11.
- Lopes, Fernando Félix. 1955. “Influência de São Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo”, *Revista Portuguesa de História*, 6.
- Lopes, Maria Antónia. 1984. “Os expostos no concelho da Meda em meados do século XIX (1838-1866). Subsídios para o seu estudo”, *Revista Portuguesa de História*, 21.
- Lopes, Quintino. 2017. *A europeização de Portugal entre guerras. A Junta de Educação Nacional e a investigação científica*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Lousada, Maria Alexandra. 1990. “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da nobreza titulada portuguesa”, *Penélope*, 4.
- Lucas, Maria Manuela. 1996. “Uma biografia em construção: Simplicio Rodrigues de Sá, pintor retratista na corte imperial do Rio de Janeiro”, *Revista Portuguesa de História*, 31.1.

- Macedo, Jorge Borges de. 1963. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Madureira, Nuno Luís. 1996. “O critério antropológico. Categorias ocupacionais na indústria de lanifícios da Covilhã”, *Ler História*, 30.
- Magalhães, Joaquim Romero. 1985. “No trilho de uma ambição: o poeta-historiador Jaime Cortesão (1910-1927)”, *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 6, 7.
- Magalhães, Joaquim Romero. 1985. “Alguns aspectos da produção agrícola no Algarve: fins do século XVIII - princípios do século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, 22.
- Marques, A. H. Oliveira. 1992. “As cidades portuguesas nos finais da Idade Média”, *Penélope*, 7.
- Marques, A. H. Oliveira. 1959. *Hansa e Portugal na Idade Média*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Marques, Alfredo Pinheiro. 1992. “A historiografia dos Descobrimentos e Expansão Ultramarina Portuguesa”. *Revista de História das Ideias*, 14, 439-458.
- Marques, Armando. 1957. “Frei Sebastião Toscano na conjuntura religiosa da sua época. Subsídios biográficos”, *Revista Portuguesa de História*, 7.
- Marques, José. 1996. “Devastações biscainhas na quinta da Azóia (1381)”, *Revista Portuguesa de História*, 31.2.
- Marques, José. 1990. “A realidade da Igreja no tempo de S. Teotónio”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.7.
- Marreiros, Maria Rosa Ferreira. 1981. “A instrução primária oficial em Estômbar nos fins do séc. XIX (1881-1892)”, *Revista Portuguesa de História*, 19.
- Martins, Conceição Andrade. 1992. “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, *Análise Social*, 116, 117.
- Mattoso, José. 1971. “Sanctio (875-1100)”, *Revista Portuguesa de História*, 13.
- Mea, Elvira. 1984. “Nossa Senhora em processos da Inquisição”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.1.
- Mendes, José Amado. 1994. “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”, *Revista Portuguesa de História*, XXIX, 1-32.
- Mendes, José Amado. 1985. “Um caso de espionagem industrial em 1885-1886”, *Revista Portuguesa de História*, 22.
- Mendes, José Amado. 1980. “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”, *Análise Social*, 61, 62.

- Miranda, Maria Adelaide. 1986. "A inicial ornada nos manuscritos alcobacenses. Um percurso através do seu imaginário", *Ler História*, 8.
- Mónica, Maria Filomena. 1994. "A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)", *Análise Social*, 125, 126.
- Mónica, Maria Filomena. 1982. "Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934)", *Análise Social*, 72, 73, 74.
- Mónica, Maria Filomena. 1981. "Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande", *Análise Social*, 67, 68, 69.
- Monteiro, Nuno Gonçalo. 1992. "O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos", *Análise Social*, 116, 117.
- Morujão, Maria do Rosário. 1996. "Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV", *Revista Portuguesa de História*, 31.1.
- Nunes, Adérito Sedas. 1988. "Histórias, uma história e a História - sobre as origens das modernas Ciências Sociais em Portugal", *Análise Social*, XXIV, 100, 1, 11-55.
- Nunes, João Paulo Avelãs. 1994. "Inventores, registos de patentes e de marcas e arqueologia industrial. Um exemplo concreto", *Revista Portuguesa de História*, 29.
- Oleiro, J. M. Bairrão. 1996. "Notas sobre escultura antiga: os relevos do Duque de Loulé", *Revista Portuguesa de História*, 31.1.
- Oliveira, António de. 1992. "Uma declaração de bens de João Pinto Ribeiro como titular de ofício público", *Revista Portuguesa de História*, 27.
- Oliveira, António de. 1977. "O levantamento popular de Arcozelo em 1635", *Revista Portuguesa de História*, 17.
- Oliveira, Aurélio. 1996. "Artista italiano no barroco bracarense", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Oliveira, Aurélio. 1995. "A universidade bracarense", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.12.
- Oliveira, Aurélio de. 1987. "A História Económica e Social dos séculos XVII-XVIII na Historiografia Portuguesa, 1974-1986", *Revista de História Económica e Social*, 20, 113-131.
- Oliveira, Aurélio. 1985. "Mercados a norte do Douro: algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a impotência dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII)", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.2.
- Oliveira, Aurélio. 1973. "Mappa histórico e político do Reyno de Portugal", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1.4.

- Oliveira, Aurélio. 1972. “Elementos para a história do Barroco no Noroeste Português”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1.3.
- Oliveira, César. 1990. “Relações luso-brasileiras na Segunda Guerra Mundial”, *Ler História*, 18.
- Oliveira, Miguel de. 1951. “Origens da ordem de Cister em Portugal”, *Revista Portuguesa de História*, 5.
- Pais, José Machado. 1984. “Fontes documentais em sociologia da vida quotidiana”, *Análise Social*, 1, XX, 83, 4º, 507-519.
- Paiva, Pedro José e Joaquim Carvalho. 1989. “A evolução das visitas pastorais da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII”, *Ler História*, 15.
- Patriarca, Fátima. 1993. “O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura”, *Análise Social*, 123, 124.
- Patriarca, Fátima. 1991. “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, *Análise Social*, 110.
- Patriarca, Fátima. 1987. “O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)”, *Análise Social*, 99.
- Pedreira, Jorge. 1992. “Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais”, *Análise Social*, 116, 117.
- Pedreira, Jorge. 1988. “O «Genio Empreendedor»: Espírito de empresa e dificuldades económicas no itinerário de um fabricante português Custódio Braga (1793-1832)”, *Penélope*, 1.
- Pentado, Pedro. 1993. “A Casa de Nossa Senhora da Nazaré Face aos Conflitos Jurisdicionais de 1641-1642”, *Penélope*, 9, 10.
- Pereira, Gaspar Martins. 1988. “A População de Cedofeita em meados do século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.5.
- Pereira, José Pacheco. 1980. “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República (1921-26)”, *Análise Social*, 67, 68, 69.
- Pereira, José Pacheco. 1980. “As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve”, *Análise Social*, 61, 62.
- Pereira, M.H. 2015. “O Arquivo Nacional suspendeu as funções de Arquivo do Estado: Reflexões de uma historiadora acerca da política de arquivos”, *Ler História*, 68.
- Pereira, M. H. 1979. “Património cultural em risco de expatriação e deterioração”. *O Jornal*. Lisboa. 5228, 24.

- Pereira, M. H. 1978. "Século e meio de História portuguesa à mercê dos ratos e outros bichos". *O Jornal*. Lisboa. 4158, 8.
- Pereira, Miriam Halpern. 1991. "Breves reflexões acerca da historiografia portuguesa no século XX", *Ler História*, 21, 5-15.
- Pereira, Miriam Halpern. 1991. "Historiografia contemporânea sobre o século XIX", *Ler História* 21, 93-127.
- Pereira, Miriam Halpern. 1988. "Artesãos, operários e o liberalismo - dos privilégios corporativos para o direito ao trabalho (1820-1840)", *Ler História*, 14.
- Pereira, Miriam Halpern. 1986. "Marc Bloch e a Historiografia Portuguesa", *Ler História*, 9, 123-125.
- Pereira, Miriam Halpern. 1983. "Editorial", *Ler História*, 1.
- Pereira, Raúl da Silva. 1994. "Adérito Sedas Nunes: no final do século", *Análise Social*, XXIX, 125-126, 1.º-2.º, 5-8.
- Pinto, António Costa. 1990. "O Salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas", *Análise Social*, XXV, 108-109, 695-713.
- Pinto, Francisco de Paula Leite. 1968. "Essa palavra "Universidade"!", *Análise Social*, 20, 21.
- Pinto, João Rocha. 1989. "A Viagem. Memória e Espaço. A Literatura Portuguesa de Viagens. Os Primitivos Relatos de viagens ao Índico 1497-1550", *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 11, 12.
- Polónia, Amélia. 1995. "Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648)", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.12.
- Queirós, Francisco Alberto Fortunato. 1972. "D. Pedro e a educação: ideário pedagógico de um Rei", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1.3.
- Raby, David L. 1984. "O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47", *Análise Social*, 84.
- Raby, David L. 1982. "O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958", *Análise Social*, 72, 73, 74.
- Rau, Virgínia. 1946. *Sesmarias medievais portuguesas*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira. 1960. "A empresa colonial portuguesa na revelação da Amazónia", *Revista Portuguesa de História*, 9.
- Reis, Jaime. 1986. "A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice", *Análise Social*, 94.

- Reis, Jaime. 1982. “Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930” *Análise Social*, 71, 371-433.
- Reis, Jaime. 1979. “A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)”, *Análise Social*, 60, 745-793.
- Renouard, Yves. 1949. “Pour des recherches sur les relations entre pays de la Méditerranée et pays de l’Atlantique au Moyen-Age”, *Revista Portuguesa de História*, 4.
- Rodrigues, Luís Nuno. 1992. “A Legião Portuguesa no espectro político nacional (1936-1939)”, *Penélope*, 11.
- Rodrigues, Luís Nuno. 1992. “Um século de finanças municipais: Caldas da Rainha (1720-1820)”, *Penélope*, 7.
- Rodrigues, Manuel Ferreira. 1990. “A indústria cerâmica em Aveiro (final do século XIX-início do século XX). Contribuição para o seu estudo”, *Revista Portuguesa de História*, 25.
- Rosas, Lúcia Maria Cardoso. 1996. “O restauro da Sé da Guarda: Rosendo Carvalheira e o poder sugestivo da arquitectura”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.13.
- Rosas, Lúcia Maria Cardoso. 1991. “As obras seiscentistas no Mosteiro de S. Salvador de Ganfei”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.8.
- Rowland, Robert. 1990. “António Borges Coelho, Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668, Lisboa”, *Ler História*, 18.
- Russell, Peter. 1951. “Fernão Lopes e o tratado de Santarém”, *Revista Portuguesa de História*, 5.
- S.A. 1975. “As revoltas camponesas da Maria da Fonte”, *O Tempo e o Modo*, 114, 25
- S.A. 1974. “História do partido revisionista português (Período 1921-1929)”, *O Tempo e o Modo*, 107.
- Sá, Isabel de Guimarães e. 1985. “A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.2.
- Sá, Victor de. 1986. “Notas sobre o ensino da história na 1ª Faculdade de Letras do Porto”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.3.
- Sá, Victor de e Gaspar Martins Pereira. 1990. “Do Porto ao Báltico, 1780: achegas para a história das relações entre Portugal e a Rússia”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.7.
- Saldanha, António Vasconcelos de. 1990. “Considerações sobre o estudo das capitanias ultramarinas portuguesas”, *Ler História*, 19.
- Santos, A. P. de Oliveira. 1978. “A reacção popular às Invasões Francesas, através da «Literatura de Cordel» (1808-1815). Contribuição para o estudo da mentalidade portuguesa no início do século XIX”, *Revista de História Económica e Social*, 2.

- Santos, Eugénio dos. 1971. "Bento José (memorialista da Congregação do Oratório do Porto)". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1.2.
- Santos, Maria Helena Carvalho dos. 1983. "Emigração e níveis de cultura: a União Portuguesa do Estado da Califórnia (1880-1980)", *Análise Social*, 77, 78, 79.
- Santos, Maria José Azevedo. 1991. "Manuscrits non datés au Portugal. Contribution à l'étude du problème", *Revista Portuguesa de História*, 26.
- Santos, Rui. 1993. "Senhores da terra, senhores da vila: elites e poderes locais em Mértola no século XVIII", *Análise Social*, 121.
- Schurhammer, Georg. 1960. "Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539)", *Revista Portuguesa de História*, 9.
- Schwartzmann, Kathleen. 1982. "Lucros, investimentos e coligações políticas na I República", *Análise Social*, 72, 73, 74.
- Serra, João B. 1991. "Os estudos sobre o século XX na historiografia portuguesa do pós-guerra", *Penélope*, 5, 111-150.
- Serra, João B. 1988. "Arte e indústria na transição para o século XX: a fábrica dos Bordalos (1884-1924)", *Análise Social*, 100.
- Serra, João B. 1987. "Elites locais e competição eleitoral em 1911", *Análise Social*, 95, 67.
- Serra, João B. e Luís Salgado de Matos. 1982. "Intervenções militares na vida política", *Análise Social*, 72, 73, 74, 1165-1195.
- Silva, Álvaro Ferreira da. 1987. "O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47", *Análise Social*, 97.
- Silva, Francisco Ribeiro da. 1995. "A Misericórdia de Santa Maria da Feira: breve notícia histórica", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.12.
- Silva, Francisco Ribeiro da. 1994. "A cidade do Porto e a Restauração", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.11.
- Silva, Francisco Ribeiro da. 1993. "O Porto e as Cortes no século XVII ou os concelhos e o poder central em tempos do absolutismo", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.10.
- Silva, Francisco Ribeiro da. 1990. "Porto e Ribadouro no século 17: a complementaridade imposta pela natureza", *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 2.7.
- Silva, José M. Azevedo e. 1996. "A Carreira da Índia, à luz de um códice da British Library (1497-1653)", *Revista Portuguesa de História*, 31.1.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. 1995. "História da família: tendências e metodologias", *Ler História*, 29, 19-24.

- Silva, Maria Beatriz Nizza da. 1991. "Historiografia portuguesa e o Brasil colonial", *Ler História*, 21, 85-92.
- Silveira, João Cabral da e Mariano Feio. 1988. "As produções de cereais na região de Évora no fim do século XIX", *Penélope*, 1.
- Silveira, Luís Espinha da. 1991. "Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX", *Análise Social*, 112, 113.
- Silveira, Luís Espinha da. 1987. "Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do século XIX (1800-27)", *Análise Social*, 97.
- SN. 1976. Instituto de História Económica e Social e «Revista Portuguesa de História», *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 16, 403-404.
- Soares, Sérgio da Cunha. 1991. "Os vereadores da Universidade à Câmara de Coimbra (1640-1777)", *Revista Portuguesa de História*, 26.
- Soares, Sérgio da Cunha. 1984. "Aspectos da política municipal pombalina. A câmara de Viseu no reinado de D. José", *Revista Portuguesa de História*, 21.
- Soares, Torquato de Sousa. 1949. "Henrique da Gama Barros", *Revista Portuguesa de História*, 4.
- Soares, Torquato de Sousa. 1947. "Padre Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal", *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Soares, Torquato de Sousa. 1947. "Marc Bloch", *Revista Portuguesa de História*, 3, 634-654.
- Soares, Torquato. 1940. "Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos", *Revista Portuguesa de História*, I, 329-335.
- Sobral, José Manuel. 1990. "Religião, relações sociais e poder – A Misericórdia de F. no seu espaço social e religioso (séculos XIX e XX)", *Análise Social*, 107.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e. 1996. "Protestos anti-senhoriais em Bragança e Benavente no final do século XIV", *Revista Portuguesa de História*, 31.2.
- Sousa, Bernardo Vasconcelos e Fernando Vieira e Silva e Nuno Monteiro. 1982. "O «Livro das despesas do prioste» do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", *Revista de História Económica Social*, 9.
- Sousa, Fernando de. 1979. "Relatório dos arquivos a norte do Douro", *Revista de História Económica e Social*, 3.
- Stoer, Stephen. 1983. "A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou «disfarce humanista»?". *Análise Social*, XIX, 77, 78, 79, 3, 4, 5, 793-822

- Tarouca, Carlos da Silva. 1947. “Manuscritos das crónicas dos Reis de Portugal na biblioteca da Casa Cadaval”, *Revista Portuguesa de História*, 3.
- Tavares, Maria José Pimenta Ferro. 1993. “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, *Revista de História Económica e Social*, 12.
- Teixeira, Manuel C. 1993. “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, XXVIII, 2, 121, 371-390.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1993. “Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do Pacto do Atlântico”, *Análise Social*, 100, 111.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1992. “A fome e a saudade. Os prisioneiros portugueses na Grande Guerra”, *Penélope*, 8.
- Teixeira, Nuno Severiano. 1988. “A história política na historiografia contemporânea”, *Ler História*, 13, 77-102.
- Tengarrinha, José. 1993. “Venda dos bens da coroa em 1810-1820: os reflexos de uma crise nacional”, *Análise Social*, 122.
- Tengarrinha, José. 1981. “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, 67, 68, 69.
- Torgal, Luís Reis. 1980. “A contra-revolução e a sua imprensa no vintismo: notas de uma investigação”, *Análise Social*, 61, 62.
- Vaquinhas, Irene. 1996. “O Real Colégio Ursulino das Chagas de Coimbra. Notas para a sua história”, *Revista Portuguesa de História*, 31.2.
- Veloso, Maria Teresa Nobre. 1991. “Para uma bibliografia crítica de história medieval de Portugal”, *Ler História*, 21:24-34.
- Veloso, Maria Teresa Nobre. 1980. “A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais”, *Revista Portuguesa de História*, 18.
- Vieira, António Lopes. 1980. “Os transportes rodoviários em Portugal. 1900-1940”, *Revista de História Económica e Social*, 5.
- Vieira, António Lopes. 1980. “Algumas questões sobre os transportes públicos da cidade de Lisboa nos finais do século XIX”, *Análise Social*, 61, 62.